JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Barra do Garças 4
Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Cláudia 5
Camara Municipal de Colíder 5
Camara Municipal de Confresa 5
Camara Municipal de Porto Estrela 5
Camara Municipal de Tangará da Serra 6
Camara Municipal de Várzea Grande 6
Prefeitura Municipal de Acorizal 6
Prefeitura Municipal de Água Boa 7
Prefeitura Municipal de Alto Garças 10
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 24
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 30
Prefeitura Municipal de Apiacás 31
Prefeitura Municipal de Araguaiana 44
Prefeitura Municipal de Araguainha 45
Prefeitura Municipal de Araputanga 46
Prefeitura Municipal de Arenápolis 47
Prefeitura Municipal de Aripuanã 56
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 64
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 66
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 67
Prefeitura Municipal de Cáceres 93
Prefeitura Municipal de Campinápolis 103
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 104
Prefeitura Municipal de Campo Verde 111
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 111
Prefeitura Municipal de Canarana 113
Prefeitura Municipal de Carlinda 115
Prefeitura Municipal de Castanheira 116
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 117
Prefeitura Municipal de Cláudia 117
Prefeitura Municipal de Cocalinho 131
Prefeitura Municipal de Colíder 131
Prefeitura Municipal de Colniza 132
Prefeitura Municipal de Comodoro 132
Prefeitura Municipal de Confresa 133
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 145
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 151
Prefeitura Municipal de Cuiabá 152
Prefeitura Municipal de Diamantino 156
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 167
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 168
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 169
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 170
Prefeitura Municipal de Indiavaí 171
Prefeitura Municipal de Itanhangá 171
Prefeitura Municipal de Itiquira 173
Prefeitura Municipal de Juara 175
Prefeitura Municipal de Juruena 176
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 177
Prefeitura Municipal de Marcelândia 178

Prefeitura Municipal de Matupá 182
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 199
Prefeitura Municipal de Nobres 200
Prefeitura Municipal de Nortelândia 215
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 217
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 218
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 218
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 226
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 227
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 232
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 237
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 282
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 286
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 288
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 288
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 290
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 290
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 291
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 291
Prefeitura Municipal de Paranatinga 292
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 298
Prefeitura Municipal de Poconé 299
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 302
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 303
Prefeitura Municipal de Poxoréu 303
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 304
Prefeitura Municipal de Rio Branco 304
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 311
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 312
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 312
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 312
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 317
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 321
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 327
Prefeitura Municipal de São José do Povo 327
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 327
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 329
Prefeitura Municipal de Tabaporã 330
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 334
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 341
Prefeitura Municipal de Torixoréu 346
Prefeitura Municipal de União do Sul 346
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 346
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 355
Prefeitura Municipal de Vila Rica 359

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

RESOLUÇÃO N. º 025/2018, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

RESOLUÇÃO N. º 025/2018, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

Projeto de Resolução n. º 030/2018, de autoria da mesa da Câmara Municipal

"DISPÕE SOBRE LICENÇA DE VEREADOR**"**

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Fica concedida ao Vereador GUSTAVO NOLASCO GUIMARÃES, licença no período de **30 (trinta) dias** a partir do dia 01 de outubro de 2018, para cuidar de interesses particulares, com fulcro no Art. 40, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, c/c o Art. 50, inciso VI, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Art. 2º - A Mesa da Câmara Municipal convocará o 2º Suplente do titular, Sr. VINICIUS TINAN DANTAS, para assumir, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, o cargo de Vereador durante o afastamento do Vereador licenciado GUSTAVO NOLASCO GUIMARÃES, vez que, o 1º Suplente PEDRO FERREIRA DA SILVA FILHO, manifestou oficialmente que não tem interesse em assumir o cargo, nesse período.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barra do Garças-MT., 01 de outubro de 2018.

MIGUEL MOREIRA DA SILVA CELSON JOSÉ DA SILVA SOUSA

Presidente da Câmara Municipal

Dr. GERALMINO ALVES R. NETO

1º Secretário

RESOLUÇÃO N.º 024/2018, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018.

RESOLUÇÃO N.º 024/2018, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018.

Projeto de Resolução n.º 026/2018, de autoria do Vereador PEDRO FERREIRA DA SILVA FILHO

"Outorga Título de Cidadania Barra-garcense"

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica declarado **CIDADÃO BARRA-GARCENSE**, o ilustríssimo senhor ANTONIO MOURA FILHO, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à cidade de Barra do Garças e região.

Art. 2º - A Mesa da Câmara Municipal baixará o Ato, marcando a data da Sessão Solene de entrega do Diploma, dando prévia ciência à agraciada.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barra do Garças - MT., em 25 de setembro de 2018.

Celson José da Silva Sousa

Vice-Presidente da Câmara Municipal

Geralmino Alves R. Neto

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
LEI Nº 2.691 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

"Dispõe sobre a criação do Programa Direito nas Escolas, a ser realizado durante o mês de outubro, nas Escolas Públicas e Particulares do Município de Cáceres."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas atribuições legais, especificamente prevista no § 8º do artigo 53 da Lei Orgânica Municipal, e artigo 24, inciso I, alínea "v", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres/MT, promulga a seguinte Lei:*

Art. 1º Fica criado o Programa Direito na Escola, a ser realizado nas Escolas de Ensino Fundamental e da Rede Pública e Particular no Município de Cáceres, que deverá ocorrer durante o mês de outubro de cada ano.

Art. 2º O Programa a que se refere o art. 1º abrangerá, no mínimo, estudos e exposição das Constituições Federal e Estadual, da Lei Orgânica do Município de Cáceres e demais Leis Esparsas, realizados por meio de aulas ou palestras, com o objetivo de conscientizar os alunos sobre os princípios básicos, garantias, direitos e deveres constantes na legislação.

§ 1º O conteúdo programático será elaborado pela Secretaria de Educação e deverá ser distribuído progressivamente em cada ano letivo, de forma que o programa esteja completo ao final do ensino fundamental.

§ 2º O Programa poderá contar com o apoio de Magistrados, membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil, Câmara de Vereadores de Cáceres e demais autoridades e profissionais capacitados, mediante convite realizado pela Secretaria de Educação, em adesão de caráter voluntário, para fins de palestras sobre os temas estabelecidos no programa.

Art. 3º As eventuais despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Caberá aos órgãos competentes do Município a expedição das demais normas complementares para o cumprimento desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 03 de outubro de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
LEI Nº 2.692 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

"Estabelece atendimento prioritário, em balcão preferencial, perante Setores do Município de Cáceres-MT, e dá outras providências."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas atribuições legais, especificamente prevista no § 8º do artigo 53 da Lei Orgânica Municipal, e artigo 24, inciso I, alínea "v", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres/MT, promulga a seguinte Lei:*

Art. 1º Fica estabelecido o atendimento prioritário aos Advogados, quando em exercício profissional, em balcão preferencial nas Secretarias de Fazenda e Administração municipais, além de demais repartições administrativas, financeiras e de gestão do município de Cáceres-MT e seus departamentos/setores.

Parágrafo único.Os profissionais detentores do atendimento preferencial deverão se fazer identificar pela carteira de regularidade do exercício profissional.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Cáceres-MT deverá, em até 15 (quinze) dias contados da publicação oficial desta lei, tomar todas as providências necessárias para garantir o atendimento prioritário disciplinando, inclusive

com disponibilização de senhas preferenciais nos balcões dos respectivos setores do município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 03 de outubro de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
LEI Nº 2.693 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

"Institui no âmbito da administração pública Municipal, a Semana da Consciência Cacerense, a ser realizada anualmente no mês de outubro, data que lembra as histórias cacerense visando fortalecedor a amizade a confraternização entre os munícipes"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas atribuições legais, especificamente prevista no § 8º do artigo 53 da Lei Orgânica Municipal, e artigo 24, inciso I, alínea "v", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres/MT, promulga a seguinte Lei:*

Art. 1º Fica incluída no calendário da Administração Pública Municipal, a "Semana da Consciência Cacerense" a se realizar todos os anos nas semanas que recair os 1º a 6 de outubro.

Art. 2º A referida semana será dedicada ao desenvolvimento de ações educativas, além da realização de eventos, com a finalidade de resgatar a memória do povo cacerense, através da cultura, artes, esporte, gastronomia, apresentação de projetos e atividades diversas, visando a valorização da história e cultura cacerense.

Art. 3º Serão implementadas ações, junto aos órgãos públicos e privados, sob a forma de campanhas institucionais, eventos e outras formas que julgar convenientes, objetivando sempre promover a valorização dos objetivos descritos no artigo 2º.

Art. 4º As ações governamentais poderão ser realizadas diretamente pelos órgãos competentes da administração pública municipal (Poder Executivo e Poder Legislativo) ou, mediante convênio a ser firmado com organizações não governamentais que queiram participar dos eventos.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei, sendo que as despesas dela decorrentes, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 03 de outubro de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA EDITAL PARA CONHECIMENTO PÚBLICO - Nº. 009/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

EDITAL PARA CONHECIMENTO PÚBLICO - Nº. 009/2018

A CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA, através de seu Presidente, Marciel Pereira Ricarte, convoca toda a população, para uma "Audiência Pública", que se realizará no próximo dia 09 de outubro, terça Feira, a partir das 10:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal, onde será discutida a seguinte pauta: - Discussão da: LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA para 2019. Sala das Sessões, Câmara Municipal de Cláudia, MT. em 24 de Setembro de 2.018. MARCIEL P. RICARTE – Presidente.

CAMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 017/2018

ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

PORTARIA Nº 017/2018

O Vereador José Élcio de Matos, Presidente da Câmara Municipal de Colider, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE,

Nomear, Sérgio Edison Oberthir, no cargo em comissão de Assessor de Comunicação, Cerimonial e Eventos, desta Câmara Municipal de Colíder-MT., a partir desta data.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Colíder-MT., 03 de outubro de 2018.

Vereador José Elcio de Matos - Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
DECRETO LEGISLATIVO N°163/2018 - HOMOLOGAÇÃO

DECRETO LEGISLATIVO N.°163/2018

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO N.º001/2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT.

O Presidente da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, Sr. Cristiano Lorscheiter Rocha, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal,

Considerando a realização das provas do Concurso Público n.º 001/2018 desta Câmara Municipal, no dia 19/08/2018; Considerando que todas as exigências do Regulamento e do Edital de Concurso Público foram cumpridas;

DECRETA:

Art. 1° Fica homologado o Resultado do Concurso Público n.º 001/2018 da Câmara Municipal de Confresa - MT, conforme consta no anexo I, parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 03 de Outubro de 2018.

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
EXTRATO DE CONTRATO DE 2018

Contratante: Câmara Municipal de Porto Estrela-MT

Contratada: GWS DESENVOLVIMENTO DE WEB SITES LTDA-ME, **CNPJ nº 15.507.854/0001-36**

Objeto: MANUTENÇÃO DO PORTAL OFICIAL (www.CamaraPortoEstrela.com.br), e os Sistemas de OUVIDORIA e SIC – Serviço de Informação ao Cidadão (Via Web), conforme descrito neste instrumento, pelo **CONTRATADO** com a seguinte descrição técnica: O Web Site deverá seguir um projeto pré-definido, feito pelo **CONTRATADO** no prazo de 30 dias úteis após a celebração deste contrato, seguindo as instruções dadas pela **CONTRATANTE**. A linguagem de programação será, PHP, HTML, JavaScript, PHP, MySql, CSS.

Valor: R$ 4.560,00

Dotação orçamentaria:

33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Serviços de Processamento de Dados.

Vigência: 04/01/2018 à 31/12/2018

Data assinatura: 04/01/2018

Contratante: Câmara Municipal de Porto Estrela-MT

Contratada: UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO CNPJ nº 33.003.757/0001 -98

Objeto: Em consonância com a Cláusula Quinta, parágrafo único do contrato originário **nº 006/2017**, por meio deste termo aditivo da-se a prorrogação de sua vigência para o período **de 04/01/ 2018 a 31/12/2018.**

Valor: R$ 4.400,00

Dotação orçamentaria:

01-Camara Municipal

01.01- Câmara Municipal de Porto Estrela-MT

2.001- manutenção e encargos da câmara municipal

3.0.00.00-despesas correntes

3.3.00.00-outras despesas correntes

3.3.90.41 -contribuições

Vigência: 04/01/ 2018 a 31/12/2018

Data assinatura: 04/01/ 2018

Contratante: Câmara Municipal de Porto Estrela-MT

Contratada: DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA EPP CNPJ nº 86.952.587/0001-54.

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento e licenciamento de soluções integradas de tecnologia da informação para gestão pública, incluindo conversão, migração, implantação, treinamento de usuários, customização de banco de dados e manutenção, compreendidos na gestão em: Orçamento, Tesouraria, Financeiro e Contabilidade Pública; Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Patrimônio; Frotas; Almoxarifado; Compras e Licitações; Portal da Transparência; Gestão de Contratos.

Valor: R$ 19.605,36

Dotação orçamentaria:

01 – Poder Legislativo

01.031 – Ação Legislativa

0010 _ Legislatura Atuante

01.010.0.2 Secretaria da Câmara Municipal

01.031 Ação Legislativa

0010 Legislatura Atuante

01.031.0010.2002 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA CAMARA MUNICIPAL

33.90.39.00.00 00 01000000000 _ Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

Vigência: 04/01/2018 á 31/12/2018.

Data assinatura: 02/01/2018

Contratante: Câmara Municipal de Porto Estrela-MT

Contratada: M.FERNANDES DA SILVA & CIA LTDA - EPP

Objeto: O objeto deste CONTRATO é a execução pela **CONTRATADA**, sob regime de execução de empreitada global, da obras decontratação de pessoa jurídica do ramo para execução de obras e serviços na construção de um Plenário da Câmara Municipal, totalizando 300m² neste Município de Porto Estrela /MT

Valor: R$ 286.334,02

Dotação orçamentaria:

01.031.0010.1001 REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PREDIO DA CAMARA – 44.90.52.00.00.0100000000 - Obras e Instalações.

Vigência:01/10/2018 a 27-06-2019

Data assinatura: 01/10/2018

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
PORTARIA Nº 41, DE 1 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE PROMOÇÃO DE CLASSE DO SERVIDORLUIZ CARLOS GUIMARÃES, POR CONCLUSÃO ESPECIALIZAÇÃO MBA EXECUTIVO EM GESTÃO PUBLICA.

O Vereador **HÉLIO DA NAZARÉ,** Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 43 inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal e combinado com o Art. 17 §3 Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2009.

RESOLVE:

Art.1º – Conceder promoção funcional ao Servidor **LUIZ CARLOS GUIMARÃES**, cargo efetivo **VIGIA**, **classe C-04**, para **Classe D-01** conforme estabelece **o Art. 17, parágrafo 3º da Lei Complementar nº 143, de 29 de Setembro de 2.009.**

Art. 2º – Sem o direito da Concessão de 10% (dez por cento) de adicional conforme estabelece o anexo X, da lei acima citada.

Art. 3º – Registre-se, publique-se e cumpra-se a presente portaria.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, ao primeiro dia do mês de Outubro de 2.018.

HÉLIO DA NAZARÉ

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2018

A Câmara Municipal de Várzea Grande, através da Comissão de Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que na Licitação Modalidade **TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2018, com reabertura no dia 03/10/2018 às 8h:30min,** tendo como objeto:**contratação de empresa capacitada para execução da reforma como retirada e colocação de telhado, pintura do prédio, retirada e colocação de piso a ser executados no prédio da Câmara Municipal de Várzea Grande** sagrou-se Vencedora a empresa: **FORT CONSTRUTORA LTDA.**

Várzea Grande-MT, 03 de outubro de 2018.

Igor Richard da Silva Oliveira

Presidente – CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

LEI 863/2018

LEI 863/2018

"Autoriza o Poder Executivo a fazer a abertura de créditos adicionais especial de suplementação e anulação para criação de projeto atividade nas leis , Lei 849/2017 do Plano Plurianual de 2018 a 2021, de 27/09/2017, Lei

847/2017 de Diretrizes Orçamentária 2018, de 29/06/2018 e Lei Orçamentária Anual (LOA) do corrente exercício n o 854/2017, de 28/12/2017, e

dá outras providências"

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Acorizal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e atendendo ao disposto no artigo 42 e 43 da lei Federal 4320/64, combinado com o artigo 167 da Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Acorizal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a criar projeto atividade na Lei 847/2017 do Plano Plurianual de 2018 a 2021

02.006.08. 243.0012.2094- Projeto Criança Feliz

2018	2019	2020	2021
25.000,00	26.000,00	27.000,00	28.000.00

Art. 20 - Fica o Poder Executivo autorizado a criar projeto atividade na Lei 849/2017 da Lei de Diretrizes Orçamentária de 2018

02.006.08. 243.0012.2094- Projeto Criança Feliz

2018
25.000,00

Art. 30 - Fica o Poder Executivo autorizado a para criar a rubrica da despesa na Lei Orçamentária Anual de nº 854/2017;

02- Poder Executivo

02.006- Secretaria Municipal de Assistência Social

02.006.08 – Assistência Social

02.006.08.243 – Assistência à Criança e ao Adolescente

02.006.08. 243.0012- Gestão do Suas

02.006.08. 243.0012.2094- Projeto Criança Feliz

02.006.08. 243.0012.2094.3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

02.006.08. 243.0012.2094.3.3.90.36.00.00 – Outros Serviço de Terceiros – Pessoa Física

02.006.08. 243.0012.2094.3.3.90.39.00.00 – Outros Serviço de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recuso 01;029 – Transferência de Recurso do Fundo Nacional de Assistência Social

Para dar cobertura de suplementação e anulação, segue a abaixo as seguintes dotações:

Dotação	Despesa	Suplementação	Anulação
	3.3.90.30.00.00	7.000,00	
	3.3.90.36.00.00	5.000,00	
	3.3.90.39.00.00	8.000,00	
217	3.1.90.11.00.00		10.000,00
219	3.1.90.13.00.00		5.000,00
236	3.1.90.11.00.00		10.000,00
	TOTAL	25.000,00	25.000,00

Art. 4.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Acorizal–MT, 03 de outubro de 2018.

_____

Clodoaldo Monteiro da Silva

Prefeito Municipal

LEI 862/2018

Lei 862/2018.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a confessar e parcelar débitos oriundos do consumo de energia elétrica junto à ENERGISA S/A e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Acorizal – MT, Sr. Clodoaldo Monteiro da Silva, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Considerando a existência de débitos do Município de Acorizal - MT, oriundos do consumo de energia elétrica fornecido pela ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, desde o exercício financeiro de 2014;

Considerando as condições favoráveis para o parcelamento do débito oferecido pela ENERGISA;

RESOLVE:

Artigo 1.º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de confissão e parcelamento dos débitos oriundos do consumo de energia elétrica, vencidos até: abril/2018, e parcelamentos de acordos firmados anteriormente, junto à concessionária de energia elétrica (ENERGISA S/A).

Parágrafo único: o referido débito é no montante total de R$ 1.074.498,12 (um milhão e quatro mil quatro centros e noventa e oito reais e doze centavos), os quais serão

Pagos em 120 parcelas fixas de R$ 11.929,13 (onze mil novecentos e vinte e nove reais e treze centavos).

Artigo 2.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a parcelar a totalidade do débito confessado em parcelas mensais, acrescendo-se ao débito apenas as correções, de acordo com que determina o setor elétrico.

Paragrafo Único: se forem constatadas parcelas anteriormente quitadas, que constam nessa lei como débitos, estas serão abatidas do saldo devedor.

Artigo 3.º As despesas oriundas com o parcelamento do débito correrão por conta de rubrica própria consignada no orçamento do Município.

Artigo 4.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Acorizal, em 03, de outubro de 2018.

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 077/2018

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 077/2018

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto nº. 3161/2018; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 17/09/2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 077/2018, e teve como vencedoras as empresas: PNEUS VIA NOBRE LTDA, CNPJ: 01.976.860/0048-91; PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA., CNPJ: 03.532.991/0001-41.

Água Boa - MT, 03 de Outubro de 2018.

Marcos da Silva

Pregoeiro

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 086/2018

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 086/2018.

A Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 02/10/2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 086/2018, teve como vencedora a empresa:ROETH MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**,** 15.239.988/0002-02**.**

Água Boa - MT, 03 de outubro de 2018.

Marcos da Silva

Pregoeiro

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 087/2018

AVISO RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA DE PRAZO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 087/2018

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa /MT, torna público e para conhecimento de quem possa interessar, que a licitação Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 087/2018, tipo Menor Preço, tendo como objeto Futura e Eventual Aquisição de materiais para instalação de torre repetidora de sinal de celular e serviço de instalação de torre, com data de abertura ocorrida no dia 03/10/2018 ás 08:00 horas, foi considerada "DESERTA", face a ausência total de interessados. Assim, reabre-se o prazo para realização de novo certame, devendo ocorrer a Sessão Pública do Pregão no dia 22 de outubro de 2018, às 8:00 horas; Local: Prefeitura Municipal de Água Boa, localizada na Avenida Planalto, 410, centro. Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital. O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 03 de outubro de 2018.

Marcos da Silva Pregoeiro

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 078/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 078/2018

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto nº. 3.161/2018; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 02/10/2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 078/2018, e teve como vencedora a empresa: **Gente Seguradora SA, CNPJ: 90.180.605/0001-02.**

Água Boa - MT, 03 de outubro de 2018.

Marcos da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
CONTRATO 159/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Água Boa

Contratada: MAF Construtora Eireli

Objeto: Execução de uma ponte de concreto denominada Ponte Modelo.

Valor: 237.153,24

Data: 01.10.2018

Vigência: 27.02.2019

Prazo de execução: 90 dias

Licitação: TP 012/2018

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 3233, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018.

Designa o Grupo Gestor Local e Coordenador da Equipe Técnica do Programa BPC na Escola, e dá outras providências.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Artigo 72, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria Interministerial nº 18, de 24 de abril de2007, que cria o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiária do Programa de Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – PROGRAMA BPC NA ESCOLA, com prioridade para a faixa etária até dezoito anos;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria Interministerial nº 1, de 12 de março de 2008, e alterações, que estabelece os procedimentos para adesão ao PROGRAMA BPC NA ESCOLA,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica designado o Grupo Gestor Local do Programa BPC na Escola, integrado pelos representantes dos seguintes órgãos:

I – COORDENADOR DO GRUPO GESTOR LOCAL DO PROGRAMA:

Nome: ***Shirley Rosa Da Silva***, portadora do CPF sob nº 006 502 301 32

Cargo de atuação: Gestora do Programa Bolsa Família

II – MEMBROS DO GRUPO GESTOR LOCAL

1. Nome: ***Silvana Maria Mazzonetto***, portadora do CPF sob nº 000.132.230-38 Cargo de atuação: Assistente Social do Centro de Referência da Assistência Social-CRAS 2. Nome: ***Eberson Matheus dos Santos***, portador do CPF sob nº 000.147.420-04 Cargo: Enfermeiro da Secretaria Municipal de Saúde 3. Nome: ***Denise Adriana*** Ferrari, portadora do CPF sob nº 536.495.831-00 Cargo: Gestora do Programa BPC na Escola da Secretária Municipal de Educação;

III – COORDENADOR(A) DA EQUIPE TÉCNICA DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA

Nome: ***Silvana Maria Mazzonetto***, portadora do CPF sob nº 000.132.230-38

Cargo: Assistente Social - Registro no CRESS-Nº 2309

Art. 2º - Constituem atribuições do Grupo Gestor do Programa BPC na escola:

I. gerir e coordenar o Programa BPC na Escola no Município;

II. realizar a articulação com o Governo Estadual e Federal com vistas à viabilização dos objetivos do Programa BPC na Escola;

III. informar ao Governo Federal, por meio eletrônico, sobre os dados resultantes da aplicação do Questionário;

IV. informar ao Governo Federal a relação dos beneficiários do BPC, que não foram localizados para aplicação do Questionário, com as devidas justificativas;

V. registrar e informar ao Governo Federal, por meio eletrônico, as informações sobre as ações desenvolvidas pelo Município, referentes ao Programa BPC na Escola;

VI. definir estratégias intersetoriais para garantir o ingresso e a permanência das pessoas com deficiência e em idade escolar, no ensino regular.

Art. 3º - A Coordenação da Equipe Técnica para aplicação do Questionário para a identificação das barreiras para o acesso e permanência na Escola das Pessoas com Deficiência beneficiárias do BPC, será exercida pela técnica Silvana Maria Mazzonetto, Assistente Social do CRAS - Registro no CRESS-Nº 2309;

Art. 4º - Constituem atribuições da Coordenação da Equipe Técnica do Programa BPC na Escola:

I. instituir a Equipe Técnica responsável pela aplicação do Questionário;

II. assegurar a participação da Equipe Técnica responsável pela aplicação do Questionário, na capacitação específica com vistas a sua aplicação;

III. conhecer as normas, o material informativo e orientar os participantes da Equipe Técnica, para aplicação do Questionário;

IV. assegurar a aplicação anual do Questionário;

V. ofertar serviços sócio assistenciais aos beneficiários do BPC e as suas respectivas famílias, pelos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS;

VI. garantir a integralidade na atenção à saúde das pessoas com deficiência, com acolhimento e atenção às necessidades de Saúde na Atenção Básica, acesso aos serviços de saúde e reabilitação do Sistema único de Saúde – SUS;

VII. garantir a matrícula dos beneficiários do BPC, de 0 a 18 anos de idade, em classes comuns do ensino regular, com prioridade para as localizadas próximas da residência do aluno.

VIII. garantir a oferta do Atendimento Educacional Especializado no turno inverso da escolarização; e

IX. desenvolver ações complementares ao desenvolvimento do Programa BPC na Escola, no âmbito do seu território.

Art. 5 º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRAD0, PUBLICADO, CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, AOS 14 DE SETEMBRO DE 2018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

Helaine Cristina Santos Barbosa

Secretária Municipal De Assistência Social

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, em 14 de setembro de 2018.

Luiz Omar Pichetti

Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
CONTRATO 163/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Água Boa

Contratada: L.F. Pereira Engenharia EPP

Objeto: Revisão do Mapa Rodoviário para 2019 do Município de Água Boa MT, com todas as Estradas Municipais e Estaduais com acompanhamento e gestão junto a SINFRA em atendimento a solicitação do FETHAB.

Valor: 18.000,00

Data: 03.10.2018

Vigência: 01.12.2018

Prazo de execução: 15 dias

Licitação: DL 037/2018

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PLANEJAMENTO E FINANCAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 092/2018.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2018

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 092/2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LIMPA FOSSA

REALIZAÇÃO: 19/10/2018.

CREDENCIAMENTO: 08h00min. (horário de Brasília)

INICIO ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min. (horário de Brasília)

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 03 de outubro de 2018.

Marcos da Silva Pregoeiro

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 188/2018.

RDC 001/2018.

O Prefeito Municipal de Água Boa – MT, Mauro Rosa da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve revogar a licitação, Processo Licitatório 188/2018, na modalidade de RDC 001/2018, que tem por objeto a Contratação integrada de empresa(s) para elaboração de projeto básico e executivo, para execução das obras de prevenção de infraestrutura pública com risco e ameaça de desastres na Avenida Planalto, com execução de canalização e escoamento de águas, desaguando na cabeceira do Ribeirão do Vau, por razões de interesse público e para adequação no edital. A presente revogação está fundamentada no artigo 49 da Lei n°. 8.666/93, art. 44 da Lei 12.462/2011.

Água Boa - MT, 03 de outubro de 2018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 50/2018 PREGÃO N° 54/2018

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Processo Nº.: 103/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 50/2018

No dia 3 do mês de Outubro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.133.097/0001-07, com sede administrativa localizada na RUA DOM AQUINO 346, bairro CENTRO, CEP nº. 78770-000, nesta cidade de Alto Garças/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CLAUDINEI SINGOLANO, inscrito no CPF sob o nº. 051.358.398-01, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 54/2018, Processo Licitatório nº. 103/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
2727	4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA - ME	2, 3, 4, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 54, 55, 56, 59, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 77, 80, 81, 84, 87, 88, 93, 97, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 111, 113, 116, 118, 120, 121, 122, 123, 124
3392	GRAFICA PRINT INDUSTRIA E EDITORA LTDA	1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 35, 37, 39, 40, 41, 45, 49, 51, 52, 53, 57, 58, 60, 63, 64, 65, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 83, 85, 86, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 105, 110, 112, 114, 115, 117, 119, 125

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA - ME	13.278.238/0001-25	ALCEU VIEIRA VARDASCA NETO	028.181.051-61
GRAFICA PRINT INDUSTRIA E EDITORA LTDA	73.783.649/0001-08	TALINE REZENDE PANIAGO	047.183.501-31

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 2727 - 4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ADESIVOS 20X30 CM COM IMPRESSÃO COLORIDA	UN	4D	1.873,000	1,9300	3.614,89
3	ADESIVOS 20X50 CM COM IMPRESSÃO COLORIDA	UN	4D	2.069,000	3,9000	8.069,10
4	ADESIVOS 20X80 CM COM IMPRESSÃO COLORIDA	UN	4D	2.950,000	5,8900	17.375,50
22	BLOCO DE BOLETIM DE SUPERVISÃO INDIRETA (FRENTE E VERSO) EM PAPEL SULFITE A4 75G, COR 1/0 BLOCO COM 100 FLS.	BLS	4D	15,000	29,6900	445,35

Fornecedor: 2727 - 4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
23	FICHA ACOMPANHAMENTO DE GESTANTES, BLOCO COM 50 FOLHAS, VIA UNICA, INSCRICOES FRENTE E VERSO, DIMENSOES DE 30X21 CM, COR BRANCA, PAPEL GRAMATURA SULFITE A4.	BLS	4D	60,000	10,2900	617,40
25	BLOCO DE ENCAMINHAMENTO HOSPITALAR, EM SULFITE A4 75G, BLOCO COM 50 FLS COR 1/0.	BLS	4D	45,000	20,7800	935,10
26	EVOLUCAO DE ENFERMAGEM,EM PAPEL OFF SET DE 75,00G/M2,BLOCO COM 50 FOLHAS,EM 1/1 COR,MEDINDO 21,00X29,70CM	BLS	4D	30,000	9,8400	295,20
27	BLOCO DE FICHA DE ACOMPANHAMENTO CLÍNICO (FRENTE E VERSO), EM PAPEL SULFITE A4 75G, 50X1.	BLS	4D	60,000	10,3400	620,40
28	BLOCO DE FICHA DE AVALIAÇÃO NEURO FUNCIONAL, EM PAPEL SULFITE A4 75G, BLOCO COM 50 FLS COR 1/0.	BLS	4D	60,000	17,9000	1.074,00
29	FICHA DE ENCAMINHAMENTO, EM PAPEL OFFSET DE 75G/M2, 1/0 COR, MEDINDO 21,0X29,7CM.	BLS	4D	30,000	9,4600	283,80
30	BLOCO DE FICHA DE EVOLUÇÃO DIÁRIA (FRENTE E VERSO), EM PAPEL SULFITE A4 75G, BLOCO COM 50 FLS COR 1/1.	BLS	4D	60,000	7,1400	428,40
31	BLOCO DE FICHA PERINATAL - AMBULATORIO 1X1 COR, F-08 FRENTE E VERSO EM PAPEL SULFITE 75 G COM 50 FLS	BLS	4D	60,000	7,1400	428,40
32	BLOCO DE FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES COM 50 FLS - FORMULÁRIO, COM LOGOMARCA,EM PAPEL APERGAMINHADO DE 75G/M2,1/0 COR,MEDINDO 21,0 X 31,0CM	BLS	4D	50,000	7,0500	352,50
33	BLOCO DE FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, EM PAPEL SULFITE A4 75G, 50X1, COR 1/0.	BLS	4D	100,000	5,5400	554,00
34	BLOCO DE ITINERÁRIO DE TRABALHO, EM PAPEL SULFITE A4 75G, 50X1, COR 1/0.	BLS	4D	15,000	12,7700	191,55
36	BLOCO DE PRODUÇÃO INDIVIDUALIZADO - BPA-1 (FRENTE E VERSO), EM PAPEL SULFITE 75G, 50X1 COR 1/1.	BLS	4D	60,000	4,0900	245,40
38	BLOCO DE PROGRAMA DE CONTROLE DE FEBRE AMARELA E DENGUE, EM PAPEL SULFITE A4 75G, 50X1 COR 1/0.	BLS	4D	15,000	21,3700	320,55
42	BLOCO DE REGISTRO DIÁRIO DO SERVIÇO ANTIVETORIAL, VIAS 50X1, IMPRESSÃO 1X1 COR PAPEL SULFITE 75G, TAMANHO 22X32 (FRENTE E VERSO).	BLS	4D	20,000	11,6900	233,80
43	BLOCO DE RELATÓRIO DE OCORRÊNCIA AMBULATORIAL - ROA (FRENTE E VERSO), EM PAPEL SULFITE 75G, BLOCO 50 FLS	BLS	4D	60,000	10,1400	608,40
44	BLOCO DE RELATÓRIO DE PRODUTIVIDADE AOS ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS- UNIDADE CENTRO DE REABILITAÇÃO. ESPECIALIDADE: FISIOTERAPIA (FRENTE E VERSO)	BLS	4D	60,000	10,1800	610,80
46	BLOCO DE RELATÓRIO MENSAL - CENTRO DE REABILITAÇÃO (03 PAG. FRENTE E VERSO) EM PAPEL SULFITE 75G, 50X1	BLS	4D	60,000	8,9000	534,00
47	BLOCO DE RELATÓRIO DE PRODUTIVIDADE AOS ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS- UNIDADE CENTRO DE REABILITAÇÃO. ESPECIALIDADE: NUTRIÇÃO (FRENTE E VERSO), EM PAPEL SULFITE 75G, 50X1	BLS	4D	60,000	14,6400	878,40
48	BLOCO DE REQUISIÇÃO DE EXAME CITOLÓGICO COLO DO ÚTERO - FRENTE E VERSO WEM PAPEL SULFITE 75 G BLOCO COM 50 FOLHAS.	BLS	4D	60,000	24,3700	1.462,20
50	BLOCO DE RESUMO DO RECONHECIMENTO, EM PAPEL SULFITE 75G, 50X1	BLS	4D	15,000	21,4600	321,90
54	FICHA DE ASSISTENCIA MEDICA PROGRAMA DE HANSENIASE BLOCO EM SULFITE, 75G, IMPRESSÃO 1 COR, NO FORMATO 9, 100X1 COM FOTOLITO, FRENTE E VERSO DIFERENTES, PAPEL A4	BLS	4D	15,000	20,9400	314,10
55	FORMULARIO PARA PRESCRICAO MEDICA,EM PAPEL OFF-SET, 75,00G/M2, NUMERADO, COM IMPRESSAO FRENTE E VERSO, CADA FOLHA CONTENDO DUAS VIAS, SENDO A PRIMEIRA VIA NA COR ROSA E A SEGUNDA NA COR BRANCA, COM UMA FOLHA DE CARBONO ENTRE AS DUAS VIAS,EM 1/1 COR,MEDINDO 21,00X31,00CM, BLOCO COM 50X2 CARBONADO	BLS	4D	30,000	21,2900	638,70
56	PRESCRICAO DE ENFERMAGEM,EM PAPEL OFFSET DE 75G/M2,1/1 COR,MEDINDO 21,0X29,7CM,EM FORMATO BLOCO COM 50 UNIDADES FRENTE E VERSO.	BLS	4D	30,000	11,1300	333,90
59	BLOCO RECEITUARIO MEDICO - BLOCO DE REQUISICAO DE MAMOGRAFIA, FRENTE E VERSO, COLADO, MEDINDO 21X29CM, 1X1 COR, EM OFF-SET	BLS	4D	100,000	8,5800	858,00
61	BLOCO RECEITUARIO MEDICO - PARA CONTROLE ESPECIAL COM 3 VIAS 50X1	BLS	4D	400,000	7,7900	3.116,00

Fornecedor: 2727 - 4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
62	BLOCO RECEITUARIO MEDICO - BLOCO DE PROCEDIMENTOS MEDICOS, 30 X 20,2CM FRENTE E VERSO, CONTENDO 50 FOLHAS	BLS	4D	50,000	8,0900	404,50
66	BOLETIM DE ACOMPANHAMENTO DE HANSENIASE BLOCO EM SULFITE 75G IMPRESSÃO 01 COR 100X1 NO FORMATO 9 COM FOTOLITO	BLS	4D	30,000	13,5800	407,40
67	BOLETIM DE ACOMPANHAMENTO DE TUBERCULOSE BLOCO EM SULFITE 75G IMPRESSÃO 01 COR 100X1 NO FORMATO 9 COM FOTOLITO	BLS	4D	30,000	13,5400	406,20
68	BOLETIM MENSAL DE MOVIMENTO IMUNOBIOLOGICO ESPECIAIS BLOCO EM SULFITE 75G IMPRESSÃO 01 CPR 100X1 NO FORMATO 09 COM FOTOLITO. SENDO 4 FOLHAS DIFERENTES FRENTE E VERSO 50X2 - PAPEL A4	BLS	4D	30,000	35,9000	1.077,00
69	BOLETIM MENSLA DE MOVIMENTO IMUNOBIOLOGICO BLOCO EM SULFITE 75G IMPRESSÃO 01 COR 100X1 NO FORMATO 09 COM FOTOLITO, SENDO 2 FOLHAS DIFERENTES FRENTE E VERSO 50X2 - PAPEL A4	BLS	4D	30,000	22,4900	674,70
70	CADASTRO INDIVIDUAL BLOCO EM SULFITE 75G IMPRESSÃO 1 COR (100X1) NO FORMATO 9 COM FOTOLITO FRENTE E VERSO DIFERENTES	BLS	4D	1.500,000	7,7900	11.685,00
72	CADERNO DO ALUNO,CAPA EM PAPEL TRIPLEX DE 350G/M2 E MIOLO EM PAPEL OFF-SET DE 75G/M2, COLADO,1/1 COR,NO TAMANHO A4	UN	4D	1.500,000	9,3800	14.070,00
77	CARTÃO SUS EM COUCHE 250 G FRENTE E VERSO 4X4 CORES 5X9 CM COM FOTOLITO E LAMINAÇÃO FOSCO	UN	4D	1.800,000	0,8400	1.512,00
80	CONSOLIDADO SEMANAL GERAL BLOCO EM PAPEL SULFITE 75G IMPRESSÃO 1 COR (100X1) NO FORMATO 9 COM FOTOLITO	BLS	4D	30,000	13,5600	406,80
81	CONTROLE DE ESTOQUE DO ALMOXARIFADO FRENTE/VERSO - FICHA EM CARTOLINA BRANCA 180G 1 COR NO FORMATO 10,COM FOTOLITO-PAPEL A4	UN	4D	1.300,000	0,3100	403,00
84	CRACHA DE IDENTIFICAÇÃO - TAMANHO 8,0X5,0 COM CORDÃO MATERIAL PVC 0,5MM, EM VERNIZ CRITAL FRENTE E VERSO, COM ACABAMENTO FURO INCLUSO IMPRESSÃO DIGITAL COR 4X0.	UN	4D	1.500,000	31,4900	47.235,00
87	ENVELOPES TAMANHOS A/3, NA COR BRANCA, COM TIMBRE DA PREFEITURA/SEFAZ	UN	4D	3.000,000	0,7100	2.130,00
88	ETIQUETA ADESIVA - IDENTIFICAÇÃO DE LAMINA PREVENTIVO 2X1	UN	4D	2.000,000	0,2300	460,00
93	FAIXA - FAIXA EM LONA, COM DIMENSÃO DE (3,00X0,80) M, COM IMPRESSÃO COLORIDA	UN	4D	200,000	211,4000	42.280,00
97	FICHA DE BACILOSCOPIA PARA DIAGNOSTICO. BLOCO EM SULFITE 75G, IMPRESSÃO 1 COR, NO FORMATO 9, 100X1 COM FOTOLITO, METADE DO PAPEL A4	UN	4D	100,000	17,4500	1.745,00
98	FICHA DE BACILOSCOPIA PROGRAMA TUBERCULOSE BLOCO SULFITE 75G, IMPRESSÃO 1 COR, NO FORMATO 9, 100X1 COM FOTOLITO, PAPEL A4	BLS	4D	100,000	10,1800	1.018,00
102	FICHA DE CONTROLE DE MEDICAMENTOS PACIENTES DE HANSENIASE BLOCO EM SULFITE, 75G, IMPRESSÃO 1 COR, NO FORMATO 9, 100X1 COM FOTOLITO, FRENTE E VERSO DIFERENTES, PAPEL A4	BLS	4D	15,000	19,6100	294,15
103	FICHA DE EVOLUÇÃO DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR SUBSEQUENTE BLOCO EM SULFITE 75G. IMPRESSÃO 1 COR (100X1), NO FORMATO 9 COM FOTOLITO	BLS	4D	50,000	10,6800	534,00
104	FICHA DE INVESTIGAÇÃO DE DENGUE BLOCO EM SULFITE 75G IMPRESSÃO 1 COR (100X1) NO FORMATO 9 COM FOTOLITO	BLS	4D	50,000	10,6800	534,00
106	FICHA DE INVESTIGAÇÃO DE ÓBITO MATERNO ME 3 PAGINAS FRENTE E VERSO, BLOCO EM SULFITE 75G IMPRESSÃO 01 COR (100X1) NO FORMATO 9 C/ FOTOLITO C/ 03 PAGINAS	BLS	4D	10,000	44,7900	447,90
107	FICHA DE INVESTIGAÇÃO DE ÓBITO MATERNO (M1) BLOCO EM SULFITE 75G IMPRESSÃO 01 COR (100X1) NO FORMATO 9 C/ FOTOLITO FRENTE E VERSO. C/ 02 PAGINAS	BLS	4D	50,000	15,7400	787,00
108	FICHA DE INVESTIGAÇÃO LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA. BLOCO EM SULTIFTE, 75G, IMPRESSÃO 1 COR, NO FORMATO 9, 100X1 COM FOTOLITO FRENTE E VERSO DIFERENTES, PAPEL A4	BLS	4D	100,000	10,6800	1.068,00
109	FICHA DE PESQUISA DIRETA PARA LEISHMANIOSE BLOCO SULFITE 75G, IMPRESSÃO 1 COR, NO FORMATO 9, 100X1 COM FOTOLITO, METADE DO PAPEL A4	BLS	4D	100,000	7,8000	780,00

Fornecedor: 2727 - 4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
111	FLYER A5 (21CMX14,8CM) COR 4/1 (COLORIDO NA FRENTE E PRETO NO VERSO) COUCHE 120G	UN	4D	7.000,000	0,3600	2.520,00
113	MOCHILA - EM POLIESTER,NA COR AZUL PANTONE,MEDINDO (34 X 45)CM, ALÇAS AJUSTAVEIS ACOLCHOADAS,DOIS COMPARTIMENTOS,TIPO MOCHILA, COM IMPRESSAO FRONTAL DA LOGOMARCA EM 4/0 COR.	UN	4D	1.500,000	100,6200	150.930,00
116	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE IMPRESSOS - ENVELOPE SACO TIMBRADO, EM PAPEL NA COR BRANCA, NO FORMATO 24X34CM, (GRANDE) LOGOMARCA E ARTE COLORIDO	UN	4D	600,000	1,7700	1.062,00
118	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE IMPRESSOS - ENVELOPE SACO TIMBRADO, EM PAPEL NA COR BRANCA, NO FORMATO 23X11CM, (PEQUENO) LOGOMARCA E ARTE COLORIDO	UN	4D	600,000	0,8700	522,00
120	SERVICO DE CONFECCAO DE IMPRESSOS - SUMULAS DE BASQUETEBOL, BLOCO COM 100 UNIDADE CADA, FOLHA CARBONADA 3 VIAS, 1° VIA BRANCA, 2° VIA ROSA OU AMARELO, 3° VIA VERDE-21X31, COM TIMBRE DA PREFEITURA MUNICIPAL E SME, CONTENDO 10 BLOCOS	BLS	4D	30,000	36,2100	1.086,30
121	SUMULAS DE FUTEBOL DE CAMPO, BLOCO COM 100 UNIDADE CADA - FOLHA CARBONADA 3° VIAS, 1° VIA BRANCA, 2° ROSA OU AMARELO, 3°VIA VERDE-23.5X32 CM, COM TIMBRE DA PREFEITURA MUNICIPAL E SME, CONTENDO 30 BLOCOS	BLS	4D	30,000	37,3200	1.119,60
122	SUMULAS DE FUTEBOL SOCIETY, BLOCO COM 100 UNIDADE CADA, FOLHA CARBONADA 3 VIAS, 1° VIA BRANCA, 2° VIA ROSA OU AMARELO, 3° VIA VERDE-21X31, COM TIMBRE DA PREFEITURA MUNICIPAL E SME, CONTENDO 30 BLOCOS	BLS	4D	30,000	38,0100	1.140,30
123	SUMULAS DE FUTSAL, BLOCO COM 100 UNIDADE CADA, FOLHA CARBONADA 3 VIAS, 1° VIA BRANCA, 2° ROSA OU AMARELO, 3°VIA VERDE-21X31 CM, COM TIMBRE DA PREFEITURA MUNICIPAL E SME, CONTENDO 30 BLOCOS	BLS	4D	30,000	38,0700	1.142,10
124	SUMULAS DE VOLEIBOL, BLOCO COM 100 UNIDADE CADA, FOLHA CARBONADA 3 VIAS, 1° VIA BRANCA, 2° VIA ROSA OU AMARELO, 3° VIA VERDE-21X31, COM TIMBRE DA PREFEITURA MUNICIPAL E SME, CONTENDO 10 BLOCOS	BLS	4D	30,000	38,0100	1.140,30

Fornecedor: 3392 - GRAFICA PRINT INDUSTRIA E EDITORA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ADESIVO IMPRESSO 30X10 CM COLORIDO	UN	GRAFICA PRI	2.800,000	1,8500	5.180,00
5	BANNER - EM LONA NIGHT-DAY, ACABAMENTO COM CANALETA EM DOIS LADOS E ALCA EM NYLON,COM DIMENSAO DE (1,0X1,5)M,COM IMPRESSAO DIGITAL EM POLICROMIA	UN	GRAFICA PRI	400,000	31,5000	12.600,00
6	BANNER - CONFECCIONADO EM LONA,MEDINDO (50 X 80)CM,IMPRESSAO 4/0 CORES, COM CORDAO DE SUPORTE.	UN	GRAFICA PRI	400,000	9,9000	3.960,00
7	BANNER - EM LONA,MEDINDO 60X120CM IMPRESSAO 4/0 CORES, COM CORDAO DE SUPORTE 450G.	UN	GRAFICA PRI	400,000	14,9000	5.960,00
8	BANNER - EM CONFECCIONADO EM LONA, ACABAMENTO COM BASTOES EM MADEIRA 3/4 E CORDAO PARA SUPORTE, COM DIMENSAO DE MEDINDO (2 X 2)M, IMPRESSAO 4/0 COR.	UN	GRAFICA PRI	400,000	79,0000	31.600,00
9	BANNER - EM LONA NIGHT DAY,MEDINDO (1,00 X 2,00)M,COM IMPRESSAO EM POLICROMIA.	UN	GRAFICA PRI	400,000	39,9800	15.992,00
10	BANNER - EM POLIETILENO, COLORIDO, MEDINDO 1,25X1,25M	UN	GRAFICA PRI	400,000	29,9000	11.960,00
11	BANNER 3,00X1,50 DE LONA, COM IMPRESSÃO DIGITAL	UN	GRAFICA PRI	400,000	89,9700	35.988,00
12	BANNERS 1,20X90 - TAMANHO PADRÃO IMPRESSOS EM LONA BASE SOLVENTE, A PROVA DAGUA. COM ACABAMENTO EM MADEIRINHA E CORDA PRONTA PARA PENDURAR	UN	GRAFICA PRI	400,000	16,9700	6.788,00
13	BANNERS FORMATO 1,20X1,60 CM EM POLICROMIA, SÓ FRENTE, EM LONA VINILICA, PODENDO SER FEITO EM LOTES DE TIRAGENS DIVERSAS	UN	GRAFICA PRI	400,000	29,9000	11.960,00
14	BLOCO DE ALVARÁ DE LICENÇA - PERMISSÃO DE VENDA DE AMBULANTE COM 3 VIAS , COM TIMBRE,EM PAPEL OFF SET DE 75G/M2,EM 4/0 CORES,NO TAMANHO A4 BLOCO CONTENDO 25 FLS.	UN	GRAFICA PRI	30,000	25,5000	765,00
15	BLOCO DE APLICAÇÕES A ULTRA VOLUME / BLOQUEIO DE CASO, EM PAPEL SULFITE 75G, 50X1	BLS	GRAFICA PRI	15,000	6,9700	104,55
16	BLOCO DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL EM PAPEL SULFITE 75 G FORMULÁRIO, COM LOGOMARCA,EM PAPEL APERGAMINHADO DE 75G/M2,1/0 COR,MEDINDO 21,0 X 31,0CM 50 FLS	UN	GRAFICA PRI	300,000	1,9800	594,00

Fornecedor: 3392 - GRAFICA PRINT INDUSTRIA E EDITORA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
17	BLOCO DE AUTO/TERMO IMPRESSAO EM OFF-SET FORMATO: 21 X 30 CM, 25 X 3 VIAS MATERIAL: PAPEL AUTO COPIATIVO COR: 4X3 ACABAMENTO: COM ARTE, COLADO,NUMERACAO SEQUENCIA,	BLS	GRAFICA PRI	20,000	11,9800	239,60
18	BLOCO DE AUTORIZAÇÃO DE SEPULTAMENTO - 3 VIAS CARBONADAS A4 , COM TIMBRE,EM PAPEL OFF SET DE 75G/M2,EM 4/0 CORES,NO TAMANHO A4 BLOCO CONTENDO 25 FLS.	UN	GRAFICA PRI	30,000	9,9700	299,10
19	BLOCO DE AVALIAÇÃO DE ORTOPEDIA (FRENTE E VERSO), EM PAPEL SULFITE A4 75G, COR 1/0 BLOCO COM 50 FLS.	BLS	GRAFICA PRI	60,000	2,4800	148,80
20	BLOCO DE AVISO DA VISITA DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, 21X5 EM PAPEL SULFITE 75G, 50X1	BLS	GRAFICA PRI	300,000	1,3600	408,00
21	BLOCO DE BOLETIM DE ATIVIDADES ECOMICAS - BAE COM 3 VIAS , COM TIMBRE,EM PAPEL OFF SET DE 75G/M2,EM 4/0 CORES,NO TAMANHO A4 BLOCO CONTENDO 25 FLS.	UN	GRAFICA PRI	30,000	28,0000	840,00
24	BLOCO DE CONTROLE DE PASSAGEIROS, 02 VIAS 50X2 EM PAPEL AUTOCOPIATIVO TAMANHO 20X27 COR 1/0.	BLS	GRAFICA PRI	250,000	13,1000	3.275,00
35	BLOCO DE PRESCRIÇÃO DE INJETÁVEIS - PAPEL SULFITE 75G, IMPRESSÃO 1X0 BLOCO COM 50 FOLHAS.	BLS	GRAFICA PRI	150,000	4,5000	675,00
37	BLOCO DE PROGRAMA DE CONTROLE DE DOENÇAS DE CHAGAS , EM PAPEL SULFITE A4 75G, 50X1 COR 1/0.	BLS	GRAFICA PRI	15,000	12,5700	188,55
39	BLOCO DE PROTOCOLO DE ENTREGA DE PEDIDOS - PAPEL SULFITE 75 G, BLOCO COM 50 FOLHAS.	BLS	GRAFICA PRI	250,000	4,4000	1.100,00
40	RECEITUÁRIO COMUM BLOCO EM SULFITE 75G, IMPRESSÃO 1 COR, 50X2 COLADO NO CABEÇO, NO FORMATO 16	BLS	GRAFICA PRI	500,000	14,0000	7.000,00
41	BLOCO DE RECEITUÁRIO PSICOTRÓPICO - 03 VIAS EM SULFITE TAMANHO A4, PAPEL 65 G/M², 3 VIAS COLORIDAS, DESTACAVEL, BLOCO COM 50 FOLHAS.	BLS	GRAFICA PRI	300,000	19,0000	5.700,00
45	BLOCO DE RELATORIO DE VIAGEM,EM PAPEL RECICLATO 75G/M2 SAIDA CTP COLADO,50 FOLHAS DE 1 VIA,2/0 CORES,MEDINDO 22,00X31,00CM	BLS	GRAFICA PRI	150,000	6,1800	927,00
49	BLOCO DE REQUISICAO DE MATERIAL,EM PAPEL OFF SET DE 90G/M2,EM 3 VIAS,EM 1/0 COR,MEDINDO 15,0X20,0CM	BLS	GRAFICA PRI	100,000	10,0000	1.000,00
51	BLOCO DO ANEXO IV NO PLANEJAMENTO FAMILIAR EM SULFITE 75G, IMPRESSÃO 1 COR (100X1), NO FORMATO 9 COM FOTOLITO.	UN	GRAFICA PRI	250,000	7,4000	1.850,00
52	BLOCO DO ANEXO IX CONSOLIDADO DE ATENDIMENTO BLOCO EM SULFITE 75 G, IMPRESSÃO 1 COR (100X1), NO FORMATO 9 COM FOTOLITO	BLS	GRAFICA PRI	250,000	7,4500	1.862,50
53	BLOCO DO ANEXO V DO PLANEJAMENTO FAMILIAR BLOCO EM SULFITE IMPRESSÃO 1 COR 100X1 NO FORMATO 9 COM FOTOLITO	BLS	GRAFICA PRI	250,000	7,4500	1.862,50
57	BLOCO RECEITUARIO MEDICO - BLOCO DE ATESTADO MEDICO, 1 VIA, MEDINDO 14,5X20CM, 1X0 COR, TINTA ESCALA, EM OFF-SET, 56G, COLADO	BLS	GRAFICA PRI	400,000	2,2800	912,00
58	BLOCO RECEITUARIO MEDICO - BLOCO DE LAUDO MEDICO, PARA AIH, APAC... COM 50 FOLHAS, 2 VIAS, 1 VIA MEDINDO 21X31 CM, 1 X 0 COR EM EXTRA COPY CB, 50G,1 VIA 25X30 CM, 1 X 0 COR EM EXTRA COPY CF ULTIVIA AZUL, 50G, COLADO E NUMERADO	BLS	GRAFICA PRI	20,000	24,9700	499,40
60	BLOCO RECEITUARIO MEDICO - BLOCO RECEITUARIO MEDICO, TAMANHO A4, PAPEL 65 G/M², 3 VIAS COLORIDAS, DESTACAVEL, BLOCO COM 50 FOLHAS.	BLS	GRAFICA PRI	300,000	19,9000	5.970,00
63	BLOCO RECEITUARIO MEDICO - TIPO B , COM 50 FOLHAS NUMERADAS	BLS	GRAFICA PRI	100,000	11,7900	1.179,00
64	BLOCO REQUISICAO DE EXAMES,1 VIA,EM PAPEL OFF SET DE 90G/M2, 50X1,1/0 COR,MEDINDO 15.1X20.5CM.	BLS	GRAFICA PRI	300,000	2,8000	840,00
65	BLOCOS DE NOTIFICAÇÃO - BLOCOS COM DUAS VIAS (100X2), UMA VIA EM PAPEL BRANCO E OUTRA EM PAPEL COR ROSA, IMPRESSO EM OFF-SET 1 COR; FORMATO 8 (OU A4)	UN	GRAFICA PRI	50,000	20,4900	1.024,50
71	CADASTRO INDIVIDUAL VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL BLOCO EM SULFITE (29,7X21CM) 75G, IMPRESSÃO 1 COR, NO FORMATO 9, 100X1 COM FOTOLITO FRENTE E VERSO DIFERENTES PAPEL A4	UN	GRAFICA PRI	30,000	14,0900	422,70
73	CAPA DE PROCEDIMENTO - IMPRESSÃO OFF-SET 1 COR; FORMATO? 4()OU A3, PAPEL CARTOLINA BRANCO 90G	UN	GRAFICA PRI	3.000,000	0,3800	1.140,00
74	CAPA DE PROCESSO - EM CARTOLINA, COR BRANCA, COM LOGOMARCA E DADOS - LOGOMARCA E ARTE COLORIDO	UN	GRAFICA PRI	3.000,000	0,5300	1.590,00
75	CAPA DE PROCESSO - EM CARTOLINA, COR BRANCA, COM LOGOMARCA E DADOS - SIMPLES	UN	GRAFICA PRI	2.000,000	0,4200	840,00

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Processo Nº.: 103/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2018

Fornecedor: 3392 - GRAFICA PRINT INDUSTRIA E EDITORA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
76	CARTÃO 10X15, EM PAPEL COUCHE 280 G COM IMPRESSÃO COLORIDA	UN	GRAFICA PRI	3.000,000	0,1900	570,00
78	CARTILHAS IMPRESSA EM FORMATO FECHADO 22X15 CM, 4X4 MIOLO EM PAPEL RECICLADO 90 GR COM 12 PÁGINAS, COM LOMBADA COM 02 GRAMPOS	UN	GRAFICA PRI	1.800,000	1,6300	2.934,00
79	CERTIFICADO/DIPLOMA - TAMANHO A4 COM ARTE EM POLICROMIA	UN	GRAFICA PRI	300,000	4,2900	1.287,00
82	CONTROLE E TRATAMENTO LEISHMANIOSE. BLOCO EM SULFITE 75G, IMPRESSÃO 1 COR. NO FORMATO 9, 100X1 COM FOTOLITO FRENTE E VERSO DIFERENTES, PAPEL A4	BLS	GRAFICA PRI	100,000	10,7100	1.071,00
83	CRACHÁ 70X100 MM. COLORIDO EM COUCHE 230 GRAMAS	UN	GRAFICA PRI	1.000,000	1,8500	1.850,00
85	ELASTICO PARA PROCESSO, TIPO CINTA, CONFECCIONADO EM ELASTICO, COM 4CM DE LARGURA E 35CM DE COMPRIMENTO-FECHADO, COSTURA DUPLA NA EMENDA, COM IMPRESSAO DO NOME DO ORGAO EM LETRAS MEDINDO 2CM DE ALTURA	UN	GRAFICA PRI	1.000,000	1,5000	1.500,00
86	ENVELOPE GRANDE, COR PARDA 310X410 TIPO SACO 90G	UN	GRAFICA PRI	2.800,000	0,8500	2.380,00
89	ETIQUETA ADESIVAS - INFORMATIVA DA FARMÁCIA	UN	GRAFICA PRI	5.000,000	0,2800	1.400,00
90	ETIQUETA PARA USO GERAL EM PAPEL ADESIVO COM BRILHO,MEDINDO 1,50X1,00CM.	UN	GRAFICA PRI	5.000,000	0,3000	1.500,00
91	FAIXA - EM LONA, ACABAMENTO EM MADEIRA, MEDINDO (2,00X0,80M), IMPRESSÃO NORMAL	UN	GRAFICA PRI	200,000	151,0000	30.200,00
92	FAIXA - EM LONA, MEDINDO 4,0 METROS X 0,70 CENTIMETROS, EM 04 CORES EM ESCALA, ARTE DIGITAL EM MEIO DIGITAL FORNECIDA PELA APAC	UN	GRAFICA PRI	200,000	245,8000	49.160,00
94	FAIXA EM LONA COM IMPRESSÃO COLORIDA MEDINDO 3X1M 440 G	UN	GRAFICA PRI	250,000	276,9000	69.225,00
95	FICHA DE ASSISTENCIA MEDICA E ENFERMAGEM. FICHA DE ACOMPANHAMENTO DA TOMADA DIARIA DE MEDICAÇÃO	BLS	GRAFICA PRI	100,000	8,7000	870,00
96	FICHA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA PROGRAMA DE TUBERCULOSE BLOCO EM SULFITE, 75G, IMPRESSÃO 1 COR, NO FORMATO 9, 100X1 COM FOTOLITO, FRENTE E VERSO DIFERENTES, PAPEL A4	BLS	GRAFICA PRI	500,000	18,2800	9.140,00
99	FICHA DE CADASTRO ACOMPANHAMENTO DE GESTANTE BLOCO EM SLUFITE 75G, IMPRESSÃO 1 COR (100X1), NO FORMATO 9 COM FOTOLITO FRENTE E VERSO 300 7,66 2.298,00,17 DIFERENTES	BLS	GRAFICA PRI	500,000	9,1800	4.590,00
100	FICHA DE CADASTRO DOMICILIAR BLOCO EM SULFITE 75G, IMPRESSÃO EM 1 COR (100X1), NO FORMATO 9 COM FOTOLITO	BLS	GRAFICA PRI	500,000	8,8400	4.420,00
101	FICHA DE CONTROLE DE ADMINISTRAÇÃO DE GLUCANTINE. BLOCO EM SULFITE, 75G, IMPRESSÃO 1 COR, NO FORMATO 9, 100X1 COM FOTOLITO, PAPEL A4	BLS	GRAFICA PRI	500,000	8,8400	4.420,00
105	FICHA DE INVESTIGAÇÃO DE ÓBITO INFANTIL (A) AMBULATORIAL FORMULÁRIO C/ 2 FOLHAS SENDO IMPRESSÃO FRENTE E VERSO DIFERENTE EM TODAS AS FOLHAS EM SULFITE 15 G. 1X12 COR FORMATO 9, SENDO CADA BLOCO C/ 5 JOGOS DE 2 FOLHAS DIFERENTES (50X2) C/ FOTOLITO COLADO E INTERCALADO	BLS	GRAFICA PRI	50,000	89,5000	4.475,00
110	FICHA DE VISITA DOMICILIAR EM PAPEL SULFITE 75G IMPRESSÃO 1 COR (100X1) NO FORMATO 32 COM FOTOLITO	BLS	GRAFICA PRI	2.000,000	2,5300	5.060,00
112	KIT ECOLOGICO,COM ESTOJO,CANETA E LAPIS,EM MATERIAL RECICLADO,1/0 COR DEFINIDO PELA SECRETARIA	KIT	GRAFICA PRI	1.500,000	21,8600	32.790,00
114	ROA PARA RELATÓRIO BLOCO EM SULFITE 75G, IMPRESSÃO 1 COR, 100X1 NO FORMATO 9 COM FOTOLITO	BLS	GRAFICA PRI	5.000,000	7,1800	35.900,00
115	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE IMPRESSOS - ENVELOPE SACO TIMBRADO, EM PAPEL NA COR BRANCA, NO FORMATO 16,2X22,6CM, (MÉDIO) LOGOMARCA E ARTE COLORIDO	UN	GRAFICA PRI	600,000	1,1600	696,00
117	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CARTÃO DE VISITA - EM PAPEL COUCHE, LOGOMARCA E ARTE COLORIDO (MEDINDO 9X5)	UN	GRAFICA PRI	1.000,000	0,4200	420,00
119	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE IMPRESSOS - PAPEL TIMBRADO, PAPEL A4, 1 VIA, LOGOMARCA E ARTE COLORIDO	resma	GRAFICA PRI	2.000,000	46,8900	93.780,00
125	TESTEIRA EM LONA COM IMPRESSÃO COLORIDA MEDINDO 10X2M 440G	UN	GRAFICA PRI	50,000	1.750,0000	87.500,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Alto Garças,3 de Outubro de 2018.

_____

CLAUDINEI SINGOLANO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA - ME CNPJ: 13.278.238/0001-25 _____

GRAFICA PRINT INDUSTRIA E EDITORA LTDA CNPJ: 73.783.649/0001-08 _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº..: 102/2018

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: J A KONRAD TRANSPORTES EIRELI

Valor.....: 8.001,30 (oito mil e um reais e trinta centavos)

Vigência.....: Início: 06/09/2018 Término: 06/10/2018

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 36/2017

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, TIPO ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, EM ATENDIMENTO AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 103/2018

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: UALISSON CARLOS RIBEIRO DA CRUZ

Valor.....: 15.000,00 (quinze mil reais)

Vigência.....: Início: 10/09/2018 Término: 10/11/2018

Licitação.....: Outras Modalidades Nº.: 1/2018

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO, EM HORÁRIOS ESTIPULADOS POR ESCALA DEFINIDA PELO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, E/OU JUNTO AOS POSTOS DE SAÚDE DA FAMÍLIA, EM REGIME DE 40H SEMANAIS, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 104/2018

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: SANIA LARIZY FRAGA DE MORAES 03530154156

Valor.....: 25.600,00 (vinte e cinco mil e seiscentos reais)

Vigência.....: Início: 17/09/2018 Término: 31/12/2018

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 57/2017

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SORVETES, ALGODÃO DOCE E PIPOCAS, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, de

acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Contrato Nº..: 106/2018
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Contratada...: ASSOCIAÇÃO DE INTERV E REAB DE DEPEND QUÍM - LIBER
Valor.....: 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)
Vigência.....: Início: 20/09/2018 Término: 20/01/2019
Licitação.....: Outras Modalidades Nº.: 2/2018
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO E TRATAMENTO DE DEPENDENTES QUÍMICOS, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 108/2018
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Contratada...: NADIR MORAIS GONCALVES 58060294172
Valor.....: 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais)
Vigência.....: Início: 22/10/2018 Término: 26/10/2018
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 54/2017
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS E OFICINAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 109/2018
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Contratada...: QUELI JANICE JOST
Valor.....: 4.715,00 (quatro mil setecentos e quinze reais)
Vigência.....: Início: 01/10/2018 Término: 05/10/2018
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 54/2017
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS E OFICINAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 110/2018
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Contratada...: ALEXANDER PINTO FRAGA - ME
Valor.....: 22.200,32 (vinte e dois mil e duzentos reais e trinta e dois centavos)
Vigência.....: Início: 27/09/2018 Término: 31/12/2018
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 26/2018
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DE ENGENHARIA PARA DESMEMBRAMENTO E LOTEAMENTO DE APROXIMADAMENTE 370 LOTES NO BAIRRO BOA ESPERANÇA, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência e demais anexos.

Aditivo Nº.....: 1 - Contrato Nº: 54/2018
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Contratada...: J FREITAS ROCHA EIRELI
Valor.....: 0,00 (zero)
Vigência.....: Início: 12/09/2018 Término: 11/12/2018
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2018
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO
PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE CERCA COM MOURÕES DE CONCRETO E DE MADEIRA, PARA FECHAMENTO EM TORNO DO LOCAL DESTINADO AO DEPÓSITO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Aditivo Nº.....: 1 - Contrato Nº: 28/2018
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Contratada...: JOAQUIM BATISTA DA SILVA
Valor.....: 2.127,60 (dois mil cento e vinte e sete reais e sessenta centavos)
Vigência.....: Início: 21/09/2018 Término: 31/12/2018
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2018
Objeto.....: CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICIPIO DE ALTO GARÇAS

Aditivo Nº.....: 1 - Contrato Nº: 24/2018
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Contratada...: ASSOCIAÇÃO DE INTERV E REAB DE DEPEND QUÍM - LIBER
Valor.....: 10.800,00 (dez mil oitocentos reais)
Vigência.....: Início: 28/09/2018 Término: 27/03/2019
Licitação.....: Outras Modalidades Nº.: 2/2018
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO E TRATAMENTO DE DEPENDENTES

QUÍMICOS, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Aditivo Nº.....: 1 - Contrato Nº: 48/2018

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: CLINICA DE RADIOLOGIA PRIME DIAGNOSTICO LTDA ME

Valor.....: 0,00 (zero)

Vigência.....: Início: 01/10/2018 Término: 31/10/2018

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2018

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS, DISPONDO DE APARELHAGEM E INSUMOS PRÓPRIOS, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Aditivo Nº.....: 2 - Contrato Nº: 017/2017

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: CARLOS ROBERTO BATISTA

Valor.....: 4.258,46 (quatro mil duzentos e cinqüenta e oito reais e quarenta e seis centavos)

Vigência.....: Início: 23/09/2018 Término: 31/12/2018

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2017

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ANIMAÇÃO MUSICAL PARA OS INTEGRANTES DO SCFV (SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO) INSCRITOS NO CENTRO DE CONVIVENCIA DA TERCEIRA IDADE JOVINA JESUS DOURADO, 1 (UMA) VEZ POR SEMANA DURANTE AS REUNIÕES, CONFRATERNIZAÇÕES DENTRE OUTROS

Aditivo Nº.....: 2 - Contrato Nº: 23/2018

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: ASSOCIAÇÃO DE INTERV E REAB DE DEPEND QUÍM - LIBER

Valor.....: 10.800,00 (dez mil oitocentos reais)

Vigência.....: Início: 28/09/2018 Término: 27/03/2019

Licitação.....: Outras Modalidades Nº.: 2/2018

Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO E TRATAMENTO DE DEPENDENTES QUÍMICOS, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
JULGAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR 003/ 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município

CONSIDERANDO a abertura de processo administrativo disciplinar para apuração de possível desvio de conduta praticado pela servidora Wandressa Campos da Silva, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, ao qual era lotada;

CONSIDERANDO o relatório do Processo Administrativo Disciplinar 003/ 2018 emitido pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO a legislação municipal, em especial o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei 292/1990.

R E S O L V E:

ACATAR os termos do relatório do Processo Administrativo Disciplinar 003/2018 que concluiu pela **PROCEDÊNCIA** da denúncia formulada em face da servidora Wandressa Campos da Silva pela prática do crime funcional de abandono de emprego, previsto no art. 177, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, tendo em vista sido comprovada a falta injustificada de mais de 02 (dois) meses consecutivos de trabalho, determinando-se assim a **DEMISSÃO** por abandono de emprego, da servidora Wandressa Campos da Silva, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Prefeitura Municipal de Alto Garças, nos termos do art. 171, inciso II, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, com as devidas anotações de estilo.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 21 de Setembro de 2018.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2018

RESULTADO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº 103/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, designado(s) pela Portaria n° 134/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado final obtido do processo supracitado, cujo objeto é:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS**, sagrando-se vencedor(a) a(s) empresa(s) para os itens a seguir: ITENS 2, 3, 4, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 54, 55, 56, 59, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 77, 80, 81, 84, 87, 88, 93, 97, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 111, 113, 116, 118, 120, 121, 122, 123 e 124 - 4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n° 13.278.238/0001-25, com o valor total de R$ 336.783,99 (trezentos e trinta e seis mil e setecentos e oitenta e três reais e noventa e nove centavos) e ITENS 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 35, 37, 39, 40, 41, 45, 49, 51, 52, 53, 57, 58, 60, 63, 64, 65, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 83, 85, 86, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 105, 110, 112, 114, 115, 117, 119 e 125 - GRAFICA PRINT INDUSTRIA E EDITORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 73. 783.649/0001-08, com o valor total de R$ 632.383,20 (seiscentos e trinta e dois mil e trezentos e oitenta e três reais e vinte centavos). Não havendo interposição de recurso, os objetos da licitação ficam adjudicados à clas-

sificada conforme acima mencionado. Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeira pelo fone/fax (66) 3471-2450, e-mail: licitacaoag2017-2020@hotmail.com. Alto Garças - MT, 03 de outubro de 2018. **Alessandra da Silva Dias-Pregoeira.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PORTARIA 270/2018

PORTARIA 270/2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder 03 (Três) meses de Licença Especial a Servidora VALDELI DE ALMEIDA CHAGAS BRITO – Titular do Cargo Efetivo de TECNICO ADM EDUCACIONAL–30 HRS PROFISSIONALIZADO, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura, por ter completado 05 (Cinco) anos de serviço público municipal, referente ao qüinqüênio, compreendendo no período de 2011/2016, para gozar a partir de 24/09/2018 a 23/12/2018.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 24 de Setembro de 2018.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n°021/2018

PREGÃO PRESENCIAL N. 013/2018

Validade: 12 (Doze) meses.

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI ESTADO DE MATO GROSSO,** por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03.648.532/0001-28, com sede na Rua Presidente Médici, 470, bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, neste ato, representada pela **PREFEITA MUNICIPAL,** a Excelentíssima Senhora **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** brasileira, Casada, Dentista, portadora da Cédula de Identidade RG n°. 08176490-4 e inscrita no CPF sob o n° 804.435.751-34, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **INDÚSTRIA QUIMICA CMT LTDA**, CNPJ sob n. **10.717.170/0001-45** sede na **AV JULIO DOMINGOS DE CAMPOS (LOT C DEUS)**, **SANTA ISABEL**, **VARZEA GRANDE**-MT, vencedora dos itens 01,02 e 03 considerando o julgamento da licitação **MENOR PREÇO POR ITEM,** na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 013/2018**, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por **itens**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Decreto Federal n. 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto n. 7.892 de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o SRP e Decretos Municipais N. 04/2009, Decreto 61/2014 em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto**REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA UTILIZAÇÃO NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA NA UNIDADE DO MUNICÍPIO (E.T.A).**

1.2. Os mesmos cartuchos retirados deverão ser os mesmos entregues.

1.3 A falta de quaisquer produtos não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso na sua entrega

1.4 Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

1.5. A assinatura da Ata de Registro de Preços não implica na obrigatoriedade da aquisição da totalidade dos itens registrados, tendo em vista que o registro de preços serve para assegurar uma futura aquisição, dentro do prazo de vigência;

1.6. Na falta de qualquer outro produto cotado pela licitante vencedora, a mesma fica obrigada a entregar outro produto similar, ainda que de preço superior, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

1.7. Substituir o produto, caso seja constatado qualquer tipo de rompimento da respectiva embalagem.Neste caso, caberá ao CONTRATANTE,rejeitar o produto, através do servidor designado para efetuar a fiscalização do mesmo.

1.8. No momento do desembarque dos produtos, os responsáveis da CONTRATADA deverão sempre depositá-los, cuidadosamente, nos locais designados, conforme orientação do servidor designado do produto e/ou prazo de validade.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (Doze) meses,** contados a partir de sua publicação na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Parágrafo Único – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

2.2. Comparecer o vencedor quando convocado no prazo Maximo de 05(cinco) dias úteis, contados da convocação formal, para assinatura da ATA de registro de preços, sob pena de multa de 2%(dois por cento) ao dia, sobre o valor a ela adjudicado.

2.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada a regra seguinte:quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na lei8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes.

2.4. Nos termos do §4º do artigo 15 da Lei Federal nº8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de ALTO PARAGUAI-MT não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na clausula primeira, podendo ultilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie a empresa detentora.

2.5. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as clausulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº013/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumentos de compromisso, independente de transcrição por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Planejamento e Gestão, através do setor competente no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1. Os preços registrados, a especificações dos produtos/equipamentos e/ou serviços, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados abaixo e no relatório da sessão, em ordem de classificação no processo licitatório do **Pregão presencial n. 013/2018.**

SEQ	PRODUTOS	DESCRIÇÃO	UNID	QDTE	V. UNIT.	V. TOTAL
01	**Hipoclorito de Cálcio 65% granulado**	Estado Físico: Sólido, Forma: Granulo ou Tablete, Cor: Branco, Odor: Característico, Teor de Cloro Ativo Mínimo 65%, Solubilidade em água 217g/L de água a 27°C).	KG	6.000	R$15,00	R$90.000,00
02	**Sulfato de Alumínio ferroso granulado**	Estado Físico: Sólido, Forma: Granulado, Cor Marrom: Claro, Odor: Inodoro Alumínio Solúvel (Al2O3): 14 a 16%, Insolúveis 0,0 a 6,0%, Ferro total (Fe2O3): 0,0 a 2,5%, Acidez livre: 0,0 a 5,0 %, Ponto de Fusão 92°C com decomposição, Solubilidade em água a 20°C 300 g/l, pH (em 20 g/l de água) 3.00 - 4.00, Decomposição Térmica A partir de 86°C, Produto inorgânico, não combustível, solúvel em água, a solução aquosa é ácida.	KG	13.000	R$2,60	R$33.800,00
03	**Cloro tablete de pastilhas**	Estado Físico: Sólido, Forma: Tablete, Cor: Branco, Odor: Característico, Destinação:Utilização em Dosador.	KG	100	R$19,00	R$1.900,00

Totalizando o valor da aquisição em **R$ 125.700,00** (Cento e Vinte e Cinco Mil e Setecentos Reais);

4.2. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregues nas embalagens originais, em perfeito estado, sem sinais de violação, aderência ao produto/equipamento e umidade, sem inadequação de conteúdo.

4.3. Os produtos/equipamentos e/ou serviços estarão sujeitos à aceitação pela Administração Municipal, a qual caberá o direito de recusar, caso os produtos/equipamentos e/ou serviços não estejam de acordo com o especificado;

4.4. O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso;

4.5. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade do produto/equipamento fornecido;

4.6. O prazo de garantia que esteja especificado nos produtos/equipamentos e/ou serviços deverá ser obedecido, desde que não fique comprovado o mau uso, nos termos do Art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto/equipamento ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

CLÁUSULA QUINTA - DO(S) LOCAL (IS) PARA ENTREGA E PRAZO

5.1. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregue no almoxarifado central da Prefeitura Municipal, ou conforme solicitado pela administração, em até **7(Sete) dias corridos**, contados da emissão da Ordem de Fornecimento dos itens e quantidade especificada.

5.2. A entrega deverá ser feita com acompanhamento do fiscal do contrato acompanhado com assinatura do mesmo, em canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte.

5.3. Após o recebimento dos materiais/equipamentos deverá ser feita conferência da quantidade, avaliação da qualidade e verificação da adequação dos produtos/equipamento e/ou serviços através do servidor designado para esse fim.

5.4. O transporte dos produtos/equipamentos e/ou serviços será custeado pela CONTRATADA, em qualquer tempo do processo, caso o fornecimento realizado esteja em desacordo no todo ou em partes com a ordem de fornecimento e com as normas deste Termo de Referência.

5.5. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos/equipamentos e/ou serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

6.1. Os Produtos/equipamentos e/ou serviços deverão estar de acordo com a quantidade, qualidade e periodicidade especificada no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada;

6.2. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregues no prazo máximo de **7 (Sete) dias corridos**, em local a ser indicado pela Administração pública, após o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal.

6.3. Substituir*, em até **05 (Cinco) dias corridos** após a notificação, os produtos/equipamentos e/ou serviços que apresentarem qualquer impropriedade, sem implicar custos adicionais aos preços contratados.*

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos neste Termo de Referência;

7.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência;

7.3. Prestar os devidos esclarecimentos que lhe forem solicitados, bem como dar ciência a esta Administração imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento.

7.4. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização desta Administração, no tocante ao fornecimento do produto/equipamento, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo;

7.5. Comunicar imediatamente ao Setor de Compras desta prefeitura de qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.6. Os produtos/equipamentos que por ventura forem entregues em desacordo com as descrições da TR deverão ser substituídos em até **05 (Cinco) dias corridos** a contar da notificação à empresa contratada. Notificação esta que deverá ser feita pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, imediatamente a constatação do fato;

7.7. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

7.8. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante o fornecimento dos equipamentos/materiais ou em conexão com ele;

7.9. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao processo licitatório e ao presente contrato, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

7.10. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da Contratante.

7.11. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

7.12.A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, mão poderá ser alegado como motivo de força maior para atraso, má execução ou inexecução do objeto desta ATA e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não inexecução do objeto dês Ata e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

7.13. Indenizar terceiros e/ou o Orgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância as exigências das autoridades competentes e as disposições legais vigentes;

7.14. Responde a contratada nos casos de qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalhos a seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

7.15. Atender a Ordem de Fornecimento do município fornecendo os produtos, nos preços, com os descontos previstos nas propostas; Repassar eventuais baixas de preços, ainda que, após expedida a ordem de fornecimento e constando valor superior nas pesquisas de mercado.

7.16. Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.

7.17. Credenciar um representante junto ao município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

7.18.O frete e demais despesas concernentes ao envio/entrega dos produtos será as expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento à Contratada. **8.2.** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **8.3.** Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, neste Termo de Referência. **8.4.** Acompanhar, fiscalizar, supervisionar, gerir e conferir a entrega dos produtos/equipamentos e/ou serviços, juntamente com a Gerência de Patrimônio.

CLÁUSULA NONA — DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pelo fiscal do contrato (nota fiscal), feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito.

9.1.2. Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto/equipamento entregue deverá ser atestada pelo fiscal do contrato e encaminhadaao Setor de Aquisições da Prefeitura municipal, para providências cabíveis.

9.1.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

9.1.4. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade fiscal da fornecedora.

9.1.5.Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas a CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

9.2. DO REAJUSTE

9.2.1. Os preços dos produtos/equipamentos e/ou serviços objeto desta licitação serão fixos pelo prazo de 01 (um) ano, contados a partir da data de assinatura e Publicação da Ata, salvo art. 40, XI, da Lei 8.666/93.

9.2.2. A revisão será precedida de pesquisa previa no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para o levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do ***produto*** ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.2.3. Considera-se incluso no preço dos itens para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: Tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma;

9.3. DO REEQUILÍBRIO

9.3.1. O valor contratual poderá ser revisto mediante solicitação da contratada com vista à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do artigo 65, inciso II, alínea d, da lei 8666/93, e observados os itens subseqüentes deste termo de referência.

9.3.2. As eventuais solicitações, observadas o disposto no item anterior, deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de conseqüências incalculáveis bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

9.3.3. Na hipótese de revisão do equilíbrio econômico-financeiro prevista no item anterior, serão objeto da revisão apenas as parcelas do contrato correspondente ao impacto efetivo do reajuste salarial ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

10.1 Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

10.2 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassará aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

10.3 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

10.4 Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o lote, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de serviço, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

10.5 Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1 A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

I. Quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

II. Quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

III. Quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

IV. Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

V. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

VI. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades com o Fornecedor.

11.6. Caso a Superintendência de Compras não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.7. Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigida na licitação.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1 Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução da entrega dos materiais.

III. Todas as despesas com alimentação, transporte, frete e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do produto, objeto desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

13.1. ADVERTÊNCIA

13.1.1. A aplicação da sanção administrativa de advertência pode ser efetuada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarretem prejuízos para a CONTRATANTE, independentemente da aplicação de multa;

b) Execução insatisfatória ou inexecução dos fornecimentos e/ ou serviços ora contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;

c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, a seu critério, desde que não sejam passíveis de sanção mais grave;

13.1.2. Atraso na entrega do bem ou na prestação do serviço contratado, pelo prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis. **13.2. MULTA**

13.2.1. Conforme disposto no **(Art. 86 da Lei 8.666/93),** na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de entrega dos materiais ou serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida; (O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subseqüente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias);

b) 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de entrega;

d) 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta, se decorrido o prazo estabelecido no item 15.2, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura do contrato.

13.2.2. A adjudicada/Contratada não incorrerá em multa quando houver prorrogação do prazo, previamente autorizado pela CONTRATANTE, em decorrência de impedimentos efetivamente verificados sem que a ela seja imputável a culpa, ou em decorrência de acréscimos ou modificações no objeto inicialmente ajustado, respeitado o limite legal;

13.2.3. A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial;

13.2.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da execução dos serviços ou fornecimento advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

13.3. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 02 (DOIS) ANOS.

13.3.1. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Contratante pode ser aplicada aos inadimplentes culposos que prejudicarem a execução do Contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento da respectiva intimação;

13.3.2. A sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura poderá ser aplicada nos seguintes prazos e situações:

13.3.3. Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

a) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenham acarretado prejuízos para a CONTRATANTE;

b) Execução insatisfatória dos fornecimentos e/ ou serviços contratados;

13.3.4. Por 02 (dois) anos, nos seguintes casos:

a) Não concluir os fornecimentos e/ ou os serviços contratados;

b) Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente, no que diz respeito à sua fruição, qualidade e riscos de operacionalização;

c) Prestar o serviço em desacordo com as normas aplicáveis à execução do objeto deste ajuste;

d) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao órgão licitador, ensejando a rescisão do contrato.

13.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

13.4.1. Enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

13.4.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública será proposta pela Seção Administrativa e Financeira para aplicação à ADJUDICADA/CONTRATADA nos casos a seguir indicados:

a) condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) prática de atos ilícitos, visando frustrar a execução do contrato;

13.4.3. Demonstração de não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão contratante, em virtude de atos ilícitos praticados, tais como:

a) praticar ação maliciosa e premeditada em prejuízo da Contratante ou ações que evidenciem interesses escusos ou má-fé;

b) apresentar qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte;

c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento da Contratante, por escrito.

13.5. O fornecedor poderá solicitar a substituição do bem registrado em Ata por outro de mesma espécie e gênero, porém, de outra marca, no caso de ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que independe de sua vontade, sem qualquer acréscimo no valor anteriormente registrado;

13.5.1 Caberá ao órgão gerenciador a análise técnica e jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto registrado;

13.5.2 Havendo a substituição do produto, conforme itens anteriores, o produto substituído somente estará em vigor após aditivo à Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Primeiro - Independentemente das sanções administrativas a que se refere a Cláusula Décima Quarta deste contrato, a ADJUDICADA/ CONTRATADA está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, quando a inadimplência acarretar prejuízos ao órgão contratante;

Parágrafo Segundo - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL correrão à conta da NATUREZA DA DESPEZA consignadas na:

SEC.MUN. DE INF. ESTRUT SAN------(735/100/130)05.005.17.512.0014.1015-339030
SEC.MUN. DE INF.ESTRUT SAN----------(742/100)05.005.17.512.0015.2020-339030

15.2. Para o exercício de 2019, será utilizada Dotações Orçamentárias da Lei Orçamentária Anual – LOA/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços.

II. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial n. 013/2018** e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para o lote.

III. É vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. O acompanhamento da efetivação dessa Ata ficará a cargo da CONTRATANTE, mediante nomeação dos servidores especialmente designados para este fim, nos termos do Art. 67 da Lei n. 8.666/93.

17.1.1. A fiscalização será realizada pelo servidor abaixo relacionado: **OLIOS CIRO DE MATOS**, brasileiro, Servidor Público na função **DIRETOR ADMINISTRATIVO DO DAE**, portador da cédula de identidade RG nº 331127SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº **253.916.071-91**.

17.2 A Contratante deverá monitorar **constantemente** o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

17.3 A Fiscalização terá poderes para, nos locais de trabalho, proceder qualquer determinação que seja necessária à perfeita execução dos serviços, inclusive podendo determinar a paralisação dos mesmos quando não estiver havendo atendimento às cláusulas contratuais;

17.4 O fiscal/gestor do contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

18.1 As partes contratantes elegem o foro de Diamantino-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Alto Paraguai – MT 27 de Agosto de 2018.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves **Prefeita Municipal**	**INDÚSTRIA QUIMICA CMT LTDA** **CNPJ:10.717.170/0001-45** Contratado
Testemunhas:	
DIEGO RODRIGUES DE MORAES CPF: 033.311.981-96	**FERNANDA PALMEIRA DE CARVALHO** CPF:049.699.921-42

LICITAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, resolve **HOMOLOGAR** como HOMOLOGADO tem, o resultado da licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº 017/2018** que tem por Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NA ZONA RURAL DESTE MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO.

E que teve como vencedor os licitantes:

ü **VERA LUCIA ARRAES DA SILVA-ME**, inscrita sobCNPJ: **20.206.205. 0001-35** nos LOTES Nº 03,05, 06 e 07;

ü **PATRICIA P. DE SOUZA TRANSPORTE ESCOLAR-ME**, inscrita sobCNPJ: **26.940.407/0001-92** nos LOTE Nº 04;

ü **FERNANDA P. BATISTA CHAGAS EIRELLI-ME**, inscrita sobCNPJ: **27. 018.444/001-00** nos LOTES Nº 01, 02, 08 e 09;

Alto Paraguai – MT, 10 de Setembro de 2018.

_____

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2018

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 060/2018, cujo certame se deu início às 13h00min, do dia 01/10/2018, sagrou-se vencedor o preponente: **NA CONTRAMÃO LTDA ME**, CNPJ: 14.111. 790/0001-97,com o valor total de **R$ 121.800,83** (cento e vinte e um mil, oitocentos reais e oitenta e três centavos). A licitação foi realizada pela modalidade Pregão Presencial, pelo critério do tipo menor preço por item, com certame homologado em 03/10/2018. Alto Taquari – MT, 03 de outubro 2018. Renata Fermino de Oliveira – **Pregoeira.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 158/2018

DECRETO Nº 158/2018

"Dispõe sobre Exoneração do cargo de Provimento em Comissão **Diretor do Departamento de Lazer e** Nomeia no Cargo em Comissão de **Diretor do Departamento de Acompanhamento de Processos, certidões e serviços congêneres** e dá outras providencias. "

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Fábio Mauri Garbugio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica exonerado, do Cargo de Provimento em Comissão de **Diretor do Departamento de Lazer**, código CC- 10.200, o Senhor **KLEBER WELINGTON DE SOUZA GOMES**, CPF/MF – 690.653.061-53, nomeado através do Decreto nº 060/2018, de 09 (nove) de abril de 2018.

Artigo 2º. – Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de**Diretor do Departamento de Acompanhamento de Processos, certidões e serviços congêneres**, o Senhor **KLEBER WELINGTON DE SOUZA GOMES**, CPF/MF – 690.653.061-53, nos da Lei Municipal nº 390/2004.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 02 de outubro de 2018.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 159/2018

DECRETO Nº 159/2018

"Dispõe sobre Exoneração do cargo de Provimento em Comissão **Chefe da Seção de Eventos Culturais e** Nomeia no Cargo em Comissão de **Diretor do Departamento de Indústria, Comércio e Turismo**e dá outras providencias. "

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Fábio Mauri Garbugio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica exonerada, do Cargo de Provimento em Comissão de **Chefe da Seção de Eventos Culturais**, código CC- 3.040, a senhora **Marisete Mundins de Lima,** CPF/MF – 009.190.501-07, nomeada através do Decreto nº 282/2017, de 14 (catorze) de julho de 2017.

Artigo 2º. – Fica nomeada para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Diretor do Departamento de Indústria, Comércio e Turismo**, a senhora **Marisete Mundins de Lima**, CPF/MF – 009.190.501-07, nos da Lei Municipal nº 390/2004.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 02 de outubro de 2018.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2018

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 061/2018, cujo certame se deu início às 07h30min, do dia 02/10/2018, sagraram-se vencedores os preponentes: **TADEU MROZINSKI** vencedora com o valor total de **R$ 622.086,25** (seiscentos e vinte e dois mil, oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos) e a empresa **COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, no valor total de **R$ 12.702,26** (doze mil, setecentos e dois reais e vinte e seis centavos). A licitação foi realizada pela modalidade Pregão Presencial, pelo critério do tipo menor preço por item, com certame homologado em 03/10/2018. Alto Taquari – MT, 03 de outubro 2018. Renata Fermino de Oliveira – **Pregoeira.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 161/2018

DECRETO Nº 161/2018

"Dispõe sobre Exoneração do cargo de Provimento em Comissão **Chefe da Seção de Serviços Comunitários e** Nomeia no Cargo em Comissão de **Diretor do Departamento de Lazer** e dá outras providencias. "

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Fábio Mauri Garbugio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica exonerado, do Cargo de Provimento em Comissão de **Chefe da Seção de Serviços Comunitários**, código CC- 5.010, oSenhor***Valdecir Bocchi***, CPF/MF – 819.566.069-04, nomeado através do Decreto nº 044/2018, de 08 (oito) de março de 2018.

Artigo 2º. – Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Diretor do Departamento de Lazer**, código CC- 10.200, oSenhor***Valdecir Bocchi***, CPF/MF – 819.566.069-04, nos da Lei Municipal nº 390/2004.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 02 de outubro de 2018.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 160/2018

DECRETO Nº 160/2018

"Dispõe sobre Exoneração do cargo de Provimento em Comissão **Chefe da Seção de Tesouraria e** Nomeia no Cargo em Comissão de **Chefe da Seção de Eventos Culturais** e dá outras providencias. "

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Fábio Mauri Garbugio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica exonerada, do Cargo de Provimento em Comissão de **Chefe da Seção de Tesouraria**, aSenhora**Eliana Worst**, CPF/MF – 211. 920.570-15, nomeada através do Decreto nº 080/2018, de 04 (quatro) de junho de 2018.

Artigo 2º. – Fica nomeada para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Chefe da Seção de Eventos Culturais**, código CC- 3.040, a senhora**Eliana Worst**, CPF/MF – 211.920.570-15, nos da Lei Municipal nº 390/2004.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 02 de outubro de 2018.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 035/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 045/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2018

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT.,** denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) REGIANE P. DA SILVA –ME, CNPJ- 16.847.377/0001-10, situada à Av. Dante Martins de Oliveira, s/n°, Centro, Apiacás-MT.,, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 045/2018 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ALIMENTO HIPOALERGENICO, LEITE EM PÓ ISENTO DE LACTOSE, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, **conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 045/2018.**

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos materiais registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR- REGIANE P. DA SILVA -ME

CNPJ- 16.847.377/0001-10

Telefone: (66- 3593-1787)

ITENS:

Item	Descrição do Material	Marca	Un.	Qtde	Preço Unit.	Preço Total
1	LEITE EM PÓ FORMULA INFANTIL COM PROTEÍNA EXTENSAMENTE HIDROLISADA DO SORO DE LEITE DE 190,00 A 220,00 MOSM/L DE 210,00 A 220,00 MOSMO/KG/AGUA, ISENTA DE LACTOSE, EMBALADO EM LATA COM 800 GR	DANONE	UN	80,00	191,00	15.280,00

Valor total do fornecedor R$ 15.280,00 (quinze mil duzentos e oitenta reais)

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.3. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.4. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.5. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

5.6. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.7. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.8. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.9. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.10dicamento. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado a vista após a entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na prestação de serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, por prazo de até 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SAÚDE

2063. – MANUTENÇÃO E ENCARGOS ATIVIDADE DA SECRETARIA DE SAUDE

339030.000000-0159 - MATERIAL DE CONSUMO

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 045/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás/MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás/MT, 03 de outubro de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

REGIANE P. DA SILVA -ME

CNPJ- 16.847.377/0001-10

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 045/2018 – PROCESSO LICITATÓRIO 069/2018

EGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ALIMENTO HIPOALERGENICO, LEITE EM PÓ ISENTO DE LACTOSE, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS**.**

TENDO COMO VENCEDOR A EMPRESA:

REGIANE P. DA SILVA -ME

CNPJ- 16.847.377/0001-10

Item	Descrição do Material	Marca	Un.	Qtde	Preço Unit.	Preço Total
1	LEITE EM PÓ FORMULA INFANTIL COM PROTEÍNA EXTENSAMENTE HIDROLISADA DO SORO DE LEITE DE 190,00 A 220,00 MOSM/L DE 210,00 A 220,00 MOSMO/KG/AGUA, ISENTA DE LACTOSE, EMBALADO EM LATA COM 800 GR	DANONE	UN	80,00	191,00	15. 280,00

Valor total do fornecedor R$ 15.280,00 (quinze mil duzentos e oitenta reais)

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 034/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 043/2018 – **REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2018

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à ruadas Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT., denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da empresa SAMUEL CONTRERA, CNPJ -31.424.835/0001-00, Av. Brasil n° 1120, Bairro Bom Jesus, Apiacás –MT., CEP 78.595-000, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 043/2018 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA PARA AQUISIÇÃO DE PROTESES ÁDENTARIAS COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 043/2018.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos materiais registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: SAMUEL CONTRERA

CNPJ -31.424.835/0001-00

Item	Descrição	Qtde	V. Unitário	V. Total
01	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E AJUSTES EM PROTESE PARCIAL REMOVIVEL, TIPO CONFECÇÃO DE PROTESE PARCIAL REMOVIVEL PROVISÓRIA EM RESINA ACRILICA.	220	200,00	44.000,00
02	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E AJUSTES EM PROTESE TOTAL, COM FECÇÃO DE PROTESE TOTAL MAIS MOLDEIRA INDIVIDUAL EM RESINA ACRILICA	100	220,00	20.000,00

Valor Total R$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás-MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.13. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. O prazo máximo para entrega será de 10 (dez) dias após a solicitação e pedido efetuado pelo departamento de compras da Prefeitura Municipal de Apiacás.

5.15. O atraso na entrega caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado após a entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega para o fornecimento das próteses dentárias, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás -MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2066. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA

339039.000000-206-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 043/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás-MT, 03 de outubro de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SAMUEL CONTRERA

CNPJ -31.424.835/0001-00

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 043/2018 – PROCESSO LICITATÓRIO 067/2018

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA PARA AQUISIÇÃO DE PROTESES DENTARIAS COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS**.**

TENDO COMO VENCEDOR A EMPRESA:

SAMUEL CONTRERA

CNPJ -31.424.835/0001-00

Av. Brasil n° 1120, Bairro Bom Jesus, Apiacás –MT., CEP 78.595-000

ITENS:

Item	Descrição	Qtde	V. Unitário	V. Total
01	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E AJUSTES EM PROTESE PARCIAL REMOVÍVEL, TIPO CONFECÇÃO DE PROTESE PARCIAL REMOVIVEL PROVISÓRIA EM RESINA ACRILICA.	220	200,00	44. 000,00
02	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E AJUSTES EM PROTESE TOTAL, COM FECÇÃO DE PROTESE TOTAL MAIS MOLDEIRA INDIVIDUAL EM RESINA ACRILICA	100	220,00	20. 000,00

Valor Total R$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais).

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 035/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 045/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2018

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT.,** denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) REGIANE P. DA SILVA –ME, CNPJ- 16.847.377/0001-10, situada à Av. Dante Martins de Oliveira, s/n°, Centro, Apiacás-MT.,, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 045/2018 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ALIMENTO HIPOALERGENICO, LEITE EM PÓ ISENTO DE LACTOSE, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, **conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 045/2018.**

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos materiais registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR- REGIANE P. DA SILVA -ME

CNPJ- 16.847.377/0001-10

Telefone: (66- 3593-1787)

ITENS:

Item	Descrição do Material	Marca	Un.	Qtde	Preço Unit.	Preço Total
1	LEITE EM PÓ FORMULA INFANTIL COM PROTEÍNA EXTENSAMENTE HIDROLISADA DO SORO DE LEITE DE 190,00 A 220,00 MOSM/L DE 210,00 A 220,00 MOSMO/KG/AGUA, ISENTA DE LACTOSE, EMBALADO EM LATA COM 800 GR	DANONE	UN	80,00	191,00	15.280,00

Valor total do fornecedor R$ 15.280,00 (quinze mil duzentos e oitenta reais)

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.3. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.4. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.5. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

5.6. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.7. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.8. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.9. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.10dicamento. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado a vista após a entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na prestação de serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, por prazo de até 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SAÚDE

2063. – MANUTENÇÃO E ENCARGOS ATIVIDADE DA SECRETARIA DE SAUDE

339030.000000-0159 - MATERIAL DE CONSUMO

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 045/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás/MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás/MT, 03 de outubro de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

REGIANE P. DA SILVA -ME

CNPJ- 16.847.377/0001-10

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE RECEBIMENTO

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

Apiacás – MT, dia 03 de outubro de 2018

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

OBJETO:SERVICO DE SONDAGEM FUROS DE SOLO TIPO SPT, COM MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO TRES MONTAGENS E DESMONTAGENS DE EQUIPAMENTOS COM PERFURAÇÃO DE 10 BURACOS.

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Apiacás – MT.

ORDEM DE SERVIÇO - 21 de setembro de 2018.

Responsável Fiscal: Eng. Civil **Jean Garattini Vizzotto** – CREA **MT/035714**

Eu, **Jean Garattini Vizzotto**, Engenheiro Civil CREA **MT/035714**, contratado da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT, verificando a execução dos serviços de engenharia contratados pela Dispensa de Licitação 009/2018, **CONTRATO Nº 075/2018**, contrato celebrado entre a **Prefeitura Municipal de Apiacás - MT** e a empresa M.F. DA CRUZ ENGENHARIA**,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.417.302/0001-49, estabelecida ST CLN 413, BLOCO E, nº 45, Sala 102, Asa Norte, Brasília, DF, CEP 70.876-550, referente à SERVICO DE SONDAGEM FUROS DE SOLO TIPO SPT, COM MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO TRES MONTAGENS E DESMONTAGENS DE EQUIPAMENTOS COM PERFURAÇÃO DE 10 BURACOS, passamos este termo de **recebimento Definitivo**, por estar totalmente executado os serviços de engenharia acima descritos.

Sem mais para o momento.

Jean Garattini Vizzotto

Eng: Civil CREA MT/035714

Departamento de Engenharia

Adalto José Zago

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N°. 1069/2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Apiacás, Estado Mato Grosso, Senhor **Adalto José Zago**, faz saber que a Câmara aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Apiacás, Estado Mato Grosso, para o exercício de 2019 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as Metas Fiscais;

II - as Prioridades da Administração Municipal;

III - a Estrutura dos Orçamentos;

IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;

V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;

VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;

VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e

VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2019, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 389, de 14 de junho de 2018-STN..

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, obedece as determinações do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA Portaria nº 389, de 14 de junho de 2018-STN, 8ª Edição do Manual de Elaboração válida para 2018.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei, constituem-se dos seguintes:

01.00.00 PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS.

01.01.00 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS.

02.00.00 PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS

02.01.00 DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS.

02.02.00 DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

02.03.00 DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

02.04.00 DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

02.05.00 DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.

02.06.00 DEMONSTRATIVO 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES.

02.07.00 DEMONSTRATIVO 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA.

02.08.00 DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2019, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo 1- Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2019 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2019, 2020 e 2021 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 389/2018 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

§ 3º - Em cumprimento ao estabelecido na Portaria nº 389/2018, as METAS ANUAIS DA LDO 2019, passam a conter o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Parágrafo único - Em cumprimento ao estabelecido na Portaria nº 389/2018, as METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR da LDO 2019, passam a conter o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo 1.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 12 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o modelo da Portaria nº 389/2018-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 13 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, etc.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 14 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 15 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 389/2018-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2019, 2020 e 2021.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 16 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 17 - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 18 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2019, 2020 e 2021.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 19 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019, estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2018 a 2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2019 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianualnão se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 20 - O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 21 - A Lei Orçamentária para 2019 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 22 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 23 - O Orçamento para exercício de 2019 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 24 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2019 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de calculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocara à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 25 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 26 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2019, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2019 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 27 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

Parágrafo Único: Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos constantes de Artigo 43 da Lei Federal Nº 4.320/1964.

Art. 28 - O Orçamento para o exercício de 2019 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 30% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2019, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 29 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 30 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 31 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2019 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 32 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2019, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 33 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 34 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2019, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 / 1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 35 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 37 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2019 a preços correntes.

Art. 38 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 39 - Durante a execução orçamentária de 2019, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2019 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 40 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecidono art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 41 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2019 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 42 - A Lei Orçamentária de 2019 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 43 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 44 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resul-

tado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 45 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2019, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2019.

Art. 46 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2019, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2018, acrescida o máximo de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 47 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 48 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas-extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 49 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 50 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 51 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 52 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 54 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 55 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por Decreto do Executivo.

Art. 56 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 57 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Apiacás MT, 02 de Outubro de 2018.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 125/2018

PORTARIA N.º 125/2018

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 109/2018 que trata sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição á servidora **Sra. Anelice Correa Filho.***"*

O Prefeito do Município de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 6º, I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 86, I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 669, de 13 de maio de 2015, que rege a previdência municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 109/2018 que versa sobre a concessão do benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição** a servidora Sra. **Anelice Correa Filho**, com proventos integrais e com paridade, conforme processo administrativo do ARAGUAIANA - PREV, n.º 2018.04.00022P:

Onde se lê: (...) lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social (...)

Leia-se: (...) lotada na Secretaria Municipal de Finanças (...)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Araguaiana/MT, 03 de Outubro de 2018.

Getulio Dutra Vieira Neto Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 8 º ADITIVO DO CONTRATO 17/2015

8º ADITIVO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA-MT

CONTRATADO : M C MARQUES DE MORAES -ME

OBJETO : Prorrogação do prazo dos serviços de coleta de lixo e outros.

Prazo: 31/12/2018

DATA: 27/09/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 3 º ADITIVO DO CONTRATO 12/2017

3º ADITIVO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA-MT

CONTRATADO : M C MARQUES DE MORAES -ME

OBJETO : Prorrogação do prazo dos serviços de coleta de lixo e outros

Prazo: 31/12/2018

DATA: 27/09/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 3 º ADITIVO DO CONTRATO 21/2017

3º ADITIVO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA-MT

CONTRATADO : EAB ENGENHARIA LTDA – ME

OBJETO : Prorrogação do prazo dos serviços **de** Prestação de serviços de engenharia sanitarista para elaboração de projetos junto ao DAE (DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO) e outros serviços inerentes ao cargo.

Prazo: 31/12/2018

DATA: 28/08/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA ANEXO 17 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE DEZEMBRO(31/12/2017) ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

TITULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERIODO				SALDO P/ O PERIODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	TRANSF .RP NAO PROC. LIQ		
				INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS						
EXERCÍCIO 2009	1.283,31	0,00	1.283,31	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2010	23.409,32	0,00	23.409,32	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2011	15.007,88	0,00	15.007,88	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2012	151.360,74	0,00	151.360,74	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2013	2.219,48	0,00	2.219,48	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2014	47.051,70	0,00	47.051,70	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2015	60.438,74	0,00	60.438,74	64.369,50	0,00	64.369,50
EXERCÍCIO 2016	143.453,51	0,00	143.453,51	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2017	0,00	452.814,83	0,00	0,00	0,00	452.814,83
Sub-total	444.224,68	452.814,83	444.224,68	64.369,50	0,00	517.184,33
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS						
EXERCÍCIO 2010	2.939,77	0,00	2.939,77	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2012	5.660,50	0,00	5.660,50	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2013	684,86	0,00	684,86	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2014	29.822,71	0,00	29.822,71	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2015	235.521,68	0,00	171.152,18	0,00	64.369,50	0,00
EXERCÍCIO 2016	914.578,77	0,00	914.578,77	0,00	0,00	0,00
Sub-total	1.189.208,29	0,00	1.124.838,79	0,00	64.369,50	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES						
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)	68.679,99	411.591,42	472.918,17	0,00	0,00	7.353,24
INSS (F)	43.779,00	71.135,31	99.760,58	0,00	0,00	15.153,73
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	0,00	56.505,30	33.877,69	0,00	0,00	22.627,61
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES (F)	7.675,03	7.184,62	14.859,65	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS (F)	0,00	10.816,65	10.816,65	0,00	0,00	0,00
PENSAO ALIMENTICIA (F)	7.114,82	3.404,32	2.965,11	0,00	0,00	7.554,03
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES (F)	681,14	86.376,67	71.074,85	0,00	0,00	15.982,96
OUTROS CONSIGNATARIOS A CLASSIFICAR	0,00	176,00	176,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS CONSIGNATARIOS (F)	41.386,15	602.679,48	625.403,32	0,00	0,00	18.662,31
GARANTIAS (F)	157,50	0,00	157,50	0,00	0,00	0,00
DEPOSITOS PARA RECURSOS JUDICIAIS (F)	1.141,10	0,00	1.141,10	0,00	0,00	0,00
Sub-total	170.614,73	1.249.869,77	1.333.150,62	0,00	0,00	87.333,88

TITULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERIODO				SALDO P/ O PERIODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	TRANSF .RP NAO PROC. LIQ		
				INSCR	BAIXA	
TOTAL	1.804.047,70	1.702.684,60	2.902.214,09	64.369,50	64.369,50	604.518,21

SILVIO JOSE DE MORAIS FILHO PREFEITA MUNICIPAL 535.960.211-20

JESUS JOSE DE SOUZA SOBRINHO SECRETÁRIO MUN. DE FINANÇAS 352.964.101-49

ORLANDO DE SOUSA REIS CONTADOR

333.067.881-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 283/2018

PORTARIA N.º 283/2018

DESIGNAR SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2017

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear o servidor da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, **Sr. José Ricardo Ribeiro,** para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2017.**

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 008/2017

CONTRATADA: LUIZ ANTONIO MILANI, inscrita no CPF de nº 474.670.531-34

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo o fiscal nomeado averiguar os serviços prestados na forma da lei..

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e oito (28) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 288/2018

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 053, 054, 055, 056, 057 e 058/2017, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS OPERACIONAIS, MOTOCICLETAS, AUTOMÓVEIS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMIONETES, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MÁQUINAS PESADAS E TRATORES DA FROTA MUNICIPAL, ATRAVÉS DO SISTEMA TRAZ VALOR, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS DIVERSOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS oriundas do Pregão Nº 020-2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 053/2017 – empresa NORTÃO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA ME, CNPJ 15.271.538/0001-08

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 054/2017 – empresa PODIUM COMÉRCIO E ATACADISTA DE AUTO PEÇAS LTDA ME, CNPJ 19.822.233/0001-06.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 055/2017 – empresa SOARES BONFIM & CIA LTDA - ME, CNPJ 12.025.386/0001-75.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 056/2017 – empresa BICICLETARIA E CHAVEIRO MOREIRA LTDA – ME, CNPJ 04.499.089/0001-33.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 057/2017 – empresa DUPLA POTENCIA RECUPERADORA DE MAQUINAS LTDA EPP, CNPJ 03.301.657/0001-87.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 058/2017 – empresa NE EQUIPAMENTOS, PEÇAS E LOCACAO DE MAQUINAS LTDA – ME, CNPJ 09.619.626/0001-55.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr. Domingos Antônio da Conceição - Responsável pelos objetos requisitados do SISTEMA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO (SMAE)

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01/08/2018, revogando as disposições em contrario

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos três (03) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 289/2018

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - Exonerar o servidor **Loallisson Christhopher Pereira da Silva,** matrícula nº 1528, do cargo efetivo de **Monitor de Creche**, tendo em vista a Portaria nº 170/2015 que declarou a vacância por posse inacumulável junto ao Governo do Estado de Mato Grosso em 01/10/2015.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos três (03) dia do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
LEI Nº 787.2002

LEI Nº 787/2002

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SR. AURINO RODRIGUES DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL, DE ARENÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E, ELE SANCIONOU A SEGUINTE LEI:

Capítulo I

DOS OBJETOS

Art. 1º - O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos aprovado pela presente Lei tem por objetivos principais:

I - O estabelecimento de critérios e mecanismos para a política permanente de valorização de Recursos Humanos no escopo do aperfeiçoamento da Administração Pública Municipal, co ênfase da motivação/capacitação e na consolidação dos valores éticos inerentes ao atributo de Servidor Público.

II – O nivelamento de conceitos e processos de Gestão Pública Municipal segundo os princípios da Qualidade e da Participação.

III – A promoção da justa remuneração do mérito demonstrando na dedicação à causa através da excelência do desempenho e eficiência funcional e da busca constante de maiores níveis de saber produtivo e competência técnica (conhecimento profissional, experiência criativa).

IV – a melhoria da qualidade do serviço prestado ao Cidadão e ao povo, por meio da continuidade da ação pública catalisadora do processo sócio-econômico-ambiental em níveis crescentes de garantia de Qualidade de Vida e Bem-estar para a atual e as futuras gerações.

Art. 2º - O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos estabelecido nesta Lei Complementar tem por base as seguintes disposições e preceitos gerais:

I – O regime jurídico dos servidores públicos da Administração direta do Município de Arenápolis é o Estatutário;

II – O Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Arenápolis cientificará os servidores que estejam titulando cargos em comissão, os admitidos pelo regime da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho ou Contratos por Tempo Determinado, sobre as vantagens do regime, do critérios e dos instrumentos instituídos por esta Lei;

III – Todos os servidores de que trata o Inciso anterior, quando tiverem sido aprovados em concurso, terão seus empregos ou funções transformadas de acordo com a nova classificação de cargos estabelecida na presente Lei;

IV – Novos cargos somente serão criados através de Lei;

V – O disposto no presente artigo não se aplica às pessoas eventualmente contratadas para atendimento de necessidades inadiáveis, temporárias e de substancial interesse público nos termos da Lei em vigor;

VI – A admissão de funcionários só será procedida mediante a aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, ressalvados os casos de cargos em comissão estabelecidos nesta Lei Complementares;

VII – A organização, a disposição e a escala de vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal passam a ser a constante da presente Lei.

Capítulo II

DOS CONCEITOS

Art. 3º - Para efeito desta Lei Complementar, definem-se:

I – CARGO PÚBLICO – A posição componente da estrutura funcional, criada por Lei, em quantidade definida, nomenclatura própria, e vencimento estabelecido;

II – FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL – É a pessoa legalmente investida em cargo público e regida pelo Estatuto dos funcionários Públicos do Município;

III – SERVIDOR – Pessoa legalmente investida em cargo ou função remunerada no Município, independentemente do regime adotado: Estatutário, CLT ou Contrato por Tempo Determinado.

IV – CARGO EM COMISSÃO – É o ocupado por servidor que exerce função assim definida em Lei, em caráter transitório, não gerando o seu exercício, direitos a permanência no mesmo;

V – EMPREGO PÚBLICO – É a posição criada eventualmente, mais propriamente na Administração Indireta, instituído por Lei, em número definido, nomenclatura própria e atribuições especificas cabível a um Empregado Público;

VI – EMPREGADO PÚBLICO – É a pessoa legalmente investida no serviço público, que perceba contra apresentação pecuniária e cujo vinculo seja regido pela CLT;

VII – QUADRO DE PESSOAL – O universo de cargos e empregos que compõem a estrutura funcional da Prefeitura Municipal;

VIII – CLASSE – ou Grupo Funcional é o conjunto de cargos de mesma natureza funcional, igualdade de vencimentos, nível de especificação e grau de responsabilidade e complexidade;

IX – REFERÊNCIA – É o número indicativo de posição hierárquica da classe a que pertença o cargo na escala de vencimento;

X – GRAU – A letra indicativa do valor progressivo da referência salarial, dentro de uma mesma classe, em função de critérios formalmente estabelecidos, tais como:

XI – PADRÃO – O conjunto alfanumérico indicativo de referencia, do grau e do vencimento correspondente, do servidor;

XII – MÉRITO – Conjunto de atributos funcionais do titular do cargo, reconhecidos em processo de avaliação de desempenho, segundo indicadores de dedicação à causa, produtividade, pontualidade, assiduidade, atitude participante, em outros;

XIII – VENCIMENTO – A retribuição pecuniária básica fixada por Lei, paga mensalmente ao servidor público pelo exercício do cargo ou emprego correspondente ao padrão;

XIV – REMUNERAÇÃO – O valor correspondente ao vencimento acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em Lei;

XV – CARREIRA- É uma série de cargos pertencentes a Classes diferentes, que guardam entre si uma relação de afinidade quando à natureza de trabalho em perfil de especificação, disposta hierarquicamente de conformidade com o grau de complexidade, responsabilidade, experiência requerida e conhecimento demandado;

XVI – TRAJETÓRIA DE CARREIRA – É a sucessão de cargos pertencentes a uma mesma família ou a famílias diferentes, que formam a carreira individual visualizada pelo servidor com base a sua vocação profissional e suas metas de carreira;

XVII – PLANO DE CARREIRAS – É o instrumento legal e normativo que define os cargos e as trajetórias alternativas de carreira oferecidas ao servidor;

XVIII – TÉCNICO EM GESTÃO MUNICIPAL – Servidor técnico com formação de 3º Grau, lotado, de preferência no órgão central de planejamento e gestão. Dedica-se à função Planejamento segundo enfoque sistêmico, integrado e participativo, apresentando o seguinte perfil humanístico e profissional:

a) – Vocação educativa e multiplicadora no processo de internação tecnológica e de integração sistêmica da ação governamental;

b) – Acuidade apreciativa da eficiência gerencial e da eficácia social das ações de governo;

c) Aprovação em concurso público de provas e títulos, tendo a seguinte concentração temática: redação técnica econômica;

d) Direito Administrativo, administração pública, contabilidade pública e de custos;

e) Conclusão satisfatória do Estágio Probatória de 3 anos e do curso de Gestão Municipal, promovido pela Prefeitura de Arenápolis, em parceria com outras instâncias de Governo.

XIX – TÉCNICO EM PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – O técnico em Gestão Municipal mais diretamente dedicado ao processo de planejamento e orçamentação.

Apresenta conhecimentos específicos multidisciplinares na área da ação. Governamental tendo as seguintes atribuições: estudos básicos para o processo de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental do Município; concepção e assessoramento técnico do Sistema Municipal de Planejamento e Desenvolvimento; coordenação técnica de eventos de treinamento dos servidores Municipais dedicados a junção planejamento e orçamento: apoio técnicos aos programas de captação de recursos e de atração da iniciativa privada para a consolidação das metas de desenvolvimento do Município.

XX – TÉCNICO EM FINANÇAS E CONTROLE – O técnico em Gestão Municipal mais diretamente dedicado ao processo de Administração financeira. Apresenta conhecimentos específicos multidisciplinares na área da ação governamental, desempenhando as seguintes atribuições básicas: apoio técnico na implantação de sistemas de controle da execução orçamentária e de contabilidade de custos; assessoramento técnico nas áreas de administração financeira e fazendária; assessoramento técnico nos eventos de negociação de financiamentos de programas municipais e de pagamento e controle de dividas;

XXI – TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS – O técnico em gestão governamental, dedicando-se mais diretamente às seguintes atribuições básicas: assessoramento na organização e aplicação de sistemas de administração pessoal; treinamento em serviço; avaliação de desempenho; padronização de processos e produtos, e laboração de instrumentos normativos e legais no âmbito do Direito Administrativo.

Capítulo III

DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 4º - O Quadro de Pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Arenápolis será organizada por classe de cargos segundo áreas de:

I – Quadro de Direção e Assessoramento Superior – DAS;

II – Quadro Técnico do Nível Superior – NS;

III – Quadro dos Serviços de Nível Médio – NM;

IV – Quadro dos Serviços Nível Auxiliar – NA;

V – Quadro dos Serviços Nível Elementar – NE;

VI – Quadro Superior de Saúde e Saneamento – SAS;

VII – Quadro do Magistério – PROFESSOR.

Seção I

DO QUADRO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

Art. 5º - Os cargos de direção e assessoramento superior – DAS, serão classificados em dez níveis, segundo os critérios de complexidade, responsabilidade de comando, gerencia, coordenação executiva ou de assessoramento técnico, conforme estabelecido no Anexo – 1.

§ 1º - Os cargos de direção e assessoramento superior são de provimento por comissão, sendo de livre nomeação e exoneração pelo Poder do Executivo Municipal, respeitando os requisitos de competência e confiança.

§ 2º - Todo Servidor de provimento efetivo ou não, que vier a ocupar cargo de direção ao assessoramento superior perceberá remuneração mensal correspondente ao cargo no qual foi nomeado, conforme definido no Anexo I.

§ 3º - Os servidores estatutários que vierem assumir um cargo DAS poderão optar pelo vencimento estipulado para o cargo ou pelo correspondente ao seu cargo efetivo, o qual, nesse caso, será acrescido de 25% do valor do cargo em comissão no qual foi nomeado.

Seção II

DO QUADRO TÉCNICO NO NÍVEL SUPERIOR

Art. 6º - Os cargos Técnicos de Nível Superior – TNS – são classificados em níveis de complexidade funcional, responsabilidade, intensidade de demanda de conhecimentos específicos e de atualização tecnológicas, assim como dos níveis de comportamento dos indicadores do mercado de trabalho profissional. Com base em tais critérios, os cargos técnicos de nível superior distribuem-se em três espécies conforme descrito no Anexo – I.

Art. 7º - Os serviços técnicos do nível superior congregam todos aqueles em que seus titulares apresentam diploma do 3º Grau reconhecidos nos termos da Lei e registrados nos respectivos Conselhos Profissionais ou órgãos equivalente.

§ 1º - Os servidores desta classe funcional poderão assumir cargos técnicos especificamente atinentes às suas respectivas áreas de formação Profissional ou cargo de natureza multidisciplinar, generalista, que demandem sistêmica da realidade objeto da ação técnico-institucional, conforme conceituação estabelecida nos incisos XIX a XXI do Art. 3º desta Lei.

I – Grupo constituído por cargos multidisciplinares do 3º Grau, para desempenho de ação sistêmica de gestão municipal. TNS, apresentando a seguinte composição:

a) Técnico em Planejamento e Orçamento;

b) Técnico em Finanças e Controle;

c) Técnico em Administração e Recursos Humanos;

II – Grupo de Profissionais Específicos do 3º Grau, ocupantes do cargo Técnico do Nível Superior – TNS, o qual é formado pelos seguintes profissionais:

a) Assistente Social

b) Advogado

c) Farmacêutico/Bioquímico

d) Contador

e) Enfermeiro

f) Economista

g) Engenheiro Civil

h) Engenheiro Agrônomo

i) Fisioterapeuta

j) Médico Clinico Geral

k) Médico Veterinário

l) Nutricionista

m) Odontólogo

n) Psicólogo

Seção III

DO QUADRO SERVIÇOS DE NÍVEL MÉDIO

Art. 8º - O quadro corresponde aos Serviços de Nível Médio – SNM, ordena-se em classes, segundo os mesmos critérios de nível de complexidade, responsabilidade, demanda de autonomia técnica e discernimento apreciativo, assim como os de comportamento do mercado de trabalho profissional. Com base em tais critérios, os cargos de nível médios têm a estrutura de classificação apresentada no Anexo – I.

Esta classe funcional engloba todos os cargos e funções de apoio administrativo, burocrático, controle, de atendimento ao público e de articulação interna e externa, sob supervisão imediata. Tais cargos compreendem tarefas semi-rotineiras, apresentando as seguintes características principais:

I - Apresenta alguma complexidade e acentuada diversidade funcional;

II – Exige certo nível de discernimento para efetuar variações dentro de limites recomendáveis;

III - Requer responsabilidade por guarda, uso e conservação de aparelhos eletro- eletrônicos e objetos de trabalho;

IV – Proporciona acesso a assuntos confidenciais, exigindo discrição e fidelidade institucional;

V – Maneja, transporta e organiza documentos técnicos e administrativos sob supervisão, à medida distância e com controle de qualidade procedido ao final de processos;

VI – Exige esforço mental e visual e de atenção seletiva durante longo período de trabalho, com pequenos períodos de descansos.

§ 1º - O desempenho das funções e tarefas atinentes aos cargos, requer conhecimentos gerais correspondentes às escolaridade do 2º Grau completo, não se exigindo, entretanto, conhecimentos específicos prévios ou experiências anteriores.

§ 2º - O padrão salarial inicial é o I.A da Tabela de Vencimentos estabelecidos neste instrumentos ANEXO III.

Seção IV

DO QUADRO SERVIÇO DE NÍVEL AUXILIAR

Art. 9º - Os serviços auxiliares apresentam oito classes de cargos, conforme ordenamento estabelecido no Anexo - .

Art. 10º - Os cargos de nível auxiliares são classificados segundo critérios de: Esta Classe Funcional engloba todos os cargos e funções operativas de construção de obras civis, infra-estrutura viária, estruturas de madeira, condução de máquinas e veículos, assim como trabalhos com maquinas de transporte e serviços de construção civil, carpintaria, marcenaria, serralharia, instalações hidráulicas, elétrica e sanitária. Os cargos deste grupo funcionais têm as seguintes características básicas:

I – Requerem capacidade para interpretar e cumprir instruções verbais; conhecimentos elementares de escrita, leitura, aritmética e conhecimentos específicos do trabalho;

II – As tarefas são variadas e de alguma complexidade operativa.

As diretrizes gerais são estabelecidas pela supervisão, cabendo ao ocupante do cargo a iniciativa;

III – Seus erros são detectados no curso normal do trabalho, através de controle comuns. A dificuldade para sua correção é pouca, exigindo, entretanto, sentimento de responsabilidade e compromisso pessoal com qualidade e bom desempenho;

IV – Esforço é constante, compreendendo movimentação, remoção de peso e manejo de instrumentos;

V - Ocorrem trabalhos sob condições de ruído, poeira, serração, produtos tóxicos, riscos.

§ 1º - Adjunto de Operações: é o cargo que congrega tarefas intercomplementares relacionadas com pequenas construções civis em alvenaria, madeira ou mista, sempre sob supervisão imediata, envolvendo trabalhos de conserto, reforma, ampliação ou edificações em alvenaria, estruturas de madeira, instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, trabalhos de pintura, acabamento e serviços correlatos.

§ 2º - Motorista: é o profissional condutor de veículos, compreendendo as seguintes especialidades:

I – Veiculo escolar;

II – Caminhão de transporte de cargas e similares;

III – Veículos executivos.

§ 3º - Operador de Maquinas: desempenha tarefas operativas com equipamentos e maquinas no trabalho de implantação de infra-estrutura rodoviária, motomecanização rural e tarefas similares, edificações sempre sob supervisão direta, orientação metodológica e avaliação continua de resultados.

§ 4º - Mecânico – Compreende tarefas e funções relacionadas com conserto, manutenção, conservação de veículos automotivos, maquina, tratores e equipamentos similares. O titular do cargo de Mecânico poderá assumir funções especificadas por maior ou menor tempo em função de necessidade de serviço e da sua experiência operativa mais destacada, praticando funções especificas tais como: solda, funilaria, lubrificação, manutenção, revisão, consertos mecânicos e elétricos, etc.

I – Intensidade de esforço físico e mental;

II – Nível de escolaridade requerida o desempenho satisfatório de tarefas e funções integrantes de cada cargo das diferentes classes; 1º Grau Completo;

III – Responsabilidade por erros;

IV – Ambiente e ergonomia do trabalho: condições de desempenho, riscos, periculosidade, etc.

§ 1º - A instrução requerida para o desempenho satisfatório dos cargos de nível Elementar, de serviços operacionais é a correspondente ao 1º Grau incompleto.

§ 2º - O padrão salarial inicial é o I.A da Tabela de Vencimentos estabelecidos neste instrumento ANEXO III.

Subseção I

DOS SERVIÇOS DE NÍVEL ELEMENTAR

Art. 11 – Esta classe constitui o grupo funcional inicial do quadro de cargos e carreiras do Executivo Municipal. Compreende todos os serviços simples e rotineiros e de menor nível de complexidade, responsabilidade e autonomia técnica. Exige mais esforço físico que intelectivo ou de planejamento. Exige, em muitos casos, habilidade e resistência para manuseio de ferramentas e instrumentos manuais, em trabalhos operativos. Compreende serviços gerais, desenvolvidos a campo, na área urbana, em canteiros de obras ou escritórios, em auxilio nas áreas de limpeza urbana, desmatamento, construção de obras, rodovias, segurança e vigilância de próprios municipais e unidades funcionais (durante e após o expediente), serviços de atendente, servente, cozinha, creche, etc., sempre sob supervisão direta.

§ 1º - Não requer experiências anteriores, mais exige escolaridade correspondente a do 1º Grau Incompleto.

§ 2º - O padrão salarial inicial é o I.A da Tabela de Vencimentos estabelecidos neste instrumento ANEXO III.

I – Requerem capacidade para interpretar e cumprir instruções verbais; conhecimentos elementares de escrita, leitura, aritmética e conhecimentos específicos do trabalho;

II – As tarefas são variadas e de alguma complexidade operativa. As diretrizes gerais são estabelecidas pela supervisão, cabendo ao ocupante do cargo a iniciativa de julgar as opções mais adequadas para cada ação especifica;

III – Seus erros são detectados no curso normal do trabalho, através de controles comuns. A dificuldade para sua correção é pouca, exigindo, entretanto, sentimento de responsabilidade e compromisso pessoal com qualidade e bom desempenho;

IV – Esforço é constante, compreendendo movimentação, remoção de peso e manejo de instrumento;

V – Ocorre trabalhos sob condições de ruído, poeira, serração, produtos tóxicos, riscos.

§ 1º - A instrução requerida para o desempenho satisfatório dos cargos de nível Elementar, de serviços operacionais é a correspondente ao 1º Grau Incompleto.

§ 2º - O padrão salarial inicial é o I-A da Tabela de Vencimentos estabelecidos neste instrumento ANEXO III.

SEÇÃO V

DO QUADRO DE ÁREAS ESTRATÉGICAS

Art. 12º - O quadro de Áreas Estratégicas compreende o Pessoal da área de saúde e de outras especialidades no seu comportamento de Nível Superior, compreendendo os seguintes cargos de provimento por comissão: Médico, Odontólogo, Enfermeiro, Psicólogo, Fisioterapia, Fonoaudiólogo, Engenheiro Sanitarista, Nutricionista, Assistente Social e Farmacêutico/Bioquímico, conforme definido no ANEXO II.

Art. 13º - O sistema de saúde poderá, em função de necessidade de execução de programas especiais, convocar, por tempo determinado, técnico de Nível Superior de outras especialidade, tais como: Médico, Veterinário, Engenheiro Sanitário, Nutricionista, Psicólogo, Fonoaudiólogo, Fisioterapeuta, Farmacêutico, Assistente Social, etc., para, na função gratificada de Assistente Técnico de Programas de Saúde, desenvolverem atividades nas áreas de Saúde e Saneamento.

Art. 14º - Por necessidade de serviços do Programa de Saúde na Família, serão convocados Médicos, Enfermeiros e outras categorias, para, no exercício de função gratificada, comporem o Quadro de Pessoal do Programa de Saúde na Família.

Art. 15º - O Quadro Permanente de Provimento especifica correspondente à Classe do Magistério, será integrada exclusivamente por professores que comprovem Nível de Escolaridade do 3º Grau e Licenciatura Plena e tenha sido aprovado em Concurso Público realizado pela Prefeitura municipal de Arenápolis, nos termos do regime jurídico único dos servidores Municipais de Arenápolis/MT.

§ 1º - O Quadro Permanente da Carreira do Magistério compreende 2 classe, conforme a seguir caracterizada:

I – Professor – I: Magistério;

II – Professor – II: Licenciatura Plena.

Art. 16º - O Quadro Suplementar da Carreira do Magistério será integrada pelos professores possuidores de Diploma de Magistério no Nível Médio.

§ 1º - A partir de 1 de Janeiro de 2005, não se fará concurso para admissão de professores que não comprovem escolaridade do 3º Grau na área do Magistério. A partir daquela DATA O Quadro Suplementar entrará em processo de extinção por vacância induzida ou espontânea.

Art. 17º - Os cargos Administrativo de Provimento efetivo que integram o Quadro de Pessoal do Estabelecimento de Ensino não poderão ser ocupados por professores, mesmo que temporariamente.

Seção VI

DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 18º - A função Gratificada será devida ao servidor que for nomeado para funções técnicas, dentro do universo funcional do seu cargo efetivo, que por sua importância, intensidade e dedicação e nível de responsabilidade requeridas, exijam singular demanda de esforço criatividade.

Parágrafo Único – As funções gratificadas estabelecidas como tais nesta Lei estão hierarquizadas conforme exposto nos anexos desta Lei.

Art. 19º – Ao servidor que atuar como multiplicador em eventos de qualidade, em suas diferentes formas de treinamento e capacitação, segundo metas e programas oficialmente aprovados, contemplados no orçamento anual, será devida a gratificação de multiplicador de qualidade, em valor calculado em termos de horas/aula ou horas/treinamento efetivamente realizadas e controladas pelo setor competente do Departamento de Recursos Humanos.

Art. 20º - Os critérios de procedimentos de aplicação e controle de funções Gratificadas serão regulamentadas no Manual de Normas e Procedimentos, a ser instituído pelo Executivo segundo princípios correntes de Administração Pública Gerencial.

Art. 21º - As funções gratificadas serão exercidas privativamente por Funcionários Públicos Municipais.

Capitulo IV

DO DESENVOLVIMENTO DAS CARREIRAS

Art. 22º - O desenvolvimento na Carreira dar-se-á através de nomeação, promoção horizontal e promoção vertical, nos termos estabelecido pelo Estatuto do Servidor Municipal de Arenápolis.

§ 1º - A Nomeação dar-se-á por Ato de Provimento do Cargo Público, sempre na referencia inicial da Classe, de acordo com as normas em vigor.

§ 2º - A promoção horizontal dar-se-á pela evolução de uma referência para a da letra seguinte, dentro de uma mesma Classe, segundo os critérios estabelecidos em Lei.

§ 3º - A promoção vertical consiste na progressão para a classe imediatamente superior, mediante a aprovação em Concurso Público de provas e títulos, nos termos das normas em vigor.

§ 4º - A avaliação positiva ou negativa do mérito será formalmente certificada e emitida em documente competente, para enriquecimento do título ou currículo profissional do servidor.

Art. 23º - As diferenças opções de evolução na carreira serão apresentadas com base na similitude entre a natureza dos diferentes cargos, dispostos hierarquicamente em função de crescentes níveis de complexidade, responsabilidade e autonomia funcional.

Art. 24º - Após a aprovação e sanção da Presente Lei, o Poder Executivo implantará o presente Plano de Carreira, implementado, para isso o Departamento de Recursos Humanos

Dentro de sua nova estrutura organizacional.

Capítulo V

DOS VENCIMENTOS

Art. 25º - A tabela básica de vencimentos estabelecidos por esta Lei apresenta um segmento:

I – Cargos dos Quadros Técnicos e Administrativo (Anexo III).

§ 1º - Os vencimentos básicos do quadro da Área estratégica, assim estabelecida nesta Lei, serão de acordo com o que está definido no Anexo – IV;

§ 2º - Os critérios de remuneração dos cargos de direção e Assessoramento Superior – DAS, estão definidos no Anexo IV.

Capítulo VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Seção I

Art. 26º – O menor vencimento base pago pela Prefeitura Municipal de Arenápolis é o destinado ao pagamento do Nível Elementar 1. Classe A, do Anexo III – Tabela Básica de Vencimentos, desta Lei.

Art. 27º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar os anexos integrantes desta Lei através de Lei Ordinária, observados os quantitativos de cargos e desde que não causa impacto orçamentário-financeiro, nos termos do disposto no Art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 28º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrários e produzindo seus efeitos financeiros, retroativos a 1º de Fevereiro de 2002.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, em 27 de Fevereiro de 2002.

Aurino Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT

PODER EXECUTIVO

PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS

ANEXO I

CARGOS PERMANENTES

" É o cargo público que depende de aprovação prévia em Concurso Público de provas, ou provas e títulos podendo ser ocupado por cidadãos brasileiros de ilibada reputação, servidores público gerando vinculo empregatício com o Município".

NÍVEL ELEMENTAR

Referência	Denominação	Quantidades
101 NE	**Auxiliar De Serviço Gerais**	**60**
102 NE	**Copeira**	**01**
103 NE	**Coveiro**	**01**
104 NE		**20**
105 NE	**Jardineiro**	**02**
106 NE	**Merendeira**	**13**
107 NE	**Vigia**	**37**
108 NE	**Zeladora**	**07**
TOTAL		**141**

NÍVEL AUXILIAR

Referência	Denominação	Quantidade
121 NA	**Auxiliar De Mecanico**	**01**
122 NA	**Mecânico**	**01**
123 NA	**Motorista**	**20**
124 NA	**Mestre De Obras**	**01**
125 NA	**Operador De Máquina De Esteira**	**03**
126 NA	**Operador De Moto Niveladora**	**02**
127 NA	**Operador De Máquina Agrícola**	**01**
128 NA	**Operador De Retroescavadeira**	**01**
129 NA	**Operador De Pá Carregadeira**	**01**
130 NA	**Pedreiro**	**03**
TOTAL		**34**

NÍVEL SUPERIOR

Referência	Denominação	Quantidade
201 NM	**Agente Administrativo**	**20**
202 NM	**Agente De Vigilância Sanitária**	**03**
203 NM	**Agente De Apoio Ocupacional**	**05**
204 NM	**Agente De Saúde**	**04**
205 NM	**Auxiliar Consultório Dentário (Acd)**	**02**
206 NM	**Auxiliar De Enfermagem**	**16**
207 NM	**Apontador**	**01**

208 NM	**Fiscal De Tributos E Arrecadação**	**03**
209 NM	**Mestre De Obra**	**01**
210 NM	**Professor De Magistério**	**49**
211 NM	**Recepcionista**	**01**
212 NM	**Topografo**	**01**
213 NM	**Técnico Em Laboratório**	**02**
214 NM	**Técnico Em Raio X**	**02**
215 NM	**Técnico Em Saneamento**	**01**
216 NM	**Técnico Em Higiene Dental**	**01**
217 NM	**Técnico Agrícola**	**03**
TOTAL		**115**

NÍVEL SUPERIOR

Referência	Denominação	Quantidade
301 NS	**Assistente Social**	**02**
302 NS	**Enfermeiro**	**02**
303 NS	**Engenheiro Civil**	**01**
304 NS	**Farmacêutico/Bioquimico**	**02**
305 NS	**Fisioterapeuta**	**01**
306 NS	**Médico Clinico Geral**	**02**
307 NS	**Nutricionista**	**01**
308 NS	**Odontólogo**	**02**
309 NS	**Psicólogo**	**01**
310 NS	**Prof. De Pedagogia**	**04**
311 NS	**Prof. Matemática 20 Horas**	**02**
312 NS	**Prof. Língua Portuguesa 20 Horas**	**02**
313 NS	**Prof. Ciências 20 Horas**	**01**
314 NS	**Prof. História 20 Horas**	**01**
315 NS	**Prof. Língua Inglesa 20 Horas**	**01**
316 NS	**Prof. Geografia 20 Horas**	**01**
317 NS	**Prof. Educação Física 20 Horas**	**01**
TOTAL		**27**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS – MT

PODER EXECUTIVO

PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS

ANEXO II

CARGOS EM COMISSÃO

“É o cargo público de livre provimento de exoneração podendo ser ocupado por cidadãos brasileiros de ilibada reputação, servidores públicos ou não, não gerando vinculo empregatício com o Município”

Vagas	Denominação	Referência
01	Chefe de Gabinete	DAS-1
01	Secretaria Executiva	DAS-4
01	Assessor de Planejamento	DAS-2
01	Auditor Interno	DAS-2
01	Assessor Jurídico	DAS-1
01	Motorista de Gabinete	DAS-6
01	Secretario de Administração	DAS-1
01	Coordenador de Recursos Humanos	DAS-3
02	Coord.Compras e Almoxarifado	DAS-3
01	Coord. De Identificação	DAS-3
03	Chefe de Seção	DAS-5
01	Secretario de Fazenda	DAS-1
01	Contador	DAS-1
01	Engenheiro	DAS-1
01	Coord. de Contas e Contabilidade	DAS-3
01	Coord. de Tributos e Fiscalização	DAS-3
01	Coord.Finan. E Exec. Orçamentária	DAS-3
03	Chefe de Seção	DAS-5
01	Secretaria de Educação,Cultura, Desporte e Lazer	DAS-1
07	Coord. Pedagógico	DAS-3
01	Coord. Esporte e Lazer	DAS-3
01	Coord. de Cultura	DAS-3
01	Coord. de Alimentação Escolar	DAS-3
05	Diretor de Escola	DAS-3
05	Auxiliar Técnico Esportivo	DAS-5
05	Técnico Agrícola	DAS-5
01	Instrutor de Fanfarra	DAS-6
04	Chefe de Seção	DAS-5
01	Secretário de Saúde	DAS-1

01	Coord. de Saúde	DAS-3
01	Coord. de Vigilância Epidemiológica	DAS-3
01	Coord. de Vigilância Sanitária	DAS-3
01	Coord. de Programas Especiais	DAS-3
01	Coord. Programa Saúde da família - PSF	DAS-3
01	Coord. de Fisioterapia	DAS-3
01	Coord. de Laboratório	DAS-3
01	Nutricionista	DAS-1
01	Fonoaudiólogo	DAS-1
05	Médico Clinico Geral-PSF	DAS-1
05	Enfermeiro -PSF	DAS-1
21	Agente Comunitário de Saúde	DAS-7
07	Chefe de Seção	DAS-5
01	Secretario de Ação Social	DAS-1
02	Coord. de Programas e Serviços Sociais	DAS-3
02	Chefe de Seção	DAS-5
01	Secretario de agricultura e Meio Ambiente	DAS-1
01	Coord. Agropecuário	DAS-3
01	Coord. de Meio Ambiente	DAS-3
01	Coord. de Assuntos Fundiários	DAS-3
02	Chefe de Seção	DAS-5
01	Secretário de Transporte obras e Serviços Públicos	DAS-1
01	Coord. de Transporte	DAS-3
01	Cood. de Obras e Serviços Públicos	DAS-3
01	Coord. de Estradas e Rodagem	DAS-3
03	Chefe de Seção	DAS-5
119	TOTAL	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT.

PODER EXECUTIVO

PLANOS DE CARGOS,CARREIRA E SALÁRIOS

ANEXOIII

TABELA SALARIAL

CARGOS EFETIVOS

NÍVEL ELEMENTAR

FUNÇÃO	CLASSE	A	B	C	D	E
	NÍVEL					
Aux.deServ.gerais Guarda, Vigia, Merendeira, Zeladora, Copeira, Gari, Jardineiro Coveiro	VII	273,36	303,39	336,71	373,70	414,75
	VI	269,32	298,90	331,74	368,18	408,62
	V	265,34	294,49	326,84	362,74	402,58
	IV	261,42	290,14	322,01	357,38	396,63
	III	257,56	285,85	317,25	352,09	390,77
	II	253,75	281,62	312,56	346,89	385,00
	I	250,00	277,46	307,94	341,76	379,31

NÍVEL AUXILIAR I

FUNÇÃO	CLASSE	A	B	C	D	E
	NÍVEL					
Motorista, Chefe do setor De Serviços urbanos Pedreiro Op.de Máquinas Agrícola	VII	437,38	485,52	538,74	597,92	663,60
	VI	430,91	478,25	530,78	589,08	653,79
	V	424,55	471,18	522,94	580,38	644,13
	IV	418,27	464,22	515,21	571,80	634,61
	III	412,09	457,36	507,59	563,35	625,23
	II	406,00	450,60	500,09	555,03	615,99
	I	400,00	443,94	492,70	546,82	606,89

NÍVEL AUXILIAR II

FUNÇÃO	CLASSE	A	B	C	D	E
	NÍVEL					
Mecânico, Op. Moto Niveladora Op. Máquina esteira, Op. Retroescavadeira Op. Pá Carregadeira	VII	546,72	606,78	673,43	747,40	829,50
	VI	538,64	597,81	663,48	736,35	817,24
	V	530,68	588,97	653,67	725,47	805,16
	IV	522,84	580,27	644,01	714,75	793,26
	III	515,11	571,69	634,49	704,19	781,54
	II	507,50	563,25	625,12	693,78	769,99
	I	500,00	554,92	615,88	683,53	758,61

NÍVEL MÉDIO I

FUNÇÃO	CLASSE	A	B	C	D	E

	NÍVEL					
Aux. Administrativo Ag.Vigilância Sanit. Agente de Saúde, Instrutor de cursos na Área Social, Recepcionista,Agente de apoio Ocupacional	VII	328,03	364,07	404,06	448,44	497,70
	VI	323,19	358,69	398,09	441,81	490,34
	V	318,41	353,38	392,20	435,28	483,10
	IV	313,70	348,16	386,41	428,85	475,96
	III	309,07	343,02	380,70	422,51	468,92
	II	304,50	337,95	375,07	416,27	461,99
	I	300,00	332,95	369,53	410,12	455,17

NÍVEL MÉDIO II

FUNÇÃO	CLASSE NÍVEL	A	B	C	D	E
Ag. Administrativo, Aux.de Enfermagem Fiscal de Tributos e Arrecadação,Apontador, Técnico Agrícola, Mestre de Obra Topógrafo.	VII	546,72	606,78	673,43	747,40	829,50
	VI	538,64	597,81	663,48	736,35	817,24
	V	530,68	588,97	653,67	725,47	805,16
	IV	522,84	580,27	644,01	714,75	793,26
	III	515,11	571,69	634,49	704,19	781,54
	II	507,50	563,25	625,12	693,78	769,99
	I	500,00	554,92	615,88	683,53	758,61

NÍVEL SUPERIOR

FUNÇÃO	CLASSE NÍVEL	A	B	C	D	E
Assist. Social 40 hs Bioquímico 40 hs Enfermeiro 40 hs Fisioterapeuta 40 hs Médico 20 hs Odontólogo 40 hs Psicólogo 40 hs	VII	2.186,89	2.427,10	2.693,71	2.989,60	3.317,99
	VI	2.154,57	2.391,24	2.653,90	2.945,42	3.268,96
	V	2.122,73	2.355,90	2.614,68	2.901,89	3.220,65
	IV	2.091,36	2.321,08	2.576,04	2.859,01	3.173,05
	III	2.060,45	2.286,78	2.537,97	2.816,75	3.126,16
	II	2.030,00	2.252,99	2.500,46	2.775,13	3.079,96
	I	2.000,00	2.219,69	2.463,51	2.734,12	3.034,44

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

PODER EXECUTIVO

PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS

ANEXO IV

TABELA SALARIAL

CARGOS EM COMISSÃO

Vagas	Denominação	Referência	Valor
01	Chefe De Gabinete	DAS - 1	CÂMARA
01	Secretária Executiva	DAS - 4	650,00
01	Assessor De Planejamento	DAS - 2	1.200,00
01	Auditor De Controle Interno	DAS - 2	1.200,00
01	Assessor Jurídico	DAS - 1	CÂMARA
01	Motorista De Gabinete	DAS - 6	400,00
01	Secretário De Administração	DAS - 1	CÂMARA
01	Coord. Recursos Humanos	DAS - 3	800,00
02	Coord. Compras E Almoxarifado	DAS - 3	1.200,00
01	Coord. De Identificação	DAS - 3	800,00
03	Chefe De Seção	DAS - 5	500,00
01	Secretário De Fazenda	DAS - 1	CÂMARA
01	Contador	DAS - 1	2.000,00
01	Engenheiro	DAS - 1	2.000,00
01	Coord. De Orçamento E Contab.	DAS - 3	800,00
01	Coord. De Tributação E Fiscaliz.	DAS - 3	800,00
01	Coord. Finan. E Exec. Orçament.	DAS - 3	800,00
03	Chefe De Seção	DAS - 5	500,00
01	Séc. De Educ. Cultura, Desp. E Lazer	DAS - 1	CÂMARA
07	Coord. Pedagógico	DAS - 3	800,00
01	Coord. Esporte E Lazer	DAS - 3	800,00
01	Coord. De Cultura	DAS - 3	800,00
01	Coord. Da Alimentação Escolar	DAS - 3	800,00
05	Diretor De Escola	DAS - 3	800,00
05	Auxiliar Técnico Esportivo	DAS - 5	500,00
05	Técnico Agrícola	DAS - 5	500,00
01	Instrutor De Fanfarra	DAS – 6	400,00
04	Chefe De Seção	DAS - 5	500,00
01	Secretário De Saúde	DAS - 1	CÂMARA
01	Coord. De Saúde	DAS – 3	800,00
01	Coord. De Vigilân. Epidemiológica	DAS - 3	800,00

01	Coord. De Vigilância Sanitária	DAS - 3	800,00
01	Coord. De Programas Especiais	DAS - 3	800,00
01	Coord. Programa Da Saúde Da Família Psf	DAS -3	800,00
01	Coord. Fisioterapia	DAS-3	800,00
01	Coord. De Laboratório	DAS-3	800,00
01	Nutricionista	DAS-1	2.000,00
01	Fonoaudiólogo	DAS -1	2.000,00
05	Médico Clínico Geral - Psf	DAS –1	2.000,00
05	Enfermeiro - Psf	DAS-1	2.000,00
21	Agente Comunitário De Saúde - Psf	DAS-7	250,00
07	Chefe De Seção	DAS-5	500,00
01	Secretário De Ação Social	DAS-1	CÂMARA
02	Coord. De Programas E Serviços Sociais	DAS-3	800,00
02	Chefe De Seção	DAS-5	500,00
01	Secretário De Agricultura E Meio Ambiente	DAS-1	CÂMARA
01	Coord. Agropecuário	DAS-3	800,00
01	Coord. De E Meio Ambiente	DAS-3	800,00
01	Coord. De Assuntos Fundiários	DAS-3	800,00
02	Chefe De Seção	DAS-5	500,00
01	Secret. De Transporte Obras E Serviços Públicos	DAS-1	CÂMARA
01	Coord. De Transporte	DAS-3	800,00
01	Coord. De Obras E Serviços Públicos	DAS-3	800,00
03	Chefe De Seção	DAS-5	500,00
119	TOTAL		

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
DECRETO MUNICIPAL Nº 022.2018

DECRETO MUNICIPAL Nº 022/2018

EMENTA: FICA HOMOLOGADO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO 01/2003 REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO, prefeito do município de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito público, observado o que dispõe a lei orgânica municipal, e o seguinte:

CONSIDERANDO a regularidade formal dos procedimentos adotados na formalização do Concurso Público (Edital nº 001/2003);

CONSIDERANDO o regular cumprimento de todas as fases do Concurso Público nº 001/2003, e nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica **HOMOLOGADO** o Concurso Público concernente ao Edital nº 001/2003 para preenchimento de cargos vagos ao quadro efetivo da Prefeitura Municipal, de Arenápolis com os exatos e definitivos resultados das listagens do Relatório final de classificação conforme publicação no Diário Oficial pag 67 de 17 de fevereiro de 2004, cópia anexa;.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

Município de Arenápolis, aos 03 (três) dias de outubro de 2018 (dois mil e dezoito).

_____

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
PORTARIA 263.2004

PORTARIA Nº. 263/2004.

O Cidadão Sr. **AURINO NRODRIGUES DA SILVA**, Prefeito Municipal de Arenápolis – MT, no uso e gozo de suas atribuições e nos termos da Lei 788, de 13 de dezembro de 2002, e

Considerando, as Súmulas do Supremo Tribunal Federal, n.346 e 473, que prescrevem, "346 – A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos", e "473 – A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial";

Considerando, a Portaria 218/2004, onde alunou as etapas posteriores a prova objetiva do concurso realizado em janeiro de 2004, convocando todos os candidatos classificados para apresentação de seus respectivos exames médicos, para nova classificação, publicado no Diário Oficial de 15 de outubro de 2004, na página 56.

Considerando, a nova classificação confirmado o resultado final do concurso público de provas e títulos do município de Arenápolis, publicada no Diário Oficial do dia 02 de Dezembro de 2004;

Considerando, que não houve alteração no resultado final do concurso publico anteriormente, tendo em vista, a nova classificação;

Resolve:

Art. 1º. Homologar em definitivo as posses realizadas nesta Prefeitura conforme editais de convocação números 001/2004, 002/2004, 003/2004, 004/2004, 005/2004, 006/2004, 007/2004, 008/2004 e 009/2004, validando as nomeações realizadas conforme portarias nsº 044/2004, 055/2004, 060/2004 e,087/2004 e 140/2004.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou fixação no mural da prefeitura.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 21 dias do mês de dezembro 2004.

AURINO RODRIGUES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.398/2018

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e o Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a Srª. **GABRIELA PORTILHO GAUTO,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 3058787-5 SESP/MT e inscrita no CPF nº. 061.849. 271-24, para exercer o cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Assistente de Administração** - **ASSADM,** Nível **DAI–03,** *lotada na Secretaria Municipal de Administração***,** a partir de 03/10/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 dias de outubro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.399/2018

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - PRORROGAR, o prazo da portaria nº **10.088/2018** que dispõe sobre a Tomada de Contas Especial N° 001/2018, **para os fins que menciona,** por mais 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data e sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 dias de outubro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.662/2018.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SOBRE O CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADO INSCRITO EM EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e na Constituição Federal:

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder o cancelamento dos empenhos em restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores vinculados ao convênio nº 808625/2014 pactuado com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) no valor de R$ 10.331,79 (dez mil trezentos e trinta e um reais e setenta e nove centavos).

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 dias do mês de outubro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária **Municipal de** Administração

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 113/2018 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SOBRE O CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADO INSCRITO EM EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Projeto em pauta tem por objetivo o cancelamento de restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores.

Em exame, importa lembrar, inicialmente, que restos a pagar é um instituto jurídico cuja definição encontra-se na Lei nº 4.320/1964, que, em seu artigo 36, considera como tal as despesas legalmente empenhadas e ainda não pagas até o dia 31 de dezembro do ano em que foi emitida a nota de empenho.

O dispositivo legal os distingue ainda em processados (aqueles cuja liquidação da despesa já foi realizada) e não processados (aqueles em que ocorreu apenas o empenho da despesa), onde de forma genérica os restos a pagar processados não podem ser cancelados, tendo em vista que o fornecedor de bens/serviços cumpriu com a obrigação de fazer e a Administração não poderá deixar de cumprir com a obrigação de pagar.

Assim, será objeto de anulação a parte liquidada relativa aos empenhos 4683 e 4684 de 2015, compreendendo o valor de R$ 10.331,79 (dez mil trezentos e trinta e um reais e setenta e nove centavos).

Expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 dias do mês de outubro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 091

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR 006/2018

RESULTADO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DO RESULTADO PRELIMINAR

DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2018.

A Prefeitura do Município de Aripuanã, por determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de acordo com o Edital Nº 001/2018 Processo Seletivo Simplificado nº. 003/2018 para atender situação excepcional de interesse público para suprir a demanda, a fim de se proceder a Contratação Temporária para Motorista Socorrista,amparado pelas Leis Orgânica e LC 001/1999, a Lei que prevê a contratação temporária por excepcional interesse público Lei Municipal nº 1.201/2015, **DIVULGA** O **RESULTADO DA ANÁLISE DOS RECURSOS DO RESULTADO PRELIMINAR** do processo seletivo simplificado para admissão de pessoal em caráter temporário e excepcional interesse público.

1º - Através do anexo I o Resultado da Análise dos Recursos do Resultado Preliminar do Processo Seletivo para Motorista Socorrista (SAMU 192) Edital N.º 001/2018.

Aripuanã, 03 de outubro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

ANEXO I

ANALISE DOS RECURSOS AO GABARITO PRELIMINAR

Recurso 01/2018

Candidato: **Nagel Erick Horn Martins**

Cargo: Motorista Socorrista

Inscrição: 08

1- Requerido: **Anulação da Questão 19** 2- Decisão: Recurso Deferido 3- Fundamentação: Artigos 209 e 210 do Código Brasileiro de Transito Lei N 9.503 de 23 de setembro de 1997. **Art. 209**. Transpor, sem autorização, bloqueio viário com ou sem sinalização ou dispositivos auxiliares, deixar de adentrar às áreas destinadas à pesagem de veículos ou evadir-se para não efetuar o pagamento do pedágio: Infração - grave; Penalidade - multa. **Art. 210**. Transpor, sem autorização, bloqueio viário policial: Infração - gravíssima; Penalidade - multa, apreensão do veículo e suspensão do direito de dirigir; Medida administrativa - remoção do veículo e recolhimento do documento de habilitação. 4- Levando-se em conta a legislação vigente, a alternativa correta é a letra A; A questão foi anulada. 5- Conclusão: **Questão Anulada.** A pontuação será atribuída a todos os candidatos em cujas provas consta a questão.

Aripuanã, 03 de outubro de 2018.

MÁRCIA NANTES BRITO

Presidente do Processo Seletivo

DESCISAO CONTRA OS RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA A RELAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR

PROCESSO SELETIVO N º 003/2018

MOTORISTA SAMU 192					
Numero de inscrição	**Nome**	**CPF**	**Habilitação**	Pontuação **Prova Escrita**	**Resultado**
1	Paulo Lemes Pereira	326.905.502-10	Motorista Socorrista	5,5	Classificado
2	Cleidivaldo de Sena da Silva	033.509.191-11	Motorista Socorrista	7,0	Classificado
3	Flávio Souza Paiva	001.741.361-37	Motorista Socorrista	5,5	Classificado
4	Augustinho Nascimento Silva	822.712.671-53	Motorista Socorrista	9,0	Aprovado
5	Ozéias de Paula dos Reis	021.305.031-52	Motorista Socorrista	8,0	Aprovado
6	Vanderlino Alves Souza	016.000.691-00	Motorista Socorrista	10,0	Aprovado
7	Vilmar Carlos Moreira	459.050.611-49	Motorista Socorrista	4,0	Reprovado
8	Nagel Erick Horn Martins	003.616.625-96	Motorista Socorrista	7,5	Classificado
9	Tiago da Cruz Marques	023.049.111-10	Motorista Socorrista	9,5	Aprovado
10	Arlindo Claro da Silva Júnior	019.951.281-71	Motorista Socorrista	5,0	Classificado

MARCIA NANTES BRITO
Presidente do Processo Seletivo

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.663/2018.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E SUPERAVIT FINANCEIRO DE RECURSOS VINCULADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional especial por excesso de arrecadação e superávit financeiro de recursos vinculados no valor de R$ 252.530,29 (duzentos e cinquenta e dois mil e quinhentos e trinta reais e vinte e nove centavos), no Orçamento vigente, Lei n°. 1550 de 20 de dezembro de 2017, embasado no Artigo 43 da Lei 4320/64, artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF e inciso I do artigo 50 da LRF, nos elementos de despesas:

08.002.15.451.0012.2046 – Pav. Guias, Sarjetas e Drenagem Urbana

4490.5100 – Obras e Instalações – R$ 90.892,08 (noventa mil oitocentos e noventa e dois reais e oito centavos), fonte de recursos 03.24 – Recursos de Exercícios Anteriores Transferência de Convênios;

4490.5100 – Obras e Instalações – R$ 161.638,21 (cento e sessenta e um mil seiscentos e trinta e oito reais e vinte e um centavos) – fonte de recursos – 01.24 – Transferência de Convênios.

Art. 2º - Para cobertura do credito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de excesso de arrecadação e superávit financeiro de exercícios anteriores, referente repasse do Ministério das Cidades.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1549 de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, e na Lei Municipal nº. 1548 de 20 de dezembro de 2017, Plano Plurianual.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 dias do mês de outubro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária **Municipal de** Administração

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 134/2018 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E SUPERÁVIT FINANCEIRO DE RECURSOS VINCULADOS,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto em pauta abrir crédito adicional especial por excesso de arrecadação e superávit financeiro de recursos vinculados.

A suplementação no elemento de despesas citado tem por objetivo criar suficiência orçamentária para atender a reprogramação do contrato de repasse n 100558-71/2013/MCIDADES/CAIXA, tendo como objeto pactuado a "Execução de pavimentação asfáltica em vias urbanas no município de Aripuanã-MT ".

O recurso financeiro vinculado ao crédito a título de superávit financeiro esta disponível na agência bancária 3435, conta bancária 647.013-3.

Desta forma, a abertura do crédito adicional suplementar pretendida, justifica-se pela reprogramação do referido convênio, já objeto de contratação e rescisões anteriores, com recursos parcialmente em conta e repasse vindouro suplementares no orçamento vigente, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 dias do mês de outubro de 2018.

.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 105- MAT

LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 063/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 9.859/2018, torna público que estará realizando licitação na Modalidade **Pregão Presencial Sistema Registro de Preço**, regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, os Decretos Federais nº 7.892/2013, n° 8.250/2014 e nº. 8.538/2015, os Decretos Municipais nº 1.392/08 e nº. 3.259/2018 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de tecidos, aviamentos e toalhas em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde deste Município.** Início da Sessão: **Dia 29/10/2018, às 08h00-min (oito),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site http://www.aripuana.mt.gov.br*, ou* pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 03 de outubro de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 9.859/2018, torna público que estará realizando licitação na Modalidade **Pregão Presencial**, regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, os Decretos Federaisnº 7.892/2013, n° 8.250/2014 enº. 8.538/2015, os Decretos Municipais nº 1.392/08 e nº. 3.259/2018 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Objeto: Contratação de Empresa especializada na Prestação de Serviços de Locação de Maquinas Pesadas, (Retroescavadeira Pá Carregadeira, Moto niveladora, Escavadeira) e caminhões para atender as necessidades da Secretária Municipal de infraestrutura deste Município.** Início da Sessão: **Dia *22/10/2018*, às 08h00min (oito),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site http://www.aripuana.mt.gov.br*, ou* pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 03 de Outubro de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.418/2018.

SÚMULA:

"APROVA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº037/SFI/2018, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS E ESTABELECE NORMAS PARA SOLICITAÇÃO, CONCESSÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aprovado à Instrução Normativa Nº037/SFI/2018, que dispõe sobre os procedimentos e estabelece normas para solicitação, concessão e prestação de contas de diárias no âmbito do poder executivo municipal.

ARTIGO 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º Revoga-se o Decreto n°3.377/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia do mês de outubro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº037/SFI/2018

Versão: 01

Aprovação em: 1°/10/2018

Ato de Aprovação: Decreto n° 3.418/2018

Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Finanças

Dispõe sobre os procedimentos e estabelece normas para solicitação, concessão e prestação de contas de Diárias **no âmbito do Poder Executivo Municipal.**

I. FINALIDADE

Estabelecer normas e procedimentos para solicitação, concessão e prestação de contas de Diárias, destinada a servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fazendo jus à percepção de diárias, destinadas a indenizá-lo por despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana.

II. ABRANGÊNCIA

Abrange todas as unidades da estrutura organizacional, das administrações diretas e indiretas do Poder Executivo Municipal.

III. CONCEITOS

1. Diária: Consiste no auxílio pecuniário concedido, a título de indenização pelas despesas com alimentação e hospedagem a agentes políticos, servidores públicos ou conselheiros municipais que se deslocarem temporariamente do município, para estrito desempenho de suas atribuições do cargo, e/ou para participar de seminários, congressos, cursos de aperfeiçoamento e outros eventos de interesse da municipalidade.

2. Prestação de Contas: A Constituição Federal de 1988 indica o dever de prestar contas de forma límpida, no parágrafo único do Art. 70- "Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária".

3. Procedimentos de Controle: Procedimentos inseridos nas rotinas de trabalho com o objetivo de assegurar a conformidade das operações, visando restringir o cometimento de irregularidades e/ou ilegalidades e preservando o patrimônio público.

IV. BASE LEGAL

- Lei Federal 4.320/1964;
- Lei Complementar 001/1999 – Estatuto do Servidor
- Manual de Despesa Nacional, aprovado através da Portaria Conjunta STN
- Resolução Normativa 01/2007 do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso
- Decreto Municipal nº 3.377/2018 e posterior alteração;
- Outras normas que venham assegurar o cumprimento dos princípios inerentes.

V. RESPONSABILIDADES

5.1. Da Unidade Responsável pela Instrução Normativa (Secretaria Municipal de Finanças)

5.1.1 - Promover a divulgação e implementação da Instrução Normativa, mantendo-a atualizada;

5.1.2 - Orientar as áreas executoras e supervisionar a sua aplicação;

5.1.3 - Promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a Controladoria do Sistema de Controle Interno, para definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objetos de alteração, atualização ou expansão.

5.2. Das Unidades Executoras

5.2.1 - Atender às solicitações da Unidade responsável pela Instrução Normativa sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando a sua otimização, tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;

5.2.2 - Alertar a Unidade responsável pela Instrução Normativa sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando a sua otimização, tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;

5.2.3 - Manter a Instrução Normativa a disposição de todos os funcionários da Unidade, velando pelo fiel cumprimento da mesma;

5.2.4 - Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

5.3. Da Controladoria do Sistema de Controle Interno

5.3.1 - Prestar apoio técnico por ocasião das atualizações da Instrução Normativa, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;

5.3.2 - Através das atividades de auditoria, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a solicitação, concessão e prestação de contas de Diárias, propondo alterações na Instrução Normativa para aprimoramento dos controles.

VI. PROCEDIMENTOS:

6.1 DA SOLICITAÇÃO /CONCESSÃO DE DIARIAS

6.1.1 - O Processo de Concessão de diária será solicitado pelo servidor, ***conforme modelo anexo I***, com o de acordo do Gestor da Unidade Administrativa, a ser encaminhado ao Sr. Prefeito, ou ao Secretário de Finanças, para deferimento ou não.

6.1.1.1 - A solicitação deverá estar devidamente fundamentada, devendo constar:

I - O motivo do deslocamento;

II – O destino;

III – A quantidade de dias do afastamento.

6.1.1.2 - Efetuando juntada de Oficio, Convite e/ou outro documento que demonstre a finalidade do deslocamento.

6.1.2 – A Secretaria de Finanças aferirá a documentação, e estando de acordo, autorizará o pedido de diária, encaminhando a Supervisão de Recursos Humanos.

6.1.3 - O Departamento de Recursos Humanos efetuará os registros via Sistema, encaminhando ao Departamento de Contabilidade para prosseguir com o empenho da despesa.

6.1.3.1 – O departamento de Recurso Humano, ao conceder as diárias, disponibilizará o registro da Solicitação ao Departamento de arquivo para monitoramento e controle quanto ao prazo de Prestação de Contas.

6.1.4 – O Departamento de Contabilidade efetuará o empenho da despesa, encaminhando a Secretaria Adjunta de Finanças/Tesouraria para prosseguir com a liquidação e pagamento da despesa.

6.1.5 – A Secretaria Adjunta de Finanças/ Tesouraria, ao conceder as diárias, disponibilizará o processo de despesa ao Departamento de arquivo para que efetue juntada ao processo de Prestação de Contas e lançamento no Portal Transparência;

6.1.5.1 – O processo de concessão de diárias deverá contem:

I. Solicitação fundamentada;

II. Autorização de sua concessão;

III. As notas de empenho, liquidação e pagamento;

IV. Comprovante de transferência dos valores ao servidor.

6.1.6 – Não poderá ser concedido mais que ***15 (quinze) diárias*** no mês ao mesmo servidor;

6.1.7 - A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede;

6.1.8 - O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, ficará obrigado a restitui-las integralmente, no prazo de ***05 (cinco) dias;***

6.1.9 - Em hipóteses de o servidor retornar a sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo de 05 (cinco) dias;

6.1.10 – Os procedimentos de solicitações e concessões de diárias deverá seguir o fluxo de processo estabelecido no ***anexo II,*** desta IN.

6.2. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.2.1 - O processo de Prestação de contas de diária concedida deverá ser elaborado pelo Servidor Publico ou Agente Político beneficiado, na qual deverá compor dos seguintes documentos:

***I** - Solicitação fundamentada do Servidor Publico ou Agente Político, quando do pedido das* diárias, autorizado pelo ordenador de despesa ou pelo Secretário Municipal de Finanças.

II - Relatório de viagem, assinado pelo Servidor Publico ou Agente Político, descrevendo: Nome, cargo, Lotação, motivo do deslocamento, trajeto percorrido, período do deslocamento, meio de transporte, ***conforme modelo anexo V desta IN***.

III - Efetuar juntada dos seguintes documentos:

a) Bilhetes de passagens, quando for o caso, em nome do servidor ou agente político e/ou comprovante abastecimento de veiculo oficial que demonstre a data de saída e retorno ao Município;

a.i) nos casos em que o veiculo oficial já esteja abastecido na data programada/saída, o servidor deverá juntar a requisição interna de abastecimento ou declaração do Secretário atestando a data da saída.

b) Cópia de comprovante de participação em cursos, treinamentos e eventos, quando for o caso;

c) Nota fiscal de despesas com alimentação, ou hospedagem, ou abastecimento, que comprove ao menos o *primeiro* e *ultimo* dia de permanência no destino;

d) Comprovante de devolução de diária no caso em que o deslocamento se der por número de dias inferior ao inicialmente autorizado.

e) Comprovante de devolução de passagens não utilizada, quando for o caso, protocolada no Departamento de Compras;

6.2.2 - A prestação de contas deverá ser entregue, dentro do prazo determinado de 10 (dez) dias após o retorno, na Secretaria de Finanças - Departamento de Arquivo da Contabilidade;

6.2.3 – O Servidor do Departamento de Arquivo da Contabilidade, procederá à conferência de toda documentação, descrito no item 6.2.1, verificando o ***check list - anexo VI*** desta IN, e estando de acordo, receberá e posterior emitirá parecer técnico dando plena quitação;

6.2.3.1 - Constatado pendencias ou irregularidades, submeterá o Secretário de Finanças para emissão do parecer quanto à legalidade e/ou notificar o servidor das inconsistências encontradas.

6.2.3.2 – Caso a prestação de contas apresente alguma divergência dos documentos elencados no item 6.2.1, procederá com a devolução do processo, estabelecendo ***prazo não superior a 05(cinco) dias*** para correção e nova apresentação.

6.2.3.3 – Tão logo a prestação de contas seja analisada, lançará as informações no Sistema de Software disponível, possibilitando a consolidação de envio ao Sistema APLIC.

6.2.3.4 – Consolidará as documentações, recebidas do Departamento de Tesouraria, e as apresentadas pelo servidor beneficiados, compondo o processo Prestação de Contas, e inserção das informações no Portal Transparência, dentro do período de aprovação.

6.2.5 - O servidor público ou o agente político que deixar de prestar contas ou não a fizer no prazo máximo de **10(dez) dias**, por qualquer motivo, será considerado o não afastamento e ficará obrigado a restituir os valores das diárias concedidas, sob pena de desconto compulsório em folha de pagamento do mês em curso.

6.2.6 - O servidor público ou o agente político que for exonerado ou demitido, com pendências de prestação de contas de diárias, terá o valor das respectivas diárias descontadas na rescisão.

6.2.7 - As passagens solicitadas e não utilizadas deverão ser encaminhadas ao Departamento de Compras, a fim de ser reutilizadas, preferencialmente na mesma Secretaria, anexando memorando de devolução na Prestação de Contas.

6.2.8 – Os procedimentos de entrega e validação de prestação de contas, deverá seguir o fluxo de processo estabelecido no ***anexo III***, desta IN.

6.3. DOS VALORES E CRITERIOS DE CONCESSÃO

6.3.1 – Os valores das diárias serão concedidos de acordo com o deslocamento fora do Estado e dentro do Estado, conforme ***anexo IV***.

6.3.1.1 – Nos casos em que o evento fornecer hospedagem, será concedido à parcela correspondente a 60% (sessenta por cento) da diária integral.

6.3.2 – A Secretaria Municipal de Finanças, mediante estudo financeiro e orçamentário, fica autorizada a atualizar, periodicamente os valores contidos no ***anexo IV***, por Decreto, aplicando o coeficiente representativo da variação da inflação, *IPCA (Índice Preços ao Consumidor), acumulado nos últimos 12 (doze) meses, para todos os níveis estabelecidos.*

6.3.3 - No deslocamento para o exterior de servidor público ou agente político, devidamente autorizados serão adotados os critérios e valores das diárias estabelecidas pelo Prefeito Municipal, observada a hierarquia dos respectivos cargos, funções ou empregos.

6.3.4 - As diárias concedidas fora do Estado, somente serão calculadas após o deslocamento ao destino.

6.3.5 - A diária será calculada a cada período de 24 (vinte e quatro) horas de afastamento, tomando-se como termo inicial e final para contagem dos dias, respectivamente, a hora da partida e da chegada à sede.

6.3.6 - Quando o servidor se afastar por período igual ou superior a 12 (doze) horas e inferior a 24 (vinte e quatro) horas, havendo comprovação, mediante certidão de seu superior hierárquico imediato, será devida a diária integral.

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 - O servidor público ou o agente político que receber diárias e não se afastar por qualquer motivo ou retornar antes do prazo previsto, fica obrigado a restituí-las integralmente ou o seu excesso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sob pena de desconto compulsório em folha de pagamento do mês em curso.

7.1.1 - Decorrido o prazo de 05 (cinco) dias disposto acima, fica obrigado a Secretaria de Finanças, emitir notificação ao Servidor estabelecendo o prazo não superior que 05 (cinco) dias para apresentar justificativas pela não efetiva da devolução, transcorrido este prazo e não apresentado as justificativa, dar-se-á o efetivo desconto em folha.

7.2 - Compete a cada Unidade Administrativa, verificar o planejamento e orçamento da Secretaria, a disponibilidade financeira e orçamentária, para concessão das diárias solicitadas.

7.3 - As diárias serão calculadas por período de 24 (vinte e quatro) horas, contadas o dia de início e excluindo-se o de regresso ao local de trabalho ou à sua residência.

7.4 – O prazo de entrega da Prestação de Contas será no máximo de **10 (dez)** dias após o regresso, e entregues no Departamento de Arquivo da Contabilidade;

7.4.1 – O Departamento de Arquivo da Contabilidade ficará responsável por manter o controle das prestações entregues, sejam elas tempestivas ou intempestivamente, encaminhando a mensalmente a Controladoria do Sistema de Controle Interno relação das diárias concedidas descrevendo a situação da prestação de contas.

7.5 - Os dirigentes dos órgãos citados nesta Instrução Normativa responderão solidariamente com o(a) servidor(a) subordinado(a) que, por ação ou omissão, independente de dolo ou culpa, causar dano a Administração Pública Municipal e/ou a terceiros.

7.6 - Cabe ao titular de cada Unidade dar conhecimento desta norma aos servidores, bem como manter controle das diárias concedidas e cumprimento do prazo para entrega da prestação de contas.

7.7 – Cabe a Secretaria de Finanças, quando da autorização/concessão das diárias, aferir as documentações necessárias, no entanto torna-se imprescindível que os demais setores envolvidos também efetue checagem das mesmas antes de prosseguir o andamento do processo.

7.8 – Compete ao Órgão Central, atualizar sempre que necessário os procedimentos estabelecidos nesta IN.

Esta Instrução Normativa entra em vigor após a data de sua publicação.

Aripuanã-MT, ao 1° de outubro de 2018.

ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA ADMINISTRATIVO

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA

Secretário Municipal de Finanças

APROVAÇÃO

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANEXO I – PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIARIA

PREFEITURA MUNICIPAL ***(Identificar a Unidade Administrativa)*** **PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS**					
DADOS DO PROPOSTO/BENEFICARIO					
Nome:		**Telefone:**			
Cargo:		**CPF**			
Nº da Matricula:		**E-mail**			
DADOS DA VIAGEM					
TIPO DE VIAGEM: ( ) No Estado ( ) Fora do Estado ( ) Fora do País					
MEIO DE TRANSPORTE: ( ) Próprio ( ) Veículo da Instituição ( ) Aéreo ( ) Rodoviário					
O EVENTO PROPORCIONARÁ HOSPEDAGEM: SIM ( ) NÃO ( ) (a informação se faz necessária para a concessão do valor da diária, conforme disposto no item 6.3.1.1)					
MOTIVO DA VIAGEM: (Objetivo/Assunto a ser tratado/ Evento/ **Data** do início e fim):					
Origem	**Destino**	**Data da Saída**	**Sugestão de horário**	**Data do Retorno**	**Sugestão de horário**
QUANTIDADE DE DIARIAS NECESSARIAS:					
TERMO DE COMPROMISSO Pelo presente, comprometo-me a: a) Apresentar prestação de contas, quando do retorno, dentro do prazo de 10(dez), conforme estabelecido na Instrução Normativa e Decreto Vigente; b) Juntar a prestação de contas todos os documentos necessários, elencados na Instrução Normativa e Decreto Vigente. c) Restituir valores de diárias no prazo de 05 (dias), caso o retorno dar-se antes do previsto ou o deslocamento não ocorrer; d) Nos casos em o evento fornecer hospedagem, deverá ser juntado documento comprobatório.					
Observações:					
SOLICITAÇÃO			**AUTORIZAÇÃO**		
Data da Solicitação ___/___/_____	_____ Assinatura do proposto		Data _____/_____/_____		
Ciente: _____ Assinatura da Chefia Imediata do(a) servidor(a) (com carimbo)			Autorizo: _____ Assinatura do proponente (com carimbo)		

1. É obrigatório anexar documentos que comprovem a necessidade do deslocamento do servidor como convites, memorando, programações, folders, e-mail de convocação e outros, caso contrário, poderá haver recusa a solicitação.

ANEXO II – FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE SOLICITAÇÃO E CONCESSÃO DE DIARIA

ANEXO III – FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS



ANEXO IV – VALORES DE DIARIA CONCEDIDA

CATEGORIA FUNCIONAL	FORA DO ESTADO	DENTRO DO ESTADO
Prefeito Municipal e Vice-Prefeito	R$ 700,00	R$ 500,00
Secretários, Controlador, Coordenador Jurídica, Assessor Especial, Assessor de Assuntos Estratégicos, Assessor Contábil e Secretários Adjuntos, Procurador do Município e Contador.	R$ 440,00	R$ 286,00
Supervisor, Coordenador, Diretor, Ouvidor, Secretario Executivo e funcionários concursados em nível superior.	R$ 286,00	R$ 231,00
Chefes de Divisão, Chefe da UMC, Assistentes, Secretario da JSM e demais Servidores.	R$ 220,00	R$ 180,00
Nos casos em que o evento fornecer hospedagem será concedido 60% do valor acima definido.		

Prefeitura Municipal de Aripuanã ***(identificação da Unidade administrativa)*** **RELATORIO DE VIAGEM - DIARIAS CONCEDIDAS/20xx**	
Quantidades de diárias concedidas:	
Servidor:	**Matricula** nº:
Cargo:	
Lotação:	
Motivo do deslocamento:	
Data da Saída ao destino:	**Data de chegada a Origem:**
Trajeto percorrido:	
Meio de Transporte:	
Cronograma de Atividade:	
Observação: Compõe este Relatório os seguintes documentos comprobatórios:	
Aripuanã, xx de xx de 201x **Nome do Servidor** **Cargo:**	
Data da entrega: _____/_____/_____	**Conferido e Recebido em: _____/_____/_____** **(Servidor Responsável pelo Dep. De Arquivo)**

ANEXO V –

ANEXO VI – CHECK LIST

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 219/2018

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA; REFERENTE À AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS RURAL ESCOLAR (ORE), EM ATENDIMENTO ÀS ENTIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ; *PREGÃO Nº. 066/2018 – PROCESSO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO FNDE*; VALOR GLOBAL R$ 686.736,00; VIGÊNCIA: 02/10/2018 A 1º/10/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

PORTARIA Nº 094 /2018

SÚMULA: Dispõe sobre a revogação da nomeação de fiscal de contratos substituto do Gabinete da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço e dá outras providencias.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ, Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o retorno do Fiscal de Contatos do Gabinete GETULIO SANTANA PADILHA, nomeado pela portaria 074/2018, que se encontrava de férias.

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 084/2018 que designou o servidor publico **PAULO DOS SANTOS BARROS GONÇALVES**, para atuar como fiscal de contratos administrativo temporário, celebrados pelo Gabinete da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, com as atribuições de acompanhar e fiscalizar a correta execução do objeto aos termos contratuais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de Outubro de 2018.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 096/2018

SÚMULA: Dispõe sobre a Exoneração da**Assessora de recursos Humanos**e estabelece outras providências.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ, Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RE S O L V E:

Art.1º-Exonerara ServidoraSrª. **MAGDA TAQUES AMORIM,**Carteira de Identidade RGnº **13942093**,e inscrito no CPF sob o nº **990.837.361-72**,do-Cargo em Comissão de Assessoria de Recursos Humanos.

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º -Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,01 de Outubro de 2018.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 093/2018

SÚMULA: Dispõe sobre Licença Prémio e estabelece outras providências.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ, Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RE S O L V E:

Art.1º - Conceder 03 (três) meses de Licença Prémio Especial, por assiduidade nos termos do Art. 101 da Lei 179/97, para os Servidores: **LAERCIO ARAÚJO E SILVA,** (Técnico Agrícola), lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, referente ao quinquênio **2011 a 2016**, o período do seu afastamento será de 01/10/2018 a 30/12/2018.

ADEMIR PEDRO DA SILVA,(Técnico Agrícola), lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, referente ao quinquênio**2009 a 2014**, o período do seu afastamento será de 01/10/2018 a 30/12/2018.

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º -Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito**,** 01 de Outubrode 2018.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 088 /2018

SÚMULA: Concede menção de elogio aos servidores e dá outras providencias.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ, Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município.

Considerando a Lei Municipal 179/97, inseridos nas disposições do titulo 7º e seus artigos.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder menção de elogio aos servidores abaixo relacionados, como forma de reconhecimento pelo excelente desempenho na regularização do Convenio de Fiscalização e Arrecadação do Imposto Sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, em conformidade com IN-RFB nº 1.640/2016.

I. Lauzio Luiz da Silva – Secretário Mun. de Administração

II. Paulo dos Santos Barros Gonçalves – Agente Administrativo

III. Alexsandra Aparecida da Silva – Agente de segurança

Art. 2º - Esta menção de elogio deverá constar na pasta funcional de cada servidor acima mencionado.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de Setembro de 2018.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 095/2018

SÚMULA: Dispõe sobre Licença Prémio e estabelece outras providências.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ, Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RE S O L V E:

Art.1º - Conceder 03 (três) meses de Licença Prémio Especial, por assiduidade nos termos do Art. 101 da Lei 179/97, para aServidora

MAGDA TAQUES AMORIM,(Agente Administrativo), lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, referente ao quinquênio**2009 a 2014**, o período do seu afastamento será de 01/10/2018 a 30/12/2018.

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º -Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito**,** 01 de Outubrode 2018.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 101DE 01 DESETEMBRO DE 2015

Na Portaria nº 101/2015, de 01 de Setembro de 2015;

Onde se lê:

Art. 1º -Art.1º - Conceder 03 (três) meses de Licença Prémio Especial, por assiduidadenos termos Art. 101 da Lei 179/97, para o Servidor:

LAECIO ARAÚJO E SILVA,(Professor), lotado na SecretariaMun.de Educação**.r**eferente ao quinquênio 2010 a 2015, a partir de 01/09/2015 a 01/11/2015.

Leia-se:

Art. 1º -Art.1º - Conceder 03 (três) meses de Licença Prémio Especial, por assiduidadenos termos Art. 101 da Lei 179/97, para oServidor

.

LAERCIO ARAÚJO ESILVA,referente ao 2º quinquênio 2005 a 2010, operíodo do seu afastamento será de 01/09/2015 a 30/11/2015.

Gabinete do Prefeito**,** 28 de Setembrode 2018.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 092/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas em Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2.002 e Decreto Municipal nº 02/2007 de 15 de janeiro de 2. 007.

RESOLVE

Art. 1º. Ficam designados para compor a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, os seguintes servidores:

I. Presidente: WILSON PRADO DE BARROS

1º Membro: **ROBSONLUCIO TAQUES**

2º Membro: WILMA DOS ANJOS DE SOUZA MARQUES

§1º. Na ausência do presidente, o primeiro membro assumirá a função de presidente, e será convocado um membro suplente, para recompor a Comissão;

§2º. Nas demais ausências, serão convocados os membros suplentes, na ordem de suplência;

Art. 2º. Ficam designados os servidores abaixo, para compor a Equipe Técnica responsável pelas licitações na modalidade Pregão, no âmbito desta Prefeitura, em conformidade com as legislações vigentes:

I. Pregoeiro Oficial

a.WILSON PRADO DE BARROS

II. Equipe de Apoio:

a. ROBSON LUCIO TAQUES

b. WILMA DOS ANJOS DE SOUZA MARQUES

Art. 3º. São atribuições da Autoridade Superior:

I. Autorizar abertura de licitações, em qualquer modalidade, para aquisição de bens e contratação de serviços para o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

II. Decidir os recursos contra atos do Pregoeiro.

III. Adjudicar e Homologar os itens ou lotes de licitações que tiveram recursos interpostos;

IV. Homologar os procedimentos licitatórios;

V. Ratificar os atos de dispensa e inexigibilidade de licitação;

VI. Promover a celebração dos Contratos;

Art. 4º. São atribuições do Pregoeiro Oficial:

I. Elaborar e, após o crivo da Assessoria Jurídica, aprovar e/ou retificar o edital de licitação;

II. Promover a publicidade da licitação, em conformidade com a legislação;

III. Receber, examinar e decidir, dentro de sua competência, sobre esclarecimentos e impugnações, com o apoio da Assessoria Jurídica quando necessário;

IV. Determinar e coordenar os trabalhos da equipe de apoio;

V. Realizar abertura, exame e classificação das propostas de preços;

VI. Promover análises ediligencias pertinentes ao cumprimento do objeto, facultando-lhe a convocação de técnicos especializados para assistência da decisão;

VII. Conduzir os procedimentos relativos disputa de lances e a julgamento da proposta ou do lance de menor valor apresentado;

VIII. Analisar a documentação, para fins de habilitação ou inabilitação, de licitante vencedor;

IX. Promover a solução de questionamentos e providencias acerca de seus atos e aos relativos ao procedimento;

X. Adjudicar o objeto do certame ao vencedor, desde que não haja manifestação de interposição de recursos;

XI. Propor penalização do licitante, durante a sessão pública de licitação, caso ocorra descumprimento de legislação ou ato grave;

XII. Determinar a elaboração da ata da sessão de licitação e assinar em conjunto com a equipe de apoio, técnicos especializados convocados e participantes;

XIII. Fazer o Juízo de Admissibilidade dos recursos manifestados durante a sessão pública de licitação;

XIV. Encaminhar para a Autoridade Superior, as razões de recursos interpostas no prazo descrito em lei, juntamente com os contra recursos de qualquer interessado e o relatório, para subsidiar a decisão final, que será dada pela Autoridade;

XV. Avaliar e aprovar a devida instrução do processo, para encaminhá-lo para a autoridade superior.

Art. 4º. São atribuições da Equipe de Apoio:

I. Cumprir as determinações do Pregoeiro, desde que manifestadamente legais;

II. Instituir e viabilizar o processo licitatório com os documentos e anexos necessários para atender aos dispositivos legais;

III. Operar o sistema de pregão

IV. Responsabilizar-se pelos materiais de apoio logísticos envolvidos para a realização do pregão;

V. Lavrar a ata da sessão e buscar as assinaturas dos participantes presentes;

VI. Responsabilizar-se, após a sessão pública, pela juntada dos documentos, confecção de documentos para instrução, se necessário, pela numeração e rubricas das páginas do processo.

VII. Levar ao conhecimento do pregoeiro qualquer ato ou informação que possam alterar os procedimentos a ser utilizados;

Art. 5º. Todos os procedimentos licitatórios no âmbito deste Tribunal só terão prosseguimento após autorização expressa da Autoridade Superior.

Art. 6º. Fica autorizada a substituição do pregoeiro, desde que devidamente justificada nos autos, quando o titular do certame encontrar-se impedido;

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,revogando todas as disposições em contrário.

Determina-se, Publica-se e Cumpra-se

Barão de Melgaço MT, 28 deSetembro de 2018

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 091/2018

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ, Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 49, inciso I da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 11, Inciso V, alínea “a”da Lei Municipal n.º 365 de 06 de agosto de 2010 e posteriores alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR o senhor WILSON PRADO DE BARROS, portador da Carteira de Identidade nº RG. 35.661.546-7 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº948.481.571-53, para desempenhar o cargo de PREGOEIRO, conforme atribuições estabelecidas em lei municipal.

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 28 Setembro de 2018.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 196/2018

PORTARIA Nº 196/2018

Nomeia os conselheiros para compor o CAE – Conselho de Alimentação Escolar do Município de Barra do Bugres-MT, para o Quadriênio 2018/2022.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Nomear os conselheiros para compor o CAE - Conselho de Alimentação Escolar do Município de Barra do Bugres-MT, para o Quadriênio 2018/2022, nos termos da Lei Municipal Nº 1.278/2001 alterada pela Lei Municipal nº 1.944/2010, conforme discriminação a seguir:

I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

a) Titular: Rose Maria da Silva Gervazoni

b) Suplente: Kelly Tatiane Vidrago Oenning Faria

II – REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DE DOCENTES, DISCENTES OU TRABALHADORES DA ÁREA DE EDUCAÇÃO

a) Titular: Maria Aparecida da Silva - Reconduzida

b) Suplente: Ana Karina de Moura

c) Titular: Maria Pereira Magalhães Amorim - Reconduzida

d) Suplente: Sueli de Souza Santos

III – REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS

a) Titular: Jesail Henrique da Silva

b) Suplente: Luciana Souza Prado Ribeiro

c) Titular: Luciane de Abreu Benitez dos Santos - Reconduzida

d) Suplente: Alessandra dos Santos Oliveira

IV - REPRESENTANTES DE ENTIDADES CIVIS ORGANIZADAS

a) Titular: Loides Braz de Assis Silva - Reconduzida

b) Suplente: Ignez Dias Nunes dos Santos

c) Titular: Ivone da Rocha

d) Suplente: Ivo Pascoal

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 409/2014 de 29/09/2014.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, 01 de outubro de 2018.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

PORTARIA Nº 14.136 DE 01 DE OUTUBRO DE 2.018.

"Dispõe sobre exoneração do cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Exonerar, a partir de 01 de outubro de 2018, do cargo comissionado de Coordenador de Segmentos Culturais, junto à Secretaria Municipal de Cultura (DAS-2), o Sr. **JALLES FRANÇA**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 12.341, de 06 de janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 01 de outubro de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.134 DE 01 DE OUTUBRO DE 2.018.

"Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal,

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, a partir de 03 de setembro de 2018, 03 (três) meses de Licença-Prêmio, referente ao período aquisitivo 2012/2017, à servidora **LEIDINA PEREIRA DOS SANTOS,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Apoio Administrativo Educacional - AAE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de setembro de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Garças/MT, aos 01 dias do mês de outubro de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.135 DE 01 DE OUTUBRO DE 2.018.

"Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal,

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, a partir de 24 de setembro de 2018, 03 (três) meses de Licença-Prêmio, referente ao período aquisitivo 2012/2017, à servidora **CONCEIÇÃO DE SOUZA SILVA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professora.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de setembro de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Garças/MT, aos 01 dias do mês de outubro de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Roberto Angelo Farias, no uso de suas

atribuiçoes legais

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

24 04.122.0002.2004.0000 MANUTENCAO DESENV ATIVIDADES GABINETE DO PREFEITO 21.400,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

26 04.122.0002.2004.0000 MANUTENCAO DESENV ATIVIDADES GABINETE DO PREFEITO 1.600,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

03 03 01 GABINETE DO SECRETARIO

40 04.123.0003.2006.0000 MANUTENCAO ATIV FINANÇAS 20.500,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

42 04.123.0003.2006.0000 MANUTENCAO ATIV FINANÇAS 6.600,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

44 04.123.0003.2006.0000 MANUTENCAO ATIV FINANÇAS 120.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

03 03 02 COORDENACAO GERAL DE FINANCAS

48 28.841.0003.1007.0000 AMORTIZACAO FINANCIAMENTO DIVERSOS 500.000,00

4.6.90.71.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

05 05 01 GABINETE DO SECRETARIO

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$4.110.240,00 distribuídos as seguintes dotações:

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

05 05 01 GABINETE DO SECRETARIO

87 12.361.0005.2013.0000 MANUT DESENV ATIVIDADE EDUCACAO 44.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 000 EDUCAÇÃO

05 05 03 CONVENIOS E PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO

119 12.361.0005.2022.0000 PROG TRANSP ESCOLAR ESTADUAL 78.100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 007 TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL

05 05 04 FUNDEB

156 12.361.0005.2039.0000 MANUT DO FUNDEB 40% 75.100,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

157 12.361.0005.2039.0000 MANUT DO FUNDEB 40% 19.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

170 12.365.0005.2041.0000 MANUT. FUNDEB 40% 82.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

171 12.365.0005.2041.0000 MANUT. FUNDEB 40% 23.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

173 12.365.0005.2041.0000 MANUT. FUNDEB 40% 49.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

177 12.365.0005.2042.0000 MANUT. SERVIÇOS FUNDEB 60 % 220.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

183 12.365.0005.2043.0000 MANUT. SERVIDORES FUNDEB 40% 24.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

240 10.301.0010.1035.0000 AQUIS EQUIPAM E MAT PERMANENTE 2.600,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

242 10.301.0010.1042.0000 AQUIS EQUIP E MAT PERM ATENC BASICA 33.400,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

246 10.301.0010.2052.0000 MANUT E ENCARGOS COM PSF 22.650,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

255 10.301.0010.2052.0000 MANUT E ENCARGOS COM PSF 17.500,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

284 10.301.0010.2073.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S 147.700,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

286 10.301.0010.2073.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S 2.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

286 10.301.0010.2073.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S 18.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

293 10.301.0010.2074.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PROGRAMA SAÚDE BUCAL 31.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

295 10.301.0010.2074.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PROGRAMA SAÚDE BUCAL 6.500,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

300 10.301.0010.2074.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PROGRAMA SAÚDE BUCAL 13.000,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

311 10.301.0010.2076.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PACS - PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIO1S4 .D6E00 S,0A0ÚDE

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

318 10.301.0010.2092.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S 3.800,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

321 10.301.0010.2092.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S 82.850,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

323 10.301.0010.2092.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S 3.400,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

324 10.301.0010.2092.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S 17.500,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

340 10.302.0020.1044.0000 EQUIP E MAT PERM MEDIA E ALTA 15. 000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

354 10.302.0020.2057.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UDR - UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REAB4I2L.I5T0A0Ç,0Ã0O

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

355 10.302.0020.2057.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UDR - UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REAB1I1L.I0T5A0Ç,0Ã0O

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

357 10.302.0020.2057.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UDR - UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILI8T0A0Ç,0Ã0O

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

362 10.302.0020.2057.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UDR - UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILI4T0A0Ç,0Ã0O

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

371 10.302.0020.2059.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL 10.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

381 10.302.0020.2060.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 243 .H00O0R,0A0S

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

387 10.302.0020.2061.0000 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL 36.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

390 10.302.0020.2061.0000 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL 6.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

398 10.302.0020.2062.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CAPS 2. 800,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

407 10.302.0020.2063.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS MELHOR EM CASA 89.100,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

408 10.302.0020.2063.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS MELHOR EM CASA 17.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

410 10.302.0020.2063.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS MELHOR EM CASA 6.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

427 10.302.0020.2065.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS POLICLINICA 117.200,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

428 10.302.0020.2065.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS POLICLINICA 12.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

430 10.302.0020.2065.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS POLICLINICA 12.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

435 10.302.0020.2065.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS POLICLINICA 3.700,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

437 10.302.0020.2066.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS 117.900,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

438 10.302.0020.2066.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS 15.450,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

440 10.302.0020.2066.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS 5.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

448 10.302.0020.2067.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CTA - SAE 100,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

476 10.302.0020.2079.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL 88.500,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

477 10.302.0020.2079.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL 18.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

478 10.302.0020.2079.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL 4. 600,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

480 10.302.0020.2079.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL 111.200,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

483 10.302.0020.2079.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL 8.800,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

498 10.302.0020.2081.0000 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL 25.900,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

500 10.302.0020.2081.0000 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL 8.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

503 10.302.0020.2082.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CAPS 12.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

505 10.302.0020.2082.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CAPS 4.600,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

516 10.302.0020.2083.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS MELHOR EM CASA 6.400,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

543 10.302.0020.2086.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS 45.300,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

545 10.302.0020.2086.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS 500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

561 10.302.0020.2096.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL 62.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

564 10.302.0020.2096.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL 86.860,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

566 10.302.0020.2096.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL 56.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

569 10.302.0020.2097.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 2947 .H00O0R,0A0S

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

570 10.302.0020.2097.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 2249 .H00O0R,0A0S

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

575 10.302.0020.2097.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO2 2047 .H80O0R,0A0S

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

576 10.302.0020.2097.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 2241 .H50O0R,0A0S

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

615 10.304.0030.2070.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A VIGILÂNCIA SANITÁRIA 47.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

640 10.305.0030.2071.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIE2N.0T0A0L,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

641 10.305.0030.2071.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBI1E5N.0T0A0L,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

648 10.305.0030.2091.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIE6N.0T0A0L,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

650 10.305.0030.2091.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBI1E8N.5T0A0L,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

218 10.122.0050.2049.0000 MANUT ATIVIDADE SAUDE 143.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

219 10.122.0050.2049.0000 MANUT ATIVIDADE SAUDE 17.700,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

220 10.122.0050.2049.0000 MANUT ATIVIDADE SAUDE 12.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

223 10.122.0050.2049.0000 MANUT ATIVIDADE SAUDE 2.500,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

224 10.122.0050.2049.0000 MANUT ATIVIDADE SAUDE 157.600,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

226 10.122.0050.2049.0000 MANUT ATIVIDADE SAUDE 43.100,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

228 10.122.0050.2050.0000 MANUT DESENV ATIV CENTRAL DE REGULARIZACAO 17.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

230 10.122.0050.2050.0000 MANUT DESENV ATIV CENTRAL DE REGULARIZACAO 3.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

08 08 01 GABINETE DO SECRETARIO

658 13.392.0008.2099.0000 MANUT DESENV DA CULTURA 4.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

09 09 01 GABINETE DO SECRETARIO

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

09 09 01 GABINETE DO SECRETARIO

671 20.122.0009.2101.0000 MANUT DESENV AGRICULTURA 40.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

678 20.122.0009.2101.0000 MANUT DESENV AGRICULTURA 1.000,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

10 10 01 GABINETE DO SECRETARIO

702 04.121.0007.2107.0000 MANUT DESENV DO PLANEJAMENTO 10.000,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

11 11 01 GABINETE DO SECRETARIO

705 08.244.0011.2108.0000 MANUT E DESENV SEC ACAO SOCIAL 24.800,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

706 08.244.0011.2108.0000 MANUT E DESENV SEC ACAO SOCIAL 13.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

708 08.244.0011.2108.0000 MANUT E DESENV SEC ACAO SOCIAL 32.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

710 08.244.0011.2108.0000 MANUT E DESENV SEC ACAO SOCIAL 430,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

710 08.244.0011.2108.0000 MANUT E DESENV SEC ACAO SOCIAL 3.850,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

11 11 03 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

11 11 03 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

742 08.243.0011.2118.0000 VIABIL PROGRAMAS PROJETOS ESP CRIANCA E ADOLESCENTE 6.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

500 000 ASSISTÊNCIA SOCIAL

12 12 01 GABINETE DO SECRETARIO

762 15.452.0012.2122.0000 MANUT DESENV SEC URBANISMO 5.900,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

763 15.452.0012.2122.0000 MANUT DESENV SEC URBANISMO 10.500,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

776 15.452.0012.2126.0000 SERV MANUT ATERRO SANIARIO 131.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

13 13 01 GABINETE DO SECRETARIO

785 15.451.0013.2128.0000 MANUT DESENV SECRETARIA OBRAS 22.300,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

786 15.451.0013.2128.0000 MANUT DESENV SECRETARIA OBRAS 6.500,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

787 15.451.0013.2128.0000 MANUT DESENV SECRETARIA OBRAS 9.500,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

18 18 01 GABINETE DO SECRETARIO

838 23.695.0018.2135.0000 MANUT DESENV ATIV TURISMO 4.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

18 18 02 COORDENACAO DE TURISMO

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

18 18 02 COORDENACAO DE TURISMO

846 23.695.0018.2136.0000 SERV INFRAESTRUTURA TURISTICA 8.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

848 23.695.0018.2136.0000 SERV INFRAESTRUTURA TURISTICA 1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

852 23.695.0018.2137.0000 EVENTOS SOCIAIS POPULARES E TEMPORADAS 18.500,00

3.3.90.41.00 CONTRIBUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

19 19 01 GABINETE DO SECRETARIO

858 18.542.0019.2138.0000 MANUT DESENV SEC MEIO AMBIENTE 7.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

860 18.542.0019.2138.0000 MANUT DESENV SEC MEIO AMBIENTE 4.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

20 20 01 GABINETE DO SECRETARIO

872 20.122.0024.2141.0000 MANUT PRESERVACAO VOLTADO AQUICULTURA 5.300,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

21 21 01 GABINETE SECRETARIO

878 15.451.0021.2142.0000 MANUT ATIVIDADES TRANSPORTE E SEVIÇOS 19.700,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

883 15.451.0021.2143.0000 MANUTENCAO VEICULOS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS 41.200,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

21 21 01 GABINETE SECRETARIO

885 15.451.0021.2143.0000 MANUTENCAO VEICULOS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS 53.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

22 22 01 PROCURADORIA GERAL

900 04.125.0022.2147.0000 MANUT DESENV ATIVID PROCURADORIA 2.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

902 04.125.0022.2147.0000 MANUT DESENV ATIVID PROCURADORIA 4.600,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

903 04.125.0022.2147.0000 MANUT DESENV ATIVID PROCURADORIA 18.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

Anulação:

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

29 04.122.0002.2004.0000 MANUTENCAO DESENV ATIVIDADES GABINETE DO PREFEITO -23.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

03 03 01 GABINETE DO SECRETARIO

37 04.123.0003.1006.0000 AQUIS EQUIP MAT PERM FINANCAS -3.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

41 04.123.0003.2006.0000 MANUTENCAO ATIV FINANÇAS -1.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

43 04.123.0003.2006.0000 MANUTENCAO ATIV FINANÇAS -3.100,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

04 04 01 GABINETE DO SECRETARIO

58 04.128.0004.2008.0000 MANUTENCAO DESENV ATIVIDADES SEC ADMIN -125.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

05 05 01 GABINETE DO SECRETARIO

85 12.361.0005.2013.0000 MANUT DESENV ATIVIDADE EDUCACAO -16.400,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 000 EDUCAÇÃO

05 05 02 SEÇÃO ADMINISTRATIVA ESCOLAR

91 12.361.0005.1011.0000 CONSTRUCAO AMPLIACAO ESCOLAS MUNICIPAIS -6.600,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 000 EDUCAÇÃO

95 12.361.0005.2014.0000 DESENVOLV ATI CURRICULARES -16.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 000 EDUCAÇÃO

98 12.365.0005.1015.0000 CONST RESTAURACAO EDUCACAO INFANTIL -50.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 000 EDUCAÇÃO

99 12.365.0005.1016.0000 AQUISICAO DE EQUIP E MAT PERM EDUCACAO -55.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 000 EDUCAÇÃO

102 12.365.0005.2015.0000 MANTU DESENV ED INFANTIL CRECHES -5.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 000 EDUCAÇÃO

05 05 03 CONVENIOS E PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO

118 12.361.0005.2022.0000 PROG TRANSP ESCOLAR ESTADUAL -59.300,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 007 TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

05 05 03 CONVENIOS E PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO

120 12.361.0005.2023.0000 MANUT PROG E CONV EDUCAÇÃO -3.800,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 002 CONVENIO E PROGRAMAS EDUCAÇÃO

138 12.365.0005.2030.0000 PROGRAMA SALARIO EDUCACAO -10.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 003 salario educação

05 05 04 FUNDEB

160 12.361.0005.2039.0000 MANUT DO FUNDEB 40% -100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

168 12.365.0005.1029.0000 CONST. REFORMA ESCOLAS FUNDEB 40% -49.500,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

178 12.365.0005.2042.0000 MANUT. SERVIÇOS FUNDEB 60 % -204.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

179 12.365.0005.2042.0000 MANUT. SERVIÇOS FUNDEB 60 % -24.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

184 12.365.0005.2043.0000 MANUT. SERVIDORES FUNDEB 40% -16.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

188 12.365.0005.2044.0000 MANUT SERVIDORES DO FUNDEB 60% -94.800,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

198 12.366.0005.2046.0000 MANUT SERVIDORES DO FUNDEB 60% -15.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

217 10.122.0050.2049.0000 MANUT ATIVIDADE SAUDE -20.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

221 10.122.0050.2049.0000 MANUT ATIVIDADE SAUDE -3.400,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

244 10.301.0010.2052.0000 MANUT E ENCARGOS COM PSF -15.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

252 10.301.0010.2052.0000 MANUT E ENCARGOS COM PSF -650,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

256 10.301.0010.2053.0000 MANTU ENC PROGRAMA SAUDE BUCAL -17.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

261 10.301.0010.2053.0000 MANTU ENC PROGRAMA SAUDE BUCAL -2.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

263 10.301.0010.2053.0000 MANTU ENC PROGRAMA SAUDE BUCAL -3.700,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

264 10.301.0010.2053.0000 MANTU ENC PROGRAMA SAUDE BUCAL -10.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

265 10.301.0010.2053.0000 MANTU ENC PROGRAMA SAUDE BUCAL -55.000,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

266 10.301.0010.2054.0000 MANUT ENCARGOS NASF NUC APOIO SAUDE FAMILIA -17.850,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

271 10.301.0010.2054.0000 MANUT ENCARGOS NASF NUC APOIO SAUDE FAMILIA -2.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

272 10.301.0010.2054.0000 MANUT ENCARGOS NASF NUC APOIO SAUDE FAMILIA -1.600,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

275 10.301.0010.2054.0000 MANUT ENCARGOS NASF NUC APOIO SAUDE FAMILIA -20.300,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

279 10.301.0010.2055.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PACS - PROGRAMA AGENTES COMUNITÁ-R2I.O50S0 D,0E0 SAÚDE

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

280 10.301.0010.2055.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PACS - PROGRAMA AGENTES COMUNITÁ-R5I.O00S0 D,0E0 SAÚDE

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

290 10.301.0010.2073.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S -700,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

291 10.301.0010.2073.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S -16.000,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

292 10.301.0010.2074.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PROGRAMA SAÚDE BUCAL -29.500,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

298 10.301.0010.2074.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PROGRAMA SAÚDE BUCAL -5.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

299 10.301.0010.2074.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PROGRAMA SAÚDE BUCAL -2.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

301 10.301.0010.2075.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS NASF - NÚCLEO DE APOIO SAÚDE DA FAM-8ÍL.0IA00,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

307 10.301.0010.2075.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS NASF - NÚCLEO DE APOIO SAÚDE DA FAM-3ÍL.0IA00,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

308 10.301.0010.2075.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS NASF - NÚCLEO DE APOIO SAÚDE DA FAM-5ÍL.5IA00,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

309 10.301.0010.2075.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS NASF - NÚCLEO DE APOIO SAÚDE DA FA-M10ÍL.0IA00,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

313 10.301.0010.2076.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PACS - PROGRAMA AGENTES COMUNITÁ-R3I.O00S0 D,0E0 SAÚDE

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

314 10.301.0010.2076.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PACS - PROGRAMA AGENTES COMUNITÁ-R6I.O00S0 D,0E0 SAÚDE

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

315 10.301.0010.2076.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PACS - PROGRAMA AGENTES COMUNITÁ-5R6I.O00S0 D,0E0 SAÚDE

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

316 10.301.0010.2092.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S -50.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

322 10.301.0010.2092.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S -800,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

325 10.301.0010.2093.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PROGRAMA SAÚDE BUCAL -6.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

332 10.301.0010.2093.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PROGRAMA SAÚDE BUCAL -4.800,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

335 10.301.0050.2072.0000 QUALIFICACAO IMPLANTACAO ACOES GESTAO DO SUS -5.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

348 10.302.0020.2056.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS AÇÕES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXI-D5A.3D0E0,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

353 10.302.0020.2057.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UDR - UNIDADE DESCENTRALIZADA DE R-E5A.0B0I0L,I0T0AÇÃO

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

359 10.302.0020.2057.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UDR - UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REA-4B5I0L,I0T0AÇÃO

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

361 10.302.0020.2057.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UDR - UNIDADE DESCENTRALIZADA DE R-E2A.0B0I0L,I0T0AÇÃO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

364 10.302.0020.2059.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL -141.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

370 10.302.0020.2059.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL -20.800,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

375 10.302.0020.2060.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMEN-T75O. 02040 H,0O0RAS

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

386 10.302.0020.2061.0000 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL -31.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

392 10.302.0020.2061.0000 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL -4.600,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

393 10.302.0020.2061.0000 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL -1.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

396 10.302.0020.2062.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CAPS -123.460,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

404 10.302.0020.2062.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CAPS -1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

406 10.302.0020.2063.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS MELHOR EM CASA -225.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

415 10.302.0020.2063.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS MELHOR EM CASA -4.600,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

422 10.302.0020.2064.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UCT - UNIDADE DE COLETA TRANSFUSIO-N6A.2L00,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

426 10.302.0020.2065.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS POLICLINICA -30.500,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

432 10.302.0020.2065.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS POLICLINICA -3.400,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

436 10.302.0020.2066.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS-68.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

443 10.302.0020.2066.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS -1.500,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

444 10.302.0020.2066.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS -450,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

446 10.302.0020.2067.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CTA - SAE -17.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

452 10.302.0020.2067.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CTA - SAE -5.800,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

466 10.302.0020.2078.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UDR - UNIDADE DESCENTRALIZADA DE- 3R1E3A.3B0I0L,I0T0AÇÃO

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

471 10.302.0020.2078.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UDR - UNIDADE DESCENTRALIZADA DE R-E5A.0B0I0L,I0T0AÇÃO

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

499 10.302.0020.2081.0000 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL -5.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

501 10.302.0020.2081.0000 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL -21.000,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

507 10.302.0020.2082.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CAPS -3.900,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

509 10.302.0020.2082.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CAPS -2.600,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

518 10.302.0020.2083.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS MELHOR EM CASA -4.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

525 10.302.0020.2084.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UCT - UNIDADE DE COLETA TRANSFUSIO-N2A.4L00,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

544 10.302.0020.2086.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS -500,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

554 10.302.0020.2087.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CTA - SAE -4.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

559 10.302.0020.2096.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL -496.900,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

567 10.302.0020.2096.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL -257.800,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

579 10.303.0040.2068.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A FARMÁCIA BÁSICA -15.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

599 10.303.0040.2069.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS FARMÁCIA ESPECIALIZADA -18.200,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

606 10.303.0040.2088.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A FARMÁCIA BÁSICA -17.600,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

09 09 02 SECAO DE AGRICULTURA

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

09 09 02 SECAO DE AGRICULTURA

684 20.601.0009.1050.0000 PATRULHA MECANIZADA -41.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

09 09 03 SECAO DE AGRONEGOCIO

691 20.602.0009.2106.0000 MANUT DO AGRONEGOCIO -50.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

11 11 02 SECAO DE ACAO SOCIAL

715 08.241.0011.2109.0000 MANUT PROGRAMAS ASSIST IDOSO -430,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

716 08.241.0011.2109.0000 MANUT PROGRAMAS ASSIST IDOSO -3.850,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

724 08.243.0011.2111.0000 MANUT CONSE MUNICIPAL CRIANCA E ADOLECENTE -6.800,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

730 08.244.0011.1061.0000 EQUIPA E MAT PERMANETE ASSIST COMUNITARIA -24.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

11 11 03 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

736 08.241.0011.2116.0000 VIABIL PROG PROJ ESPECIAIS ASSIST IDOSO -15.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

500 000 ASSISTÊNCIA SOCIAL

737 08.241.0011.2116.0000 VIABIL PROG PROJ ESPECIAIS ASSIST IDOSO -2.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

500 000 ASSISTÊNCIA SOCIAL

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

11 11 03 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

738 08.241.0011.2116.0000 VIABIL PROG PROJ ESPECIAIS ASSIST IDOSO -15.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

500 000 ASSISTÊNCIA SOCIAL

739 08.242.0011.2117.0000 VIABIL PROG PROJ ESPEC PORTADOR DEFICIENCIA -13.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

500 000 ASSISTÊNCIA SOCIAL

752 08.244.0011.2119.0000 VIABIL PROG E PROJ ESPECIAIS ASSIST COMUNITARIA -15.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

500 000 ASSISTÊNCIA SOCIAL

12 12 01 GABINETE DO SECRETARIO

767 15.452.0012.2122.0000 MANUT DESENV SEC URBANISMO -500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

770 15.452.0012.2123.0000 MANUT PARQUES JARDINS E VIVEIROS -35.900,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

773 15.452.0012.2124.0000 MANUT SERV LIMPEZA PUBLICA -61.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

774 15.452.0012.2125.0000 MANUT PAISAG URBANA SIST VIARIO E GALERIAS -10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

13 13 01 GABINETE DO SECRETARIO

780 15.451.0013.1068.0000 CONST MANUT PARQUES E JARDINS E SIMILARES -150.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

789 15.451.0013.2128.0000 MANUT DESENV SECRETARIA OBRAS -12.300,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

13 13 02 SERVICOS PUBLICOS

797 17.451.0013.1075.0000 SANEAMENTO BASICO -30.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

805 26.451.0013.1083.0000 OBRAS E PAVIMENTACAO ASFALTICA E MEIO FIO -300.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

18 18 01 GABINETE DO SECRETARIO

840 23.695.0018.2135.0000 MANUT DESENV ATIV TURISMO -18.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

842 23.695.0018.2135.0000 MANUT DESENV ATIV TURISMO -1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

18 18 02 COORDENACAO DE TURISMO

847 23.695.0018.2136.0000 SERV INFRAESTRUTURA TURISTICA -1.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

19 19 01 GABINETE DO SECRETARIO

853 18.542.0019.1092.0000 EQUIPAMENTOS E MAT PERM MEIO AMBIENTE -46.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

861 18.542.0019.2139.0000 MANUT PRESERV VOLTADO AO MEIO AMBIENTE -5.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

20 20 01 GABINETE DO SECRETARIO

870 20.122.0024.2140.0000 MANUT DESENV AQUICULTURA -7.700,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

20 20 01 GABINETE DO SECRETARIO

871 20.122.0024.2141.0000 MANUT PRESERVACAO VOLTADO AQUICULTURA -5.300,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

21 21 01 GABINETE SECRETARIO

879 15.451.0021.2142.0000 MANUT ATIVIDADES TRANSPORTE E SEVIÇOS -900,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

882 15.451.0021.2142.0000 MANUT ATIVIDADES TRANSPORTE E SEVIÇOS -3.800,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

884 15.451.0021.2143.0000 MANUTENCAO VEICULOS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS -64.500,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

889 26.451.0021.2145.0000 MANUT CONSERV ESTRADAS E VIAS FETHAB -6.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

21 21 02 SERVIÇOS PUBLICOS

892 25.451.0021.1096.0000 AMP REDE ILUMINACAO PUBLICA URBANA E RURAL -49.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

22 22 01 PROCURADORIA GERAL

901 04.125.0022.2147.0000 MANUT DESENV ATIVID PROCURADORIA -6.600,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

BARRA DO GARCAS, 02 de julho de 2018

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Roberto Angelo de Farias

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4015 , DE 02 DE JULHO DE 2018 - LEI N.394

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) – Nº 052/2018/PMBG-MT

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) **–** Nº 052/2018/PMBG-MT. O Município de Barra do Garças/MT torna público que será RETIFICADO Pregão Presencial Nº 052/2018. Objeto:**FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA RESPONSÁVEL PELA INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE ALARME, CÂMERAS E RELÓGIO DE PONTO.** Data da sessão pública: **18/10/2018** às **08 horas 30 minutos** (horário local). Novo Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Willer Alves Sirqueira (Pregoeiro) e equipe de apoio, 03/10/2018.

PORTARIA Nº 14.133 DE 01 DE OUTUBRO DE 2.018.

“Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio à servidora que menciona.”

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais e;

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea “b”, da Lei Orgânica Municipal;

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, 03 (três) meses de licença-prêmio, **a ser gozada de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde**, referente ao quinquênio 2012/2017, à servidora **FRANCINEIDE VIEIRA DA SILVA FARIAS**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 01 de outubro de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.129 DE 01 DE OUTUBRO DE 2.018.

“Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio ao servidor que menciona.”

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais e;

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea “b”, da Lei Orgânica Municipal;

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, 03 (três) meses de licença-prêmio, **a ser gozada de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde**, referente ao quinquênio jan2013/dez2017, ao servidor **FERNANDO FERREIRA LUZ**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente de Combate à Endemias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 01 de outubro de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Roberto Angelo Farias, no uso de suas

atribuiçoes legais

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

24 04.122.0002.2004.0000 MANUTENCAO DESENV ATIVIDADES GABINETE DO PREFEITO 11.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

26 04.122.0002.2004.0000 MANUTENCAO DESENV ATIVIDADES GABINETE DO PREFEITO 1.900,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

30 04.122.0002.2004.0000 MANUTENCAO DESENV ATIVIDADES GABINETE DO PREFEITO 24.500,00

3.3.90.41.00 CONTRIBUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

03 03 01 GABINETE DO SECRETARIO

40 04.123.0003.2006.0000 MANUTENCAO ATIV FINANÇAS 19.900,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

42 04.123.0003.2006.0000 MANUTENCAO ATIV FINANÇAS 25.200,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

44 04.123.0003.2006.0000 MANUTENCAO ATIV FINANÇAS 168.400,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

03 03 02 COORDENACAO GERAL DE FINANCAS

49 28.841.0003.2007.0000 ENCARGOS E JUROS DA DIVIDA POR CONTRATO 200.000,00

3.2.90.21.00 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$8.119.129,00 distribuídos as seguintes dotações:

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

05 05 01 GABINETE DO SECRETARIO

87 12.361.0005.2013.0000 MANUT DESENV ATIVIDADE EDUCACAO 4.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 000 EDUCAÇÃO

90 12.361.0005.2013.0000 MANUT DESENV ATIVIDADE EDUCACAO 9.000,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 000 EDUCAÇÃO

05 05 02 SEÇÃO ADMINISTRATIVA ESCOLAR

93 12.361.0005.2014.0000 DESENVOLV ATI CURRICULARES 74.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 000 EDUCAÇÃO

05 05 04 FUNDEB

153 12.361.0005.1025.0000 AQUIS EQUIP ESCOLA MUNC 40% 104.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

156 12.361.0005.2039.0000 MANUT DO FUNDEB 40% 75.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

157 12.361.0005.2039.0000 MANUT DO FUNDEB 40% 19.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

159 12.361.0005.2039.0000 MANUT DO FUNDEB 40% 14.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

170 12.365.0005.2041.0000 MANUT. FUNDEB 40% 76.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

171 12.365.0005.2041.0000 MANUT. FUNDEB 40% 16.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

05 05 04 FUNDEB

177 12.365.0005.2042.0000 MANUT. SERVIÇOS FUNDEB 60 % 211.200,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

241 10.301.0010.1036.0000 CONST AMPL ATENCAO BASICA 173.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

246 10.301.0010.2052.0000 MANUT E ENCARGOS COM PSF 24.100,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

255 10.301.0010.2052.0000 MANUT E ENCARGOS COM PSF 25.900,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

284 10.301.0010.2073.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S 2.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

285 10.301.0010.2073.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S 27.300,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

286 10.301.0010.2073.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S 18.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

291 10.301.0010.2073.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S 565.600,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

293 10.301.0010.2074.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PROGRAMA SAÚDE BUCAL 26.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

295 10.301.0010.2074.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PROGRAMA SAÚDE BUCAL 5.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

300 10.301.0010.2074.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PROGRAMA SAÚDE BUCAL 10.000,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

311 10.301.0010.2076.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PACS - PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS1 .D0E00 S,0A0ÚDE

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

317 10.301.0010.2092.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S 169.700,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

318 10.301.0010.2092.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S 9.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

319 10.301.0010.2092.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S 21.500,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

324 10.301.0010.2092.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S 44.300,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

340 10.302.0020.1044.0000 EQUIP E MAT PERM MEDIA E ALTA 2. 000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

341 10.302.0020.1045.0000 CONSTRUÇÃO AMPL MEDIA E ALTA 808. 000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

354 10.302.0020.2057.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UDR - UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REAB4I4L.I0T0A0Ç,0Ã0O

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

355 10.302.0020.2057.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UDR - UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REAB1I1L.I5T0A0Ç,0Ã0O

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

357 10.302.0020.2057.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UDR - UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABI1L.I0T0A0Ç,0Ã0O

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

371 10.302.0020.2059.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL 5. 000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

387 10.302.0020.2061.0000 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL 26.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

390 10.302.0020.2061.0000 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL 7.300,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

398 10.302.0020.2062.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CAPS 2. 000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

407 10.302.0020.2063.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS MELHOR EM CASA 83.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

408 10.302.0020.2063.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS MELHOR EM CASA 3.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

410 10.302.0020.2063.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS MELHOR EM CASA 3.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

427 10.302.0020.2065.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS POLICLINICA 118.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

428 10.302.0020.2065.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS POLICLINICA 13.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

437 10.302.0020.2066.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS 127.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

438 10.302.0020.2066.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS 3.700,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

448 10.302.0020.2067.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CTA - SAE 1.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

463 10.302.0020.2077.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS AÇÕES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDA8D97E.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

473 10.302.0020.2078.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UDR - UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABI6L.I0T0A0Ç,0Ã0O

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

476 10.302.0020.2079.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL 274.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

477 10.302.0020.2079.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL 100.800,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

478 10.302.0020.2079.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL 33.400,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

480 10.302.0020.2079.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL 114.200,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

483 10.302.0020.2079.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL 272.700,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

505 10.302.0020.2082.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CAPS 4.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

516 10.302.0020.2083.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS MELHOR EM CASA 2.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

543 10.302.0020.2086.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS 4.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

561 10.302.0020.2096.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL 92.500,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

564 10.302.0020.2096.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL 670.300,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

569 10.302.0020.2097.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 2347 .H00O0R,0A0S

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

570 10.302.0020.2097.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 2748 .H80O0R,0A0S

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

573 10.302.0020.2097.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO2 2846 .H32O9R,0A0S

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

576 10.302.0020.2097.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO2 2743 .H80O0R,0A0S

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

648 10.305.0030.2091.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIE2N.5T0A0L,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

650 10.305.0030.2091.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMB1I0E0N.5T0A0L,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

214 10.122.0050.1032.0000 AQUISICAO EQUIPAMENTOS E MAT PERMANENTE 60.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

218 10.122.0050.2049.0000 MANUT ATIVIDADE SAUDE 153.700,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

219 10.122.0050.2049.0000 MANUT ATIVIDADE SAUDE 17.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

220 10.122.0050.2049.0000 MANUT ATIVIDADE SAUDE 12.900,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

224 10.122.0050.2049.0000 MANUT ATIVIDADE SAUDE 35.600,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

226 10.122.0050.2049.0000 MANUT ATIVIDADE SAUDE 30.500,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

228 10.122.0050.2050.0000 MANUT DESENV ATIV CENTRAL DE REGULARIZACAO 21.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

230 10.122.0050.2050.0000 MANUT DESENV ATIV CENTRAL DE REGULARIZACAO 3.300,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

08 08 01 GABINETE DO SECRETARIO

658 13.392.0008.2099.0000 MANUT DESENV DA CULTURA 3.500,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

09 09 01 GABINETE DO SECRETARIO

671 20.122.0009.2101.0000 MANUT DESENV AGRICULTURA 40.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

678 20.122.0009.2101.0000 MANUT DESENV AGRICULTURA 17.000,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

11 11 01 GABINETE DO SECRETARIO

705 08.244.0011.2108.0000 MANUT E DESENV SEC ACAO SOCIAL 20.500,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

706 08.244.0011.2108.0000 MANUT E DESENV SEC ACAO SOCIAL 15.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

710 08.244.0011.2108.0000 MANUT E DESENV SEC ACAO SOCIAL 23.200,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

11 11 03 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

742 08.243.0011.2118.0000 VIABIL PROGRAMAS PROJETOS ESP CRIANCA E ADOLESCENTE 5.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

500 000 ASSISTÊNCIA SOCIAL

12 12 01 GABINETE DO SECRETARIO

762 15.452.0012.2122.0000 MANUT DESENV SEC URBANISMO 13.500,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

12 12 01 GABINETE DO SECRETARIO

763 15.452.0012.2122.0000 MANUT DESENV SEC URBANISMO 10.600,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

765 15.452.0012.2122.0000 MANUT DESENV SEC URBANISMO 2.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

13 13 01 GABINETE DO SECRETARIO

786 15.451.0013.2128.0000 MANUT DESENV SECRETARIA OBRAS 7.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

787 15.451.0013.2128.0000 MANUT DESENV SECRETARIA OBRAS 9.400,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

13 13 02 SERVICOS PUBLICOS

796 17.451.0013.1074.0000 CONST DE GALERIAS E CANAL. AGUAS PLUVIAIS 440.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

801 23.695.0013.1079.0000 CONST E REF AMPL VINC TURISMO 317.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

18 18 01 GABINETE DO SECRETARIO

838 23.695.0018.2135.0000 MANUT DESENV ATIV TURISMO 1.500,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

18 18 02 COORDENACAO DE TURISMO

846 23.695.0018.2136.0000 SERV INFRAESTRUTURA TURISTICA 17.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

18 18 02 COORDENACAO DE TURISMO

851 23.695.0018.2137.0000 EVENTOS SOCIAIS POPULARES E TEMPORADAS 17.300,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

852 23.695.0018.2137.0000 EVENTOS SOCIAIS POPULARES E TEMPORADAS 18.000,00

3.3.90.41.00 CONTRIBUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

21 21 01 GABINETE SECRETARIO

878 15.451.0021.2142.0000 MANUT ATIVIDADES TRANSPORTE E SEVIÇOS 3.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

883 15.451.0021.2143.0000 MANUTENCAO VEICULOS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS 5.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

885 15.451.0021.2143.0000 MANUTENCAO VEICULOS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS 26.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

21 21 02 SERVIÇOS PUBLICOS

893 25.451.0021.2144.0000 MANUTENCAO E SERVICOS DE ILUMINACAO PUBLICA 88.800,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

Anulação:

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

29 04.122.0002.2004.0000 MANUTENCAO DESENV ATIVIDADES GABINETE DO PREFEITO -37.400,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

03 03 01 GABINETE DO SECRETARIO

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

03 03 01 GABINETE DO SECRETARIO

43 04.123.0003.2006.0000 MANUTENCAO ATIV FINANÇAS -2.900,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

46 04.123.0003.2006.0000 MANUTENCAO ATIV FINANÇAS -10.000,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

04 04 01 GABINETE DO SECRETARIO

58 04.128.0004.2008.0000 MANUTENCAO DESENV ATIVIDADES SEC ADMIN -400.600,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

05 05 01 GABINETE DO SECRETARIO

85 12.361.0005.2013.0000 MANUT DESENV ATIVIDADE EDUCACAO -9.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 000 EDUCAÇÃO

05 05 02 SEÇÃO ADMINISTRATIVA ESCOLAR

98 12.365.0005.1015.0000 CONST RESTAURACAO EDUCACAO INFANTIL -67.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 000 EDUCAÇÃO

102 12.365.0005.2015.0000 MANTU DESENV ED INFANTIL CRECHES -11.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 000 EDUCAÇÃO

05 05 03 CONVENIOS E PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO

126 12.365.0005.2024.0000 PROG SALARIO EDUCAÇÃO -14.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

200 003 salario educação

05 05 04 FUNDEB

152 12.361.0005.1024.0000 CONST E REFORMA ESCOLAS FUNDEB 40% -199.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

05 05 04 FUNDEB

167 12.365.0005.1028.0000 AQUIS EQUIPAMENTOS FUNDEB 40 -15.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

168 12.365.0005.1029.0000 CONST. REFORMA ESCOLAS FUNDEB 40% -283.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

184 12.365.0005.2043.0000 MANUT. SERVIDORES FUNDEB 40% -4.200,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

250 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

217 10.122.0050.2049.0000 MANUT ATIVIDADE SAUDE -100.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

233 10.122.0050.2050.0000 MANUT DESENV ATIV CENTRAL DE REGULARIZACAO -1.300,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

234 10.122.0050.2050.0000 MANUT DESENV ATIV CENTRAL DE REGULARIZACAO -4.100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

242 10.301.0010.1042.0000 AQUIS EQUIP E MAT PERM ATENC BASICA -900,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

244 10.301.0010.2052.0000 MANUT E ENCARGOS COM PSF -406.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

252 10.301.0010.2052.0000 MANUT E ENCARGOS COM PSF -8.200,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

256 10.301.0010.2053.0000 MANTU ENC PROGRAMA SAUDE BUCAL -152.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

262 10.301.0010.2053.0000 MANTU ENC PROGRAMA SAUDE BUCAL -18.300,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

263 10.301.0010.2053.0000 MANTU ENC PROGRAMA SAUDE BUCAL -6.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

264 10.301.0010.2053.0000 MANTU ENC PROGRAMA SAUDE BUCAL -23.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

266 10.301.0010.2054.0000 MANUT ENCARGOS NASF NUC APOIO SAUDE FAMILIA -20.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

272 10.301.0010.2054.0000 MANUT ENCARGOS NASF NUC APOIO SAUDE FAMILIA -14.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

274 10.301.0010.2054.0000 MANUT ENCARGOS NASF NUC APOIO SAUDE FAMILIA -23.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

281 10.301.0010.2055.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PACS - PROGRAMA AGENTES COMUNITÁ-R4I.O50S0 D,0E0 SAÚDE

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

283 10.301.0010.2073.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S -608.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

288 10.301.0010.2073.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S -24.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

290 10.301.0010.2073.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S -3.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

292 10.301.0010.2074.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PROGRAMA SAÚDE BUCAL -50.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

297 10.301.0010.2074.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PROGRAMA SAÚDE BUCAL -19.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

298 10.301.0010.2074.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PROGRAMA SAÚDE BUCAL -12.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

299 10.301.0010.2074.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PROGRAMA SAÚDE BUCAL -12.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

306 10.301.0010.2075.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS NASF - NÚCLEO DE APOIO SAÚDE DA FAM-6ÍL.0IA00,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

308 10.301.0010.2075.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS NASF - NÚCLEO DE APOIO SAÚDE DA FAM-3ÍL.0IA00,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

312 10.301.0010.2076.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PACS - PROGRAMA AGENTES COMUNITÁ-2R8I.O00S0 D,0E0 SAÚDE

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

314 10.301.0010.2076.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PACS - PROGRAMA AGENTES COMUNITÁ-R1I.O00S0 D,0E0 SAÚDE

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

316 10.301.0010.2092.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S -92.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

322 10.301.0010.2092.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S -3.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

323 10.301.0010.2092.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF'S -1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

325 10.301.0010.2093.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PROGRAMA SAÚDE BUCAL -30.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

332 10.301.0010.2093.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS PROGRAMA SAÚDE BUCAL -12.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

348 10.302.0020.2056.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS AÇÕES DA MÉDIA E ALTA COMPLEX-I2D5A.0D0E0,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

350 10.302.0020.2056.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS AÇÕES DA MÉDIA E ALTA COMPLEX-I1D2A.9D0E0,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

359 10.302.0020.2057.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UDR - UNIDADE DESCENTRALIZADA DE R-E1A.5B0I0L,I0T0AÇÃO

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

360 10.302.0020.2057.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UDR - UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REA-5B0I0L,I0T0AÇÃO

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

364 10.302.0020.2059.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL -167.129,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

370 10.302.0020.2059.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL -307.800,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

372 10.302.0020.2059.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL -589.700,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

381 10.302.0020.2060.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMEN-T12O. 02040 H,0O0RAS

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

382 10.302.0020.2060.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMEN-T16O. 02040 H,0O0RAS

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

383 10.302.0020.2060.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENT-9O. 82040 H,0O0RAS

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

392 10.302.0020.2061.0000 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL -1.600,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

394 10.302.0020.2061.0000 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL -20.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

402 10.302.0020.2062.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CAPS -17.800,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

415 10.302.0020.2063.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS MELHOR EM CASA -10.000,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

422 10.302.0020.2064.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UCT - UNIDADE DE COLETA TRANSFUSIO-1N6A.5L00,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

424 10.302.0020.2064.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UCT - UNIDADE DE COLETA TRANSFUSIO-2N8A.0L00,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

432 10.302.0020.2065.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS POLICLINICA -22.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

433 10.302.0020.2065.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS POLICLINICA -1.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

434 10.302.0020.2065.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS POLICLINICA -41.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

442 10.302.0020.2066.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS-24.700,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

443 10.302.0020.2066.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS-17.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

444 10.302.0020.2066.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS-36.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

453 10.302.0020.2067.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CTA - SAE -400,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

454 10.302.0020.2067.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CTA - SAE -40.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

461 10.302.0020.2077.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS AÇÕES DA MÉDIA E ALTA COMPLEX-I4D2A.0D0E0,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

471 10.302.0020.2078.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UDR - UNIDADE DESCENTRALIZADA DE R-E3A.0B0I0L,I0T0AÇÃO

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

481 10.302.0020.2079.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL -25.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

482 10.302.0020.2079.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL -1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

489 10.302.0020.2080.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMEN-T10O. 02040 H,0O0RAS

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

490 10.302.0020.2080.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMEN-T45O. 02040 H,0O0RAS

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

491 10.302.0020.2080.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIME-N3T11O. 02040 H,0O0RAS

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

498 10.302.0020.2081.0000 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL -3.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

500 10.302.0020.2081.0000 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL -50.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

501 10.302.0020.2081.0000 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL -96.000,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

507 10.302.0020.2082.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CAPS -500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

509 10.302.0020.2082.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CAPS -700,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

534 10.302.0020.2085.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS POLICLINICA -40.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

536 10.302.0020.2085.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS POLICLINICA -34.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

552 10.302.0020.2087.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CTA - SAE -1.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

554 10.302.0020.2087.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CTA - SAE -35.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

555 10.302.0020.2087.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS CTA - SAE -37.000,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

565 10.302.0020.2096.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL -8.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

566 10.302.0020.2096.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL -188.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

567 10.302.0020.2096.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL -1.293.100,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

575 10.302.0020.2097.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMEN-T63O. 52040 H,0O0RAS

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 000 SAÚDE

586 10.303.0040.2068.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A FARMÁCIA BÁSICA -27.500,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

600 10.303.0040.2088.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A FARMÁCIA BÁSICA -2.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

644 10.305.0030.2071.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E A-7M0B.8IE00N,T00AL

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

310 000 SAÚDE-GERAL

652 10.305.0030.2091.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E A-1M9B.0IE00N,T00AL

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

300 001 RECURSO ESPECÍFICO-FUNDO DE SAUDE

09 09 01 GABINETE DO SECRETARIO

676 20.122.0009.2101.0000 MANUT DESENV AGRICULTURA -17.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

681 20.122.0009.2103.0000 RESTRUTURACAO FEIRA MUNICIPAL -18.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

683 20.122.0009.2103.0000 RESTRUTURACAO FEIRA MUNICIPAL -22.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

11 11 02 SECAO DE ACAO SOCIAL

715 08.241.0011.2109.0000 MANUT PROGRAMAS ASSIST IDOSO -1.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

718 08.242.0011.1058.0000 EQUIPAMENTOS PORTADORES DEFICIENCIA -1.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

720 08.242.0011.2110.0000 MANUT PROG PORTADOR DEFICIENCIA -3.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

11 11 02 SECAO DE ACAO SOCIAL

722 08.243.0011.1060.0000 AQUIS E MAT PERMANENTE CRIANCA ADOLESCENTE -18.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

724 08.243.0011.2111.0000 MANUT CONSE MUNICIPAL CRIANCA E ADOLECENTE -700,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

728 08.243.0011.2114.0000 MANUT PROGRAMAS CRIANCAS E ADOLESCENTES -500,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

11 11 03 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

752 08.244.0011.2119.0000 VIABIL PROG E PROJ ESPECIAIS ASSIST COMUNITARIA -5.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

500 000 ASSISTÊNCIA SOCIAL

753 08.244.0011.2119.0000 VIABIL PROG E PROJ ESPECIAIS ASSIST COMUNITARIA -20.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

500 000 ASSISTÊNCIA SOCIAL

12 12 01 GABINETE DO SECRETARIO

771 15.452.0012.2123.0000 MANUT PARQUES JARDINS E VIVEIROS -11.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

773 15.452.0012.2124.0000 MANUT SERV LIMPEZA PUBLICA -600,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

13 13 01 GABINETE DO SECRETARIO

789 15.451.0013.2128.0000 MANUT DESENV SECRETARIA OBRAS -207.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

13 13 01 GABINETE DO SECRETARIO

790 15.451.0013.2128.0000 MANUT DESENV SECRETARIA OBRAS -400,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

13 13 02 SERVICOS PUBLICOS

795 17.451.0013.1073.0000 CONT ENCHENTES E EROSAO EM BAIRROS -250.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

805 26.451.0013.1083.0000 OBRAS E PAVIMENTACAO ASFALTICA E MEIO FIO -807.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

18 18 01 GABINETE DO SECRETARIO

840 23.695.0018.2135.0000 MANUT DESENV ATIV TURISMO -10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

18 18 02 COORDENACAO DE TURISMO

845 23.695.0018.1091.0000 AQUIS EQUIP E MAT PERMANENTE -25.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

850 23.695.0018.2137.0000 EVENTOS SOCIAIS POPULARES E TEMPORADAS -17.300,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

21 21 01 GABINETE SECRETARIO

884 15.451.0021.2143.0000 MANUTENCAO VEICULOS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS -29.500,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

21 21 02 SERVIÇOS PUBLICOS

892 25.451.0021.1096.0000 AMP REDE ILUMINACAO PUBLICA URBANA E RURAL -88.800,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

110 000 GERAL

DECRETO Nº 4005 , DE 04 DE JUNHO DE 2018 - LEI N.3940

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS

RUA CARAJAS, 522

03439239/0001-50 Exercício: 2018

BARRA DO GARCAS, 04 de junho de 2018

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Roberto Angelo de Farias

Prefeito Municipal

CONTRATO N° 138//2018 PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2018

CONTRATO N° 138/2018 PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **PLAX METAL S/A, Objeto:** Aquisição de cadeira giratória diretor com apoio de braço. **Valor: R$ 5.985,00. Validade: 28 de Setembro de 2018. Vigência: 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 03/10/2018.

CONTRATO N° 142/2018 TOMADA DE PREÇOS N° 017/2018

CONTRATO N° 142/2018 TOMADA DE PREÇOS N° 017/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo. Contratado: **A R. ALVES, Objeto:** Confecção de projetos, visando a construção de uma praça de múltiplo uso no Bairro Santo Antônio. **Valor: R$ 36.499,50. Validade: 03 de Outubro de 2018. Vigência: 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 03 de Outubro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO 09/2017-SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 09/2017-SSAAP

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

CONTRATADO: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DE SORRISO COOPESERVS

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência para mais 12 meses a contar de 21/09/2018 e reajustar em 2,50% o contrato nº 09/2017 em conformidade com o índice geral da Convenção Coletiva de Trabalho MTE: MT000116/2018.

ÓRGÃO UNIDADE: 18.01

FUNÇÃO PROGRAMATICA:17 512 1007 2211

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.34.00

FONTE: 100 – REC ORDINÁRIOS

Cáceres- 21 de setembro de 2018

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 81 E 82-2018 PREGÃO ELETRONICO N° 59-2018 COM REGISTRO DE PREÇO

Interessada: SECRETARIAS DIVERSAS

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de matérias elétricos e hidráulicos para pequenos reparos e manutenção de prédios de todos os órgãos da Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, conforme descrição e quantitativos relacionados Termo de Referência.

Empresas Vencedora: ELETRO MENDONÇA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA CNPJ Nº 03.806.018/0001-73, perfazendo um valor total de R$130.928,08 (cento de trinta mil novecentos e vinte reais e oito centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS	QUANT	UNID	MARCA	VLR UNIT.	VLR TOTAL
141	DISJUNTOR - BIPOLAR PADRAO DIN, CURVA C , DE 40 A, CLASSE DE INTERRUPCAO DE 3KA, 220/380V, COM APRESENTACAO DO SELO INMETRO	122	UN	ELETROMAR	R$19,40	R$2.366,80
145	FITA ISOLANTE - FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA. USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19MMX20M	455	RL	ENERBRAS	R$3,85	R$1.751,75
154	CONDULETE - DE EM METAL, DE 3/4¨, NO TIPO TIPO E, TAMPA CEGA	125	UN	ALUMIL	R$16,15	R$2.018,75
157	ELETRODUTO - PVC RÍGIDO, ROSCÁVEL, DE 50 MM(2 ¨)	85	UN	INPOL	R$15,50	R$1.317,50
163	LAMPADA FLUORESCENTE - COMPACTA, ELETRONICA, LUZ BRANCA, 36W/127V, ROSCA E27	3.275	UN	FOXLUX	R$14,70	R$48.142,50
164	LAMPADA FLUORESCENTE - COMPACTA, ELETRONICA, LUZ BRANCA, 59W/127V, ROSCA E27	1.570	UN	EMPALUX	R$37,75	R$59.267,50
187	CABO ELETRICO - DE COBRE, COM 70 MM2 <SECAO NOMINAL>, CAPA TERMOPLASTICA ANTI-CHAMA, TENSAO DE ISOLAMENTO DE 450/750 V, CABO TIPO AUTO	424	M	IBERICA	R$26,77	R$11.350,48
188	CABO ELETRICO - COBRE, 35 MM2, PLASTICA ANTI-CHAMA, 450/750 V, RIGIDO, PRETA	274	M	IBERICA	R$17,20	R$4.712,80

PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ Nº 09.134.038/0001-21 perfazendo um valor total de R$11.402.556,14 (Onze milhões quatrocentos e dois mil e quinhentos e cinquenta e seis reais e catorze centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS	QUANT	UNID	MARCA	VLR UNIT.	VLR TOTAL
01	TUBO DE PVC - PB JE PARA ESGOTO BRANCO, 40MM COM 6M.	441	UN	TUBOZAN	R$20,07	R$8.850,87
02	TUBO - TUBO EM PVC PARA ESGOTO, 50MM, 6 METROS.	560	UN	TUBOZAN	R$20,85	R$11.676,00
03	TUBO - TUBO EM PVC PARA ESGOTO, 100MM, 6MT.	568	UN	TUBOZAN	R$44,60	R$25.332,80
04	TUBO DE PVC - DE 150 MM COM 6 METROS PARA ESGOTO.	393	UN	TUBOZAN	R$125,98	R$49.510,14
05	TUBO - DE PVC (COR BRANCO), 200MM, 6 METROS, COLA	249	UN	TUBOZAN	R$248,54	R$61.886,46
06	JOELHO 90 GR - PVC CURTO, DN 40,..,PARA SER UTILIZADA EM ESGOTO	431	UN	KRONA	R$1,41	R$607,71
07	JOELHO 45 GR DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE 50 MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL	428	UN	KRONA	R$2,49	R$1.065,72
08	JOELHO 90 GR - PVC CURTO,DN 100,..,PARA SER UTILIZADA EM ESGOTO	376	UN	KRONA	R$4,34	R$1.631,84
09	TE 90 GR DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE DIAMETRO 40 MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM PARA ESGOTO PREDIAL.	272	UN	KRONA	R$1,93	R$524,96
10	TE PVC - TE SANITARIO, PVC, DN 50 X 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	282	UN	KRONA	R$3,71	R$1.046,22
11	TE PVC - TE SANITARIO, PVC, DN 100 X 100 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	222	UN	KRONA	R$8,89	R$1.973,58
12	LUVA - DE CORRER, PVC, JE, DN 100 MM, PARA REDE COLETORA DE ESGOTO.	123	UN	KRONA	R$12,14	R$1.493,22
13	LUVA - DE CORRER, PVC, JE, DN 50 MM, PARA REDE COLETORA DE ESGOTO	130	UN	KRONA	R$6,77	R$880,10
14	TE - EM PVC, SANITARIO, DN 100 X 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL.	161	UN	KRONA	R$9,94	R$1.600,34
15	TE - TE SANITARIO, PVC, DN 200 X 100 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	90	UN	KRONA	R$138,78	R$12.490,20
16	REDUCAO EXCENTRICA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME NBR 10569, COM DIAMETROS PRINCIPAIS DE 100 X 50 MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM PARA ESGOTO	211	UN	KRONA	R$6,31	R$1.331,41
17	BUCHA DE REDUCAO LONGA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, COM DIAMETROS PRINCIPAIS DE 50 MM X 40 MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL	207	UN	KRONA	R$1,85	R$382,95
18	TUBO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE 25MM, NA COR MARROM, PARA SER UTILIZADO EM INSTALACOES PREDIAS DE AGUA FRIA, VARA C/ 06 METROS	485	UN	KRONA	R$13,45	R$6.523,25
19	TUBO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 50MM, NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADO EM INSTALACOES PREDIAIS DE AGUA FRIA	228	UN	TUBOZAN	R$46,30	R$10.556,40
20	JOELHO PVC - .,COM 20 X 1/2" SOLDAVEL, E ROSQUEAVEL,.,DE COR AZUL,INSTALACOES PREDIAIS DE AGUA.	457	UN	KRONA	R$2,94	R$1.343,58
21	JOELHO - DE EM PVC, COM BUCHA DE LATAO, COM 90GR, COM 25 X 3/4 POLEGADAS	482	UN	KRONA	R$3,03	R$1.460,46
22	JOELHO - DE PVC, COM BUCHA DE LATAO, COM 90GR, COM 25 X 1/2 POLEGADA	445	UN	KRONA	R$2,95	R$1.312,75
23	TE 90 GR - PVC, ROSCAVEL, 1", AGUA FRIA PREDIAL	442	UN	KRONA	R$5,99	R$2.647,58

24	TE 90 GR - PVC, SOLDAVEL E COM BUCHA DE LATÃO NA BOLSA CENTRAL,DN 25MM X 3/4¨.	434	UN	KRONA	R$3,97	R$1.722,98
25	LUVA DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - ..,BITOLA 25MM,NA COR DO FABRICANTE,PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL	350	UN	KRONA	R$0,74	R$259,00
26	LUVA DE CORRER PARA TUBO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME ...., COM DIAMETRO NOMINAL DE 25MM, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE AGUA FRIA.	342	UN	KRONA	R$6,27	R$2,144,34
27	LUVA SOLDAVEL E COM ROSCA, PVC, SOLDAVEL, DN 25MM X 3/4 POLEGADA, INSTALADO EM PRUMADA DE AGUA	342	UN	KRONA	R$1,60	R$547,20
28	LUVA ROSCA DE PVC SOLDAVEL E COM ROSCA - DE 25X1/2¨, NA COR AZUL, COM METAL, EM INSTALACOES HIDRAULICAS DE AGUA FRIA	278	UN	KRONA	R$3,24	R$900,72
29	LUVA DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 50 MM, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL DE AGUA FRIA	326	UN	KRONA	R$2,94	R$958,44
30	LUVA DE CORRER PARA TUBO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME .., COM DIAMETRO NOMINAL DE 50 MM, NA COR MARROM, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE AGUA FRIA.	153	UN	KRONA	R$14,96	R$2.288,88
31	JOELHO 90 GR DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME JOELHO 90 GRAUS, COM DIAMETRO NOMINAL DE 50MM, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES HIDRAULICAS.	263	UN	KRONA	R$4,08	R$1.073,04
32	TE 90 GR - PVC SOLDAVEL,..,DN 50 X 50MM	221	UN	KRONA	R$4,97	R$1.098,37
33	TE 90 GR - DE REDUÇÃO EM PVC,SOLDAVEL,DN 50X25MM.	224	UN	KRONA	R$4,31	R$965,44
34	REDUCAO - BUCHA SOLDAVEL REDUÇÃO LONGA, PVC, DN 50 X 25MM	176	UN	KRONA	R$2,69	R$473,44
35	ADAPTADOR - DE PVC SOLDAVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA DE 25MM X 3/4¨ PARA AGUA FRIA.	263	UN	KRONA	R$0,72	R$189,36
36	ADAPTADOR CURTO PVC BOLSA JS/PONTA JR P/ REGISTRO - EM PVC RIGIDO INJETADO, COM BOLSA DE JUNTA SOLDAVEL E PONTA ROSQUEADA, COM DIAMETRO EXTERNO NOMINAL DE 50 MM, COM DIAMETRO DE REFERENCIA DE 40 MM (1 1/2 POL), TIPO DE ROSCA CONFORME PADRONIZADO NA NBR 6414	237	UN	KRONA	R$1,99	R$471,63
37	TAMPAO DE PVC - TIPO: SOLDAVEL, BITOLA: 25MM	371	UN	KRONA	R$1,09	R$404,39
38	TAMPAO DE PVC - SOLDAVEL, MEDINDO 50MM.	366	UN	KRONA	R$4,99	R$1.826,34
39	CAP DE PVC RIGIDO PARA ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME ...., COM DIAMETRO NOMINAL DE 40MM COM BOLSA LISA, NA COR BRANCA, PARA SER USADO EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO	181	UN	KRONA	R$1,99	R$360,19
40	CAP DE PVC RIGIDO PARA ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 50 MM, NA COR BRANCA, PARA SER USADO EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO PREDIAL	191	UN	KRONA	R$2,79	R$532,89
41	CAP - EM PVC, PARA ESGOTO, MEDINDO 100 MM.	291	UN	KRONA	R$5,49	R$1.597,59
42	ADAPTADOR - SOLDAVEL COM FLANGES E ANEL DE VEDACAO PARA CAIXAD'AGUA 25MM X 3/4¨	207	UN	KRONA	R$6,59	R$1.364,13
43	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL PARA CAIXA D'AGUA - EM PVC RIGIDO, FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 50MM X 1¨ 1/2, NA COR MARROM, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE AGUA FRIA.	265	UN	KRONA	R$16,58	R$4.393,70
44	REGISTRO DE ESFERA - VS, EM PVC SOLDAVEL DE 25 MM	217	UN	KRONA	R$4,19	R$909,23
45	REGISTRO ESFERA - VS, EM PVC SOLDAVEL DE 50 MM	221	UN	KRONA	R$14,45	R$3.193,45
46	CAIXA D'AGUA - EM FIBRA DE VIDRO, CAPACIDADE PARA 5000 LITROS, COM TAMPA	33	UN	FORTLEV	R$2,385,00	R$78.705,00
47	CAIXA D'AGUA - EM FIBRA DE VIDRO,1000 LITROS, COM TAMPA	84	UN	FORTLEV	R$310,00	R$26.040,00
48	CAIXA D'AGUA - EM FIBRA DE VIDRO, CAPACIDADE DE 500 LITROS, COM TAMPA	53	UN	FORTLEV	R$195,60	R$10.366,80
49	BOIA PLASTICA - DE PLASTICO, PARA SER UTILIZADA EM CAIXA D'AGUA, DEVENDO SER ENTREGUE C/ VARAO DE METAL, PARA ATENDER TORNEIRA BOIA DE BITOLA 3/4¨.	163	UN	KRONA	R$5,79	R$943,77
50	ADESIVO PLASTICO - A BASE DE RESINA DE PVC, PARA APLICACAO NA SOLDAGEM DE TUBOS E CONEXOES, EMBALAGEM 850 G	257	UN	KRONA	R$26,49	R$6.807,93
51	FITA VEDAROSCA - FITA VEDA ROSCA 18 MM X 50 M.	409	UN	ADERE	R$4,64	R$1.897,76
52	CAIXA DE DESCARGA PLASTICA EXTERNA COMPLETA, CAPACIDADE 9L COM TUBO DE DESCARGA, ENGATE FLEXIVEL, BOIA E SUPORTE PARA FIXACAO, BOLSA DE LIGACAO EM PVC FLEXIVEL E CONJUNTO PARA FIXACAO DE CAIXA DE DESCARGA	674	UN	ALUMASA	R$25,23	R$17.005,02
53	BACIA SANITARIA - EM CERAMICADO TIPO NORMAL, COM SAIDA DE ESGOTO VERTICAL, NO FORMATO OVAL, NA COR A SER DEFINIDO PELO SOLICITANTE	289	UN	ICASA	R$104,21	R$30.116,69
54	LAVATORIO - DE LOUCA, NA COR BRANCA, TIPO LAVATORIO COM COLUNA, NO FORMATO OVALADO, COM DIMENSOES 47 X 42,5 CM, FURO LATERAL, PARA INSTALACAO DE LAVATORIO PARA BANHEIRO	231	UN	ICASA	R$100,00	R$23.100,00
56	ASSENTO PARA VASO SANITARIO - COM BASE EMBORRACHADA, NA COR BRANCA	365	UN	KRONA	R$37,49	R$13.683,85
57	BACIA - BACIA VASO SANITARIO CONVENCIONAL PARA LINHA INFANTIL, ASSENTO TERMOFIXO, ALTURA PADRAO, NORMAL, BRANCO GELO	36	UN	ICASA	R$289,00	R$10.404,00
58	VÁLVULA EM PLASTICO 1 POLEGADA PARA PIA, TANQUE OU LAVATORIO, COM OU SEM LADRAO	612	UN	KRONA	R$1,79	R$1.095,48
59	ANEL DE VEDACAO - DE BORRACHA, COM DIAMETRO DE 40MM, PARA SER UTILIZADO EM BACIA SANITARIA	361	UN	KRONA	R$6,74	R$2.433,14
60	ANEL DE VEDACAO - ANEL DE VEDACAO COM GUIADOR, BORRACHA BUTILICA, COM DIAMETRO DE 120MM SUPERIOR, 95MM INTERMEDIARIO E 83MM INFERIOR, PARA SER UTILIZADO EM BACIA SANITARIA	344	UN	KRONA	R$2,81	R$966,64
61	ENGATE PLASTICO - FLEXIVEL 1/2¨, COM 40CM	531	UN	KRONA	R$1,79	R$950,49
62	PARAFUSO COM PORCA - DE METAL CROMADO, TIPO ROSCA, Nº 10,PARA FIXACAO DE BACIA SANITARIA	555	UN	DIAMANTE	R$0,99	R$549,45
63	PARAFUSO DE LATAO - PARA ASSENTAMENTO DA BACIA SANITARIA, COM ARRUELA PLASTICA E BUCHA DE FIXACAO	551	UN	DIAMANTE	R$0,93	R$512,43
65	CHUVEIRO ELETRICO - EM TERMOPLASTICO, VOLTAGEM DE 220 V, COM CONTROLE MANUAL DE 3 TEMPERATURAS, POTENCIA DE 5700W,CONTENDO CANO PARA CHUVEIRO EM TERMOPLASTICO, MANGUEIRA COM SUPORTE E CHUVEIRINHO,NA COR BRANCA,COM ROSCA 1/2 POL	304	UN	LORENZETTI	R$45,35	R$13.786,40
66	CHUVEIRO DE PLASTICO SIMPRES - PLASTICO SIMPLES, USO EM GERAL, REDONDO.	303	UN	DURIN	R$8,69	R$2.633,07

67	REGISTRO - DE PRESSAO COM CANOPLA ACABAMENTO CROMADO, DIAMETRO 3/4 POLEGADA.	183	UN	DIAMANTE	R$31,99	R$5.854,17
68	REPARO PARA VALVULA DE DESCARGA - 1 1/2 ¨	221	UN	DECA	R$39,93	R$8.824,53
69	PECA DE REPOSICAO PARA VALVULA DE DESCARGA - ACABAMENTO (TAMPA/ESPELHO), CROMADO P/VALVULA HYDRA REF. LUXO	269	UN	DECA	R$51,00	R$13.719,00
70	TORNEIRA - DE METAL CROMADO, COM ENCAIXE EM ROSCA, TENDO O ENCAIXE A BITOLA DE 1/2 POLEGADA, COM BITOLA PARA VAZAO DE AGUA DE 3/8 DE POLEGADA, PARA SER INSTALADA EM USO GERAL OU DE COZINHA.	210	UN	DIAMANTE	R$49,98	R$10.495,80
71	TORNEIRA - DE METAL, INSTALACAO HORIZONTAL, ACIONAMENTO MANUAL,BITOLA DE 1/2¨,COM AREJADOR	189	UN	DIAMANTE	R$41,64	R$7.869,96
72	PECA DE REPOSICAO PARA BEBEDOURO - MODELO IBBL, TORNEIRA PLASTICA TIPO COPO, ROSCA CURTA.	325	UN	VALEPLAST	R$5,89	R$1.914,25
73	TORNEIRA - DE METAL CROMADO, 3/4¨, PARA LAVATORIO	303	UN	DIAMANTE	R$33,82	R$10.247,46
75	SIFAO - DE PVC, ACABAMENTO LISO, DO TIPO COPO, PARA LAVATÓRIO, COM BITOLA 50MM	351	UN	DURIN	R$7,59	R$2.664,09
76	CAIXA SIFONADA - DE PVC, NO FORMATO QUADRADA BRANCA COM TAMPA CEGA, COM DIMENSAO DE 150 X 150 X 50 MM	89	UN	DURIN	R$21,62	R$1.924,18
77	CAL P/ PINTURA - COMPOSTO DE CARBONATO DE CALCIO, EMBALAGEM COM 8 KGS, CONFORME NBRS 7175,9205,9206	929	UN	COLOMBOCAL	R$10,50	R$9.754,50
78	FIXADOR DE CAL - COMPOSTO DE SAL DE CALCIO, SODIO E MAGNESIO, EMBALADO EM FRASCO PLASTICO, COM CAPACIDADE PARA 150 ML	679	UN	GLOBO	R$1,49	R$1.011,71
79	MASSA CORRIDA - BASE PVA LATAO COM 18 LITROS, NA COR BRANCA	460	UN	TINGILAR	R$47,97	R$22.066,20
80	TINTA ACRILICA - BRANCO NEVE - FOSCO - ECOLOGICA COM ZERO VOC (COMPOSTOS ORGANICOS VOLATEIS)	785	UN	TINGILAR	R$172,98	R$135.789,30
81	TINTA ESMALTE - TINTA ESMALTE SINTETICO, ACETINADO, PARA CONSTRUCAO CIVIL, NA COR PRETA	380	UN	TINGILAR	R$66,12	R$25.125,60
82	TINTA ACRILICA - A BASE DE AGUA, PARA PISO FOSCO, ACABAMENTO LISO, RENDIMENTO IGUAL, OU SUPERIOR A 200MTS² POR DEMAO, LATA COM 18 LITROS, NA COR BRANCA	355	UN	TINGILAR	R$189,99	R$67.446,45
83	TINTA ESMALTE - SINTETICO, PARA CONSTRUCAO CIVIL, NA COR MARFIN.	1.726	UN	TINGILAR	R$63,99	R$110.446,74
84	TINTA ESMALTE - ACETINADO, PARA CONSTRUCAO CIVIL, NA COR AMARELO OURO	611	UN	TINGILAR	R$71,90	R$43.930,90
85	SOLVENTE - COMPOSTO A BASE DE HIDROCARBONETOS E CETONAS, APRESENTADO NA FORMA LIQUIDA, DO TIPO SOLVENTE, UTILIZADO PARA ESMALTE SINTETICO	537	UN	GOL	R$11,97	R$6.427,89
86	IMPERMEABILIZANTE - COMPOSTO A BASE DE TINTA ASFALTICA, TIPO NEUTROL, PARA SER USADO EM CONCRETO, ALVENARIA, METAIS E MADEIRA CONTRA UMIDADE E AGUAS AGRESSIVAS, NA COR PRETA, EMBALAGEM GALAO DE 3,6L	140	UN	NEUTROL	R$83,98	R$11.757,20
87	LIXAS - DE MADEIRA, NUMERO 80, PARA LIXAR MADEIRA	2.705	UN	ALCAR	R$1,24	R$3.354,20
88	LIXA - DE NUMERO 100, PARA MADEIRA, GRAO 100, EM FOLHA, MEDINDO 127MM, PARA ACABAMENTO_DE SUPERFICIE DE MADEIRA	2.720	UN	ALCAR	R$1,24	R$3.372,80
89	LIXA - DE PAPEL, PARA MADEIRA, GRAO 120, EM FOLHA, MEDINDO 35X25CM, PARA ACABAMENTO	2.505	UN	ALCAR	R$1,29	R$3.231,45
90	PINCEL - DE SINTETICO, DE MADEIRA, 3¨	460	UN	ROMA	R$8,98	R$4.130,80
91	PINCEL - DE PELOS NATURAIS, DE MADEIRA, TAMANHO 4 POLEGADAS - CHATO	462	UN	ROMA	R$11,14	R$5.146,68
92	ROLO PARA PINTURA - DE LA DE CARNEIRO, DE 23 CM, COM CABO CURTO E DE PLASTICO	514	UN	ROMA	R$14,39	R$7.396,46
93	ROLO PARA PINTURA - DE LA DE CARNEIRO, DE 15 CM, COM CABO PLASTICO	404	UN	ROMA	R$7,99	R$3.227,96
94	BROCHA PARA PINTURA - DE NYLON, COM CABO DE PLASTICO, NO TAMANHO 15 CM	378	UN	ROMA	R$6,49	R$2.453,22
95	BROCHA PARA PINTURA - DE CRINA, COM CABO DE MADEIRA, NO TAMANHO MEDIA, REDONDA	134	UN	ROMA	R$7,12	R$954,08
96	FITA ADESIVA - CREPE, MEDINDO (50 X 25) MM	842	RL	WORKER	R$3,49	R$2.938,58
97	FITA ADESIVA - CREPE, MEDINDO 50MM X 50M, NA COR NATURAL	510	RL	WORKER	R$9,49	R$4.839,90
98	PARAFUSO SEXTAVADO - EM FERRO, SEM FENDA, 5/16 X 3/4¨	490	UN	CISER	R$7,74	R$3.792,60
99	BARRA MACICA - BARRA ROSCADA MACICA DE ACO CARBONO ACABAMENTO POLIDO OU ZINCADO DIAMETRO 5/16" COMPRIMENTOS 1 METRO	258	UN	CISER	R$6,79	R$1.751,82
100	TELHA DE FIBROCIMENTO - TIPO ONDULADA, MEDINDO 2,44M X 1,10M X 6MM	1.125	UN	MULTILIT	R$54,48	R$61.290,00
101	TELHA DE FIBROCIMENTO - TIPO ONDULADA, MEDINDO (3,66MX1,10MX6MM), NBR 5640,5639,8055	1.370	UN	MULTILIT	R$78,98	R$108.202,60
102	CUMEEIRA - CUMEEIRA PARA TELHA ONDULADA DIMENSOES, LARGURA 1,10M, ESPESSURA 6MM, PESO APROXIMADO DE 8,20KG, INCLINACAO 15 GRAUS, FABRICADO EM CRFS (CIMENTO REFORCADO COM FIO SINTETICO)	540	UN	MULTILIT	R$46,49	R$25.104,60
103	TELHA - DE BARRO, TIPO ROMANA-BRANCA (CAPA E CANAL), MEDINDO (40CMX20CMX1CM), NBR 5640,5639,8055	43	MI	TALHARIZO	R$1.639,80	R$70.511,40
104	TELHA - DE CERAMICA, CAPOTE PARA TELHA PORTUGUESA	56	MI	TALHARIZO	R$1.959,00	R$109.704,00
105	TELHA - DE CERAMICA, TIPO PLAN(CANAL), MEDINDO (46CMX16CMX1CM), NBR 5640,5639,8055	62	MI	TALHARIZO	R$2.225,00	R$137.950,00
106	CUMEEIRA - DE CERAMICA, COM COMPRIMENTO DE 40 CM, COM LARGURA DE 11 CM, NA COR BRANCA, NO FORMATO ARREDONDADO, PARA ATENDER UMA INCLINACAO DE 30 GRAUS	1.010	UN	TALHARIZO	R$5.40	R$5.454,00
107	TIJOLO - DE CERAMICA, MEDINDO 09X19X19CM, DO TIPO CONVENCIONAL, COM 08 FUROS	14.332	MI	TALHARIZO	R$599,90	R$8.597.766,80
108	PISO CERAMICO - TIPO CERAMICO ESMALTADO PEI 5 MEDINDO 40X40CM, CORES DIVERSAS A ESCOLHER	3.525	M2	CRISTOFOLETTI	R$20,99	R$73.989,75
109	REJUNTE - REJUNTE FLEXIVEL, PARA MOSAICO, AZULEJOS, PISOS CERAMICOS E PEDRAS ORNAMENTAIS, 1 KG	600	KG	COLA FIX	R$4,79	R$2.874,00
110	AREIA - FINA	2.620	M3	PROESTE	R$78,48	R$205.617,60
111	PEDRA BRITADA - PARA SER UTILIZADA EM CONSERVACAO DE RODOVIAS, PONTIAGUDA, N. 1, NUMERO MATERIAL QUE PASSA PELA PENEIRA 12,7MM (1/2¨) E ERETIDO NA PENEIRA 4,76MM (3/16¨)	815	M3	CAMIL	R$129,99	R$105.941,85

112	CAL - COMPOSTO DE CALCAREO, TIPO HIDRATADO, PARA PINTURA, DE ACORDO NBR 7175	4.260	UN	COLOMBOCAL	R$11,98	R$51.034,80
113	ARAME - RECOZIDO, NUMERO 18 BWG, COM DIAMETRO DE 1,25MM	176	KG	GERDAU	R$10,69	R$1.881,44
114	ACO - ACO, CA-50, 8.0MM	621	UN	GERDAU	R$29,18	R$18.120,78
115	ACO - CA-50, 3/8¨ - (10,0 MM)	411	UN	GERDAU	R$42,63	R$17.520,93
116	ACO - CA-60, 4.3MM	691	UN	GERDAU	R$10,94	R$7.559,54
117	TRELICA - DE FERRO, MEDINDO 4,2 MILIMETRO DE ESPESSURA E 6 METROS DE COMPRIMENTO	200	UN	GERDAU	R$28,94	R$5.788,00
118	ACABAMENTO - PVC, MEDINDO 6 METROS DE COMP. X 20CM DE LARG., USADO EM FORRO.	640	UN	FORTE PLAST	R$21,97	R$14.060,80
119	FORRO - DE PVC, EM REGUA DE 100MM, NA COR BRANCA	6.215	M2	FORTE PLAST	R$15,99	R$99.377,85
121	JANELA - DE CORRER EM ALUMINIO, 100 X 200 CM, 4 FOLHAS, BANDEIRA COM BASCULA, ACABAMENTO ACET OU BRILHANTE, BATENTE/REQUADRO DE 6 A 14 CM, COM VIDRO, SEM GUARNICAO/ALIZAR	68	UN	MGM	R$839,49	R$57.085,32
122	PORTAS DE MADEIRA - EM FOLHA MEDIA (NBR 15930), DE 80 X 210 CM, EPESSURA 35 MM, NUCLEO SARRAFEADO, CAPA FRISADA EM HDF, ACABAMENTO MELAMINICO EM PADRAO MADEIRA	357	UN	ROSSIMA	R$157,00	R$56.049,00
123	PARAFUSO PARA FIXACAO DE ACESSORIOS HIDRAULICOS - DE LATAO, DO TIPO CABECA REDONDA, NAS DIMENSOES S 10, DEVENDO SER ENTREGUE COM BUCHA EM NYLON S10, PARA SER UTILIZADO PARA FIXAR VASO SANITARIO	700	UN	DIAMANTE	R$1,09	R$763,00
124	PARAFUSO - REDONDO, DE 8 POLEGADAS C/BUCHAS	840	UN	APOIO	R$0,99	R$831,60
125	PARAFUSO SEM PORCA - PARAFUSO PARA DRY WALL CABECA SEXTAVADA PONTA BROCA 4,2 X 13	5.390	UN	CISER	R$0,79	R$4.258,10
126	ABRACADEIRA - DE METAL, TIPO U, 3/4¨, PARA ABRAÇADEIRA PARA FIOS E CABOS ELETRICOS	310	UN	INCA	R$1,18	R$365,80
127	ABRACADEIRA - EM FERRO, GALVANIZADO, DO TIPO U DE 4	255	UN	INCA	R$2,54	R$647,70
128	PREGO COM CABECA - EM ACO POLIDO, MEDINDO 18 X 27	1.420	UN	GERDAU	R$12,49	R$17.735,80
129	PARAFUSO SEM PORCA - DE FERRO, TIPO ROSCA, NAS DIMENSOES 5/16¨ X 110MM, PARA SER UTILIZADO EM TELHA	3.335	UN	GERDAU	R$0,71	R$2.367,85
130	PREGO 13 X 10 SEM CABEÇA, FERRO GALVANIZADO, PARA FORRO	204	KG	GERDAU	R$15,93	R$3.249,72
131	PREGO COM CABECA - EM ACO, MEDINDO 17X27	272	KG	GERDAU	R$11,99	R$3.261,28
132	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 18X24	264	KG	GERDAU	R$10,24	R$2.703,36
133	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 19X36	260	KG	GERDAU	R$9,75	R$2.535,00
134	FECHADURA - EM ACO, DE EMBUTIR, COMPLETA, COM PADRAO DE ACABAMENTO MEDIO, PARA USO EM PORTAS EXTERNAS	347	UN	SOPRANO	R$39,59	R$13.737,73
135	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA DE BANHEIRO, CHAVE TIPO TRANQUETA, MAQUINA 40 MM, SEM MACANETA, SEM ESPELHO (SOMENTE MAQUINA) - NIVEL SEGURANCA MEDIO	297	UN	SOPRANO	R$32,92	R$9.777,24
136	DISJUNTOR - MONOPOLAR DE 10 A	214	UN	MARGIRUS	R$5,53	R$1.183,42
137	DISJUNTOR - EM TERMOPLASTICO,15 AMPERES, MONOPOLAR	219	UN	MARGIRUS	R$6,75	R$1.478,25
138	DISJUNTOR - EM TERMOPLASTICO,20 AMPERES, MONOPOLAR	221	UN	MARGIRUS	R$5,36	R$1.184,56
139	DISJUNTOR - MONOPOLAR, PADRAO DIN, 25 A	216	UN	MARGIRUS	R$6,83	R$1.475,28
140	DISJUNTOR - TERMOMAGNETICO DISJUNTOR SIEMENS, BIPOLAR, C, DE 30 A, CLASSE DE INTERRUPCAO DE 10KA, 220/380V, COM APRESENTACAO DO SELO INMETRO	152	UN	MARGIRUS	R$19,99	R$3.038,48
142	DISJUNTOR - TERMOMAGNETICO DISJUNTOR SIEMENS TERMOMAGNETICO EM CAIXA MOLDADA, TRIPOLAR,CC,DE 50 AMPERES,CLASSE DE INTERRUPCAO 5KA,220 VOLTS,COM APRESENTACAO DO SELO INMETRO	90	UN	MARGIRUS	R$37,14	R$3.342,60
143	DISJUNTOR - TERMOMAGNETICO AMERICANO, TRIPOLAR, CLASSE C, DE 70 A, CLASSE DE INTERRUPCAO DE 5KA, 380V, COM APRESENTACAO DO NORMA UL, NBR 5361	73	UN	MARGIRUS	R$54,99	R$4.014,27
144	DISJUNTOR - TERMOMAGNETICO AMERICANO, TRIPOLAR, CLASSE C, DE 80 A, CLASSE DE INTERRUPCAO DE 5KA, 380V, COM APRESENTACAO DO NORMA DIN - NBR 5361 - IEC 60947-2 E IEC 60898	60	UN	MARGIRUS	R$54,99	R$3.299,40
146	FITA ISOLANTE - FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO, MEDINDO 19MMX10M. USO ATE 69 KV (ALTA TENSAO)	172	RL	ADERE	R$8,72	R$1.499,84
147	ROLDANA - ROLDANA PLASTICA 30X30 - 3/4.	1.411	UN	RIMA	R$0,25	R$352,75
148	TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10A/250V C/ PLACA	795	UN	APOIO	R$2,23	R$1.772,85
149	TOMADA - SIMPLES 2P+T (20A - 250V) ACABAMENTO BRANCO POLIDO, PARA CAIXA DE TOMADA, COM TAMPA PARA PISO ELEVADO	315	UN	APOIO	R$3,89	R$1.225,35
150	CAIXA DE PASSAGEM PVC 4X2¨	455	UN	FORTILEV	R$0,82	R$373,10
151	CONDULETE - DE METAL, DE 3/4 POL, NO TIPO T, CEGA	140	UN	TRAMONTINA	R$4,28	R$599,20
152	CONDULETE - DE ALUMINIO-SILICIO, DE 3/4¨, NO TIPO C - DUPLO - SEM ROSCA, TAMPA CEGA	85	UN	TRAMONTINA	R$7,97	R$677,45
153	CONDULETE - DE METAL, DE 3/4 POL, NO TIPO -X, CEGA	75	UN	TRAMONTINA	R$7,97	R$597,75
155	CONDULETE - DE METAL, DE 1 1/4 POL, DO TIPO E,COM TAMPA, DEVENDO SER FORNECIDO COM LUVA DE ROSCA.	55	UN	TRAMONTINA	R$17,59	R$967,45
156	ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO, PVC, DN 32 MM (1 POLEGADA), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE	1.121	M	DURIN	R$1,16	R$1.300,36
158	ELETRODUTO - PVC RIGIDO, ROSCAVEL LUVA, DE 1 1/4¨	90	UN	TUBOZAN	R$9,99	R$899,10
159	ELETRODUTO - PARA SER UTILIZADO EM PASSAGEM DE CONDUTORES ELETRICOS, EM ACO CARBONO, COM BITOLA DE 11/4 POLEGADA, TIPO LISO	140	UN	TUPI	R$3,69	R$516,60
160	ELETRODUTO - PARA SER UTILIZADO EM PASSAGEM DE CONDUTORES ELETRICOS, EM ACO CARBONO, COM BITOLA DE 3/4 POLEGADAS, TIPO LISO	125	UN	TUPI	R$12,89	R$1.611,25
161	LUVA - DE FERRO GALVANIZADO, NO FORMATO CILINDRICO, COM BITOLA DE 3/4¨,PARA UTILIZACAO EM ELETRODUTO	76	UN	TUPI	R$1,29	R$98,04
162	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO - DE FERROGALVANIZADO, COM BITOLA DE 3/4¨	52	UN	TUPI	R$4,74	R$246,48
165	PLAFONIER - DE PVC RIGIDO, COM SOQUETE E-27, NO FORMATO CIRCULAR, COM DIAMETRO DE 15CM, PARA SER	1.195	UN	APOIO	R$2,47	R$2.951,65

166	SUPORTE PARA LAMPADA INCANDESCENTE - EM PORCELANA, FORMA CILINDRICA, BOCAL DE 27MM, NA COR BRANCA, SUPORTE PARA UMA LAMPADA INCANDESCENTE E27.	495	UN	LIEGER	R$1,97	R$975,15
167	CANALETA - CANALETA DE PVC SX 40 X 16 X 2000MM BRANCA COM DIVISORIA.	435	UN	APOIO	R$8,89	R$3.867,15
168	FIO ELETRICO - DE COBRE, TIPO SOLIDO, COM AREA DE SECAO 2,5 MM2, ISOLAMENTO TERMOPLASTICO ANTI-CHAMA	176	RL	LUZANO	R$94,78	R$16.681,28
169	FIO ELETRICO - DE COBRE, TIPO SOLIDO, COM AREA DE SECAO 2,5 MM2, ISOLAMENTO TERMOPLASTICO ANTI-CHAMA	126	RL	LUZANO	R$387,48	R$48.822,48
170	FIO ELETRICO - DE COBRE, TIPO SOLIDO, COM 16MM2, ISOLAMENTO TERMOPLASTICO, ANTI-CHAMA	31	RL	LUZANO	R$651,99	R$20.211,69
172	TERMINAL PARA CONDUTOR ELETRICO - DE COMPRESSAO, PARA 1 CONDUTOR DE 25 MM2, COM 1 FURO DE FIXACAO, DE COBRE ELETROLITICO, ACABAMENTO ESTANHADO	77	UN	INTELLI	R$1,29	R$99,33
173	TERMINAL PARA CONDUTOR ELETRICO - DE COMPRESSAO, PARA 1 CONDUTOR DE 10 MM2, COM 1 FURO DE FIXACAO, DE COBRE ELETROLITICO, ACABAMENTO ESTANHADO.	65	UN	INTELLI	R$0,80	R$52,00
174	HASTE - PARA ATERRAMENTO, COBRE,5/8¨, COM COMPRIMENTO DA HASTE DE 1,0 M	121	UN	INTELLI	R$10,89	R$1.317,69
175	CAIXA DE PASSGEM 50X50X60 FUNDO BRITA C/ TAMPA	45	UN	OLIPE	R$100,00	R$4.500,00
176	DOBRADICA - DE FERRO CROMADO, MEDINDO 3¨ X 2¨ 1/2¨	330	UN	SOPRANO	R$6,49	R$2.141,70
177	LAMINA DE SERRA - TIPO MANUAL, DE ACO RAPIDO, MEDINDO (12 X 1/2 X 0,25¨), COM 24 DENTES/POLEGADA	123	UN	WORKER	R$4,78	R$587,94
178	DISCO DE CORTE - DIAMANTADO, COM DISCO DE 110MM X FURO DE 20MM, DO TIPO SECO, PARA CORTAR MARMORE GRANITO E PEDRA	173	UN	NORTON	R$17,99	R$3.112,27
179	DISCO DE CORTE - DIAMANTADO, COM 110MM X FURO DE 20MM, DO TIPO UMIDO, MODELO COM 24 DENTES, PARA CORTAR MADEIRA	65	UN	NORTON	R$35,00	R$2.275,00
180	BOIA AUTOMATICA - DE NIVEL INFERIOR, 10AMP, 110/220 VOLTS	13	UN	KALA	R$29,64	R$385,32
181	CAIXA DAGUA - EM POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 2000 LITROS, COM TAMPA	22	UN	KALA	R$799,00	R$17.578,00
182	TUBO, PVC, SOLDAVEL, DN 25 MM, INSTALADO EM RESERVACAO DE AGUA DE EDIFICACAO QUE POSSUA RESERVATORIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO	117	M	TUBOZAN	R$18,90	R$2.211,30
183	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCAVEL, DN 25 MM (3/4¨), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE	33	UN	KRONA	R$6,24	R$205,92
184	CURVA 90 GR DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 25 MM, MARROM, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL DE AGUA FRIA	56	UN	KRONA	R$6,00	R$336,00
185	CABO ELETRICO - DE COBRE,2,5 MM2, FLEXIVEL, COM CAPA EM EPR OU XLPE ANTICHAMA,0,6/1 KV, NA COR AZUL	135	M	LUZANO	R$1,05	R$141,75
186	DISJUNTOR - TRIPOLAR DE 20 A	32	UN	MARGIRUS	R$29,04	R$929,28
189	ELETRODUTO - DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 3 ", SEM LUVA	110	M	KRONA	R$25,00	R$2.750,00
190	VIDRO - LISO, COM ESPESSURA DE 6MM, INCOLOR, COM REVESTIMENTO FUME, MEDINDO 0,93CM X 0,56CM	385	M2	VIDROLAR	R$215,00	R$82.775,00
191	CIMENTO PORTLAND - COMPOSTO COM POZOLANA - CP II-Z, COM RESISTENCIA DE 32MPA, CONFORME NORMA NBR-11578, EB-208, MB-1153, SACO COM 50 KG	8.701	UN	CIPLAN	R$27,48	R$239.103,48
192	MASSA ACRILICA - RESINA ACRILICA, ADITIVOS, REVESTIMENTO, PARA SER UTILIZADA EM AMBIENTE INTERNO E EXTERNO, TIPO TEXTURA, NA COR BRANCA.	30	UN	TINGILAR	R$67,00	R$2.010,00

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de outubro de 2018.

LUIS FERNANDO BERTAGLIA

Município de Cáceres-MT

Secretário Municipal de Administração

ELETRO MENDONÇA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS - ME

CNPJ: 03.806.018/0001-73

Marcio Rogerio de Siqueira Luz

CPF: 792.389.631-34

RG: 106.1046-4 SSP/MT

PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ Nº 09.134.038/0001-21)

Rivaldo Tiburcio de ramos

CPF: 298.551.601-34

RG: 370.654 SSP/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA Nº 27/2018

A Prefeitura Municipal de Cáceres através da Secretaria Municipal de Administração, torna pública e oficializa a presente “ERRATA” a Notificação do Decreto nº 573 de 26 de setembro de 2018 do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Onde se lê: Art. 1º Nomear a servidora **GIRLANE VIEIRA PEREIRA**, para responder pela Controladoria do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso em substituição ao titular **Arnaldo Donizete Traldi,** que estará de férias no período de 01 de outubro de 2018 a 30 de outubro de 2018.

Leia se: Art. 1º Nomear a servidora **GIRLANE VIEIRA PEREIRA**, para responder pela Controladoria do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso em substituição ao titular **Arnaldo Donizete Traldi,** que estará de férias no período de 03 de outubro de 2018 a 30 de outubro de 2018.

Cáceres- MT, 03 de outubro de 2018.

LUIZ FERNANDO BERTAGLIA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 257/2018

PORTARIA N.º 257/2018

"Dispõe sobre a nomeação e designação da Servidora Vanessa Ferreira da Silva para cumular o cargo de Contadora durante o período de Licença Maternidade da Servidora Denise Pereira Pacheco".

A Diretora Executiva do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 73, Inciso V da Lei Complementar 062/2005, e do Decreto nº 017/2017 de 10/01/2017,

Resolve,

Art. 1º Nomear a Servidora VANESSA FERREIRA DA SILVA, para cumular o cargo de Contadora do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cáceres/MT – PREVICÁCERES, sem o acúmulo de remuneração.

Art. 2°. Referida designação, se faz necessária, em virtude da Servidora Denise Pereira Pacheco, estar gozando o benefício da Licença Maternidade pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de 18 de Setembro de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Cáceres, 28 de Setembro de 2018.

_____

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixado em: 28/09/2018.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CÁCERES – MT - RESOLUÇÃO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES - MT

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CÁCERES - MT

Resolução Nº 021 de 17 de Setembro de 2018.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO ATESTADO DE CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO DISTRITO DE CARAMUJO, PROPOSTA SISMOB Nº 11394.6260001/14-002,CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 077/2017- PGM.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde do Município de Cáceres- MT, em sua décima nona Reunião Ordinária, realizada no dia 17 de Setembro de 2018, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal Nº 2.006 DE 09 DE JUNHO DE 2006.

1- CONSIDERANDO as competências do Conselho Municipal de Saúde de Cáceres, da Lei Municipal n° 2.006 de 09 de junho de 2006; 2- CONSIDERANDO o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Cáceres aprovado em seis de junho de 2005, que regula e define a composição, as atividades e estabelece as atribuições do Conselho Municipal de Saúde de Cáceres; 3- Considerando que, compete ao Conselho Municipal de Saúde de Cáceres, deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, de acordo com critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos, na área da saúde; Nesse sentido e de conformidade com conjunto de Leis e demais documentos legais em comento, a plenária do Conselho Municipal de Saúde em sua décima quinta Reunião Ordinária, realizada no dia 03 de Setembro de 2018 **APROVA** conclusãoda Construção da Unidade Básica de Saúde do Distrito de Caramujo Município de Cáceres- MT.

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade o Atestado de Conclusão da Construção da Obra da Unidade Básica de Saúde do Distrito de Caramujo Município de Cáceres- MT.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Cáceres MT, 17 de Setembro de 2018.

Marcos Antonio Pegaiani

Presidente do Conselho Municipal de Saúde Cáceres- MT

Homologada:

Francis Maris Cruz

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 580 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto º 153, de 01 de abril de 2013, e:**

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 41463, de 01 de outubro de 2018,

RESOLVEM:

Art.1º Nomear a senhora relacionada abaixo, para compor o **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER**, para o biênio 2017/2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Titular: Aneluize de Brito em substituição a senhora Renata De Almeida Leite

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 01 de outubro de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

HIGOR FAUBER LEMES DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Assistência Social em substituição

Afixado em: 01.10.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 458 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 41374 de 01 de outubro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**.

Servidor	Quinquênio	Período de Gozo
Elvis da Silva Soares	2010/2015	01.10.18 a 30.12.18
Ronildo Gonçalves dos Santos Alves	2011/2016	01.10.18 a 30.12.18
Manoel Lourenço de Souza	2007/2012	04.10.18 a 02.01.19
Rosimeire Rodrigues	2011/2016	01.10.18 a 30.12.18

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 01 de outubro de 2018.

HIGOR FAUBER LEMES DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Assistência Social em substituição

Afixado em: 01.10.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 461 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 41346, de 01 de outubro de 2018;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **MARIA DA GLORIA DA SILVA**, para responder pela Gerência de Editais da Secretaria Municipal de Administração, em substituição ao titular **Flavio de Assis Pereira** que assumirá a Coordenação de Aquisição, no período de 01 de outubro de 2018 a 30 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 01 de outubro de 2018

LUIZ FERNANDO BERTAGLIA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 01.10.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 579 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das suas atribuições legais, que lhe confere o art. 74, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 41249 de 28 de setembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º -Nomear o servidor **GIMERSON FERREIRA DE SOUZA** - Contadorpara responder pelo cargo de Contador Geral em substituição ao titular **ELISEU LUCAS MONTEIRO**, que estará em gozo de férias pelo período de 01 de outubro a 30 de outubro de 2018.

Art.2º -Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres 01 de outubro de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

Afixado em: 01.10.18

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO PUBLICAÇÃO DO CONTRATO 17/2018

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 17/2018 SSAAP

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

CONTRATADO: CONTROL ANÁLISE DE ÁGUA E EFLUENTES

OBJETO: Contratação empresa especializada e credenciada para Disponibilização de Kits para Coleta de Água e Realização de Análises do Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal.

VALOR: R$ 49.974,16 (Quarenta e nove mil novecentos e setenta e quatro reais e dezesseis centavos)

Órgão/Unidade: 04.18.0.1

Funcional- Programática: 17.512.1007.2211

Natureza da Despesa: 3.3.90.30

Fonte de recursos: 100 - Rec. Ordinário

Cáceres- 18 de setembro de 2018

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO Nº 74/2018 -PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT

O Titular da Secretaria Municipal de Saúde, Senhor Antonio Carlos De Jesus Mendes, no uso de suas atribuições legais, em obediência ao disposto no artigo 22 do Decreto Federal nº 7.892/2013, HOMOLOGA o processo de Adesão (Carona) à Ata de Registro de Preços nº 06/2017, originada do Pregão Eletrônico Nº 04/2017, DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILIAR E ASSUNTOS FUNDIARIOS-MT.

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de veículo van, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres-MT.

Publique-se e cumpra-se.

EMPRESA: EMPORIO CONSTRUTORA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 05.163.253/0001-08

VALOR: R$ 166.665,00 (cento e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e cinco reais)

HOMOLOGO a decisão ao vencedor, e **autorizo o empenho** das despesas respectivas.

Prefeitura de Cáceres- MT, 03 de outubro de 2018

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 44-2018 COM REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessado: Todas as Secretarias desta Prefeitura.

Objeto: Registro de Preço para contratação de empresa especializada em manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de peças genuínas,

ou originais, ou similares com prazo de garantia de fábrica para Veículos e Motocicletas independente de marca, para atender a demanda do Poder Executivo Municipal.

EMPRESAS VENCEDORAS:

CACERES TRANSPORTE E TURISMO LTDA CNPJ Nº 02.469.738/0001-28

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	9.160 HORAS	Serviço especializado de manutenção corretiva e preventiva para veículos tipo **passeio** e utilitários(gasolina, flex,diesel,etanol). Conforme condições e especificações contidas no termo de referência e seus anexos. Hora.	R$105,00	R$961.800,00

R T DE RAMOS CNJ N°23.304.952/0001-02,

TEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
02	8.788 HORAS	Serviço especializado de manutenção corretiva e preventiva para veículos tipo utilitários, vans e onibus (diesel. Conforme condições e especificações contidas no termo de referência e seus anexos. Hora.	R$159,00	R$1.397.292,00
05	5.000 HORAS	Serviço especializado de manutenção preventiva e corretiva para maquinário (diesel). Conforme condições e especificações contidas no termo de referência e seus anexos. Hora	R$192,00	R$960.000,00

ITEM	DESCONTO	DESCRIÇÃO
25	29,00%	Peças Genuínas e/ou originais de primeira linha, Maquinário da marca CARTEPILLAR do Poder Executivo Municipal. Percentual de desconto.
26	36,00%	Peças Genuínas e/ou originais de primeira linha, Maquinário da marca CASE do Poder Executivo Municipal. Percentual de desconto.
27	36,00%	Peças Genuínas e/ou originais de primeira linha, Maquinário da marca NEW HOLLAND do Poder Executivo Municipal. Percentual de desconto.

SO ONIBUS COMERCIO E SERVIÇOS EIRELLI CNPJ Nº15.593.959/0001-55

ITEM	DESCONTO	DESCRIÇÃO
06	59,5%	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria **ônibus e microônibus da marca vw** para atendimento da frota de veículos oficiais do poder executivo municipal. Percentual de desconto.
14	50,2%	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria com percentual de desconto. **Caminhões da marca iveco** para atendimento da frota de veiculos oficiais do poder executivo municipAL
17	71,%	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria **caminhões da agrale** para atendimento da frota de veiculos oficiais do poder executivo municipal. Percentual de desconto.
18	73,%	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria **caminhões da marca mercedez** para atendimento da frota de veiculos oficiais do poder executivo municipal. Percentual de desconto

BIELMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS LTDA. EPP CNPJ:17.274.687/0001-59

ITEM	DESCONTO	DESCRIÇÃO
30	12,30%	Peças Genuínas e/ou originais de primeira linha, Maquinário da marca CARTEPILLAR do Poder Executivo Municipal. Percentual de desconto.
34	12,20%	Peças Genuínas e/ou originais de primeira linha, Maquinário da marca KOMATSU do Poder Executivo Municipal. Percentual de desconto.
35	12,10%	Peças Genuínas e/ou originais de primeira linha, Maquinário da marca JCB do Poder Executivo Municipal. Percentual de desconto.

OLAPER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE LUB. E PNEUS EIRELLI CNPJ Nº17.553.866/0001-22

ITEM	DESCONTO	DESCRIÇÃO
20	37,10%	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha, independentep de marca e categoria **carros e camionetes da marca fiat** para atendimento da frota de veiculos oficiais do poder executivo municipal. Percentual de desconto.
21	36,80%	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria **carros e camionetes da marca renault** para atendimento da frota de veiculos oficiais do poder executivo municipal. Percentual de desconto
23	37,50%	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria **carros e camionetes da marca chevrolet** para atendimento da frota de veiculos oficiais do poder executivo municipal. Percentual de desconto.

NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÕES DE MÁQUINAS LTDA

ITEM	DESCONTO	DESCRIÇÃO
31	12,10%	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha, maquinário da marca case do poder executivo municipal. Percentual de desconto.
32	12,10%	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha, maquinário da marca new holland do poder executivo municipal. Percentual de desconto.

D.M. DE BRITO CNPJ N°00.892.392/0001-40

TEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
03	1.212 HORAS	Serviço especializado de manutenção corretiva e preventiva para motocicletas, independente de marca e categoria, conforme condições e especificações contidas no edital e seus anexos. Hora.	R$52,00	R$63.024,00
04	4.500 HORAS	Serviço especializado de manutenção preventiva e corretiva para caminhões (diesel). Comforme condições e especializações contidas no termo de referência e seu anexos. Hora	R$160,00	R$720.000,00

ITEM	DESCONTO	DESCRIÇÃO
19	36,50%	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria **carros e camionetes da marca vw** para atendimento da frota de veiculos oficiais do poder executivo municipal. Percentual de desconto.
24	37,50%	PEÇAS GENUÍNAS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA **KOMBI MARCA VW** PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. PERCENTUAL DE DESCONTO.

TNOVE COMERCIO DE PEÇAS EIRELI CNPJ 30.369.251/0001-09

ITEM	DESCONTO	DESCRIÇÃO
07	36,8%	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria **ônibus e microônibus da marca jumper** para atendimento da frota de veiculos oficiais do poder executivo municipal. Percentual de desconto.
08	59,5%	PEÇAS GENUÍNAS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA **KOMBI MARCA VW** PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. PERCENTUAL DE DESCONTO.
09	59,5%	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria **ônibus e microônibus da marca marcopolo** para atendimento da frota de veiculos oficiais do poder executivo municipal. Percentual de desconto
10	59,4%	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha, categoria **ônibus e microônibus da marca mercedez** para atendimento da frota de veiculos oficiais do poder executivo municipal. Percentual de desconto.
13	59,4%	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para ônibus e microonibus da marca volvo para atendimento de frota de veiculos oficiais do poder executivo municipal. Percentual de desconto
22	37,0%	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria **carros e camionetes da marca ford** para atendimento da frota de veiculos oficiais do poder executivo municipal. Percentual de desconto.

PODIU COMÉRCIO E ATACADISTA DE AUTO PEÇAS LTDA ME

ITEM	DESCONTO	DESCRIÇÃO

11	36,30%	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria **ônibus e microônibus da marca peugeot** para atendimento da frota de veiculos oficiais do poder executivo municipal. Percentual de desconto.
12	59,50%	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha, **ônibus e microônibus da marca iveco** para atendimento da frota de veiculos oficiais do poder executivo municipal. Percentual de desconto.
15	72,10%	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para **caminhões da marca vw (diesel)** para atendimento da frota de veiculos oficiais do poder executivo municipal. Percentual de desconto.
16	69,20%	Peças genuínas e/ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria **caminhões da marca ford,** para atendimento da frota de veiculos oficiais do poder executivo municipal. Percentual de desconto.

IDEAL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS EIRELLI CNPJ Nº30.865.963/0001-19

ITEM	DESCONTO	DESCRIÇÃO
28	10,60%	Peças Genuínas e/ou originais de primeira linha, Maquinário da marca MASSEY FERGUNSON do Poder Executivo Municipal. Percentual de desconto.
29	10,60%	Peças Genuínas e/ou originais de primeira linha, Maquinário da marca VALTRA do Poder Executivo Municipal. Percentual de desconto.
33	12,00%	Peças Genuínas e/ou originais de primeira linha, Maquinário da marca ROADWAY do Poder Executivo Municipal. Percentual de desconto.
36	12,10%	Peças Genuínas e/ou originais de primeira linha, Maquinário da marca DYNAPAC do Poder Executivo Municipal. Percentual

Local e Data: Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de outubro de 2018.

Cristiane Cebalho de Oliveira

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 098 2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 57/2018 REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretaria de Municipal de Infraestrutura e Logística

Objeto: Registro de Preço para futura contratação de empresa para aquisição de Adubo, Superfosfato Simples, Cálcario Dolomitico, Limitador Separador Divisor de Grama de Solo Com Borda Vazada e Mudas de Plantas Ornamentais como: Grama Esmeralda, Oiti, Palmeiras, Mini Rhoeo, Ipês, Ixoras, Panadus, Latana Camara entre outras para revitalizar as praças públicas Barão do Rio Branco, Major João Carlos, Duque de Caxias, Vilas Boas, **Makoto Hayashida**, Roselvet Barros, Bom Samaritano, João Figueiredo, Monte Verde **Vitória Régia**, José de Anchieta entre outras no Município de Cáceres/MT, conforme especificações do Termo de Referência

Empresa Vencedora:

VIVEIRO ECOLOGICO DONA EUZEBIA LTDA EPP – CNPJ: 09.455.192/0001-03 Valor Total R$ 867.839,25 (oitocentos e seiscentos e sete mil, oitocentos e trinta e nove reais e vinte cinco centavos)

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma http://bll.org.br/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 03 de outubro de 2018.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 286/2018

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO PUBLICAÇÃO DO CONTRATO 16/2018

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 16/2018 SSAAP

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

CONTRATADO: TECHNOINF COMERCIO ELETRONICOS EIRELI

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Equipamentos de Informática –SERVIDOR DE BACKUP, com a finalidade de atender as demandas do Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal.

VALOR: R$ 21.545,00 (vinte e um mil quinhentos e quarenta e cinco reais)

Órgão/Unidade: 04.18.0.1

Funcional- Programática: 17.512.1007.2211

Natureza da Despesa: 4.4.90.52

Fonte de recursos: 100 - Rec. Ordinário

Cáceres- 11 de setembro de 2018

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO Nº 73/2018 -PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT

O Titular da Secretaria Municipal de Saúde, Senhor Antonio Carlos De Jesus Mendes, no uso de suas atribuições legais, em obediência ao disposto no artigo 22 do Decreto Federal nº 7.892/2013, HOMOLOGA o processo de Adesão (Carona) à Ata de Registro de Preços nº 23/2018, originada do Pregão Presencial Nº 12/2018, DA PREFEITURA DE RONDONOPOLIS-MT.

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de fita de glicemia capilar, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres-MT.

Publique-se e cumpra-se.

IN-DENTAL PRODUTOS ODONTOLIGICOS, MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 07.788.510/0001-14

VALOR: R$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais)

HOMOLOGO a decisão ao vencedor, e autorizo o empenho das despesas respectivas.

Prefeitura de Cáceres- MT, 03 de outubro de 2018

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE **SAÚDE**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO – DISPENSA Nº 21/2018

Interessado: Gabinete do prefeito

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO, visando à contratação de Serviços de Acompanhamento *on line* e presencial dos convênios da Prefeitura Municipal de Cáceres – MT, e Protocolo de documentos nos ministérios, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Autarquias Federais, Caixa Econômica Federal e outros a fim de atender a Prefeitura Municipal de Cáceres.

Fundamento: Artigo 24, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, alterações posteriores e também amparados nos princípios da finalidade pública e princípio da continuidade do serviço público.

Empresa: MARCOS GOUVEIA VIEIRA COSTA – ME, CNPJ: 28.858.811/0001-47

Valor: R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do Art. 24, da Lei Federal n° 8.666 /1993.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de outubro de 2018.

Francis Maris Cruz

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 456 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 41374 de 01 de outubro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Conceder ao servidor **LUIS CARLOS DA CRUZ ARAÚJO**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao quinquênio 2012/2017, no período de 01 de outubro de 2018 a 30 de dezembro de 2018.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 01 de outubro de 2018.

FRANCISCO DE CAMPOS LEITE FILHO

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística em substituição

Afixado em: 01.10.18

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO PUBLICAÇÃO DO CONTRATO 18/2018

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 18/2018 SSAAP

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

CONTRATADO: HG COMÉCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de hidrômetro na quantidade e especificado no termo de referenciam, com a finalidade de atender as demandas do Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal.

VALOR: R$ 1.770,90 (Hum mil setecentos e setenta reais e noventa centavos)

Órgão/Unidade: 04.18.0.1

Funcional- Programática: 17.512.1007.2211

Natureza da Despesa: 3.3.90.30

Fonte de recursos: 100 - Rec. Ordinário

Cáceres- 20 de setembro de 2018

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2018.

O Município de Campinápolis - MT torna público que a sessão pública do Pregão Presencial nº 037/2018, para contratação de instituição financeira, doravante denominada banco, para prestação de serviço de pagamento da folha de salário dos servidores ativo, comissionados, celetistas e contratados temporários, da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT, que se deu no dia 03/10/2018, foi DESERTA, pois não houve interessados em participar do referido certame. Prefeitura de Campinápolis - MT, 03/10/2018.**Gilberto Francisco Ribeiro de Paula-**Pregoeiro

SETOR DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2018

O Município de Campinápolis – MT torna público que o Pregão Presencial nº 034/2018, no sistema de registro de preço, menor preço por item, para contratação de empresa especializada na comercialização de módulos metálicos termoacústicos (tipo containers), de 27/09/2018, foi vencedora a empresa: METALMODULOS INDUSTRIA DE MODULOS METALICOS HABITACIONAIS EIRELI , CNPJ nº 04.993.281/0001-81, ao valor global de R$ 1.525.000,00. Campinápolis, 03/10/2018. Gilberto F. Ribeiro de Paula - Pregoeiro.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 8022 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MARA MARTINS WAUTOMOAIWE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO: o teor do atestado médico datado de 28 de setembro de 2018.

RESOLVE

I – Conceder "Licença Maternidade" a Servidora MARA MARTINS WAUTOMOAIWE lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Prefeitura Municipal, exercendo o cargo de merendeira interina, no período de 120 dias, no período de 27.09.2018 a 24.01.2019.

II - Esta portaria entra em vigor na data de 02 de outubro de 2018.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra - se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 02 de Outubro de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.961 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

DECRETO Nº 2.961 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar.

.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei n° 1.191, de 19 de dezembro de 2017;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 285.000,00 (Duzentos e oitenta e cinco mil reais) para atender a seguinte dotação orçamentária:

0004 – PREVIDENCIA MUNICIPAL

0010 – FUNDO DE PREVIDENCIA - PREVI-CAMP

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0004 – GESTAO DO RPPS

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2.027 – PAGAMENTO E ENCARGOS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

3.1.90.01.00.00.00 – APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS .....R$ 285.000,00

TOTAL ..... R$ 285.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1° deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0004 – PREVIDENCIA MUNICIPAL

0010 – FUNDO DE PREVIDENCIA - PREVI-CAMP

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0997 – RESERVA LEGAL DO RPPS

0004 – GESTAO DO RPPS

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

9.001 – RESERVA LEGAL AO RPPS

9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA..... R$ 285.000,00

TOTAL..... R$ 285.000,00

Art.3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, 03 de outubro de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 480, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018

NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DA 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 1º DESIGNAR os servidores da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, para compor a Comissão Organizadora responsável pela realização da 3ª Conferência de Cultura, abaixo relacionados:

Sebastião Pedro da Vitória (Coordenador Geral) Silvia Regina Schneiders (Membro) Jonas Ferreira de Almeida (Membro) Caio Henrique dos Reis de Souza (Membro)

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 481, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

NOMEIA A COMISSÃO ESPECIAL PARA ELEIÇÕES DOS DIRETORES DAS UNIDADES ESCOLARES.

NOMEAR, os membros que comporão a COMISSÃO ESPECIAL PARA ELEIÇÕES DOS DIRETORES DAS UNIDADES ESCOLARES, biênio 2018 – 2020.

I – Membro Representante dos Professores das Escolas Públicas Municipais de Ensino Fundamental:

Jacob Ignácio Sznitowski, CPF 535.197.601-34;

II – Membro Representante dos Professores das Escolas Públicas Municipais de Educação Infantil:

Elsa Vareiro, CPF 595.183.591-72;

III - Membro Representante dos Servidores da Área Administrativa das Escolas Públicas Municipais:

Hellen Cris de Pinho Nascimento de Andrade, CPF 008.662.301-06;

IV Membro Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Marga Cesca, CPF 403.713.791-72;

V Membro Suplente da Secretaria Municipal de Educação:

Léia Maria Néa Nedel, CPF 304.069.781-15;

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 173 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.902 de 21/12/2017.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercicio o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Municipio, no montante de R$ 555.950,00 (Quinhentos e cinquenta e cinco mil e novecentos e cinquenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**	
001.04.122.0002.20038	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE INFRAESTRUTU	
3191000000	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO	25.000,00
09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	
002.12.365.0007.20067	MANUTENÇÃO ENCARGOS COM AS CRECHES	
3191000000	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO	50,00
003.12.361.0007.20079	REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUND	
3191000000	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO	450.000,00
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
001.10.302.0010.20092	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SAMU	
3190000000	APLICAÇÕES DIRETAS	900,00
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
002.08.244.0013.20104	MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASS. SOC	
3190000000	APLICAÇÕES DIRETAS	80.000,00
	TOTAL	**555.950,00**

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo Único. O Crédito aberto no Art. 1º não onera o limite conforme estabelecido no Art. 5º parágrafo único e Art. 6º da Lei Orçamentária nº 1. 902 de 21 de dezembro de 2017.

07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**	
002.15.451. 0005.20128	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A INFRA-ESTRUTURA	
3191000000	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPE-RAÇÃO ENTRE ÓRGÃO	80. 000,00
007.17.512. 0006.20049	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA	
3190000000	APLICAÇÕES DIRETAS	25. 000,00
09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTU-RA**	
002.12.365. 0007.20067	MANUTENÇÃO ENCARGOS COM AS CRE-CHES	
3190000000	APLICAÇÕES DIRETAS	50,00
003.12.361. 0007.20079	REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO ENSI-NO FUNDAMENTAL - FUND	
3190000000	APLICAÇÕES DIRETAS	450. 000,00
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
001.10.302. 0010.20092	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SAMU	
3190000000	APLICAÇÕES DIRETAS	900,00
	TOTAL	**555. 950,00**

Art. 3º**.** As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.880, de 19 de julho de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018 –LDO, e a Lei Municipal nº 1.902, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2018 –LOA.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 2 de Outubro de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 171 DE 1 DE OUTUBRO DE 2018.

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.902 de 21/12/2017.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 85.072,00 (Oitenta e cinco mil e setenta e dois reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**	**E CULTURA**	
001.12.122. 0002.10036	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE	DA SECRETARIA DE EDUCA	
4490000000	APLICAÇÕES DIRETAS		10. 072,00
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
001.10.302. 0010.20091	MANUTENÇÃO E ENCAR-GOS DAS AÇÕES	DA MÉDIA E ALTA COMPLEX	
3390000000	APLICAÇÕES DIRETAS		75. 000,00
	TOTAL		**85. 072,00**

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes do Superávit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, do §1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º**.** As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.880, de 19 de julho de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018 –LDO, e a Lei Municipal nº 1.902, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2018 –LOA.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 1 de Outubro de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 174, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

REGULAMENTA AS NORMAS GERAIS PARA O PROCESSO DE ELEIÇÃO DOS DIRETORES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando:

O Memorando nº 1214/2018, proveniente da Secretaria Municipal de Educação, de 01 de outubro de 2018; a necessidade de regulamentar as normas de eleição dos Diretores das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino; o disposto na Lei Municipal Nº 1.146/2006, de 09 de novembro 2006, alterada pela Lei Municipal Nº 1.615/2013, de 13 de dezembro de 2013, que *dispõem sobre a Gestão Democrática da Educação do Município de Campo Novo do Parecis*; a necessidade administrativa e o interesse público.

D E C R E T A:

Capítulo I

DAS FINALIDADES E DA ORGANIZAÇÃO

Art. 1º. O Processo de Eleição dos Diretores das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Campo Novo do Parecis tem por finalidade consolidar o processo de Gestão Democrática da Rede Municipal de Ensino de Campo Novo do Parecis/MT, através do voto direto e secreto dos segmentos que compõem a comunidade escolar, nos termos da Lei Municipal Nº 1.146/2006, de 09 de novembro de 2006, alterada pela Lei Municipal Nº. 1.615/2013, de 13 de dezembro de 2013, que dispõem sobre a

Gestão Democrática da Educação do Município de Campo Novo do Parecis.

Parágrafo único. O Processo de Eleição dos Diretores das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Campo Novo do Parecis de que trata o *caput,* realizar-se-á nas Unidades Escolares abaixo relacionadas:

I – Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida;

II – Escola Municipal 04 de Julho;

III – Escola Municipal Professor Antonio Pereira;

IV – Escola Municipal Jardim das Palmeiras;

V – Escola Municipal Amélia Lena Fedrizzi;

VI – Escola Municipal de Educação Infantil Karine Alves Maforte;

VII – Escola Municipal de Educação Infantil Armando Jacinto Brólio;

VIII – Escola Municipal de Educação Infantil Hestha Beata Kettener Heidemann;

IX – Escola Municipal de Educação Infantil Reino Encantado.

Art. 2º.O Processo de Eleição dos Diretores das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Campo Novo de Parecis será organizado pelas seguintes instâncias:

I – Comissão de Eleição, com a função de organizar, coordenar e fiscalizar o processo de eleição no âmbito do estabelecimento de ensino;

II – Secretaria Municipal de Educação de Campo Novo do Parecis/MT, com a função de prover em todos os estabelecimentos de ensino a infraestrutura necessária ao processo de eleição;

III - A administração do estabelecimento de ensino, com a função de providenciar as condições necessárias ao processo de eleição.

Capítulo II DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ELEIÇÂO DOS DIRETORES DAS UNIDADES ESCOLARES

Art. 3º.A Comissão Especial para Eleição dos Diretores das Unidades Escolares será constituída por 04 (quatro) membros Titulares e 01 (um) Suplente, sendo um membro representante dos Professores das Escolas Públicas Municipais de Ensino Fundamental, um membro representante dos Professores das Escolas Públicas Municipais de Educação Infantil, um membro representante dos Servidores da área Administrativa das Escolas Públicas Municipais, um membro representante da Secretaria Municipal de Educação e 01 (um) membro Suplente da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único.Estarão impedidos de compor a Comissão Especial para Eleição dos Diretores das Unidades Escolares:

I - os candidatos;

II - parentes de candidatos até 2° (segundo) grau, no respectivo estabelecimento da candidatura;

III - Diretor Escolar em exercício no estabelecimento de ensino;

Art. 4º.Os membros da Comissão Especial para a Eleição dos Diretores das Unidades Escolares terão as seguintes atribuições:

I - organizar e coordenar o processo de eleição, obedecendo às normas legais vigentes;

II - divulgar as instruções referentes ao processo de eleição;

III - acompanhar e fiscalizar todas as etapas do processo de eleição;

IV - registrar as solicitações de candidaturas, até a data limite de dois dias úteis antes do respectivo processo de eleição;

V - apreciar e deferir os requerimentos, inscrevendo os candidatos em fichas, numerando-as conforme a ordem da inscrição;

VI - definir a infraestrutura operacional necessária à realização da eleição;

VII - solicitar à direção do estabelecimento de ensino às listagens de votação;

VIII - definir o número de urnas e sua localização em salas;

IX - rubricar e distribuir todo o material de votação, fornecido pela Secretaria Municipal de Educação;

X – aprovar o calendário da eleição dos diretores;

XI - exercer outras atribuições que lhe forem inerentes.

Parágrafo único. É de responsabilidade da Comissão Especial para Eleição dos Diretores das Unidades Escolares examinar a veracidade das informações referentes aos candidatos.

Art. 5º. A Comissão Especial para Eleição dos Diretores das Escolas Municipais nomeará a Comissão da Unidade Escolar composta por 04 (quatro) membros, sendo um *representante de Professores, um representante dos Servidores da área Administrativa, um representante da Associação de Pais e Professores e um representante do Conselho Municipal de Educação.*

Parágrafo ÚnicoÉ de responsabilidade da Comissão da Unidade Escolarorientar efiscalizar todo o processo de votação e apuração.

Art. 6º.Os membros representantes da Comissão da Unidade Escolar terão as seguintes atribuições:

I - acompanhar e fiscalizar todas as etapas do processo de eleição;

II - convocar e credenciar mesários e fiscais das Mesas Receptoras, formalizando e registrando seus nomes em Ata;

III - relatar o processo de votação em Ata;

IV - receber, protocolar os recursos interpostos e encaminhar à Comissão Especial para Eleição dos Diretores;

V - reservar salas para os trabalhos de apuração, com acesso restrito aos Membros convocados pela Comissão Especial de Eleição, para a apuração, aos candidatos, aos presidentes e secretários das Mesas Receptoras e aos dois fiscais de cada candidato inscrito;

VI - exercer outras atribuições que lhe forem inerentes.

Capítulo III

DOS ELEITORES

Art. 7º. Poderão votar:

I – os candidatos à função de Diretor do estabelecimento de ensino;

II – Professores e Servidores do quadro funcional efetivos, lotados e os em exercício no estabelecimento de ensino;

III - pais ou responsável legal pelo aluno matriculado no estabelecimento de ensino;

IV – representantes da comunidade que fazem parte da APP – Associação de Pais e Professores.

§ 1º.Considera-se responsável legal aquele (a) que estiver registrado (a) na documentação do aluno na instituição de ensino ou que apresente documento comprobatório dessa responsabilidade, 48 (quarenta e oito horas) antes do processo de votação.

§ 2º. O eleitor que possua vínculo nos termos desse artigo, em mais de uma Unidade Escolar poderá exercer o direito de voto em cada estabelecimento de ensino.

§ 3º. Em nenhuma hipótese, um eleitor terá direito a mais de um voto na mesma Unidade Escolar.

Art. 8º. Os votantes deverão apresentar-se à Mesa Receptora de votos munidos de um documento de identificação com foto.

Art. 9º.O votante com identidade comprovada, cujo nome não conste em nenhuma lista, poderá votar numa lista separada.

Art. 10.A direção da escola fica encarregada de providenciar as listagens dos votantes, bem como a divulgação por escrito junto aos pais, informando data, local, horário e documento necessário para a votação.

Capítulo IV

DA INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 11. Para concorrer à função de Diretor, o Professor candidato, deverá comprovar formação mínima, curso de licenciatura plena, atendendo os seguintes critérios:

I - comprovar 03 (três) anos, no mínimo, em efetivo exercício na atividade de Magistério na Rede Pública Municipal de Ensino;

II - estar em pleno gozo dos direitos políticos;

III - não estar respondendo a processo administrativo disciplinar;

IV - não ter sido comprovada sua participação em irregularidades administrativas, financeiras ou atividades que afetam a moral e a ética profissional;

V - apresentar plano de gestão escolar que contemple os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros, a ser realizado na escola, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.

§ 1º .O Professor somente poderá candidatar-se numa única Unidade Escolar.

§ 2º .O Professor que tenha exercido mandato e ter sido reeleito ou reconduzido para uma das funções previstas na Lei Nº 1.146/2006 e sua alteração, deverá comprovar 02 (dois) anos de retorno à docência, com a previsão das licenças legais, excetuando-se o período de Portaria de readaptação de função.

Art. 12. Todos os candidatos que se inscreverem ao cargo de Diretor (a), deverão assinar termo de compromisso de dedicação exclusiva.

Art. 13.O candidatofará sua inscrição através de requerimento protocolado junto à Comissão Especial para Eleição dos Diretores das Unidades Escolares, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º.A inscrição dos candidato será efetivada quando deferido o requerimento pela Comissão Especial para Eleição dos Diretores das Unidades Escolares.

§ 2º. O formulário de inscrição, em duas vias, deve ser protocolado por um dos membros representantes da Comissão Especial para Eleição dos Diretores das Unidades Escolares, na Secretaria Municipal de Educação, que ficará com a primeira via e a segunda via será entregue aos candidatos.

Art. 14. Cada candidato poderá indicar dois fiscais por Mesa Receptora, devendo os mesmos estar identificados no dia da votação, escolhidos dentre os votantes da Comunidade Escolar.

Capítulo-V DA CAMPANHA DE ELEIÇÂO

Art. 15. É proibido:

I - qualquer ato de agressão física ou moral às instituições ou pessoas;

II - pichação de paredes ou muros do estabelecimento de ensino;

III - o uso de brindes (bonés, camisetas, chaveiros e outros) ou divulgação de material de propaganda dentro da Escola, durante todos o processo de eleição;

IV - uso de propaganda em rádio ou televisão, alto-falantes fixos ou móveis ou de qualquer outra forma de poluição sonora que faça referência à propaganda de candidatos;

V – caluniar, difamar ou injuriar qualquer pessoa envolvida no processo eleitoral, seja pessoalmente ou por meio de redes sociais (facebook, whatsapp, instagram, snapchat e outros);

VI – Fazer campanha eleitoral nas Unidades Escolares durante todo o processo de eleição, será permitida a campanha somente numa distância de, no mínimo, 50m (cinquenta metros) das imediações das Unidades escolares;

VII – utilizar os momentos de intervalo na sala dos Professores, inclusive durante a hora-atividade

VIII - qualquer forma de manifesto a candidatos, na sala em que estiver ocorrendo a votação;

IX - uso de veículos do Poder Público;

X – uso de material de expediente e/ou permanente do Poder Público;

XI – o afastamento do (s) candidato (s) das atividades no seu horário de trabalho, para fazer propaganda eleitoral.

Parágrafo Único – As denúncias deverão ser formalizadas pelos candidatos, através de Requerimento fundamentado, endereçado à Comissão Especial para Eleição dos Diretores das Unidades Escolares. Não serão aceitas denúncias em que se utilize qualquer outro meio para se dirigir à Comissão.

Art. 16. A apresentação das propostas do Plano de Gestão de cada candidato poderá ser realizada a critério da Equipe Gestora de cada Unidade Escolar, por ela aprovada e acompanhada, por no mínimo um integrante da equipe, da seguinte forma:

I – Em sala de aula: somente uma vez por turma, o (s) candidato (s) fará (ão) uma apresentação aos alunos, não devendo ultrapassar 10 (dez) minutos de apresentação, por candidato, em horário concomitante;

II – Em reunião com a comunidade escolar: apresentar o plano de gestão com o tempo de apresentação previamente autorizado pela Equipe Gestora, com a ordem de apresentação dos candidatos, conforme sorteio;

III – Na sala dos Professores: apresentar o plano de gestão com o tempo de apresentação previamente autorizado pela Equipe Gestora.

Capítulo-VI DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA

Art.17. A Secretaria Municipal de Educação providenciará o material abaixo relacionado, que será distribuído à Comissão Especial para Eleição dos Diretores das Unidades Escolares:

I - formulário de requerimento para inscrição dos candidatos;

II - urnas;

III - cédulas;

IV - formulários de ato de nomeação dos mesários;

V – envelope para voto em separado;

VI – formulário de Ata de votação para cada Mesa Receptora;

VII – formulário de apuração e modelo de Ata de resultado;

VIII – formulário para registro de protesto e pedido de impugnação.

Parágrafo único. A ordem dos nomes dos candidatos na cédula de votação será efetuada por sorteio realizado pela Comissão da Unidade Escolar, após a publicação da relação final dos candidatos com as inscrições deferidas.

Art. 18. O Diretor no exercício da função deverá providenciar a organização do estabelecimento de ensino, em conformidade com as solicitações da Comissão Especial para o Processo de Eleição dos Diretores das Unidades Escolares.

Art. 19. A **Comissão Especial para o Processo de Eleição dos Diretores das Unidades Escolares, juntamente com a Comissão da Unidade Escolar,** orientarão os mesários quanto ao processo de votação e proverão o local com urnas, mesas e material específico.

Art. 20. Cada Mesa Receptora será constituída de três membros nomeados pela **Comissão Especial para Eleição dos Diretores das Unidades Escolares: Presidente, Secretário e Mesário, escolhido pela Comissão dentre os votantes.**

Art. 21. Os membros das Mesas receptoras terão as seguintes atribuições:

I – do Presidente:

a) presidir e coordenar os trabalhos de votação;

b) substituir membros da Mesa receptora nos impedimentos e ausências;

c) verificar se a urna e a listagem entregues pela Comissão da Unidade Escolar correspondem à sua Mesa;

d) verificar as credenciais dos fiscais de cada candidato concorrente, autorizando seu trabalho;

e) cumprir o horário de início e de término do processo de votação;

f) controlar e resguardar as cédulas de votação;

g) rubricar as cédulas entregues aos votantes;

h) receber os pedidos de impugnação, registrando-os e colocando o voto em separado;

i) pedir esclarecimentos à Comissão da Unidade Escolar, quando for necessário;

j) manter a ordem, através de ação conjunta com a Comissão da Unidade Escolar;

k) exercer outras atribuições inerentes ao cargo.

II – do Secretário:

a) substituir o presidente em sua ausência;

b) localizar o nome do votante na lista de votação;

c) rubricar, juntamente com o presidente, as cédulas entregues aos votantes;

d) coletar assinatura dos votantes no momento da votação;

e) devolver aos votantes, após o exercício do voto, documento de identificação apresentado;

f) elaborar a ata de votação, registrando a quantidade de votantes, os pedidos e protestos de impugnação e quaisquer fatos relevantes ocorridos no horário de votação;

g) exercer outras atribuições inerentes ao cargo.

III – do Mesário:

a) substituir o secretário em sua ausência;

b) organizar a fila, priorizando idosos, gestantes, doentes e pessoas com deficiência;

c) organizar a entrada, o acesso à urna e a saída dos eleitores do local;

d) realizar outras atribuições inerentes à função.

Art. 22. Todos os membros da Comissão da Unidade Escolar e das Mesas Receptoras deverão comparecer ao estabelecimento de ensino, no mínimo, uma hora antes do início da votação.

Capítulo-VII DA VOTAÇÃO

Art. 23. Será vedado, durante todo o dia da Eleição, sob pena de impugnação da candidatura:

I – dentro da Unidade Escolar: pessoas portando flâmulas, bandeiras ou similares, de modo a caracterizar propaganda eleitoral;

II – o uso de alto-falantes e amplificadores de som, dentro e nas proximidades da Unidade Escolar, com a finalidade de promover qualquer candidato;

III – qualquer distribuição de material de propaganda;

IV – oferecer, promover ou entregar ao votante, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, com o fim de obter o voto ao candidato.

Art. 24. Os pedidos de impugnação de voto somente poderão ser realizados por fiscais, diretamente à Comissão da Unidade Escolar.

Art. 25. Sempre que houver dúvidas e pedidos de impugnação, o voto será registrado em separado.

Art. 26. O voto em separado deverá ser colocado em envelope, constando o nome do eleitor, e deverá ser lacrado, registrando-se de imediato a ocorrência.

Art. 27. Terminada a votação, as urnas serão lacradas e rubricadas pelos membros da Mesa Receptora, devendo ser elaborada a Ata dos trabalhos, contendo o número de eleitores que compareceram, o número de votos, assim como os pedidos de impugnação, e a Ata assinada por todos os componentes da Mesa.

Capítulo-VIII DO PROCESSO DE APURAÇÃO E DOS RESULTADOS

Art. 28. Será realizada a contagem dos votos logo após o encerramento da votação, no próprio local em que a mesma ocorreu.

Parágrafo único. Na sala de apuração somente poderão estar presentes a Comissão da Unidade Escolar, o Presidente, o Secretário e o Mesário de cada Mesa Receptora e um fiscal de cada candidato.

Art. 29. Os votos em separado serão julgados pela Comissão da Unidade Escolar e, caso sejam aprovados, serão colocados junto aos outros votos do respectivo segmento. ***Parágrafo único.*** A Comissão da Unidade Escolar deverá resguardar o sigilo dos votos em separado.

Art. 30. A Comissão da Unidade Escolar efetuará a conferência do quantitativo de votantes, constantes das listagens de cada Mesa, verificando se está compatível com a quantidade de cédulas da respectiva urna.

Art. 31. A Comissão da Unidade Escolar, na presença de um fiscal de cada candidato, realizará a contagem dos votos, registrando o resultado na Ata de Escrutinação

Art. 32. Após a apuração, os representantes da Comissão da Unidade Escolar receberão as cédulas utilizadas, como também as não utilizadas. Todos os documentos de cada Mesa deverão ser entregues à Comissão Especial de Eleição dos Diretores das Unidades Escolares.

Art. 33. Serão anulados os votos:

I - que estiverem identificados com palavras ou marcas;

II - em que não fique clara a intenção do voto;

III - quando o eleitor votar em mais de um candidato.

Art. 34 - Em caso de empate, os critérios utilizados serão, por ordem, os seguintes:

I - o candidato que possuir maior tempo de serviço na Rede Pública Municipal de Ensino;

II - o candidato que possuir mais idade.

Capítulo IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. No caso de haver 01 (um) único candidato, esse deverá ter o equivalente a 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) da totalidade dos votos válidos.

Parágrafo único. Se não houver nenhum candidato concorrendo ao pleito, a Secretaria Municipal de Educação fará a indicação de um Professor, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, e que atenda os pré-requisitos para ocupar o referido cargo, observando-se as exigências legais, quando:

I - as Escolas de Educação da Rede Pública de Ensino de Campo Novo do Parecis não realizarem o processo eleitoral;

II - não houver nenhum candidato inscrito;

III - houver a inscrição de um único candidato e ocorrer a rejeição pela comunidade escolar;

IV - para atender áreas e projetos especiais.

Art. 36. Os casos omissos e as dúvidas subscritas na execução do presente Decreto serão apreciados e resolvidos pela Comissão Especial para Eleição dos Diretores das Unidades Escolares, com assistência da Assessoria Jurídica Municipal, observando as disposições legais e efeitos normativos.

Art. 37. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 03 dia do mês de outubro de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS,** através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **CHAMADA PÚBLICA 003/2018**, destinada à **doação onerosa, com encargos de área de terra/ imóvel (eis) particular (es), com área contígua de no mínimo 25ha (vinte e cinco hectares) ou seja 250.000 m², que será destinado à instalação de um aeródromo, categoria "2C",** não teve participantes para o certame, ficando então **DESERTA**.

Campo Novo do Parecis-MT, 03 de outubro de 2018.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pres. Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2018 CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2018

CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL

O MUNICIPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que no período de **04 de outubro de 2018** a **19 de outubro de 2018**, procederá o CREDENCIAMENTO, mediante CHAMAMENTO PÚBLICO, para contratação de leiloeiro oficial, conforme especificações constantes do presente edital.

Constitui objeto deste Edital o CHAMAMENTO PÚBLICO para credenciamento de leiloeiro oficial para realização de leilões de bens moveis inservíveis ao município de Campo Novo do Parecis.

Os envelopes contendo os Documentos de Habilitação serão abertos em sessão pública que ocorrerá no dia 19 DE OUTUBRO DE 2018, às 08h00min, na sala de reuniões do Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT, sito a Av. Avenida Mato Grosso, 66 NEPaço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5108 / 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 03 de outubro de 2018**.**

Leandro Nery Varaschin Presidente da Comissão Permanente de Licitações

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS ESTADO DO MATO GROSSO EDITAL COMPLEMENTAR N°01/2018 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PUBLICO Nº 004/2018

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis – MT, Sr. Rafael Machado, no uso de suas atribuições legais,, faz saber aos interessados que fará a seguinte RETIFICAÇÃO no Edital de Processo Seletivo Público nº 004/2018, conforme abaixo discriminado:

I – ALTERAR o item 2.1, no que se refere à vaga para Agente de Combate a Endemias – Localidade DISTRITO MARECHAL RONDON, passando a ter a seguinte redação:

AGENTE DE SAUDE	AGENDE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	DISTRITO MARECHAL RONDON	**CR**	R$ 1.014,00	40 horas

II – ALTERAR o item 3.1.1, no que se refere ao **Agente de Saúde e Agente de Combate às Endemias:**

1 – Ser maior de 18 anos de idade;

2 – Comprovar, por ocasião da convocação, o nível de 2º grau de escolaridade e os requisitos específicos exigidos o cargo;

3 - Carteira de Identidade;

4 – CPF, 5 – Título de eleitor e comprovante da última votação (primeiro e segundo turno);

6 – Certificado de Reservista (se sexo masculino);

7 – Concluir com aproveitamento o curso introdutório de formação inicial e continuada;

Requisitos Gerais: disposição pessoal para a atividade; capacidade física e mental para a atividade; equilíbrio emocional e autocontrole; disposição para cumprir ações orientadas; disponibilidade para re-certificação periódica; capacidade de trabalhar em equipe (Portaria GM/MS nº 2.048, de 05 de novembro de 2002).

Passando a ter a seguinte redação:

Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias:

1 – Ser maior de 18 anos de idade;

2 – Comprovar, por ocasião da convocação, o nível de 2º grau de escolaridade e os requisitos específicos exigidos o cargo;

3 - Carteira de Identidade;

4 – CPF; 5 – Título de eleitor e comprovante da última votação (primeiro e segundo turno);

6 – Certificado de Reservista (se sexo masculino);

7 – Concluir com aproveitamento o curso introdutório de formação inicial e continuada;

8 - Quando não houver candidato aprovado que preencha o requisito 2 - previsto acima, poderá convocar candidato com ensino fundamental, que deverá comprovar a conclusão do ensino médio no prazo máximo de três anos.

Requisitos Gerais: disposição pessoal para a atividade; capacidade física e mental para a atividade; equilíbrio emocional e autocontrole; disposição para cumprir ações orientadas; disponibilidade para re-certificação periódica; capacidade de trabalhar em equipe (Portaria GM/MS nº 2.048, de 05 de novembro de 2002).

Campo Novo do Parecis - MT, 03 de outubro de 2018.

RAFAEL MACHADO *Prefeito Municipal*	**MARCOS DA CUNHA RUFINO** *Presidente da Comissão Especial de Processo Seletivo Público nº 004/2018 - Portaria 284/2018*

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO ANEXOS LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

MUNICÍPIO DE Campo Novo do Parecis
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL													
	set/17	out/17	nov/17	dez/17	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	TOTAL (a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	*277.739,23*	*306.976,64*	*263.811,39*	*264.734,72*	*256.367,13*	*294.637,42*	*285.913,41*	*330.407,60*	*285.630,21*	*273.014,86*	*296.677,25*	*279.452,82*	*3.415.362,68*
Pessoal Ativo	277.739,23	306.976,64	263.811,39	264.734,72	256.367,13	294.637,42	285.913,41	330.407,60	285.630,21	273.014,86	296.677,25	279.452,82	3.415.362,68
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	232.388,94	220.138,59	220.224,63	221.770,54	256.367,13	248.607,57	238.022,88	238.006,40	244.503,09	222.938,34	248.842,20	232.458,35	2.824.268,66
Obrigações Patronais	45.350,29	86.838,05	43.586,76	42.964,18	0,00	46.029,85	47.890,53	92.401,20	41.127,12	50.076,52	47.835,05	46.994,47	591.094,02
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	277.739,23	306.976,64	263.811,39	264.734,72	256.367,13	294.637,42	285.913,41	330.407,60	285.630,21	273.014,86	296.677,25	279.452,82	3.415.362,68

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	132.654.820,04	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	132.654.820,04	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	3.415.362,68	2,57%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	7.959.289,20	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	7.561.324,74	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	7.163.360,28	5,40%

** Excluído das despesas totais com pessoal e da Receita Corrente Líquida o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, incidente sobre a folha de pagamento de pessoal, nos termos da RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 29/2016 – TP do TCE/MT.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº01 ao Contrato de Prestação de Serviço nº 54/2017

Partes: Município de Campo Novo do Parecis X **COPLAN – CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EIRELI LTDA**, CNPJ 07.281.368/0001-14.

Objeto: Prorroga-se a vigência por 12 (doze) meses, de 06 de outubro de 2018 a 05 de outubro de 2019.

Reajusta-se o valor pago a título de prestação de serviço **em 7,64% (sete inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento), ou seja, de** R$ **26. 400,01 (vinte e seis mil quatrocentos reais e um centavo) para R$ 28. 416,97 (vinte e oito mil quatrocentos e dezesseis reais e noventa e sete centavos) mensais, a partir de 06 de outubro de 2018.**

§ 1º O reajuste alterará o valor total do contrato passando de R$ 316. 800,12 (cinqüenta e dois mil quatrocentos e quatro reais e oitenta e quatro centavos), para R$ 341.003,64 (trezentos e quarenta e um mil e três reais e sessenta e quatro centavos), cujo pagamento ocorrerá em 12 (doze) meses.

Programática:

Órgão: 03. Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 001. Gabinete da Secretaria Municipal de Administração

Programática: 03.001.04.122.0002.20014.3.3.90.40.00.00

Fonte de Recurso: 01.00.000000 - Recursos Ordinários - Exercício

Valor: 341.003,64

Data: 03/10/2018

Procedimento Licitatório:adesão ao Pregão Presencial nº 003/2017, Ata de Registro de Preços nº 003/2017, ambos da Prefeitura Municipal de Diamantino/MT.

Secretaria: Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO ANEXOS LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A **Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público, inscrita no CNPJ Nº 37.499.332/0001-72 neste ato representada por seu Presidente o Senhor**Vanderlei Marcos Pulga Baioto**, brasileiro, casado, portador do CPF nº805.366.541-15, residente e domiciliado na cidade de Campo Novo do Parecis/MT, conforme dispõe na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 torna público os **Relatórios de Gestão Fiscal – RGF** relativo ao **2º quadrimestre de 2018**, que estão afixados no mural do saguão da Câmara Municipal, no si-

te www.camaracamponovodoparecis.mt.gov.brno quadro “Gestão Fiscal” e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Campo Novo do Parecis-MT, 28 de setembro de 2018.

Daniela VolpatoTolardo Vanderlei Marcos Pulga Baioto

Contadora Presidente

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 479, DE 02 DE OUTUBRO 2018.

EXONERA A SERVIDORA LUIZA INÊS KAIM DO CARGO EFETIVA DE PROFESSORA LICENCIATURA PLENA EM LETRAS, VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE REVOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 008/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PONDE BIAPOIADA EM CONCRETO ARMADO E/OU PROTENIDO SOBRE O RIO SÃO LOURENÇO.

O Prefeito Municipal de Campo Verde – MT, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93 resolve revogar a Tomada de Preços n° 008/2018, justificativa anexa ao processo. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde – MT, 03 de Outubro de 2018.

FÁBIO SCHROETER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECEDOR

Assunto: RESCISÃO CONTRATUAL

PREGÃO: 69/2018 e 71/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 188/2018 e 192/2018

CONTRATADA: COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI – ME, CNPJ nº 09.542.453/0001-14.

FABIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que a empresa fora **suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração pelo prazo de 02(dois) anos,** conforme decisão no pregão presencial nº 087/2018, **resolve:**

CANCELAR, a partir da publicação deste ato, toda e qualquer ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO, firmado com a empresa **COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI – ME, CNPJ nº 09.542.453/0001-14.**

CONVOQUE o segundo colocado para fornecer o(s) item(s) ora cancelado(s), conforme previsto no artigo 19, inciso II e parágrafo único do Decreto Federal nº 7892/2013.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Campo Verde-MT, 01 de outubro de 2018.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
OITAVO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 001/2015

Com base no parágrafo 8º, do art. 65, da Lei n° 8.666/93, c/c o “caput” do art. 116, da mesma Lei, o **MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE**, resolve apostilar a dotação orçamentária para o exercício de 2018, referente ao Contrato n° 001/2015, celebrado com o BANCO DO BRASIL S/A**,** conforme discriminação abaixo:

Dotação Orçamentária	Total
04.001.04.121.0002.2009.33.90.39.00.00 - Red. 077	R$ 15.000,00

Campo Verde-MT, 18 de Setembro de 2018.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

AVISO DO PREGÃO Nº 111/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LOCAL EM JORNAL IMPRESSO, MÍDIA DIGITAL, TELEVISÃO, RADIO FM E PROPAGANDA VOLANTE PARA PUBLICAÇÃO DE CARÁTER INFORMATIVO E DEMAIS ATOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE,** na modalidade pregão (presencial) nº **111/2018**, no dia **18 de OUTUBRO de 2018, às 08:30 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde, 03 de outubro de 2018.

Ana Carolina S. Braga Blume

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 614/2018, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018.

NOMEIA O SERVIDOR JOAO PAULO RODRIGUES ZAGO, PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 038/2017, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 103.2018, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de uma Professora Pedagoga em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.448,97 (três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e noventa e sete centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 03/10/2018 à 21/12/2018.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e Lisly Hândrea Rodrigues / CONTRATADO.

PORTARIA Nº. 187, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *as disposições preconizadas no artigo 8º e do § 2º do artigo 17 do Estatuto dos Servidores Públicos, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 2º e artigo 4º do edital de convocação nº. 051, de 3 de outubro de 2018 e do edital do certame nº 001/2016;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a nona candidata na ordem de classificação do certame regido pelo edital nº 001/2016, **GILVÂNIA SOARES DO NASCIMENTO** ao cargo de provimento efetivo de Monitor de Transporte Escolar, para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria.

Art. 2º A servidora deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do § 6º do artigo 27 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação da candidata ora convocada.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 3 de outubro de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 188, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA OCUPANTE AO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO URBANA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, I da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora **ROSANA ARAUJO CRUZ,** para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão de Fiscalização Urbana, com direito a percepção da remuneração equivalente ao Padrão CC-16, constante do anexo I da Lei nº 625, de 15 de abril de 2014.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 3 de outubro de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 051, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

CONSIDERANDO *a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no concurso público para preenchimento de vagas do quadro efetivo da administração pública municipal; regido pelo edital nº 001, de 01 de dezembro de 2016, homologado através do Decreto nº.*022, de 13 de março de 2017;

CONSIDERANDO *a estrita observância à regra prevista no artigo 37, II da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º. Fica(m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no Concurso Público 001/2016, de 01/12/2016, abaixo nominado(s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme o item 7. 4 do Edital nº 001/2016 para a efetiva nomeação.

CARGO	CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR	GILVANIA SOARES DO NASCIMENTO	9º

Art. 2º. Para tomar posse, o (a) candidato(a) deverá apresentar documentação no original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove os requisitos exigidos no item 7.4 do edital 001/2016, a seguir elencados:

I- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

II- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

III- Certidão de Casamento ou Nascimento;

IV- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V-Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

VI- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

VII-Cartão do PIS/PASEP;

VIII-Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

IX- Título de Eleitor;

X-Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

XI-Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

XII-Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

XIII-. duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

XIV-Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

XV- Certidão de Reservista, se do sexo masculino;

XVI- Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

XVII- Declaração contendo endereço residencial;

XVIII-Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

XIX- Declaração de Bens;

XX-. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

Parágrafo único. O(s) candidato(s) ora convocado (s) deverá(ão) submeter-se a exame médico admissional que será realizado por uma junta médica do município,na forma prevista no item 7.5 e seguintes do edital nº.001/2016.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do(s) candidato(s) ora convocado (s).

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o(s) candidato(s) que não se apresentar a administração para a posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desse edital.

Art. 5º A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio da Imprensa Oficial do Município, considerada essa o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br), sendo de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do item 9.10.1 do edital nº 001/2062.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 3 de outubro de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 104.2018, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de uma Professora Pedagoga em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 3.448,97 (três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e noventa e sete centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 – Secretaria de Educação. 02 – Fundo Manut. E Desenv. Da Educação Básica – FUNDEB. 2.047– Manutenção do FUNDEB 60%. 3.1.90.04.00.00.00.00.0118- Contratação para Tempo Determinado.

DA VIGÊNCIA: 03/10/2018 à 21/12/2018.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e ROSILENE PEREIRA DA SILVA NEVES / CONTRATADO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.398 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018

(Projeto de Lei nº058/2018 de autoria do Executivo).

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Canarana – MT, para o exercício de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana-MT, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa do município para o exercício financeiro de 2019, compreendendo:

I – O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da Administração Direta.

II – O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da administração indireta.

Art. 2º - O Orçamento Consolidado do Município de Canarana, para o exercício financeiro de 2019, demonstra o Orçamento Fiscal e de Investimentos, estima a Receita Orçamentária de **R$ 83.777.209,81**(Oitenta e três milhões, setecentos e setenta e sete mil, duzentos e nove reais e oitenta e um Centavos), sendo **R$ 76.042.924,89** (Setenta e seis milhões, quarenta e dois mil, novecentos e vinte e quatro reais e oitenta e nove centavos), para a Administração Direta e R$ **7.734.284,92** (Sete Milhões, setecentos e trinta e quatro mil, duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos), para Administração Indireta.

Art. 3º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma de legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta Lei, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CONSOLIDADAS	
Receitas Correntes	**86.583.347,76**
Impostos, Taxas e Contrib. Melhoria	18.554.757,06
Receita de Contribuições	2.782.212,37
Receita Patrimonial	2.262.812,72
Receita de Serviço	36.750,00
Transferências Correntes	62.873.666,67
Outras Receitas Correntes	73.148,94
Receitas Correntes Intra-Orçamentarias	3.585.985,98
Deduções da Receita para o FUNDEB	**-8.402.873,93**
Receitas de Capital	**2.010.750,00**
Transferência de Capital	2.010.750,00
Total Geral Consolidado	**83.777.209,81**
1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Receitas Correntes	**82.435.048,82**
Impostos, Taxas e Contrib. Melhoria	18.554.757,06
Receita de Contribuições	742.062,37
Receita Patrimonial	157.812,72
Receita de Serviço	36.750,00
Transferências Correntes	62.873.666,67
Outras Receitas Correntes	70.000,00
Deduções da Receita para o FUNDEB	**-8.402.873,93**
Receitas de Capital	**2.010.750,00**
Transferência de Capital	2.010.750,00
Total da Administração Direta	**76.042.924,89**
2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Receitas Correntes	**3.945.998,99**
Receitas de Contribuições	2.040.150,00
Receita Patrimonial	2.105.000,00
Outras Receitas Correntes	3.148.,94
Receitas Correntes – Intra-Orçamentária	**3.585.985,98**
Total da Administração Indireta	**7.734.284,92**
Total Geral (1+2)	**83.777.209,81**

Art. 4º - A despesa do município é fixada na forma dos anexos a esta Lei em R$ **83.777.209,81,** (Oitenta e três milhões, setecentos e setenta e sete mil, duzentos e nove reais e oitenta e um centavos), sendo **R$ 76.042.924,89** (Setenta e seis milhões, quarenta e dois mil, novecentos e vinte e quatro centavos)de Despesas Orçamentárias, para a Administração direta; e R$ **7.734.284,92** (Sete milhões, setecentos e trinta e quatro mil, duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos) de Despesas Orçamentárias, para a Administração Indireta, e será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, integrantes desta Lei, que apresentam o seguinte desdobramento:

I – POR CATEGORIA ECONÔMICA:

DESPESAS CONSOLIDADAS	
Despesas Correntes	73.352.612,62
Despesas de Capital	6.515.661,21
Reserva de Contingência	651.250,00
Reserva Legal (R.P.P.S.)	3.257.685,98
Total Geral	**83.777.209,81**
1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Despesas Correntes	68.881.263,68
Despesas de Capital	6.510.411,21
Reserva de Contingência	651.250,00
Total da Administração Direta	**76.042.924,89**
2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Despesas Correntes	4.471.348,94
Despesas de Capital	5.250,00
Reserva do R.P.P.S.	3.257.685,98
Total da Administração Indireta	**7.734.284,92**
Total Despesas Administração Direta e Indireta	**83.777.209,81**

II – POR ÓRGÃOS DO GOVERNO:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Poder Legislativo	3.649.900,00
Gabinete do Prefeito	1.835.250,00

Secretaria Mun. de Administração e Serv. Gerais	3.841.250,00
Secretaria Municipal de Finanças	4.982.338,12
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	18.431.818,06
Secretaria Municipal de Saúde	21.758.046,86
Secretaria Mun. de Obras Estradas e Rodagens	14.105.065,01
Secretaria Mun. de Agricultura e Meio Ambiente	1.314.220,00
Secretaria Municipal de Assistência Social	3.083.236,84
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	1.439.000,00
Secretaria Mun. De Indústria, Comércio Turismo	1.602.000,00
Total da Administração Direta	**76.042.924,89**
2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Prevican - Fundo Municipal. Previdência	4.476.598,94
Reserva de Contingência RPPS	3.257.685,98
Total da Administração Indireta	**7.734.284,92**
Total Geral (1+2)	**73.777.209,81**

III – POR FUNÇÕES:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
01 Legislativa	3.649.900,00
04 Administração	14.245.716,66
08 Assistência Social	3.033.291,84
10 Saúde	21.600.546,86
11 Trabalho	800.000,00
12 Educação	17.576.043,06
13 Cultura	855.775,00
15 Urbanismo	1.703.000,00
16 Habitação	133.895,00
17 Saneamento	157.500,00
18 Gestão Ambiental	180.100,00
20 Agricultura	1.134.120,00
22 Industria	31.150,00
23 Comércio e Serviços	1.571.650,00
25 Energia	773.562,37
26 Transporte	5.900.485,98
27 Desporto e Lazer	1.439.000,00
28 Encargos Especiais	605.938,12
99 Reserva de Contingência	651.250,00
Total da Administração Direta	**76.042.924,89**
2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
09 - Previdência Social	4.476.598,97
Reserva de Contingência RPPS	3.257.685,98
Total da Administração Indireta	**7.734.284,92**
Total Geral (1+2)	**83.777.209,81**

IV – POR SUB-FUNÇÕES:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
031 Ação Legislativa	3.649.900,00
122 Administração Geral	15.637.396,66
123 Administração Financeira	2.925.150,00
124 Controle Interno	203.200,00
241 Assistência ao Idoso	50,0
243 Assistência à Criança e ao Adolescente	23.200,00
244 Assistência Comunitária	1.039.131,84
301 Atenção Básica	6.387.377,38
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	11.748.194,15
303 Suporte Profilático e Terapêutico	604.325,33
304 Vigilância Sanitária	611.100,00
305 Vigilância Epidemiológica	634.450,00
306 Alimentação e Nutrição	663.715,46
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	800.000,00
361 Ensino Fundamental	12.783.187,60
364 Ensino Superior	120.750,00
365 Educação Infantil	4.008.390,00
392 Difusão Cultural	855.775,00
451 Infra-Estrutura Urbana	300.000,00
452 Serviços Urbanos	1.403.000,00
482 Habitação Urbana	133.895,00
511 Saneamento Básico Rural	52.500,00
512 Saneamento Básico Urbano	105.000,00
541 Preservação e Conservação Ambiental	180.100,00
606 Extensão Rural	200.100,00
661 Promoção Industrial	31.150,00
691 Promoção Comercial	440.500,00
695 Turismo	1.131.150,00
751 Conservação de Energia	752.562,37
752 Energia Elétrica	21.000,00
781 transporte Aéreo	147.000,00
782 Transporte Rodoviário	5.753.485,98
812 Desporto Comunitário	1.439.000,00
843 Encargos da Dívida	605.938,12
999 Reserva de Contingência	651.250,00
Total da Administração Direta	**76.042.924,89**
2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
272 Previdência do Regime Estatutário	4.476.598,94
Reserva Legal RPPS	3.257.685,98
Total da Administração Indireta	**7.734.284,92**
Total Geral (1+2)	**83.777.209,81**

V – POR PROGRAMAS:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
0001 Processo Legislativo	3.649.900,00
0003 Administração Geral	12.554.586,66
0004 Administração Financeira Responsável	4.982.338,12
0005 Expansão e Melhoria no Ensino Infantil	4.514.605,46
0006 Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental	12.940.687,60
0007 Expansão e Melhoria no Ensino Superior	120.750,00
0008 Difusão da Cultura Local e Regional	855.775,00
0009 Atenção Básica em Saúde Municipal	6.387.377,38
0010 serviços de Média Alta Complexidade, Ambulatorial, Urgência e Emergência	11.748.194,15
0011 Serviços de Saúde em Vigilância Sanitária	611.100,00
0012 Serviços de Saúde em Vigilância Epidemiológica	634.450,00
0013 Serviços de Saúde no Suporte Profilático e Terapêutico	604.325,33
0014 Gestão em Saúde Municipal	1.615.100,00
0015 Saneamento Básico para Todos	157.500,00
0016 Construção, Manutenção de Estradas Vicinais	3.255.000,00
0017 Melhoria do Transporte Rodoviário	2.498.485,98
0018 Eletrificação Urbana e Rural Sustentável	773.562,37
0019 Urbanização Humanizada e Sustentável	1.403.000,00
0020 Construção de Casas Populares	133.895,00
0021 Agricultura de Subsistência	200.100,00
0023 Promoção do Comércio Regional	471.650,00
0024 Melhorias do Transporte Aéreo	147.000,00
0025 Promoção do Turismo Regional	1.131.150,00
0026 Assistência à Criança e ao Adolescente	23.200,00
0027 Assistência e Melhorias nas Áreas Sociais	3.010.091,84
0029 Incentivo ao Desporto Amador e Lazer	1.439.000,00
0031 Conservação do Meio Ambiente Sustentável	180.100,00
Total da Administração Direta	**76.042.924,89**
2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
0030 PREVICAN-Fundo Mun. Prev. Serv. De Canarana	4.476.598,94
Reserva de Contingência-RPPS	3.257.685,98
Total da Administração Indireta	**7.734.284,92**
Total Geral (1+2)	**83.777.209,81**

Art. 5º - O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da administração direta é de R$ **24.683.783,70** (Vinte e quatro milhões, seiscentos e oitenta e três mil. Setecentos e oitenta e

três reais e setenta centavos) e da Administração Indireta é de **R$ 7.734. 284,92** (Sete Milhões, setecentos e trinta e quatro mil, duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos), totalizando o valor de **R$ 32.418. 068,62** (Trinta e dois milhões, quatrocentos e dezoito mil, sessenta e oito reais e sessenta de dois centavos).

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (Trinta Por Cento), no curso da execução orçamentária, com base nos recursos efetivamente disponíveis, como determinado pelo art. 42 e 43 da Lei nº. 4.320/64, de 17 de março de 1964. e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal, do total da despesa fixado no art. 4º desta Lei.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidas em Resolução do Senado Federal e na legislação federal pertinente, especialmente na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 8º - Comprovado o interesse público municipal e mediante convenio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana – MT, 02 de Outubro de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.399 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018

(Projeto de Lei nº061/2018 de autoria do Legislativo).

Dispõe sobre a proibição do uso de narguilé em locais públicos e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, na forma do Regimento Interno em seu artigo 189, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibido no âmbito do Município de Canarana – MT o uso em local público do instrumento de origem oriental, utilizado para fumar essências ou tabaco denominado narguilé ou assemelhados.

Art. 2º Cabe a todo cidadão que tomando conhecimento ou presenciado o uso do instrumento constante no artigo 1º em local público, deverá acionar a autoridade competente para as medidas que a lei do antitabagismo determina.

Art. 3º Ficam responsáveis pela realização de campanhas educativas de combate ao tabagismo em todas as suas modalidades os seguintes órgãos e instituições: Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e Centro de Referências Especializadas de Assistência Social – CRAS, dentre outros órgãos públicos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 02 de Outubro de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 232/2018

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDO** Licença Prêmio a servidora **NELI VITURINO COSMO** no cargo de **PROFESSORA CLASSE C** lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Quinquênio 2013/2018: Período de gozo: 01 de outubro de 2018 a 29 de dezembro de 2018.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 03 de outubro de 2018.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 233/2018

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 126 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - A **PEDIDO**, fica concedido ao servidor **RICHARD DO NASCIMENTO BITENCOURT** no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO CONTÁBIL lotado na Secretaria municipal de Administração e Finanças, **LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR**, a ser gozada sem ônus para o Município.

Art. 2º - O período de gozo será de 02 (dois) anos e terá início em 23 de outubro de 2018 a 23 de outubro de 2020.

Art. 3º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 03 de outubro de 2018.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 294/2018.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADA** apartir de 04 de outubro de 2018aSenhora **HELENA PEREIRA DA SILVA** do cargo de **COORDENADORA DE DEPARTAMENTO**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 03 de outubro de 2018.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

LEI Nº 862 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

LEI Nº 862 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

"*Abre crédito adicional especial no orçamento-programa do Município de Castanheira e dá outras providências*".

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA, faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento vigente, o Crédito Adicional Suplementar Especial, no valor de R$ 268.000,00 (Duzentos e sessenta e oito mil reais) para atender a seguinte dotação Orçamentária:

0003 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0002 – CASTPREV

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0007 – REGIME PRORPIO DE PREVIDENCIA

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2.011 – ASSIST. A SERV. LICENCIADOS INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS.....R$ 200.000,00

3.1.90.05.00.00 – OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR.....R$ 68.000,00

TOTAL .....R$ 268.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para atendimento da dotação descrita no artigo anterior, correrá por Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Fica Autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar as devidas alterações nos anexos da Lei Municipal nº 827/2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e nos anexos da Lei nº 828/2017 – Lei do Plano Plurianual – PPA, Órgão 003 – Secretaria Municipal de Administração, Unidade Orçamentária 002 - CASTPREV .

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 03 de Outubro de 2018.

MABEL DE FÁTIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 255/2018.

PORTARIA N.º 255/2018.

Altera a Portaria nº 229 de 01 de outubro de 2018, para substituir membro integrante da Comissão Processante constituída para conduzir Processo Administrativo de Rescisão Contratual que menciona, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos XI e XXV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Nomear o servidor Aparecida Maria de Lima, Agente Administrativo IV, Matrícula nº 03.001.239.002 para integrar a Comissão constituída por meio da Portaria nº 198 de 14 de agosto de 2018, para conduzir Processo Administrativo de Rescisão Contratual – PARC 001/2018, relativo ao Contrato Administrativo n.º 033/2016, em substituição do **servidor Wilson Vieira, em razão de gozo de férias por parte deste.**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira-MT, 03 de outubro de 2018.

MABEL DE FÁTIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

LEI Nº 863 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

LEI Nº 863 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DO EXERCÍCIO DE 2018, ATÉ O VALOR DE R$ 4.500.000,00 (QUATRO MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MABEL DE FÁTIMA MELANEZI ALMICI, Prefeita do Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º – Fica o Poder Executivo Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, autorizado Abrir Crédito Especial na Lei Municipal n. º 850/2017 de 05/12/2017 que trata do Orçamento Programa do Município de Castanheira para o Exercício de 2018, conforme relacionado abaixo:

09	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E URBANISMO		4.500.000,00
09.002	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS		
26	Transporte		
782	Transporte Rodoviário		
0027	Conservação de Estradas de Rodagem		
1081	Construção de Pontes e Bueiros de Concreto		
449051000000	Obras e Instalações 4.500.000,00	4.500.000,00	
	TOTAL 4.500.000,00	4.500.000,00	
			4.500.000,00

Art. 2.º – Para dar cobertura ao Crédito aberto no Artigo Anterior serão utilizados recursos provenientes de anulação de Dotações e Excesso de Arrecadação.

Art. 3.º – Fica autorizado a inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei nº 101/00 (PPA/LDO/LOA).

Art. 4.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º – Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Castanheira-MT, em 14 de setembro de 2018.

MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA A PORTARIA Nº 402 SMA/2018, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018.

ERRATA A PORTARIA Nº 402 SMA/2018, de 28 de setembro de 2018.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, torna pública a seguinte **ERRATA**:

No corpo da Portaria nº 402/SMA/2018, de 28/09//2018, sobre as férias do servidor **ALOIZIO SAMPAIO BONDESPACHO PEREIRA** onde se lê: "**...** inicio em 01/10/2018 e término em 30/10/2018".

Leia-se: **"inicio em 17/10/2018 e término em 15/11/2018".**

Gabinete Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 03 de outubro de 2018.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO Nº 177, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

DECRETO Nº 177, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação Total ou Parcial de Dotação no Orçamento Vigente e dá Outras Providências.

ALTAMIR KÜRTEN, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e com amparo na Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por Anulação Total ou Parcial de Dotação no Orçamento Financeiro vigente da Câmara Municipal, no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em conformidade com o disposto no artigo 41, inc. I da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nos termos da autorização expedida pela Lei Municipal nº 727, de 18 de setembro de 2018, para atender as seguintes dotações orçamentárias:

01 - CÂMARA MUNICIPAL

001.01.031.0001.1002 - Reforma e Ampliação do Prédio da Câmara

449051000000 - Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 10.000,00

001.01.031.0001.2001 - Manutenção e Encargos com a Câmara Municipal

319013000000 - Obrigações Patronais

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 2.000,00

319113000000 – Obrigações Patronais

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 12.000,00

SUB TOTAL DA CÂMARA MUNICIPAL.....R$ 24.000,00

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de anulação total ou parcial de dotações em conformidade com o § 1º, inciso III, do artigo 43, da Lei 4. 320, de 17 de março de 1964, das seguintes dotações orçamentárias:

01 – CÂMARA MUNICIPAL

001.01.031.0001.2001 - Manutenção e Encargos com a Câmara Municipal

319011000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 10.000,00

339030000000 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 14.000,00

SUB TOTAL CÂMARA MUNICIPAL.....R$ 24.000,00

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 18 de setembro de 2018.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

RH
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 023/2017

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADA: **FRANCIDALVA GOMES**, residente e domiciliada na cidade de Claudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº 1.674.480-2 SSP/MT e CPF sob nº 008.108.081-61**.**

A CONTRATADA, AMPARADA PELA CLÁUSULA SÉTIMA, PARÁGRAFO SEGUNDO DO CONTRATO Nº. 023/2018 RESOLVE RESCINDIR O PRESENTE, A PARTIR DESTA DATA.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 18 de Setembro de 2018.

PREFEITURA MUN. DE CLAUDIA

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

FRANCIDALVA GOMES

CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevânia Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF: 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
RESOLUÇÃO Nº 002/2018/CMDCA

LUCIMARA PAGLIARI, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cláudia/MT, nomeado pelo Decreto nº 139, de 17 de Abril de 2018, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o disposto na SEÇÂO IX, nos artigos 58 a 68, da Lei Municipal nº 567, de 20 de Maio de 2015, que Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como, regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA e Conselho Tutelar do Município e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurada, composta e instalada a Comissão Disciplinar, com o objetivo de apurar administrativamente, na forma da Lei Municipal e a qualquer tempo, a suposta prática de infração disciplinar atribuída ao conselheiro tutelar Sr. **PAULO CAMPOS LIMA**.

Parágrafo único. Os trabalhos da Comissão mencionada no *caput* deste artigo terão como Relator o Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Sr. Roberto Machado.

Art. 2º A Comissão Disciplinar a que se refere o artigo anterior será composto pelos seguintes membros:

I - Roberto Machado, Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, inscrito no CPF nº 913.667.981-04, (representante da Loja Maçônica – organização não governamental);

II – **Sueli Pereira Carpes,** Conselheira Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, inscrita no CPF n° 160.661.028-77, (representante da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – organização governamental);

III – Leonice Moschen Lara, Conselheira Tutelar, inscrita no CPF nº 947. 405.261-15 (representante do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Art. 3º Publique-se e cumpra-se para que atinja os objetivos colimados.

Cláudia/MT, em 03 de Outubro de 2018.

LUCIMARA PAGLIARI

Presidente CMDCA de Cláudia/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
LEI N° 728, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

LEI N° 728, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Autoriza o Executivo repassar recursos financeiros mediante Termo de Fomento para as entidades que menciona e dá outras providências.

O PREFEITO DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, faz saber que o colendo plenário da Câmara Municipal soberanamente aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros, mediante parceria estabelecida por meio de Termo de Fomento, para Associações constantes dos incisos, em conformidade com as disposições da alínea “a”, inciso I, combinado com o inciso VIII, do artigo 2º, e artigo 17, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

I - Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Panorama, associação privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.629.261/0001-54, com sede na Rodovia BR 163, KM 890, Fazenda Panorama, cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no valor de R$ 15.050,00 (quinze mil e cinquenta reais).

a) Óleo Diesel: 2.500 (dois mil e quinhentos) litros....R$ 9.750,00

b) Calcário: 100 (cem) toneladas.....R$ 5.300,00

II - APRONE - Associação de Pequenos Produtores Rurais Novo Horizonte Assentamento Zumbi dos Palmares, associação privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.294.768/0001-31, com sede no Assentamento Zumbi dos Palmares, cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no valor de R$ 2.385,00 (dois mil e trezentos e oitenta e cinco reais).

a) Calcário: 45 (quarenta e cinco) toneladas.....R$ 2.385,00

Parágrafo único. Por conter itens cujos preços são suscetíveis a variações, por ocasião das aquisições poderão ser feitos ajustes nos quantitativos para adequação ao valor monetário.

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 2º A parceria prevista nesta Lei obedecerá as determinações da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil - OSC, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

Art. 3º Em consonância com o artigo 2º, da lei mencionada no artigo 2º, para os fins desta Lei, considera-se entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

Art. 4º Os repasses definidos nos incisos do artigo 1º tem por finalidade apoiar financeiramente as Associações Comunitárias, no âmbito das políticas públicas de fortalecimento e manutenção dos pequenos produtores e empreendedores da agricultura familiar no campo, visando fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar em consonância com o disposto no caput e Inc. I, do Art. 10, Inc. IX, do Art. 11, Inc. V, do Art. 34 e Inc. IV, do Art. 46, da Lei Orgânica do Município.

CAPÍTULO II

DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

Seção I

Normas Gerais

Art. 5º O regime jurídico de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, tem como fundamentos a gestão pública democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil, a transparência na aplicação dos recursos públicos, os princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, destinando-se a assegurar:

I - O reconhecimento da participação social como direito do cidadão;

II - A solidariedade, a cooperação e o respeito à diversidade para a construção de valores de cidadania e de inclusão social e produtiva;

III - A promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, inclusivo e sustentável;

IV - O direito à informação, à transparência e ao controle social das ações públicas;

V - A integração e a transversalidade dos procedimentos, mecanismos e instâncias de participação social;

VI - A valorização da diversidade cultural e da educação para a cidadania ativa;

VII - A promoção e a defesa dos direitos humanos;

VIII - A preservação, a conservação e a proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente;

IX - A valorização dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais;

X - A preservação e a valorização do patrimônio cultural brasileiro, em suas dimensões material e imaterial.

Art. 6º São diretrizes fundamentais do regime jurídico de parceria:

I - A promoção, o fortalecimento institucional, a capacitação e o incentivo à organização da sociedade civil para a cooperação com o poder público;

II - A priorização do controle de resultados;

III - O incentivo ao uso de recursos atualizados de tecnologias de informação e comunicação;

IV - O fortalecimento das ações de cooperação institucional entre os entes federados nas relações com as organizações da sociedade civil;

V - O estabelecimento de mecanismos que ampliem a gestão de informação, transparência e publicidade;

VI - A ação integrada, complementar e descentralizada, de recursos e ações, entre os entes da Federação, evitando sobreposição de iniciativas e fragmentação de recursos;

VII - A sensibilização, a capacitação, o aprofundamento e o aperfeiçoamento do trabalho de gestores públicos, na implementação de atividades e projetos de interesse público e relevância social com organizações da sociedade civil;

VIII - A adoção de práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes para coibir a obtenção, individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens indevidos;

IX - A promoção de soluções derivadas da aplicação de conhecimentos, da ciência e tecnologia e da inovação para atender necessidades e demandas de maior qualidade de vida da população em situação de desigualdade social.

CAPÍTULO III

Do Plano de Trabalho

Art. 7º. Os repasses serão efetivados por meio de instrumento próprio, após aprovação do Plano de Trabalho, e apresentação da documentação comprobatória.

Art. 8º. Deverá constar do plano de trabalho de parcerias celebradas mediante termo de fomento:

I - Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II - Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

III - Previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

IV - Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

V - Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

CAPÍTULO IV

DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

Seção I

Normas Gerais

Art. 9º. Para celebrar as parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

I - Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

II - Que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

III - Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade

IV - Possuir:

a) no mínimo um ano de existência, com cadastro ativo, comprovado por meio do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) capacidade para a realização do objeto da parceria;

c) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

§ 1º Na celebração de acordos de cooperação, somente será exigido o requisito previsto no inciso I.

§ 2º Para fins de atendimento do previsto na alínea c do inciso V, não será necessária a demonstração de capacidade instalada prévia.

Art. 10. Para celebração das parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão apresentar:

I - Certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado;

II - Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

III - Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

IV - Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;

V - Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;

Art. 11. A celebração e a formalização do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:

I - Indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria;

II - Demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

III - Aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos desta Lei;

IV - Emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;

c) da viabilidade de sua execução;

d) da verificação do cronograma de desembolso;

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;

f) da designação do gestor da parceria;

g) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

V - emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

§ 1º Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

§ 2º Caso o parecer técnico ou o parecer jurídico de que tratam, respectivamente, os incisos IV e V concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o administrador público sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

§ 3º Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

§ 4º Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

§ 5º Será impedida de participar como gestor da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes.

§ 6º Configurado o impedimento do § 6º, deverá ser designado gestor ou membro substituto que possua qualificação técnica equivalente à do substituído.

Art. 12. Será obrigatória a estipulação do destino a ser dado aos bens remanescentes da parceria.

Parágrafo único. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no respectivo termo e na legislação vigente.

Art. 13. O termo de fomento, o termo de colaboração e o acordo de cooperação somente produzirão efeitos jurídicos após a publicação dos respectivos extratos no meio oficial de publicidade da administração pública.

Art. 14. O prazo de vigência do Termo de Fomento será de 90 (noventa) dias contados de sua formalização, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, desde que haja mútuo interesse das partes.

Seção II

Da Transparência e do Controle

Art. 15. A administração deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento.

Art. 16. A organização da sociedade civil deverá divulgar na internet, se possível, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública.

Parágrafo único. As informações de que tratam este artigo e o artigo 8º deverão incluir, no mínimo:

I - Data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

II - Nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

III - Descrição do objeto da parceria;

IV - Valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

V - Situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo.

Art. 17. Os canais de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria, são a Ouvidoria Municipal e a Unidade de Controle Interno.

Seção III

Do Termo de Fomento

Art. 18. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Seção IV

Do Plano de Trabalho

Art. 19. Deverá constar do plano de trabalho de parcerias celebradas mediante termo de fomento:

I - Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II - Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

III - Previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

IV - Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

Seção V

Dos Requisitos para Celebração do Termo de Fomento

Art. 20. Para celebrar as parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

I - Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

II - Que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

III - Possuir no mínimo um ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

Art. 21. Para celebração das parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão apresentar:

I - certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado;

II - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações;

III - Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

IV - Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;

V - Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado

Art. 22. A celebração e a formalização do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:

I - Indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria;

II - Demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

III - Aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos desta Lei;

IV - Emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;

c) da viabilidade de sua execução;

d) da verificação do cronograma de desembolso;

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;

f) da designação do gestor da parceria;

g) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

V - Emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Parágrafo único. Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

Art. 23. Será obrigatória a estipulação do destino a ser dado aos bens remanescentes da parceria.

Parágrafo único. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no respectivo termo e na legislação vigente.

Art. 24. O termo de fomento somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública.

CAPÍTULO V

DA FORMALIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 25. As parcerias de que trata esta Lei serão formalizadas mediante a celebração de termo de fomento, que terá como cláusulas essenciais:

I - A descrição do objeto pactuado;

II - As obrigações das partes;

III - O valor total e o cronograma de desembolso;

IV - A vigência e as hipóteses de prorrogação;

V - A obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos;

VI - A forma de monitoramento e avaliação;

VII - A obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos nesta Lei;

VIII - A prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;

IX - A obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica;

X - O livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao termo de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

XI - A faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

XII - A indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da Prefeitura;

XIII - A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

XIV - A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

Parágrafo único. Constará como anexo do termo de fomento o plano de trabalho, que deles será parte integrante e indissociável.

Seção II

Das Despesas

Art. 26. As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos dos incisos XIII e XIV do artigo 25, sendo vedado:

I - Utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;

Seção IV

Da Liberação dos Recursos

Art. 27. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;

III - Quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Seção V

Da Movimentação e Aplicação Financeira dos Recursos

Art. 28. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública, conforme determinado no artigo 51, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Parágrafo único. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Art. 29. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

Art. 30. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

Parágrafo único. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

Seção VI

Das Alterações

Art. 31. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto.

Parágrafo único. A prorrogação de ofício da vigência do termo de colaboração ou de fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

Art. 32. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

Seção VII

Do Monitoramento e Avaliação

Art. 33. A administração pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria.

Parágrafo único. Para a implementação do disposto no caput, a administração pública poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Art. 34. A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

§ 1º O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período;

III - Valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no termo de fomento;

V - Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

Art. 35. Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Parágrafo único. As parcerias de que trata esta Lei estarão também sujeitas aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

Seção VIII

Das Obrigações do Gestor

Art. 36. Será designado por Decreto um servidor da lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural como gestor da gestor da parceria tratada nesta Lei.

Art. 37. São obrigações do gestor:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III - Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

Art. 38. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

Parágrafo único. As situações previstas no caput devem ser comunicadas pelo gestor ao administrador público.

CAPÍTULO VI

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Seção I

Normas Gerais

Art. 39. A prestação de contas deverá ser feita observando-se as regras previstas nesta Lei, além de prazos e normas de elaboração constante do instrumento de parceria e do plano de trabalho.

Art. 40. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

§ 3º A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

§ 4º A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das

disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no termo de colaboração ou de fomento.

Art. 41. A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração ou de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, nos termos artigo 19, além dos seguintes relatórios:

I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - Relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

Parágrafo único. A administração pública deverá considerar ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - Relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;

II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

Art. 42. O gestor emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada.

§ 1º Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos de que trata este artigo deverão, obrigatoriamente, mencionar:

I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - Os impactos econômicos ou sociais;

III - O grau de satisfação do público-alvo;

IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

§ 2º Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

Seção II

Dos Prazos

Art. 43. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término da vigência da parceria ou ao final da execução do objeto da parceria, o que ocorrer primeiro.

§ 1º O disposto no caput não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

§ 2º Na hipótese do § 1º, o dever de prestar contas surge no momento da liberação de recurso envolvido na parceria.

§ 3º O prazo referido no caput poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

§ 4º A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos nesta Lei, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - Aprovação da prestação de contas;

II - Aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

Art. 44. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Art. 45. A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até trinta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

Art. 46. As prestações de contas serão avaliadas:

I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

§ 1º O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

§ 2º Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

CAPÍTULO VII

DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES

Seção I

Das Sanções Administrativas à Entidade

Art. 47. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas desta Lei e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo do Município de Cláudia, pelo prazo de até dois anos;

III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Cláudia, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

§ 1º As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Secretário Municipal Desenvolvimento Econômico e Rural, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

§ 2º Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

§ 3º A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48. Não se aplica às parcerias regidas por esta Lei o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme disposição do artigo 84, da Lei Federal nº 13.019, 31 de julho de 2014.

Art. 49. Para atender as despesas de que trata esta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional especial por anulação de despesa conforme segue:

ÓRGÃO: 09 - Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 001 - Gabinete do Secretário Desenvolvimento Econômico e Rural

FUNÇÃO: 20 - Agricultura

SUBFUNÇÃO: 608 - Promoção da Produção Agropecuária

PROGRAMA: 0017 - Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Agropecuário

AÇÃO: 1 028 - Apoio Associações e Entidades

Caracterização do Projeto: Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Agropecuário.

CÓDIGO/ELEMENTO DE DESPESA: 3350-41000000 – Contribuições.....R$ 17.435,00

TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL.....R$ 17.435,00

Art. 50. Para cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 6º serão utilizados recursos provenientes de anulação total ou parcial de dotações em conformidade com o § 1º, inciso III, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, das seguintes dotações orçamentárias.

09 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural

001 - Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Rural

20.606.009.1052 - Construção, Reforma de Feira Livre

3390-39.000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.....R$ 5.350,00

23.695.0018.1054 - Prog. Constr. Patrimônio Histórico e Turístico

3390-30.000000 - Material de Consumo.....R$ 3.000,00

3390-36.000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.....R$ 1.000,00

3390-39.000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.....R$ 1.000,00

20.606.0027.2030 - Manut. Encargo com a Secret. de Desenvolv. Econ. e Rural

3390-36.000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.....R$ 7.085,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R$ 17.435,00

Art. 51. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 52. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 20 de setembro de 2018.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
LEI Nº 727, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

LEI Nº 727, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação Total ou Parcial de Dotação no Orçamento Vigente e dá Outras Providências.

O PREFEITO DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, faz saber que o colendo plenário da Câmara Municipal soberanamente aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação total ou parcial de dotações no valor de R$ 2. 463.000,00 (dois Milhões, quatrocentos e sessenta e três mil reais) nos termos do Artigo 41, inc. I da Lei Federal nº 4.320/64, para adequação de dotações já consignadas no Orçamento vigente, conforme segue:

01 - CÂMARA MUNICIPAL

001.01.031.0001.1002 - Reforma e Ampliação do Prédio da Câmara

449051000000 - Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 10.000,00

001.01.031.0001.2001 - Manutenção e Encargos com a Câmara Municipal

319013000000 - Obrigações Patronais

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 2.000,00

319113000000 – Obrigações Patronais

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 12.000,00

SUB TOTAL DA CÂMARA MUNICIPAL.....R$ 24.000,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

001.04.122.0004.2006 - Manutenção das atividades da Sec. de Administração

319011000000 - Vencimentos e vantagens Fixas

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 110.000,00

SUB TOTAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.....R$ 110.000,00

04 - SECRETARIA DE FINANCAS

001.04.123.0005.2009 - Manutenção das Atividades Secretaria de Finanças

319011000000 – Vencimentos e vantagens Fixas

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 90.000,00

SUB TOTAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS.....R$ 90.000,00

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA

001.12.361.0012.2016 - Manutenção e Enc. Com Ativ. Educação Fundamental

319011000000 – Vencimentos e vantagens Fixas

Fonte de Recurso: 0.1.01.000000 Receita de Imp. e Transf. De Imp. - Educação....R$ 600.000,00

003.12.361.0012. 2021 - Manutenção Ativ. do Ens. Fundamental - Fundeb 60

319011000000 – Vencimentos e vantagens Fixas

Fonte de Recurso: 0.1.18.000000 Transferência do FUDNEB 60%.....R$ 200.000,00

003.12.365.0012.2019 - Man. Ativ. Educ. Infantil - Creche - Fundeb 60

319011000000 – Vencimentos e vantagens Fixas

Fonte de Recurso: 0.1.18.000000 Transferência do FUDNEB 60%.....R$ 200.000,00

SUB TOTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA .....R$ 1.000.000,00

06 - SECRETARIA MUNICIAPAL DE SAUDE

002.10.122.0032.2053 - BLOCO VI - INVESTIMENTOS

449051000000 – Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 0.1.02.000000 Receita de Imp. e Transf. De Imp. – Saúde.....R$ 19.000,00

002.10.301.0032.2041 - BLOCO I - ATENCAO BASICA

319011000000 – Vencimentos e vantagens Fixas

Fonte de Recurso: 0.1.02.000000 Receita de Imp. e Transf. De Imp. – Saúde.....R$ 100.000,00

319011000000 – Vencimentos e vantagens Fixas

Fonte de Recurso: 0.1.14.000000 Transf. de Rec. do Sist. Único de Saúde – Educ...R$ 70.000,00

SUB TOTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.....R$ 189.000,00

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

002.08.244.0026.2034 - Manut. Gestão do Fundo Munic. Assistência social

319011000000 – Vencimentos e vantagens Fixas

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Livres.....R$ 60.000,00

003.08.243.0026.2035 - Manutenção Encargos Com o Conselho Tutelar

319011000000 – Vencimentos e vantagens Fixas

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 15.000,00

SUB TOTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....R$ 75.000,00

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS

001.15.452.0007.2028 - Manut. Enc. Secretaria Obras e Serv. Públicos

319011000000 – Vencimentos e vantagens Fixas

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Livres.....R$ 650.000,00

33903000000 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 250.000,00

SUB TOTAL DA SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS .....R$ 900.000,00

09 - SECRET. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RURAL

001.20.606.0027.2030 - Manut. Encargos Com a Sec. Desenvol. Econ. e Rural

319011000000 – Vencimentos e vantagens Fixas

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Livres.....R$ 75.000,00

SUB TOTAL DA SEC. MUNICIPAL DE DESENV. ECONOMICO E RURAL .....R$ 75.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R$ 2.463.000,00

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de anulação total ou parcial de dotações em conformidade com o §1º inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64. das seguintes dotações orçamentárias.

01 – CÃMARA MUNICIPAL

001.01.031.0001.2001 - Manutenção e Encargos com a Câmara Municipal

319011000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 10.000,00

339030000000 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 14.000,00

SUB TOTAL CÂMARA MUNICIPAL.....R$ 24.000,00

02 - GABINETE DO PREFEITO

001.04.122.0003.1004 - Modernização Do Sistema de Informática

339039000000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 5.000,00

449052000000 – Equipamentos e Materiais Permanente

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 5.000,00

001.04.124.0002 2003 MANUTENCAO E ENCARGOS CONTROLE INTERNO

319011000000 – Vencimentos e vantagens Fixas

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 31.100,00

449052000000 – Equipamentos e Materiais Permanente

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 5.000,00

SUB TOTAL DO GABINETE DO PREFEITO.....R$ 46.100,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

001.04.122.0004.1006 - Realização De Concurso Público E Teste Seletivo

339039000000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 15.000,00

001.04.122.0004. 1008 - Implementação do Sistema de Almoxarifado

33903000000 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 3.000,00

339039000000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 2.000,00

449052000000 – Equipamentos e Materiais Permanente

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 5.000,00

001.04.122.0004.2006 - Manutenção das atividades da Sec. de Administração

33903400000 – Outras Desp. Pessoal decorrente de Contratos e Terceirização

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 5.000,00

33904800000 – Outras Auxílios Financeiros a Pessoa Física

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 2.000,00

33909100000 – Sentenças Judiciais

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 3.000,00

33909300000 – Indenizações e Restituições

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 5.000,00

001.04.122.0004.2008 - Manutenção da Sala Dos Conselhos

339039000000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 2.000,00

SUB TOTAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO.....R$ 42.000,00

04 - SECRETARIA DE FINANCAS

001.04.122.0004.1007 - Reforma e Reestruturação do Paco Municipal

449052000000 – Equipamentos e Materiais Permanente

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 10.000,00

SUB TOTAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS.....R$ 10.000,00

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA

001.12.361.0009.1014 - Const. Ampl. Ref. Unidades Ensino Fundamental

449051000000 – Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 0.1.01.000000 Receita de Imp. e Transf. de Imp. - Educação.....R$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 0.1.22.000000 Receita de Convênios Educação.....R$ 15.000,00

001.12.361.0009.1018 - Modernização do Laboratório de Informática

449052000000 – Equipamentos e Materiais Permanente

Fonte de Recurso: 0.1.01.000000 Receita de Imp. e Transf. de Imp. - Educação.....R$ 5.000,00

001.12.361.0011.2047 - Aquisição Da Merenda Escolar - Ensino Fundamental

Fonte de Recurso: 0.1.15.000000 Transf. de Recursos do FNDE. - Educação.....R$ 30.000,00

001.12.361.0012.2016 - Manutenção e Enc. Com Ativ. Educação Fundamental

319013000000 – Obrigações Patronais - INSS

Fonte de Recurso: 0.1.01.000000 Receita de Imp. e Transf. de Imp. - Educação.....R$ 30.000,00

33909100000 – Sentenças Judiciais

Fonte de Recurso: 0.1.01.000000 Receita de Imp. e Transf. de Imp. - Educação.....R$ 3.000,00

449051000000 – Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 0.1.01.000000 Receita de Imp. e Transf. de Imp. - Educação.....R$ 15.000,00

001.12.363.0012.1026 - Apoio ao Ensino Profissionalizante

33903000000 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.01.000000 Receita de Imp. e Transf. de Imp. - Educação.....R$ 5.000,00

339039000000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 5.000,00

001.12.365.00009.1015 - Const. Ampliação e Ref. de Unidades do Ens. Infantil

449051000000 – Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 0.1.22.000000 Receita de Convênios Educação.....R$ 40.000,00

001.12.365.0011.2048 - Aquisição da Merenda Escolar - Ensino Infantil Pré

33903000000 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.15.000000 Transferências de Recursos FNDE.....R$ 5.000,00

001.12.365.0011.2049 - Aquisição Merenda Escolar - Ensino Infantil Creche

33903000000 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.15.000000 Transferências de Recursos FNDE.....R$ 5.000,00

001.12.365.0012.2017 - Manutenção e Enc. com Atividades da Edu. Infantil

319011000000 – Vencimentos e vantagens Fixas

Fonte de Recurso: 0.1.01.000000 Receita de Imp. e Transf. de Imp. - Educação.....R$ 50.000,00

319013000000 – Obrigações Patronais - INSS

Fonte de Recurso: 0.1.01.000000 Receita de Imp. e Transf. de Imp. - Educação.....R$ 5.000,00

319113000000 – Obrigações Patronais - RPPS

Fonte de Recurso: 0.1.01.000000 Receita de Imp. e Transf. de Imp. - Educação.....R$ 10.000,00

002.12.361.0012.2014 - Manutenção Do Transporte Escolar

339039000000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.15.000000 Transferências de Recursos FNDE.....R$ 130.000,00

003.12.361.0012.2021 - Manutenção Ativ. do Ens. Fundamental - Fundeb 60

319113000000 – Obrigações Patronais - RPPS

Fonte de Recurso: 0.1.18.000000 Transferência do FUDNEB 60%.....R$ 20.000,00

003.12.361.0012.2018 - Man. Ativ. Educ. Infantil - Pre-Escola - Fundeb 60

319011000000 – Vencimentos e vantagens Fixas

Fonte de Recurso: 0.1.18.000000 Transferência do FUDNEB 60%.....R$ 75.000,00

003.12.367.0012.2020 - Manutenção Ativ. Educ. Especial - Fundeb 60

319011000000 – Vencimentos e vantagens Fixas

Fonte de Recurso: 0.1.18.000000 Transferência do FUDNEB 60%.....R$ 110.000,00

004.12.365.0012.2022 - Manu. e Enc. Fundeb Ens. Infantil - Pre Escola 40

319011000000 – Vencimentos e vantagens Fixas

Fonte de Recurso: 0.1.19.000000 Transferência do FUDNEB 40%.....R$ 40.000,00

005.13.392.0013.2025 - Manutenção Enc. Departamento de Cultura

449052000000 - Equipamentos e Materiais Permanente

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 5.000,00

SUB TOTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA .....R$ 608.000,00

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

001.10.301.0009.1070 - Const. Ref. e Ampl. de Ubs - Unidades Básica Saúde

449051000000 - Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 0.1.14.000000 Transf. de Rec. Sist. Único de Saúde - Educação.R$ 30.000,00

449052000000 – Equipamentos e Materiais Permanente

Fonte de Recurso: 0.1.14.000000 Transf. de Rec. Sist. Único de Saúde - Educação.R$ 10.000,00

449052000000 – Equipamentos e Materiais Permanente

Fonte de Recurso: 0.1.23.000000 Transf. de Convênios – Saúde.....R$ 12.000,00

001.10.301.0025.1081 - Programas e Ações De Saúde Pública e Combate Drogas

339039000000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.02.000000 Receita de Imp. e Transf. de Imp. - Saúde.....R$ 5.000,00

001.10.301.0025.2040 - Gestão e Manutenção Secretaria Da Saúde

339036000000 – Outros Serviços Pessoa Física

Fonte de Recurso: 0.1.02.000000 Receita de Imp. e Transf. de Imp. - Saúde.....R$ 4.000,00

001.10.301.0025.2051 - Manutenção do Conselho Municipal De Saúde

339039000000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.02.000000 Receita de Imp. e Transf. de Imp. - Saúde.....R$ 5.000,00

002.10.122.0032.2053 - BLOCO VI - INVESTIMENTOS

449051000000 – Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 0.1.23.000000 Transf. de Convênios – Saúde.....R$ 21.000,00

449052000000 – Equipamentos e Materiais Permanente

Fonte de Recurso: 0.1.23.000000 Transf. de Convênios – Saúde.....R$ 9.000,00

002.10.301.0032.2041 - Bloco I - Atenção Básica

339014000000 – Diárias

Fonte de Recurso: 0.1.02.000000 Receita de Imp. e Transf. de Imp. - Saúde.....R$ 8.000,00

Fonte de Recurso: 0.1.14.000000 Transf. de Rec. do Sist. Único de Saúde - União.....R$ 2.000,00

33903400000 – Outras Desp. Pessoal decorrente de Contratos e Terceirização

Fonte de Recurso: 0.1.02.000000 Receita de Imp. e Transf. de Imp. - Saúde.....R$ 20.000,00

Fonte de Recurso: 0.1.14.000000 Transf. de Rec. do Sist. Único de Saúde - União...R$ 15.000,00

339036000000 – Outros Serviços Pessoa Física

Fonte de Recurso: 0.1.14.000000 Transf. de Rec. do Sist. Único de Saúde - União.....R$ 3.000,00

339036000000 – Outros Serviços Pessoa Física

Fonte de Recurso: 0.1.42.000000 Transf. de Rec. do Sist. Único de Saúde - Estado...R$ 3.000,00

339039000000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.42.000000 Transf. de Rec. do Sist. Único de Saúde - Estado.R$ 50.000,00

33904800000 – Outras Auxílios Financeiros a Pessoa Física

Fonte de Recurso: 0.1.02.000000 Receita de Imp. e Transf. de Imp. - Saúde.....R$ 5.000,00

002.10.301.0032.2052 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

319011000000 – Vencimentos e vantagens Fixas

Fonte de Recurso: 0.1.14.000000 Transf. de Rec. Sist. Único de Saúde - União.....R$ 265.000,00

Fonte de Recurso: 0.1.42.000000 Transf. de Rec. Sist. Único de Saúde - Estado....R$ 45.000,00

002.10.301.0032.2052 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

33903000000 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.14.000000 Transf. de Rec. do Sist. Único de Saúde - União...R$ 30.000,00

002.10.302.0032.2042 - Bloco II - Média e Alta Complexidade

33903000000 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.02.000000 Receita de Imp. e Transf. de Imp. - Saúde.....R$ 3.000,00

339039000000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.02.000000 Receita de Imp. e Transf. de Imp. - Saúde.....R$ 150.000,00

002.10.303.0032.2043 - Bloco III - Assistência Farmacêutica

33903000000 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.42.000000 Transf. de Rec. do Sist. Único de Saúde - Estado...R$ 1.000,00

002.10.304.0032.2044 - Bloco IV - Vigilância Sanitária e Epidemiológica

319011000000 – Vencimentos e vantagens Fixas

Fonte de Recurso: 0.1.02.000000 Receita de Imp. e Transf. de Imp. - Saúde.....R$ 50.000,00

339036000000 – Outros Serviços Pessoa Física

Fonte de Recurso: 0.1.02.000000 Receita de Imp. e Transf. de Imp. - Saúde.....R$ 1.000,00

339036000000 – Outros Serviços Pessoa Física

Fonte de Recurso: 0.1.14.000000 Transf. de Rec. do Sist. Único de Saúde - União.....R$ 1.000,00

002.17.512.0019.1082 - Implementação das Ações de Saneamento Básico

339039000000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 7.000,00

002.17.512.0019.1083 - Elaboracao do Plano Municipal de Saneamento Básico

339039000000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 5.000,00

SUB TOTAL DA SECRETARIA DE SAÚDE.....R$ 760.000,00

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

001.08.244.0009.1064 - Const., Reestruturação Aparelhamento do Cras

33903000000 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 3.000,00

449051000000 – Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 20.000,00

449052000000 – Equipamentos e Materiais Permanente

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 5.000,00

001.08.244.0026.2038 - Manutenção Encargos Atividades do Fupis

33903000000 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 5.000,00

339036000000 – Outros Serviços Pessoa Física

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 5.000,00

339039000000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.29.000000 Transf. de Rec. Fund. Nacional de Assist. Social....R$ 5.000,00

001.08.482.0022.1066 - Programa "Minha Casa Minha Vida"

449051000000 – Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 0.1.21.000000 Transferências de Convênios Assist. Social.....R$ 5.000,00

002.08.244.0009.1065 - Construção do Centro de Múltiplo Uso

449051000000 – Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 0.1.21.000000 Transferências de Convênios Assist. Social.....R$ 25.000,00

002.08.244.0026.1060 - Serv. Prot. Social Básica a Famílias e Indiv. Paif

33903000000 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 1.000,00

33903000000 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.29.000000 Transf. de Rec. Fund. Nacional de Assist. Social....R$ 1.000,00

002.08.244.0026.2033 - Manut. Serviços Conviv. Fortalecimento de Vínculos

33903000000 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 1.000,00

002.08.244.0026.2034 - Manut. Gestão do Fundo Munic. Assistência social

319011000000 – Vencimentos e vantagens Fixas

Fonte de Recurso: 0.1.29.000000 Transf. de Rec. Fund. Nacional de Assist. Social..R$ 70.000,00

33904800000 – Outras Auxílios Financeiros a Pessoa Física

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 2.000,00

33909200000 – Despesas de Exercícios Anteriores

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 1.000,00

33909300000 – Indenizações e Restituições

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 1.000,00

002.08.244.0026.2037- Manutenção e Gestão do Cras e Creas

33903400000 – Outras Desp. Pessoal decorrente de Contratos e Terceirização

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 1.000,00

339036000000 – Outros Serviços Pessoa Física

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 1.000,00

002.08.244.0030.1084 - Implantação de Cursos Profissionalizantes - Sebrae

33903000000 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 2.000,00

339036000000 – Outros Serviços Pessoa Física

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 1.000,00

003.08.243.0026.2035 - Manutenção Encargos Com o Conselho Tutelar

319011000000 – Vencimentos e vantagens Fixas

Fonte de Recurso: 0.1.29.000000 Transf. de Rec. Fund. Nacional de Assist. Social..R$ 23.000,00

SUB TOTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....R$ 178.000,00

08 - SECRETARIA MUN. OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

001.15.451.0009.1034 - Rev. Pavimentação Asfáltica Vias Urbanas

449051000000 – Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 72.000,00

001.15.451.0009.1036 - Drenagem Pav. Asfáltica Ruas e Avenidas

449051000000 – Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 0.1.24.000000 Transf. Conv. Exceto Saúde, Educ e Assist. Soc.R$ 200.000,00

001.15.451.0009.1038 - Sinalização Vertical e Horizontal de Vias Publicas

339039000000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 4.500,00

001.15.451.0009.1040 - Constr. Revitalização de Praças, Canteiros e out

449051000000 – Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 0.1.30.000000 Rec. Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB..R$ 8.000,00

001.15.452.0007.2028 - Manut. Enc. Secretaria Obras e Serv. Públicos

33903400000 – Outras Desp. Pessoal decorrente de Contratos e Terceirização

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 10.000,00

339039000000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.17.000000 Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública.....R$ 30.000,00

339039000000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 3.000,00

002.26.782.0009.1035 - Const. Manu. Rec. Estradas, Pontes, Pontilhões Bueiros

33903000000 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.30.000000 Rec. Fundo de Transp. e Habitação - FETHAB...R$ 200.000,00

339039000000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.30.000000 Rec. Fundo de Transp. e Habitação - FETHAB...R$ 130.000,00

449051000000 – Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 0.1.30.000000 Rec. Fundo de Transp. e Habitação - FETHAB.....R$ 45.000,00

SUB TOTAL DA SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS.....R$ 707.500,00

09 - SECRET. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RURAL

001.20.606.0009.1052 - Construção, Reforma De Feiras Livre

339039000000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 9.400,00

001.23.695.0018.1054 - Programa de Cons. Patrimônio Histórico e Turístico

33903000000 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 3.000,00

339036000000 – Outros Serviços Pessoa Física

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 1.000,00

339039000000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 1.000,00

SUB TOTAL DA SEC. MUNICIPAL DE DESENV. ECONOMICO E RURAL .....R$ 14.400,00

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

001.18.122.0020.2032 - Gestão e Manut. Secretaria de Meio Ambiente

319011000000 – Vencimentos e vantagens Fixas

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Livres.....R$ 5.000,00

001.18.541.0019.1059 - Programas de Conservação e Preservação ambiental

33903000000 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 3.000,00

339036000000 – Outros Serviços Pessoa Física

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 2.000,00

001.18.541.0019.1059 - Programas de Conservação e Preservação ambiental

449051000000 – Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 3.000,00

449052000000 – Equipamentos e Materiais Permanente

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 2.000,00

SUB TOTAL DA SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.....R$ 15.000,00

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

001.27.812.0014.1030 - Const. e Reest. Ginásio, Quadras, Campos, Praças Esp.

33903000000 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recurso Ordinário.....R$ 3.000,00

449051000000 – Obras e Instalações

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 50.000,00

001.27.812.0014.2026 - Gestão e Manutenção da Sec. de Esporte e Lazer

319004000000 – Contratação por Tempo Determinado

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 2.000,00

339036000000 – Outros Serviços Pessoa Física

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários.....R$ 3.000,00

SUB TOTAL DA SEC. MUNICIPAL de Esporte e Lazer.....R$ 58.000,00

TOTAL DAS REDUÇÕES.....R$ 2.463.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 18 de setembro 2018.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
LEI Nº 726, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

LEI Nº 726, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

Declara de utilidade pública a Paróquia Nossa Senhora da Glória, pertencente à Mitra Diocesana de Sinop.

O PREFEITO DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, faz saber que o colendo plenário da Câmara Municipal soberanamente aprovou e ele sanciona a seguinte Lei de iniciativa do Poder Legislativo:

Art. 1° Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Paróquia Nossa Senhora da Glória, pertencente a Mitra Diocesana de Sinop, inscrita no CNPJ: 15.084.478/0015-10 - Filial, com endereço na Avenida Gaspar Dutra, nº 1274, Centro, CEP: 78.540-000, Cidade de Cláudia MT.

Art. 2° É parte integrante da presente os documentos apensos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 13 de setembro 2018.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE A LEI ORÇAMENTARIA ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE A LEI ORÇAMENTARIA ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2019

O Exmoº. Sr. ALTAMIR KURTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público, por meio dos murais da Prefeitura e meios de divulgação em massa e eletrônico, e convoca a população em geral para participarem da Audiência Pública da Prefeitura Municipal de Cláudia para discussão na fase de elaboração da LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA VIGER DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, a realizar-se no dia 09 de outubro de 2018, a partir das 09h00min no Plenário da Câmara Municipal de Cláudia/MT.

Prefeitura Municipal de Cláudia, 03 de outubro de 2018.

ALTAMIR KURTEN

PREFEITO MUNICIPAL

RH
PORTARIA N° 531/2018

DATA: 27 de Setembro de 2018.

SÚMULA: Concede Licença Saúde a Sra. **Célia Ely Schneider** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Concede Licença Saúde a Sra. **Célia Ely Schneider,** portadora do RG n° 2.200.458-0 SESP/SP e inscrita no CPF n° 027.534.261.12, no cargo de Assistente Adjunto, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias, sendo seus efeitos ao dia 16 de Julho de 2.018.

Cláudia-MT, 27 de Setembro de 2018.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO Nº 176, DE 06 DE SETEMBRO DE 2018

DECRETO Nº 176, DE 06 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação da Comissão de Avaliação de Imóvel para permuta da área da Escola Municipal Catarina Canozo.

ALTAMIR KÜRTEN, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e com amparo na Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que o imóvel onde esta construída a Escola Municipal Catarina Canozo é de propriedade privada;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização da titularidade do referido imóvel;

CONSIDERANDO a manifesta disposição da família Canozo em permutar o mencionado imóvel com Lote Urbano no qual se encontra o galpão um galpão utilizado como Hagar da família Canozo;

CONSIDERANDO que a área rural sobre a qual se encontra a Escola Municipal Catarina Canozo já fora incorporada ao perímetro urbano da Sede do Município por meio da Lei nº 721, de 02 de julho de 2018; e

CONSIDERANDO as disposições do artigo 118, e do inciso III, do § 1º, do artigo 120, da Lei Orgânica do Município de Cláudia, combinado com a alínea “c”, do inciso I, do artigo 17, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída e nomeada a Comissão Especial de Avaliação para a finalidade específica de definir o valor de mercado da área rural de 3. 069 m², de propriedade de Carolina Canozo, brasileira, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG nº 29.508.500-9 SSP/SP, e do CPF nº 213.333.418-14, residente e domiciliada na Rua Campos Sales, nº 1.425, na cidade de Cláudia/MT, e Cristiane Canozo, brasileira, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG nº 23.905.933-5 SSP/SP, e do CPF nº 202.747.038-74, residente e domiciliada na Rua Belo Horizonte, nº 1. 546, na cidade de Catanduva/SP, onde está construída a Escola Municipal Catarina Canozo, incorporada ao perímetro urbano da Sede do Município de Cláudia por meio da Lei nº 721, de 02 de julho de 2018, e do lote urbano R-21-H, medindo 40,00m (quarenta metros) de largura por 91,50m (noventa e um metros e cinquenta centímetros de comprimento, num total de 3.660,00 m² (três mil e seiscentos e sessenta metros quadrados), a ser desmembrado da Matrícula 5.297, imóvel R-21-A, registrada no 1º Ofício Extrajudicial de Cláudia/MT, onde se encontra edificado um galpão utilizado como hangar da família Canozo.

Art. 2º Compete a Comissão instituída e nomeada por este Decreto, alem de avaliar, atestar a equivalência ou não do valor venal dos imóveis, para fins de permuta, levando em conta a conveniência e o custo de oportunidade do negócio jurídico, à luz do interesse público.

Art. 3º A comissão de que trata o artigo 1º será composta pelos seguintes membros que ficam desde já nomeados e aptos a iniciar seus trabalhos:

I - Gilseu dos Santos Franco - Servidor de Carreira do Município

CPF: 485.620.840-34

RG: 3.031.738.507 SSP/RS

Endereço: Rua Campo Sales, nº 1.271 - Cláudia/MT.

II - Marcos Fernando Feldhaus - Vereador

CPF: 032.253.511-56

RG: 1.242.000-0 SSP/MT

Endereço: Rua Castelo Branco, nº 1405 – Cláudia/MT

III - Itamar dos Santos - Corretor de Imóveis

CRECI/MT 5980

CPF: 130.761.928-25

IV - Elton Diogo Viecelli - Procurador Jurídico do Município

OAB/MT 22.370

CPF: 016.472.191-67

Endereço: Rua Floriano Peixoto, nº 310 – Cláudia/MT.

Art. 4º

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 06 de setembro de 2018.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA/MT

CONVENENTE: COOPERATIVA DOS PRODUTORES AGROPECUÁRIOS DO ASSENTAMENTO KENO – COOPAKENO.

OBJETO: Repasse de recursos financeiros por parte do MUNICÍPIO para a COOPAKENO com a finalidade de contribuir com o INCRA, tendo como objetivo específico viabilizar, em caráter de urgência, a vistoria do Assentamento Keno, uma das etapas finais, e decisiva, para a titulação das parcelas aos assentados, que se arrasta há muitos anos.

TERMO DE COLABORAÇÃO nº 001/2018, DATA: 20/09/2018, VIGÊNCIA: 20/12/2018, R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA/MT

CONVENENTE: ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS NOVO HORIZONTE ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES - APRONE.

OBJETO: Repasse de recursos financeiros por parte do MUNICÍPIO para a APRONE com a finalidade de promoção da produção agropecuária, tendo como objetivo específico viabilizar a aquisição de calcário para consecução de atividades de interesse dos pequenos produtores rurais.

TERMO DE FOMENTO nº 012/2018, DATA: 20/09/2018, VIGÊNCIA: 26/12/2018, VALOR: R$ 2.385,00 (dois mil e trezentos e oitenta e cinco reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA/MT

CONVENENTE: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO VALE DO PANORAMA - ACPPRVP.

OBJETO: Repasse de recursos financeiros por parte do MUNICÍPIO para a ACPPRVP com a finalidade de promoção da produção agropecuária, tendo como objetivo específico viabilizar a aquisição de óleo diesel e calcário para consecução de atividades de interesse dos pequenos produtores rurais.

TERMO DE FOMENTO nº 011/2018, DATA: 26/09/2018, VIGÊNCIA: 26/12/2018, VALOR: R$ 15.050,00 (quinze mil e cinquenta reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.525/2017, DE 24 DE SETEMBRO DE 2.018.

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.525/2018, DE 24 DE SETEMBRO DE 2.018.

Altera composição do Conselho Municipal do FETHAB.

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e CONSIDERANDO o pedido de afastamento de membro da composição inicial do Conselho Municipal do FETHAB,

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a composição do **CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB**, que passará a ser constituído com o seguinte membros:

1 – REPRESENTANDO O PODER PÚBLICO:

a) **Marcio Roberto de Godoi Madureira**, Secretário Municipal de Administração, que presidirá o Conselho;

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 036/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: REALMED HOSPITALAR EIRELI - ME.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos médicos hospitalares para manutenção secretaria municipal de saúde e saneamento básico de Colider/MT.

Realinhamento de Preço: Fica realinhado os preços dos itens de nº 53, 57, 60, 66, 81 e 102, descritos na Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços nº 036/2017, em virtude do aumento dos preços praticados junto ao distribuidor/fabricante dos produtos, passando os novos preços a serem praticados o descrito na planilha abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UNIDADE	NOVO PREÇO UNITÁRIO A SER PRATICADO
53	505607	**Coletor de Urina -** Com Especificações Técnicas Mínimas: Sistema fechado, tipo bolsa, em PVC flexível, válvula antirreflexo, capacidade aproximada da bolsa de drenagem 2000ml, ponto de Amostragem, local apropriado para o dreno de eszaziamento do coletor de urina, alça de alta resistência para fixar o coletor de urina	Labor	Unidade	**R$ 3,036**
57	505609	**Compressa de Gaze** - Com Especificações Técnicas Mínimas: Do tipo hidrófila, não estéril, com fio radiopaco, 8 camadas, 5 dobras, tamanho 7,5cm x 7,5cm fechada e 15x30cm aberta, 100% algodão, com densidade de 13 fios por cm², embalagem na forma de pacote com 500 unidades	Erimax	Unidade	**R$ 11,899**
60	505612	**Detergente Enzimático -** Com Especificações Técnicas Mínimas: PH neutro, base de multi-enzimas, 4 enzimas do grupo amilase, protease, carbohidrase e lipase, frasco com 1 litro	Keldrin	Unidade	**R$ 23,131**
66	505618	**Equipo Macro Gotas Flexível -** Com Especificações Técnicas Mínimas: Destinado para utilização estéril com filtro e injetor lateral	Cirutex	Unidade	**R$ 1,467**
81	505633	**Fio de Sutura Catgut Simples 2.0 -** Com Especificações Técnicas Mínimas: Agulha tamanho aproximado de 2-3cm, caixa com 24 unidades	Tecnofil	Unidade	**R$ 96,780**
102	505656	**Grau Cirúrgico -** Com Especificações Técnicas Mínimas: Bobina de 0,15x100m, papel grau cirúrgico e filme laminado (poliéster / polipropileno), permeável ao vapor e ao ar, impermeável a microrganismo, resistentes ao calor, livres de nutrientes microbianos e resíduos tóxicos, selagem tripla multilínea, indicador de sentido correto de abertura na embalagem.	Duotec	Unidade	**R$ 69,038**

Data de Assinatura: 01/10/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: DIAS DA SILVA & CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n° 10.570.769/0001-07, com endereço na Avenida Mato Grosso, nº. 526, Centro, no município de Colniza/MT, CEP: 78335-000.

OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO: Aquisição de materiais para construção para atender a demanda do Município de Colniza/MT na manutenção e conservação dos prédios logradouros públicos e demais necessidades que se fizerem necessárias

VALOR DO CONTRATO: R$ R$ 185.337,10 (CENTO E OITENTA E CINCO MIL TREZENTOS E TRINTA E SETE REAIS E DEZ CENTAVOS).

DATA EMISSÃO: 19/09/2018

DATA VENCIMENTO: 19/03/2019

TIPO LICITAÇÃO: Ata de Registro de Registro de Preços do Processo Pregão Presencial SRP nº 0068/2017- Processo Administrativo nº. 20.418/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO CONTRATO Nº: 141/2018

CONTRATO Nº: 141/2018

DATA: 01 DE OUTUBRO 2018

CONTRATANTE: prefeitura municipal de comodoro.

CONTRATADO: ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA AVENIDA VALDIR MASUTTI, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS.

DOTAÇÃO: 09.02.1.095.44.90.51 (540)

EXTRATO ADITIVO Nº 193/2018

SEXTO TERMO ADITIVO Nº 193/2018 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 113/2017 E ADITIVOS NºS 217/2017, 004 E 056, 106 E 175/2018

DATA: 28/09/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: C. K. CLÍNICA SANTA RITA LTDA

OBJETO: prorrogação de prazo e de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 113/2017 e Aditivos nºs 217/2017, 004, 056, 106 E 175/2018, pelo período de 03 (três) meses, vigorando de 30/09/2018 à 30/12/2018, no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais).

DOTAÇÃO: 07.06.2.275.3.3.90.39 (837)

EXTRATO ADITIVO Nº. 191/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 191/2018 AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 067/2018 E ADITIVO Nº 159/2018

DATA: 28/09/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: C. P. FERRAZ LOCAÇÕES DE MAQUINAS - ME

OBJETO: Aditivo de valor do Contrato de Execução de Obras nº 067/2018 e Aditivo nº 159/2018, sendo o acréscimo de aproximadamente 4,9% (quatro inteiros e nove centésimos por cento), sendo acréscimos de canteiros ao redor das árvores, acabamentos em concreto nas grades para conter as águas oriundas das fortes chuvas e caixa de passagem e canalização das águas da edificação desaguadas nas calçadas.

DOTAÇÃO: 06.08.1.060.44.90.51 (278)

EXTRATO ADITIVO Nº. 192/2018

OITAVO TERMO ADITIVO Nº. 192/2018 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 053/2016 E ADITIVOS NºS 307/2016, 008, 059, 104, 114/2017 e 029/2018, 049/2018

DATA: 28/09/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: A. J. CANOFRE & CIA LTDA - ME

OBJETO: Prorrogação de prazo e de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº. 053/2016 e Aditivos nºs 307/2016, 008, 059, 104, 114/2017 e 029/2018 e 049/2018, referente à contratação de empresa para prestar serviços de manutenção nos relógios ponto eletrônicos no município de Comodoro, pelo período de 07 (sete) meses, vigorando de 30/09/2018 à 30/04/2019, no valor de R$5.530,00 (cinco mil quinhentos e trinta reais), referente 07 (sete) parcelas no valor de R$790,00 (setecentos e noventa reais).

DOTAÇÃO: 03.05.2.103.33.90.39 (120)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 490/2018 DE 27 DE SETEMBRO DE 2018.

Portaria 490/2018 de 27 de Setembro de 2018.

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EFETIVO PARA OCUPAR CARGO ELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 046/2008.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal DEYVID NERY DE OLIVEIRA, matricula 000395, efetivo no cargo de PROFESSOR DE NIVEL MEDIO/MAGISTÉRIO, para exercer as funções de DIRETOR ESCOLAR da ESCOLA MUNICIPAL BRANCA DE NEVE, para mandato no biênio 2018/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 27 de Setembro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 01/2017

TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 01/2017

O **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu,** pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à rua treze de maio nº43, centro, CEP: 78.652-000 - Confresa – MT, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.601.738/0001-30, neste ato representado, na forma de seu Estatuto, pelo Presidente Sr. **Rônio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, portador do CPF n. 535.561.191-53 e RG n. 08751900-SSP/MT, residente e domiciliado na cidade de Confresa-MT, doravante denominado simplesmente de **DISTRATANTE, e de outro a empresa Marco Antônio Magalhães dos Santos-ME,** estabelecida na avenida dois casa 41, bairro Cohab Marzagão Nobres - MT, inscrita no CNPJ sob o nº 27.428.409/0001-60, denominada **DISTRATADA**, resolvem, neste ato efetivamente **DISTRATAR** o avençado no Contrato acima informado, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas

CLÁUSULA PRIMEIRA

O objeto do presente Termo é o encerramento do Contrato Administrativo n. 01/2017, que tinha como objeto a prestação de serviços médicos na especialidade de cirurgia geral, para atender as demandas de consultas eletivas dos municípios consorciados reguladas pelo Escritório Regional de Saúde de Porto Alegre do Norte no ambulatório da sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu e atender também as demandas de cirurgias eletivas dos municípios consorciados no hospital municipal de Confresa – MT.

CLÁUSULA SEGUNDA

O encerramento do Contrato informado decorre da vontade de ambos os contratantes, para todos os efeitos legais.

CLAUSULA TERCEIRA

As partes declaram expressamente nada terem a reclamar uma da outra, com relação ao Contrato que ora finda.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Confresa-MT, 01 de outubro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEMCISAX

DISTRATANTE

MARCO ANTONIO MAGALHÃES DOS SANTOS-ME

DISTRATADA

TESTEMUNHAS:
Etevaldo Vasco Soares
CPF: 340.085.861-72

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 102/2018

Aos 03 dias do mês de Outubro do ano de dois mil e Dezoito, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Rônio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Rua: Tancredo Neves Nº50 Setor Pavilhão nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da Licitação do **Processo Licitatório nº 075/2018** na modalidade **Pregão Presencial nº 062/2018** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, cujo objetivo de eventual e futura **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, RAIOS-X E ELETROCARDIOGRAMA COM LAUDO,** para atender as necessidades das Secretarias do Município de **CONFRESA - MT**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009 , segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à **EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, RAIOS-**

X E ELETROCARDIOGRAMA COM LAUDO, NO MUNICIPIO DE CONFRESA,para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, junto ao Município de **CONFRESA-MT**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES -

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **03 de outubro de 2019.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do serviço registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: CENTRO DE DIAGNOSTICO EM IMAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 10.669.636/0001-84 FONE/FAX: (66) 98424-7468 / (66) 3564-1792

END: RUA ALAMEDA DAS ORQUIDEAS - Nº 21 - JARDIM PLANALTO - CEP: 78.652-000, CONFRESA/MT.

EMAIL: cdi.imagenscmt@outlook.com

Especificação - Valor Unitário – Quantidade

ITEM	LINHA/DESCRIÇÃO	QUANT	UNID. MED	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COLUNA C/D/L SEM CONTRASTE	120	UNID	617,15	74.058,00
2	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COLUNA C/D/L COM CONTRASTE	120	UNID	500,00	60.000,00
4	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZA DE CRANIO SEM CONTRASTE	120	UNID	600,00	72.000,00
5	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZA SEIOS DA FACE COM CONTRASTE	40	UNID	600,00	24.000,00
6	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZA SEIOS DA FACE SEM CONTRASTE	40	UNID	600,00	24.000,00
10	RAIO X PERNA AP + P	120	UNID	80,00	9.600,00
11	RAIO X TORNOZELO AP + P	120	UNID	80,00	9.600,00
12	RAIO X JOELHO AP + P	120	UNID	80,00	9.600,00
13	RAIO X PÉ AP + P	96	UNID	80,00	7.680,00
14	RAIO X CALCANEO AP + P	60	UNID	80,00	4.800,00
15	RAIO X CAVUM AP + P	60	UNID	80,00	4.800,00
16	RAIO X CLAVICULA AP + P	120	UNID	80,00	9.600,00
17	RAIO X OMBRO AP + P	120	UNID	80,00	9.600,00
18	RAIO X BRAÇO AP + P	120	UNID	80,00	9.600,00
19	RAIO X COTOVELO AP + P	120	UNID	80,00	9.600,00
20	RAIO X ANTEBRAÇO AP + P	120	UNID	80,00	9.600,00
21	RAIO X FEMUR	96	UNID	80,00	7.680,00
22	RAIO X COLUNA C/D/L	120	UNID	100,00	12.000,00
23	RAIO X QUADRIL	120	UNID	80,00	9.600,00
24	RAIO X PELVICA	60	UNID	100,00	6.000,00
25	RAIO X ARCOS COSTAIS	120	UNID	100,00	12.000,00
26	RAIO X TORAX PA+PERFIL	120	UNID	120,00	14.400,00
27	RAIO X ABDOME	120	UNID	120,00	14.400,00
28	RAIO X SEIOS DA FACE	120	UNID	109,14	13.096,80
29	RAIO X CRANIO	120	UNID	110,00	13.200,00
30	RAIO X MÃOS E PUNHO PARA IDADE OSSEA	60	UNID	90,00	5.400,00
31	ELETROCARDIOGRAMA PADRAO COM LAUDO	180	UNID	70,00	12.600,00
	TOTAL				**468.514,80**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado **30 (trinta)** dias condicionado à entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas no presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE –

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS –

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no **art. 65**, da **Lei 8.666/93;**

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR-

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial nº 062/2018 e** anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução da aquisição dos equipamentos será exercida pelo servidor credenciado, **Leide Maria Soares Macedo,** nomeado mediante portaria Municipal de **078/2018**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, **Cezar Queiroz da Silva**, Pregoeiro, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

Contratante

_____

CENTRO DE DIAGNOSTICO EM IMAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 10.669.636/0001-84

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 487/2018 DE 26 DE SETEMBRO DE 2018.

Portaria 487/2018 de 26 de Setembro de 2018.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. WALLYSON FERNANDO DE SOUZA, portador do CPF/MF 033.268.671-88, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE DEPARTAMENTO, Junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte Lazer.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 26 de Setembrol de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ERRATA A PORTARIA Nº 76/2018 ADM, DE 18 DE SETEMBRO 2018.

A Comissão Permanente de Licitações Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XIII | N° 3.074, Página 152, do dia 28 de Setembro de 2018

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal. torna pública a seguinte **ERRATA**:

No corpo da Portaria nº **76/2018 ADM**, **de 18/09/2018**, sobre o contrato 46/2018 - Locação de um veículo, para atender as necessidades da Secretária Municipal de Planejamento.

onde se lê: **referente ao período de vigência 12 meses - 19/09/2018 a 19/10/2018**.

Leia-se: **referente ao período de vigência 1 mês - 19/09/2018 a 19/10/2018**.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 488/2018 DE 26 DE SETEMBRO DE 2018.

Portaria 488/2018 de 26 de Setembro de 2018.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal 020/2005 Art. 121.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a LICENÇA SEM VENCIMENTOS até a data de 30/09/2020 ao servidor Público Municipal REGINALDO DA SILVA FARIA, matricula 001166, ocupante do cargo efetivo de PNSS-FISIOTERAPEUTA lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CENTRO DE REABILITAÇÃO.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 26 de Setembro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 046-2018

DECRETO Nº046/2018 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

DECLARA LUTO OFICIAL EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DO SR. PEDRO BENÍCIO DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o falecimento, nesta data, do Sr. PEDRO BENÍCIO DA SILVA, pioneiro da cidade de Confresa, e sogro do Exmo. Delegado Regional de Polícia, Dr. Marcos Aurélio Dias Leão;

CONSIDERANDO que é com profundo pesar que prestamos nossa solidariedade ao nobre Delegado, aos familiares e amigos, neste momento de dor;

DECRETA:

Art. 1º -Fica decretado Luto Oficial de 3 (três) dias no Município de Confresa, em virtude do falecimento do Sr. PEDRO BENÍCIO DA SILVA.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Confresa, em 03 de Outubro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 489/2018 DE 27 DE SETEMBRO DE 2018.

Portaria 489/2018 de 27 de Setembro de 2018.

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EFETIVO PARA OCUPAR CARGO ELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 046/2008.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora pública municipal FRAN CYELE DA SILVA FERNANDES, matricula 012908, efetiva no cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA, para exercer as funções de DIRETORA ESCOLAR da ESCOLA MUNICIPAL JACARÉ VALENTE, para mandato no biênio 2018/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 27 de Setembro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2016

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 017/2016 QUE FAZEM ENTRE SI DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT E DE OUTRO LADOJOAQUIM XAVIER NETO.

O MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Av. Centro Oeste nr°286 Centro, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Rua Tancredo Neves nº 50, Setor Pavilhão nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53, que doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, e por outro lado o Srº **Joaquim Xavier Neto**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua 13 de Maio, nº 221 – Centro, Confresa-MT, CEP: 78652-000, inscrito no CPF sob o n° 477.328.491-91 e RG nº 1.892.961 SSP/GO doravante denominado simplesmente **LOCADOR,** resolve, através do presente, RESCINDIR UNILA-

TERALMENTE O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2016 Processo Licitatório 22/2016, na modalidade DL 05/2016, em conformidade com as disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as cláusulas a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - A rescisão contratual em questão encontra amparo no disposto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como Cláusula oitava do Contrato Originário.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

2.1 – A rescisão contratual foi feita por ato unilateral da Administração segundo o dispositivo retro mencionado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

3.1 – O motivo da rescisão contratual deve-se ao fato do proprietário do imóvel tê-lo vendido, assim, o houve a necessidade de se firmar outro contrato com o novo proprietário.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Fica rescindido o contrato a partir da data de assinatura deste termo de rescisão contratual, passando a ter eficácia após publicação. E, assim sendo, assina o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Confresa-MT, 03 de Setembro de 2018.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

Contratante

_____

JOAQUIM XAVIER NETO

CPF: 477.328.491-91

Locador

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
TERMO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2018 TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018

RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados, Retificação do item 19.1. e prorroga-se o prazo de abertura do edital, para 19 de Outubro de 2018 às 09hrs00min. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014/1818

Onde se lê:

19.1. O valor global estimado como referência para o objeto desta Licitação é de R$ 985.460,09 (novecentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos e sessenta reais e nove centavos), sendo esse o preço máximo que este Município se dispõe a pagar pelos serviços contratados.

Ler-se-á:

19.1. O valor global estimado como referência para o objeto desta Licitação é de R$ 954.694,10 (novecentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos e noventa e quatro reais e dez centavos), sendo esse o preço máximo que este Município se dispõe a pagar pelos serviços contratados.

Confresa-MT, 03 de Outubro de 2018.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Presidente da CPL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 491/2018 DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Portaria 491/2018 de 27 de Setembro de 2018.

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EFETIVO PARA OCUPAR CARGO ELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 046/2008.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora pública municipal NEILANE TELMA DE OLIVEIRA ASSIS, matricula 010182, efetiva no cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM LETRAS, para exercer as funções de DIRETORA ESCOLAR da ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRIDAO, para mandato no biênio 2018/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 27 de Setembro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 493/2018 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018.

Portaria 493/2018 de 28 de Setembro de 2018.

DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DOS COMITÊS DE COORDENAÇÃO E EXECUTIVO DE ELABORAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO BASICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o DECRETO Nº 017/2015 de 11 de maio de 2015, que Cria o Comitê de Coordenação e o Comitê Executivo e dispõe sobre o processo de elaboração da Política Pública de Saneamento e do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico;

RESOLVE:

Art. 1º - RESTRUTURAR o COMITÊ DE COORDENAÇÃO RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DA ELABORAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO, e pela COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO-PMSB:

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

MEMBRO	REPRESENTAÇÃO
CRISTIANO DA ROCHA LORSCHEITER	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
JOSE ROBERTO OLIVEIRA COSTA	PREFEITURA/ASSESSORIA JURÍDICA
ANDRE LUIZ TEIXEIRA COSTA	PREFEITURA/ENGENHARIA E ARQUITETURA
RONCLEBES CONDAO BARROS MILHOMEM	PREFEITURA/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
FERNANDA PERPEETUA DOS SANTOS	PREFEITURA/SECRETARIA DE SAÚDE

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL.

MEMBRO	REPRESENTACAO
MARCIO FERREIRA DAMASCENO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE
JEAN KARLOS RODRIGUES PEREIRA	ACEC/CDL

III - REPRESENTANTES DO NUCLEO INTERSETORIAL DE COORDENACAO TECNICA - NICT DA FUNASA.

§1º. O Secretário Municipal de Planejamento exercerá a função de secretário executivo do Comitê de Coordenação.

§2°. As deliberações que porventura sejam tomadas pelo referido Comitê somente terão validade se submetidas à aprovação da maioria de seus respectivos pares, cabendo ao Secretário Executivo decidir em caso de empate.

§3°. Para acompanhar o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, o Comitê de Coordenação deverá reunir-se mensalmente e/ou quando necessário convocado pelo Secretário Executivo;

§4°. As atribuições do representante do NICT-Funasa no comitê de coordenação são restritas ao acompanhamento em caráter orientativo, sem direito a voto;

Art. 2º - RESTRUTURAR o COMITÊ EXECUTIVO, RESPONSÁVEL PELA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSB:

MEMBRO	REPRESENTAÇÃO
ELTON MESSIAS DA SILVA	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
JOCILAN RODRIGUES LARA	ENGENHEIRA SANITARISTA E AMBIENTAL
JOSÉ CARNEIRO DA SILVA	PREFEITURA/DEPTO DE AGUA E ESGOTO
HUDSON KENNEDY DE SOUSA SILVA	PREFEITURA/DEPTO DE CONVÊNIOS
HEVERTTON LUIZ ALVES DE OLIVEIRA AREND	PREFEITURA/DEPTO DE ENGENHARIA DE CIVIL
CASSIA DA SILVA TOCANTINS	PREFEITURA/SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
JALIS ALVES DE OLIVEIRA	PREFEITURA/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GABRIELA MEDINA OLIVERA	PREFEITURA/SECRETARIA DE SAUDE

§ 1º. A Coordenação do COMITÊ EXECUTIVO será exercida pela Engenheira Sanitarista e Ambiental o Sr. JOCILAN RODRIGUES LARA - CREA/MT 033123.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 28 de Setembro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 79/2018 ADM DE 27 DE JULHO DE 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO:a necessidade da comissão de avaliação, otimizar a fiscalização dos serviços e avaliar se está sendo realizados e verificar a adequação dos projetos elaborados

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir a comissão de avaliação encarregada de avaliar os resultados obtidos nos Termos de Parceria, nas áreas de **Saúde, Educação, Meio Ambiente, Promoção Social e Desenvolvimento Econômico**, firmados com o Instituto de Pesquisas e Gestão de Políticas Públicas – IPGP.

Art. 2º - Designar os servidores públicos municipais para fiscalizarem, acompanharem e avaliar os serviços, para atuarem com membros na comissão de Avaliação dos Termos de Parceria, conforme abaixo descriminado:

REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO
WALTER RAMOS TELES matricula 11969
RODRIGO BARROS MILHOMEM matricula 13053

Art. 3º - Designar os representantes do Instituto de Pesquisas e Gestão de Políticas Pública, para atuarem com membros na Comissão de Avaliação dos Termos de Parceria, conforme abaixo descriminado:

REPRESENTANTES DO INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLITICAS PÚBLICA
ELIZA GEOVANA GOMES LUZ
KARLA BUENO MOTA

Art.4º - Atribuir à Comissão a função de emitir e encaminhar ao Município o relatório conclusivo sobre os resultados atingidos, de acordo com o programa de trabalho estabelecido nos Termos de Parceria, podendo, para tanto utilizar os serviços de infra-estrutura das unidades administrativas do Poder Executivo.

Art. 5° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 27 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 484/2018 DE 26 DE SETEMBRO DE 2018.

Portaria 484/2018 de 26 de Setembro de 2018.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal 020/2005 Art. 121.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a LICENÇA SEM VENCIMENTOS até a data de 31/08/2020 a servidora Pública Municipal SADILA APARECIDA RIOS FARIA, matricula 010762, ocupante do cargo efetivo de PNSS-FISIOTERAPEUTA lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CENTRO DE REABILITAÇÃO.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/09/2018

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 26 de Setembro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 485/2018 DE 26 DE SETEMBRO DE 2018.

Portaria 485/2018 de 26 de Setembro de 2018.

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DE PORTARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Leis Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria 336/2018 de 25/06/2018 que havia designado a servidora GENECI ALVES DIAS efetiva no cargo de PROFESSOR DE NIVEL MEDIO/MAGISTÉRIO, para exercer as funções de DIRETORA ESCOLAR.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 17/09/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 26 de Setembro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 486/2018 DE 26 DE SETEMBRO DE 2018.

Portaria 486/2018 de 26 de Setembro de 2018.

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DE PORTARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Leis Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria 066/2018 de 08/01/2018 que havia designado a servidora MARIA CELIA RODRIGUES RIBEIRO ABREU efetiva no cargo de TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, para exercer as funções de DIRETORA ESCOLAR.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 17/09/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 26 de Setembro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE PARCERIA 002/2018

TERMO DE PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA ESTADO DE MATO GROSSO, E A e **INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLITICAS PÚBLICAS - IPGP (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO).**

A Prefeitura Municipal de Confresa, pessoa jurídica de direito público, sito à Avenida Centro Oeste nº 286, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Rua Tancredo Neves nº 50, Setor Pavilhão nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53,, doravante denominado de Parceiro Público, e **INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLITICAS PÚBLICAS - IPGP**/ (**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO),** doravante denominada **OSCIP,** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ nº 09.540.390/0001-67, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, conforme consta do processo Licitatório n° 29/2018 na Modalidade Concurso Público, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Estado de Mato Grosso, neste ato representado na forma de seu estatuto por Ana Lucia Vieira de Sousa, com fundamento no que dispõem a Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei Estadual n° 8.687 de julho de 2007 e suas alterações posteriores, resolvem firmar o presente **TERMO DE PARCERIA**, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - **DO OBJETO**

O presente edital tem por objeto a Seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei Federal n° 9.790/99, para celebrar **TERMO DE PARCERIA** para formação de vínculo de cooperação, visando o fomento e realização de atividades de interesse público no desenvolvimento de programas de governo, através do fornecimento de bens e serviços, realização de atividades, eventos, cooperação técnica e assessoria seguindo as diretrizes estabelecidas na Lei nº. 9.790 de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei Estadual n° 8. 687 de julho de 2007 e suas alterações posteriores, desde que não conflitantes com a Lei 9.790 de 23 de março de 1999, e regulamentações posteriores, na área de Administração / Assistência Social e Desenvolvimento Humano / Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Assuntos Fundiários / Educação e Cultura / Infraestrutura e Cidades / Meio Ambiente / Saúde e Saneamento em conformidade com os Programas de Trabalho estabelecido em anexo;

Parágrafo Único- O Termo de Parceria e os Programas de Trabalhos, decorrentes deste, poderão ser ajustados, de comum acordo entre as partes, por meio de:

I. Registro por simples apostila, dispensando-se a celebração de Termo Aditivo, quando se tratar de ajustes que não acarretem alteração dos valores definidos na Cláusula Quarta; e,

II. Celebração de Termo Aditivo, quando se tratar de ajustes que impliquem alteração dos valores definidos na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PROGRAMA DE TRABALHO, DAS METAS, DOS INDICADORES DE DESEMPENHO E DA PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS.

O detalhamento dos objetivos, das metas, dos resultados a serem atingidos, do cronograma de execução, dos critérios de avaliação de desempe-

nho, com os indicadores de resultados, e a previsão de receitas e despesas, na forma do inciso IV do § 2º do art. 10 da Lei nº 9.790/99, constará do Programa de Trabalho a ser elaborado pela **OSCIP** e aprovado pelo **PARCEIRO PÚBLICO**, sendo parte integrante deste **TERMO DE PARCERIA**, independentemente de sua transcrição.

Parágrafo único – As despesas previstas nos Programas serão distribuídas em Grupos, cuja descrição e critérios para a sua realização são os seguintes:

GRUPO 1 – CLT

Composto pelos executores do Termo de Parceria contratados sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

O grupo 1 será composto pelos seguintes custos:

a) Valor Bruto da remuneração dos funcionários contratados por ocasião da execução do Plano de Trabalho;

b) Valor de encargos sociais e trabalhistas relativos e alínea anterior – INSS empresa; FGTS; PIS; 1/3 de férias e seus respectivos encargos; multas rescisórias e indenizações trabalhistas 13º (décimo Terceiro) Salário e seus respectivos encargos (encargos do Parceiro);

c) O décimo terceiro salário e a provisão das férias proporcionais mesmo não sendo parte da remuneração bruta mensal, é obrigação anual instituída pela Lei n.º 4.090/1962, e, a fim de evitar a emissão de fatura extra e uma décima terceira fatura, o respectivo valor será incorporado as faturas mensais, a base de 1/11 (um onze avos) a título de provisionamento.

d) Os valores dos salários dos profissionais sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, a serem alocados no Termo de Parceria, deverão ser equiparados aos praticados para servidores da Prefeitura Municipal de Confresa que ocupem cargo / funções semelhantes;

e) Quando não for possível a obtenção do valor do salário pela regra descrita, pelas especificidades do cargo, adotar-se-á como base o Piso salarial da categoria.

GRUPO 2 – Pessoa Jurídica

Grupo cujos executores sejam pessoas jurídicas de direito privado, conforme a necessidade dos programas a serem executados.

O grupo 2 será composto pelos seguintes custos:

a) Valor Bruto da remuneração dos serviços, constante em nota fiscal/fatura emitido pela pessoa jurídica;

b) Para obtenção do valor da remuneração dos executores na condição de pessoas jurídicas de direito privado adotar-se-á como base a média praticada na Prefeitura Municipal de Confresa ou na região para profissionais, contratados de acordo com o regulamento próprio da **OSCIP**.

GRUPO 3 – Autônomo

Formado pelos profissionais executores do Termo de Parceria, contratados na condição de profissional autônomo, para execução nas áreas de abrangência do Edital e conforme a necessidade dos programas.

O grupo 3 será composto pelos seguintes custos:

a) Valor Bruto da remuneração do profissional autônomo contratado por ocasião da execução dos Planos de Trabalho;

b) Valor dos encargos sociais e trabalhistas relativos à alínea anterior - INSS Empresa;

c) Para obtenção do valor da remuneração dos profissionais na condição de autônomos adotar-se-á como base a média praticada na Prefeitura Municipal de Confresa ou na região.

GRUPO 4 – Serviços Complementares

Composto pelos serviços complementares e necessários ao bom desempenho dos programas, se caracterizando por não ser o objeto principal do programa, tais como: apoio logístico, materiais de consumo, Aquisição de Exames, locação de equipamentos, locação de sistemas, despesas de viagens e outros custos não constantes nos grupos anteriores, quando utilizadas nas atividades previstas e para obtenção das metas previstas.

O grupo 4 será composto pelos seguintes custos:

a) Valor Bruto da aquisição de materiais ou remuneração de serviços, constante em nota fiscal/fatura, contratada por ocasião da execução de Plano de Trabalho;

b) Aplicar-se-ão às despesas mencionadas neste grupo as regras de contratação previstas no regulamento de compras da **OSCIP**, limitados os valores aos previstos no Plano de Trabalho aprovado previamente.

GRUPO 5 – Medicamentos: Fornecimento de medicamentos para: Farmácia básica, injetáveis e Medicamentos de uso continuo conforme determinação judicial, Laboratório de análise clínica, material RAIO-X e Odontológico para os referidos medicamentos até os valores de referência da lista Brasíndice.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

São responsabilidades e obrigações, além dos outros compromissos assumidos neste **TERMO DE PARCERIA**:

I – DA OSCIP

a) Executar, conforme aprovado pelo **PARCEIRO PÚBLICO**, o Programa de Trabalho, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;

b) Observar, no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas do **PARCEIRO PÚBLICO**, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão;

c) Responsabilizar-se, integralmente, pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária, referentes aos recursos humanos utilizados na execução do objeto deste **TERMO DE PARCERIA**, decorrentes do ajuizamento de eventuais demandas judiciais, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;

d) Promover, até 28 de fevereiro de cada ano, a publicação integral na imprensa oficial (União/Estado/Municipal) de extrato de relatório de execução física e financeira do **TERMO DE PARCERIA**, de acordo com o modelo constante do **ANEXO II** do Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999;

e) Publicar, no prazo máximo de trinta dias, contados da assinatura deste **TERMO DE PARCERIA**, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para promover a aquisição ou contratação de quaisquer bens, obras e serviços, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;

f) Indicar pelo menos um responsável pela boa administração e aplicação dos recursos recebidos, cujo nome constará do extrato deste **TERMO DE PARCERIA** a ser publicado pelo **PARCEIRO PÚBLICO**, conforme modelo apresentado no Anexo I do Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999;

g) Movimentar os recursos financeiros, objeto deste **TERMO DE PARCERIA**, em conta bancária específica indicada pelo **PARCEIRO PÚBLICO**.

II – **DO PARCEIRO PÚBLICO**

a) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução deste **TERMO DE PARCERIA**, de acordo com o Programa de Trabalho aprovado;

b) Designar um servidor para acompanhar a entrega e fiscalização do objeto deste Instrumento. Ficando designado os Servidores, nomeados mediante portaria Municipal.

SECRETARIA	SERVIDOR	PORTARIA
06- SEC.DE SAÚDE (HOSPITAL)	ELPIDILUNDES C. DA COSTA	

06- SEC.DE SAÚDE (VISA/ AT.BÁSICA/ GESTÃO EM SAUDE)	CLEYTON GEOVANI KREMER	
07-SEC.DE OBRAS	WALTER RAMOS TELES	
04- SEC.DE FINANÇAS	MARCIA APARECIDA COSTA	
03- SEC.DE ADMINISTRAÇÃO	MILENA PEREIRA LUZ OLIVEIRA	57/2018
11-SEC.DE PLANEJAMENTO	JOSÉ CARNEIRO DA SILVA	
09- SEC. DE ASSITENCIA SOCIAL (F. DE ASSISTÊNCIA / SCFV / IGD E PBF)	ISMÊNIA MEIRE DA SILVA ALVES	
02- GABINETE DO PREFEITO	LÚCIA HELENA DE O. GONSALVES	
08-SEC.DE AGRICULTURA	LUCAS LOPES BEZERRA	

c) Indicar à **OSCIP** o banco em que será aberta conta bancária específica para movimentação dos recursos financeiros necessários à execução deste **TERMO DE PARCERIA;**

d) Repassar os recursos financeiros à **OSCIP** nos termos estabelecidos na Cláusula Quarta;

e) Publicar no Diário Oficial (União/Estado/Município) extrato deste **TERMO DE PARCERIA** e de seus aditivos e apostilamentos, no prazo máximo de quinze dias após sua assinatura, conforme modelo do Anexo I do Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999;

f) Criar Comissão de Avaliação para este **TERMO DE PARCERIA**, composta por dois representantes do **PARCEIRO PÚBLICO,** um da **OSCIP** e um do Conselho de Política Pública (quando houver o Conselho de Política Pública);

g) Prestar o apoio necessário à **OSCIP** para que seja alcançado o objeto deste **TERMO DE PARCERIA** em toda sua extensão;

h) Fornecer ao Conselho de Política Pública (quando houver) da área correspondente à atividade ora fomentada, todos os elementos indispensáveis ao cumprimento de suas obrigações em relação à este **TERMO DE PARCERIA**, nos termos do art. 17 do Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para o cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Trabalhos decorrentes deste **TERMO DE PARCERIA**, o **PARCEIRO PÚBLICO,** repassará, à **OSCIP,** os valores necessários á realização destes, de acordo com o cronograma de desembolso a ser estabelecido nos Programas de Trabalho, firmado entre as partes, assim composto: *(a ser ajustado de acordo com a proposta da **Oscip**):*

GRUPO 1 - O valor da remuneração bruta do pessoal, acrescido 78,65% (Setenta e Oito, e Sessenta e Cinco por cento), para cobertura dos encargos sociais, trabalhistas, fiscais, administrativos e operacionais;

a) Incluir-se-á no valor da remuneração bruta do pessoal mencionado no item anterior o valor dos salários, somado a todos os proventos que determinam a remuneração bruta do pessoal;

b) Incluir-se-á do custo mencionado no item anterior a provisão para Férias e para décimo terceiro salário, bem como o acréscimo da diferença de décimo terceiro salário ajustada no último mês do ano, sendo considerado este como encargo do parceiro público;

c) O pagamento das rescisões trabalhistas atinentes à esta parceria são de responsabilidade única e exclusiva da Prefeitura Municipal de Confresa , assim como também são as verbas de natureza indenizatória, se resultantes de condenação judicial gerada por ato do Parceiro Público – como pode ocorrer por ato de império, conveniência administrativa ou política de gestão, determinando ou dando causa à rescisão de contratos laborais antes do seu termo final regular, ou modificando tais contratos de forma a causar reduções salariais ou rescisões indiretas, assim reconhecidas no Juízo competente; ou, ainda, pelo que se caracteriza e denomina como "fato do príncipe" –, serão objeto de repasse específico a ser acrescido ao previsto para este grupo, tempestivamente e de modo a propiciar o pagamento, judicial ou extrajudicialmente, conforme cada caso concreto, dentro dos prazos legais, sem acréscimos de multas que, se eventualmente aplicadas por atraso no pagamento pela **OSCIP**, motivado pelo atraso de repasse, serão de responsabilidade do parceiro público, sendo que reconhece o **PARCEIRO PÚBLICO** a sua responsabilidade exclusiva para tais situações, no âmbito processual, sem prejuízo da obrigatoriedade de ressarcir à **OSCIP** as quantias que esta for eventualmente compelida a pagar nestas hipóteses, com recursos próprios e antes da efetivação dos respectivos repasses;

d) Aplica-se aos casos judiciais e extrajudiciais, bem como a outros, transitados em julgado e que se enquadrem nas hipóteses do parágrafo anterior, sem ressarcimento à **OSCIP** até à data em que perdurar o direito trabalhista, seja do valor pago por esta ou desta descontado nos repasses, devendo, em tais casos, ser a **OSCIP** ressarcida da soma de tais valores, devidamente corrigidos.

GRUPO 2 – O valor da remuneração dos profissionais, acrescida de 20% (Vinte por cento) para cobertura dos encargos sociais, administrativos e operacionais;

GRUPO 3 – O valor da prestação dos serviços, acrescida de 37% (Trinta e Sete por cento) para cobertura dos encargos administrativos e operacionais;

GRUPO 4 – pelo valor original da despesa, acrescido de 10% (Dez por cento) para cobertura dos custos administrativos e operacionais;

a) Incluir-se-á no custo do grupo 4 a realização de atividades, eventos, consultoria, cooperação técnica, serviços e assessoria de interesse público, bem como pelos serviços complementares e necessários ao bom desempenho dos programas, se caracterizando por não ser o objeto principal do programa, tais como: apoio logístico, materiais de consumo, locação de equipamentos, locação de sistemas, despesas de viagens e outros custos não constantes nos grupos anteriores, quando utilizadas nas atividades previstas e para obtenção das metas previstas.

GRUPO 5 - O valor da prestação dos serviços, acrescida 10% (Dez por cento) para cobertura dos encargos administrativos e operacionais;

a) Incluir-se-á no custo do grupo 5 a realização de atividades noFornecimento de medicamentos para: Farmácia básica, injetáveis e Medicamentos de uso continuo conforme determinação judicial, Laboratório de análise clínica, material RAIO-X e Odontológico para os referidos medicamentos até os valores de referência da lista Brasíndice.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

a) Os pagamentos serão efetuados até o último dia útil do mês à prestação dos serviços, mediante a apresentação de requerimento e nota fiscal ou fatura, sendo que para os procedimentos executados na Prefeitura Municipal de Confresa afeto à dotação orçamentária, a solicitação deverá ser acompanhada do relatório dos atendimentos efetuados com parecer firmado pela Secretario pasta afeto à dotação orçamentária, documentos estes que deverão ser protocolados com no mínimo cinco dias de antecedência;

b) O reajustamento de preços obedecerá aos seguintes parâmetros:

b.1) Grupo I – nos mesmos índices e nas mesmas datas dos reajustes concedidos aos servidores da Prefeitura Municipal de Confresa;

b.2) Demais grupos – anualmente tendo como base a data de assinatura do contrato – sendo o valor negociado entre as partes, visando a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro do contratado.

c) Quando, por fatores conjunturais não previsíveis, algum item ou alguns itens se mostrarem inviáveis por conta da composição de seu custo, o licitante vencedor deverá solicitar, mediante requerimento, fundamentando as causas e demonstrando a necessidade de recomposição de custo;

d) Entendendo a razão do pedido a administração emitirá parecer opinando pela recomposição ou não do custo do item.

CLÁUSULA SEXTA-DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

Os recursos financeiros que correspondem à execução deste **TERMO** correrão à conta de dotação do Orçamento da Prefeitura Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, e serão mencionadas no respectivo Programa de trabalho.

Para a o recebimento das parcelas correspondentes do cronograma de desembolso, a **OSCIP** de emitir a fatura correspondente à execução do projeto, identificado por área, pertinentes às despesas havidas, observadas as condições previstas neste Edital, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Relatório dos recursos humanos, envolvidos nas ações do projeto, de forma analítica, devidamente identificados por área de atuação;

b) Comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária, devidamente quitada, referente ao mês imediatamente anterior;

c) Comprovante de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, devidamente quitada, referente mês imediatamente anterior.

d) Prestação de contas, parcial, da aplicação dos recursos repassados, referente à penúltima parcela imediatamente anterior à parcela atual.

O **PARCEIRO PÚBLICO** no processo de acompanhamento e supervisão deste **TERMO DE PARCERIA** e seus Programas de Trabalho poderá recomendar a alteração de valores, o que implicará a revisão das metas pactuadas, ou recomendar revisão das metas, o que implicará a alteração do valor global pactuado, tendo como base o custo relativo, descritos nos grupos, desde que devidamente justificada e aceita pelos **PARCEIROS**, de comum acordo, devendo, nestes casos, serem celebrados Termos Aditivos.

Na hipótese de formalização de Termo Aditivo, as despesas previstas e realizadas no período compreendido entre a data original de encerramento deste **TERMO DE PARCERIA** e a formalização da nova data de início serão consideradas legítimas, desde que cobertas pelo respectivo empenho;

As despesas ocorrerão à conta do orçamento vigente, nas classificações programáticas e econômicas da despesa específica e condizente com o objeto do Plano de Trabalho proposto. As despesas relativas a exercícios futuros correrão à conta dos respectivos orçamentos, devendo os créditos e empenhos serem indicados por meio de:

a) registro por simples apostila, dispensando-se a celebração de Termo Aditivo, quando se tratar apenas da indicação da dotação orçamentária para o novo exercício, mantida a programação anteriormente aprovada;

b) celebração de Termo Aditivo, quando houver alteração dos valores globais definidos no *caput* desta Cláusula.

A liberação de recursos a partir da terceira parcela, inclusive, ficará condicionada à comprovação das metas para o período correspondente à parcela imediatamente anterior a última liberação, mediante apresentação dos documentos constantes dos incisos I e IV do art. 12 do Decreto nº 3. 100, de 30 de junho de 1999.

No caso da **OSCIP** não apresentar documentação que comprove o recolhimento das contribuições previdenciárias e sociais, referente ao repasse de recursos do mês anterior, o Parceiro Público se reserva no direito de reter os valores correspondentes às ações do mês em referência, até que seja apresentada pela entidade a referida documentação faltante.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde Unidade: 006 – Mac – Media E Alta Complexidade Projeto atividade: 2.019 – Manutenção e Encargos com Hospital; Fonte de Recurso: 0042 Código Reduzido: 883 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.42 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica **Valor: R$ 1.119.825,00 (um milhão, cento e dezenove mil, oitocentos e vinte e cinco reais).** Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde Unidade: 006 – Mac – Media E Alta Complexidade Projeto atividade: 2.019 – Manutenção e Encargos com Hospital; Fonte de Recurso: 0002 Código Reduzido: 881 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.02 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica **Valor: R$ 254.152,87 (duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e dois reais, oitenta e sete centavos).** Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde Unidade: 006 – Mac – Media E Alta Complexidade Projeto atividade: 2.020 – Manutenção e Encargos com Fisioterapia; Fonte de Recurso: 0002 Código Reduzido: 904 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.02 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica **Valor: R$ 34.663,04 (trinta e quatro mil, seiscentos e sessenta e três reais, quatro centavos).** Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde Unidade: 006 – Mac – Media E Alta Complexidade Projeto atividade: 2.022 – Manutenção e Encargos com o Caps; Fonte de Recurso: 0002 Código Reduzido: 943 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.02 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica **Valor: R$ 28.800,00 (vinte e oito mil, oitocentos reais).** Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde Unidade: 007 – Visa Projeto atividade: 2.025 – Manutenção E Encargos Com O Programa Dst/Aids; Fonte de Recurso: 0014 Código Reduzido: 1039 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.14 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica **Valor: R$ 39.135,72 (trinta e nove mil, cento e trinta e cinco reais, setenta e dois centavos).** Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde Unidade: 004 – Atenção Básica Projeto atividade: 2.110 – Manutenção e Encargos com PSF; Fonte de Recurso: 0002 Código Reduzido: 753 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.02 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica **Valor: R$ 230.400,00 (duzentos e trinta mil, quatrocentos reais).** Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde Unidade: 004 – Atenção Básica Projeto atividade: 2.017 – Manutenção e Encargos com Atenção Básica em Saúde; Fonte de Recurso: 0002 Código Reduzido: 656 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.02 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica

Valor: R$ 49.847,36 (quarenta e nove mil, oitocentos e quarente e sete reais, trinta e seis centavos).

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde Unidade: 004 – Atenção Básica Projeto atividade: 2.014 – Manutenção e Encargos com as UBS; Fonte de Recurso: 0002 Código Reduzido: 567 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.02 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica **Valor: R$ 57.729,99 (cinquenta e sete mil, setecentos e vinte e nove reais, noventa e nove centavos).** Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde Unidade: 003 – Gestão em Saúde Projeto atividade: 2.029 – Manutenção e Encargos com Hospital; Fonte de Recurso: 0002 Código Reduzido: 480 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.02 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica **Valor: R$ 25.872,58 (vinte e cinco mil, oitocentos e setenta e dois reais, cinquenta e oito centavos).** Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos Unidade: 002 – Urbanismo Projeto atividade: 2.052 – Manutenção e Encargos com Setor e Urbanismo; Fonte de Recurso: 0000 Código Reduzido: 1207 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica **Valor: R$ 242.466,25 (duzentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e seis reais, vinte e cinco centavos).** Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos Unidade: 004 – Setor de Transportes Projeto atividade: 2.052 – Manutenção e Encargos com Setor de Transporte; Fonte de Recurso: 0000 Código Reduzido: 1278 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica **Valor: R$ 214.226,57 (duzentos e quatorze mil, duzentos e vinte e seis reais, cinquenta e sete centavos).** Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos Unidade: 005 – Departamento de Água e Esgoto - DAES Projeto atividade: 2.114 – Manutenção e Encargos com Depto de Água e Esgoto DAES; Fonte de Recurso: 0000 Código Reduzido: 1380 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica **Valor: R$ 37.142,84 (trinta e sete mil, cento e quarenta e dois**

reais, oitenta e quatro centavos). Órgão: 04 – Secretaria De Finanças Unidade: 001 – Secretaria De Finanças Projeto atividade: 2.030 – Manutenção e Encargos Secretaria De Finanças; Fonte de Recurso: 0000 Código Reduzido: 103 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica **Valor: R$ 32.036,01 (trinta e dois mil, trinta e seis reais, um centavo).** Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração Unidade: 001 – Gestão Administrativa Projeto atividade: 2.007 – Manutenção e Encargos Sec Administração; Fonte de Recurso: 0000 Código Reduzido: 35 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica **Valor: R$ 189.401,40 (cento e oitenta e nove mil, quatrocentos e um reais, quarenta centavos).** Órgão: 11 – Secretaria de Planejamento Unidade: 001 – Secretaria de Planejamento Projeto atividade: 2.012 – Manutenção e Encargos Sec Planejamento; Fonte de Recurso: 0000 Código Reduzido: 1954 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica **Valor: R$ 86.541,74 (oitenta e seis mil, quinhentos e quarenta e um reais, setenta e quatro centavos).** Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social Unidade: 005 – Fundo de Assistência Social Projeto atividade: 2.071 – Manutenção e Encargos Fundo de Assistência Social; Fonte de Recurso: 0000 Código Reduzido: 1656 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica **Valor: R$ 18.689,52 (dezoito mil, seiscentos e oitenta e nove reais, cinquenta e dois centavos)** Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social Unidade: 005 – Fundo de Assistência Social Projeto atividade: 2.071 – Manutenção e Encargos Fundo de Assistência Social; Fonte de Recurso: 0029 Código Reduzido: 1657 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.29 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica **Valor: R$ 23.349,69 (vinte e três mil, trezentos e quarenta e nove reais, sessenta e nove centavos)** Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social Unidade: 005 – Fundo de Assistência Social Projeto atividade: 2.072 – Manutenção e Encargos com Programa SCFV; Fonte de Recurso: 0029 Código Reduzido: 1674 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.29 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica **Valor: R$ 17.859,96 (dezessete mil e oitocentos e cinquenta e nove reais, noventa e seis centavos).** Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social Unidade: 005 – Fundo de Assistência Social Projeto atividade: 2.078 – Manutenção e Encargos com Programa IGD PBF; Fonte de Recurso: 0029 Código Reduzido: 1698 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.29 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica **Valor: R$ 10.777,53 (dez mil, setecentos e setenta e sete reais, cinquenta e três centavos).** Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social Unidade: 009 – Assistência Comunitária Projeto atividade: 2.121 – Manutenção e Encargos com o CRAS; Fonte de Recurso: 0000 Código Reduzido: 1859 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica **Valor: R$ 15.875,52 (quinze mil, oitocentos e setenta e cinco reais, cinquenta e dois centavos).** Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social Unidade: 009 – Assistência Comunitária Projeto atividade: 2.122 – Manutenção e Encargos c/Sec.Munic.Trab.Ação Social; Fonte de Recurso: 0000 Código Reduzido: 1870 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica **Valor: R$ 46.098,17 (quarenta e seis mil, noventa e oito reais, dezessete centavos).** Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito Unidade: 001 – Gabinete do Prefeito Projeto atividade: 2.004 – Manutenção e Encargos com Gabinete; Fonte de Recurso: 0000 Código Reduzido: 1975 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica **Valor: R$ 31.138,35 (trinta e um mil, cento e trinta e oito reais, trinta e cinco centavos).** Órgão: 08 – Secretaria Mun. Agric. Desenv Econ Tur E Meio Amb Unidade: 001 – Secretaria Mun. Agric. Desenv Econ Tur E Meio Amb Projeto Atividade: 2.050 – Manut E Enc Com Sec De Agricultura E Meio Amb; Fonte de Recurso: 0000 Código Reduzido: 1557 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica **Valor: R$ 24.944,13 (vinte e quatro mil, novecentos e quarenta e quatro reais, treze centavos).**

CLÁUSULA SETIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A **OSCIP** elaborará e apresentará ao **PARCEIRO PÚBLICO** prestação de contas do adimplemento do seu objeto e de todos os recursos e bens de origem pública recebidos mediante este **TERMO DE PARCERIA,** até sessenta dias após o término deste (na hipótese do Termo de Parceria ser inferior ao ano fiscal) **ou** até 28 de fevereiro do exercício subsequente (na hipótese do Termo de Parceria ser maior que um ano fiscal) e a qualquer tempo por solicitação do **PARCEIRO PÚBLICO.**

Parágrafo Primeiro– A **OSCIP** deverá entregar ao **PARCEIRO PÚBLICO** a Prestação de Contas instruída com os seguintes documentos:

I - relatório sobre a execução do objeto do **TERMO DE PARCERIA**, contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;

II – demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução do objeto, oriundos dos recursos recebidos do **PARCEIRO PÚBLICO**, bem como, se for o caso, demonstrativo de igual teor dos recursos originados da própria **OSCIP** e referentes ao objeto deste **TERMO DE PARCERIA,** assinados pelo contabilista e pelo responsável da **OSCIP** indicado na Cláusula Terceira;

III – extrato da execução física e financeira publicado na imprensa oficial do Estado, de acordo com modelo constante do Anexo II do Decreto 3. 100, de 30 de junho de 1999;

IV – parecer e relatório de auditoria independente sobre a aplicação dos recursos objeto deste **TERMO DE PARCERIA**.

Parágrafo Segundo– Os originais dos documentos comprobatórios das receitas e despesas constantes dos demonstrativos de que trata o inciso II do Parágrafo anterior deverão ser arquivados na sede da **OSCIP** por, no mínimo, cinco anos, separando-se os de origem pública daqueles da própria **OSCIP**.

Parágrafo Terceiro– Os responsáveis pela fiscalização deste **TERMO DE PARCERIA**, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização dos recursos ou bens de origem pública, pela **OSCIP**, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária, consoante o art. 12 da Lei 9.790, de 23 de março de 1999.

CLÁUSULA OITAVA – DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados atingidos com a execução do **TERMO DE PARCERIA** devem ser analisados pela Comissão de Avaliação citada na Cláusula Terceira.

A Comissão de Avaliação emitirá relatório conclusivo sobre os resultados atingidos, de acordo com o Programa de Trabalho, com base nos indicadores de desempenho citados na Cláusula Segunda, e o encaminhará ao **PARCEIRO PÚBLICO**, em até 20 (vinte) dias após o término deste **TERMO DE PARCERIA**.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente **TERMO DE PARCERIA** vigorará por 12(doze), meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

Parágrafo Primeiro– Findo o **TERMO DE PARCERIA** e havendo adimplemento do objeto e excedentes financeiros disponíveis junto a **OSCIP**, o **PARCEIRO PÚBLICO** poderá, com base na indicação da Comissão de Avaliação, citada na Cláusula Sexta, e na apresentação de Programa de Trabalho suplementar, prorrogar este **TERMO DE PARCERIA**, mediante Termo Aditivo, ou requerer a devolução do saldo financeiro disponível.

Parágrafo Segundo – Findo o **TERMO DE PARCERIA** e havendo inadimplemento do objeto e restando desembolsos financeiros a serem repassados pelo **PARCEIRO PÚBLICO** à **OSCIP**, este **TERMO DE PARCERIA** poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, por indicação da Comissão de Avaliação citada na cláusula Sexta, para cumprimento das metas estabelecidas.

Parágrafo Terceiro – Havendo inadimplemento do objeto, com ou sem excedentes financeiros junto à **OSCIP**, o **PARCEIRO PÚBLICO** poderá, desde que não haja alocação de recursos públicos adicionais, prorrogar este **TERMO DE PARCERIA**, mediante Termo Aditivo, por indicação da Comissão de Avaliação citada na cláusula Sexta, ou requerer a devolução dos recursos transferidos e/ou outra medida que julgar cabível.

Parágrafo Quarto – Nas situações previstas nos Parágrafos anteriores, a Comissão de Avaliação deverá se pronunciar até trinta dias após o término deste **TERMO DE PARCERIA**, caso contrário, o **PARCEIRO PÚBLICO** deverá decidir sobre a sua prorrogação ou não.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O presente **TERMO DE PARCERIA** poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou administrativamente, bastando em qualquer caso o comunicado com 90 (noventa) dias de antecedência, independente das demais medidas cabíveis, nas seguintes situações:

I – Se houver descumprimento, ainda que parcial, das Cláusulas deste **TERMO DE PARCERIA**;

II – Unilateralmente pelo **PARCEIRO PÚBLICO** se, durante a vigência deste **TERMO DE PARCERIA**, a **OSCIP** perder, por qualquer razão, a qualificação como "Organização da Sociedade Civil de Interesse Público".

III - Em caso de rescisão contratual imotivada gerada por iniciativa do **PARCEIRO PÚBLICO**, estará sujeito, além das penalidades previstas no § 2º, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, ao pagamento de multa no patamar equivalente à metade do valor a que teria direito o **PARCEIRO PRIVADO** até o prazo final estabelecido para a execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA MODIFICAÇÃO

Este **TERMO DE PARCERIA** poderá ser modificado em qualquer de suas Cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro por simples apostila ou Termo Aditivo incluindo criação de novos programas de comum acordo entre os **PARCEIROS**, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por uma das partes, por escrito.

A Prefeitura Municipal de Confresa poderá solicitar que a **OSCIP** parceira elabore e desenvolva novos Planos de Trabalho, relacionados com o objeto do Termo de Parceria, levando-se em conta os critérios técnicos, encargos administrativos/ operacionais/ institucionais e metodologia, apresentados, por ocasião deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Prefeitura Municipal de Confresa para dirimir qualquer dúvida ou solucionar questões que não possam ser resolvidas administrativamente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente **TERMO DE PARCERIA** em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito.

Confresa – MT 02 Outubro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
Ronio Condão Barros Milhomem
Parceiro Público
INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLITICAS PÚBLICAS - IPGP
Organização da Sociedade Civil de Interesse Publico
OSCIP

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
TERMO DE SUSPENSÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2018
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 077/2018

TERMO DE SUSPENSÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2018

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 077/2018

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público aos interessados que Considerando o pedido de esclarecimentos interposto pela interessada/licitante **Ret Farma Distribuidora de Medicamentos e Prod. Hospitalares LTDA, inscrita no** CNPJ: 12.313. 826/0001-90, ENDEREÇO: AV. ANTONIO FIDELIS N° 1158 QD. 156 LT. 08 PARQUE AMAZONIA – CEP: 74.840-090 CIDADE: GOIANIA – GO, Considerando a complexidade dos pleitos contidos na referida solicitação; A Prefeitura Municipal de Confresa/MT comunica A SUSPENSÃO *SINE DIE* da entrega dos envelopes, realização da sessão pública e a abertura do Processo licitatório nº 094/2018, Pregão Presencial – SRP nº 077/2018, que tem por objeto a EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE **INSUMOS HOSPITALAR, SUPLEMENTO ALIMENTAR, INSTRUMENTAIS, SOROS E CORRELATOS** PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.

Confresa/MT, 02 de Outubro de 2018.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CONTRATO
PORTARIA Nº 170/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **MARINA DA GAMA SOUZA** portadora da Cédula de Identidade RG nº 0597468-2 SJ/MT e do CPF: 572.279.771-53, lotadanaSecretaria Municipal de Saúde, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **130/2018 E 131/2018**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de outubro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 169/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Eliane Aparecida de Freitas, matricula 274, portadora do RG nº 1420903-9 e do CPF: nº 056.121.186-86, lotado no Gabinete do Prefeito, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **129/2018**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Outubro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

CONTRATO
PORTARIA Nº 168/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **LUCIO DIVINO GOMES**, portador da cédula de identidade sob o nº M-6908833, expedida pela SSP/MT e do CPF 031.805.137-05, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **127/2018 e 128/2018**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Outubro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

LICITAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2018 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - REPETIÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2440/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS TIPOS ETANOL, GASOLINA, ÓLEO DIESEL, ÓLEO DIESEL B S10 E AGENTE REDUTOR LÍQUIDO AUTOMOTIVO (ARLA 32), NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, A VAREJO, COM A FINALIDADE DE ATENDER OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D' OESTE.

Credenciamento e abertura: 18/10/2018 - Horário de Cuiabá – 08:00 horas

Maiores Informações: Sala de Licitações desta Prefeitura, de 2ª a 6ª, no horário comercial ou pelo telefone (65) 3265-1000.

O Edital poderá ser obtido através do site: www.conquistadoeste.mt.gov.br

Conquista D'Oeste, 03 de outubro de 2018.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro

LICITAÇÃO
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO

ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3268/2018

O Processo de ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2018 DO PREGÃO Nº 025/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA, CUJO OBJETIVO É AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAS DE CONSUMO E MATERIAIS AMBULATORIAIS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, durante toda a sua tramitação cumpriu as determinações da legislação pertinente, consoante o aceite por parte das empresas DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 02.520.829/0001-40, LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS – CNPJ: 19.391.064/0001-99 e CIENTIFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 07.847.837/0001-10 e autorização da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA. Os itens aderidos são medicamentos e materiais que não foram adjudicados em procedimento de licitação realizada por este órgão. Os valores a serem pagos são: DIMASTER – TOTAL DE R$ 42.372,50 (quarenta e dois mil trezentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos); CIENTÍFICA – total de R$ 26.339,76 (vinte e seis mil trezentos e trinta e nove reais e setenta e seis centavos; LUVERMED – total de R$ 370,00 (Trezentos e setenta reais). Desse modo satisfazendo à lei e ao mérito, RATIFICO o processo de adesão a Ata de Registro de Preços.

CONQUISTA D'OESTE-MT, 03 de outubro de 2018.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2018 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 50/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3184/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE torna público, para conhecimentos dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 050/2018, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE EXAMES COMPLEMENTARES NAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE E NO PA-PRONTO ATENDIMENTO, teve como vencedora a empresa L. M. P. DA SILVA FRIAS & CIA LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº 20.820.367/0001-69, a qual venceu todos os itens licitados, totalizando o valor de R$ 203.290,00 (duzentos e três mil e duzentos e noventa reais). Os serviços serão contratados conforme a necessidade da secretaria.

Conquista D'Oeste, 03 de outubro de 2018.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro

CONTRATO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

ANEXO X

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

ATESTADO DE CREDENCIAMENTO			
Ente Federativo	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste	**CNPJ**	04.219.688/0001-56
Unidade Gestora do RPPS	PREVI-CONQUISTA – Fundo Municipal de Previdência Social	**CNPJ**	14.728.481/0001-60
Instituição Administradora			
Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	**CNPJ**	00.360.305/0001-04
Número do Termo de Análise de Credenciamento		Nº 001/2017	
Data do Termo de Análise de Credenciamento		26/04/2018	
Instituição Gestora			
Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	**CNPJ**	00.360.305/0001-04
Número do Termo de Análise de Credenciamento		Nº 001/2017	
Data do Termo de Análise de Credenciamento		26/04/2018	
Outros			
Razão Social		**CNPJ**	
Número do Termo de Análise de Credenciamento			
Data do Termo de Análise de Credenciamento			
Parecer final quanto ao credenciamento da(s) Instituições(s):	Atesto que a Caixa Econômica Federal entregou no prazo determinado toda documentação exigida no edital. Documentos gerais, habilitação jurídica, regularidade fiscal, tributária, qualificação técnica e documentos do fundo (histórico, volume e lâmina) e os Anexos I ao IX devidamente assinados e autenticados.		
Classe(s) de Fundo(s) de Investimento que as Instituições foram credenciadas para administração ou gestão de recursos alocados pelo RPPS (Resolução CMN nº 3.922/2010):		**Fundos 100% TPF**	
		Fundos de Índice Renda Fixa	
		Fundos de Renda Fixa	
		Fundo de Índice de Renda Variável (ETF)	
Fundo(s) de Investimento Analisado(s)		**CNPJ**	**Data da Análise**
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RF LP		**10.740.658/0001-93**	**26/04/2018**
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA		**10.740.670/0001-06**	**26/04/2018**
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RENDA FIXA		**14.508.643/0001-55**	**26/04/2018**
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RF LP		**11.060.913/0001-10**	**26/04/2018**
CAIXA FI AÇÕES IBOVESPA		**01.525.057/0001-77**	**26/04/2018**
FIC ACOES VALOR DIVIDENDOS RPPS		**15.154.441/0001-15**	**26/04/2018**
Responsáveis pelo Credenciamento:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**
Hélio José Garcia Mendes	**Secretário Administração Gestor RPPS**	**401.718.178-34**	
Eder Justino do Nascimento	**Presidente Comitê de Investimentos**	**936.125.831-15**	
Natanael Siane Rodrigues	**Membro Comitê de Investimentos**	**871.309.391-68**	
Marcelo Faustino de Oliveira	**Membro Comitê de Investimentos**	**170.390.938-04**	

CONTRATO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

ANEXO X

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

ATESTADO DE CREDENCIAMENTO			
Ente Federativo	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste	**CNPJ**	04.219.688/0001-56

Unidade Gestora do RPPS	PREVI-CONQUISTA – Fundo Municipal de Previdência Social	**CNPJ**	14.728.481/0001-60
Instituição Administradora			
Razão Social	BANCO DO BRASIL S.A.	**CNPJ**	00.000.000/0001-91
Número do Termo de Análise de Credenciamento		Nº 001/2017	
Data do Termo de Análise de Credenciamento		21/09/2018	
Instituição Gestora			
Razão Social	BANCO DO BRASIL S.A.	**CNPJ**	00.000.000/0001-91
Número do Termo de Análise de Credenciamento		Nº 001/2017	
Data do Termo de Análise de Credenciamento		21/09/2018	
Outros			
Razão Social		**CNPJ**	
Número do Termo de Análise de Credenciamento			
Data do Termo de Análise de Credenciamento			
Parecer final quanto ao credenciamento da(s) Instituições(s):	Atesto que o Banco do Brasil entregou no prazo determinado toda documentação exigida no edital. Documentos gerais, habilitação jurídica, regularidade fiscal, tributária, qualificação técnica e documentos do fundo (histórico, volume e lâmina) e os Anexos I ao IX devidamente assinados e autenticados.		

Classe(s) de Fundo(s) de Investimento que as Instituições foram credenciadas para administração ou gestão de recursos alocados pelo RPPS (Resolução CMN nº 3.922/2010):	**Fundos 100% TPF**	
	Fundos de Índice Renda Fixa	
	Fundos de Renda Fixa	
	Fundo de Índice de Renda Variável (ETF)	
Fundo(s) de Investimento Analisado(s)	**CNPJ**	**Data da Análise**
BB PREV RF TP IPCA IV	**19.515.015/0001-10**	**21/09/2018**
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B TP FI	**07.442.078/0001-05**	**21/09/2018**
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 TP FI	**03.543.447/0001-03**	**21/09/2018**
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA PERFIL FI	**13.077.418/0001-49**	**21/09/2018**
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TP X FI	**20.734.931/0001-20**	**21/09/2018**
BB PREVIDENCIÁRIO RF FLUXO	**13.077.415/0001-05**	**21/09/2018**

Responsáveis pelo Credenciamento:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**
Hélio José Garcia Mendes	**Secretário Administração Gestor RPPS**	**401.718.178-34**	
Eder Justino do Nascimento	**Presidente Comitê de Investimentos**	**936.125.831-15**	
Natanael Siane Rodrigues	**Membro Comitê de Investimentos**	**871.309.391-68**	
Marcelo Faustino de Oliveira	**Membro Comitê de Investimentos**	**170.390.938-04**	

CONTRATO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

ANEXO X

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

	ATESTADO DE CREDENCIAMENTO		
Ente Federativo	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste	**CNPJ**	04.219.688/0001-56
Unidade Gestora do RPPS	PREVI-CONQUISTA – Fundo Municipal de Previdência Social	**CNPJ**	14.728.481/0001-60
Instituição Administradora			
Razão Social	BANCO COOPERATIVO SICREDI	**CNPJ**	01.181.521/0001-55
Número do Termo de Análise de Credenciamento		Nº 001/2017	
Data do Termo de Análise de Credenciamento		07/07/2018	
Instituição Gestora			
Razão Social	BANCO COOPERATIVO SICREDI	**CNPJ**	01.181.521/0001-55
Número do Termo de Análise de Credenciamento		Nº 001/2017	
Data do Termo de Análise de Credenciamento		07/07/2018	
Outros			
Razão Social		**CNPJ**	
Número do Termo de Análise de Credenciamento			
Data do Termo de Análise de Credenciamento			
Parecer final quanto ao credenciamento da(s) Instituições(s):	Atesto que o BANCO COOPERATIVO SICREDI entregou no prazo determinado toda documentação exigida no edital. Documentos gerais, habilitação jurídica, regularidade fiscal, tributária, qualificação técnica e documentos do fundo (histórico, volume e lâmina) e os Anexos I ao IX devidamente assinados e autenticados.		

Classe(s) de Fundo(s) de Investimento que as Instituições foram credenciadas para administração ou gestão de recursos alocados pelo RPPS (Resolução CMN nº 3.922/2010):	**Fundos 100% TPF**	
	Fundos de Índice Renda Fixa	
	Fundos de Renda Fixa	
	Fundo de Índice de Renda Variável (ETF)	
Fundo(s) de Investimento Analisado(s)	**CNPJ**	**Data da Análise**

SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF M1 LP		**19.196.599/0001-09**	**07/07/2018**
SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF M LP		**13.081.159/0001-20**	**07/07/2018**
Responsáveis pelo Credenciamento:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**
Hélio José Garcia Mendes	**Secretário Administração Gestor RPPS**	**401.718.178-34**	
Eder Justino do Nascimento	**Presidente Comitê de Investimentos**	**936.125.831-15**	
Natanael Siane Rodrigues	**Membro Comitê de Investimentos**	**871.309.391-68**	
Marcelo Faustino de Oliveira	**Membro Comitê de Investimentos**	**170.390.938-04**	

CONTRATO
DECRETO Nº 048/2018

"Estabelece ponto facultativo na Administração Pública Municipal, nos dias que menciona".

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, com base no artigo 63, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1°. - Fica declarado ponto facultativo na Administração Pública Municipal no dia 05 de outubro de 2018, em razão do feriado municipal do dia 04 de outubro, Dia do Padroeiro do Município.

Art. 2º. - O presente Decreto abrange a interrupção do atendimento ao público no Paço Municipal e as paralisações das secretarias municipais, à exceção dos serviços de caráter essenciais, que funcionarão mediante plantão, a ser fixado pelos respectivos secretários, observando o numero mínimo de servidores para o atendimento regular dos serviços.

Art. 3º. - Os servidores cedidos à JUSTIÇA ELEITORAL, SEFAZ e DETRAN deverão observar os horários de expediente estabelecidos pelos respectivos órgãos.

Art. 4°. - Este decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 02 de outubro de 2018.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA 167/2018

"Dispõe sobre afastamento para exercício de mandato eletivo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, PrefeitaMunicipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando o que consta no Processo no 1839/2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a servidora **MARLENE APARECIDA DA SILVA GUSE**, Agente Administrativo, Matrícula Funcional nº 265, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentado, a se afastar para exercício de mandato eletivo de Vereador de Conquista D'Oeste – MT, pelo período de 01/10/2018 à 31/12/2020, com base no artigo 38, inciso III c/c com inciso II da Constituição Federal e artigo58, inciso IV da Lei Complementar nº 003/2001, tendo o servidor optado pela remuneração do cargo eletivo de Vereador.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

Gabinete da Prefeita, em 01 de Outubro de 2018.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PROCURADORIA DO MUNICIPIO
PORTARIA Nº 178/2018

"Dispõe sobre a prorrogação para a conclusão de Processo Administrativo Disciplinar que especifica". .

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 63, VI, da Lei Orgânica do Município, e, considerando a solicitação da Senhora Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria nº 144/2018, publicada em 15/08/2018; e

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de **15/10/2018**, o prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria acima citada, com base no item 1.3 da Instrução Normativa – SJU nº 001/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 03 de outubro de 2018.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 177/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **ADILSON EVANGELISTA DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 649932 SSP/MT e do CPF nº 458.598.921-87, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – VISA , para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **144/2018**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 02 de Outubro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeito municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº176/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **ELVIO ALVES SILVA**, portador do RG 1481053-0 SSP/MT e CPF: 892.916.541-91, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **139, 140, 141, 142 e 143/2018**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Outubro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 175/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **LUCIO DIVINO GOMES**, portador da cédula de identidade sob o nº M-6908833, expedida pela SSP/MT e do CPF 031.805.137-05, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **137/2018 e 138/2018**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Outubro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 174/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeitado Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor GISLENE MANTESSO DA SILVA RODRIGUES, portadora da Cédula de Identidade nº RG. 673 054 SSP/MT e do CPF nº 393.894.131-68, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **135/2018 e 136/2018**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura dos contratos.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Outubro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 173/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **LUCIO DIVINO GOMES**, portador da cédula de identidade sob o nº M-6908833, expedida pela SSP/MT e do CPF 031.805.137-05, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **134/2018**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Outubro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 172/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e

Considerandoos princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar oservidor **RAQUEL RODRIGUES BATISTA**, portadora da cédula de identidade RG nº 1.242.213-4, expedida pela SSP/MT e do CPF 966.456.871-68, lotado na Secretária de Saúde,para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **133/2018**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de Outubro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATO
PORTARIA Nº 171/2018

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **LUCIO DIVINO GOMES**, portador da cédula de identidade sob o nº M-6908833, expedida pela SSP/MT e do CPF 031.805.137-05, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **132/2018**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Outubro de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

RESULTADO DO PREGÃO 126/2018 PROCESSO 186/2018

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 126/2018 obteve os seguintes resultados:

A empresa **DANIEL BALMANT DE JESUS 62767569115,** CNPJ 18.333.243/0001-07, foi vencedora do item **01,** com valor global de **R$ 43.000,00** (QUARENTA E TRES MIL REAIS).

O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 03 de Outubro de 2018.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO N° 081/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT E A EMPRESA AUTO POSTO QUERO QUERO LTDA CNPJ: 01.369.396/0007-05 "FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL COMO DIESEL COMUM, DIESEL S-10, GASOLINA ADITIVADA, ALCOOL, DIESEL POR CARGA CENTRO, DIESEL CARGA NOVA UNIÃO E DISSOLUTIVO ARLA 32 DE ACORDO COM AS NORMAS A ANP, PARA MANUTENÇÃO DE TODA FROTA MUNICIPAL, CENTRO E DEMAIS DISTRITOS." O presente contrato tem o valor global de R$: 1.340.883,00 (UM MILHÃO E TREZENTOS E QUARENTA MIL E OITOCENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS). Válidos por 04 (quatro) meses podendo ser prorrogado, O presente contrato vigorará a partir 03 de Outubro de 2018 válido até 03 de Fevereiro de 2019. *O presente instrumento contratual advém* ATA DE REGISTRO 014/2018, PROCESSO DE COMPRA *Nº 011/2018* na modalidade de PREGÃO *Nº 006/2018*, cujas regras e condições também estão insertas no edital e processo e vincula-se na íntegra às disposições legais contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações posteriores.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 186/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 126/2018

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações

posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 186/2018

b) Licitação Nr.: 126/2018-PR

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 03/10/2018

e) Objeto da Licitação: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA ELÉTRICA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA SUBSTITUIR A INSTALAÇÃO ELÉTRICA DA ESC. MUNICIPAL APARECIDO NERI FONSECA (NOVA UNIÃO), RETIRAR TODA INSTALAÇÃO ANTIGA E FAZER INSTALAÇÃO NOVA".**

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

011885 – DANIEL BALMANT DE JESUS 62767569115 (1 ITEM) totalizando (1) item no valor global de R$ 43.000,00 (QUARENTA E TRES MIL REAIS).

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 014/2018

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 014/2018 DO CONTRATO 076/2018 DATADO EM 19 DE SETEMBRO DE 2018 ORIUNDO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 056/2017, PREGÃO 065/2017. O presente Termo de Apostilamento **014/2018 tem como objetivo TRANSFERIR SALDO PARCIAL DO ITEM 04 (SERVIÇOS DE MANUNTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS – DO TIPO CONSERTO DE PNEUS 750X16), amodificação foi solicitada pela secretaria de Municipal de Saúde/Compras, conforme ofício nº 131/2018 - SMS, para suprir a sua demanda da secretaria, os itens transferidos passarão do saldo existente na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, autorizado através do ofício Nº 339/SMEC/2018.** Valor de saldo transferido **R$ R$ 2.600,00 (DOIS MIL E SEISCENTOS REAIS).** Cotriguaçu/MT, 03 de Outubro de 2018.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO N° 082/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT E A EMPRESA DANIEL BALMANT DE JESUS 62767569115 CNPJ: 18.333.243/0001-07, "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA ELÉTRICA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA SUBSTITUIR A INSTALAÇÃO ELÉTRICA DA ESC. MUNICIPAL APARECIDO NERI FONSECA (NOVA UNIÃO), RETIRAR TODA INSTALAÇÃO ANTIGA E FAZER INSTALAÇÃO NOVA". O presente contrato tem o valor global de R$: 43.000,00 (QUARENTA E TRES MIL REAIS). Válidos por 06 (Seis) meses podendo ser prorrogado. O presente contrato vigorará a partir de 04 de Outubro de 2018 válido até 04 de Abril de 2019. *O presente instrumento contratual advém* do PROCESSO DE COMPRA *Nº 186/2018* na modalidade de PREGÃO *Nº 126/2018*, cujas regras e condições também estão insertas no edital e processo e vincula-se na íntegra às disposições legais contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações posteriores.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO - Nº 008/2018 PROCESSO 187/2018 ERRATA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU MT, torna público a ERRATA DA TOMADA DE PREÇO Nº 008/2018 PROCESSO Nº 187/2018, tendo em vista que a data em questão não estava correta, a correção se dá na seguinte data:

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RESTRUTURAÇÃO/MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL PARA AUMENTAR A PRODUÇÃO DE MUDAS DE CAFÉ NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU/MT PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA"

ONDE LÊ-SE: A abertura desta licitação ocorrerá no dia 04 (quatro) de outubro de 2018 ás 08:30 (oito e trinta min).

LEIA - SÊ: A abertura desta licitação ocorrerá no dia 08 (oito) de outubro de 2018 ás 8:30 (oito horas e trinta mim).

VALERIA DE ALMEIDA

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PARCIAL I

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 063/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 67.938/2018)

A Secretaria de Gestão, através de sua Pregoeira Oficial torna público para conhecimentos dos interessados, o resultado da modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 063/2018, cujo objeto é** Registro de Preços para futura e eventual aquisição, SOB DEMANDA, de MATERIAL DE CONSUMO HOSPITALAR, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, nas 91 (noventa e um) Equipes Primárias de Saúde; e da Atenção Secundária, sendo: 05 (cinco) Policlínicas, 02(duas) Unidade de Pronto Atendimento (UPA – Morada do Ouro e Pascoal Ramos); 01 (um) Serviço Ambulatorial Especializado (SAE); 01 (um) Centro de Especialidades Médicas (CEM); 06 (seis) Residências Terapêuticas, 03 (três) Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS); 01 (um) Hospital Pronto Socorro Municipal, pacientes com processos administrativos e via Mandado Judicial (LIMINARES) e demais Unidades, conforme especificações, detalhamentos e condições constantes neste Termo de Referência. Além de suprir as necessidades das unidades atualmente instaladas, a licitação contempla para os próximos 12(doze) meses a previsão de inauguração de 02 (duas) Unidades de Pronto Atendimento (UPA) na capital, 01(uma) Policlínica, 03 (três) Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS), reativação de outra Policlínica e inauguração de uma nova sede do Hospital Pronto Socorro Municipal de Cuiabá.

Itens: 04, 06, 08, 11, 18, 22, 23, 30, 32, 39, 44, 59, 63, 78, 88, 92, 108, 110 E 115.

Empresa Vencedora: DISNORMA COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA EPP.

Valor Total de R$ 1.227.365,28 (um milhão duzentos e vinte e sete mil, trezentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos).

Item: 79.

Empresa Vencedora: INJEX INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA.

Valor Total de R$ 60.480,00 (sessenta mil, quatrocentos e oitenta reais).

Item: 95.

Empresa Vencedora: MEDICONE PROJETOS E SOLUÇÕES PARA A INDÚSTRIA A E SAÚDE LTDA.

Valor Total de R$ 120.048,00 (cento e vinte mil, quarenta e oito reais).

Itens: 02, 05, 07, 12, 14, 72, 75, 76, 77, 80, 89, 91, 94, 98, 99, 103, 105, 107 E 112.

Empresa Vencedora: MIRANDA & GEORGINI LTDA.

Valor Total de R$ 1.283.885,52 (um milhão, duzentos e oitenta e três mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

Item: 111.

Empresa Vencedora: MISSNER & MISSNER LTDA.

Valor Total de R$ 314.184,00 (trezentos e quatorze mil, cento e oitenta e quatro reais).

Itens: 28, 86 E 100.

Empresa Vencedora: NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAS E SOLUÇÕES PARA SAÚDE LTDA.

Valor Total de R$ 226.788,60 (duzentos e vinte e seis mil, setecentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos).

A partir desta publicidade os autos estão com vistas franqueadas aos interessados.

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 03 de outubro de 2018.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PARCIAL I

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 063/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 67.938/2018)

Adjudicamos e Homologamos a licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 063/2018,** cujo objeto é Registro de Preços para futura e eventual aquisição, SOB DEMANDA, de MATERIAL DE CONSUMO HOSPITALAR, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, nas 91 (noventa e um) Equipes Primárias de Saúde; e da Atenção Secundária, sendo: 05 (cinco) Policlínicas, 02(duas) Unidade de Pronto Atendimento (UPA – Morada do Ouro e Pascoal Ramos); 01 (um) Serviço Ambulatorial Especializado (SAE); 01 (um) Centro de Especialidades Médicas (CEM); 06 (seis) Residências Terapêuticas, 03 (três) Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS); 01 (um) Hospital Pronto Socorro Municipal, pacientes com processos administrativos e via Mandado Judicial (LIMINARES) e demais Unidades, conforme especificações, detalhamentos e condições constantes neste Termo de Referência. Além de suprir as necessidades das unidades atualmente instaladas, a licitação contempla para os próximos 12(doze) meses a previsão de inauguração de 02 (duas) Unidades de Pronto Atendimento (UPA) na capital, 01(uma) Policlínica, 03 (três) Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS), reativação de outra Policlínica e inauguração de uma nova sede do Hospital Pronto Socorro Municipal de Cuiabá.

Itens: 04, 06, 08, 11, 18, 22, 23, 30, 32, 39, 44, 59, 63, 78, 88, 92, 108, 110 E 115.

Empresa Vencedora: DISNORMA COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA EPP.

Valor Total de R$ 1.227.365,28 (um milhão duzentos e vinte e sete mil, trezentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos).

Item: 79.

Empresa Vencedora: INJEX INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA.

Valor Total de R$ 60.480,00 (sessenta mil, quatrocentos e oitenta reais).

Item: 95.

Empresa Vencedora: MEDICONE PROJETOS E SOLUÇÕES PARA A INDÚSTRIA A E SAÚDE LTDA.

Valor Total de R$ 120.048,00 (cento e vinte mil, quarenta e oito reais).

Itens: 02, 05, 07, 12, 14, 72, 75, 76, 77, 80, 89, 91, 94, 98, 99, 103, 105, 107 E 112.

Empresa Vencedora: MIRANDA & GEORGINI LTDA.

Valor Total de R$ 1.283.885,52 (um milhão, duzentos e oitenta e três mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

Item: 111.

Empresa Vencedora: MISSNER & MISSNER LTDA.

Valor Total de R$ 314.184,00 (trezentos e quatorze mil, cento e oitenta e quatro reais).

Itens: 28, 86 E 100.

Empresa Vencedora: NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAS E SOLUÇÕES PARA SAÚDE LTDA.

Valor Total de R$ 226.788,60 (duzentos e vinte e seis mil, setecentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos).

Adjudico:

Magda Rossi

Pregoeira

Homologo:

Huark Douglas Correia

Secretário Municipal de Saúde

Cuiabá/MT, 03 de outubro de 2018.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº.079 /2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 89.502/2018)

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

Objeto: Registro de Preços para eventual e futura aquisições de jazidas de cascalhos para aterro de base e sub-base (cascalhamento de ruas), sem transporte para atender o segmento desta Secretaria Municipal de Obras Públicas

Data/Horário:17 /10/2018 às 10:00hmin (dez horas) – Fuso Horário de Brasília.

Informações: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2018

Priscila R.N.M.Berber

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 03 de outubro de 2018.

AVISO DE RESULTADO FINAL

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 055/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 74.067/2018)

A Secretaria de Gestão, através de sua Pregoeira Oficial torna público para conhecimentos dos interessados, o resultado da modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 055/2018,** cujo objeto é Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Equipamentos Hospitalares para atender o Hospital e Pronto Socorro de Cuiabá-MT, na forma do Edital, Pregão Eletrônico e seus Anexos.

LOTE: 02.

FRACASSADO

A partir desta publicidade os autos estão com vistas franqueadas aos interessados.

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 03 de outubro de 2018.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA Nº. 020/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº111.706/2017)

ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS – SMSU

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT, INCLUSIVE COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS CONDIÇÕES DESCRITAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

DATA E HORA: Às 09h00min (nove horas) do dia 09 de novembro de 2018 (fuso horário de Cuiabá).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de Licitações localizada no subsolo da Prefeitura Municipal de Cuiabá - Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº 158 - Bairro: Centro - Município de Cuiabá/MT.

INFORMAÇÕES: Diretoria Especial de Licitações e Contratos/Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6156/6252 e/ou no e-mail: cpl@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 h.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O edital está disponível através do endereço: www.cuiaba.mt.gov.br – Link: SERVIÇOS – LICITAÇÕES.

Cuiabá/MT, 03 de outubro de 2018.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PARCIAL I

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 061/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17.912/2018)

A Secretaria de Gestão, através de sua Pregoeira Oficial torna público para conhecimentos dos interessados, o resultado da modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 061/2018, cujo objeto é** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo odontológicos, sob demanda, objetivando atender as necessidades das Unidades da Atenção em Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá/MT, nos termos, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e anexos.

Itens: 12, 17, 248 E 273.

Empresa Vencedora: AMP HOSPITALAR LTDA.

Valor Total de R$ 1.186.213,00 (um milhão, cento e oitenta e seis mil, duzentos e treze reais).

Itens: 08, 16, 72, 84, 85, 86, 87, 88, 95, 96, 99, 142, 148, 154, 155, 156, 160, 161, 168, 178, 199, 200, 226, 228, 244, 251, 253, 255, 257, 263 E 271.

Empresa Vencedora: DENTAL CONCEITO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI - EPP.

Valor Total de R$ 554.777,02 (quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta e sete reais e dois centavos).

Itens: 121, 128, 159, 208, 213, 217, 219, 220, 230, 249 E 266.

Empresa Vencedora: DENTAL OPEN- COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTALÓGICOS LTDA.

Valor Total de R$ 57.874,20 (cinquenta e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e vinte centavos).

Itens: 02, 03, 10, 14, 18, 20, 23, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 69, 73, 74, 75, 80, 81, 82, 91, 92, 94, 98, 102, 105, 118, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 141, 147, 153, 164, 167, 171, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 196, 201, 205, 207, 224, 231, 234, 240, 250, 267, 274, 275, 276, 277 E 287.

Empresa Vencedora: DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLÓGICOS HOSPITALARES- EIRELI.

Valor Total de R$ 1.812.488,77 (um milhão, oitocentos e doze mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e setenta e sete centavos).

Itens: 19, 117, 119, 158, 225, 269 E 296.

Empresa Vencedora: DISNORMA COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - EPP.

Valor Total de R$ 212.158,40 (duzentos e doze mil, cento e cinquenta e oito reais e quarenta centavos).

Itens: 110, 246, 272 E 293.

Empresa Vencedora: DOROTHY RODINI DENTAL ME.

Valor Total de R$ 88.763,00 (oitenta e oito mil, setecentos e sessenta e três reais).

Itens: 52, 70, 93, 109, 150, 165 E 243.

Empresa Vencedora: EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA.

Valor Total de R$ 325.514,48 (trezentos e vinte e cinco mil, quinhentos e quatorze reais e quarenta e oito centavos).

Itens: 04, 05, 06, 21, 22, 24, 27, 28, 29, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 83, 100, 101, 108, 120, 138, 143, 146, 157, 169, 172, 195, 203, 204, 206, 209, 210, 211, 212, 214, 216, 229, 233, 256, 258, 259, 261, 262, 283, 300.

Empresa Vencedora: MEGA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI.

Valor Total de R$ 706.239,42 (setecentos e seis mil, duzentos e trinta e nove reais e quarenta e dois centavos).

Itens: 97, 139, 162, 163, 166, 227, 264, 268, 279, 280, 281 E 294.

Empresa Vencedora: MIRANDA & GEORGINI LTDA.

Valor Total de R$ 577.763,76 (quinhentos e setenta e sete mil, setecentos e sessenta e três reais e setenta e seis centavos).

Item: 278.

Empresa Vencedora: NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR S/A.

Valor Total de R$ 7.662,60 (sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos).

Itens: 01, 76, 77, 78, 79, 106, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 144, 173, 174, 190, 193, 194, 202, 218, 223, 232, 235 E 298.

Empresa Vencedora: PERFIL HOSPITALAR LTDA-ME.

Valor Total de R$ 258.524,47 (duzentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e vinte e quatro reais e quarenta e sete centavos).

A partir desta publicidade os autos estão com vistas franqueadas aos interessados.

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 03 de outubro de 2018.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PARCIAL I

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 061/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17.912/2018)

Adjudicamos e Homologamos a licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 061/2018,** cujo objeto é Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo odontológicos, sob demanda, objetivando atender as necessidades das Unidades da Atenção em Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá/MT, nos termos, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e anexos.

Itens: 12, 17, 248 E 273.

Empresa Vencedora: AMP HOSPITALAR LTDA.

Valor Total de R$ 1.186.213,00 (um milhão, cento e oitenta e seis mil, duzentos e treze reais).

Itens: 08, 16, 72, 84, 85, 86, 87, 88, 95, 96, 99, 142, 148, 154, 155, 156, 160, 161, 168, 178, 199, 200, 226, 228, 244, 251, 253, 255, 257, 263 E 271.

Empresa Vencedora: DENTAL CONCEITO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI - EPP.

Valor Total de R$ 554.777,02 (quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta e sete reais e dois centavos).

Itens: 121, 128, 159, 208, 213, 217, 219, 220, 230, 249 E 266.

Empresa Vencedora: DENTAL OPEN- COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTALÓGICOS LTDA.

Valor Total de R$ 57.874,20 (cinquenta e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e vinte centavos).

Itens: 02, 03, 10, 14, 18, 20, 23, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 69, 73, 74, 75, 80, 81, 82, 91, 92, 94, 98, 102, 105, 118, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 141, 147, 153, 164, 167, 171, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 196, 201, 205, 207, 224, 231, 234, 240, 250, 267, 274, 275, 276, 277 E 287.

Empresa Vencedora: DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLÓGICOS HOSPITALARES- EIRELI.

Valor Total de R$ 1.812.488,77 (um milhão, oitocentos e doze mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e setenta e sete centavos).

Itens: 19, 117, 119, 158, 225, 269 E 296.

Empresa Vencedora: DISNORMA COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - EPP.

Valor Total de R$ 212.158,40 (duzentos e doze mil, cento e cinquenta e oito reais e quarenta centavos).

Itens: 110, 246, 272 E 293.

Empresa Vencedora: DOROTHY RODINI DENTAL ME.

Valor Total de R$ 88.763,00 (oitenta e oito mil, setecentos e sessenta e três reais).

Itens: 52, 70, 93, 109, 150, 165 E 243.

Empresa Vencedora: EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA.

Valor Total de R$ 325.514,48 (trezentos e vinte e cinco mil, quinhentos e quatorze reais e quarenta e oito centavos).

Itens: 04, 05, 06, 21, 22, 24, 27, 28, 29, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 83, 100, 101, 108, 120, 138, 143, 146, 157, 169, 172, 195, 203, 204, 206, 209, 210, 211, 212, 214, 216, 229, 233, 256, 258, 259, 261, 262, 283, 300.

Empresa Vencedora: MEGA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI.

Valor Total de R$ 706.239,42 (setecentos e seis mil, duzentos e trinta e nove reais e quarenta e dois centavos).

Itens: 97, 139, 162, 163, 166, 227, 264, 268, 279, 280, 281 E 294.

Empresa Vencedora: MIRANDA & GEORGINI LTDA.

Valor Total de R$ 577.763,76 (quinhentos e setenta e sete mil, setecentos e sessenta e três reais e setenta e seis centavos).

Item: 278.

Empresa Vencedora: NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR S/A.

Valor Total de R$ 7.662,60 (sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos).

Itens: 01, 76, 77, 78, 79, 106, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 144, 173, 174, 190, 193, 194, 202, 218, 223, 232, 235 E 298.

Empresa Vencedora: PERFIL HOSPITALAR LTDA-ME.

Valor Total de R$ 258.524,47 (duzentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e vinte e quatro reais e quarenta e sete centavos).

Adjudico:

Magda Rossi

Pregoeira

Homologo:

Huark Douglas Correia

Secretário Municipal de Saúde

Cuiabá/MT, 03 de outubro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA/DRH Nº 224/2018

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal, Senhora **ADRIANA ROMÃO** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **18 de março de 2013 a 17 de março de 2018;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **ADRIANA ROMÃO,** matrícula funcional 3509.1**,** ocupante do Cargo/Função de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para ser usufruídas no período de 24 de Setembro de 2018 a 22 de Dezembro de 2018.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 24 de Setembro de 2018.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 228/2018

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder nos termos da Lei 741/2010, conforme lhe faculta o artigo 1º, Licença Maternidade, de 180(cento e oitenta) dias à servidora **ALICE MARIA DE ALMEIDA,** matrícula 1442-1, no cargo/função Professora**,** no período de 01 de Outubro de 2018 a 29 de Março de 2019.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 01 de Outubro de 2018.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA/DRH Nº 227/2018

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal, Senhora **TÂNIA MARIA ROSSI** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **02 de março de 2008 a 01 de março de 2013;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **TÂNIA MARIA ROSSI,** matrícula funcional 481.1**,** ocupante do Cargo/Função de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para ser usufruídas no período de 24 de Setembro de 2018 a 22 de Dezembro de 2018.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 24 de Setembro de 2018.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA/DRH Nº 226/2018

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal, Senhora **VARNICE ARRUDA DIAS FERREIRA** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **02 de Maio de 2013 a 01 de Maio de 2018;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **VARNICE ARRUDA DIAS FERREIRA,** matrícula funcional 486.1**,** ocupante do Cargo/Função de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para ser usufruídas no período de 24 de Setembro de 2018 a 22 de Dezembro de 2018.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 24 de Setembro de 2018.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2018/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia de 18 Outubro de 2018, estará abrindo o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULO AUTOMOTOR TIPO PICK UP CABINE DUPLA FLEX PARA ATENDER A DEMANDA DE SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.** O Edital poderá ser obtido junto à Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 04 de Outubro de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

GABINETE
DECRETO Nº 145/2018 DE , 5 DE SETEMBRO DE 2018

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 145/2018
De , 5 de Setembro de 2018

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, na suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1201/2017, em consonância com a Lei Federal 4.320/64 e de acordo com o autorizado na Lei Municipal nº 1193/2017.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 1.031.000,00 (Um milhao e trinta e um mil reais) nas dotações orçamentárias:

03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.04.122.0002.20003	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	55.000,00
	SUBTOTAL	**55.000,00**
04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0002.20004	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
002.26.122.0011.10290	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, MECÂNICA E MANUAL DO MUNICÍPIO.	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	126.000,00
	SUBTOTAL	**226.000,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.20007	MANUTENÇÃO E ENC.C/A SECRETARIA	
3390930000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00
	SUBTOTAL	**6.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.122.0037.20019	GESTAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
001.10.301.0037.10266	ATENDIMENTO A JUDICIALIZAÇÃO DE SAUDE	
3390320000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	8.000,00
001.10.301.0042.20029	MANUTENÇAO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE SAUDE B	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	65.000,00
001.10.302.0040.20048	MANUTENÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL	

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	44.000,00
001.10.302.0040.20055	MANUTENÇAO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE	
3371700000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	250.000,00
001.10.304.0041.10256	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A VIGILANCIA EM SAUDE	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	115.000,00
001.10.306.0042.10324	APOIO AS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
	SUBTOTAL	**536.000,00**
09	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
001.04.122.0002.10209	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	93.000,00
	SUBTOTAL	**93.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.122.0002.10220	PUBLICAÇÕES, DIVULGAÇÕES, MIDIA E PROPAGANDA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	30.000,00
001.04.123.0061.10225	AMORTIZAÇÃO DO INSS	
4690710000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	85.000,00
	SUBTOTAL	**115.000,00**
	TOTAL	**1.031.000,00**

Art. 2º - Para Cobertura aos créditos adicionais abertos no Art. 1º, serão utilizados recursos de anulação total ou parcial de dotações, de acordo com o Art. 43º, inciso III da Lei 4.320/64, reduzindo recursos das seguintes dotações:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.10269	AMP.REF. E REEST. REDE FISICA E PAISAGISTICA DA SEDE DA PREF	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	47.000,00
4490360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	30.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	23.000,00
001.04.122.0002.20002	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE	
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	20.000,00
3390350000	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	50.000,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15.000,00
3390920000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.000,00
3390930000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00
001.04.122.0002.20050	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO CONTROLE INTERNO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	30.000,00
	SUBTOTAL	**250.000,00**

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.04.122.0002.20003	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	50.000,00
3390920000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.000,00
	SUBTOTAL	**55.000,00**
04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.15.451.0010.10037	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS AVENIDAS E CALÇAMENTO EM PARALELEP	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
001.25.752.0010.10034	MANUTENÇAO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
002.04.122.0011.10049	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E MATERIALPERMANENTE	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	45.000,00
002.26.122.0011.10048	SINALIZAÇÃO VERTICAL DO MUNICIPIO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	42.000,00
002.26.122.0011.10290	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, MECÂNICA E MANUAL DO MUNICÍPIO.	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	39.000,00
	SUBTOTAL	**226.000,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.20007	MANUTENÇÃO E ENC.C/A SECRETARIA	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.000,00
	SUBTOTAL	**6.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.122.0037.10320	AQUISIÇÃO DE VEICULO	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	70.000,00
001.10.301.0042.10165	AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA SA	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
001.10.302.0040.10254	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PRONTO ATENDIMENTO	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	94.000,00
001.10.302.0040.20048	MANUTENÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	65.000,00
001.10.304.0041.10256	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A VIGILANCIA EM SAUDE	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.000,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00
	SUBTOTAL	**286.000,00**
09	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
001.04.122.0002.20044	MANUT E ENC COM A SECRETARIA	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	93.000,00
	SUBTOTAL	**93.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.123.0002.20045	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	20.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	17.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.000,00
001.04.123.0061.10227	AMORTIZAÇÃO DA CEMAT	
4690710000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	5.000,00
001.04.123.0061.10279	POLITICA DE PREMIAÇÃO PARA OS CONTRIBUINTES VISANDO ELEV	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
001.04.123.0062.10228	PAGAMENTOS DE PRECATORIOS	
4690910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	55.000,00
	SUBTOTAL	**115.000,00**
	TOTAL	**1.031.000,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2018, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03. 648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2211 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78.400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, **TORNA PÚBLICO**, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇOS, do tipo **"Menor preço por item",** tendo como objetivo **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PUBLICO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA, INCLUINDO TODAS AS FASES PREVISTAS, PROVAS PRATICAS, AVALIAÇÃO PSICOLOGICA E ASSESSORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA, PARA ATENDER O MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT,** que se deu no dia 03/10/2018, sagrou-se vencedora do item Único, a empresa **MÉTODO SOLUÇÕES EDUCACIONAIS LTDA - ME**, inscrito no CNPJ nº 22.817.081/0001-50, perfazendo um valor total de **R$ 80.050,00** (oitenta mil e cinquenta reais)**. A ata encontra-se disponível no setor de licitação.**

Diamantino – MT, 03 de Outubro de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

GABINETE
LEI Nº 1.247/2018

Altera a Lei 824/2011 que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Câmara Municipal de Diamantino e dá outras providências.

Câmara Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, faz saber que Ela aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A Alínea "h" do Inciso I do artigo 4º da Lei Municipal 824/2011 passa a viger com a seguinte redação:

Art. 4º (...)

I - Dos Cargos de Carreira

h)- Contador

Art. 2º - O artigo 34 da Lei Municipal 824/2011 passa a viger com a seguinte redação:

Art. 34 - O Cargo Comissionado de Gerente Contábil permanecerá até a realização de concurso público para suprir a vaga do cargo de Contador, quando então deverá ser extinto.

Art. 3º - O Anexo I - Demonstrativo de Cargos - I.I - Dos Cargos de Carreira da Lei Municipal 824/2011 passa a viger com a seguinte redação:

Denominação	Quantitativo
Agente de Limpeza e Manutenção**(em extinção cfe. Lei 1.027/2015)**	03
Vigia***(em extinção cfe. Lei 1.027/2015)***	03
Motorista	02
Recepcionista/Telefonista	02
Assistente Administrativo I	01
Assistente Administrativo II	05
Técnico em Informática	01
Contador	01
Auditor Público Interno	01
Advogado	01
Total	**20**

Art. 4º - O Anexo I - Demonstrativo de Cargos - I.II - Dos Cargos Comissionados da Lei Municipal 824/2011 passa a viger com a seguinte redação:

Cargo	Funções	Quantitativo
CC-I	Coordenador Geral Gerente Contábil	01 01
CC-II	Assessor da Presidência Assessor Parlamentar Assessor Jurídico da Presidência	01 02 01
CC-III	Assessor de Imprensa Assistente de Redação Chefe de Vigilância Chefe de Limpeza e Manutenção do Prédio Chefe de Transporte e Manutenção de Veículos	01 01 01 01 01
	TOTAL	**11**

Art. 5º - O Anexo II - Especificações dos Cargos Efetivos da Lei Municipal 824/2011 passa a viger com a seguinte redação:

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS EFETIVOS

DO CARGO DE AGENTE DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO(em extinção cfe. Lei 1.027/2015)

Atribuições:

Executar e inspecionar serviços de limpeza, remoção ou incineração de resíduos e zeladoria no prédio da Câmara Municipal na parte interna e externa, promovendo a limpeza e conservação, de acordo com o regulamento interno, para assegurar o asseio, ordem e segurança do prédio, evitando a proliferação de doenças para assegurar o bem estar dos ocupantes.

ü Preparar e servir café, chá, sucos, água e lanches rápidos, para atender os vereadores, servidores e visitantes.

ü Atender os Gabinetes durante o expediente normal e o Plenário durante as sessões e eventos.

ü Zelar pela guardar, conservação e manutenção dos utensílios e equipamentos de uso na execução dos serviços, para assegurar sua posterior utilização.

ü Receber, armazenar e controlar o estoque dos produtos alimentícios e material de limpeza, requisitando a sua reposição sempre que necessário, a fim de atender ao expediente da Câmara.

ü Apresentar-se para o trabalho sempre bem trajado, preferencialmente com uniforme personalizado da Câmara Municipal.

ü Exercer suas funções seguindo as normas de rotina de trabalho.

ü Executar outras tarefas correlatas, determinadas pelo superior imediato.

DO CARGO DE VIGIA(em extinção cfe. Lei 1.027/2015)

Atribuições:

ü Inspecionar as dependências da Câmara Municipal, tanto interna como externa, percorrendo-as sistematicamente para evitar incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades.

ü Zelar pela guarda, conservação e manutenção dos utensílios e equipamentos de uso na execução dos serviços.

ü Apresentar-se para o trabalho sempre bem trajado, preferencialmente com uniforme personalizado da Câmara Municipal.

ü Executar outras tarefas correlatas, determinadas pelo superior imediato.

DO CARGO DE MOTORISTA

Atribuições:

ü Dirigir e manobrar veículos, transportar pessoas.

ü Realizar verificações e manutenções básicas do veículo, comunicando ao superior imediato as manutenções que se fizerem necessárias, utilizar equipamentos de segurança.

ü Executar os serviços de entrega de correspondências externas no desempenho das atividades.

ü Exercer suas funções seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

ü Zelar pela guardar, conservação e manutenção dos veículos e equipamentos de uso na execução dos serviços, para assegurar sua posterior utilização.

ü Apresentar-se para o trabalho sempre bem trajado, preferencialmente com uniforme personalizado da Câmara Municipal.

ü Possuir Carteira Nacional de Habilitação com categoria mínima AB.

ü Executar outras tarefas que lhe forem determinadas pelo superior imediato.

DO CARGO DE RECEPCIONISTA/TELEFONISTA

Atribuições:

ü Operar os aparelhos telefônicos ou sistemas semelhantes.

ü Estabelecer comunicações internas, locais ou interurbanas.

ü Prestar informação relacionada com a repartição.

ü Responsabilizar-se pela manutenção e conservação do equipamento utilizado.

ü Prestar informações e localizar pessoas, consultando listas telefônicas e de funcionários e rol de números úteis para o órgão.

ü Atender e efetuar ligações externas e internas, operando equipamentos telefônicos, consultando listas e/ou agendas, visando a comunicação entre o usuário e o destinatário

ü Realizar controle das ligações telefônicas recebidas e transmitidas, anotando dados em formulários apropriados.

ü Registrar as ligações interurbanas e celulares efetuadas, anotando em formulários apropriados o nome do solicitante, localidade e destinatário, para possibilitar o controle de custos.

ü Manter atualizadas e sob sua guarda as listas telefônicas internas, externas e de outras localidades, para facilitar consultas.

ü Recepcionar e encaminhar todas as pessoas que visitem o recinto da Câmara Municipal.

ü Protocolar e distribuir todas as correspondências e documentos recebidos.

ü Apresentar-se para o trabalho sempre bem trajado, preferencialmente com uniforme personalizado da Câmara Municipal.

ü Executar outras tarefas que lhe forem determinadas pelo superior imediato.

DO CARGO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I

Atribuições:

ü Atender ao público em geral, identificando e averiguando suas pretensões para prestar-lhes informações e/ou encaminhá-los às pessoas solicitadas.

ü Auxiliar as Comissões e Vereadores no desenvolvimento dos trabalhos legislativos.

ü Executar serviços internos, entregando documentos;

ü Auxiliar nos serviços de expedição, comunicação interna e externa e atendimento telefônico;

ü Registrar os telefonemas atendidos, anotando os dados, para possibilitar o retorno e acompanhamento.

ü Digitar os atos administrativos e proposições da mesa diretora, Vereadores e Comissões.

ü Zelar pela guarda e manutenção dos equipamentos de seu uso, comunicando defeitos e solicitando seu conserto e manutenção para assegurar o perfeito funcionamento.

ü Efetuar transcrições em livro próprio;

ü Apresentar-se para o trabalho sempre bem trajado, preferencialmente com uniforme personalizado da Câmara Municipal.

ü Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

DO CARGO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II

Atribuições:

ü Atender a presidência, Vereadores e Comissões prestando-lhes informações e documentos sob sua guarda.

ü Auxiliar nas tarefas administrativas, contábil, patrimonial, e recursos humanos da Câmara Municipal;

ü Atender as Comissões e Vereadores na propositura e tramitação de projetos.

ü Executar serviços de expedição, comunicação interna e externa.

ü Redigir e/ou digitar os atos administrativos, expedientes, atas, resoluções, projetos, requerimentos, indicações, moções, títulos, honrarias, etc.

ü Zelar pela guarda e manutenção dos equipamentos de seu uso, comunicando defeitos e solicitando seu conserto e manutenção para assegurar o perfeito funcionamento.

ü Acompanhar as sessões, audiências publicas ou outro eventos, atendendo a mesa diretora e Vereadores.

ü Proceder a lavratura de atas das sessões e audiências públicas.

ü Zelar pelas anotações de presenças e faltas dos Vereadores, relatando ao setor competente as faltas e justificativas.

ü Manter atualizado os livros utilizados nas sessões, efetuando a colheita de assinaturas dos Vereadores.

ü Apresentar-se para o trabalho sempre bem trajado, preferencialmente com uniforme personalizado da Câmara Municipal.

ü Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

DO CARGO DE TÉCNICO EM INFORMÁTICA(alterado pela Lei Municipal n.º 1.051/2015)

Atribuições:

1 - Realizar manutenção nos equipamentos de informática e rede de dados, executando a montagem de aparelhos, circuitos ou componentes eletrônicos, utilizando técnicas e ferramentas apropriadas.

2 - Controlar o acesso dos usuários, orientar e dirimir dúvidas referentes ao sistema de informática da Câmara.

3 - Executar os serviços de filmagem, captura e controle de som, das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, itinerantes e audiências públicas possibilitando a transmissão ao vivo via Internet e radio.

4 - Controlar o cronômetro digital do Plenário da Câmara Municipal.

5 - Executar a masterização e compactação dos vídeos e áudios das sessões ordinárias, extraordinária, solenes e itinerantes, bem como das audiências publicas realizadas pela Câmara Municipal em formatos digital Full HD e áudios em MP3, para a divulgação através de internet, rádios e televisão.

6 - Operar o programa utilizado para a transmissão das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, itinerantes e audiências públicas

7 - Realizar as transmissões exigidas pelo TCE-MT via APLIC (Auditoria de Contas Públicas) e de outras implantadas e acompanhando suas alterações e atualizações, que correspondem a Cargas Especiais (PPA, LDO, LOA, GOVERNO) e as Cargas de envio tempestivo, que correspondem às ocorrências de Processo licitatório, concursos e benefícios previdenciários, Cancelamento, Prorrogação, Homologação, Retificação da Homologação, Licitação Fracassada, Licitação Deserta, Anulação, Revogação, Suspensão/Paralisação, Ata de Registro de Preço, Prorrogação da Validade (Concursos /Processos Seletivos), Cancelamento/ Anulação (Concursos/Processos Seletivos) e Paralisação (Concursos/Processos Seletivos). As Cargas mensais (orçamento, carga inicial e de janeiro a dezembro).

8 - Cadastrar as informações para a ferramenta GEO-OBRAS/TCE-MT, quando houver Licitações de obras/ reformas no prédio da Câmara Municipal de Diamantino, conforme o Cronograma de desembolso, físico e financeiro discriminando o objeto da obra, material, maquinas e equipamentos, engenheiros responsáveis, fiscais responsáveis pela obra, projetista da obra, fotos, arquivos emitidos em PDF e da mediação da obra:

9 - Proceder às atualizações da homepage da Câmara Municipal concernente ao portal transparência e ao sistema de buscas em Legislação.

10 - Zelar pelo bom funcionamento dos equipamentos de informática da Câmara Municipal.

11 - Cumprir e fazer cumprir o que determinam as Resoluções n.º 047/2012 e 054/2013 que tratam das rotinas para o setor de tecnologia de informação e das normativas para remessa de informações via sistema APLIC, respectivamente.

12 - Contribuir em treinamentos de usuários, pertinentes a sua área de atuação, incluindo a preparação de ambiente e material didático.

13 - Auxiliar, dentro de seu horário de trabalho, na realização de eventos de terceiros no Plenário da Câmara Municipal, operando o sistema de som e de equipamentos de projeção de imagens.

14 - Auxiliar na execução de planos de manutenção dos equipamentos, dos programas, das redes de computadores e dos sistemas operacionais.

15 - Realizar e administrar cópias de segurança (backup), impressão e segurança dos equipamentos sob sua responsabilidade.

16 - Apresentar-se para o trabalho sempre bem trajado, preferencialmente com uniforme personalizado da Câmara Municipal.

16 - Executar outras tarefas que lhe forem determinadas pelo superior imediato.

DO CARGO DE CONTADOR

Atribuições:

ü Supervisionar, coordenar e controlar serviços inerentes à contabilidade da Câmara Municipal.

ü Escriturar analiticamente os atos administrativos, efetuando os correspondentes lançamentos contábeis, para possibilitar o controle contábil e orçamentário.

ü Ter registro no Conselho Regional de Contabilidade.

ü Promover a prestação, acertos e conciliação de contas em geral, conferindo saldos, localizando e retificando possíveis erros, para assegurar a correção das operações contábeis.

ü Examinar empenhos da despesa, verificando a classificação e a existência de recursos nas dotações orçamentárias, para o pagamento dos compromissos assumidos.

ü Elaborar demonstrativos contábeis mensais, trimestrais, semestrais e anuais, relativos à execução orçamentária e financeira, em consonância com leis, regulamentos e normas vigentes, para apresentar resultados da situação patrimonial, econômica e financeira.

ü Elaborar Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual do Legislativo em conjunto com a Mesa Diretora.

ü Elaborar controles, quadros, gráficos, demonstrativos e relatórios diversos.

ü Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

ü Apresentar-se para o trabalho sempre bem trajado, preferencialmente com uniforme personalizado da Câmara Municipal.

DO CARGO DE AUDITOR PÚBLICO INTERNO

Atribuições:

ü Coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de Controle Interno do correspondente Poder ou Orgão incluindo suas administrações Direta e Indireta se for o caso, promover a integração operacional e orientar a elaboração dos atos normativos sobre procedimentos de controle;

ü Redigir as Instruções Normativas necessárias para cada orgão/unidade/setor, encaminhando ao Presidente da Câmara.

ü Redigir os Check-list de cada orgão/unidade/setor, para cumprirmento das instruções normativas e propor melhorias.

ü Averiguar mensalmente por meio dos Check-list se os procedimentos implantados pelas instruções normativas estão sendo seguidos pelos órgãos/unidades e setores.

ü Emitir a alerta ao orgão/unidade/setor referenciando o cumprimento das normas e ainda determinando prazo para implantação ou correção.

ü Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional supervisionando e auxiliando as unidades executoras no relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, quanto ao encaminhamento de documentos e informações, atendimento às equipes técnicas, recebimento de diligências, elaboração de respostas, tramitação dos processos e apresentação dos recursos;

ü Assessorar a administração nos aspectos relacionados com os controles interno e externo e quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres sobre os mesmos;

ü Interpretar e pronunciar-se sobre a legislação concernente à execução orçamentária, financeira e patrimonial;

ü Medir e avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos de controle interno, através das atividades de auditoria interna a serem realizadas, mediante metodologia e programação próprias, nos diversos sistemas administrativos dos correspondentes Poderes e Órgãos, incluindo suas administrações Direta e Indireta, se for o caso, expedindo relatórios com recomendações para o aprimoramento dos controles;

ü Avaliar o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentarias e no Orçamento, inclusive quanto a ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e de Investimentos;

ü Exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais, da Lei de Responsabilidade Fiscal e os estabelecidos nos demais instrumentos legais:

ü Estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional nos correspondentes Poderes e Ôniãos, Incluindo suas administrações Direta e Indireta, se for o caso bem como, na aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

ü Aferir a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei de Responsabilidade Fiscal;

ü Acompanhar a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei de Responsabifidade Fiscal, em especial quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos;

ü Participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária.

ü Manifestar-se, quando solicitado pela administração, acerca da regularidade e legalidade de processos licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;

ü Propor a melhoria ou implantação de sistemas de processamento eletrônico de dados em todas as atividades da administração pública, com o objetivo de aprimorar os controles Internos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações;

ü Instituir e manter sistema de Informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;

ü Alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure imediatamente, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos ou fatos ilegais, ilegitimos ou antieconômicos que resultem em prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos, ou quando não forem prestadas as contas ou, ainda, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

ü Revisar e emitir parecer sobre os processos de Tomadas de Contas Especiais instauradas pelos correspondentes Poderes e Órgãos, incluindo a suas administrações Direta e Indireta, se for o caso inclusive sobre as determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado;

ü Representar a Câmara junto ao TCE-MT, sob pena de responsabilidade solidária, sobre as irregularidades e ilegalidades que evidenciem danos ou prejuízos ao erário não-reparados integralmente pelas medidas adotadas pela administração;

ü Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pela administração.

ü Apresentar-se para o trabalho sempre bem trajado, preferencialmente com uniforme personalizado da Câmara Municipal.

DO CARGO DE ADVOGADO

Atribuições:

ü Prestar assistência jurídica em áreas relacionadas à aplicação de leis, decretos e regulamentos, examinando processos específicos, emitindo pareceres e elaborando documentos jurídicos de interesse da Câmara Municipal.

ü Pesquisar, analisar e interpretar a legislação e regulamentos em vigor nas áreas legislativa, constitucional, fiscal e tributária, de recursos humanos e outras.

ü Examinar processos específicos, emitir pareceres sobre as proposições apresentadas pelos vereadores, elaborar documentos jurídicos pertinentes, petições, contestações, réplicas, memoriais e demais documentos de natureza jurídica.

ü Pesquisar jurisprudência, doutrina e analogia.

ü Emitir parecer, de acordo com sua área de atuação, sobre assunto de sua especialidade.

ü Prestar informação jurídica aos Vereadores, à Administração da Câmara Municipal e aos servidores, quando solicitado.

Art. 6º - O Anexo III - Tabela de Incentivo a Titulação da Lei Municipal 824/2011 passa a viger com a seguinte redação:

ANEXO III

TABELA DE INCENTIVO A TITULAÇÃO

Cargo	**Classe A Escolaridade**	**Classe B Escolaridade 1,5%**	**Classe C Escolaridade 2,0%**	**Classe D Escolaridade 3,0%**	**Classe E Escolaridade 5,0%**
Agente de Limpeza e Manutenção **(em extinção cfe. Lei 1.027/2015)**	Habilitação em grau de ensino fundamental incompleto/completo.	Habilitação em grau de ensino médio	Cursos de Aperfeiçoamento somando no mínimo 100h.	Habilitação em grau de ensino superior. Cursos de Aperfeiçoamento somando 360h.	Curso de Mestrado ou Doutorado.
Vigia **(em extinção cfe. Lei 1.027/2015)**	Habilitação em grau de ensino fundamental incompleto/completo.	Habilitação em grau de ensino médio.	Cursos de Aperfeiçoamento somando no mínimo 100h.	Habilitação em grau de ensino superior. Cursos de Aperfeiçoamento somando 360h.	Curso de Mestrado ou Doutorado.
Motorista	Habilitação em grau de ensino fundamental incompleto/completo.	Habilitação em grau de ensino médio.	Cursos de Aperfeiçoamento somando no mínimo 100h.	Habilitação em grau de ensino superior. Cursos de Aperfeiçoamento somando 360h.	Curso de Mestrado ou Doutorado.
Recepcionista/Telefonista	Habilitação em grau de fundamental completo/ensino médio.	Habilitação em grau de ensino superior	Cursos de Aperfeiçoamento, somando no mínimo 100h e no máximo 360h.	Cursos de Aperfeiçoamento somando 500h.	Curso de Mestrado ou Doutorado.
Assistente Administrativo I	Habilitação em grau de fundamental completo.	Habilitação em grau de ensino médio.	Cursos de Aperfeiçoamento na Área somando no mínimo 100h e no máximo 360h.	Habilitação em grau de ensino superior. Cursos de Aperfeiçoamento somando 500h.	Curso de Mestrado ou Doutorado.
Assistente Administrativo II	Habilitação em grau de ensino médio.	Habilitação em grau de ensino superior.	Cursos de Aperfeiçoamento; na Área somando 360h.	Cursos de Aperfeiçoamento somando 720h.	Curso de Mestrado ou Doutorado.
Técnico em Informática	Habilitação em grau de ensino médio	Habilitação em grau de ensino superior	Cursos de Aperfeiçoamento na Área somando 360h.	Cursos de Aperfeiçoamento na Área somando 720h.	Curso de Mestrado ou Doutorado.
Contador	Habilitação em grau de ensino superior e registro no CRC	Cursos de Aperfeiçoamento na Área; somando 360h.	Cursos de Aperfeiçoamento na Área acima de 360h	Cursos de Aperfeiçoamento na Área somando de 720h.	Curso de Mestrado ou Doutorado.
Auditor Público Interno	Habilitação em grau de ensino superior em Ciências Contábeis, Administração ou Direito.	Cursos de Aperfeiçoamento na Área; somando no mínimo 360h.	Cursos de Aperfeiçoamento na Área acima de 360h.	Cursos de Aperfeiçoamento na Área somando de 720h.	Curso de Mestrado ou Doutorado.
Advogado	Habilitação em grau de ensino superior em Direito	Cursos de Aperfeiçoamento na Área; somando no mínimo 360h.	Cursos de Aperfeiçoamento na Área acima de 360h.	Cursos de Aperfeiçoamento na Área somando 720h.	Curso de Mestrado ou Doutorado.

Art. 7º - O Anexo XI da Lei Municipal 824/2011 passa a viger com a seguinte redação:

Anexo XI

Contador

Nivel		Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E
1	1,03	5.096,36	6.115,63	7.971,40	11.159,96	11.558,53
2	1,06	5.402,14	6.482,57	8.449,68	11.829,56	12.252,04
3	1,09	5.555,03	6.666,04	8.688,83	12.164,36	13.354,73
4	1,12	5.707,92	6.849,51	8.927,97	12.499,16	13.722,29
5	1,15	5.860,81	7.032,98	9.167,11	12.833,95	14.089,85
6	1,18	6.013,70	7.216,45	9.406,25	13.168,75	14.457,41
7	1,21	6.166,60	7.399,91	9.645,39	13.503,55	14.824,97
8	1,24	6.319,49	7.583,38	9.884,54	13.838,35	15.192,53
9	1,27	6.472,38	7.766,85	10.123,68	14.173,15	15.560,09
10	1,3	6.625,27	7.950,32	10.362,82	14.507,95	15.927,65
11	1,33	6.778,16	8.133,79	10.601,96	14.842,75	16.295,22
12	1,36	6.931,05	8.317,26	10.841,10	15.177,55	16.662,78

Art. 8º - Fica acrescentado o Inciso X ao Anexo XXI - Das Atribuições dos Cargos Comissionados - da Lei Municipal 824/2011 com a seguinte redação:

ANEXO XXI

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS COMISSIONADOS

I – (...)

X – DO CARGO DE GERENTE CONTÁBIL

Gerencia às atividades da contabilidade, com cumprimento eficiente e eficaz dos procedimentos e rotinas administrativas, fazer classificação de despesas, os relatórios e registros, revisar as movimentações bancárias sejam estas de acordo com os princípios e normas contábeis (PCASP e MCASP) e financeiras, dentro dos prazos e das normas estabelecidas, os princípios legais, políticas e diretrizes adotadas, assegurando que reflitam corretamente a situação econômico-financeira. Administram o departamento pessoal, preparam obrigações acessórias, tais como a Declaração Anual do Imposto de Renda, visando o cumprimento da legislação específica.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 02 de outubro de 2018.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA/DRH Nº 223/2018

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal, Senhora **VANILA GUIA DE ALMEIDA,** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **de 20 de julho de 2013 a 19 de julho de 2018;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **VANILA GUIA DE ALMEIDA,** matrícula funcional 703.1**,** ocupante do Cargo/Função de Apoio Administrativo Educacional - Nutrição Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para ser usufruídas no período de 20 de Setembro de 2018 a 18 de Dezembro de 2018.

ART. 2º - Esta Portaria tem efeito retroativo a 20 de Setembro de 2018.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 24 de Setembro de 2018.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA/DRH Nº 222/2018

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal, Senhora **CLAUDIA CRISTINA TAVARES GRANDIZOLLI** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **de 15 de Agosto de 2013 a 14 de Agosto de 2018;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **CLAUDIA CRISTINA TAVARES GRANDIZOLLI,** matrícula funcional 3685.1**,** ocupante do Cargo/Função de Apoio Administrativo Educacional - Nutrição Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para ser usufruídas no período de 19 de Setembro de 2018 a 17 de Dezembro de 2018.

ART. 2º - Esta Portaria tem efeito retroativo a 19 de Setembro de 2018.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 24 de Setembro de 2018.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA/DRH Nº 221/2018

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal, Senhora **CRIS DAIANE DA SILVA DE LIMA** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **23 de Fevereiro de 2012 a 22 de Fevereiro de 2017;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **CRIS DAIANE DA SILVA DE LIMA,** matrícula funcional 1232.1**,** ocupante do Cargo/Função de Técnico de Desenvolvimento Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para ser usufruídas no período de 19 de Setembro de 2018 a 17 de Dezembro de 2018.

ART. 2º - Esta Portaria tem efeito retroativo a 19 de Setembro de 2018.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 24 de Setembro de 2018.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA/DRH Nº 220/2018

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal, Senhora **MARLENE MARIA LOURENÇO** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **02 de março de 2008 a 01 de março de 2013;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **MARLENE MARIA LOURENÇO,** matrícula funcional 3296.1**,** ocupante do Cargo/Função de Apoio Administrativo Educacional - Nutrição Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para ser usufruídas no período de 27 de Agosto de 2018 a 24 de Novembro de 2018.

ART. 2º - Esta Portaria tem efeito retroativo a 27 de Agosto de 2018.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 24 de Setembro de 2018.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 299/2018

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 299/2018

DATA: 1º de outubro de 2018

SÚMULA: NOMEIA COMISSÃO DE ESTUDO PARA REAVALIAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE IMÓVEIS DO PERIMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. **MAURO RIBOLDI,** Prefeito Municipal de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei, e:

Considerando a necessidade de levantar a real situação dos imóveis urbanos do município.

Considerando que a readequação da planta genérica valoriza a receita própria do município.

Considerando o desenvolvimento sócio econômico do município que agrega valores diferenciados aos imóveis situados no território do município.

Considerando a disposição legal, em conformidade com o Art. 192 da Lei Complementar 002/2006, que disciplina e orienta a atualização periódica da planta de valores ajustando-a a realidade do momento.

Considerando a organização administrativa e a responsabilidade gerencial da administração.

Considerando o relevante interesse público na atenção e controle da coisa pública.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Estudo para Reavaliação da Planta Genérica de Valores Urbanos do Município de Feliz Natal, que será composta respeitando o Art. 193 da Lei Complementar 002/2006, e adicionados os seguintes membros representantes:

I - Representante da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças:

Michel Cristiano Galante

II – Representante do Setor de Engenharia do Poder Público Municipal:

Jair Geuda Junior;

III - Representante do Poder Legislativo:

Txonto Ikpeng

IV - Representante do Mercado Imobiliário:

Simone Paula Debastiani Grassioto – Representante da Colonizadora Debastiane;

Ronaldo Dallagnol.

V - Representante da CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas:

Remy de Souza Alves Correia

Art. 2º - A Comissão de Estudos para Reavaliação da Planta Genérica de Valores Urbanos do Município de Feliz Natal será presidida pelo **Sr. Michel Cristiano Galante**.

Art. 3º - Os membros da Comissão de Estudos para Reavaliação da Planta Genérica de Valores Urbanos do Município de Feliz Natal reunir-se-ão, periodicamente, segundo chamado de seu Presidente, para as tomadas das deliberações que se fizerem necessárias, dando ciência das decisões ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Os membros da Comissão de Estudos para Reavaliação da Planta Genérica de Valores Urbanos do Município de Feliz Natal, não serão remunerados e seus serviços serão considerados de relevância social.

Art. 5º - Compete à Comissão de Estudos para Reavaliação da Planta Genérica de Valores Urbanos do Município de Feliz Natal, avaliar, estabelecendo estimativa econômico-financeira dos imóveis urbanos, bem como os valores das edificações existentes sobre os mesmos, mediante as informações e levantamentos disponibilizados, para fins de apuração do imposto Municipal IPTU.

§ 1º - Os valores apurados deverão conter no mínimo os elementos elencados no Art. 192 da Lei Complementar 002/2006.

§ 2º – A tabela com os novos valores, após a homologação do prefeito municipal, deverá ser publicada no átrio da Prefeitura Municipal de Feliz Natal.

§ 3º - Os eventuais recursos decorrentes das avaliações feitas pela Comissão serão por ela recebidos, resolvidos e encaminhados ao Prefeito Municipal para homologação.

Art. 6º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário e os dispositivos que com ela conflitem.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 1º DE OUTUBRO DE 2018.

MAURO RIBOLDI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

RESOLUÇÃO 002 - CMDCA

ESTADO DE MATO GROSSO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

GAUCHA DO NORTE /MT

RESOLUÇÃO N° 002/2018/CMDCA/ GAUCHA DO NORTE /MT

Dispõe sobre a Convocação III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GAUCHA DO NORTE, representado neste ato por seu Presidente, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 060, de 19 de Abril de 1999, e ainda considerando a Resolução nº 001/2018/CMDCA que dispõe sobre a Constituição da Comissão Organizadora da III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

R E S O L V E:

Art. 1° Convocar a III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o tema "Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências".

Art. 2° Estabelecer a data de 07 de novembro de 2018 para realizar a III Conferência Municipal;

Art. 3º A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será precedida da etapa municipal, nas quais serão escolhidos e indicados os delegados participantes para participar da etapa Estadual.

Art. 4º A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Gaúcha do Norte e, em sua ausência ou impedimento eventual, pelo Presidente da Comissão Organizadora.

Art. 5º O Regimento Interno da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será aprovado pelo Conselho Municipal e publicado por Portaria do Secretário Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. O Regimento Interno disporá sobre a composição das delegações de participantes sendo 5 (cinco) delegados por município sendo: 2 CMDCA (1 Gov. 1 Soc. Civil); 2 Adolescentes (1 menino e 1 menina) e 1 Conselheiro Tutelar.

Art. 6º As despesas com organização e realização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente correrão à conta das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Assistência Social de Gaúcha do Norte - MT.

Art. 7º As despesas de deslocamentos dos delegados (as) municipais, para a participação na Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, serão custeados pelo seu município de origem.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Registrada. Publicada. Cumpra-se.

Gaúcha do Norte - MT, 02 de Outubro de 2018.

_____

Cleusa Petrekic

Presidente do CMDCA - Gaúcha do Norte/MT

LEI Nº. 859-2018 - DOAÇÃO DE BOMBA PARA ALDEIA

LEI Nº. 859 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

SANCIONADA E PUBLICADA EM 02/10/2018

"Dispõe sobre a autorização para doação de uma bomba submersa 0. 5CV para a Aldeia Galpana e dá outras providências."

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 01/10/2018, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo realizar a doação de uma bomba submersa 0.5CV para poço artesiano a ser construído na Aldeia Galpana, situada no Município de Gaúcha do Norte-MT.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 02 de Outubro de 2018.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 001 - CMDCA

ESTADO DE MATO GROSSO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

GAUCHA DO NORTE /MT

RESOLUÇÃO N° 001/2018/CMDCA/ GAUCHA DO NORTE /MT

Dispõe sobre a Constituição da Comissão Organizadora da III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GAUCHA DO NORTE, representado neste ato por seu Presidente, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 060, de 19 de Abril de 1999, e ainda considerando a deliberação do Pleno em Reunião Ordinária realizada no dia 01 de outubro de 2018;

R E S O L V E:

Art. 1° Constituir a Comissão Organizadora da III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composta pelos seguintes representantes:

a) Neiry Silva Freitas – Representante da Secretaria Mun. De Educação;

b) Rosiner Lobilein – Representante da Secretaria Mun. E Saúde;

c) Lais Alves – Representante da Escola Estadual Gervásio dos Santos Costa;

d) Celia Aparecida Rodrigues Silva Cozes – Representante da Escola Municipal Bem Me Quer.

Art. 2º Compete à Comissão Organizadora:

I. Organizar e coordenar a III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II. Definir seu plano de ação e metodologia de trabalho;

III. Elaborar documento orientador contendo as diretrizes para a realização das etapas das Conferências, livres e municipais;

IV. Elaborar documento orientador para participação de crianças e adolescentes em proteção na Conferência;

V. Apoiar a construção da metodologia de sistematização das propostas provenientes das etapas das Conferências municipais;

VI. Elaborar a proposta metodológica e a programação da Conferência;

Art. 3º A III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mato Grosso será Convocada via Resolução específica do CMDCA.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Registrada. Publicada. Cumpra-se.

Gaúcha do Norte - MT, 02 de Outubro de 2018.

_____

Cleusa Petrekic

Presidente do CMDCA - Gaúcha do Norte/MTResolução 001(1)

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

EXTRATO DE CONTRATO N.º 062/2018

CONTRATANTE: Município de Glória D' Oeste – MT, CNPJ 37.464.955/0001-00.

CONTRATADO: a firma **CELSINHO VEÍCULOS EIRELLI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.707.442/0001-26, estabelecida na Av. Bernardo Sayão n.º 1332, Vila Lucimar em Inhumas-GO, representada neste ato por CELSO FRANCISCO BORGES NETO, brasileiro, portador do RG n.º 3578640 DGPC-GO do CPF n.º 809.433.301-49. Resolvem celebrar o presente Contrato nos termos do Edital de Pregão Presencial n. 03/2018 Ata de Registro de Preços, realizado pelo Município de Araguainha - MT

OBJETO: O presente contrato tem por objeto e finalidade a contratação de pessoa jurídica, objetivando a Aquisição de UM VEÍCULO TIPO VAN EXECUTIVA PARA UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE para Atender a Ação de Estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde. Mediante a ADESÃO firmada com o Município de Araguainha - MT, que se tornam parte integrantes deste contrato.

VALOR: O valor total do respectivo contrato é de **R$ 190.000,00** (cento e noventa mil Reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correção à conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente.

Código Reduzido: 304

Orgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 – Fundo Municipal de SAÚDE

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 0020 – Gerir com Qualidade a Atenção Básica

Recurso: 0020 – Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS

Projeto/Atividade: 1.054 – Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Básica

Elemento de Depesa: 4.4.90.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente.

VIGENCIA: **22/08/2018 á 22/10/2018.**

ATA DE ABERTURA DA CARTA CONVITE Nº. 04/2018

Aos (três) dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezoito às 8:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT, localizada na Avenida dos Imigrantes, n.º 2.000, centro, reuniu-se a referida Comissão de Licitação os senhores, Kellyton Ribeiro dos santos (Presidente), Everaldo Nunes da Silva (Secretário) e Weliton Zanetti **(**Membro), todos nomeados pela portaria n.º *096/2018 de 04 de Setembro de 2018* com o objetivo de receber, analisar, avaliar e julgar as propostas da Carta Convite n.º 04/2018, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para retomada da Construção da escola de educação Infantil – PROINFANCIA tipo B do convênio 710172/2008 FNDE com pequenos reparos, conforme Planilha dos serviços a serem executados. Foram convidadas as firmas: Ampla Construções e Empreendimentos LTDA – ME, J. Ferreira Lemos Empreendimentos Eireli – EPP, O. L. Cescon – ME, m. Das G. Passos Eireli e E. M. Pains Martins - ME, dando início a sessão verificou que somente estava presente com seu respectivo representante a empresa M. Das G. Passos Eireli, representada pela Sr.ª Maria Das Grassas Passos, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 03432114 SJ/MT e do CPF N.º 651.451.431-68. Verificamos que **foram realizados os protocolos dos envelopes contendo as documentações e as propostas, realizado pelas seguintes empresas: O. L. Cescon – ME protocolo sob o n. º 818 de 03/10/2018 e 819 de 03/10/2018 e a empresa J. Ferreira Lemos Empreendimentos Eireli protocolo n. º 821 de 03/10/2018 820 de 03/10/2018**. Estando todos de conformidade com a descrição da carta convite n. º 04/2018, editada e publicada pela Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT, tanto a empresa presente quanto as empresas que realizaram o protocolo dos envelopes, estão em conformidade com as características descritas no Edital. Assim dando início a primeira fase do certame, em que pese a habilitação jurídica das empresas convidadas, passamos a abertura dos envelopes, e verificamos que a empresa J. Ferreira Lemos Empreendimentos Eireli apresentou a Certidão Negativa De Débitos com INSS relativo a Regularidade Fiscal (letra b) vencida, enquanto as outrasempresas apresentaram em seu conteúdo todos os documentos exigidos pelo respectivo edital, ficando CLASSIFICADOS. A empresa mencionada acima, a qual apresentou a referida certidão vencida, pede, e como de direito fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias uteis para apresentação de uma nova certidão válida. Após assinaturas e abertura dos envelopes com a DOCUMENTAÇÃO, o Presidente da Comissão de Licitação colheu as assinatura dos presentes e procedeu a abertura dos envelopes 2 – PROPOSTA DE PREÇOS, circunstanciando a 2ª fase deste, onde foram analisados estes envelopes, para verificar se os mesmos estavam de acordo com as exigências do edital, onde identificamos que a Empresas interessadas ofereceram os seguintes valores global, conforme planilhas anexadas as propostas: Sendo, J. Ferreira Lemos Empreendimentos Eireli com valor global de R$ 325.059,87 (trezentos e vinte e cinco mil, cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos); O. L. Cescon – ME com valor global de R$ 328.681,64 (trezentos e vinte e oito mil, seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e quatro centavos) e a empresa M. Das G. Passos Eireli com o valor global de R$ 318.301,51 (trezentos e dezoito mil, trezentos e um reais e cinquenta e um centavos). Assim, após analisado as propostas, se consagrou vencedora, por apresentar a proposta de menor valor, a empresa **M. Das G. Passos Eireli, com valor global de R$ 318.301,51 (trezentos e dezoito mil, trezentos e um reais e cinquenta e um centavos)**, que lidas e analisadas foram transcritas para o mapa comparativo de preços, (vide mapa comparativo de valores). Após as fases legais deste certame, registramos o prazo para apresentação da documentação da empresa mencionada acima. Nada mais a acrescentar eu, Welinton Zanetti Ribeiro, (Membro) da comissão de Licitação, lavrei a presente ata, dando por encerrados os trabalhos da carta convite n. º 04/2018, que vai por mim assinada e pelos demais membros da Comissão.

Kellyton Ribeiro dos santos Everaldo Nunes da Silva Weliton Zanetti Ribeiro

Presidente Da Comissão Secretário Membro

Comissão Nomeada pela Portaria N.º 096/2018 de 04 de Setembro 2018.

PORTARIA N. º 104 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO

DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA

O Excelentíssimo Senhor PAULO REMÉDIO, Prefeito do Município de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, e tendo em vista o disposto no Artigo 84, inciso IX da lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo I - Conceder 30 (trinta) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do Art. 86, da Lei Complementar 017 de 01 de Abril de 2002, ao servidor **APARECIDO CARSOSO NEVES** portador da Cédula de Identidade RG N. º 504.869 SSP/MT e do CPF 531.312. 901-53, contando a partir da data do Atestado médico em 10/09/2018.

Artigo II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo III – Revogam – se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE,

ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 DE SETEMBRO DE 2018.

PAULO REMÉDIO

Prefeito Municipal

AVISO DE CONVOCAÇÃO DE TERCEIRO COLOCADO PREGÃO PRESENCIAL 07/2018 – PARA REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Glória D´Oeste - MT, através de seu Pregoeiro, torna público aos interessados, e em especial aos participantes do Pregão 07/2018, conforme sessão ocorrida no dia 13/09/2018, que, tendo em vista que a empresa classificada em segundo lugar não teve interesse em assumir o item n.º 21 do referido pregão, ficando, portanto, diante da não representação, liberada do compromisso.

Amparado na Legislação, fica convocada a Empresa IDEAL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS EIRELI classificada em terceiro lugar para o item n.º 20 com maior de 65% (sessenta e cinco por cento), devidamente habilitadas nos autos, já reconhecidamente habilitada e vencedora do referido item conforme mencionado acima, para manifestar seu interesse de contratar, conforme classificada no respectivo item julgado na Sessão. A contratação se dará nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço atualizado de conformidade com o ato convocatório. Caso não aceite será convocado(s) o(s) quarto(s) classificado(s) e assim sucessivamente até a conclusão do processo.

Glória D´Oeste - MT, 03 De Outubro de 2018.

FETTERMMAN FONSECA SEBASTIÃO

PREGOEIRO

PORTARIA N.º 105 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE - MT.

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO,** Prefeito Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, e tendo em vista o disposto no Artigo 84, inciso IX da lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo I - Conceder Licença Prêmio, nos termos do Artigo 90 da Lei Complementar N. º 057 de 16/02/2016 a Servidora **ROZANGELA CAMIM FERNANDES**, brasileira, portadora do RG n. º 109.5082-6/SSP-MT SSP/MT e do CPF 959.314.301-72 que exerce o Cargo de Técnica de Enfermagem, referente ao período de 2012/2017 a partir de 15 de Outubro de 2018.

Artigo II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo III – Revogam – se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO

EM 01 DE OUTUBRO DE 2018.

PAULO REMÉDIO

Prefeito Municipal, de Glória D´Oeste – MT.

PORTARIA N. º 103 DE 24 DE SETEMBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE - MT.

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMEDIO**, Prefeito Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 058 de 16 de Fevereiro de 2016.

R E S O L V E:

Artigo I – Conceder ELEVAÇÃO DE NIVEL ao servidor abaixo relacionado;

Ordem	NOME FUNCIONÁRIO	CARGO	Padrão Classe Nível (Atual)	Padrão Classe Nível (DE ELEVAÇÃO)
01	JOSE MARTINHO BERGAMASCO	Operador de Máquinas Pesadas	C/VII	C/VIII

Artigo II – Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE – SE ,

PUBLIQUE – SE,

CUMPRA – SE.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 24 DE SETEMBRO DE 2018.

PAULO REMÉDIO

Prefeito do Município de Glória D´Oeste/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2018 – SRP

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº **070/2018 - SRP**, obteve o seguinte resultado: A empresa **ELIANE E. D. GUIMARÃES & CIA LTDA,** sagrou-se vencedora para todos os itens do certame com **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**: **GASOLINA COMUM: 5,90%**, **ETANOL: 6,00%**, **DIESEL S10: 7,40%, DIESEL S500: 6,80%**. O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Guarantã do Norte/MT, 03 de outubro de 2018. **Gutenberg Xavier Alves dos Santos/Pregoeiro**.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2018-SRP

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT torna público que realizará a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2018** cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MUDAS DE GRAMA E PLANTAS ORNAMENTAIS**, tudo em conformidade com as disposições no Edital e seus Anexos, que o integram e complementam, **para todos os efeitos jurídicos legais.** A abertura do certame está prevista para ***19/10/2018 às 08h00min*** (horário de Mato Grosso), na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O edital encontra se disponível no endereço eletrônico

www.guarantadonorte.mt.gov.br ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135. Guarantã do Norte/MT, 03 de outubro de 2018**. Gutenberg Xavier Alves Dos Santos /Pregoeiro.**

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 067/2018.

Ratificada a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do artigo 24, inciso XVII, da Lei Federal 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal 8. 883/94, conforme parecer favorável da Assessoria Jurídica e parecer da Controladoria Interna. OBJETO: Aquisição de peças para revisão do veículo ETIOS placa QCB 9594 de 80.000 km de propriedade do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal. CONTRATADA: DISVECO LTDA. VALOR: R$ 982,29 (novecentos e oitenta e dois reais e vinte e nove centavos). ENTREGA: Imediata. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso XVII, da Lei Federal 8.666/93. Ratifico o presente dispensa de licitação nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e de conformidade com o parecer jurídico e parecer da Controladoria Interna e justificativa anexo ao Processo de Compra nº 2509/2018. Guarantã do Norte-MT, 03 de Outubro de 2018. Érico Stevan Gonçalves/Prefeito Municipal.

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2018 - SRP

O Município de Guarantã do Norte torna público para conhecimento dos interessados, que foi **Retificado** o edital do **Pregão Presencial nº 074/ 2018 - SRP** cujo objeto **é REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresas especializadas no **FORNECIMENTO DE MATERIAL ORTOPÉDICO, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I)**. E **Prorrogado** à abertura do certame para o dia **18/10/2018 às 08h00min** (horário de Mato Grosso), na salade licitações/reuniões, na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O edital e o Edital Retificado encontram se disponíveis no endereço eletrônico http://www.guarantadonorte.mt.gov.br/Licitacoes/ ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135. Guarantã do Norte/MT, 03 de outubro de 2018. ***Silvana de Lourdes Pereto/Pregoeira.***

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

PORTARIA Nº 031/2018

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº053/2017 DE GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ.

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a **Portaria nº053/2017** que nomeou o Senhor **VANDERLEY DOS SANTOS JACINTO,** como Gerente de Administração da Frota da Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3.º - Comunique-se a Secretaria de Administração, para que faça as devidas anotações e registros.

Art. 4.º - Registra-se, publica-se, e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Indiavaí, ao dois (02) dia do mês de Outubro (10) de Dois Mil e Dezoito (2018).

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 059/2018

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Rua Florianópolis, n° 200, centro – Itanhangá-MT, através de sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio, torna público que encontra-se aberta na Modalidade **Pregão Presencial n° 059/2018**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto o **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de toners, cartuchos e refil de tinta para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT.".** Regem a presente licitação a lei Federal n° 10.520/02, subsidiariamente, a Lei n° 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **17 de outubro de 2018, às 08:00hs (oito horas)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, ou no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br.

Itanhangá-MT, 03 de outubro de 2018.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE PUBLICAÇÃO - PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2018

Em conformidade com o disposto no art. 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais disposições legais abaixo mencionado, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para **Dispensa de Licitação para "Aquisição de Relógio de Ponto Eletrônico para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT.".**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, c/c art. 3º da Lei Municipal nº 368/2015 e Art. 2º, inciso I da Lei Municipal n° 433/2017.

CONTRATADA: KOVALESKI ASSISTENCIA TECNICA LTDA – EPP.

CNPJ: 05.988.570/0001-55

Endereço: Av. das Emas, n° 2411W, Parque das Emas.

Cidade de Lucas do Rio Verde – MT – CEP: 78455 – 000.

VALOR GLOBAL: R$ 20.437,50 (vinte mil quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Itanhangá–MT, 03 de outubro de 2018.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 056/2018

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, torna público que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 056/2018**, instaurada para o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte de resíduos sólidos (Classe IIA e IIB NBR 10.004 ABNT).".,** teve como vencedora a empresa: **M R G C ABRAHÃO – EPP – CNPJ: 09.610.754/ 0001-38,** sagrou-se vencedora com o valor total da proposta de R$ 173. 376,00 (cento e setenta e três mil trezentos e setenta e seis reais).

Itanhangá-MT, 03 de outubro de 2018.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

GABINETE DO PREFEITO
LEIS

LEI COMPLEMENTAR Nº 096/2018

SUMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O CARGO DE PROFESSOR LICENCIATURA PLENA COM CARGA HORÁRIA DE 18 (DEZOITO) HORAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 023/2009 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI,** Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições autorizadas por Lei, faz saber que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º -Fica criado no Anexo III da Lei Complementar Municipal 023/2009 o Cargo de Professor de Licenciatura Plena conforme tabela abaixo:

Nº Cargos	Denominação	Carga Horária	Padrão	Coeficiente	Remuneração Inicial
20	Professor – Licenciatura Plena	18	5A	3,66	R$ 1.644,21

Art. 2º - As Atribuições do Cargo de Professor Licenciatura Plena – 18 horas, são as mesmas previstas no art. 10 da Lei Complementar 023/ 2009.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de Outubro de 2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 097/2018

SUMULA: "DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DA CARGA HORÁRIA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI,** Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições autorizadas por Lei, faz saber que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º -A carga horária semanal de trabalho dos Professores da Educação Básica da Rede Pública Municipal de Ensino poderá ser estendida, em caráter temporário, para ministrar conteúdo curricular para o qual seja habilitado no cargo que ocupa, em situações como:

I - Substituição: é de cunho eventual, transitório ou esporádico e destina-se aos professores designados para substituir o titular de regência de classe em licenças ou afastamentos legais;

II - Aula suplementar: se dará por força de exigência curricular e/ou em situações de regência de sala e que não há aulas em número suficiente para justificar abertura de uma nova vaga, ultrapassando a quantidade de 10 (dez) horas aulas semanais.

Art. 2º - A extensão temporária de carga horária só será autorizada mediante a comprovação da necessidade, atestada e ratificada pelo titular da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - A extensão da carga horária mediante aula suplementar de que trata esta lei terá remuneração proporcional ao valor do vencimento do cargo, considerando seu nível e classe em que o servidor efetivo estiver e dentro do período letivo.

Parágrafo Único - O valor a ser pago a título da hora aula por substituição será de R$ 60,00 (sessenta reais), devendo este valor ser atualizado na mesma data e pelo mesmo índice de revisão de salários dos servidores da Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 4º - A possibilidade de extensão de carga horária será oferecida, prioritariamente, ao professor efetivo titular de 01 (um) cargo público, quando o mesmo demonstrar interesse na sua ficha de inscrição do processo de distribuição e atribuição de classes e/ou aulas.

§1º - Poderá ser estendida a carga horária de trabalho do professor contratado em caráter temporário, seguindo os mesmos critérios estabelecidos aos professores efetivos.

§2º - A carga horária máxima de um professor, incluindo a extensão de jornada e horas atividades, não poderá ultrapassar 48 horas semanais, observada a compatibilidade de horários e com horas-atividades em horários preestabelecidos pela equipe gestora de cada unidade escolar em concordância com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 5º - A extensão de carga horária será concedida a cada ano letivo e findar-se-á quando cessarem os motivos da extensão, podendo ser ao término do ano letivo ou automaticamente, quando do retorno do titular ao cargo.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá cessar a extensão de carga horária a qualquer tempo, através de ato próprio.

Art. 6º - É vedada a atribuição de extensão de carga horária ao professor que:

I – Estar afastado do efetivo exercício do cargo durante o período computado a referida atribuição de aula;

II – Retornar da Licença de Natureza Técnico-Pedagógica, Licença Para Qualificação Profissional, Licença para tratar de Interesses Particulares, Licença para Tratar da Saúde de Pessoa da Família.

III – Servidor que se encontrar em cargos de confiança durante período letivo, exceto o servidor que estiver encerrando o mandato eletivo.

Parágrafo único - Ao professor em extensão de carga horaria que afastar-se por motivo de saúde ou por outros motivos, ao seu retorno, ficará a critério da Secretaria Municipal de Educação e Cultura a disponibilidade da extensão das aulas.

Art. 7º - Anualmente a Secretaria Municipal de Educação e Cultura divulgará edital que estabelece as condições de participação no processo de extensão de carga horária.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de Outubro de 2018

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 48/2018 DE: 01.08.2018

"Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 351.024,60 (trezentos e cinquenta mil, vinte e quatro reais e sessenta centavos), em favor das Secretarias Municipais de Assistência Social, de Educação, de Saúde, e de Infraestrutura, e dá outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1001/2017 de 08/12/2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R$ 351.024,60 (trezentos e cinquenta mil, vinte e quatro reais e sessenta centavos), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
2.078	528	0015	3.3.90.30.00.00.00.00	4.500,00
2.075	1436	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	11.000,00
2.116	907	0002	3.3.90.14.00.00.00.00	2.000,00
2.165	1268	0000	3.3.90.30.00.00.00.00	5.000,00
2.005	49	0000	3.3.90.91.00.00.00.00	55.574,88
2.087	591	0022	3.3.90.30.00.00.00.00	20.200,00
2.126	998	0000	3.3.90.30.00.00.00.00	1.000,00
1.076	783	0000	3.3.90.30.00.00.00.00	17.000,00
2.067	507	0001	3.3.90.39.00.00.00.00	4.328,00
2.122	964	0002	3.3.90.39.00.00.00.00	13.614,90
1.064	643	0000	3.3.90.30.00.00.00.00	6.000,00
2.120	948	0002	3.3.90.39.00.00.00.00	19.100,00
2.039	353	0000	3.3.90.39.00.00.00.00	2.000,00
2.087	591	0022	3.3.90.30.00.00.00.00	35.000,00
2.087	591	0022	3.3.90.30.00.00.00.00	11.000,00
2.111	822	0000	3.3.90.30.00.00.00.00	10.781,82
2.087	591	0022	3.3.90.30.00.00.00.00	7.500,00
2.051	392	0000	4.6.90.71.00.00.00.00	53.595,00
2.151	1178	0000	3.3.90.36.00.00.00.00	2.000,00
2.125	991	0002	3.3.90.36.00.00.00.00	5.000,00
2.168	1305	0000	3.3.90.14.00.00.00.00	380,00
2.064	478	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	50.000,00
2.115	896	0002	3.3.90.14.00.00.00.00	2.000,00
2.151	1178	0000	3.3.90.36.00.00.00.00	3.000,00
2.028	245	0000	3.3.90.30.00.00.00.00	100,00
2.078	1439	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	3.000,00
2.079	1440	0001	3.3.90.30.00.00.00.00	3.000,00
2.126	1000	0002	3.3.90.36.00.00.00.00	3.000,00
1.022	640	0000	4.4.90.52.00.00.00.00	350,00
TOTAL				**351.024,60**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
1.111	1288	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	4.500,00
1.111	1288	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	11.000,00
1.111	1288	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	2.000,00
1.111	1288	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	5.000,00
2.082	1299	0000	3.3.90.36.00.00.00.00	46.014,88
1.111	1288	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	9.560,00
1.111	1288	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	20.200,00
1.111	1288	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	1.000,00
1.111	1288	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	17.000,00
1.111	1288	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	4.328,00
1.111	1288	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	13.614,90
1.111	1288	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	6.000,00
1.111	1288	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	19.100,00
1.111	1288	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	2.000,00
1.070	775	0000	3.3.90.36.00.00.00.00	10.000,00
1.070	776	0000	3.3.90.36.00.00.00.00	20.000,00
1.074	781	0000	3.3.90.39.00.00.00.00	5.000,00
1.111	1288	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	11.000,00
1.115	1293	0000	3.3.90.30.00.00.00.00	10.781,82
1.115	1294	0000	3.3.90.36.00.00.00.00	7.500,00
1.115	1295	0000	3.3.90.39.00.00.00.00	27.710,00
1.077	792	0030	3.3.90.39.00.00.00.00	25.000,00
1.111	1288	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	885,000
1.100	1123	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	7.000,00
1.110	1285	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	380,00
1.110	1285	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	50.000,00
1.110	1285	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	2.000,00
1.110	1285	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	3.000,00
1.110	1285	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	100,00

1.110	1285	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	6.000,00
1.110	1285	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	3.000,00
1.110	1285	0000	4.4.90.51.00.00.00.00	350,00
TOTAL				**351.024,60**

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de agosto de 2018.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA 087/2018.

PORTARIA LEGISLATIVA 087/2018.

Dispõe sobre horário de expediente no dia 02 de outubro de 2018 e, dá outras providências.

RONIVON SILVA MINGOTTI, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso de suas atribuições legais que lhes confere a Lei e,

CONSIDERANDO o falecimento do sr. **Luciano Alves** (ticão) , ocorrido na noite de 01 de outubro de 2018;

CONSIDERANDO que o falecido foi servidor público Municipal e vereador no município no período de 2009/2012, com relevantes serviços prestados ao Município e seu falecimento causou grande comoção junto as unidades administrativas;

CONSIDERANDO Decreto Municipal nº 056/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo no âmbito da Câmara Municipal de Itiquira;

Art.2º-Ficam suspensos somente os atendimentos externos, e os trabalhos internos somente os indispensáveis.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT., 02 de outubro de 2018.

Ronivon Silva Mingoti

Presidente

(Gestão 2017/2018)

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 011/2018

DECRETO LEGISLATIVO Nº 011/2018

"Dispõe sobre a transferência da Sessão Ordinária do dia 02 de outubro de 2018 para o dia 09 de outubro".

A MESA DIRETORA DA CAMARA MUNICIPAL, **I,** no uso de suas atribuições legais que lhes confere a Lei;

Considerando o falecimento do sr. **Luciano Alves** (ticão), ocorrido na noite de 01 de outubro de 2018;

Considerando que o falecido foi servidor público Municipal e vereador no município no período de 2009/2012, com relevantes serviços prestados ao Município e seu falecimento causou grande comoção junto as unidades administrativas;

Considerando o **artigo 4º** do regimento interno da Câmara Municipal que prevê a transferências das sessões ordinárias por motivo justificado.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Transferida a Sessão Ordinária marcada para 02 de outubro de 2018, para o dia 09 de outubro de 2018 as 19 horas (terça feira).

Art. 2º - Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as publicações em contrário.

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

RONIVON SILVA MINGOTI

Presidente

MARCIO A. FONTES

1ºSecretário

JOSENILDO ALVES MARTINS

2º Secretário

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 230, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

Concede Licença Prêmio por Assiduidade à servidora que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, às servidoras abaixo relacionadas:

1. DEJANIRA CARDOSO MENDONÇA VELASCO DOS SANTOS, servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, empossada em 01/03/2000, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 09/10/2018 à 09/01/2019, referente ao período aquisitivo 01/03/2010 a 01/03/2015,** com o retorno aos trabalho no dia **10/01/2019.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 03 de outubro de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 229, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

Nomeia o Servidor que menciona para exercer cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear o Servidor abaixo relacionado, para o exercício dos cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, **a partir do dia 03 de outubro de 2018**, como segue:

I- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

1- LUCAS DANTAS VITORIO RODRIGUES

CPF-MF: 007.451.551-97

Secretário Adjunto de Desenvolvimento Urbano – SADU

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 03 de outubro de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2018

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2018

A Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Avenida Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, através da senhora Juliane Presotto, pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivandoo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, A FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado:**DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES – EIRELI, CNPJ nº 21.504.525/0001-34**sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 20.430,18 (vinte mil quatrocentos e trinta reais e dezoito centavos); FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME, CNPJ nº 22.803.038/0001-35** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 43.217,59 (quarenta e três mil duzentos e dezessete reais e cinquenta e nove centavos), GIGA COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES, ALIMENTICIOS E SUPRIMENTOS LTDA ME, CNPJ nº 14.800.997/0001-79** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 6.988,25 (seis mil novecentos e oitenta e oito reais e vinte e cinco centavos); DENTAL OPEN COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA – EPP, CNPJ nº 08.849.206/0001-00** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 5.129,30 (cinco mil cento e vinte e nove reais e trinta centavos); DENTAL OESTE EIRELI – EPP, CNPJ nº 05.412.147/0001-02** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 6.492,18 (seis mil quatrocentos e noventa e dois reais e dezoito centavos); TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, CNPJ nº 13.851.726/0001-80** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 2.102,83 (dois mil cento e dois reais e oitenta e três centavos).**

Itiquira/MT, 03 de outubro de 2018.

Juliane Presotto

Pregoeira

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 228, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

"Exonerar o Servidor que menciona de exercer cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Exonerar o servidor abaixo relacionado, do exercício dos cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração**, a partir do dia 02 de outubro de 2018,** conforme segue:

1- LUCAS DANTAS VITORIO RODRIGUES

CPF-MF: 007.451.551-97

Coordenador de Gestão e Planejamento – CGP

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 01 de outubro de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 004/2018 AVISO DE PRORROGAÇÃO E RETIFICAÇÃO DO EDITAL.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 004/2018

AVISO DE PRORROGAÇÃO E RETIFICAÇÃO DO EDITAL.

O Coordenador da Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal de Juara, José Roberto Pereira Alves, designado pela Portaria GP n.º 131/2018, torna público, a todos os interessados em participar do referido certame, cujo objeto é: Concessão de Uso Oneroso de Espaço Público para Construção de Hangar Destinado ao Abrigo de Aeronave no Aeródromo Municipal, de Área Medindo 1.095 m², da Matrícula n.º 10.873 do Registro Geral de Imóveis do município de Juara, conforme planta e memorial descritivo anexos e Lei Municipal n.º 2.619, de 23 de novembro de 2016, a ALTERAÇÃO data de realização do certame supracitado para o dia 19 de novembro de 2018 às 09h00m - Horário Local. **Motivação:** Retificações Editalícias.

Juara, 03 de Outubro de 2018.

José Roberto Pereira Alves

Coordenador de Licitações

portaria GP n.º 131/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO DE ADITIVO DE CONTRATO

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE ADITIVO DE CONTRATO

Conforme segue:

1 – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a retificação do 1° Termo Aditivo ao Contrato 072/2018 – Redução de Valor, Pregão Eletrônico 004/2018, para Aquisição de Implementos Agrícolas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Juruena, conforme contrato de REPASSE OGU N° 832611/2016, Operação 1032927-02, de acordo com as especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo no Edital.

2 – DAS RETIFICAÇÕES

Onde se lê:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR 3.1. O valor contratado anteriormente foi renegociado junto ao Contratado, passando a vigorar o seguinte:

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR
01	DISTRIBUIDOR DE CALCARIO, FERTILIZANTE E COMPOSTOS ORGANICOS, CAPACIDADE MINIMA PARA 6T E MAXIMA PARA 8T, COM ESTEIRA DE AÇO MODULADO DE NO MINIMO 800MM, CABEÇALHO APARAFUSADO, SISTEMA TANDEM, DEFLETOR PARA APLICAÇÃO DE CALCARIO FACILMENTE REMOVIVEL, COM 4 PNEUS NOVOS DE, NO MINIMO, 7.50X16, GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES PREVALECENDO A DO FABRICANTE, CASO MAIOR.	UNID	01	IAC MOD. DAS 600	23. 786,41
02	DISTRIBUIDOR DE ADUBOS E FERTILIZANTES E ESPALHADOR DE SEMENTES, HIDRAULICO, COM DISCO E CAPACIDADE MINIMA DE 600KG E MAXIMA DE 800KG, GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES PREVALECENDO A DO FABRICANTE, CASO MAIOR.	UNID	01	SÃO JOSE MOD. DS 600	3. 201,46

VALOR TOTAL AJUSTADO R$ 26.987,87

Deve-se ler:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR 3.1. O valor contratado anteriormente foi renegociado junto ao Contratado, passando a vigorar o seguinte:

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR
01	DISTRIBUIDOR DE CALCARIO, FERTILIZANTE E COMPOSTOS ORGANICOS, CAPACIDADE MINIMA PARA 6T E MAXIMA PARA 8T, COM ESTEIRA DE AÇO MODULADO DE NO MINIMO 800MM, CABEÇALHO APARAFUSADO, SISTEMA TANDEM, DEFLETOR PARA APLICAÇÃO DE CALCARIO FACILMENTE REMOVIVEL, COM 4 PNEUS NOVOS DE, NO MINIMO, 7.50X16, GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES PREVALECENDO A DO FABRICANTE, CASO MAIOR.	UNID	01	IAC MOD. DAS 600	22. 709,42
02	DISTRIBUIDOR DE ADUBOS E FERTILIZANTES E ESPALHADOR DE SEMENTES, HIDRAULICO, COM DISCO E CAPACIDADE MINIMA DE 600KG E MAXIMA DE 800KG, GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 MESES PREVALECENDO A DO FABRICANTE, CASO MAIOR.	UNID	01	SÃO JOSE MOD. DS 600	3. 297,50

VALOR TOTAL AJUSTADO R$ 26.006,92 e onde se lê: Juruena – MT, 27 de agosto de 2017 **deve-se ler:** Juruena – MT, 27 de agosto de 2018 **3 – DAS RATIFICAÇÕES**

A partir da presente data, ficam ratificadostodos os demais itens do 1° Termo Aditivo ao Contrato 072/2018 – Redução de Valor, que não foram alterados pelo presente Termo, surtindo todos os efeitos administrativos.

Juruena-MT, 03 de outubro de 2018.

_____

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Juruena, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 60/2016, de 05/04/2016, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia **17/10/2018**, às 08:00 horas, no endereço, Avenida Quatro de Julho, 360, Centro, Juruena - MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação **Pregão Presencial Nº 047/2018, Processo Administrativo Nº 067/2018**. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site www.pmjuruena.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1346 ou pelo email: licitacao@pmjuruena.com.br.

Objeto da Licitação: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Pedreiro em Geral, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Juruena, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo no Edital, pelo período de 12 meses. Juruena - MT, 03 de outubro de 2018.

NELSON COUTINHO DE MENEZES Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 143/2018 28 DE SETEMBRO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO

DE INTEGRAÇAO DE ENSINO E SERVIÇOS DE EDUCAÇAO PERMANENTE MUNICIPAL DA CIDADE DE LAMBARI D´OESTE-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

EDVALDO ALVES DOS SANTOS, Prefeito do Município de Lambari D´Oeste/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1° - Ficam nomeados a Coordenação e os membros para constituir

a Comissão de Integração de Ensino e Serviços de Educação Permanente Municipal de Lambari d'Oeste-MT;

Coordenadora da Comissão de Integração de Ensino e Serviços de Educação Permanente de Saúde Municipal. **Tânia Mara Da Silva Azevedo Fockink** Membros da Comissão de Integração de Ensino e Serviços de Educação Permanente Municipal:

Tânia Mara Da Silva Azevedo Fockink

Sandra Fernandes Vaz

Bruna Tiago Pessoa

Solaine Bento Vittorazzi

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI D´OESTE/MT, 28 DE SETEMBRO DE 2018.

Edvaldo Alves Dos Santos

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 142/2018, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Concede Licença-Saúde a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 72, inciso I, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder Licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

LUCIANA BATISTA DA SILVA, - CONTADORA, Lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, pelo período de 30(trinta) dias a contar de 20/09/2018 a 19/10/2018 conforme consta em atestado Médico;

ART. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Retroagindo seus efeitos ao dia 20 de setembro de 2018.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e dezoito.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 042/2017

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 042/2017

LOCADOR: FRANCISCO VIEIRA LUZ

CPF: 178.877.471-04

OBJETO DO CONTRATO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NA AVENIDA BOA VISTA, S/Nº, MEDINDO APROXIMADAMENTE 108,70 M2, COMPOSTO POR UM SALÃO COMERCIAL MEDINDO 90 M2, QUE SERÁ DESTINADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE – MT E OUTRO (TIPO SOBRADO), MEDINDO 18,70 M2, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO, DESPORTO, LAZER E MEIO AMBIENTE.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 09 (NOVE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 30 DE SETEMBRO DE 2018 ATÉ 30 DE JUNHO DE 2019.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA CLÁUSULA QUARTA DO REFERIDO CONTRATO, BEM COMO NO ARTIGO 57 DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 27 DE SETEMBRO DE 2018.

DISPENSA DE LICITAÇAO 036/2018 TERMO DE RATIFICAÇAO

DISPENSA DE LICITAÇAO 036/2018

TERMO DE RATIFICAÇAO

O prefeito municipal de Lambari D´Oeste –MT, Estado De Mato Grosso, srº EDVALDO ALVES DOS SANTOS, torna público que em virtude da haver concordado com a justificativa apresentada no processo de contratação direta com a empresa MILLENIUN PAPELARIA E MAT. DE INFORMATICA -LTDA, CNPJ: 07.787.944/0001-08 localizada, Av. Isaac Povoas, n 475, Centro Sul , CEP: 78005-340, Cuiabá -MT, cujo objeto: **AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA DOAÇÃO NA FESTIVIDADE DO DIA DAS CRIANÇAS NO MUNICIPIO DE LAMBARI D´OESTE -MT**" em um valor total de R$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais) onde formulou se expediente de dispensa de licitação 036/2018, fulcrada nas disposições do art.24, inciso II da lei federal 8.666/93, RATIFICA a justificativa, ordena sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal , e autoriza a contratação da MILLENIUN PAPELARIA E MAT. DE INFORMATICA -LTDA para realização do objeto.

Lambari D´Oeste, MT 03 de outubro de 2018

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N.º 042/2018,

DE 07 DE AGOSTO DE 2018.

"Cria e nomeia o **CIES** Municipal de Educação Permanente em Saúde –, como grupo condutor das ações de Educação Permanente em Saúde no município de Lambari D´Oeste/MT".

O SENHOR EDVALDO ALVES DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62 e 90, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO as Portarias do Ministério da Saúde nº. 198/GM de 13 de fevereiro de 2004, a Portaria nº. 1996 de 20 de agosto de 2007, que instituem e dispõem sobre a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e a Portaria N° 278/GM/MS de 27/02/2014 que institui as diretrizes para a implementação da Política de Educação Permanente em Saúde, no âmbito do Ministério da Saúde (MS) e demais normas pertinentes a matéria.

D E C R E T A:

Artigo 1°- Fica criado a CIES (Comissão de Integraçao de Ensino e Serviços Municipal de Educação Permanente em Saúde – para implantar o plano de trabalho municipal na área da educação permanente em saúde, com ações metas, mecanismos de monitoramento e demais compromissos no que tange a aplicação da legislação pertinente a matéria.

Artigo 2°- A Comissão de Educação Permanente - CIES tem por finalidade ser um grupo condutor atuando como espaço do saber interinstitucional de formação, capacitação, habilitação e educação permanente de recursos humanos para a preparação destes para o trabalho em toda a rede municipal na abrangência do município de Lambari D´Oeste/MT.

Artigo 3°- A Comissão de Educação Permanente - **CIES** tem por finalidade atuar em parceria com a CIES **Regional de Cáceres-MT**, as demais Secretarias Municipais de Lambari D´Oeste/MT, as Escolas Técnicas do SUS e demais Escolas Estaduais e Lambari D´Oeste/MT e ainda órgãos que atuarem nas atividades para a implementação da Política de Educação Permanente em Saúde.

Art. 4º - Este Decreto e respectivo Regulamento entrarão em vigor a partir de sua data de publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 043/2017

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 043/2017

CONTRATADA: CARLOS HENRIQUE DE LIMA THEODORO 04212340160

CNPJ: 26.857.297/0001-08

OBJETO DO CONTRATO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CARRO DE SOM NAS DIVULGAÇÕES DE PROGRAMAS ASSISTÊNCIAIS DE INTERESSE DA POPULAÇÃO, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E DEMAIS ATOS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIO.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 9 (NOVE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 30 DE SETEMBRO DE 2018 ATÉ 30 DE JUNHO DE 2019.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA CLÁUSULA TERCEIRA DO REFERIDO CONTRATO, BEM COMO NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE – MT, 27 DE SETEMBRO DE 2018.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 038/2017

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 038/2017

LOCADOR: SEBASTIÃO SILVA GOMES

CPF: 110.090.201-53

OBJETO DO CONTRATO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA AVENIDA BOA VISTA, Nº 148-N, ESQUINA COM A RUA SEPOTUBA, COMPOSTO DE 02 (DOIS) SALÕES COMERCIAIS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 300 M2, QUE SERÃO DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA FUNCIONAMENTO DO CRAS.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 09 (NOVE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 30 DE SETEMBRO DE 2018 ATÉ 30 DE JUNHO DE 2019.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA CLÁUSULA QUARTA DO REFERIDO CONTRATO, BEM COMO NO ARTIGO 57 DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 27 DE SETEMBRO DE 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP N° 351/2018

DATA: 21 de setembro de 2018.

SÚMULA: Prorroga Auxilio Doença de Servidor Público Municipal Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Prorrogar o auxílio doença do servidor Sr. Edivaldo Augustinho dos Santos, Professor 40hs, matrícula nº 420, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme benefício concedido através da Portaria da PREV n° 074/2018 e processo administrativo do Previlândia nº 2018.01. 00000019, até 20.10.2018, conforme perícia médica.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 21 de setembro de 2018.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Sonia Martinis

Sec. Municipal de Educação

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE REAJUSTE DE PREÇOS

OBJETO: O objeto do presente é o reajuste concedido a Ata de Registro de Preços nº 033/2018, referente ao Pregão Presencial nº 020/2018, objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Combustíveis para Manutenção da Frota de Veículos, Máquinas e Equipamentos de Diversas Secretarias do Município de Marcelândia/MT.

CONTRATADA: COMÉRCIO DE PETROLEO AVENIDA LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

Reajuste:

Gasolina de R$ 4,48, com o reajuste passa a ser R$ 4,75 (litro);

Diesel de R$ 3,83, com o reajuste para a ser R$ 4,06 (litro);

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 342/2018

DATA: 03 de setembro de 2018.

SÚMULA: Exonera Servidora Pública Municipal Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - A pedido exonerar a partir de 03 de setembro de 2018, a Sra. Jhessyck Rhaiany Araujo Oliveira, brasileira, portadora do RG nº 219214620020 SSP/MT inscrita no CPF sob n° 026.017.901-99, servidora efetiva no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Matrícula n° 2574, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de setembro de 2018.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretário Mun. de Saúde e Saneamento.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP N° 338/2018

DATA: 03 de setembro de 2018.

SÚMULA: Dispõe sobre progressão de nível de servidora efetiva em cargo de carreira, em razão do Plano de Cargos, Carreira, remuneração e Estatuto dos Profissionais da Educação Pública do Município de Marcelândia -MT– Lei nº 761/2011 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, Sr. Arnóbio Vieira de Andrade, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

ART. 1°- De acordo com artigo 44 e §s da Lei nº 761/2011, fica concedido a partir de 01/09/2018, Progressão Funcional, da Classe “A” Nível 04 para Classe “A” Nível 05, a Sra. Sandra de Farias, servidora efetiva no cargo de Apoio Administrativo Escolar - Zeladora, carga horária 40 horas semanais, matricula n° 793, admitida em 01.08.2006, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de setembro de 2018.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Sonia Martinis

Secretária Mun. de Educação

Registre-se e afixe-se

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 352/2018

DATA: 21 de setembro de 2018.

SÚMULA: Programa Municipalidade Cidadã que prorroga licença maternidade de Servidora Pública Municipal Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal 800/2012 de 29 de junho de 2012, prorrogar por 60 (sessenta) dias a duração da licença Maternidade da Servidora Sra. Eliseane Alves Teixeira Battisti, efetiva no cargo de Professora 30 horas, matrícula 2694, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no período consecutivo de 29 de setembro de 2018 a 28 de novembro de 2018, com direito a sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos de percepção do salário – maternidade.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de setembro de 2018.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Sonia Martinis

Secretária Municipal de Educação.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 339/2018

DATA: 03 de setembro de 2018.

SÚMULA: Concede Licença Prêmio em Gozo a Servidora Pública Municipal Regime Jurídico Estatutário Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - A pedido da Sra. Vanderlice de Mello Santana, servidora efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, matrícula 853, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, concede-lhe 03 (três) meses de licença Prêmio em gozo, referente ao período aquisitivo de setembro/2011 a setembro/2016, a partir de 03 de setembro a 02 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de setembro de 2018.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretário Mun. de Saúde e Saneamento

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 340/2018

DATA: 03 de setembro de 2018.

SÚMULA: Concede Licença Prêmio em Gozo a Servidora Pública Municipal Regime Jurídico Estatutário Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - A pedido da Sra. Maria José Delabeneta Souza, servidora efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, matrícula 805, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, concede-lhe 03 (três) meses de licença Prêmio em gozo, referente ao período aquisitivo de agosto/2011 a agosto/2016, a partir de 03 de setembro a 02 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de setembro de 2018.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretário Mun. de Saúde e Saneamento

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP N° 350/2018

DATA: 21 de setembro de 2018.

SÚMULA: Prorroga o afastamento para Auxilio Doença de Servidor Público Municipal Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Prorrogar o afastamento para o auxílio doença do servidor Sr. Osmair de Rossi, Motorista, matrícula nº 1963, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Mobilidade e Serviços Urbanos, conforme benefício concedido através da Portaria da PREV n° 075/2018 e processo administrativo da Previlândia nº 2018.01.00000027, até 08.11.2018, conforme perícia médica.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 21 de setembro de 2018.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Jancarlo Rogerio Pavanelli de Lima

Sec. Mun. de Obras, Mobilidade e Serviços Urbanos.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 349/2018

DATA: 20 de setembro de 2018.

SÚMULA: Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidora Pública Municipal Regime Jurídico Estatutário Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - A pedido da Sra. Dirce Scamparini Sampaio, servidora efetiva no cargo de Monitora de Creche III, 40 horas, matrícula 85, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede-lhe 01 (um) mês de licença Prêmio em pecúnia, de acordo com a Lei Complementar 004/2014, referente ao período aquisitivo de janeiro/2012 a janeiro/2017, a ser pago na folha de pagamento do mês de setembro de 2018, ficando 01 (um) mês para época oportuna.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de setembro de 2018.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Sonia Martinis

Sec. Municipal de Educação.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 348/2018

DATA: 19 de setembro de 2018.

SÚMULA: Retorno de Servidora Pública Municipal, Regime Jurídico Estatutário Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Retornar a partir de 29 de setembro de 2018, a Servidora Sra. Eliseane Alves Teixeira Battisti, Professora 30 horas, matrícula nº. 2694, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme oficio PREV nº. 118/2018 que se encontrava afastada para Licença Maternidade, conforme processo administrativo do Previlândia nº 2018.02.00000002.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de setembro de 2018.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Sonia Martinis

Secretária Municipal de Educação.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 347/2018

DATA: 18 de setembro de 2018.

SÚMULA: Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidora Pública Municipal Regime Jurídico Estatutário Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - A pedido da Sra. Denise Bazarello Moraes Marques, servidora efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas, matrícula 1507, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, concede-lhe 01 (um) mês de Licença Prêmio em Pecúnia, de acordo com a Lei Complementar 004/2014, referente ao período aquisitivo de abril/2009 a abril/2014, a ser pago na folha de pagamento do mês de setembro de 2018, ficando 02 (dois) meses para época oportuna.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de setembro de 2018.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Sec. Municipal de Saúde e Saneamento

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP N° 346/2018

Data: 18 de setembro de 2018.

SÚMULA: Dispõe sobre promoção de classe de servidora efetiva em cargo de carreira, conforme Plano de Cargos, Carreira e remuneração dos Profissionais do Magistério Público Municipal do Município de Marcelândia-MT– Lei 761/2011 e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1°. Conceder a partir de 01/09/2018 a servidora Sra. Silvana de Souza André Oliveira, efetiva no cargo de Técnico Administrativo Educacional, Matricula n° 316, admitida em 01 de abril de 1997, promoção de classe de Técnico Administrativo Educacional Classe “B” Nível 08 para Classe “C” Nível 08 de acordo com artigo 42 itens I e artigo 43 da Lei nº. 761/2011, em virtude de nova habilitação devidamente comprovada.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de abril de 2018.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Sonia Martinis

Secretária de Educação

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP N° 345/2018

DATA: 12 de setembro de 2018.

SÚMULA: Prorroga afastamento para Auxilio Doença de Servidor Público Municipal Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Prorrogar o afastamento para auxílio doença do servidor Sr. Fausto Nobres da Silva, Assessor Jurídico 40hs, matrícula nº 99, lotado na Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, conforme benefício concedido através da Portaria da PREV n° 072/2018 e processo administrativo do Previlândia nº 2017.01.00000050, até 08.10.2018.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de setembro de 2018.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Paulo Jose Maciel Nogueira

Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP N° 344/2018

DATA: 04 de setembro de 2018.

SÚMULA: Prorroga Auxilio Doença de Servidora Pública Municipal Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Prorrogar o auxílio doença da servidora Sra. Edineide Rodrigues Pena Souza, Técnica em Enfermagem, carga horária 40 horas semanais, matrícula nº 90, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, conforme benefício concedido através da Portaria do PREV n° 071/2018 e processo administrativo do Previlândia nº 2018.01.00000010 até 31.12.2018.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de setembro de 2018.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Sec. Municipal de Saúde e Saneamento

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 343/2018

DATA: 04 de setembro de 2018.

SÚMULA: Retorno de Servidora Pública Municipal, Regime Jurídico Estatutário Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Retornar a partir de 04 de setembro de 2018, a Sra. Elizélia Paulino de Sousa, servidora efetiva no cargo de Técnica em Desenvolvimento Infantil, 40 horas, matrícula nº. 2593, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme oficio PREV nº. 114/2018 que se encontrava afastada para auxilio doença, conforme processo administrativo do Previlândia nº 2018.01.00000029.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de setembro de 2018.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Sonia Martinis

Secretária Municipal de Educação.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 341/2018

DATA: 03 de setembro de 2018.

SÚMULA: Nomeia Servidor Público Municipal, Regime Jurídico em Comissão, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Nomear a partir de 03 de setembro de 2018, o Sr. Yatawade Kaiabi, Brasileiro, Portador do RG sob nº 2270132-0 SSP/MT, inscrito no CPF sob n° 039.933.571-40, para exercer em Comissão o Cargo de Chefe de Departamento de Pesca e Agricultura, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de setembro de 2018.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Willian Vellini Ribeiro de Souza

Sec. Municipal de Agricultura

Registre-se e afixe-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 066/2018 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeira, comunica a todos os interessados que realizou no dia 01 de outubro de 2018 às 10h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO TRANSPORTE DE CALCÁRIO DO MUNICÍPIO DE NOBRES/MT ATÉ O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT", aonde sagrou-se vencedora a Empresa: DAVI TRANSPORTES LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 10.340.589/0001-20 com valor total de R$ 29.250,00. Matupá – MT, 03 de outubro de 2018. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 110/2018

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **MT COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 18.175.994/0001-42 e Inscrição Estadual n° 13499913-4, com sede na Rua das Samambaias nº 2219, Bairro Setor Industrial Sul, na Cidade de Sinop/MT, neste ato representado pelo seu Credenciado o Srº **LAURI REINEHR**, portador do CPF nº 452.068.301-78 e RG nº 06353193 SJ/MT, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS LOCAÇÃO DE TENDAS, BANHEIRO QUÍMICO E LIMPEZA DE FOSSA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a clausula 04 desta Ata de Registro de Preço que são partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 063/2018.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal de Agricultura; Secretaria Municipal de Educação e Desporto; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes; Secretaria Municipal de Cultura e Lazer; Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

LOTE 01

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	307	UN	SERVICO DE LOCACAO DE TENDAS TIPO TUBOLAR/TIPO CALHAS 5X5 METROS, EM ESTRUTURA METÁLICA COM LONA BRANCA, DEVIDAMENTE INSTALADA NOS LOCAIS A SEREM INDICADOS DENTRO DOS LIMITES TERRITORIAIS DO MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT, INCLUINDO TRANSPORTE, MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO CASO NECESSARIO DURANTE O EVENTO. A EMPRESA DEVERÁ COLOCAR EM FUNCIONAMENTO A TENDA DURANTE TODO O PERÍODO DE DURAÇÃO DO EVENTO, OU ATÉ O LIMITE DE 04 DIAS.	320,00	98.240,00
2	369	UN	LOCAÇÃO DE FECHAMENTO PARA TENDA TAMANHO 5 X 5 MATERIAL LONA BRANCA, DEVIDAMENTE INSTALADA NAS TENDAS NOS LOCAIS A SEREM INDICADOS DENTRO DOS LIMITES TERRITORIAIS DE MATUPÁ/MT, INCLUINDO TRANSPORTE MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO CASO NECESSÁRIO DURANTE O EVENTO.	30,00	11.070,00
VALOR TOTAL >>>>>					**R$ 109.310,00**

LOTE 02

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	29	UN	SERVICO DE LOCACAO DE TENDAS TIPO TUBOLAR/TIPO CALHAS 10X10 METROS, EM ESTRUTURA METÁLICA COM LONA BRANCA, DEVIDAMENTE INSTALADA NOS LOCAIS A SEREM INDICADOS DENTRO DOS LIMITES TERRITORIAIS DE MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT, INCLUINDO TRANSPORTE, MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO CASO NECESSARIO DURANTE O EVENTO. A EMPRESA DEVERÁ COLOCAR EM FUNCIONAMENTO A TENDA DURANTE TODO O PERÍODO DE DURAÇÃO DO EVENTO, OU ATÉ O LIMITE DE 04 DIAS.	900,00	26.100,00
VALOR TOTAL >>>>>					**R$ 26.100,00**

LOTE 03

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	229	UN	LOCAÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTO E ESPAÇO EM GERAL - DO TIPO BANHEIRO QUIMICO, EM POLIPROPILENO COM DIMENSOES MÍNIMAS DE 1,20X1,20X2,00M, COM CAPACIDADE PARA ACUMULO DE MATERIAL DE 220 LITROS	320,00	73.280,00
VALOR TOTAL >>>>>					**R$ 73.280,00**

5 - DA PRESTAÇÃO

5.1 – Prazos:

5.1.1 – Para tendas: A locação será agendada com 03 dias de antecedência, cabendo ao Prestador de Serviço a instalação da mesma no local;

5.1.1.2 - A empresa locadora deverá colocar em funcionamento a tenda durante todo o período de duração do evento, ou até o limite especificado no item;

5.1.2 – Para banheiros - A locação será agendada com 03 dias de antecedência, cabendo ao Prestador de Serviço a instalação do mesmo no local;

Para Locação das Tendas:

5.2 – A empresa locadora deverá colocar em funcionamento a tenda durante todo o período de duração do evento, ou até o limite especificado no item, sendo que o valor unitário pago por cada tenda será para o período que durar o evento até o limite de 04 dias;

5.3 - A empresa vencedora do processo licitatório será responsável pela montagem e desmontagem das tendas nos dias em que antecedem e posterior aos eventos, conforme solicitação da Secretaria Solicitante;

5.4 - A licitante vencedora deverá efetuar a entrega das tendas, nos locais indicados pela Secretaria Solicitante, na presença do Encarregado do Departamento responsável pelos eventos;

5.5 - Ficará a cargo da empresa a ser contratada, a responsabilidade pela segurança das tendas fornecidas, à partir do momento da entrega das mesmas no local indicado, durante o período da realização do evento, e até o término do evento, com a devolução das referidas tendas;

5.6 - A entrega dos serviços desta licitação deverá ser feita nos locais indicados no momento da contratação, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

5.7 – Caso seja necessário a empresa contratada será responsável pelo aterramento e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), conforme exigências dos órgãos fiscalizadores;

5.8 – As tendas deverão ser novas, brancas e limpas. Sem remendos ou deterioração que a deixem com aspecto ruim;

Para os Banheiros Químicos:

5.9 – Os prazos para recolhimento e higienização das cabines:

5.9.1 - As cabines deverão ser higienizadas diariamente até as 07 horas da manhã seguinte do evento, no caso de eventos com mais de um dia;

5.9.2 – As cabines deverão ser recolhidas até as 07 horas da manhã seguinte do termino do evento, independente do dia da semana.

5.10 - E obrigação da contratada pagar todos tributos, taxas, encargos sociais e seguros, atuais ou futuros, locomoção, estada e refeição do pessoal necessário à execução dos serviços e as despesas decorrentes da execução dos serviços;

5.11 - A situação física e a instalação das cabines deverão observar todas as normas de segurança aplicáveis à matéria;

5.12 - A licitante vencedora será, sempre, a única responsável pela higienização e manutenção diária (que começará antes do início dos eventos) das cabines sanitárias, incluindo a reposição de peças, produtos sanitários e outros produtos químicos de limpeza, bem como será a única responsável pelo descarte dos resíduos, durante todo o período de locação;

5.13 - Os produtos químicos utilizados deverão ser biodegradáveis, formulados para total assepsia e em quantidade adequada com as normas técnicas por cabine, não contendo formol ou qualquer outra substância química de natureza agressiva e que não exalem maus odores;

Para os Banheiros Químicos:

5.14 - No descarte dos resíduos, a legislação ambiental em vigor deverá ser rigorosamente observada;

5.15 - Os banheiros químicos deverão atender às exigências da fiscalização sanitária e as normas de segurança;

5.18 - Os detritos orgânicos resultantes da limpeza das fossas sépticas serão descartados conforme a legislação ambiental e o local será de total responsabilidade da Contratada;

5.19 – A Licitante deverá substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.20 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.21 - São obrigações da empresa a ser contratada:

5.21.1 - Responsabilizar-se pelos pagamentos, sem qualquer reembolso por parte do Município Contratante, de indenizações decorrentes de acidentes ou fatos que causem danos ou prejuízos aos serviços contratados e/ou a terceiros;

5.21.2 - Os serviços desta licitação deverão ser realizados nos locais indicados no momento da contratação, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

5.21.3 - Pagar todos tributos, taxas, encargos sociais e seguros, atuais ou futuros, o pessoal necessário à execução dos serviços e as despesas decorrentes da execução dos serviços;

5.21.4 - E obrigação da contratada pagar todos tributos, taxas, encargos sociais e seguros, atuais ou futuros, locomoção, estada e refeição do pessoal necessário à execução dos serviços e as despesas decorrentes da execução dos serviços;

5.22 - Para a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, conforme o caso, os seguintes equipamentos:

5.22.1 - Materiais de E.P.I. – Equipamento de Proteção Individual, de acordo com as normas técnicas, para os funcionários que participarão da realização dos serviços objeto do presente termo, ficando por sua total responsabilidade qualquer acidente que venha a acontecer;

5.22.2 - Ferramentaria geral a fim de equipar os funcionários, permitindo, sem restrições, a perfeita execução dos serviços;

5.23- Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser substituído pela Contratada imediatamente após constatação dos problemas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.24 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.25- Recebimento Dos Serviços:

5.25.1 - Os serviços serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade;

5.25.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.25.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da prestação dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.12 - O atraso na prestação dos serviços caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.13 - Para a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, conforme o caso, os seguintes equipamentos:

6.13.1 - Materiais de E.P.I. – Equipamento de Proteção Individual, de acordo com as normas técnicas, para os funcionários que participarão da realização dos serviços objeto do presente termo, ficando por sua total responsabilidade qualquer acidente que venha a acontecer;

6.13.2 - Ferramentaria geral a fim de equipar os funcionários, permitindo, sem restrições, a perfeita execução dos serviços.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos/serviços bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco Sicredi Ag. Nº 0812 Conta corrente nº 98578-3, em nome MT COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI

8.2 – A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

8.3 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.4 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.6 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao serviço do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos/serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão prestados serviços, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

CÓDIGO GERAL: 04.040.0.1.04.122.0026.2.0076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 06.060.0.1.20.122.0021.2.0002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.1.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.5.27.812.0047.2.0128 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.361.0015.2.0020 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.365.0018.2.0028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.365.0018.2.0029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.122.0038.2.0098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.305.0041.2.0103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.122.0039.2.0115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.302.0013.2.0047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.1.08.122.0008.2.0065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 10.100.0.1.04.122.0004.2.0015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 13.130.0.1.27.812.0016.2.0042 – REALIZAÇÃO DO REVEILLON – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 13.130.0.1.13.813.0016.2.0040 – REALIZ DAS FESTIV. COMEMORATIVAS AO ANIVERS. DO MUN: SHOW DE TALENTOS, NOITE GOSPEL, BAILE MISS MATUPÁ – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 15.150.0.2.23.695.0043.2.0119 – REALIZ DE EVENTOS, EXPOSIÇÕES E FESTIVIDADES – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 – Foi designado através de portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 – Foi designado através de portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria Municipal de Saúde	Edna Schwingel	2722/2013
Secretaria Municipal de Educação	Dayana Lais Ferreira	6404/2017
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015

Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	**Rita de Cássia Andrade**	**2718/2013**
Secretaria Municipal de Saúde	**Cleneci de Fátima da Silva Ferreira**	**6400/2017**
Secretaria Municipal de Saúde	**Francisco Carlos Vieira**	**6579/2017**
Secretaria Municipal de Saúde	**Janara de Souza Soares Tussi**	**7200/2018**
Secretaria Municipal de Cultura e Lazer	**Vânia Cinara Becker**	**3006/2013**
Secretaria Municipal de Assistência Social	**Maurina Marques da Silva**	**7201/2018**
Secretaria Municipal de Agricultura	**Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi**	**7202/2018**
Secretaria Municipal de Obras	**Mariza Jeniffer Wachholz**	**7021/2018**
Secretaria Municipal de Indústria e Comércio	**Julise Trevisan**	**7226/2018**

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 063/2018** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 03 de outubro de 2018.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

MT COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI

CNPJ sob o nº. 18.175.994/0001-42

Credenciado o Srº **LAURI REINEHR**

CPF nº 452.068.301-78

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 111/2018

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **PEDRO TADEU DOS SANTOS – ME**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 24.974.081/0001-99, com sede na Rua 06 nº 314, Bairro ZI - 001, na Cidade de Matupá - MT, neste ato representado pelo seu Proprietário o Srº **PEDRO TADEU DOS SANTOS**, portador do CPF nº 395.436.501-44 e RG nº 552.709 SSP/MT, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a clausula 04 desta Ata de Registro de Preço que são partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 064/2018.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Planejamento; Secretaria Municipal de Finanças; Secretaria Municipal de Educação e Desporto; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	TCE	Descrição	UND	QTD	Valor	Total
367728	1481	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM COMPLETA DE CAMINHÃO DE LIXO	UN - UNIDADE	15	300,00	4.500,00
365140	1461	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM COMPLETA DE AMBULANCIA	UN - UNIDADE	25	90,00	2.250,00
365141	1453	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM COMPLETA DE CAMINHONETE CABINE DUPLA	UN - UNIDADE	22	70,00	1.540,00
365146	1456	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM COMPLETA DE MICROONIBUS	UN - UNIDADE	10	150,00	1.500,00
365149	1483	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM COMPLETA DE MOTOCICLETA	UN - UNIDADE	30	20,00	600,00
365143	1454	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM COMPLETA DE VEICULOS HATCH	UN - UNIDADE	29	50,00	1.450,00
365150	1457	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM COMPLETA DE VEICULOS SEDAN	UN - UNIDADE	20	50,00	1.000,00
365145	1474	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM SIMPLES DE AMBULANCIA	UN - UNIDADE	310	70,00	21.700,00
365142	1466	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM SIMPLES DE CAMINHONETE CABINE DUPLA	UN - UNIDADE	228	59,00	13.452,00
365148	1469	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM SIMPLES DE MICROONIBUS	UN - UNIDADE	60	120,00	7.200,00
365144	1467	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM SIMPLES DE VEICULOS HATCH	UN - UNIDADE	134	39,50	5.293,00
365151	1470	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM SIMPLES DE VEICULOS SEDAN	UN - UNIDADE	120	35,00	4.200,00
Total Fornecedor:						**R$ 64.685,00**

5 - DA PRESTAÇÃO

5.1 – Por se tratarem de veículos que em sua maioria são de extrema urgência e necessidade como as ambulâncias e o micro-ônibus de transporte dos pacientes da saúde os serviços deverão ser executados até 01 (um) dia útil do momento da apresentação da O.F (Ordem de Fornecimento) pela Adjudicatária, devendo o serviço atender às normas técnicas contidas nas especificações.

5.2 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.3 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.4 – A empresa contratada fica desde já esta orientada de que:

LAVAGEM SIMPLES – Entende-se por lavagem simples/rápida a que é procedida na parte interna com a limpeza de painéis e outras partes da parte interna do veículo de forma detalhada e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados. Secagem com flanela limpa e conservada;

LAVAGEM COMPLETA - Entende-se por lavagem completa a que é procedida na parte interna com a limpeza de painéis e outras partes da parte interna do veículo de forma detalhada e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados. Secagem com flanela limpa e conservada. Inclui-se nesse processo a lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, etc;

LAVAGEM INTERNA DAS AMBULÂNCIAS – Na lavagem interna das ambulâncias tem que se ter o cuidado de não molhar os equipamentos hospitalares, a lavagem tem que ser com sabão neutro e a maca só pode ser lavada a seco.

5.5- Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser substituído pela Contratada imediatamente após constatação dos problemas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.6 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.7 - Recebimento Dos Serviços:

5.7.1 - Os serviços serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade;

5.7.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.7.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da prestação dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.12 - O atraso na prestação dos serviços caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.13 - Para a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, conforme o caso, os seguintes equipamentos:

6.13.1 - Materiais de E.P.I. – Equipamento de Proteção Individual, de acordo com as normas técnicas, para os funcionários que participarão da realização dos serviços objeto do presente termo, ficando por sua total responsabilidade qualquer acidente que venha a acontecer;

6.13.2 - Ferramentaria geral a fim de equipar os funcionários, permitindo, sem restrições, a perfeita execução dos serviços.

6.14 - São obrigações da empresa a ser contratada:

6.14.1 - Responsabilizar-se pelos pagamentos, sem qualquer reembolso por parte do Município Contratante, de indenizações decorrentes de acidentes ou fatos que causem danos ou prejuízos aos serviços contratados e/ou a terceiros;

6.14.2 -Os serviços desta licitação deverão ser realizados nos locais indicados no momento da contratação, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

6.14.4 - Pagar todos tributos, taxas, encargos sociais e seguros, atuais ou futuros, locomoção, estada e refeição do pessoal necessário à execução dos serviços e as despesas decorrentes da execução dos serviços;

6.14.5 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos/serviços bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco Caixa Econômica Federal Ag. Nº 4459 Conta corrente nº 305-2

8.2 – A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

8.3 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.4 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.6 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao serviço do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos/serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão prestados serviços, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

CÓDIGO GERAL: 02.020.0.1.04.122.0033.2.0094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 03.030.0.1.04.122.0024.2.0078 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 05.050.0.1.04.123.0036.2.0010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS - 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.1.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.5.27.812.0047.2.0128 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.122.0038.2.0098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.305.0041.2.0103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.304.0041.2.0105 – MANUTENÇÃO DA VISA – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.302.0013.2.0047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.1.08.122.0008.2.0065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 10.100.0.1.04.122.0004.2.0015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 – Foi designado através de portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria Municipal de Educação	Dayana Lais Ferreira	6404/2017
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015
Secretaria Municipal de Saúde	Francisco Carlos Vieira	6579/2017
Secretaria Municipal de Saúde	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria Municipal de Obras	Mariza Jeniffer Wachholz	7021/2018
Secretaria de Planejamento, Finanças e Gabinete do Prefeito	Rubens Alberto Pinto Vilalba	7271/2018

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 064/2018** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 03 de outubro de 2018.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

PEDRO TADEU DOS SANTOS – ME

CNPJ nº. 24.974.081/0001-99

PEDRO TADEU DOS SANTOS

CPF nº 395.436.501-44

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 109/2018

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE, registrar os preços da empresa **APARECIDO DE LIMA-ME** devidamente inscrita no CNPJ 00.082.748/0001-80, com sede a Av. Pioneiro José Nelson Coutinho nº 591, Bairro Centro, neste ato representado pelo Proprietário **APARECIDO DE LIMA** portador do CPF 508.066.889-04 e R.G. 3.703.500-9 SSP/PR, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS LOCAÇÃO DE TENDAS, BANHEIRO QUÍMICO E LIMPEZA DE FOSSA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a clausula 04 desta Ata de Registro de Preço que são partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 063/2018.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal de Agricultura; Secretaria Municipal de Educação e Desporto; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes; Secretaria Municipal de Cultura e Lazer; Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

LOTE 04

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	191	UN	SERVICO DE LIMPEZA DE AREAS ESPECIFICAS - DO TIPO LIMPEZA DE FOSSA	350,00	66.850,00
VALOR TOTAL >>>>>					**R$ 66.850,00**

5 - DA PRESTAÇÃO

5.1 – Prazos:

5.1.1 – Limpeza de Fossa – O prestador terá 02 dias para realizar o serviços após a ordem de serviço;

5.1.2 - No descarte dos resíduos, a legislação ambiental em vigor deverá ser rigorosamente observada;

5.1.3 - O caminhão limpa fossa com equipamento combinado (Hidrojateamento e Vácuo) deverão ter capacidade mínima de 8,0 m³;

5.1.4 - Os detritos orgânicos resultantes da limpeza das fossas sépticas serão descartados conforme a legislação ambiental e o local será de total responsabilidade da Contratada;

5.1.5 – A Licitante deverá substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.1.6 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.1.7 - São obrigações da empresa a ser contratada:

5.1.8 - Responsabilizar-se pelos pagamentos, sem qualquer reembolso por parte do Município Contratante, de indenizações decorrentes de acidentes ou fatos que causem danos ou prejuízos aos serviços contratados e/ou a terceiros;

5.1.9 - Os serviços desta licitação deverão ser realizados nos locais indicados no momento da contratação, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

5.1.10- Pagar todos tributos, taxas, encargos sociais e seguros, atuais ou futuros, o pessoal necessário à execução dos serviços e as despesas decorrentes da execução dos serviços;

5.1.11 - E obrigação da contratada pagar todos tributos, taxas, encargos sociais e seguros, atuais ou futuros, locomoção, estada e refeição do pessoal necessário à execução dos serviços e as despesas decorrentes da execução dos serviços;

5.2 - Para a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, conforme o caso, os seguintes equipamentos:

5.2.1 - Materiais de E.P.I. – Equipamento de Proteção Individual, de acordo com as normas técnicas, para os funcionários que participarão da realização dos serviços objeto do presente termo, ficando por sua total responsabilidade qualquer acidente que venha a acontecer;

5.2.2 - Ferramentaria geral a fim de equipar os funcionários, permitindo, sem restrições, a perfeita execução dos serviços;

5.3 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser substituído pela Contratada imediatamente após constatação dos problemas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.4 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.5 - Recebimento Dos Serviços:

5.5.1 - Os serviços serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade;

5.5.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.5.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da prestação dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.12 - O atraso na prestação dos serviços caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.13 - Para a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, conforme o caso, os seguintes equipamentos:

6.13.1 - Materiais de E.P.I. – Equipamento de Proteção Individual, de acordo com as normas técnicas, para os funcionários que participarão da realização dos serviços objeto do presente termo, ficando por sua total responsabilidade qualquer acidente que venha a acontecer;

6.13.2 - Ferramentaria geral a fim de equipar os funcionários, permitindo, sem restrições, a perfeita execução dos serviços.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos/serviços bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco do Brasil Ag. Nº 1589-X Conta corrente nº 19.324-0 em nome de APARECIDO DE LIMA-ME

8.2 – A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

8.3 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.4 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.6 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao serviço do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos/serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão prestados serviços, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

CÓDIGO GERAL: 04.040.0.1.04.122.0026.2.0076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 06.060.0.1.20.122.0021.2.0002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.1.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.5.27.812.0047.2.0128 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.361.0015.2.0020 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.365.0018.2.0028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.365.0018.2.0029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.122.0038.2.0098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.305.0041.2.0103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.122.0039.2.0115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.302.0013.2.0047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.1.08.122.0008.2.0065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 10.100.0.1.04.122.0004.2.0015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 13.130.0.1.27.812.0016.2.0042 – REALIZAÇÃO DO REVEILLON – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 13.130.0.1.13.813.0016.2.0040 – REALIZ DAS FESTIV. COMEMORATIVAS AO ANIVERS. DO MUN: SHOW DE TALENTOS, NOITE GOSPEL, BAILE MISS MATUPÁ – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 15.150.0.2.23.695.0043.2.0119 – REALIZ DE EVENTOS, EXPOSIÇÕES E FESTIVIDADES – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 – Foi designado através de portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria Municipal de Saúde	Edna Schwingel	2722/2013
Secretaria Municipal de Educação	Dayana Lais Ferreira	6404/2017
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Saúde	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Saúde	Francisco Carlos Vieira	6579/2017
Secretaria Municipal de Saúde	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Cultura e Lazer	Vânia Cinara Becker	3006/2013
Secretaria Municipal de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018

Secretaria Municipal de Agricultura	**Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi**	**7202/2018**
Secretaria Municipal de Obras	**Mariza Jeniffer Wachholz**	**7021/2018**
Secretaria Municipal de Indústria e Comércio	**Julise Trevisan**	**7226/2018**

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 063/2018** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 03 de outubro de 2018.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

APARECIDO DE LIMA - ME

CNPJ 00.082.748/0001-80

APARECIDO DE LIMA

CPF 508.066.889-04

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 067/2018 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeira, comunica a todos os interessados que realizou no dia 02 de outubro de 2018 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT", aonde sagrou-se vencedora a Empresa: M C THIES - ME inscrita no CNPJ sob o nº 20.300.391/0001-77 com valor total de R$ 155.390,00. Matupá – MT, 03 de outubro de 2018. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

GESTÃO DE PESSOAS
TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 088/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***IRENE SIQUEIRA RODRIGUES*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1397 de 21 de dezembro de 2016.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO**, portador do RG 579262 SSP/MT e CPF 415.991.521-34, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra. ***IRENE SIQUEIRA RODRIGUES*****,** brasileira,

casada, residente e domiciliada no município de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 0603037-8 SSP/MT e CPF 432.174.781-34, resolvem celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 088/2018, contratada para o cargo de **PROFESSOR DA AREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR,** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços, em substituição a servidora Edna Aparecida da Silva, que encontra-se em gozo de licença prêmio conforme portaria nº 474/2018, e aposentadoria a partir de 01/11/2018, bem como, condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 15 de fevereiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***21/12/2018*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 088/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 03 de outubro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO IRENE SIQUEIRA RODRIGUES

Prefeita Municipal Contratada

Testemunhas:

_____

_____

ALCILENA C. QUEIROZ BOTELHO RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 375911 SSP/MT RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 024.713.901-70

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 468 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO NOMEADA PELA PORTARIA 195/2018 QUE INSTAURA INQUÉRITO E, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições;

Considerando as justificativas apresentadas pela Comissão, dando conta da dificuldade na localização das testemunhas para oitivas, e problemas de ordem administrativa,

R E S O L V E

Art. 1º - Prorrogar até o dia 31 de outubro de 2018, o prazo para conclusão dos trabalhos da comissão nomeada pela Portaria nº 195/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D Oeste, Sede Provisória do Paço Municipal, Avenida Tancredo Neves 5659 em 01 de outubro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 478 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO NOMEADA PELA PORTARIA 330/2018 QUE INSTAURA INQUÉRITO E, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições e, considerando as justificativas apresentadas através da CI nº 010/CPIA/2018,

R E S O L V E

Art. 1º - Prorrogar até o dia 31 de outubro de 2018, o prazo para conclusão dos trabalhos da comissão nomeada pela Portaria nº 330/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D Oeste, Sede Provisória do Paço Municipal, Avenida Tancredo Neves 5659 em 03 de outubro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 122/2018.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** brasileiro, casado, residente e domiciliado em Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 740239 SSP/PR e CPF nº 159.026.509-25, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **ALESSANDRA CARDOSO MENDES**, brasileiro (a), portador (a) do **RG N.° 1840595-1 SSP/MT**e do **CPF N.° 013.995.351-81**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2017/18SEMEC pela Portaria n°. 02/2017/SEMEC de 21/11/2017, e pela Portaria de homologação n° 078/2018 de 05/03/2018, na função de **Tec. em Desenv. Infantil Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter público.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as cláusulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **3 (Três) Meses e 4 (Quatro) dias,** contados dos dias **18/09/2018** estendendo-se até **21/12/2018.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.525,14 (Hum Mil Quinhentos e Vinte e Cinco Reais e Quatorze Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **40 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE deverá efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretário;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 18 de Setembro de 2018.

_____

_____

LEOCIR HANEL ALESSANDRA CARDOSO MENDES

Prefeito Contratado

Testemunhas:

_____

_____

ADMINISTRAÇÃO
FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS PÚBLICOS DE NOBRES - BALANCETE - APLIC

Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
Município: NOBRES
Unidade Gestora: FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS PUBLICOS DE NOBRES
Exercício: 2018 Período: Janeiro a Julho

BALANCETE - APLIC

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
11000000000	N	-	ATIVO CIRCULANTE	26.373.507,39	2.493.420,92	14.903,35	1.812,42	23.893.177,40	0,00
11100000000	N	-	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20.563.953,43	2.493.420,92	14.903,35	1.812,42	18.083.623,44	0,00
11110000000	N	-	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	20.563.953,43	2.493.420,92	14.903,35	1.812,42	18.083.623,44	0,00
11111000000	N	-	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	20.563.953,43	2.493.420,92	14.903,35	1.812,42	18.083.623,44	0,00
11111060000	N	-	CONTA ÚNICA RPPS	2.764.872,12	2.284.052,64	0,00	1.812,42	479.007,06	0,00
11111060100	S	F	BANCOS CONTA MOVIMENTO – RPPS (F)	2.764.872,12	2.284.052,64	0,00	1.812,42	479.007,06	0,00
11111190000	S	F	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS (F)	120.504,82	88.863,46	0,00	0,00	31.641,36	0,00
11111500000	N	-	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	17.678.576,49	120.504,82	14.903,35	0,00	17.572.975,02	0,00
11111500300	S	F	FUNDOS DE INVESTIMENTO (F)	17.678.576,49	120.504,82	14.903,35	0,00	17.572.975,02	0,00
11200000000	N	-	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	5.807.381,40	0,00	0,00	0,00	5.807.381,40	0,00
11210000000	N	-	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	623.050,36	0,00	0,00	0,00	623.050,36	0,00
11211000000	N	-	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO	623.050,36	0,00	0,00	0,00	623.050,36	0,00
11211050000	N	-	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER	623.050,36	0,00	0,00	0,00	623.050,36	0,00
11211059900	S	P	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER (P)	623.050,36	0,00	0,00	0,00	623.050,36	0,00
11230000000	N	-	CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	5.184.331,04	0,00	0,00	0,00	5.184.331,04	0,00
11233000000	N	-	CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER - INTER OFSS – UNIÃO	5.184.331,04	0,00	0,00	0,00	5.184.331,04	0,00
11233090000	S	P	CRÉDITOS DECORRENTES DE OUTRAS TRANSFERÊNCIAS (P)	5.184.331,04	0,00	0,00	0,00	5.184.331,04	0,00
11500000000	N	-	ESTOQUES	2.172,56	0,00	0,00	0,00	2.172,56	0,00
11560000000	N	-	ALMOXARIFADO	2.172,56	0,00	0,00	0,00	2.172,56	0,00
11561000000	N	-	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	2.172,56	0,00	0,00	0,00	2.172,56	0,00
11561010000	S	P	MATERIAL DE CONSUMO (P)	2.172,56	0,00	0,00	0,00	2.172,56	0,00
12000000000	N	-	ATIVO NÃO CIRCULANTE	34.261,72	0,00	0,00	0,00	34.261,72	0,00
12300000000	N	-	IMOBILIZADO	34.261,72	0,00	0,00	0,00	34.261,72	0,00
12310000000	N	-	BENS MOVEIS	34.261,72	0,00	0,00	0,00	34.261,72	0,00
12311000000	N	-	BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	34.261,72	0,00	0,00	0,00	34.261,72	0,00
12311990000	N	-	DEMAIS BENS MÓVEIS	34.261,72	0,00	0,00	0,00	34.261,72	0,00
12311999900	S	P	OUTROS BENS MÓVEIS (P)	34.261,72	0,00	0,00	0,00	34.261,72	0,00
	N	-	TOTAL ATIVO (1)	26.407.769,11	2.493.420,92	14.903,35	1.812,42	23.927.439,12	0,00
21000000000	N	-	PASSIVO CIRCULANTE	931.858,10	988.963,58	1.812,42	1.812,42	0,00	57.105,48
21100000000	N	-	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	794.828,38	794.828,38	1.812,42	1.812,42	0,00	0,00
21110000000	N	-	PESSOAL A PAGAR	37.030,37	37.030,37	0,00	0,00	0,00	0,00
21111000000	N	-	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	37.030,37	37.030,37	0,00	0,00	0,00	0,00
21111010000	N	-	PESSOAL A PAGAR	37.030,37	37.030,37	0,00	0,00	0,00	0,00
21111010100	N	-	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	37.030,37	37.030,37	0,00	0,00	0,00	0,00

Município: **NOBRES**
Unidade Gestora: **FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS PUBLICOS DE NOBRES**

Exercício: **2018**
Período: **Janeiro a Julho**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
21111010101	S	F	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS (F)	37.030,37	37.030,37	0,00	0,00	0,00	0,00
21120000000	**N**	**-**	**BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR**	**752.360,75**	**752.360,75**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
21121000000	**N**	**-**	**BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR-CONSOLIDAÇÃO**	**752.360,75**	**752.360,75**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
21121010000	**N**	**-**	**BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR**	**752.360,75**	**752.360,75**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
21121010100	S	F	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR (F)	752.360,75	752.360,75	0,00	0,00	0,00	0,00
21140000000	**N**	**-**	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR**	**5.437,26**	**5.437,26**	**1.812,42**	**1.812,42**	**0,00**	**0,00**
21141000000	**N**	**-**	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-CONSOLIDAÇÃO**	**5.437,26**	**5.437,26**	**1.812,42**	**1.812,42**	**0,00**	**0,00**
21141010000	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR**	**5.437,26**	**5.437,26**	**1.812,42**	**1.812,42**	**0,00**	**0,00**
21141010100	**N**	**-**	**CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES**	**5.437,26**	**5.437,26**	**1.812,42**	**1.812,42**	**0,00**	**0,00**
21141010101	S	F	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES (F)	5.437,26	5.437,26	1.812,42	1.812,42	0,00	0,00
21300000000	**N**	**-**	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO**	**58.855,32**	**71.070,42**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.215,10**
21310000000	**N**	**-**	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO**	**58.855,32**	**71.070,42**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.215,10**
21311000000	**N**	**-**	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**58.855,32**	**71.070,42**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.215,10**
21311010000	**N**	**-**	**FORNECEDORES NACIONAIS**	**58.855,32**	**71.070,42**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.215,10**
21311010100	**N**	**-**	**FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR**	**58.855,32**	**71.070,42**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.215,10**
21311010101	S	F	FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR (F)	58.855,32	71.070,42	0,00	0,00	0,00	12.215,10
21400000000	**N**	**-**	**OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO**	**12.183,34**	**16.395,07**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.211,73**
21410000000	**N**	**-**	**OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO**	**12.183,34**	**16.395,07**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.211,73**
21411000000	**N**	**-**	**OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO - CONSOLIDAÇÃO**	**12.183,34**	**16.395,07**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.211,73**
21411110000	**N**	**-**	**PIS/PASEP A RECOLHER**	**12.183,34**	**16.395,07**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.211,73**
21411110100	S	F	PIS/PASEP A RECOLHER (F)	12.183,34	16.395,07	0,00	0,00	0,00	4.211,73
21800000000	**N**	**-**	**DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO**	**65.991,06**	**106.669,71**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.678,65**
21880000000	**N**	**-**	**VALORES RESTITUÍVEIS**	**56.991,06**	**97.669,71**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.678,65**
21881000000	**N**	**-**	**VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO**	**56.991,06**	**97.669,71**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.678,65**
21881010000	**N**	**-**	**CONSIGNAÇÕES**	**56.991,06**	**97.669,71**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.678,65**
21881010200	S	F	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)	0,00	2.519,55	0,00	0,00	0,00	2.519,55
21881010400	S	F	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	12.855,65	34.534,36	0,00	0,00	0,00	21.678,71
21881010600	S	F	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS (F)	1.833,74	2.612,29	0,00	0,00	0,00	778,55
21881010800	S	F	ISS (F)	361,03	814,67	0,00	0,00	0,00	453,64
21881011500	S	F	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)	41.940,64	57.188,84	0,00	0,00	0,00	15.248,20
21890000000	**N**	**-**	**OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO**	**9.000,00**	**9.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
21891000000	**N**	**-**	**OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**9.000,00**	**9.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
21891020000	**N**	**-**	**DIARIAS A PAGAR**	**9.000,00**	**9.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
21891020100	S	F	DIARIAS A PAGAR (F)	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Data: 01/10/2018 09:10:06
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **NOBRES**
Unidade Gestora: **FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS PUBLICOS DE NOBRES**

Exercício: **2018**
Período: **Janeiro a Julho**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
22000000000	**N**	**-**	**PASSIVO NAO-CIRCULANTE**	**3.302.090,83**	**52.332.129,37**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**49.030.038,54**
22700000000	**N**	**-**	**PROVISÕES A LONGO PRAZO**	**3.302.090,83**	**52.332.129,37**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**49.030.038,54**
22720000000	**N**	**-**	**PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO**	**3.302.090,83**	**52.332.129,37**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**49.030.038,54**
22721000000	**N**	**-**	**PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**3.302.090,83**	**52.332.129,37**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**49.030.038,54**
22721020000	**N**	**-**	**PLANO FINANCEIRO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER**	**27.417,75**	**630.695,19**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**603.277,44**
22721020100	S	P	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS (P)	27.417,75	630.695,19	0,00	0,00	0,00	603.277,44
22721030000	**N**	**-**	**PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS**	**234.291,49**	**23.325.796,68**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**23.091.505,19**
22721030100	S	P	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	234.291,49	23.325.796,68	0,00	0,00	0,00	23.091.505,19
22721040000	**N**	**-**	**PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER**	**2.917.489,20**	**28.375.637,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**25.458.148,30**
22721040100	S	P	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS (P)	2.917.489,20	28.375.637,50	0,00	0,00	0,00	25.458.148,30
22721050000	**N**	**-**	**PLANO PREVIDENCIARIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO**	**122.892,39**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**122.892,39**	**0,00**
22721059800	S	P	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO (P)	122.892,39	0,00	0,00	0,00	122.892,39	0,00
23000000000	**N**	**-**	**PATRIMÔNIO LIQUIDO**	**52.898.896,42**	**26.356.313,97**	**0,00**	**0,00**	**26.542.582,45**	**0,00**
23700000000	**N**	**-**	**RESULTADOS ACUMULADOS**	**52.898.896,42**	**26.356.313,97**	**0,00**	**0,00**	**26.542.582,45**	**0,00**
23710000000	**N**	**-**	**SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS**	**52.898.896,42**	**26.356.313,97**	**0,00**	**0,00**	**26.542.582,45**	**0,00**
23711000000	**N**	**-**	**SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO**	**52.898.896,42**	**26.356.313,97**	**0,00**	**0,00**	**26.542.582,45**	**0,00**
23711010000	S	-	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	282.167,07	282.167,07	0,00	0,00	0,00	0,00
23711020000	S	-	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	52.616.729,35	26.074.146,90	0,00	0,00	26.542.582,45	0,00
	N	**-**	**TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO (2)**	**57.132.845,35**	**79.677.406,92**	**1.812,42**	**1.812,42**	**0,00**	**22.544.561,57**
31000000000	**N**	**-**	**PESSOAL E ENCARGOS**	**42.467,63**	**0,00**	**1.812,42**	**0,00**	**44.280,05**	**0,00**
31100000000	**N**	**-**	**REMUNERAÇÃO A PESSOAL**	**37.030,37**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**37.030,37**	**0,00**
31110000000	**N**	**-**	**REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL – ABRANGIDOS PELO RPPS**	**37.030,37**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**37.030,37**	**0,00**
31111000000	**N**	**-**	**REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL – ABRANGIDOS PELO RPPS - CONSOLIDAÇÃO**	**37.030,37**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**37.030,37**	**0,00**
31111010000	**N**	**-**	**VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS**	**37.030,37**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**37.030,37**	**0,00**
31111010100	S	-	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	37.030,37	0,00	0,00	0,00	37.030,37	0,00
31200000000	**N**	**-**	**ENCARGOS PATRONAIS**	**5.437,26**	**0,00**	**1.812,42**	**0,00**	**7.249,68**	**0,00**
31220000000	**N**	**-**	**ENCARGOS PATRONAIS - RGPS**	**5.437,26**	**0,00**	**1.812,42**	**0,00**	**7.249,68**	**0,00**
31221000000	**N**	**-**	**ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - CONSOLIDAÇÃO**	**5.437,26**	**0,00**	**1.812,42**	**0,00**	**7.249,68**	**0,00**
31221010000	S	-	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - RGPS	5.437,26	0,00	1.812,42	0,00	7.249,68	0,00

Data: 01/10/2018 09:10:06
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **NOBRES**
Unidade Gestora: **FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS PUBLICOS DE NOBRES**

Exercício: **2018**
Período: **Janeiro a Julho**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
32000000000	N	-	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	752.360,75	0,00	0,00	0,00	752.360,75	0,00
32100000000	N	-	APOSENTADORIAS E REFORMAS	481.517,70	0,00	0,00	0,00	481.517,70	0,00
32110000000	N	-	APOSENTADORIAS - RPPS	481.517,70	0,00	0,00	0,00	481.517,70	0,00
32111000000	N	-	APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	481.517,70	0,00	0,00	0,00	481.517,70	0,00
32111010000	N	-	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	481.517,70	0,00	0,00	0,00	481.517,70	0,00
32111010100	S	-	APOSENTADORIAS POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	481.517,70	0,00	0,00	0,00	481.517,70	0,00
32200000000	N	-	PENSÕES	134.833,07	0,00	0,00	0,00	134.833,07	0,00
32210000000	N	-	PENSÕES - RPPS	134.833,07	0,00	0,00	0,00	134.833,07	0,00
32211000000	N	-	PENSÕES - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	134.833,07	0,00	0,00	0,00	134.833,07	0,00
32211990000	S	-	OUTRAS PENSÕES	134.833,07	0,00	0,00	0,00	134.833,07	0,00
32900000000	N	-	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	136.009,98	0,00	0,00	0,00	136.009,98	0,00
32910000000	N	-	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - RPPS	136.009,98	0,00	0,00	0,00	136.009,98	0,00
32911000000	N	-	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	136.009,98	0,00	0,00	0,00	136.009,98	0,00
32911100000	S	-	AUXILIO-DOENCA	136.009,98	0,00	0,00	0,00	136.009,98	0,00
33000000000	N	-	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	73.818,27	0,00	0,00	0,00	73.818,27	0,00
33200000000	N	-	SERVIÇOS	73.818,27	0,00	0,00	0,00	73.818,27	0,00
33210000000	N	-	DIÁRIAS	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00
33211000000	N	-	DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00
33211010000	N	-	DIARIAS PESSOAL CIVIL	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00
33211010100	S	-	DIÁRIAS PESSOAL CIVIL – NO PAÍS	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00
33220000000	N	-	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	4.925,00	0,00	0,00	0,00	4.925,00	0,00
33221000000	N	-	SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	4.925,00	0,00	0,00	0,00	4.925,00	0,00
33221150000	S	-	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00
33221300000	S	-	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	425,00	0,00	0,00	0,00	425,00	0,00
33230000000	N	-	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	59.893,27	0,00	0,00	0,00	59.893,27	0,00
33231000000	N	-	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	59.893,27	0,00	0,00	0,00	59.893,27	0,00
33231060000	S	-	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	250,00	0,00	0,00	0,00	250,00	0,00
33231070000	S	-	SERVIÇOS DE APOIO	8.658,56	0,00	0,00	0,00	8.658,56	0,00
33231100000	S	-	LOCAÇÕES	12.647,51	0,00	0,00	0,00	12.647,51	0,00
33231120000	S	-	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	80,00	0,00	0,00	0,00	80,00	0,00
33231320000	S	-	SERVIÇOS BANCARIOS	270,40	0,00	0,00	0,00	270,40	0,00
33231460000	S	-	SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	1.120,00	0,00	0,00	0,00	1.120,00	0,00
33231510000	S	-	SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS	36.866,80	0,00	0,00	0,00	36.866,80	0,00
37000000000	N	-	TRIBUTÁRIAS	16.395,07	0,00	0,00	0,00	16.395,07	0,00
37200000000	N	-	CONTRIBUIÇÕES	16.395,07	0,00	0,00	0,00	16.395,07	0,00
37210000000	N	-	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	16.395,07	0,00	0,00	0,00	16.395,07	0,00
37211000000	N	-	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - CONSOLIDAÇÃO	16.395,07	0,00	0,00	0,00	16.395,07	0,00
37211020000	S	-	PIS/PASEP	16.395,07	0,00	0,00	0,00	16.395,07	0,00
	N	-	TOTAL VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (3)	885.041,72	0,00	1.812,42	0,00	886.854,14	0,00

Data: 01/10/2018 09:10:06
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **NOBRES**
Unidade Gestora: **FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS PUBLICOS DE NOBRES**

Exercício: **2018**
Período: **Janeiro a Julho**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
42000000000	N	-	CONTRIBUIÇÕES	0,00	1.655.420,33	0,00	0,00	0,00	1.655.420,33
42100000000	N	-	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	1.655.420,33	0,00	0,00	0,00	1.655.420,33
42110000000	N	-	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS	0,00	1.655.420,33	0,00	0,00	0,00	1.655.420,33
42111000000	N	-	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	1.655.420,33	0,00	0,00	0,00	1.655.420,33
42111010000	N	-	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS	0,00	813.154,44	0,00	0,00	0,00	813.154,44
42111010100	S	-	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS	0,00	813.154,44	0,00	0,00	0,00	813.154,44
42111020000	N	-	CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO AO RPPS	0,00	460.490,08	0,00	0,00	0,00	460.490,08
42111020100	S	-	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR - RPPS	0,00	460.490,08	0,00	0,00	0,00	460.490,08
42111030000	S	-	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL	0,00	381.775,81	0,00	0,00	0,00	381.775,81
44000000000	N	-	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	599.408,01	0,00	14.903,35	0,00	614.311,36
44200000000	N	-	JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	13.840,85	0,00	0,00	0,00	13.840,85
44290000000	N	-	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	13.840,85	0,00	0,00	0,00	13.840,85
44291000000	S	-	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA - CONSOLIDAÇÃO	0,00	13.840,85	0,00	0,00	0,00	13.840,85
44500000000	N	-	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	585.567,16	0,00	14.903,35	0,00	600.470,51
44520000000	N	-	REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	585.567,16	0,00	14.903,35	0,00	600.470,51
44521000000	S	-	REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	585.567,16	0,00	14.903,35	0,00	600.470,51
	N	-	TOTAL VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (4)	0,00	2.254.828,34	0,00	14.903,35	0,00	2.269.731,69
	N	-	TOTAL INF. DE NATUREZA PATRIMONIAL (1 a 4)	84.425.656,18	84.425.656,18	18.528,19	18.528,19	24.814.293,26	24.814.293,26
51000000000	N	-	PLANEJAMENTO APROVADO	25.796.780,00	0,00	0,00	0,00	25.796.780,00	0,00
51100000000	N	-	PPA - APROVADO	25.796.780,00	0,00	0,00	0,00	25.796.780,00	0,00
51110000000	S	-	APROVAÇÃO INICIAL DO PPA	25.796.780,00	0,00	0,00	0,00	25.796.780,00	0,00
52000000000	N	-	ORÇAMENTO APROVADO	10.960.000,00	0,00	0,00	0,00	10.960.000,00	0,00
52100000000	N	-	PREVISÃO DA RECEITA	5.480.000,00	0,00	0,00	0,00	5.480.000,00	0,00
52110000000	N	-	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	5.480.000,00	0,00	0,00	0,00	5.480.000,00	0,00
52111000000	S	-	PREVISAO INICIAL DA RECEITA BRUTA	5.480.000,00	0,00	0,00	0,00	5.480.000,00	0,00
52200000000	N	-	FIXAÇÃO DA DESPESA	5.480.000,00	0,00	0,00	0,00	5.480.000,00	0,00
52210000000	N	-	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5.480.000,00	0,00	0,00	0,00	5.480.000,00	0,00
52211000000	N	-	DOTAÇÃO INICIAL	5.480.000,00	0,00	0,00	0,00	5.480.000,00	0,00
52211010000	S	-	CREDITO INICIAL	5.480.000,00	0,00	0,00	0,00	5.480.000,00	0,00
53000000000	N	-	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	15.081,80	7.540,90	0,00	0,00	7.540,90	0,00
53100000000	N	-	INSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	15.081,80	7.540,90	0,00	0,00	7.540,90	0,00
53110000000	S	-	RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	7.540,90	0,00	0,00	0,00	7.540,90	0,00
53170000000	S	-	RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	7.540,90	7.540,90	0,00	0,00	0,00	0,00
	N	-	TOTAL CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (5)	36.771.861,80	7.540,90	0,00	0,00	36.764.320,90	0,00
61000000000	N	-	EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	6.444.959,59	32.241.739,59	1.812,42	1.812,42	0,00	25.796.780,00

Data: 01/10/2018 09:10:06
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Município: **NOBRES**
Unidade Gestora: **FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS PUBLICOS DE NOBRES**

Exercício: **2018**
Período: **Janeiro a Julho**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
61100000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DO PPA**	**6.444.959,59**	**32.241.739,59**	**1.812,42**	**1.812,42**	**0,00**	**25.796.780,00**
61110000000	S	-	PPA A ALOCAR EM LEIS ORÇAMENTÁRIAS ANUAIS	5.480.000,00	25.796.780,00	0,00	0,00	0,00	20.316.780,00
61120000000	S	-	PPA ALOCADO EM LEIS ORÇAMENTÁRIAS ANUAIS	964.959,59	5.480.000,00	1.812,42	0,00	0,00	4.513.227,99
61130000000	S	-	PPA EXECUTADO	0,00	964.959,59	0,00	1.812,42	0,00	966.772,01
62000000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO**	**5.052.807,53**	**16.012.807,53**	**20.340,61**	**20.340,61**	**0,00**	**10.960.000,00**
62100000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DA RECEITA**	**2.254.828,34**	**7.734.828,34**	**14.903,35**	**14.903,35**	**0,00**	**5.480.000,00**
62110000000	S	-	RECEITA A REALIZAR	2.254.828,34	5.480.000,00	14.903,35	0,00	0,00	3.210.268,31
62120000000	S	-	RECEITA REALIZADA	0,00	2.254.828,34	0,00	14.903,35	0,00	2.269.731,69
62200000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DA DESPESA**	**2.797.979,19**	**8.277.979,19**	**5.437,26**	**5.437,26**	**0,00**	**5.480.000,00**
62210000000	**N**	**-**	**DISPONIBILIDADES DE CREDITO**	**2.797.979,19**	**8.277.979,19**	**5.437,26**	**5.437,26**	**0,00**	**5.480.000,00**
62211000000	S	-	CREDITO DISPONÍVEL	964.959,59	5.480.000,00	1.812,42	0,00	0,00	4.513.227,99
62213000000	**N**	**-**	**CREDITO UTILIZADO**	**1.833.019,60**	**2.797.979,19**	**3.624,84**	**5.437,26**	**0,00**	**966.772,01**
62213010000	S	F	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	887.082,14	964.959,59	1.812,42	1.812,42	0,00	77.877,45
62213020000	S	-	CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	71.070,42	71.070,42	0,00	0,00	0,00	0,00
62213030000	S	-	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	874.867,04	887.082,14	1.812,42	1.812,42	0,00	12.215,10
62213040000	S	-	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00	874.867,04	0,00	1.812,42	0,00	876.679,46
63000000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR**	**11.752,63**	**19.293,53**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.540,90**
63100000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS**	**11.752,63**	**19.293,53**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.540,90**
63110000000	S	F	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	4.211,73	7.540,90	0,00	0,00	0,00	3.329,17
63130000000	S	-	RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	4.211,73	0,00	0,00	0,00	4.211,73
63170000000	**N**	**-**	**RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO**	**7.540,90**	**7.540,90**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
63171000000	S	F	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	7.540,90	7.540,90	0,00	0,00	0,00	0,00
	N	**-**	**TOTAL CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (6)**	**11.509.519,75**	**48.273.840,65**	**22.153,03**	**22.153,03**	**0,00**	**36.764.320,90**
	N	**-**	**TOTAL INF. DE NATUREZA ORÇAMENTÁRIA (5 e 6)**	**48.281.381,55**	**48.281.381,55**	**22.153,03**	**22.153,03**	**36.764.320,90**	**36.764.320,90**
71000000000	**N**	**-**	**ATOS POTENCIAIS**	**70.283,68**	**7.691,03**	**0,00**	**0,00**	**62.592,65**	**0,00**
71200000000	**N**	**-**	**ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**70.283,68**	**7.691,03**	**0,00**	**0,00**	**62.592,65**	**0,00**
71230000000	**N**	**-**	**OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**	**70.283,68**	**7.691,03**	**0,00**	**0,00**	**62.592,65**	**0,00**
71231000000	**N**	**-**	**OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO**	**70.283,68**	**7.691,03**	**0,00**	**0,00**	**62.592,65**	**0,00**
71231020000	S	-	CONTRATOS DE SERVIÇOS	70.283,68	7.691,03	0,00	0,00	62.592,65	0,00
72000000000	**N**	**-**	**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**	**20.833.132,51**	**1.925.978,70**	**14.903,35**	**0,00**	**18.922.057,16**	**0,00**
72100000000	**N**	**-**	**DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO**	**20.833.132,51**	**1.925.978,70**	**14.903,35**	**0,00**	**18.922.057,16**	**0,00**
72110000000	**N**	**-**	**CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS**	**20.833.132,51**	**1.925.978,70**	**14.903,35**	**0,00**	**18.922.057,16**	**0,00**
72111000000	S	-	RECURSOS ORDINÁRIOS	250.912,24	250.912,24	0,00	0,00	0,00	0,00
72112000000	S	-	RECURSOS VINCULADOS	19.886.804,35	1.675.066,46	14.903,35	0,00	18.226.641,24	0,00
72113000000	S	-	RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	695.415,92	0,00	0,00	0,00	695.415,92	0,00
	N	**-**	**TOTAL CONTROLES DEVEDORES (7)**	**20.903.416,19**	**1.933.669,73**	**14.903,35**	**0,00**	**18.984.649,81**	**0,00**
81000000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS**	**19.396,33**	**81.988,98**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**62.592,65**
81200000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**19.396,33**	**81.988,98**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**62.592,65**
81230000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**	**19.396,33**	**81.988,98**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**62.592,65**

Data: 01/10/2018 09:10:06
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Página: 6 de 7

Município: **NOBRES**
Unidade Gestora: **FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS PUBLICOS DE NOBRES**

Exercício: **2018**
Período: **Janeiro a Julho**

Conta Contábil	Esc	F/P	Descrição da Conta Contábil	Saldo até o Mês Devedor		Movimento do Mês		Saldo Acumulado	
				Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
81231000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES -CONSOLIDAÇÃO**	**19.396,33**	**81.988,98**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**62.592,65**
81231020000	**N**	**-**	**CONTRATOS DE SERVIÇOS**	**19.396,33**	**81.988,98**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**62.592,65**
81231020100	S	-	A EXECUTAR	19.396,33	70.283,68	0,00	0,00	0,00	50.887,35
81231020200	S	-	EXECUTADOS	0,00	11.705,30	0,00	0,00	0,00	11.705,30
82000000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**	**4.795.134,49**	**23.702.288,30**	**5.437,26**	**20.340,61**	**0,00**	**18.922.057,16**
82100000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO**	**4.795.134,49**	**23.702.288,30**	**5.437,26**	**20.340,61**	**0,00**	**18.922.057,16**
82110000000	**N**	**-**	**EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS**	**4.795.134,49**	**23.702.288,30**	**5.437,26**	**20.340,61**	**0,00**	**18.922.057,16**
82111000000	**N**	**-**	**DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS**	**2.900.912,10**	**20.833.132,51**	**1.812,42**	**14.903,35**	**0,00**	**17.945.311,34**
82111010000	S	F	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO	2.900.912,10	20.833.132,51	1.812,42	14.903,35	0,00	17.945.311,34
82112000000	**N**	**-**	**DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO**	**962.364,29**	**1.043.570,91**	**1.812,42**	**1.812,42**	**0,00**	**81.206,62**
82112010000	S	F	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO - A LIQUIDAR	891.293,87	972.500,49	1.812,42	1.812,42	0,00	81.206,62
82112020000	S	F	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO - EM LIQUIDAÇÃO	71.070,42	71.070,42	0,00	0,00	0,00	0,00
82113000000	**N**	**-**	**DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO E ENTRADAS COMPENSATÓRIAS**	**931.858,10**	**988.963,58**	**1.812,42**	**1.812,42**	**0,00**	**57.105,48**
82113010000	S	F	COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	874.867,04	891.293,87	1.812,42	1.812,42	0,00	16.426,83
82113020000	S	F	COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETENÇÕES	56.991,06	97.669,71	0,00	0,00	0,00	40.678,65
82114000000	S	-	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	0,00	836.621,30	0,00	1.812,42	0,00	838.433,72
	N	**-**	**TOTAL CONTROLES CREDORES (8)**	**4.814.530,82**	**23.784.277,28**	**5.437,26**	**20.340,61**	**0,00**	**18.984.649,81**
	N	**-**	**TOTAL INF. DE CONTROLES (7 e 8)**	**25.717.947,01**	**25.717.947,01**	**20.340,61**	**20.340,61**	**18.984.649,81**	**18.984.649,81**
	N	**-**	**TOTAL GERAL**	**158.424.984,74**	**158.424.984,74**	**61.021,83**	**61.021,83**	**80.563.263,97**	**80.563.263,97**

Nota:
Ratificamos os valores contábeis apresentados neste balancete de verificação emitido pelo TCE/MT com base nas informações encaminhadas pelo(a) FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS PUBLICOS DE NOBRES, por intermédio do Sistema APLIC, relativamente às prestações de contas até o mês de Julho de 2018, e confirmamos ainda, que reproduz fielmente os registros e saldos existentes em nossas bases de dados.

ELIZABETH GOMES PEREIRA MACHADO - CRC/MT 9600 O
Contador(a)

NADIR DA SILVA
Titular do Órgão/Entidade

Data: 01/10/2018 09:10:06
Fonte dos dados: Sistema APLIC.

Página: 7 de 7

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N°. 001/2018/SEMEC

EDITAL N°. 001/2018/SEMEC

Dispõe sobre a abertura das inscrições para o processo de seleção de profissionais da Educação Básica a serem designados para a função gratificada de Diretor(a) das Escolas Públicas Municipais, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei Federal n°. 9.394/1996 – LDB, da Lei Municipal n°. 1.134-2014 e da Portaria n°. 02/2014SEMEC.

1. Das inscrições:

1.1. As inscrições estarão abertas na Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, nos dias 8 a 9 de Outubro de 2018, das 07:00h às 11: 00h das 13:00h às 17:00h.

1.2. No ato da inscrição o candidato deverá:

1.3. Preencher uma ficha padrão identificando a escola para a qual está se candidatando.

1.4. Declarar por escrito que está de pleno acordo com as condições deste Edital e da Portaria nº. 01/2018/SEMEC, apresentando e assinando os seguintes documentos:

a) Curriculum vitae (documentado);

b) Cópias da carteira de identidade/RG e CPF, apresentando os originais para conferencia;

c) Declaração de efetivo tempo de exercício na unidade escolar;

d) Termo de compromisso de dedicação exclusiva;

e) Certidão de adimplência emitida pelo departamento financeiro da SEMEC;

f) Termo de desistência da cooperação técnica, para candidatos com vínculo com Estado. Em sendo eleito, será excluído da cooperação técnica;

2. Das etapas:

2.1. A seleção de diretores das escolas públicas municipais de Nobres será efetivada em duas etapas:

a) 1ª Etapa: ciclo de estudos no período de 25 a 26/11/2016, sob a coordenação da SEMEC.

b) 2ª Etapa: constará da seleção do candidato pela comunidade escolar por meio de votação na própria escola, no dia 07/12/2018, das 08:00h às 17:00h, para o cargo de diretor escolar.

3. Da proposta de Trabalho, para o cargo de diretor:

3.1. A apresentação da proposta e trabalho pelos candidatos à comunidade será no período de 21 a 22/11/2018, no horário estabelecido pelas unidades escolares;

3.2. O candidato eleito encaminhará a proposta de trabalho à SEMEC, no período de 09 a 21/01/2019.

3.3. A apresentação das propostas de trabalho de cada candidato deverá ser realizada em Assembléia Geral e registrada em ata pela Comissão Eleitoral Escolar.

4. Dos critérios:

4.1. Os critérios e demais normas para eleição de diretores das escolas públicas municipais estão contidas na Lei Municipal nº.11342/014 e na Portaria nº. 01/2018/SEMEC.

5. Da Comissão Eleitoral Escolar, na eleição para o cargo de diretor:

5.1. Haverá em cada unidade escolar uma comissão para conduzir o processo de seleção de candidato à direção, constituída em Assembléia Geral da comunidade, convocada pelo dirigente da escola, conforme Artigo 61 da Lei Municipal nº. **1.134/2014** e da Portaria nº. 001/2018/SEMEC.

5.2. As atribuições da Comissão Eleitoral Escolar estão fixadas na legislação descrita no item anterior.

5.3. A Comissão Eleitoral Escolar será formada na escola no dia 16 e 17 /10/2018, sob coordenação do Conselho Escolar.

6. Da posse do cargo de diretor:

6.1. O candidato selecionado tomará posse no dia 08/01/2018, conforme agenda eleitoral.

7. Das disposições gerais:

7.1. A confirmação de inscrição será feita através de divulgação pela SEMEC.

7.2. É vedada ao candidato a inscrição condicional ou por procuração.

7.3. As inscrições que não atenderem os requisitos para a função de diretor serão indeferidas.

7.4. Em hipótese alguma haverá prorrogação do prazo de inscrição.

7.5. Encerrado o prazo, a SEMEC divulgará as lista com as inscrições deferidas e indeferidas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

7.6. A inscrição do candidato para ambos os cargos de que trata este Edital implicará no conhecimento da presente instrução e compromisso tácito de aceitar as condições do processo de seleção, tais como se acham estabelecidas em legislação vigente.

7.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral Municipal, que atenderá na Secretaria Municipal de Educação – SEMEC.

8. Da publicação:

8.1. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nobres/MT, 03 de Outubro de 2018.

EDILMAN CONCEIÇÃO RONDON

Secretária Municipal de Educação

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 001/2018/SEMEC

PORTARIA 001/2018/SEMEC

A Secretária Municipal de Educação de Nobres, no uso de suas atribuições legais e com base nos princípios da Gestão Democrática emanados da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei Federal nº. 9.394/1996 – LDB, da Lei Municipal nº. 1134 /2014

RESOLVE:

Art. 1. Determinar a abertura do processo eleitoral para a escolha de Diretor (a) de unidade Escolar da Rede Pública Municipal, para o biênio 2019/2020, conforme cronograma anexo a esta Portaria.

§ 1º. O processo eleitoral deverá ocorrer em todas as unidades escolares da rede Pública Municipal do município de Nobres.

§ 2º. Poderão ser excepcionadas do parágrafo 1º. deste artigo escolas municipais que apresentem números de alunos insuficientes previstos na Lei de Gestão Democrática.

Art. 2º. Os critérios para escolha do diretor(a) têm como referência clara os campos do conhecimento, das competências, da aptidão para liderança e habilidades gestoras, necessárias ao exercício da função, na perspectiva de assegurar um conhecimento mínimo da realidade onde se insere.

Art. 3º. A escolha de profissional a ser designado(a) para a função gratificada de diretor(a) das escolas públicas municipais será realizada em duas etapas:

I – uma etapa constará de ciclos de estudos de, no mínimo 12 (doze) horas, considerando apto(a) o(a) candidato(a) com 100% (cem por cento) de

frequência, salvo ausências involuntárias ou por motivo de força maior, devidamente justificada e comprovada na forma da lei.

II – 2ª Etapa – constará da seleção do(a) candidato(a) pela comunidade escolar por meio de votação na própria unidade escolar, levando-se em consideração a Proposta de Trabalho do candidato, que deverá conter:

a) Objetivos e metas para a melhoria da escola e do ensino em consonância com a Política Educacional do município de Nobres, com o Projeto Político Pedagógico – PPP e/ou o Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE da unidade escolar onde pretende atuar.

b) Estratégias para a preservação do patrimônio público;

c) Estratégias para a participação da comunidade no cotidiano da escola, na gestão dos recursos financeiros, bem como no acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas;

d) Plano de reavaliação e intervenção pedagógica com vista à melhoria da qualidade do ensino, considerando as avaliações externas (IDEB, Prova Brasil e outras);

e) Ações para garantia de formação continuada sob a sua gestão.

§ 1º. Na definição das metas de longo e curto prazo, dos objetivos, ações e previsão orçamentária que constituirão sua Proposta de Trabalho, o candidato deverá apoiar-se no PPP e/ou PDE em execução na escola onde pretende atuar.

§ 2º. O diretor em exercício garantirá o acesso do candidato aos documentos do PPP, PDE e/ou outro mecanismo de planejamento estratégico em execução na escola, bem como a apresentação dos dados, informações e documentos resultantes da avaliação das metas propostas executadas pela unidade escolar, inclusive apontando as facilidades e dificuldades em operacionalizá-las, para subsidiar a elaboração da Proposta de Trabalho do candidato.

§ 3º. No exercício do seu mandato, o diretor terá como balizador da sua atuação a Proposta de Trabalho aprovada pela comunidade, e a avaliação anual do seu desempenho incidirá sobre a execução e resultados desta proposta.

Art. 4º. A Comissão Eleitoral Escolar prevista no Artigo 12/13 deverá comunicar o candidato e divulgar a comunidade o cronograma de apresentação da Proposta de Trabalho em Assembléia Geral, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

§ 1º. A Assembléia a que se refere o caput deste Artigo deverá ser realizada em horário que possibilite o atendimento ao maior número possível de interessados na exposição da Proposta de Trabalho, cujo teor deverá ser amplamente divulgado.

§ 2º. Na Assembléia Geral deverá ser concedido a cada candidato a mesma fração de tempo para exposição e debate de sua Proposta de Trabalho.

Art. 5º. O candidato que não se submeter à apresentação da Proposta de Trabalho em Assembléia Geral, em data e horário marcados pela Comissão Eleitoral Escolar, estará automaticamente desclassificado.

Art. 6º. Para candidatar-se à função de diretor de que trata a Lei Municipal nº.1134 /2014, o integrante do quadro dos Profissionais da Educação Básica deve:

I – Ser ocupante de cargo efetivo do quadro dos Profissionais da Educação Básica Municipal;

II – Ter no mínimo 02 (dois) anos de efetivo exercício ininterruptos até a data de inscrição, prestados na escola que pretende dirigir;

III – Ser habilitado em Licenciatura em Pedagogia;

IV – Participar dos ciclos de estudos a serem organizados pela Secretaria Municipal de Educação – SEMEC.

V – Apresentar a Proposta de Trabalho em Assembleia Geral, de acordo com as orientações e diretrizes expedidas pela SEMEC.

VI – Assinar termo de compromisso de Dedicação Exclusiva (DE) no ato da inscrição.

VII – Assinar termo de desistência de cooperação técnica, para os candidatos com vinculo com o Governo do Estado de Mato Grosso.

VIII – Ter atuado em efetiva docência nos dois últimos anos anteriores ao pleito.

IX – estar apto a movimentar conta bancária, mediante declaração do próprio candidato.

Art. 7º. O diretor eleito obriga-se a atender em todos os turnos de funcionamento da unidade escolar, podendo estabelecer cronograma de horários e períodos, devendo este ser afixado em local de fácil consulta e visibilidade.

Art. 8º. Caso não haja candidato com dois anos de serviço na unidade escolar, poderá inscrever-se o professor efetivo que tenha um ano de docência na unidade escolar em que pretende atuar resguardando os itens III, IV e V do artº 57.

Art.9º: Na unidade escolar onde não existir inscrição do profissional da educação com habilitação em Pedagogia, poderá inscrever-se o profissional da educação não docente com profissionalização específica – Profuncionário, conforme art.59º da lei de Gestão Democrática.

Art. 10º. Na unidade escolar onde não houver candidato ao cargo de diretor, caberá ao Secretário Municipal de Educação e Desporto nomear profissional para exercer a função, respeitado o disposto nos Incisos III, VI e VII do Artigo 6º desta Portaria.

Art. 11. É vedada a participação no processo de escolha de diretor do profissional da educação que nos últimos 5 anos:

I - esteja inadimplente junto ao Fundo Municipal de Educação – FME, ou ao Tribunal de Contas do Estado;

II - esteve sob licenças médicas contínuas e disponibilidades de qualquer espécie, nos últimos 12 meses;

III - esteja envolvido em processo de sindicância ou inquérito administrativo concluído com penalidade;

IV - esteja envolvido em processo criminal.

V- tenha sido exonerado, dispensado ou suspenso do exercício da função em decorrência de processo administrativo disciplina.

§ 1º. Considerar-se-á inadimplente o profissional que não prestou contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar até o ato da inscrição e cujo prazo esteja vencido.

§ 2º. Entende-se por licenças contínuas o período de afastamento para tratamento de saúde, readaptação de função e acompanhamento familiar eu ultrapassem a somatória de 120 (cento e vinte) dias nos últimos 02 (dois) anos, exceto gozo de férias, maternidade e licença premio.

Art. 12. Haverá, em cada unidade escolar, uma Comissão Eleitoral Escolar para conduzir o processo de seleção de candidato à direção, que será constituída em Assembleia Geral da comunidade escolar, convocada pelo dirigente da escola.

§ 1º. Devem compor a Comissão um membro titular e seu respectivo suplente, dentre os seguintes segmentos:

I – Representante dos Profissionais da Educação Básica;

II – Representante dos pais;

III – Técnico de Infraestrutura e TAE

§ 2º. O membro titular e seu suplente serão eleitos em Assembleia Geral, pelos respectivos segmentos, em data, hora e local, amplamente divulgados.

§ 3º. A Comissão Eleitoral Escolar, uma vez constituída, elegerá um de seus membros para presidi-la.

§ 4º. O membro da Comissão Eleitoral Escolar que praticar qualquer ato lesivo às normas que regulam o processo será substituído pelo seu suplente, após a comprovação da irregularidade e parecer da SEMEC .

§ 5º. Não poderá compor a Comissão Eleitoral Escolar:

I – Qualquer um dos candidatos, seu cônjuge e/ou parente até o segundo grau;

II – O servidor em exercício na função de diretor.

§ 6º. O diretor da escola deverá colocar à disposição da Comissão Eleitoral Escolar os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 13. A comissão Eleitoral Escolar terá, dentre outras, as atribuições de:

I – Planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de seleção do candidato da comunidade escolar;

II – Divulgar amplamente as normas e os critérios, os calendários geral e especifico da unidade escolar, relativos ao processo seletivo;

III – Analisar, juntamente com a SEMEC, as inscrições dos candidatos, deferindo-as ou não;

IV – Convocar a Assembleia Geral para a exposição das propostas de trabalho dos candidatos aos alunos, aos pais e aos profissionais da educação;

V – Providenciar material de votação, lista de votantes por segmento e urnas;

VI – Credenciar até dois fiscais indicados pelos candidatos, identificando-os através de crachás;

VII – Lavrar e assinar as atas de todas as reuniões e decisões em livro próprio;

VIII – Receber os pedidos de impugnação por escrito, relativos ao candidato, até 72 setenta e duas) horas antes do dia da eleição, ou ao processo para análise junto com a SEMEC, e emitir parecer no máximo em 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento do pedido;

IX – Designar, credenciar, instruir, com a devida antecedência, os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras, em ate 72 9setenta e duas) horas, antes do dia da eleição, publicizando na escola;

X – Acondicionar as cédulas e fichas de votação, bem como a listagem dos votantes em envelope lacrado e rubricado por todos os seus membros, arquivando na escola por um prazo de 90 (noventa) dias; após esse prazo, proceder à incineração;

XI – Definir de forma partidária, para o dia da eleição, o numero de carros que poderão ser utilizados pelos candidatos para locomoção de seus apoiadores bem como emitir o cadastro dos mesmos.

XII – Divulgar o resultado final do processo de seleção e enviar a ata de escrutinação à SEMEC, em até 24 (vinte e quatro) horas.

XIII – Emitir ficha cadastro como numero do carro e assinatura da comissão eleitoral que deve ser afixada na parte frontal do veículo.

Art. 14. É vedado ao candidato e à comunidade:

I – Exposição de faixas e cartazes fora da unidade escolar;

II – Distribuição de panfletos promocionais e de brindes de qualquer espécie como objeto de propaganda ou de aliciamento de votantes;

III – Realização de festas na unidade escolar, que não estejam previstas no calendário;

IV – Atos que impliquem o oferecimento, promessas inviáveis ou vantagens de qualquer natureza, tais como projetos já aprovados ou homologados pela SEMEC, bem como daqueles constantes do PDE- Escola ou já previstas no Programa de Ações Articuladas – PAR.

V – Aparição isolada nos meios de comunicação, ainda que em forma de entrevista jornalística.

VI – Utilização de símbolos, frases, imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos do governo;

VII – Denegrir a imagem do outro candidato.

Art. 15. Estará afastado do processo, à vista de representação da parte ofendida, devidamente fundamentada e dirigida à Comissão Eleitoral Escolar, o candidato que praticar qualquer dos atos do Artigo 14 desta Portaria, ou permitir a outrem praticá-los em seu favor.

Art. 16. O candidato que possuir apelido pelo qual é conhecido poderá usá-lo para divulgação de sua candidatura junto à comunidade escolar.

Art. 17. Podem votar:

I – Profissionais da educação em exercício na unidade escolar.

II – Alunos regularmente matriculados com frequência comprovada, que tenham no mínimo 12 (doze) anos de idade ou estejam cursando o 6º Ano do Ensino Fundamental;

III – Pai e mãe (dois votos por família) ou responsável (um voto por família), quando o aluno for menor de 18 (dezoito) anos e que tenha frequência comprovada;

§ 1º. O profissional da educação com filhos na escola votará apenas pelo seu segmento.

§ 2º. O profissional da educação que ocupa mais de um cargo na escola votará somente uma vez.

§ 3. Poderá votar em caso de substituição temporária de até 120 (cento e vinte) dias o titular do cargo e, em caso de sua desistência, protocolada junto a Comissão Eleitoral Escolar, até 24 (vinte e quatro) horas antes do pleito, votará seu substituto.

§ 4º No caso de afastamento do titular do cargo, por prazo superior 120 (cento e vinte) dias, votará o seu substituto.

Art. 18. No ato da votação, o votante deverá apresentar a mesa receptora um documento oficial com fotografia e, em caso de aluno, o Registro de Nascimento.

Art. 19. O votante com identidade comprovada, cujo nome não conste em nenhuma lista, poderá votar numa lista separada.

Parágrafo único. Não é permitido o voto por procuração.

Art. 20. O processo de votação será conduzido por mesas receptoras designadas pela Comissão Eleitoral Escolar.

Art. 21. Poderão permanecer no recinto destinado a mesa receptora apenas os seus membros e os fiscais.

Art. 22. Nenhuma autoridade estranha à mesa receptora poderá intervir, sob pretexto algum, em seu regular funcionamento, exceto o presidente da Comissão Eleitoral Escolar, quando solicitado.

Art. 23. Cada mesa será composta por, no mínimo, 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros e 02 (dois) suplentes escolhidos pela Comissão Eleitoral Escolar entre os votantes e com antecedência mínima de 03 (três) dias.

Parágrafo único. Não podem integrar a mesa os candidatos, seus cônjuges e parentes até segundo grau.

Art. 24. Os eventuais pedidos de impugnação dos mesários, devidamente fundamentados, serão dirigidos ao presidente da Comissão Eleitoral Escolar e, caso sejam pertinentes, a substituição será feita pelo suplente.

Parágrafo único. O candidato que não solicitar a impugnação ficará impedido de arguir, sobre este fundamento, a nulidade do processo.

Art. 25. O voto deverá ser dado em cédula única, contendo o carimbo identificador da unidade escolar, devidamente assinado pelo presidente da Comissão Eleitoral Escolar e um mesário, exceto os de urna eletrônica.

Art. 26. O secretário da mesa deverá lavrar a ata circunstanciada dos trabalhos realizados, a qual deverá ser assinada por todos os mesários.

Art. 27. Os fiscais indicados pelos candidatos podarão solicitar ao presidente da mesa o registro em ata de eventuais irregularidades ocorridas durante o processo.

Art. 28. As Mesas Receptoras, uma vez encerrada a votação e elaborada a respectiva Ata, transferirão os trabalhos para as Mesas Escrutinadoras, para procederem imediatamente à contagem dos votos (manual ou eletrônico), no mesmo local da votação.

§ 1º. Antes da abertura da urna, a Comissão Eleitoral Escolar deverá verificar se há nela indícios de violação e, em caso de constatação, a mesma deverá ser encaminhada com relatório à APM para decisão cabível.

§ 2º. Caso o Conselho Escolar e/ou APM se julgue impossibilitada de atender ao que consta no § 1º deste Artigo, recorrerá à SEMEC.

§ 3º. Antes da abertura da urna, a mesa escrutinadora deverá examinar os votos tomados em separado, incluindo-os entre os demais, ou anulando-os se for o caso, preservando o sigilo.

Art. 29. Não havendo coincidência entre o número de votantes e o número de cédulas existentes na urna, o fato constituirá motivo de anulação se resultante de fraude comprovada e, neste caso, adota-se o mesmo procedimento citado nos §§ 2º e 3º do Artigo 28/78, no caso de urna convencional.

Art. 30. Os pedidos de impugnação fundados em violação de urna somente podarão ser apresentados até sua abertura.

Parágrafo: Os votos em branco e nulo não serão computados a nenhum candidato e nem mesmo entram no cômputo dos votos válidos.

Art.31º São nulos os votos:

I- Registrados em cédulas que não correspondam ao modelo Padrão;

II- Que indiquem mais de um candidato;

III- Que contenham expressões ou qualquer outra manifestação além daquela que exprime o voto;

IV- Dados a candidatos que não estejam aptos a participar da 2ª etapa do processo, conforme art. 54 da lei

Art. 32. Havendo empate entre os candidatos, o desempate se dará levando em conta os critérios na ordem relacionada abaixo:

I – Maior tempo de serviço na unidade escolar;

II – Maior titulação;

III – Maior idade;

Art. 33. O candidato único só será considerado escolhido quando obtiver 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos votos válidos.

Parágrafo único. Caso não obtenha o percentual mínimo dos votos, a Secretaria Municipal de Educação e Desporto– SEMEC designará um profissional oriundo de outra escola, respeitando os critérios do Artigo 6º, Incisos I e III.

Art. 34. Concluídos os trabalhos de escrutinação, lavrada a ata do resultado final de todo o processo e assinada pelos componentes da mesa escrutinadora, todo o material será entregue ao presidente da Comissão Eleitoral que se reunirá com os demais membros para:

I – Verificar toda a documentação;

II – Decidir sobre eventuais irregularidades;

III – Divulgar o resultado final da votação.

Parágrafo único. Divulgado o resultado, não cabe sua revisão, exceto em caso de provimento de recurso impetrado nos termos do Artigo 40 desta Portaria.

Art. 35. No momento da transmissão da função ao diretor eleito, o profissional da educação que estiver na direção deverá apresentar à comunidade escolar:

I – Avaliação de sua gestão, nos termos das diretrizes expedidas pela SEMEC;

II – Balaço do acervo documental;

III – Credenciamento do estabelecimento de ensino e autorização dos recursos ofertados a comunidade escolar;

IV – Inventário do material, do equipamento e do patrimônio existente na unidade escolar;

V – Apresentação de prestação de contas à comunidade escolar, aprovada pelo Conselho Escolar e/ou Associação de pais e Mestres – APM.

§ 1º. Caso o diretor não cumpra o estabelecido neste Artigo, competirá ao novo diretor com a colaboração do Conselho Escolar e/ou APM, relatar os fatos e representar contra o mesmo junto à SEMEC, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilidade.

§ 2º. O Conselho Escolar e/ou a APM só poderá dar posse ao diretor reeleito após cumprir o disposto neste Artigo, sob pena de responsabilidade de seus membros, na forma do parágrafo anterior.

Art. 36. O profissional da educação que esteja na direção da escola, caso seja reeleito, apresentará à comunidade escolar, em Assembléia Geral, a prestação de contas da gestão anterior, aprovada pelo Conselho escolar no momento da posse.

Parágrafo único. Se no prazo legal não for aprovada a prestação de contas da escola pelo departamento financeiro da SEMEC, a reeleição do diretor será considerada nula de pleno direito, cujo declaratório será expedido pela Comissão Eleitoral Municipal.

Art. 37. A posse deverá ocorrer em Assembleia Geral da comunidade escolar, conforme programação anexa.

Art. 38. O candidato que se sentir prejudicado ou detectar irregularidade no desenvolvimento do processo eleitoral poderá dirigir representação à Comissão Eleitoral Escolar que os entregará no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a SEMEC.

Art. 39. Das decisões da Comissão Eleitoral Escolar cabem recursos dirigidos à Comissão Eleitoral Municipal.

Parágrafo único. O prazo para interposição de recursos é de 72 (setenta e duas) horas, improrrogáveis, contadas do recebimento da notificação da decisão desfavorável à representação.

Art. 40. Decorrido o prazo previsto no parágrafo único do Artigo 39 (desta portaria) e não havendo recursos, o candidato eleito assumirá o cargo em comissão.

Art. 41. O processo de eleição ocorrerá através de urna eletrônica e/ou votação manual em todas as escolas do município, observada a programação anexa a esta Portaria.

Art. 42. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral Municipal, em última instância, que atenderá na SEMEC.

Art. 43. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nobres/MT, 18 de Setembro de 2018.

LEOIR HANEL

Prefeito Municipal

EDILMAN CONCEIÇÃO RONDON

Secretária Municipal de Educação e Desporto

ANEXO

PROGRAMAÇÃO DA ELEIÇÃO DOS DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE NOBRES – BIÊNIO: 2019 / 2020

Meses e Datas		Ações	Local
Outubro Novembro e Dezembro de 2018	08 e 09/10	Inscrição dos candidatos à direção.	SEMEC
	10 e 11/10	Divulgação das inscrições deferidas ou indeferidas dos candidatos à direção das escolas municipais.	SEMEC
	16 e 17/10	Assembleia Geral da comunidade escolar convocada pelo Gestor de cada escola municipal para escolha da comissão eleitoral.	Unidade Escolar
	21 e 22/11	Período de apresentação da Proposta de Trabalho à comunidade escolar.	Unidade escolar
	26 e 27/11	Capacitação dos candidatos à direção das escolas municipais (Ciclo de Estudos) pala Secretaria Municipal de Educação.	SEMEC
	07/12	Realização da eleição por escola para escolha do diretor.	Unidade escolar
Janeiro de 2019	04/01	Entrega do livro Tombo (registro de patrimônio) e conferência pelos Gestores e Conselho escolar .	Unidade escolar
	08/01	Posse do diretor eleito às 08horas	Prefeitura Municipal: auditório municipal “Lagoa Azul”

Observação: Durante a execução dessas ações os casos de não cumprimento, devem ser protocolados junto a SEMEC.

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 120/2018.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** brasileiro, casado, residente e domiciliado em Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 740239 SSP/PR e CPF nº 159.026.509-25, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **CAROLINE CAMPOS LUCAS**, brasileiro (a), portador (a) do **RG N.° 2037117-9 SSP/MT**e do **CPF N.° 027.896.431-13**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2017/18SEMEC pela Portaria n°. 02/2017/SEMEC de 21/11/2017, e pela Portaria de homologação n° 078/2018 de 05/03/2018, na função de **Tec. em Desenv. Infantil Não Profissionalizado**, por essencial necessidade de caráter público.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as cláusulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **3 (Três) Meses e 21 (Vinte e Um) dias,** contados dos dias **03/09/2018** estendendo-se até **21/12/2018.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.525,14 (Hum Mil Quinhentos e Vinte e Cinco Reais e Quatorze Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **40 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE deverá efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretário;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 03 de Setembro de 2018.

_____

_____

LEOCIR HANEL CAROLINE CAMPOS LUCAS

Prefeito Contratado

Testemunhas:

ADMINISTRAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE NOBRES – MT ATA N 008/2018

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE NOBRES – MT

ATA N 008/2018

No dia primeiro do mês de outrubro de dois mil e dezoito, ás quatorze horas, na sala de reuniões anexo ao Centro de Cidadania Izabel Pinto de Campos, situado a Rua Miranda, sem número, Bairro Ponte de Ferro, em Nobres Estado de Mato Grosso, reuniram-se os membros do Conselho Previdenciário do PREVI-NOBRES, juntamente com a Diretora Executiva do Fundo de Previdência a senhora Nadir da Silva, com o objetivo de dar posse aos membros do novo conselho eleito no dia 23/08/2018. Com a palavra a Diretora Nadir da Silva, inicia cumprimentando e agradecendo a presença de todos que atenderam à convocação, e em nome das Conselheiras Ana Darc Dias de Carvalho e Luciene Maria Nonato de Souza do conselho que se encerra, faz um agradecimento especial. Na seqüência foram empossados os membros do referido Conselho, conforme composição Pública no Decreto nº 071/2018 do dia treze de setembro do ano de dois mil e dezoito na seguinte ordem: Representantes dos Segurados titulares: Agnaldo Soares de Campos CPF: 442.142.431-53, Aparecida Carolina de Pinho Rosa CPF: 433.065.351-68, Hernani Alves de Souza CPF: 654.116.251-49, Luciene Maria Nonato de Souza CPF: 905.397. 021-53, Maria Dolores de Paula Pereira CPF: 219.652.180-91 e Núbia Avelino dos Santos CPF: 599.038.569-20. Representantes dos Segurados suplentes: Joaquim de Freitas Café CPF: 173.146.231-04, Ronilda Rocha Ferreira da Silva CPF: 000.055.691-25, Elina Delfina Pereira Silva CPF: 900.887.941-72, Eloirdes Alves da Silva CPF: 172.649.441-15, Elizangela Aleixo Barbosa Nonato CPF: 117.285.308-81 e Camila Pereira Maciel CPF: 969.580.731-34. Representantes do Poder Executivo titulares: Amilton Barreto dos Reis CPF: 532.220.836-49 e Mara Lurdes Ohweiler CPF: 346.672.701-44. Representantes do Poder Executivo suplentes: Elizângela de Oliveira Souza CPF: 780.797.721-34 e Dulcelina Maria de Almeida CPF: 892.863.591-87. Representantes do Poder Legislativo titulares: Oscar dos Santos Lara CPF: 460.611.261.15 e Zaira Borges Sobrinha Valandro CPF: 593.214.661-34. Representantes do Poder Legislativo suplentes: André Avelino Bezerra CPF: 885.181.408-20, Nilson da Silva Campos CPF: 406.455.761-15. Em Seguida tomaram posse o senhor Agnaldo Soares de Campos CPF: 442.142.431-53 a Presidente do Conselho, a senhora Maria Dolores de Paula Pereira CPF: 219.652.180-91 a Vice – Presidente e a senhora Nubia Avelino dos Santos CPF: 599.038.569-20 como Secretária. Após a posse com a palavra o presidente Agnaldo Soares de Campos, agradece a confiança de todos e conta com a participação e colaboração de todos, lamenta que embora o município tenha um grande número de funcionários efetivos, mas sempre os mesmos que assumem a liderança do conselho. Não havendo mais nada para tratar, fica encerrada a Ata desta reunião e assinada pelo Presidente.

Agnaldo Soares de Campos

CPF: 442.142.431-53

Presidente do Conselho Gestor

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 121/2018.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/ 0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL,** brasileiro, casado, residente e domiciliado em Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 740239 SSP/PR e CPF nº 159.026.509-25, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **MARIA CRISTINA GARCIA COUTINHO**, brasileiro (a), portador (a) do **RG N.° 816318 SSP/MT**e do **CPF N.° 652.640.451-00**, a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2017/18SEMEC pela Portaria n°. 02/2017/SEMEC de 21/ 11/2017, e pela Portaria de homologação n° 078/2018 de 05/03/2018, na função de **Professor**, por essencial necessidade de caráter público.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as cláusulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **3 (Três) Meses e 11 (Onze) dias,** contados dos dias **11/09/2018** estendendo-se até **21/12/2018.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 2.346,39 (Dois Mil Trezentos e Quarenta e Seis Reais e Trinta e Nove Centavos)** mensais**.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **30 horas** semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE deverá efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

brasão de nobres

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretário;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de **Nobres – MT**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT, 11 de Setembro de 2018.

_____

_____

LEOCIR HANEL MARIA CRISTINA GARCIA COUTINHO

Prefeito Contratado

Testemunhas:

_____

_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2018.

Pelo presente instrumento particular, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, de um lado o MUNICIPIO DE NOBRES / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.424.272/0001-07, neste ato representados pelo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25 e do outro lado a empresa **OTILIA ANTONIA CELSO EIRELI**, inscrita no CNPJ Nº 25.241.318/0001-95, com sede na Avenida dos Buritis, s/nº , Bom Jardim Zona Rural, no município de Nobres - MT, CEP nº 78.460-000, neste ato representado pela Sra. Otília Antônia Celso, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1014827-2 SSP/RS do CPF nº 787.130.211-68, residente à Avenida dos Buritis, s/nº, Bom Jardim, Nobres/MT, doravante denominada “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 52/2018, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é Registro de preços para futura e eventual ***Contratação De Empresa Para Prestação De Serviços De Transmissão De Dados (Internet) Com Velocidade De 10mbps Via Fibra Ótica Para Área Urbana no município De Nobres - MT*****, conforme termo de referência (anexo I),** Especificações dos Itens do Edital de **PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 52/2018**, para Registro de Preços.

1.2. Os serviços deverão ser prestados no município de Nobres - MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado global conforme segue:

ITEM	TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE	QTD	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
01	**Serviço De Acessos A Internet Fibra Ótica 10**Mbps De Fibra Ótica Para Área Urbana	UNIDADE	1,00	R$ 3.000,00	R$ 36.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 52/2018, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega da Nota Fiscal e/ou Faturas, devidamente atestada em seu verso, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres-MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo da prestação de serviço,se dará, até o esgotamento total da prestação de serviço pelo período estipulado no item 2.1.

4.2. A aceitação dos serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta prestação do serviço, nos termo do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso a prestação de serviço não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação da prestação serviço, o mesmo deverá ser notificado no prazo de três (3) dias contados da notificação para regularização da prestação de serviço no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição da prestação de serviço que estiver em desacordo com as especificações.

5.1.2. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Prestará o serviço nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o fornecimento do serviço prestado;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Todo serviço deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do Município de Nobres, conforme abaixo:

Sec. Mun. de Administração.....046-03.001.04.122.0003.2010.33.90.39.000000

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos serviços prestados, incluindo todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora que não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o

endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº. 52/2018, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 52/2018 a proposta da empresa **OTILIA ANTONIA CELSO EIRELI** classificada em PROMITENTE FORNECEDORA no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/MT, 03 de outubro de 2018.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

OTILIA ANTONIA CELSO EIRELI

CNPJ Nº 25.241.318/0001-95

Sra. Otília Antônia Celso

CPF nº 787.130.211-68

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:

CPF n.º CPF n.º:

Assinatura: _____ Assinatura: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

JURÍDICO
DECRETO Nº 287/2018, DE 03 DE OUTUBRO DE 2.018.

DECRETO Nº 287/2018, DE 03 DE OUTUBRO DE 2.018.

DISPÕESOBREACONVOCAÇÃODA VI CONFERÊNCIAMUNICIPALDOSDIREITOSDACRIANÇAEDOADOLESCENTEDOMUNICÍPIODE NORTELÂNDIA – MT EDÁOUTRASPROVIDÊNCIAS.

O Sr. Aldemar Xavier Meira, Prefeito em Exercício do Município de de Nortelândia -MT, no exercício das funções inerentes ao seu cargo, conforme o art. 72, IV da LOM, e em conjunto com a Presidente do CMDCA de Nortelândia -MT, Natália Maria da Silva, no uso de suas atribuições de acordo com a Lei 293/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a **VICONFERÊNCIAMUNICIPALDOSDIREITOSDACRIANÇAEDOADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA - MT**, a realizar-se no dia 31 de outubro de 2018, das 07:00 às 12:00 horas, na cidade de Nortelândia -MT, com o fim de mobilizar o Sistema de Garantia de Direitos e a população em geral para garantir implementação da Política Nacional e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Criança e Adolescentes, para que se alcance a proteção integral de crianças e adolescentes no âmbito do Município de Nortelândia.

Art. 2º A **VICONFERÊNCIAMUNICIPALDOSDIREITOSDACRIANÇAEDOADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA - MT** terá como Tema: “**PROTEÇÃOINTEGRAL:DIVERSIDADEEENFRENTAMENTOÀSDIVERSIDADES**”.

Art.3º A Coordenação Geral da **VICONFERÊNCIAMUNICIPALDOSDIREITOSDACRIANÇAEDOADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA - MT** ficará a cargo do Conselho municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA.

Art.4º À Comissão organizadora da Conferência caberá:

I – orientar e acompanhar a realização e resultados da **VICONFERÊNCIAMUNICIPALDOSDIREITOSDACRIANÇAEDOADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA - MT**;

II – preparar e acompanhar a operacionalização da **VICONFERÊNCIAMUNICIPALDOSDIREITOSDACRIANÇAEDOADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA - MT**;

III – dar suporte técnico-operacional durante o evento;

IV – organizar e coordenar a **VICONFERÊNCIAMUNICIPALDOSDIREITOSDACRIANÇAEDOADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA – MT**;

V – mobilizar o público alvo para participar da Conferência.

Art.5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Sede do Município de Nortelândia-MT, aos três dias do mês de outubro de 2018, 65º da Emancipação Político-Administrativa. (03.10.2018)

ALDEMAR XAVIER MEIRA

Prefeito em Exercício do Município de Nortelândia - MT

MARCIA DEUNGARO FERNANDES

Secretária Municipal de Assistência Social

NATALIA MARIA DA SILVA

Presidente do CMDCA

JURIDICO
DECRETO Nº 286, DE 05 DE SETEMBRO DE 2018.

PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, OS IMÓVEIS QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, em conformidade com as regras gerais de direito público, e com supedâneo no art. 72, IV e XXVIII, da Lei Orgânica Municipal c/c os artigos 2°, 5°, alínea *m* e art. 6°, ambos do Decreto-Lei n° 3.365 de 21 de junho de1941,

DECRETA:

Art. 1° Fica declarado de utilidade pública, para fins de recebimento em doação, permuta e/ou desapropriação amigável ou judicial os seguintes lotes de terrenos urbanos circunvizinhos ao Cemitério Municipal:

a) Um lote de terreno urbano na cidade e Comarca de Nortelândia – Mato Grosso, na Rua Projetada 08 (atual Rua Jovino Guimarães), tendo a configuração de um retângulo irregular, com a área total de 301,00 M² (TREZENTOS E UM METROS QUADRADOS), com as seguintes confrontações: com FRENTE para o POENTE e com a mesma Rua Jovino Guimarães com uma linha de 15,50 metros de largura; DIREITA para o NORTE, limitando-se com o rumo do cemitério, com uma linha de 43,00 metros de comprimento; ESQUERDA para o SUL, limitando-se com o lote nº 2053, com uma linha de 38,80 metros de comprimento; FUNDO para o NASCENTE, limitando-se com o lote de quem de direito com uma linha de 0,00 metros de largura, pertencente à Catarina Viana da Silva, imóvel registrado no CRI desta Comarca sob a Matrícula nº1.442 ;

b) Um lote de terreno urbano na cidade e Comarca de Nortelândia – Mato Grosso, na Travessa do Cemitério (atual Rua Jovino Guimarães), tendo a configuração de um retângulo irregular, com a área total de 178,00 M² (CENTO E SETENTA E OITO METROS QUADRADOS), com as seguintes confrontações: com FRENTE para o POENTE e com a mesma Rua Jovino Guimarães com uma linha de 9,50 metros de largura; DIREITA para o NORTE, limitando-se com terreno de quem de direito, com uma linha de 22,80 metros de comprimento; ESQUERDA para o SUL, limitando-se com terreno de quem de direito, com uma linha de 22,00 metros de comprimento; FUNDO para o NASCENTE, limitando-se com o lote de quem de direito com uma linha de 6,00 metros de largura, pertencente à Aécio Mariano da Silva, imóvel registrado no CRI desta Comarca sob a Matrícula nº1.217;

c) Um lote de terreno urbano na cidade e Comarca de Nortelândia – Mato Grosso, na Travessa do Cemitério (atual Rua Jovino Guimarães), tendo a configuração de um retângulo irregular, com a área total de 285,00 M² (DUZENTOS E OITENTA E CINCO METROS QUADRADOS), com as seguintes confrontações: com FRENTE para o POENTE e com a mesma Rua Jovino Guimarães com uma linha de 19,00 metros de largura; DIREITA para o NORTE, limitando-se para o Lote nº 2.003, com uma linha de 30,00 metros de comprimento; ESQUERDA para o SUL, limitando-se com Chácara do Sr. Jacintho, com uma linha de 36,00 metros de comprimento; FUNDO para o NASCENTE, limitando-se com o lote de quem de direito com uma linha de 0,00 metros de largura, pertencente à Maria Altamira dos Santos, imóvel objeto da Carta de Aforamento nº 2224 não levada à registro pela proprietária/possuidora conforme Certidão Negativa de Imóveis emitida pelo CRI competente;

Art. 2° A declaração de utilidade pública, objetiva a possibilidade de recebimento em doação, permuta e/ou desapropriação dos imóveis descritos e caracterizados no artigo anterior, a fim de possibilitar a urgente ampliação do Cemitério Local, cuja capacidade de atendimento à demanda de atendimento à Comunidade está exaurida.

Art. 3° Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a proceder por via amigável ou judicial e mediante prévia avaliação, a desapropriação prevista neste decreto.

Art. 4° Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Sede do Município de Nortelândia – MT, aos 05 dias do mês de setembro de 2018, 65º da Emancipação Político-Administrativa.05.09.2018.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

JURIDICO
REPUBLICA-SE DECRETO Nº 284/2018 POR ERRO MATERIAL

ONDE SE LÊ DECRETO Nº 284/2018, LEIA-SE DECRETO Nº 286/2018

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, OS IMÓVEIS QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, em conformidade com as regras gerais de direito público, e com supedâneo no art. 72, IV e XXVIII, da Lei Orgânica Municipal c/c os artigos 2°, 5°, alínea *m* e art. 6°, ambos do Decreto-Lei n° 3.365 de 21 de junho de1941,

DECRETA:

Art. 1° Fica declarado de utilidade pública, para fins de recebimento em doação, permuta e/ou desapropriação amigável ou judicial os seguintes lotes de terrenos urbanos circunvizinhos ao Cemitério Municipal:

a) Um lote de terreno urbano na cidade e Comarca de Nortelândia – Mato Grosso, na Rua Projetada 08 (atual Rua Jovino Guimarães), tendo a configuração de um retângulo irregular, com a área total de 301,00 M² (TREZENTOS E UM METROS QUADRADOS), com as seguintes confrontações: com FRENTE para o POENTE e com a mesma Rua Jovino Guimarães com uma linha de 15,50 metros de largura; DIREITA para o NORTE, limitando-se com o rumo do cemitério, com uma linha de 43,00 metros de

comprimento; ESQUERDA para o SUL, limitando-se com o lote nº 2053, com uma linha de 38,80 metros de comprimento; FUNDO para o NASCENTE, limitando-se com o lote de quem de direito com uma linha de 0,00 metros de largura, pertencente à Catarina Viana da Silva, imóvel registrado no CRI desta Comarca sob a Matrícula nº1.442 ;

b) Um lote de terreno urbano na cidade e Comarca de Nortelândia – Mato Grosso, na Travessa do Cemitério (atual Rua Jovino Guimarães), tendo a configuração de um retângulo irregular, com a área total de 178,00 M² (CENTO E SETENTA E OITO METROS QUADRADOS), com as seguintes confrontações: com FRENTE para o POENTE e com a mesma Rua Jovino Guimarães com uma linha de 9,50 metros de largura; DIREITA para o NORTE, limitando-se com terreno de quem de direito, com uma linha de 22,80 metros de comprimento; ESQUERDA para o SUL, limitando-se com terreno de quem de direito, com uma linha de 22,00 metros de comprimento; FUNDO para o NASCENTE, limitando-se com o lote de quem de direito com uma linha de 6,00 metros de largura, pertencente à Aécio Mariano da Silva, imóvel registrado no CRI desta Comarca sob a Matrícula nº1.217;

c) Um lote de terreno urbano na cidade e Comarca de Nortelândia – Mato Grosso, na Travessa do Cemitério (atual Rua Jovino Guimarães), tendo a configuração de um retângulo irregular, com a área total de 285,00 M² (DUZENTOS E OITENTA E CINCO METROS QUADRADOS), com as seguintes confrontações: com FRENTE para o POENTE e com a mesma Rua Jovino Guimarães com uma linha de 19,00 metros de largura; DIREITA para o NORTE, limitando-se para o Lote nº 2.003, com uma linha de 30,00 metros de comprimento; ESQUERDA para o SUL, limitando-se com Chácara do Sr. Jacintho, com uma linha de 36,00 metros de comprimento; FUNDO para o NASCENTE, limitando-se com o lote de quem de direito com uma linha de 0,00 metros de largura, pertencente à Maria Altamira dos Santos, imóvel objeto da Carta de Aforamento nº 2224 não levada à registro pela proprietária/possuidora conforme Certidão Negativa de Imóveis emitida pelo CRI competente;

Art. 2° A declaração de utilidade pública, objetiva a possibilidade de recebimento em doação, permuta e/ou desapropriação dos imóveis descritos e caracterizados no artigo anterior, a fim de possibilitar a urgente ampliação do Cemitério Local, cuja capacidade de atendimento à demanda de atendimento à Comunidade está exaurida.

Art. 3° Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a proceder por via amigável ou judicial e mediante prévia avaliação, a desapropriação prevista neste decreto.

Art. 4° Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Sede do Município de Nortelândia – MT, aos 05 dias do mês de setembro de 2018, 65º da Emancipação Político-Administrativa.05.09.2018.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 359/2018, DATADA DE 28 DE SETEMBRO DE 2018.

Concede licença maternidade devida à servidora Geisiane de Campos Mello e dá outras providências.

O Senhor **ALDEMAR XAVIER MEIRA**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas perlo cargo,

R E S O L V E:

Art.1º Conceder licença maternidade de direito à servidora Geisiane de Campos Mello, lotada no cargo Agente Fiscal de Tributação na Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Nortelândia/MT, em razão do atestado médico apresentado que deverá ficar arquivado na pasta individual da servidora, acostado a esta portaria.

Art.2º O presente ato administrativo tem como fundamento o título V – "Das Licenças, Afastamentos e Ausências Justificáveis", capítulo I – "Das Licenças", seção I – "Das Disposições Gerais", Subseção IX – Das Licenças a Gestante, Puérpera, Adotante e Paternidade. Artigo 100 da Lei Complementar nº 021/2005 de 11/10/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Nortelândia/MT),

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 26/09/2018.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso. Aos 28 dias do mês de setembro de 2018, 65º da Emancipação Político-Administrativa. 28/09/2018.

ALDEMAR XAVIER MEIRA

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretaria de Administração, Planej.e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

ATA DE SESSÃO PÚBLICA CARTA CONVITE Nº : 02/2018

ATA DE SESSÃO PÚBLICA CARTA CONVITE Nº : 02/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO : 001837/2018

OBJETO: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO tem como a **contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a Reforma e Ampliação da Escola Municipal Délia Galdina Duarte na Sede, neste Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento,** conforme exigências e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos.

No dia 03 (três) de outubro de 2018, às 09h00min, reuniram-se na sala de licitações da Prefeitura do Município de Nossa Senhora do Livramento – MT., a Presidente e a Equipe de Apoio, designados à Portaria nº 001/2018, para a Sessão Pública do Pregão em epígrafe.

Em conformidade com as disposições contidas no Edital, a Presidente abriu a Sessão Pública, a qual, pela inexistência de propostas, está sendo encerrada, também, por caracterizar-se **"licitação DESERTA".**

Nenhuma empresa apresentou interesse em participar do presente procedimento licitatório. A Presidente e equipe de apoio, com efeito, decidiu considerar o certame **DESERTO** e, portanto, sem vencedores, conforme anexo ATA registrada.

O processo será enviado à autoridade superior para apreciação e, devendo ser tomadas as medidas necessárias à repetição do certame, caso seja de interesse da Secretaria solicitante.

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada, e lavrada a presente Ata, que após ter sido lida e aprovada, vai assinada pela Comissão.

Nossa Senhora do Livramento – MT., 03 de outubro 2018.

Valquíria Ana de Campos

Presidente

Leonildes Fátima da Silva Benevides

Pregoeira

Edevige Maria Faria de Freitas

Membro

AVISO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL/EDITAL RETIFICADO 022/2018

AVISO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL/EDITAL RETIFICADO 022/2018

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, diante da impugnação impetrada por empresas sobre o Edital do Pregão Presencial n.022/2018 – Processo Administrativo nº 001329/2018, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL contratação de serviços de armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos e líquidos (lixo hospitalar) dos grupos A, B e E produzidos nas unidades de saúde deste município, hospital municipal, laboratório de Analises clinicas Municipal, Farmácia Municipal, PSF Urbano e PSF Rural**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** cuja abertura da sessão estava agendada para 9:00 horas do **dia 04 de outubro de 2018** e visto que, há necessidade de readequação do Edital, com possível alteração e publicação de novo edital, **COMUNICA** que o **PREGÃO PRESENCIAL N.022/2018** encontra-se **SUSPENSO**, sendo que será divulgado nova data e horário para a realização do certame, por meio de publicação na imprensa oficial**http://www.amm.org.br/ e site https://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/.**

Nossa Senhora do Livramento-MT., 03 de outubro de 2018.

Leonildes F. S. Benevides

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO N.º 090/2015

TRECEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes/MT, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**,brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 24137310/MT, e do CIC/CPF nº 236.135.139-00, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **AGRODATA INFORMATICA LTDA ME**, devidamente inscrita no **CNPJ. 06.853.262/0001-85**, situada na Rua Genebra, n° 759, na cidade de Sinop/MT, neste ato representada pelo Senhor **MARCELO MARCOS ZOCANTE**, portador do RG n°. 4277380-8 SSP/PR e inscrito sob o CPF n°. 488.604.761-00, residente e domiciliado na cidade de Sinop/MT, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº. 058/2015, Pregão Presencial nº. 042/2015, e em observância ao disposto na Lei Federal nº. 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - **DO ADITAMENTO**

1.1 Pelo presente instrumento, com fulcro no Art. 57. II da Lei 8.666/93, a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MTe a empresa **AGRODATA INFORMATICA LTDA ME**, resolvem:

Aditar o contrato nº. 090/2015, da seguinte forma:

CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

A vigência do presente termo aditivo será de 26/09/2018 a 26/12/2019.

2.1 Os serviços deverão ser fixados previamente pelo **CONTRATANTE** em cada caso e serão permanentemente acompanhados pela **CONTRATANTE** por intermédio da Secretaria Municipal de Educação nomeado pela Portaria nº. 009/2016.

2.2 O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos em até 60 (sessenta) meses se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para o **CONTRATANTE**, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

2.3 O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte do **CONTRATANTE**, nos termos do item 9. 4, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

CLAUSULA TERCEIRADO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O valor global do presente termo aditivo e de R$ 9.000,00 (nove mil reais), que serão pagos em 03 (três) parcelas mensais no valor de R$ 3. 000,00 (três mil reais).

3.2 O pagamento será efetuado mensalmente após a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável;

3.3 O pagamento será efetuado através de instituição Bancária a ser indicada pelo contratado, através de Ordem Bancária, até 10 (dez) dias após a apresentação das (s) nota(s) fiscal (is);

3.4 A Nota Fiscal apresentada com erro será devolvida à empresa contratada para retificação e reapresentação;

3.5 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

3.6 O **CONTRATANTE**, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura ou recibo no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução incorreta ocorrida nos serviços;

b) existência de qualquer débito exigível pelo **CONTRATANTE.**

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1 Manter durante toda a execução do Aditivo a compatibilidade com as obrigações assumidas conforme Edital Pregão n°. 042/2016.

CLÁUSULA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1- As demais cláusulas do Contrato Original permanecem inalteradas.

5.2- O presente termo aditivo passa a vigorar na data 01/10/2017 a 26/09/2018.

5.3- Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde - MT.

5.4 Para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Nova Bandeirantes – MT, 24 de Setembro de 2018.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

AGRODATA INFORMATICA LTDA ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Bruna Neiverth Ronaldo Sandrini Felipes

CPF: 050.597.081-36 CPF: 001.067.831-06

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

LEI N.º 734/2018 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCICIO FINANCEIRO DE 2018, NO VALOR DE R$ 110.000,00, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI N.º 734/2018

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCICIO FINANCEIRO DE 2018, NO VALOR DE R$ 110.000,00, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita do Município de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir **Crédito Adicional Suplementar** no orçamento financeiro de 2018, adicionando recursos ao orçamento do município, provenientes de **anulação parcial e total de dotações**, nas seguintes dotações e fontes de recursos:

03 – Secretaria Municipal de Administração

03.003 – Departamento de Esportes

03.003.27 – Esporte e Lazer

03.003.27.812 – Desporto Comunitário

03.003.27.812.0003– Qualidade de vida, Esporte Lazer

03.003.27.812.0003.**1.013 – Construção, Ampliação e Reforma de Ginásios de Esportes**:

44.90.51.00.00 – Obras e Instalações:

Fonte: 0.1.00 – Recursos Ordinários R$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais).

Valor a ser Adicionado: R$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais).

Art. 2º. Para cobertura aos créditos adicionais abertos no Artigo 1º, serão utilizados recursos conforme o artigo 43 da Lei Federal n°4.320/64, inciso III **– anulação parcial ou total de dotações**, reduzindo recursos das seguintes dotações:

06 – Secretaria Municipal de Educação

06.002.12 – Fundeb

06.002.12.365– Educação Infantil

06.002.12.365.0004 – Educação Municipal de Qualidade

06.002.12.365.0004.**2041 - Manutenção e Encargo com o Ens.Fundeb 40% Pre-Escola**

31.90.04.00.00 – Contratação por tempo Determinado

Fonte: 0.1.01 – Recursos de Impostos destinados a Educação**R$ 110. 000,00** (cento e dez mil reais).

Valor a ser Adicionado: R$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais).

Art. 3º Nos casos de insuficiência orçamentária dos créditos abertos no Art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a reforçar as respectivas dotações através de suplementações, de acordo com o Art. 43 da Lei Federal n°4.320/64, inciso III – anulação total ou parcial de dotações, até o limite dos créditos disponíveis.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar o Anexo I a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2018, Lei 656/2017 (LDO), incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização do Anexo I da Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei 641/2017, incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Brasilândia (MT), 02 de outubro de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

LEI N.º 735/2018 DISPÕE SOBRE ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIA – LDO PARA O EXERCICIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI N.º 735/2018

DISPÕE SOBRE ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIA – LDO PARA O EXERCICIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita do Município de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º- Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Anual do Município de Nova Brasilândia, relativo ao Exercício Financeiro de 2019, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus fundos.

Art. 2º- O Projeto de Lei Orçamentária deve obedecer aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e probidade administrativa, devendo primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das Contas Públicas e estar voltado para:

§ 1º - Através de ação planejada e transparente, cumprir as metas de resultados entre receitas e despesas;

§ 2º - Mediante prevenção de riscos e correção de desvios, obedecer a limites e condições no que tange a renúncia de receita, a geração de despesas com pessoal, a dívida consolidada, às operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, a concessão de garantias e à inscrição em restos a pagar.

Art. 3º- São estabelecidas para a elaboração do orçamento do Município de Nova Brasilândia, relativo ao exercício financeiro de 2019, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, em cumprimento aos princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu art. 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber na Lei Federal n° 4.320, de 17/03/64 e na Lei Complementar n° 101, de 04/05/00, compreendendo:

I – As metas e prioridades da administração municipal extraídas do Plano Plurianual 2018-2021, incluindo as metas fiscais;

II - A estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes gerais para elaboração, execução e acompanhamento do orçamento do município e suas alterações;

IV – As condições e exigências para a transferência de recursos às entidades públicas e privadas;

V – As disposições sobre Precatórios Judiciais;

VI - As disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;

VII - As disposições relativas a dívida pública municipal e operações de crédito;

VIII – A definição de critérios para novos projetos;

IX – A definição de despesas consideradas irrelevantes;

X – As disposições sobre alterações na Legislação Tributária do município para o exercício correspondente;

XI – As condições para custeio de despesas de competência de outro ente da federação;

XII – Os critérios para controle de custos e avaliação de resultados dos projetos e programas municipais;

XIII – O incentivo a participação popular e ao controle social;

XIV – As disposições gerais.

Parágrafo Único – Integram ainda esta Lei os anexos das Metas Fiscais e de Riscos Fiscais, e das Metas e Prioridades da Administração Municipal, em conformidade com o que dispõem os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 4º- Em consonância com o art. 165 § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2019, são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, do qual será repassadas para o PPA – 2018 a 2021, que integra esta Lei, que terão precedência na alocação de recursos na Lei orçamentária, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º- Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º- As metas e prioridades de que trata o *caput* deste artigo poderão ser alteradas se, durante o período de apreciação da proposta orçamentaria para 2019, surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público ou em decorrência de créditos adicionais ou extraordinários, ocorridos no último quadrimestre do exercício, conforme disposto no § 2° do art. 167 da CF/88.

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º- Para efeito desta Lei, entende-se por:

I. Programa - o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual; **II.** Atividade - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo; **III.** Projeto - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo. **IV.** Operações Especiais - as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

V. Unidade orçamentária - o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

§ 1º- Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º- Cada atividade, projeto e operações especiais identificará a função e subfunção e programa às quais se vinculam.

§ 3º- As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária de conformidade com a portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, que atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata o inciso I, do § 1º do artigo 2º e § 2º do artigo 8º, ambos da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, por função, subfunção, programa, projetos ou atividades, desdobrada por categorias econômicas e elementos de despesa, observado o seguinte agrupamento:

DESPESAS CORRENTES

Despesa de Custeio

Transferências Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Transferências de Capital

§ 4º - A Lei Orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:

I - Da Receita, que obedecerá o disposto no Artigo 2º, § 1º da Lei Federal N.º 4.320, de 17/03/64;

II - Da Natureza da Despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;

III - Do Programa de Trabalho por Órgãos e Unidades Orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática (função e sub-função);

IV - Outros Anexos previstos em Lei, relativos à consolidação dos já mencionados anteriormente.

Art. 6º- O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e detalhamentos econômicos e por elementos de despesa.

Art. 7º- O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, Autarquias e dos Fundos.

Art. 8º- A Lei orçamentária discriminará em categorias de programação especificas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciários, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 9º - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo Municipal encaminhará ao Poder Legislativo Municipal e a respectiva Lei será constituído de:

I - Texto de lei;

II - Quadros orçamentários e anexos consolidados, exigidos pelo artigo 165, § 6º da Constituição Federal e pelos §§ 1º, 2º e incisos do artigo 2º e artigo 22 da Lei n. 4.320/64:

III. anexo do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV. Discriminação da legislação da receita e da despesa.

§ 1º - Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4. 320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

a) Sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções do governo; b) Quadro demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 1 da Lei n. 4.320/64;

c) receitas, segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 2 da Lei n. 4.320/64;

d) natureza da despesa, segundo as categorias econômicas – Consolidação Geral, na forma do Anexo 2 da Lei n. 4.320/64;

e) quadro discriminativo da receita, por fontes, e respectiva legislação;

f) quadro das dotações por órgãos do governo, compreendendo o Poder Legislativo e o Poder Executivo;

g) quadro discriminativo da despesa por órgãos, por unidade orçamentária, programa de trabalho, na forma do Anexo 6 da Lei n. 4.320/64;

h) quadro discriminativo da despesa por programa anual de trabalho do governo, por função governamental, na forma do Anexo 7 da Lei n. 4.320/64;

i) quadro discriminativo da despesa por funções, sub-funções e programas, conforme o vínculo com os recursos, na forma do Anexo 8 da Lei n. 4.320/64;

j) quadro discriminativo das despesas por órgão e funções, na forma do Anexo 9 da Lei n. 4.320/64;

k) quadro discriminativo da receita e plano de aplicação dos fundos especiais;

l) quadro demonstrativo do programa anual de trabalho em termos de realização de obras e de prestação de serviços;

m) tabela exemplificativa da evolução da receita e da despesa, conforme artigo 22, inciso III da Lei n. 4.320/64;

n) descrição sucinta de cada unidade administrativa e suas principais finalidades, com a respectiva legislação;

Das Diretrizes para Elaboração do Orçamento do Município e suas Alterações

Das Diretrizes Gerais

Art. 10 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei orçamentária de 2019 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da comunidade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

I - Pelo Poder Executivo:

a) As estimativas das receitas de que trata o artigo 12, § 3° da Lei Complementar n. 101/2000;

b) A proposta de lei orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos e as informações complementares;

c) A lei orçamentária anual e seus anexos;

d) A execução orçamentária, com o detalhamento das ações, por função, subfunção e programa, mensalmente e de forma acumulada.

Art. 11 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 12 - As receitas e as despesas serão estimadas tomando por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização econômica editados pelo Governo Federal.

§ 1º - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

I. a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II. a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;

III. a expansão do número de contribuintes;

IV. A atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º- As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º- Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do Município.

§ 4º- Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa.

Art. 13 - Se a receita estimada para 2019, comprovadamente, não atender o disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o equilíbrio das contas públicas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário para as seguintes despesas baixo:

I. eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores; II. eliminação de despesas com horas extras;

Art. 15 - O projeto de lei orçamentária poderá incluir programação condicionada, constante de propostas e alterações do Plano Plurianual 2018-2021, que tenham sido de projetos de lei específico.

Art. 16 - Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com ações que não sejam de competência exclusiva do Município.

Art. 17 - É vedada a inclusão na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto do público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação.

Art. 18 - Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei orçamentária.

§ 1º- Acompanharão os projetos de Lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades e dos projetos.

§ 2º- Cada projeto de Lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º- Os créditos adicionais destinados às despesas com pessoal e encargos sociais serão remetidos ao Poder Legislativo Municipal por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

Art. 19 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2019, a 5% da RCL apurada no exercício de 2018.

Art. 20 - O orçamento para o exercício de 2019, de cada um das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único. Para efeito desta lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçados ou orçadas a menor.

Art. 21 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 22 - Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal o Poder Executivo incumbir-se-á do seguinte:

I. Estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso;

II. publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;

III. o Poder executivo emitirá ao final de cada quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas, em audiência pública, perante a Câmara de Vereadores;

IV. os Planos, LDO, Orçamentos, Prestação de Contas, Parecer do TCE serão amplamente divulgados, inclusive na internet, e ficarão à disposição da comunidade.

Art. 23 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de:

I. crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa.

§ 1º- Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º- Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial.

Art. 24 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial recreativo, esportivo e de cooperação técnica.

Parágrafo Único. Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas, e que o Município for associado.

Art. 25 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 26 - Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidos pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 27 - A previsão das Receitas e a fixação das Despesas serão orçados para 2019 a preços correntes.

Art. 28 - O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I. realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da legislação em vigor;

II. realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III. abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 29 - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir programas de operações de crédito junto ao Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, ou Programa Nacional e Apoio à Administração Fiscal para os Municípios Brasileiros – projeto simplificado – PNAFM, e/ou outros que vierem a serem disponibilizados.

Art. 30 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2019, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 31 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 32 - A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 33 - O Executivo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, a que se refere o artigo 169 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 34 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Correntes Líquida, a despesa verificada no exercício de 1999, acrescida de 6%, obedecido os limites prudências de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 35 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 36 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

I. eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II. eliminação das despesas com horas extras;

III. exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV. demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 37 - Os contratos de terceirização de mão de obra que se referirem à substituição de servidores públicos, serão contabilizados como “outras despesas de Pessoal”.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão de obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividade ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Nova Brasilândia e que não envolva a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 38 - As verificações dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 39. A realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% dos limites referidos no artigo 25 desta lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

Art. 40. A proposta orçamentária assegurará recursos para a qualificação de pessoal e visará ao aprimoramento e ao treinamento dos servidores municipais, que ficarão agregados a programa de cada órgão.

Art. 41. O relatório bimestral de execução orçamentária conterá, em anexo, a discriminação das despesas com pessoal e encargos sociais, de modo a evidenciar os valores despendidos com vencimentos e vantagens fixas, despesas variáveis, encargos com pensionistas e inativos e encargos sociais.

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 42 - O Executivo Municipal autorizado em Lei poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 43 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 44 - A Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira somente entrará em vigor após anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.

Art. 45. Os tributos municipais poderão sofrer alterações em decorrência de mudanças na legislação nacional sobre a matéria ou, ainda, em razão de interesse público relevante.

Art. 46. O Poder Executivo poderá enviar ao Poder Legislativo os projetos de lei que tratem de alterações na legislação tributária, tais como:

I - revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;

II - revisão das isenções de impostos, taxas e incentivos fiscais, aperfeiçoando seus critérios;

III – revisão do Código de Posturas, de forma a corrigir distorções;

IV - revisão da Planta Genérica de Valores, ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;

V - instituição de taxas e constituições para custeio de serviços que o Município, eventualmente, julgue de interesse da comunidade.

Art. 47. Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente, segundo a variação estabelecida pelo IPCA-IBGE ou outro indexador que venha substituí-lo.

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DÉBITOS JUDICIAIS

Art. 48. A lei orçamentária de 2019 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios, cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e, pelo menos, um dos seguintes documentos:

I - certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;

II - certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos;

III - que tenham sido apresentadas para inclusão dentro do prazo definido no § 1º, do artigo 100 da Constituição Federal.

DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS ÀS ENTIDADES PÚBLICAS E NÃO GOVERNAMENTAIS

Art. 49 – A transferência de recursos para entidades públicas e organizações não governamentais será autorizada mediante cumprimento dos seguintes critérios, concomitantemente:

I – Às entidades públicas, ou ONG's de interesse público, que prestam atendimento direto a população de forma gratuita com atividades de natureza continuada nas áreas de Assistência Social, Saúde, Educação e / ou Cultura, Esportes e Lazer;

II - Apresentação de projeto informando: objetivo a ser alcançado, atividades previstas, público alvo, nº de beneficiários previstos, tempo de duração, forma de avaliação dos objetivos, que contemple objetivos e metas previstos no PPA, LDO e LOA municipal.

Art. 50 – A transferência de recursos a entidades públicas ou não governamentais de interesse público correrá a conta de subvenções sociais.

Parágrafo Único – As entidades beneficiadas submeter-se-ão à fiscalização do poder público com a finalidade de comprovar o cumprimento das metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com suspensão imediata de novos repasses e pena de devolução dos anteriores em caso de não atendimento dos termos do projeto aprovado.

DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA NOVOS PROJETOS

Art. 51 - A inclusão de novos projetos na Lei Orçamentária de 2019, e seus créditos adicionais, se fará observando-se o disposto no Artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000, e obedecerá aos seguintes critérios:

I – compatibilidade com o PPA 2018 - 2021 e com as normas desta lei;

II – contemplados todos os projetos em andamento;

III – preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – os recursos alocados destinarem–se à contrapartida de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

V – visando ao cumprimento de metas de atendimento das necessidades e problemas, por ordem de prioridade, definidas pela própria comunidade em audiências públicas do orçamento participativo.

Parágrafo Único - Considera–se projeto em andamento aquele cuja execução inicia–se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2019, cujo cronograma de execução ultrapasse o término de execução do exercício de 2019.

CONDIÇÕES PARA CUSTEIO DE DESPESAS DE COMPETÊNCIA DE OUTRO ENTE DA FEDERAÇÃO

Art. 52 – O custeio de despesas de competência de outro ente da federação poderá ocorrer somente em caso de convênio estabelecido previamente, e restrito aos termos estabelecidos.

DO INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POPULAR E AO CONTROLE SOCIAL

Art. 53 – Fica assegurada a realização de audiências públicas para levantamento, por ordem de prioridade, das necessidades e problemas de todos os bairros e distritos da zona rural de Nova Brasilândia, com ampla divulgação para estimular a participação dos cidadãos, das localidades eventualmente pendentes, visando definição de metas de atendimento das demandas sociais no orçamento 2019.

§ 1º - O Gabinete do Prefeito providenciará a ampla divulgação das metas de atendimento das demandas sociais levantadas através do orçamento participativo, através de demonstrativos regionalizados, estimulando o controle social.

§ 2º - A Lei Orçamentária de 2019, juntamente com seus anexos, ficarão permanentemente à disposição dos cidadãos no site da Prefeitura Municipal e em meio físico, na sede da Secretaria Municipal de Finanças;

§ 3º - Nas Audiências Públicas Quadrimestrais serão avaliadas as metas fiscais, conforme definidas no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 54 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 55 - Caso seja necessário a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, para temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição da cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispositivos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montan-

tes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 56 - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, até 30 dias após a publicação da lei orçamentária de 2019, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 57 - São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único. A Contabilidade registrará os atos e fatos relacionados à gestão orçamentária - financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo da responsabilidades e providências derivados da inobservância do caput deste artigo.

Art. 58 - O Poder Executivo poderá firmar convênio com outras esferas de Governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultural, saúde, assistência social, transporte, obras, habitação, urbanismo, saneamento, agricultura, turismo, desenvolvimento, econômico, segurança pública, assistência e previdência.

Art. 59 - O montante das despesas não deverá ser superior as das receitas.

Art. 60 - O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe a Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e pré-escolar.

Parágrafo Único. A aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da valorização do magistério obedecerá ao disposto na Emenda Constitucional nº 14/96 e às Leis nº 9. 924/96, de 24.12.96.

Art. 61 - A Estrutura do Orçamento Anual obedecerá a estrutura organizacional aprovada por decreto, acrescida dos fundos especiais criados por lei, que recebam recursos do Tesouro Municipal e transferências intergovernamentais.

Art. 62 - Ocorrendo assistência pela União prevista no Art. 64 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município deverá, encaminhar junto com Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Anexo de Metas Fiscais para o triênio seguinte e o Anexo de Riscos Fiscais na forma prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º- Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Proposta Orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 2º- Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usado como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2018, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 63- Serão consideradas legais despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 64 - Serão consideradas legais despesas com atendimento a determinação judicial para fornecimento de medicamentos, exames e outros gastos.

Art. 65 – Fica determinado o encaminhamento como Anexo dessa Lei o Demonstrativo de Obras em Andamento.

Art. 66 – Fica autorizado a suplementação para remanejamento de uma secretaria para outra e dentro da própria secretaria.

Art. 67 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 68 - Os Fundos municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

Art. 69. As transferências voluntárias que por ventura se fizerem necessárias a outro ente da federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira poderão ser feitas, desde que, atendidas as hipóteses do art. 25 e 62 da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 70 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da prefeita municipal de Nova Brasilândia (MT), 02 de Outubro de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

LEI N.º 736/2018 "ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO IV DO ARTIGO 48 DA LEI MUNICIPAL N. 512, DE 30 DE JULHO DE 2013, QUE REESTRUTURA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA/

LEI N.º 736/2018

"ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO IV DO ARTIGO 48 DA LEI MUNICIPAL N. 512, DE 30 DE JULHO DE 2013, QUE REESTRUTURA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita do Município de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º A redação do inciso IV do artigo 48 da Lei Municipal n.º 512, de 30 de julho de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 48. .....

IV - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 21,33% (vinte e um inteiros e trinta e três centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo: 12,96% (doze inteiros e noventa e seis centésimos por cento) relativo ao custo normal e 8,37% (oito inteiros e trinta e sete centésimos por cento) referentes à alíquota de custo especial, escalonado nos termos do Anexo I desta Lei**.**

Art. 2º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em JULHO/2018.

Art. 3º A contribuição previdenciária prevista no inciso IV do art. 48 na redação dada por esta lei será exigida a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.

Art. 4º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, respeitado o disposto no artigo anterior.

Gabinete do Prefeito do Município de Nova Brasilândia/MT, 02 de outubro de 2018.

MARILZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

ANEXO I

ESCALONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

ANO	ALÍQUOTA

2018	8,37%
2019	9,31%
2020	10,24%
2021	11,18%
2022	12,11%
2023	13,05%
2024	13,99%
2025	14,92%
2026	15,86%
2027	16,80%
2028	17,73%
2029	18,67%
2030	19,60%
2031	20,54%
2032	21,48%
2033	22,41%
2034	23,35%
2035	24,28%
2036	25,22%
2037	26,16%
2038	27,09%
2039	28,03%
2040	28,96%
2041	29,90%
2042	30,84%
2043	31,77%

LEI N.º 738/2018 DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E INSUMOS PARA DISTRIBUIÇÃO NO DIA DAS CRIANÇAS E NATAL, COM ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO EXERCICIO FI

LEI N.º 738/2018

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E INSUMOS PARA DISTRIBUIÇÃO NO DIA DAS CRIANÇAS E NATAL, COM ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO EXERCICIO FINANCEIRO DE 2018, NO VALOR DE R$ 10. 000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita do Município de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento financeiro de 2018, para aquisição dos brinquedos para distribuição gratuita, no valor de R$ **R$ 10.000,00** (dez mil reais), de acordo com o seguinte detalhamento:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL

08 - ASSISTENCIA SOCIAL

244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA

0017 - POLITICA DE ASSISTENCIA E PROTEÇÃO SOCIAL

2072 - MANUT. SERVIÇO PROT. E ATENÇÃO INTEGRAL A FAMILIA – PAIF

33.90.32.00.00 – MATERIAL PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUÍTA

FONTE: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários VALOR R$ 10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no Art. 2º, serão utilizados recursos através de anulação total ou parcial de dotações, conforme oartigo 43 da Lei Federal n°4.320/64, inciso III – anulação parcial ou total de dotações, anulando recursos da seguinte dotação:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL

08 - ASSISTENCIA SOCIAL

244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA

0017 - POLITICA DE ASSISTENCIA E PROTEÇÃO SOCIAL

2072 - MANUT. SERVIÇO PROT. E ATENÇÃO INTEGRAL A FAMILIA – PAIF

33.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários VALOR R$ 10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Brasilândia (MT), 02 de outubro de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

LEI N.º 737/2018 "AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ALIENAR, EM LEILÃO, BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO NA FORMA DA LEI 8.666/93 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

LEI N.º 737/2018

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ALIENAR, EM LEILÃO, BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO *NA FORMA DA LEI 8.666/93 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS*".

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita do Município de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à alienação através de leilão público, dos bens considerados economicamente inviáveis para consertos, manutenção e improdutivos para uso permanente no serviço público, além das sucatas de equipamentos, máquinas e veículos, inservíveis desativados por mal estado de conservação em consequência do uso intensivo e prolongado, não atendendo as ações programáticas da municipalidade.

Art. 2º - Os bens a serem leiloados serão aqueles constantes do Anexo I desta Lei e que foram avaliados e especificados por Comissão Especial para realização de Leilão Público, criada para tal finalidade.

§ 1º – A alienação dos Bens constante do anexo I desta Lei, serão pelo maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação, assim como a suspender a venda, se assim julgar conveniente.

§ 2º - Caso o maior lance ofertado a determinado bem não atinja o valor estipulado pela Comissão, será realizada nova avaliação, sendo providenciado outro leilão público para alienação do referido bem.

Art. 3º - Não acudindo interessados ao leilão, a Administração deverá reexaminar todo o procedimento, com o objetivo de detectar as razões de desinteresse, especialmente no tocante às avaliações e à divulgação, podendo adotar outras formas, nas tentativas subsequentes para a alienação dos bens, em função do que for apurado sobre as condições do certame anterior.

Art. 4º - Para substituir os bens considerados antieconômicos para os cofres públicos e improdutivos na execução das ações municipais, o Poder Executivo providenciará licitações públicas para adquirir, inclusive por financiamento ou *leasing*, os bens considerados necessários para os serviços essenciais, utilizando como garantia, em caráter irrevogável e irretratável, as receitas provenientes do FPM, ICMS, ISS, IPTU e CRÉDITOS DIRETOS, não devendo as prestações ultrapassar o término do atual mandato, em 31 de dezembro 2020.

Parágrafo único – Poderá, ainda, o Poder Executivo optar pelo aluguel ou locação dos veículos de que trata esta Lei, com ou sem motoristas e operadores, se esta forma vier a ser considerada econômica e financeiramente mais interessante para a Prefeitura, que fica autorizada a promover o respectivo processo licitatório, se necessário.

Art. 5° - Fica igualmente o Poder Executivo Municipal autorizado a dar baixa do Patrimônio Público Municipal, dos bens referidos no Anexo I desta Lei, mediante a alienação dos mesmos.

Art. 6º - A venda de que trata o artigo 1º desta lei, será exclusivamente à vista, mediante recolhimento dos valores através do documento de arrecadação municipal (DAM), emitido pelo município, ou depósito em conta corrente.

Art. 7º - Os valores arrecadados com a alienação dos bens móveis referidos nesta Lei, serão alocados em rubrica específica e serão utilizados, exclusivamente, na aquisição de novos veículos, máquinas ou equipamentos.

Art. 8º - Fica autorizada a contratação de leiloeiro oficial para o fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 9º- Para as despesas decorrentes da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a transferir e/ou suplementar dotações orçamentárias, bem como a abrir crédito especial.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Brasilândia – MT, 02 de outubro de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA/MT**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, tendo em vista o que consta do art. 37, inciso II da Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município e demais leis municipais vigentes, através da Comissão Especial para Fiscalização, Coordenação e Acompanhamento deste Concurso Público, nomeada através da Portaria nº 187/2018, **torna público**:

I. Divulgar o resultado das provas práticas, realizadas no dia 30/09/2018:

Cargo: ANALISTA DE INFORMAÇÃO DE CONTAS			
Inscrição	Etapa	Candidato	Pontuação
11440	Prova Prática	André Luis Dallabrida	Ausente
4620	Prova Prática	Brasileiro Ribeiro da S. Júnior	60
3930	Prova Prática	Eliane Dias dos Santos	10
6760	Prova Prática	Katiuscia Rafaela da Silva Stasiak	40
7220	Prova Prática	Paulo Henrique Wesz	10
9920	Prova Prática	Yana Maria Marcon	10
Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO			
Inscrição	Etapa	Candidato	Pontuação
7540	Prova Prática	Abraão Ângelo Barboza	10
5210	Prova Prática	Alafans Aniceto Cardoso	10
9960	Prova Prática	Aldair Antônio de Lima	10
4600	Prova Prática	Antônio Vitor Silva Leite	10
11540	Prova Prática	Aparecido Prado	Ausente
7550	Prova Prática	Bruno Cezar Mariano Fritsch	10
10420	Prova Prática	Carolini Cé	10
7870	Prova Prática	Cassia de Oliveira Santos	10
11350	Prova Prática	Clademir Maciel	10
5840	Prova Prática	Claudenice Nascimento Ferreira Mileski	10
2380	Prova Prática	Cleiton Rafael Macari	10
3940	Prova Prática	Daniel Junior Paloski Figueiredo	10
7850	Prova Prática	Eduardo Felipe Schlikmam de Oliveira	10
8420	Prova Prática	Eliana Luke	Ausente
1080	Prova Prática	Elizangela Fernanda da Silva	Ausente
9650	Prova Prática	Emerson Sebastião dos Santos Oliveira	Ausente
2630	Prova Prática	Emily Karine dos Santos Abreu	Ausente
9120	Prova Prática	Euzanete Farias dos Santos Rosa	10
7460	Prova Prática	Everson Alves	10
2400	Prova Prática	Fabiana Helena Patel Zamoner	Ausente
11430	Prova Prática	Felipe Zarth Camine	Ausente
10090	Prova Prática	Gabrieli Ce	10
2830	Prova Prática	Gean Marcos Ribeiro	10
580	Prova Prática	Geverson Balestrin	45
10810	Prova Prática	Gisele Oliveira Gomes	50
8650	Prova Prática	Glaci Aparecida Zini	10
9830	Prova Prática	Hyngrid Da Silva Lopes Holanda	10
5990	Prova Prática	Ianca Rita de Arruda	Ausente
830	Prova Prática	Irineu Santana Rauschkolb	Ausente
3370	Prova Prática	Ivan Guilherme Kliemascherwsk Rondon	Ausente
7230	Prova Prática	Janaina de Moura	10
10080	Prova Prática	Jeane Vitoria Correa Machado	10
9050	Prova Prática	Josiane da Silva Batista	Ausente
11120	Prova Prática	Kezia Gonçalves Caires	10
10310	Prova Prática	Kezia Justino dos Santos	40
2490	Prova Prática	Leandra Francisca Camargo	10
10790	Prova Prática	Leandro Alves da Silva	10
7660	Prova Prática	Leonardo August Mochi	10
3920	Prova Prática	Lucila Aparecida da Cruz Andrade	10
8950	Prova Prática	Luiz Gustavo Aldaves Rocha	Ausente
3810	Prova Prática	Marcelo Alves Lorenzon	Ausente
2810	Prova Prática	Marineide Paimel Franco	45
960	Prova Prática	Mayara Karine Graff	10
5710	Prova Prática	Maycon Douglas Barreto Ferreira	10
2330	Prova Prática	Murilo Gustavo Prado Soares	100
4860	Prova Prática	Natália Karolina Coelho Silva	40
8960	Prova Prática	Paulo Henrique de Souza Fernandes	Ausente
9930	Prova Prática	Pedro Henrique Viotto	10
11080	Prova Prática	Pérola Cristina Gonçalves Zanini	60
7300	Prova Prática	Queli Diovana Sarate de Almeida	10
3830	Prova Prática	Raquel da Rosa Linhares	70
2700	Prova Prática	Robson Luan Teles Teixeira	10
9460	Prova Prática	Rodrigo Francisco Alves da Silva	Ausente
630	Prova Prática	Sibelle Cristina Santos e Silva	Ausente
2010	Prova Prática	Simone Maria Deodato	10
3910	Prova Prática	Suzana Nagadori Mizote	Ausente
3130	Prova Prática	Tatiane Novais do Nascimento	10
4590	Prova Prática	Tatiane Trevisol	90
350	Prova Prática	Thaila Huanny Prezniska	20
2350	Prova Prática	Thais Shildrey da Silva Zeferino	20
2210	Prova Prática	Thamires Teixeira de Souza	10
10780	Prova Prática	Thiago Fernando Cardoso	Ausente
11020	Prova Prática	Vinícius Wender Ferreira Carvalho	Ausente
7500	Prova Prática	Welbert Henrique Ribeiro De Souza	10
2450	Prova Prática	Weliton Rodrigo Dente	20
9700	Prova Prática	Yan Santos Meneses	Ausente
Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (SAAE)			
Inscrição	Etapa	Candidato	Pontuação
10830	Prova Prática	Jakeline Linhares	10
7330	Prova Prática	Jessica Karolini Flores Favarin	10
Cargo: FISCAL SANITÁRIO			
Inscrição	Etapa	Candidato	Pontuação
8300	Prova Prática	Alessandra Gomes dos Santos Carvalho	30
8670	Prova Prática	Alexandro Lieberknecht	10
6520	Prova Prática	Daiene Josefa da Costa	Ausente
9690	Prova Prática	Erivan Aparecido Feliciano	Ausente
10750	Prova Prática	Félix Gabriel dos Santos	10
11510	Prova Prática	Marceli Tavares da Silva	Ausente
3770	Prova Prática	Natalha Filipini	10
10630	Prova Prática	Simone Angela Menegassi	10
Cargo: MOTORISTA AMBULÂNCIA (CNH - CATEGORIA "D")			

Inscrição	Etapa	Candidato	Pontuação
5270	Prova Prática	Claudinei de Oliveira Souza	Ausente
9450	Prova Prática	Claudinei Gomes Soares	95
4340	Prova Prática	Cleiton dos Santos lima	90
9160	Prova Prática	Fabian Dionísio da Silva	Ausente
11590	Prova Prática	Genivaldo Justino de Souza	95
11410	Prova Prática	Marcodione Ribeiro de Andrade	95
8590	Prova Prática	Rogério Ribeiro dos Santos	95
Cargo: MOTORISTA VEÍCULO GRANDE (CNH - CATEGORIA "D")			
Inscrição	Etapa	Candidato	Pontuação
8930	Prova Prática	Alessandro Liebernecht	95
3520	Prova Prática	Daniel de Sousa Marques	95
7990	Prova Prática	Domingo Colletto	100
10870	Prova Prática	Flavio Ferreira dos Santos	95
10010	Prova Prática	Flori Campolin de Moura	95
9730	Prova Prática	Gian Carlos de Cezaro	100
400	Prova Prática	Isaias Almeida dos Santos	95
9530	Prova Prática	Paulo César Andres	Ausente
6290	Prova Prática	Sandra Marcia Mendonça	100
9640	Prova Prática	Valdinei Félix da silva	95
Cargo: **MOTORISTA VEÍCULO PEQUENO (CNH - CATEGORIA "B")**			
Inscrição	Etapa	Candidato	Pontuação
1050	Prova Prática	Adriano Souza	Ausente
9400	Prova Prática	Alex Garcia Neves	Ausente
2560	Prova Prática	Anderson Duenhas da Silva	95
9560	Prova Prática	Anderson Rodrigues de Sousa	100
9890	Prova Prática	Antonio Nerves	95
7430	Prova Prática	Beatriz Bisollo	Ausente
11230	Prova Prática	Bruno Antônio motta	100
11170	Prova Prática	Claudemir Elvanger	95
10190	Prova Prática	Djoatan Manoel Parode da Maia	Ausente
1390	Prova Prática	Eder Pereira Correa	100
9800	Prova Prática	Edinei Rodrigues Oliveira	Ausente
7340	Prova Prática	Flavio dos Anjos Silva Vitor	100
6050	Prova Prática	Helder da Rocha Silva	90
11550	Prova Prática	Hugo Hoinacki	Ausente
8620	Prova Prática	Jair Antoninho Lazzarotto	95
9810	Prova Prática	Jeverson Andrade e Silva	95
7360	Prova Prática	José Hiuri Peniska	Ausente
8540	Prova Prática	José Roberto de Moraes	100
4820	Prova Prática	Leandro Dias da Silva	Ausente
7270	Prova Prática	Nivanildo Aparecido Teodoro	100
1250	Prova Prática	Paulo Juarez da Silva Mertz	Ausente
4180	Prova Prática	Salatiel Pereira Lanton	90
4770	Prova Prática	Sérgio da silva Rodrigues	100
5770	Prova Prática	Severino Aquino Duarte	95
480	Prova Prática	Thalys Teixeira de Souza	95
8130	Prova Prática	Valter Antônio da Silva Neto	100
6310	Prova Prática	Weverton Deodato Bosquetti	85
Cargo: **OPERADOR DE MÁQUINAS**			
Inscrição	Etapa	Candidato	Pontuação
10000	Prova Prática	Averson César Paiano	60
7130	Prova Prática	Gabriel de Lima Polita	70
10840	Prova Prática	Valmir Ferreira da Silva	Ausente
Cargo: OPERADOR DE MÁQUINA PESADAS (ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E MOTOVINELADORA)			
Inscrição	Etapa	Candidato	Pontuação
10270	Prova Prática	Anderson Silva	95
3570	Prova Prática	Carlos Roberto de Andrade	60
6680	Prova Prática	Edson Joaquim Alves	60
3210	Prova Prática	Flávio Alves da Silva	100
790	Prova Prática	Izaias Rodrigues de Oliveira	100
10230	Prova Prática	Jorge Augusto Gamarra Pereira	100
3270	Prova Prática	Jose Aparecido Xavier	60
8890	Prova Prática	Kenedy Marques Moreira de Assunção	Ausente
6280	Prova Prática	Raul Seixas da Silva	Ausente
9040	Prova Prática	Reinaldo Machado Santos	60
1850	Prova Prática	Tadeu Ezequiel Pommer	100
Cargo: RECEPCIONISTA			
Inscrição	Etapa	Candidato	Pontuação
10220	Prova Prática	Andreia Pereira De Souza	10
9140	Prova Prática	Denise Cristina Barasuol	10
6940	Prova Prática	Elaine dos Santos Fonseca	10
8640	Prova Prática	Gabriella Lauana Zini Maliska	10
4030	Prova Prática	Juliana da Silva Stefanello	10
8690	Prova Prática	Patricia Piccinini Barbieri	10
510	Prova Prática	Renata Medeiros Lima	10
5800	Prova Prática	Rosangela Fritsch Dill	10
8120	Prova Prática	Vanderli Farias Barbosa	10

II. Definir o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Concurso Público nº 001/2018, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente ao Concurso Público.

III. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br e no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Nova Guarita/MT, 02 de Outubro de 2018.

José Lair Zamoner–Prefeito Municipal

Angela Maria Zdepski – Presidente da Comissão

Luciane Regina de Souza–Secretário da Comissão

Moacir Jacó Talini–Membro da Comissão

Rose Almeida Serezoli – Suplente da Comissão

Ivaine Molina Junior - Advogado Representante OAB/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 52/2018

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 52/2018

PROC. LICITATÓRIO: 106/2018 PREGÃO PRESENCIAL: 52/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

CONTRATADO: GERAÇÃO 2000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MAT. ESPORTIVOS LTDA e P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI.

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Material Desportivo e Lazer em atendimento da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 02 de Outubro 2018.

VALOR: R$

GERAÇÃO 2000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MAT. ESPORTIVOS LTDA:

R$ 204.943,50 (duzentos e quatro mil novecentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos);

P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI: R$ 247.600,40 (duzentos e quarenta e sete mil seiscentos reais e quarenta centavos).

Ata de Registro de Preço 47/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 03 de Outubro de 2018.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 051/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: CLINICA RENASCER LTDA-ME;

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE INTERNAÇÃO COMPULSORIA PARA DEPENDENTES QUÍMICOS,

ADOLESCENTE DO SEXO FEMININO, COM APOIO TECNICOS DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS NO TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA E DESINTOXICAÇÃO, NA INTERVENÇÃO E NO TRATAMENTO DO ADOLESCENTE, CONFORME DESCRITO MP TERMO DE REFERENCIA DO PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 032/2018;

Descrição	Valor Unitário
INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA ADOLESCENTE DO SEXO FEMININO (DEPENDÊNCIA ÁLCOOL E DROGA).	R$ 17.430,00
REMOÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA ATÉ O LOCAL DE TRATAMENTO.	R$ 7.800,00
TOTAL	R$ 25.230,00

VIGÊNCIA: 13/06/2018 até 13/06/2019;

VALOR: R$ 25.230,00 (vinte e cinco mil e duzentos e trinta reais);

Nova Lacerda-MT, 13 de junho de 2018.

PROCURADORIA JURÍDICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 049/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: ABSOLUTO SUPERMERCADO LTDA;

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

– Acréscimo de R$ 1.920,80 (Um mil novecentos e vinte reais e oitenta centavos), considerando o aumento inflacionário do Leite Vencedor 1L, visando atender às necessidades das secretarias e departamentos da prefeitura municipal de Nova Lacerda-MT, que totaliza o valor de R$ 5.831,00 (cinco mil oitocentos e trinta e um reais).

Descrição	Quantidade	Valor Unitário Contratado	Percentual de Reajuste	Valor Unitário Reajustado	Valor Total Reajustado
LEITE VENCEDOR 1L	980 UN	R$ 3,99	49,12%	R$ 5,95	R$ 5.831,00

CLAUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – Acréscimo de valor promovido por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

2.1.1– Reajuste de preço aplicado pelo fabricante, conforme a cópia das notas em anexo apresentada pela empresa, que comprovam o aumento inflacionário que recaíram sobre o produto.

2.1.2 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 65, §8° da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Quinta do Contrato nº 049/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

3.1 – O valor global do contrato original é R$ 3.910,20 (três mil novecentos e dez reais e vinte centavos);

3.2 – O valor do saldo disponível com o acréscimo, passará a ser R$ 5.831,00 (cinco mil oitocentos e trinta e um reais).

Nova Lacerda-MT, 10 de julho de 2018.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2018

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2018

PROC. LICITATÓRIO: 105/2018 PREGÃO PRESENCIAL: 51/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço de exames laboratoriais e ultrassonografia em pacientes do Município de Nova Lacerda-MT.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 02 de Outubro 2018.

CONTRATADO:

LABORATÓRIO LIDER ANÁLISES CLÍNICAS LTDA- ME: R$ 189. 000,00 (cento e oitenta e nove mil reais);

V. F. PASSOS - ME: R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 03 de Outubro de 2018.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 049/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO:ABSOLUTO SUPERMERCADO LTDA;

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EVENTUAL, GÊNERO ALIMENTÍCIOS, LIMPEZA E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO, ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA LACERDA-MT, constantes no procedimento do Pregão Presencial nº 028/2018, especificamente do seguinte item;

Descrição, Quantidade e Preços:

ABSOLUTO SUPERMERCADO LTDA			
Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
LEITE VENCEDOR 1L	980 UN	R$ 3,99	R$ 3.910,20

VIGÊNCIA: 15/06/2018 à 31/12/2018;

VALOR: R$ 3.910,20 (três mil novecentos e dez reais e vinte centavos).

Nova Lacerda-MT, 15 de junho de 2018.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 51/2018

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 51/2018

PROC. LICITATÓRIO: 105/2018 PREGÃO PRESENCIAL: 51/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

CONTRATADO: LABORATÓRIO LIDER ANÁLISES CLÍNICAS LTDA-ME e V. F. PASSOS - ME.

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço de exames laboratoriais e ultrassonografia em pacientes do Município de Nova Lacerda-MT.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 02 de Outubro 2018.

VALOR: R$

LABORATÓRIO LIDER ANÁLISES CLÍNICAS LTDA- ME: R$ 189. 000,00 (cento e oitenta e nove mil reais);

V. F. PASSOS - ME: R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

Ata de Registro de Preço 46/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 03 de Outubro de 2018.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2018

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2018

PROC. LICITATÓRIO: 106/2018 PREGÃO PRESENCIAL: 52/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Material Desportivo e Lazer em atendimento da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 02 de Outubro 2018.

CONTRATADO:

GERAÇÃO 2000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MAT. ESPORTIVOS LTDA:

R$ 204.943,50 (duzentos e quatro mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos);

P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI: R$ 247.600,40 (duzentos e quarenta e sete mil, seiscentos reais e quarenta centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 03 de Outubro de 2018.

PROCURADORIA JURÍDICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 058/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: ALAN FERREIRA GOUVEIA 04526960110;

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

– Acréscimo de R$ 1.164,20 (Um mil, cento e sessenta e quatro reais e vinte centavos) mensais, considerando o aumento de 3,34% devido do petróleo, visto que houve uma alteração na rota, o transporte percorrerá os dois períodos, que totaliza o valor de R$ 5.821,00 (Cinco mil e oitocentos e vinte e um reais).

CLAUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – Acréscimo de valor promovido por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

2.1.1– Reajuste de preço aplicado pois a mesma rota passou por uma alteração pois, a partir de 01 de agosto de 2018, o transporte percorrerá 34 km diário a mais, totalizando 124 km diários, devido novas matriculas na rota Areia Branca não tendo espaço suficiente no transporte, houve necessidade de aumentar a referida rota, prezando a segurança dos alunos transportados.

2.1.2 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 65, §8° da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Quinta do Contrato nº 058/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

3.1 – O valor global do contrato original é R$ 30.228,00 (Trinta mil e duzentos e vinte e oito reais);

3.2 – O valor do saldo disponível com o acréscimo, passará a ser R$ 36. 049,00 (quarenta e seis mil setecentos e sessenta reais).

Nova Lacerda-MT,01 de agosto de 2018.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 058/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: ALAN FERREIRA GOUVEIA 04526960110;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAIS DE TRANSPORTE ESCOLAR, SENDO UM VEICULO COM CAPACIDADE PARA 04 (QUATRO) ALUNOS, (INCLUINDO MOTORISTA, COMBUSTÍVEL E SEGURO TOTAL) DE IDA E VOLTA DA GLEBA OURO VERDE X SÃO FRANCISCO ATÉ O SITIO ÁGUAS CLARAS, PERCORRENDO 90 KM POR DIA E 1.980 KM POR MÊS, OBSERVADAS AS ESPECIFICAÇÕES DE TRAJETO, HORÁRIOS, QUILOMETRAGEM, constantes no procedimento do Pregão Presencial nº 004/2018;

VIGÊNCIA: 01/08/2018 até 31/12/2018;

VALOR: R$ 30.228,00 (trinta mil duzentos e vinte oito reais);

Nova Lacerda-MT, 01 de agosto de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
TERMO DE REFERENCIA

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ: 01.617.459/0001-00

PROCESSO DE LICITAÇÃO 05/2018

DISPENSA LICITAÇÃO 05/2018

TERMO DE REFERÊNCIA- PROJETO BÁSICO

NÚMERO DO CONTROLE DOCUMENTAL: Nº 45/2018

1.OBJETIVO

O presente Termo de Referência tem por objetivo definir os conjuntos de elementos que norteiam a contratação de empresa especializada para o Fornecimento de diversos gêneros alimentícios, materiais de limpeza, copa e cozinha, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Nova Lacerda.

Quantitativos estimados abaixo:

ABSOLUTO SUPERMERCADO LTDA, inscrita sob CNPJ: 09.296.387/0001-40, situada a Avenida São Bernardo, n° 126, Centro, Nova Lacerda, MT.

PRODUTO	QUANT.	MARCA	MEDIDA	VALOR UN.	VALOR TT.
AGUA MINERAL GALÃO 20 LITROS	100	LEBRINHA	UNIDADE	R$ 9,99	R$ 299,70
BISCOITO SALGADO CREAM CRACKER 800 GR	10	MABEL	PACOTE	R$ 10,99	R$ 109,90
BOLO DA CASA SIMPLES	05	SIMPLES	KILO	R$ 14,99	R$ 74,95
CAFÉ TORRADO E MOIDO 500 GR A VACUO	15	CABOCLO	PACOTE	R$ 9,59	R$ 143,85
CHÁ MATE 200 GRAMAS	10	LEÃO	UNIDADE	R$ 8,59	R$ 85,90
LEITE LONGA VIDA INTEGRAL 1 LITRO	84	LACBOM	UNIDADE	R$ 3,99	R$ 335,16
MANTEIGA 200 GRAMAS	09	LACBOM	UNIDADE	R$ 9,99	R$ 89,91
MARGARINA COM SAL 500 GRAMAS	06	QUALY	UNIDADE	R$ 6,79	R$ 40,74
MORTADELA DEFUMADA KG	02	PERDIGÃO	KILO	R$ 18,79	R$ 37,58
PRESUNTO COZIDO	03	SADIA	KILO	R$ 19,99	R$ 59,97
PÃO INTERGRAL	30	PAO DA CASA	UNIDADE	R$ 7,99	R$ 239,70
DESODORIZADOR DE AMBIENTE SPRAY	06	BOM AR	UNIDADE	R$ 8,45	R$ 50,70
DESINFETANTE DE BANHEIRO 1 LITRO	15	PINHO SOL	UNIDADE	R$ 8,19	R$ 122,85
FLENELA DE LIMPEZA	05	CENTRO OESTE	UNIDADE	R$ 2,79	R$ 13,95
LIMPADOR MULTIUSO 500 ML ESSENCIAS DIVERSAS	10	VEJA	UNIDADE	R$ 4,65	R$ 46,50
MULTINSETICIDA AEROSOL 300 ML	05	SBP	UNIDADE	R$ 10,49	R$ 52,45
PANO LIMPO DE CHAO	04	PANO SUL	UNIDADE	R$ 8,49	R$ 33,96
SABONETE LIQUIDO 250 ML	06	LUX	UNIDADE	R 7,65	R$ 45,90
FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ Nº 103	05	MELITA	UNIDADE	R$ 4,19	R$ 20,95
GUARDANAPO DE PAPEL 30X30 C/45 UM	05	MILI	PACOTE	R$ 2,35	R$ 11,75
VALOR TOTAL DOS ITENS:					**R$ 1916,37**

E, C L SUPERMERCADO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.695.537/0001-77 , com sede R Uirapuru, 610, Centro, Nova Lacerda, MT, conforme itens discriminados abaixo:

PRODUTO	QUANT.	MARCA	UNIDADE	VALOR UN.	VALOR TT.
ACHOCOLATADO EM PÓ 400 GRAMAS	03	TODDY	UNIDADE	R$ 6,23	R$ 18,69
ÁGUA MINERAL 500 ML	140	PURISSIMA	UNIDADE	R$ 1,49	R$ 208,60
AÇÚCAR TIPO CRISTAL 2 KG	15	DOCE DIA	PACOTE	R$ 3,43	R$ 51,45
BISCOITO DOCE COCO, NATA, LEITE OU MAISENA 400 G	05	MABEL	PACOTE	R$ 6,34	R$ 31,70
BISCOITO DOCE ROSQUINHA DE COCO 800 GRAMAS	05	MABEL	PACOTE	R$ 9,23	R$ 46,15
PÃO DE FORMA SUAVE NORMAL	05	IDEAL	PACOTE	R$ 4,50	R$ 22,50
PÃO DE QUEIJO KG	30	IDEAL	KG	R$ 18,00	R$ 540,00
POLPA DE FRUTA NATURAL PARA SUCO	100	ANDRADE	UNIDADE	R$ 1,39	R$ 139,00
PÃO CASEIRO KG	03	IDEAL	KILO	R$ 8,00	R$ 24,00
PÃO FRANCES KG	20	IDEAL	KG	R$ 9,70	R$ 194,00
QUEIJO MUSSARELA KG	03	CONQUISTA	KG	R$ 25,20	R$ 75.60
ROSCA DOCE KG	03	IDEAL	KG	R$ 10,00	R$ 30,00
ALCOOL GEL 500 GR	06	START	UNIDADE	R$ 6,91	R$ 41,46
AMACIANTE DE ROUPAS 2 LITROS	03	YPÊ	UNIDADE	R$ 6,59	R$ 19,77
ESPONJA DE LÃ DE AÇO	04	BOMBRIL	PACOTE	R$ 1,59	R$ 6,36
ESPONJA DE LAVA LOUÇAS VERDE/AMARELA	06	ASSOLAN	UNIDADE	R$ 0,60	R$ 3,60
LAVADOR DE LOUÇAS LIQUIDO 500 ML	10	YPÊ	UNIDADE	R$ 1,59	R$ 15,90
LIMPA VIDROS 500ML	06	VIDREX	UNIDADE	R$ 17,16	R$ 102,96
LIMPA ALUMINIO E INOX 500 NL	06	POLITRIZ	UNIDADE	R$ 2,41	R$ 14,46
PAPEL HIGENICO (16 ROLOS X 60 METROS)	05	MILI	PACOTE	R$ 19,81	R$ 99,05
RODO PLASTICO 60 CM	02	SÃO MATEUS	UNIDADE	R$ 13,40	R$ 26,80
SABÃO EM BARRA C/5 UNIDADES	02	YPÊ	PACOTE	R$ 6,35	R$ 12,70
SABÃO EM PÓ LAVA ROUPAS 1 KG	02	BRILANTE	UNIDADE	R$ 7,29	R$ 14,58
SACOS PARA LIXO 30 LITROS	40	SÃO MATEUS	PACOTE	R$ 3,06	R$ 122,40
SACOS PARA LIXO 50 LITROS	25	SÃO MATEUS	PACOTE	R$ 3,81	R$ 95,25
VASSOURA CAIPIRA	01	SÃO MATEUS	UNIDADE	R$ 16,73	R$ 16,73
VASSOURA DE PELO PARA PISO	01	SÃO MATEUS	UNIDADE	R$ 8,82	R$ 8,82
COPO DESCARTÁVEL 180 ML 100 UN.	30	COPOSUL	PACOTE	R$ 3,21	R$ 96,30
COPO DESCARTÁVEL 50 ML 100 UN.	30	COPOSUL	PACOTE	R$ 1,74	R$ 52,20
GAS P13	01		UNIDADE	R$ 95,00	R$ 95,00
AGUA SANITARIA 1 LITRO	10	YPÊ	UNIDADE	R$ 2,81	R$ 28,10
VALOR TOTAL					**R$ 2.254,13**

2. JUSTIFICATIVA

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal necessita contratar as empresas acima, para aquisição de diversos gêneros alimentícios, material de limpeza, copa e cozinha, destinados a manutenção das atividades da câmara municipal de Nova Lacerda.

CONSIDERANDO, que os prestadores ora contratados são reconhecidamente capacitados para fornecimento de diversos gêneros alimentícios, de limpeza, copa e cozinha, são os que melhor atendem os interesses da Câmara, bem como pelo fato de o valor apresentado de ambos, encontrarem-se condizentes com os praticados no mercado;

CONSIDERANDO que a Empresa **C L SUPERMERCADO LTDA - ME, cadastrada no CNPJ sob o nº 10.695.537/0001-77 e ABSOLUTO SUPERMERCADO LTDA, inscrita sob CNPJ: 09.296.387/0001-40** é um prestador de serviços de reconhecimento regional, operando há vários anos no mercado;

CONSIDERANDO as disposições previstas no art.24, II, da Lei n. 8.666/93; c/c artigo 1º da Lei Municipal nº 730/2015. (Lei que atualizou o valor da licitação).

CONSIDERANDO, finalmente, que o preço cobrado pelo prestadores para a contratação dos produtos corresponde a um total estimado em R$ 4. 170,50(quatro mil e cento e setenta reais e cinquenta centavos), está dentro do preço de mercado, recomenda ao Exmo. Sr. Presidente, as contratações, dos prestadores acima qualificados, cujos contratos deverão ser celebrado com observância das regras previstas pela Lei n. 8.666/93, com dispensa da licitação, combinando com artigo 1º da Lei Municipal nº 730/2015. (Lei que atualizou o valor da licitação).

3. FUNDAMENTO LEGAL

A contratação para a execução dos serviços de fornecimento de diversos gêneros alimentícios, material de limpeza, copa e cozinha, objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal, contidos na lei de licitação nº 8666/93 e suas alterações, combinado com a Lei Municipal nº 730/2015, que atualizou os referidos valores.

4.ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DO SERVIÇO

As empresas a serem contratadas deverão possuir e manter, durante o contrato a ser firmado, ponto de venda para o fornecimento dos produtos acima relacionados, localizado nas proximidades da Câmara Municipal de Nova Lacerda- MT situada da Avenida Dioguinho nº 669, Bairro São José, Nova Lacerda MT.

5. DA PROPOSTA E DO PREÇO

5.1. Os percentuais de desconto oferecidos na proposta não poderão ser alterados durante a vigência do contrato.

5.2. Os valores propostos deverão ser cotados em moeda corrente nacional e já incluídos todos os custos, diretos e indiretos relativos ao objeto, inclusive com as despesas de transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias ou outros decorrentes, ou que venham a ser desenvolvidos em razão da dispensa de licitação, não cabendo Câmara Municipal de Nova Lacerda quaisquer custos adicionais.

6. DO VIGÊNCIA DO CONTRATO

Os contratos a serem firmados com as empresas vencedoras do certame terá a sua vigência a partir da data de assinatura no contrato que será pelo período de 03 (três) meses, tendo vencimento no dia 31 de dezembro de 2018.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas da execução do contrato a ser firmado correrão por conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Nova Lacerda, no elemento de despesa 33.90.39.00.00.00- material de consumo, devendo ser emitida nota de empenho por estimativa para o exercício de 2018.

Nova Lacerda, 27 de setembro de 2018.

Adair José da Silva

Secretário

PROCURADORIA JURÍDICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 057/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: JAIR TIAGO DA SILVA 00659498111;

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

– Acréscimo de R$ 2.755,84 (dois mil setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) mensais, considerando o aumento de 3,34% devido do petróleo, visto que houve uma alteração na rota, o transporte percorrerá os dois períodos, que totaliza o valor de R$ 13.779,20 (treze mil setecentos e setenta e nove reais e vinte centavos).

CLAUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – Acréscimo de valor promovido por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

2.1.1– Reajuste de preço aplicado pois a mesma rota passou por uma alteração pois, a partir de 01 de agosto de 2018, o transporte percorrerá os dois períodos, pois a Escola Vale do Guaporé recebeu novas matrículas de três alunos em rotas distintas (Fazenda Estrela), que totaliza 84 km diário a mais. Passando a ser 182 km diários.

2.1.2 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 65, §8° da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Quinta do Contrato nº 057/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

3.1 – O valor global do contrato original é R$ 32.989,00 (trinta e dois mil novecentos e oitenta e nove reais);

3.2 – O valor do saldo disponível com o acréscimo, passará a ser R$ 46. 768,20 (quarenta e seis mil setecentos e sessenta reais).

Nova Lacerda – MT, 01 de agosto de 2018.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO 057/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: JAIR TIAGO DA SILVA 00659498111;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAIS DE TRANSPORTE ESCOLAR, SENDO VEICULO COM CAPACIDADE PARA 4(QUATRO) ALUNOS (INCLUINDO MOTORISTA, COMBUSTÍVEL E SEGURO TOTAL) DE IDA E VOLTA ATÉ AS ESCOLAS MUNICIPAL VALE DO GUAPORÉ, GLEBA SANTA AMELIA, PERCORRENDO 98KM POR DIA E 2.156 KM POR MÊS, OBSERVADA AS ESPECIFICAÇÕES DE TRAJETO, HORÁRIOS, QUILOMETRAGEM,cujas funções e características estão descritas no procedimento do Pregão Presencial nº 004/2018

VIGÊNCIA: 01/08/2018 até 31/12/2018;

VALOR: R$ R$ 32.989,00 (trinta e dois mil novecentos e oitenta e nove reais);

Nova Lacerda-MT, 01 de agosto de 2018.

PROCURADORIA JURÍDICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA;

CONTRATADO: ABSOLUTO SUPERMERCADO LTDA;

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

– Acréscimo de R$ 20.430,00 (vinte mil quatrocentos e trinta reais), considerando o aumento inflacionário do Leite Vencedor 1L, visando atender às necessidades das secretarias e departamentos da prefeitura municipal de Nova Lacerda-MT, que totaliza o valor de R$ 41.940,00 (quarenta e um mil novecentos e quarenta reais).

Descrição	Quantidade	Valor Unitário Contratado	Percentual de Reajuste	Valor Unitário Reajustado	Valor Total Reajustado
LEITE VENCEDOR 1L	9000 UN	R$ 2,39	94,97%	R$ 4,66	R$ 41.940,00

CLAUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – Acréscimo de valor promovido por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

2.1.1– Reajuste de preço aplicado pelo fabricante, conforme a cópia das notas em anexo apresentada pela empresa, que comprovam o aumento inflacionário que recaíram sobre o produto.

2.1.2 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 65, §8° da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Quinta do Contrato nº 048/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

3.1 – O valor global do contrato original é R$ 21.510,00 (vinte e um mil quinhentos e dez reais);

3.2 – O valor do saldo disponível com o acréscimo, passará a ser R$ 41.940,00 (quarenta e um mil novecentos e quarenta reais).

Nova Lacerda-MT, 10 de julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 182/2018

Data: 03 de outubro de 2018

EMENTA:NOMEIA FISCAL DO **CONTRATO Nº 053/2018 REFERENTE TOMADA DE PREÇO Nº 001/2018,** CUJO OBJETO É CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE REFORMA PARCIAL DA ESCOLA MUNICIPAL CRIANÇA ESPERANÇA DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT, ATRAVÉS DO CONVÊNIO DE Nº 1177/2017 DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, EM CONSONÂNCIA COM PROJETO BÁSICO, DESENHOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E MEMORIAIS DESCRITIVOS.

O PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sr.ª **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA**, portadora da Carteira de Identidade sob o RG Nº 775376 – SSP/MT, cadastrado (a) no CPF Nº 503.586.181-34, servidor(a) público (a) municipal, ocupante do Cargo Agente de Serviços Gerais**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, para fiscalizar o **CONTRATO Nº 053/2018 REFERENTE TOMADA DE PREÇO Nº 001/2018,** CUJO OBJETO É CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE REFORMA PARCIAL DA ESCOLA MUNICIPAL CRIANÇA ESPERANÇA DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT, ATRAVÉS DO CONVÊNIO DE Nº 1177/2017 DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, EM CONSONÂNCIA COM PROJETO BÁSICO, DESENHOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E MEMORIAIS DESCRITIVOS, tendo como credor **MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES & SERVIÇOS LTDA - ME – CNPJ: 09.355.670/0001-10.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2018.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EDITAL RESUMIDO PREGÃO 017/2018 SRP 014/2018

O Município de Nova Marilândia – MT, através de seu Pregoeiro Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará às **08h00-min (Horário Local), do dia 23 de Outubro de 2018**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada a Avenida Tiradentes, nº211N, Centro – Nova Marilândia - MT, abertura do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2018 – SRP Nº. 014/2018**, do tipo **menor preço**, para **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA USO EM MANUTENÇÕES, REFORMAS E CONSTRUÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, E ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Nova Marilândia - MT, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente, pelo E-mail: pmnovamarilandia@hotmail.com ou pelo site www.novamarilandia.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00min às 13h00min, através do telefone (65) 3352-1135.

Nova Marilândia – MT, 03 de outubro de 2018.

SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS

PREGOEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 DIVULGA RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO.

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002

DIVULGA RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO.

A Senhora **KARINE DE SOUZA FERREIRA PIOVEZAN**, presidente da **Comissão Examinadora do Concurso Público nº 001/2018,** nomeado pela **Portaria nº 179 de 17 de setembro de 2018**, em cumprimento ao disposto no item 18.6 do Edital de Concurso Público nº 001/2018, torna público o que segue:

1. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, DEFERIDAS E INDEFERIDAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL COMPLEMENTAR.

Fica aberto o prazo de recurso relativo à divulgação das **SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO,** a partir das 00h do dia **04/10/2018** até às 23h59 do dia **05/10/2018**, nos termos do Edital.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada no site oficial da Prefeitura Municipal - www.novamarilandia.mt.gov.br e site da empresa organizadora - www.grupoatame.com.br/concurso/.

Nova Marilândia-MT, 03 de outubro de 2018.

KARINE DE SOUZA FERREIRA PIOVEZAN

Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público

ANEXO I

01 - AGENTE ADMINISTRATIVO			
Código	**Nome**	**Deferido**	**Motivo do Indeferimento**
0000000395	ADRIANO SANTANA DAMASCENA	SIM	
0000000337	ALESSANDRA ALVES DOS SANTOS LIMA	SIM	
0000000455	ALINNE DALFIOR SILVA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000088	ANDREA KARLA MARTINS SMITH	NÃO	NIS Não Cadastrado
0000000280	ANTONIO CESAR DE MEDEIROS SOUZA	SIM	
0000000464	DANIELLY NASCIMENTO MOREIRA	SIM	
0000000528	DANILO VAZI	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000531	DJENANE ALVES BARBOSA	SIM	
0000000015	ELANIA MARIA GOMES FERREIRA SILVA	SIM	
0000000053	ELAYNNE LUZ MARTINS	SIM	
0000000556	FERNANDA DALFIOR DE MOURA	SIM	
0000000574	IRONIDES MARTINS VIEIRA NETA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000447	IVANIL FRANCISCA DE OLIVEIRA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000191	JESSICA PRISCILA VALADARES DE SOUZA	SIM	
0000000156	JUCIMARA ZOROMARA	SIM	
0000000422	LUCAS FERNANDO LEONCIO SANTOS	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000563	LUCAS PEREIRA DA CRUZ	SIM	
0000000272	LUZIA GONÇALVES LIMA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000471	MARYANE FERNANDES DOS SANTOS	SIM	
0000000309	MIKAELY MOREIRA SALES	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000164	MYLENA DE LIMA FERREIRA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000371	NAYARA SILVA DE MATOS	SIM	
0000000009	PEDRO HENRIQUE BARROSO MARQUES	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000290	RODRIGO AFONSO DOS SANTOS	SIM	
0000000006	SAMILA STEFANIA DE SOUZA GONÇALVES	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000487	SAMIRIS CAROLINE AUGUSTA DIAS	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000066	SILVIA IVONE HAGEMANN	SIM	
0000000333	STEPHANIE ANTUNES DE FRANCA SOUZA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000375	STEPHANIE LAYSE COSTA DE CARVALHO	SIM	
0000000317	TACIANA SOUZA DOS SANTOS	NÃO	NIS Não Cadastrado
0000000035	THAIS DE SOUZA TEIXEIRA	SIM	
0000000489	VALÉRIA KÉZIA ARAÚJO SILVA	SIM	
0000000125	VICTOR MIKAEL PIRES DOS SANTOS	NÃO	NIS Não é da Pessoa Informada
02 - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTARIA			
Código	**Nome**	**Deferido**	**Motivo**
0000000057	ADRIANA FERREIRA GONÇALVES CAMPOS	SIM	
0000000490	ADRIANO SANTANA DAMASCENA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000435	ANA GABRIELA PORTELA MARTINS	SIM	
0000000050	ANDRESSA PEREIRA DE FARIAS	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000184	ARYANA FERREIRA AMARAL	SIM	
0000000076	BARBARA DAIANE DE SOUZA CHAVES	SIM	
0000000425	BRUNA CARLA RIBEIRO DUARTE LIRA	NÃO	NIS Não Cadastrado
0000000173	DEMISON CAMPOS DOS SANTOS	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000187	DENNER DOUGLAS FERREIRA DA SILVA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000382	DJONATHAS SELLIN RODRIGUES	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000572	EBERSON RENATO ALVES SOARES	SIM	
0000000249	EDIMAR JUNIOR RAMOS DE MELO	SIM	
0000000093	EDSON DE OLIVEIRA SANTANA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000286	ELAINE DOBRE	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000314	EURICO PEDROZO FILHO	SIM	
0000000316	EVANDRO LUIZ RODRIGUES BATISTA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000190	FELIPE THIAGO OLIVEIRA SANTOS	SIM	
0000000494	FLAVIA DA COSTA LEITE	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000509	GESSICA ALMEIDA MIRANDA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000102	GRACIELI DOS SANTOS MARQUES	SIM	
0000000149	GRACIONE ALIRIO GONÇALVES DE SOUZA	NÃO	NIS Não é da Pessoa Informada

0000000032	GUILHERME LUIZ EWALD	SIM	
0000000485	HERIBERTO DA SILVA SANTANA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000115	HYAN DE SOUZA SANTANA	SIM	
0000000448	IVANIL FRANCISCA DE OLIVEIRA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000511	JEAN GONÇALVES PINTO DE QUEIROZ	SIM	
0000000533	JEFFERSON TORRES DA SILVA	SIM	
0000000128	JOSÉ DOUGLAS BELO DE OLIVEIRA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000480	JOSELENE LOUZADA VIEIRA	SIM	
0000000163	JURUNA DOS SANTOS ARAUJO	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000549	JUSCELEN ALVES DOS REIS	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000501	KALINE ROCHA DA CRUZ	SIM	
0000000097	KATIA PATRICIA LIMA DA SILVA	SIM	
0000000483	LAURINDA SELLIN RODRIGUES	SIM	
0000000481	LAURINDA SELLIN RODRIGUES	NÃO	Indeferido em conformidade com o Item 4.8. do Edital de Abertura.
0000000374	LEANDRO BUZZETTI	SIM	
0000000553	LINDOMAR COSTA NOGUEIRA	SIM	
0000000535	LUAN HENRIQUE DA SILVA SANTOS	SIM	
0000000386	LUCAS PEREIRA DA CRUZ	NÃO	Indeferido em conformidade com o Item 4.8. do Edital de Abertura.
0000000113	LUCIELE VIVIANA DE CAMPOS	SIM	
0000000377	LUCIELY HELENA FERREIRA DOS SANTOS	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000552	MAGDA MARTINS MOREIRA	SIM	
0000000429	MARIA APARECIDA PEREIRA	SIM	
0000000396	MARIA APARECIDA SANTOS PIRES	NÃO	NIS Não é da Pessoa Informada
0000000101	MARIA HELENA FERREIRA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000402	MARIA ROSELANE GONÇALVES DOS SANTOS	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000028	MARIANA DE PAULA SILVA	SIM	
0000000454	MARY ANN OKADA SOAVE	SIM	
0000000110	MILTON RODRIGUES BARROS	SIM	
0000000120	RAFAEL FILIPE VIEIRA REIS	SIM	
0000000473	RAYSSA FERNANDES SOARES CAMPOS	SIM	
0000000444	RENATA FERNANDA SANTOS SOUZA DE MOURA	SIM	
0000000194	ROSANGELA RODRIGUES DE ALMEIDA	SIM	
0000000264	SHIRLENE DO NASCIMENTO DA SILVA	NÃO	NIS Não é da Pessoa Informada
0000000564	STEFANY LUANA DE AZEVEDO FARIA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000470	SUZANY MARIA DO NASCIMENTO	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000538	TAMIRES DE FREITAS PIRES	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000380	VANESSA TAQUES DA SILVA FONSECA	SIM	
0000000063	VINYCIUS SAMPAIO DA SILVA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000027	WELLINGTON ANDRADE DA SILVA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000021	WILLIAN RIBEIRO DOS SANTOS	SIM	

03 - BIOMÉDICO

Código	Nome	Deferido	Motivo
0000000037	ANDREZA APARECIDA SANTOS DAMACENO	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000268	FRANCISCA ROSINEIDE VIEIRA LIMA NICOLINI	SIM	
0000000182	JAQUELINNE BARROS CUNHA	SIM	
0000000055	MARIA ANTONIA NOGUEIRA DE ARAUJO	NÃO	NIS Não é da Pessoa Informada
0000000238	RAELSON SANTOS DE SOUZA	SIM	

04 - ENFERMEIRO

Código	Nome	Deferido	Motivo
0000000540	SANDRA RODRIGUES DE MORAES	NÃO	NIS Com Renda Fora do Perfil
0000000520	ADRIELLEN RONDON MEIRA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000506	AILSON HENRIQUE MOURA GOMIDES	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000178	ALINNY CÂNDIDA DE MEIRA GONÇALVES	SIM	
0000000518	ALINY PEREIRA DE ALMEIDA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000544	ANA CARLA FERREIRA PICALHO	SIM	
0000000383	ANA CAROLINA MENDES QUEIROZ COSTA	NÃO	NIS Não Cadastrado
0000000189	ANNELYZE CRYSTINA RONDON DE CARVALHO SANTOS	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000143	ARIELLI PAULA PRADO CORCINO DE OLIVEIRA	SIM	
0000000051	BRUNNO EDUARDO BARROSO MOREIRA GONÇALVES	SIM	
0000000523	CARLA CRISTINA BURG	SIM	
0000000218	CHRISTOPHER WALLACE SOUZA DO NASCIMENTO	SIM	
0000000078	ELAINE CONCEIÇÃO DE ARAUJO	SIM	
0000000038	ELIETE BEATRIZ PIMENTA	NÃO	NIS Inválido
0000000234	FABIANE APARECIDA DE SALES CARNEIRO	SIM	
0000000495	FERNANDA LOIS DO BONFIM ABRANTES	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000503	GEIZE APARECIDA DE LIMA OLIVEIRA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000024	GLEISON FARIA	SIM	
0000000417	ISABELLE DOS REIS SILVA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000427	JACKELINE DE MIRANDA MENDES	SIM	
0000000160	JÉSSICA ORHANA RONDON DE ALMEIDA	NÃO	NIS Com Renda Fora do Perfil
0000000347	JULIA DE SOUZA ALVES	SIM	
0000000391	KEILA CRISTINA DOS SANTOS PIRES	SIM	
0000000199	LENILO HEITOR CORREA NUNES	SIM	
0000000116	LEONORA NICACIA MOREIRA TEIXEIRA	NÃO	NIS Não Cadastrado
0000000516	MARAISA FERNANDA BENTO SOUZA	NÃO	NIS Com Renda Fora do Perfil
0000000132	MARCELO AUGUSTO PFEIFER PUÇA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000568	MARIA SILVA DO CARMO	SIM	
0000000158	NEVAIR APARECIDA ALVES GUIA DE FREITAS	SIM	

0000000181	PATRYCIA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA COSTA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000054	RHOANA KAREN SARAIVA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000205	SANDRA GOMES DOS SANTOS	SIM	
0000000403	SIRLAINE DOS REIS SOUZA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000193	THAINÁ BEZERRA DOS SANTOS	SIM	
0000000014	UALACE ALBERTO VIEIRA	SIM	
0000000020	ZEIZY THAIS MENEGUELI FAVALESSA	SIM	

05 - FISIOTERAPEUTA

Código	Nome	Deferido	Motivo
0000000279	CAMILA APARECDA DA SILVEIRA COUTINHO	NÃO	NIS Não é da Pessoa Informada
0000000169	CAROLINE MARTINS SORROCHE	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000108	CATIANE BENITEZ CANELA	SIM	
0000000461	DAIANE RODRIGUES FONTOURA	SIM	
0000000195	DAYANE PARDINHO DOS SANTOS ASSUNÇÃO	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000003	EVELLYN CARLA SANTANA BRAGA DOS REIS	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000077	ITALA GABRELLE ALENCAR	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000519	LEIA JORDANA RODRIGUES ARAUJO	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000219	LUCIANA FERREIRA DA SILVA	SIM	
0000000170	PÃMELA CRISLAINE BENACZ	SIM	
0000000559	PRISCILA MICAELA VIEIRA PEREIRA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000301	WEVILYN CRISTINA RAMOS DE MELO	SIM	

06 - MOTORISTA CATEGORIA C

Código	Nome	Deferido	Motivo
0000000510	GESSICA ALMEIDA MIRANDA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.

07 - MOTORISTA CATEGORIA D

Código	Nome	Deferido	Motivo
0000000468	DALVAN OLIVEIRA MAGALHÃES	SIM	
0000000342	LAERTE JUNIO COSTA DAMACENO	SIM	
0000000105	MARCELO ALVES LOPES	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000319	MARCOS ANTONIO SOUTO GONTIJO	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000304	RENATO AZEVEDO CATARINO	SIM	
0000000327	RONAIR DOMINGOS SANTANA	SIM	

08 - MOTORISTA/SAÚDE

Código	Nome	Deferido	Motivo
0000000445	MAURCIO DA SILVA GODOY	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.

09 - NUTRICIONISTA

Código	Nome	Deferido	Motivo
0000000388	ALANNA DOS SANTOS FRONHA	SIM	
0000000458	CLAUDIA REGINA DA SILVA FRUTUOSO	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000356	ELAINE CRISTINA VIEIRA	SIM	
0000000434	LINDALVA NUNES DE FREITAS	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000202	SIRINEIA APARECIDA LEONEL JORGE	SIM	
0000000265	VANESSA LOPES DA SILVA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.

10 - ODONTÓLOGO

Código	Nome	Deferido	Motivo
0000000094	AMANDA ALICE LAURENTINO DA SILVA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000357	ANA FLÁVIA SOUZA DIAS	SIM	
0000000096	HELEN THAIS BARBOSA JUIZ	SIM	
0000000573	JHENIFER FRANCIELE DE OLIVEIRA SOUZA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000355	MARLI RODRIGUES LEMEZ	SIM	

13 - OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA PNEU

Código	Nome	Deferido	Motivo
0000000462	ALLAN APARECIDO SOUZA SANTANA	SIM	

14 - PROF. LETRAS INGLÊS

Código	Nome	Deferido	Motivo
0000000428	JAINE LAIZA SANTOS SOUZA	SIM	
0000000176	LEIDIANE ARRUDA BORGES DA SILVA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.

15 - PROF. LETRAS PORTUGUÊS

Código	Nome	Deferido	Motivo
0000000393	FERNANDA PATRÉZIA DOS SANTOS NUNES	SIM	
0000000500	LUCILENE AMORIM	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000390	MARGARIDA FRANCO	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000121	PATRICIA DOS SANTOS DA SILVA	SIM	
0000000246	ROSINETE RAMOS DOS ANJOS	SIM	

16 - PROF. MATEMÁTICA

Código	Nome	Deferido	Motivo
0000000405	LUZIANE DA SILVA ALMEIDA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000036	VANDERLEIA RODRIGUES ALVES	SIM	

17 - PROF. PEDAGOGIA

Código	Nome	Deferido	Motivo
0000000005	ADAIANA MAXIMA MOURA	SIM	
0000000318	ADRIANA RODRIGUES DE BARROS	SIM	
0000000242	ALAIDES FLORENCIO DE CARVALHO	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000262	ALINE RODRIGUES FERREIRA MAGALHÃES	SIM	
0000000284	ANGELICA CRISTINA FERREIRA NUNES	SIM	
0000000504	ARIANA PATRICIA DA SILVA	SIM	
0000000622	ARIANNE DAMARES FERNANDES RIBEIRO	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000459	CIRLENE GOMES DE OLIVEIRA	NÃO	NIS Não Cadastrado
0000000493	DAIANE FERREIRA DA SILVA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000228	EDLAINE DE ANDRADE DE SOUZA CORREA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000298	EDNEIA SILVA LUIS	NÃO	NIS Não Cadastrado
0000000373	EDSON ANTONIO	NÃO	NIS Excluido
0000000370	ELCIENE PEREIRA DA SILVA	SIM	
0000000255	ELZA CRISTIELE DE ARAUJO ANTUNES	NÃO	NIS Não Cadastrado
0000000275	GLAUCIENE LEITE RODRIGUES	SIM	
0000000575	JUCARA ALVES DE ASSIS ANDRADE	SIM	

0000000492	JULIANA SOUZA DA MOTA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000536	LEANDRO BATISTA FERREIRA DE PAULA	SIM	
0000000338	LILIAN RIOS DALFIOR	SIM	
0000000367	LUANA MARQUES DA SILVA	SIM	
0000000261	LUDMILA DOS SANTOS ALVES BORDIGNON	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000022	MÁRCIA APARECIDA REATI	SIM	
0000000320	MÁRCIA BATISTA DE SOUZA DA SILVA	SIM	
0000000216	MARCIA CRISTINA PEREIRA E SILVA	SIM	
0000000142	MARCIA MARIA PEREIRA	SIM	
0000000507	MARENILZA DA SILVA NOBRES	NÃO	NIS Não Cadastrado
0000000537	MARIA APARECIDA BATISTA FERNANDES	SIM	
0000000513	MARIA LEMOS	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000354	MARIA ROSA MENDES DOS SANTOS	SIM	
0000000344	PAMELA REGINA DE SOUZA LIMA SILVA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000477	PATRICIA DA SILVA SANTOS	SIM	
0000000300	PATRICIA DOMINGOS DUARTE	SIM	
0000000440	PEDRO DE SOUZA SANTOS	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000555	RAIZA LANAY BASTOS PEREIRA DA ROCHAQ	NÃO	NIS Não é da Pessoa Informada
0000000394	RODRIGO DE FRANÇA SANTANA	NÃO	NIS Não é da Pessoa Informada
0000000345	ROSENIR VASCONCELOS DOS SANTOS DARDENGO	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000282	ROSINEIDE ALVES MACHADO	SIM	
0000000075	SILVANA APARECIDA RODRIGUES SANTANA	SIM	
0000000244	SILVANA PESSOA	SIM	
0000000124	SUÉLY DE FRANÇA SANTANA	NÃO	NIS Não é da Pessoa Informada
0000000276	THAUARA ROUMEIKA DOURADO DA SILVA	SIM	
0000000107	VANESSA CHAVIER DE BARROS	SIM	
0000000441	VANUSA MOREIRA DA SILVA	NÃO	NIS Não Cadastrado
0000000534	WALACI MAIK CASTRO DE JESUS	SIM	
0000000243	ZILDA SOARES DOS SANTOS	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.

18 - PSICÓLOGO

Código	Nome	Deferido	Motivo
0000000414	ADARLENI AMORIM DE ASSIS	SIM	
0000000260	ANA FLÁVIA SOUSA SILVA	NÃO	NIS Não Cadastrado
0000000346	ANDREZA SANTOS MARCIANO	SIM	
0000000162	BRENDA ELLEN VELASCO SAMPAIO	SIM	
0000000166	EVA JULIA RIBEIRO	SIM	
0000000571	JESSICA POLIANA DE OLIVEIRA SOUZA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000201	JULIANA DA SILVA FERREIRA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000177	KATIANE KILMA FERNANDES FRATELES	SIM	
0000000359	LUANA ESTELA DE ARRUDA	NÃO	NIS Não é da Pessoa Informada
0000000412	NATALIA MARTINS CARDOSO	SIM	

19 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Código	Nome	Deferido	Motivo
0000000180	ARYANA FERREIRA AMARAL	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000297	FABIANE PEREIRA DA SILVA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000387	FERNANDA DE SOUZA MACABELO	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000017	GERALDA SIMÃO DE SOUZA	SIM	
0000000023	GLEISON FARIA	NÃO	Indeferido em conformidade com o Item 4.8. do Edital de Abertura.
0000000381	GRACIELE RODRIGUES SIMPLICIO	SIM	
0000000551	JANETE ALVES DE SOUZA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000547	JUSCELEN ALVES DOS REIS	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000147	MÁRCIA REGINA DA SILVA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000515	MARIA LEMOS	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000576	MATEUS BUCIANELLI OLIVEIRA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000406	NUBIA APARECIDA DE SOUZA	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.
0000000150	VALDENICE BARRETO SANTOS	NÃO	Não atendeu aos requisitos do Item 5.4. do Edital de Abertura.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 183/2018

Data: 03 de outubro de 2018

EMENTA:NOMEIA FISCAL DO **CONTRATO Nº 054/2018 REFERENTE DISPENSA Nº 030/2018,** CUJO OBJETO É CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT.

O PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sr.ª **PRISCILA EVA SIMON**, portadora da Carteira de Identidade sob o RG Nº 19169655 – SEJUSP/MT, cadastrado (a) no CPF Nº 030.356.771-66, servidor(a) público (a) municipal, ocupante do Cargo Diretor Operacional de Recursos Humanos**,** lotada na Secretaria Municipal de Administração, para fiscalizar o **CONTRATO Nº 054/2018 REFERENTE DISPENSA Nº 030/2018,** CUJO OBJETO É CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT, tendo como credor **ATAME ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO, CURSOS E PÓS GRADUAÇÃO - LTDA – CNPJ: 00.839.039/0001-05.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 03 dias do mês de outubro do ano de 2018.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
CONCURSO PÚBLICO 001/2017 EDITAL DE CONVOCAÇÃO 051/2018

O Sr. **EDILSON CEZAR DOS SANTOS**, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Concurso Público 001/2017, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) à comparecer(em) na Sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, situada na Avenida Amos Bernardino Zanchet, 50-E, no prazo de 30 (TRINTA) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

CARGO:046 – **FARMACÊUTICO/BIOQUIMICO – SEDE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGA/MT**

Classif.	NOME
02º	THAYNÁ CRISTINA TRENTO

Nova Maringá - MT, 03 de Outubro de 2018.

EDILSON CEZAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDÍCA
DECRETO N° 021/2018 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

Súmula: *"Aprova o Regulamento do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal - SIM/POA do Município de Nova Maringá – MT e dá outras providências".*

EDILSON CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 47, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 973 de 28 de agosto de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal - SIM/POA, que passa a ser parte integrante deste decreto, conforme determinado pela Lei Municipal nº 973 de 28 de agosto de 2018.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Nova Maringá/MT, 03 de outubro de 2018.

Edilson Cesar dos Santos

Prefeito Municipal em Exercício

SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL

PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – SIM/POA

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

REGULAMENTO DA INSPEÇÃO SANITÁRIA E

INDUSTRIAL DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DE NOVA MARINGÁ - MT

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DE NOVA MARINGÁ

CAPITULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPITULO II

DA CASSIFICAÇÃO E DO REGISTRO DOS ESTABELECIMENTOS

-SEÇÃO 1 –

DA CLASSIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS

-SEÇÃO 2 –

DA CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS CARNE E DERIVADOS

-SUBSEÇÃO 2.1 –

DOS PRODUTOS COMESTÍVEIS

-SUBSEÇÃO 2.2 –

DOS PRODUTOS NÃO COMESTÍVEIS

-SUBSEÇÃO 2.3

TRIPARIA

-SUBSEÇÃO 2.4

GRAXARIA

-SUBSEÇÃO 2.5

DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

-SUBSEÇÃO 2.6

DA INSPEÇÃO ANTE-MORTEM

-SUBSEÇÃO 2.7

DA INPEÇÃO POST-MORTEM

-SEÇÃO 3

DA CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS LEITE E DERIVADOS

-SUBSEÇÃO 3.1

DOS PRODUTOS

-SUBSEÇÃO 3.2

DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

-SEÇÃO 4

DA CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE PEIXE E PRODUTOS DE PESCA

-SUBSEÇÃO 4.1

DOS PRODUTOS COMESTÍVEIS

-SUBSEÇÃO 4.2

DOS PRODUTOS NÃO COMESTÍVEIS

-SUBSEÇÃO 4.3

DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

-SEÇÃO 5

DA CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS OVOS E DERIVADOS

-SUBSEÇÃO 5.1

DOS PRODUTOS

-SUBSEÇÃO 5.2

DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE FUNCIONAMENTO

-SUBSEÇÃO 5.3

DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

-SEÇÃO 6

DA CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS APÍCOLAS

-SUBSEÇÃO 6.1

DOS PRODUTOS COMESTÍVEIS

-SUBSEÇÃO 6.2

DOS PRODUTOS NÃO COMESTÍVEIS

-SUBSEÇÃO 6.3

DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE FUNCIONAMENTO

-SUBSEÇÃO 6.4

DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

-SEÇÃO 7

DO REGISTRO DOS ESTABELECIMENTOS

-SUBSEÇÃO 7.1

DISPOSIÇÕES GERAIS

-SUBSEÇÃO 7.2

DO REGISTRO DO ESTABELECIMENTO E TRANSFERÊNCIA DO ESTABELECIMENTO

CAPITULO III

DAS AGROINDÚSTRIAS DE PEQUENO PORTE

CAPÍTULO IV

DA INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

-SEÇÃO 1

DA ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO

-SEÇÃO 2

DA INSPEÇÃO

-SEÇÃO 3

DA REINSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DOS PRODUTOS

-SEÇÃO 4

DOS ESTABELECIMENTOS

-SEÇÃO 5

DO PESSOAL

-SEÇÃO 6

DOS EXAMES DE LABORATÓRIO

-SEÇÃO 7

DOS COAGULANTES

-SEÇÃO 8

DOS CONDIMENTOS

-SEÇÃO 9

DOS ADITIVOS

-SEÇÃO 10

DA EMBALAGEM, ROTULAGEM E CARIMBO

-SUBSEÇÃO 10.1

DA EMBALAGEM

-SUBSEÇÃO 10.2

DA ROTULAGEM

-SUBSEÇÃO 10.3

DOS CARIMBOS

-SEÇÃO 11

DO TRÂNSITO

-SEÇÃO 12

DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO V

DA FISCALIZAÇÃO E SUA ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO VI

DO PROCESSO DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

-SEÇÃO 1

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

-SEÇÃO 2

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXOS

-ANEXO I

CARIMBOS DO S.I.M./NOVA MARINGÁ

-ANEXO II

PADRÕES OFICIAIS MICROBIOLÓGICOS

- ANEXO III

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA REGISTRO JUNTO AO S.I.M.

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente regulamento estatui as normas que regulam, em todo o territóriodo município de Nova Maringá-MT, o serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.

Art. 2º - A inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal será geridade modo que seus procedimentos e sua organização se façam por métodos universalizados e aplicados equitativamente em todos os estabelecimentos inspecionados.

Parágrafo único –A Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle–APPCC,sempre que couber e sob o monitoramento dos agentes responsáveis pela inspeção, deverá ser adotada pelos estabelecimentos de produtos de origem animal.

Art. 3º- Compete ao município estabelecer a legislação, regulamentação e política de inspeçãoindustrial e sanitária de produtos de origem animal, especificando na área de seu território, as condições e exigências higiênico-sanitárias adequadas ás peculiaridades locais a serem obedecidas pelos estabelecimentos sob sua inspeção e fiscalização, respeitadas a hierarquia legal em relação às legislações federal e estadual e ao abrigo das políticas nacionais e estaduais para o setor.

Art. 4º- As atividades de normatização, fiscalização e execução da inspeçãoindustrial e sanitária de produtos de origem animal serão coordenadas pela Secretaria Municipal de Agricultura, através do Serviço de Inspeção Municipal - SIM/POA.

Parágrafo único –A coordenação das atividades de inspeção industrial e sanitáriade produtos de origem animal deverá ser efetuada por profissional habilitado em Medicina Veterinária.

Art. 5º - A inspeção e a fiscalização de que trata este Regulamento e normascomplementares integram os princípios de defesa sanitária animal e a execução ou colaboração em programas ou procedimentos a ela relacionados, bem como a saúde pública e a preservação do meio ambiente.

Parágrafo único –Compete ao responsável pelo departamento técnico deveterinária no âmbito de suas atribuições específicas, articular e expedir normas visando a integração dos trabalhos de inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal e de defesa sanitária animal conduzidos pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 6º- Para efeito deste regulamento, entende-se por:

- adequado –o suficiente para alcançar o fim almejado;

- Análise de perigos –processo de coleta e interpretação das informações sobreos riscos e as condições de sua presença, visando quantificar e qualificar sua significância quanto à conformidade dos produtos de origem animal;

- animais de açougue –são os bovídeos, suínos, caprinos, ovinos, equídeos,coelhos, aves e os peixes de criação;

IV - animal silvestre –animal cuja exploração, criação ou abate necessita daautorização do órgão de proteção ambiental;

V - casa atacadista –estabelecimento que não realiza qualquer atividade demanipulação de produtos de origem animal, recebendo-os devidamente acondicionados e rotulados;

VI - contaminação cruzada –é a possibilidade da transferência de patógenos deum produto a outro, tanto por contato direto, como por manipuladores, utensílios, equipamentos, acessórios ou pelo ar;

VII - embalagem –invólucro recipiente, envoltório ou qualquer forma deacondicionamento, removível ou não, destinado a conter, acondicionar, cobrir, empacotar, envasar, proteger ou garantir a proteção e conservação de seu conteúdo e facilitar o transporte e manuseio dos produtos;

VIII - entreposto de produtos de origem animal –estabelecimento destinado aorecebimento, manipulação, guarda, conservação, acondicionamento e distribuição de produtos de origem animal e seus subprodutos, frescos ou frigorificados, dispondo ou não dependências anexas para a industrialização, nos termos exigidos por este regulamento;

IX - estabelecimento de produto de origem animal –qualquer instalação, local oudependência, incluída suas máquinas, equipamentos e utensílios, no qual são produzidas matérias primas ou são abatidos animais de açougue e silvestres, bem como onde são recebidos, manipulados, beneficiados, elaborados, preparados, transformados, envasados, acondicionados, embalados, rotulados, depositados e industrializados, com a finalidade comercial ou industrial, os produtos e subprodutos derivados, comestíveis ou não, da carne, do leite, dos produtos apícolas, do ovo e do pescado;

X - fiscalização - ação direta, privativa e não delegável dos órgãos do poderpúblico, efetuados por servidores públicos fiscais com poder de polícia para a verificação do cumprimento das determinações da legislação específica ou dos dispositivos regulamentares;

XI - inspeção –atividade de polícia administrativa, privativa a profissionaishabilitados em medicina veterinária, pautado na execução das normas regulamentares e procedimentos técnicos sobre produtos de origem animal e relacionados aos processos e sistemas de controle, industriais ou artesanais, nas etapas de recebimento, manipulação, transformação, elaboração, preparo, conservação, acondicionamento, embalagem, depósito, rotulagem e trânsito;

XII - parceria –designa todas as formas de sociedade que, sem formar uma novapessoa jurídica, são organizadas entre os setores público e privado e que entre si colaboram, nos âmbitos social, técnico e econômico visando a consecução de fins de interesse público;

XIII - produto de origem animal –é todo o produto, subproduto, matéria prima ouafim proveniente, relacionado ou derivado de qualquer animal, comestível ou não comestível, destinado ou não à alimentação humana, adicionado ou não de vegetais ou de aditivos para sua conservação, condimentação, coagulação, fermentação ou colorização, entre outros, independentemente de ser designado como “produto”, “subproduto”, “mercadoria” ou “gênero”;

XIV - produto de origem animal clandestino –é todo aquele que não foisubmetido à inspeção industrial ou sanitária do órgão de inspeção competente;

XV - produtos de origem animal de alto risco –é todo aquele que ultrapasse oslimites físico–químicos e microbiológicos fixados pelos órgãos competentes;

XVI - produtos de origem animal de baixo risco –é todo aquele que se apresenteabaixo dos limites físico–químicos e microbiológicos fixados pelos órgãos competentes;

XVII - responsável técnico legalmente habilitado – Responsável técnico:profissional habilitado em Medicina Veterinária, com diploma reconhecido pelo MEC e inscrição no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV/MT);

XVIII - registro –ato administrativo de inscrição do estabelecimento de produtos deorigem animal no órgão competente de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, privativo do poder público, formalizado pelo Certificado de Registro autorizando o seu funcionamento;

XIX - registro prévio - autorização condicional e provisória do órgão competente,permitindo ao estabelecimento de produtos de origem animal exercer suas atividades até a obtenção do registro definitivo no órgão de inspeção industrial e sanitária;

XX - rotulagem –ato de identificação impressa ou litografada, bem como dizeres oufiguras pintadas ou gravadas a fogo;

CAPÍTULO II

DA CLASSIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS, DOS PRODUTOS E DO REGISTRO DOS ESTABELECIMENTOS

SEÇÃO 1

DA CLASSIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 7º - Os estabelecimentos sujeitos a este regulamento classificam-se em:

I - ESTABELECIMENTOS DE CARNES E PRODUTOS CÁRNEOS:

a) Matadouros: estabelecimentos dotados de instalações para matança de animaisde açougue ou silvestres e equipados com instalações frigoríficas.

b) Fábricas de Conservas: estabelecimentos de transformação e industrializaçãoda matéria prima para elaboração de produtos cárneos destinados ao consumo humano;

c) Matadouros e Fábricas de Conservas: estabelecimentos que realizam asatividades descritas nas alíneas “a e b” deste inciso.

d) **Entrepostos de Carnes e Derivados**: estabelecimentos destinados aorecebimento, corte, desossa, guarda, conservação, acondicionamento e distribuição de carnes refrigeradas de animais de açougue e silvestres no atacado.

SEÇÃO 2

DA CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS

SUBSEÇÃO 2.1

DOS PRODUTOS COMESTÍVEIS

Art. 8 - Entende-se por "carne de açougue" as massas musculares maturadas ounão e demais tecidos que as acompanham, incluindo ou não a base óssea correspondente, procedente de animais sob inspeção veterinária.

§ **1°** -Será considerada “fresca” a carne dos animais de açougue, obtidaimediatamente após o abate, sem sofrer tratamento térmico, devendo a mesma passar por tratamento térmico antes ser comercializada;

§2º - Será considerada "resfriada" a carne dos animais de açougue submetida aotratamento pelo frio industrial e que esteja com temperatura entre 0º C (zero grau Centígrados) e 10º C (dez graus Centígrados).

§ **3° -** Será considerada “congelada” a carne de açougue submetida ao tratamentopelo frio industrial e que esteja com temperatura interna abaixo de - 18 °C (dezoito graus Centígrados negativos) a - 25°C (vinte e cinco graus Centígrados negativos).

Art. 9 - Entende-se por "miúdos" os órgãos e vísceras dos animais de açougue,usadas na alimentação humana, inclusive patas e caudas.

Art. 10 - Entende-se por "glândulas" as glândulas de secreção interna dos animaisde açougue que poderão ser destinadas para fins comestíveis e não comestíveis.

Art. 11 - Entende-se por "carcaça" o animal abatido, formado das massasmusculares e ossos, desprovidos da cabeça, patas, cauda, pele, órgãos e vísceras torácicas e abdominais tecnicamente preparadas.

§1º. Nos suínos, a "carcaça" pode ou não incluir a pele, a cabeça e patas.

§2º. A carcaça dividida ao longo da coluna vertebral corresponde a "meias carcaças"que, subdivididas por um corte entre duas costelas, variável segundo hábitos regionais, dão os quartos "anteriores" ou "dianteiros" e "posteriores" ou "traseiros".

Art. 12 - Entende-se por "frescal" os produtos cárneos colocados no comércio semsofrer qualquer processo de maturação. O período para comercialização será específico para cada produto, aprovado previamente pela inspeção.

Art. 13 - Entende-se por "curado" os produtos cárneos em cujo processo defabricação tenham sido empregados sais de cura, entendendo-se como tal o cloreto de sódio, os nitratos e os nitritos.

Parágrafo único - O teor de nitrito no produto final não poderá ultrapassar 200 ppm(duzentas partes por milhão).

Art. 14 - Entende-se por "salgados" os produtos preparados com carnes ou órgãoscomestíveis, tratados pelo sal (cloreto de sódio) ou misturas de sal, açúcar, nitratos, nitritos e condimentos, com agentes de conservação e caracterização sensorial.

Art. 15 - Entende-se por "defumados" os produtos que, após o processo de cura,são submetidos à defumação, para lhes dar cheiro e sabor característicos, além de um maior prazo de vida comercial por desidratação parcial.

§1º. Permite-se a defumação a quente ou a frio.

§2º. A defumação deve ser feita em estufas construídas para essa finalidade erealizada com a queima de madeiras resinosas, secas e duras.

Art. 16 - Entende-se por "dessecados" os produtos preparados com carnes ouórgãos comestíveis, curados ou não, e submetidos à desidratação mais ou menos profunda.

Art. 17 - Entende-se por "charque", sem qualquer outra especificação, a carnebovina salgada e dessecada.

§1º. Quando a carne empregada não for de bovino, depois da designação"charque", deve esclarecer a espécie de procedência.

§2º. Permite-se na elaboração do charque a pulverização de sal com soluçõescontendo substâncias, aprovadas pela inspeção, que se destinem a evitar alterações de origem microbiana, segundo técnicas e proporções indicadas.

§3º. O charque não deve conter mais de 45% (quarenta e cinco por cento) deumidade na porção muscular, nem mais de 15% (quinze por cento) de resíduo mineral fixo totalizando até 5% (cinco por cento) de variação.

Art. 18 - Entende-se por "embutido", todo produto preparado com carne ou órgãoscomestíveis, curado ou não, condimentado, cozido ou não, defumado ou não, dessecado ou não, tendo como envoltório, tripa, bexiga ou outra membrana animal natural ou artificial desde que aprovado pela inspeção.

§1º. Os embutidos não podem conter mais de 5% (cinco por cento) de amido oufécula, adicionados para dar melhor liga à massa. As salsichas só poderão conter no máximo 2% (dois por cento) dessas substâncias.

§2º. O emprego de vernizes na proteção dos envoltórios depende da aprovaçãoprévia da inspeção.

§3º. No preparo de embutidos não submetidos a cozimento, é permitida a adição deágua ou gelo na proporção máxima de 3% (três por cento), calculada sobre o total dos componentes, a fim de facilitar a trituração e homologação da massa.

§4º. No caso de embutidos cozidos, a percentagem de água ou gelo não deveultrapassar a 10% (dez por cento) do total dos componentes.

§5º. No caso de embutidos cozidos e enlatados, não se levará em conta apercentagem de água ou gelo adicionado devendo, no entanto, o produto final antes do enlatamento se enquadrar na relação água/proteína prevista neste artigo. O cálculo será feito sobre o produto pronto, pela relação 3,5 (três e meio) de água para 1 (um) de proteína (fator 6.25).

Art. 19 - Entende-se por "bacon" ou por "barriga defumada" o corte da paredetorácico-abdominal do suíno, que vai do esterno ao púbis, com ou sem costelas, com seus músculos, tecido adiposo e pele, convenientemente curado e defumado.

Art. 20 - Entende-se por "conserva" todo produto elaborado com carne ou órgãoscomestíveis de animais de açougue, curados ou não, adicionados ou não de ingredientes, embalado hermeticamente, submetido a tratamento térmico sob pressão.

Art. 21 - Entende-se por "presunto", seguido das especificações que couberem, oproduto obtido com pernil de suínos.

Art. 22 - Entende-se por "paleta", seguido das especificações que couberem, oproduto obtido com o membro dianteiro de suínos.

Art. 23 - Entende-se por "apresuntado", o produto elaborado com o recorte de pernil ou paleta de suíno, transformado em massa, acondicionado, enlatado ou não, e submetido a tratamento térmico.

Art. 24 - Entende-se por "fiambre" o produto obtido de carnes bovinas ou suínas, demassa moída ou cominutada, condimentada, curada e submetida a tratamento térmico.

Art. 25 - Entende-se por "pasta", o produto elaborado com carne ou órgão evísceras de animais de açougue, reduzidos à massa, condimentado, adicionado ou não de farináceo e gordura, e submetido a tratamento térmico sob pressão.

Art. 26 - Entende-se por "morcela", o embutido contendo principalmente sangue,adicionado de toucinho moído ou não, condimento e convenientemente cozido.

§1º. A inspeção só permitirá o preparo de embutidos de sangue, quando a matériaprima for colhida isoladamente de cada animal e em recipiente separado, rejeitando o sangue procedente dos que venham a ser considerados impróprios para o consumo.

§2º. É proibido desfibrinar o sangue com as mãos, quando destinado à alimentação humana.

§3º. Permite-se o aproveitamento do plasma sanguíneo no preparo de embutidos,desde que obtidos em condições adequadas.

Art. 27 - Entende-se por "hambúrguer", o produto elaborado com carne bovina e/ousuína e/ou ave, moída, adicionada de agente de liga, condimentada, curada ou não.

Parágrafo Único - Da embalagem deverá constar, obrigatoriamente, a espécie deque se originou a carne.

Art. 28 - Os ligamentos, tendões e vergas, tão prontamente quanto possível, devemser submetidos a congelamento, dessecados ou convenientemente tratados por água de cal ou ainda por processo aprovado pela inspeção municipal.

Art. 29 - Entende-se por "gordura bovina", o produto obtido pela fusão de tecidosadiposos de bovino, tanto cavitários (visceral, mesentérico, mediastinal, peri-renal e pélvico), como de cobertura (esternal, inguinal e subcutâneo) previamente lavados e triturados.

§1º. Somente com extração da estearina, o produto definido neste artigo pode serdestinado a fins comestíveis (oleína).

§2º. Entende-se por "oleína" o produto gorduroso comestível resultante daseparação da estearina existente na gordura bovina, por prensagem ou por outro processo aprovado pela inspeção municipal.

Art. 30 - Entende-se por "banha" o produto obtido pela fusão exclusiva de tecidos adiposos frescos de suínos inclusive quando procedentes de animais destinados a aproveitamento condicional pela inspeção, em autoclaves sob pressão, em tachos abertos de dupla parede, em digestores a seco, ou por outro processo aprovado pela inspeção municipal e submetido à sedimentação, filtração e eliminação de umidade.

§1º. Permite-se para o produto referido neste artigo a cristalização de gordura embatedores abertos de dupla parede, com circulação de água fria ou de outro processo adequado.

§2º. Quando a banha for submetida a processo de beneficiamento (classificação,desodorização, filtração e eliminação de umidade), será chamada “banha refinada".

§3º. Quando, além dos tecidos adiposos, forem submetidos à fusão outros tecidos(ossos, pés, bochechas, lábios, focinhos, rabos, traquéias, esôfagos, torresmos), será chamada "banha comum”.

§4º. Quando a banha comum sofrer processo de beneficiamento (classificação,desodorização, filtração e eliminação de umidade), será denominada "banha comum refinada".

Art. 31 - Entende-se por "unto fresco" ou "gordura de porco em rama" a gorduracavitária dos suínos, tais como as porções adiposas do mesentério visceral do envoltório dos rins e de outras vísceras, devidamente prensadas.

Art. 32 - Entende-se por "toucinho" o panículo adiposo dos suínos com a pele.

Art. 33 - Entende-se por "composto" o produto obtido pela mistura de gorduras eóleos comestíveis de origem animal e vegetal.

§1º. Será chamada por "composto de gordura bovina", quando óleos vegetais foremassociados à oleína, na proporção máxima de 25% (vinte e cinco por cento).

§2º. Será chamada por "composto de gordura suína", quando a banha entrar emquantidade não inferior 30% (trinta por cento).

§3º. Será chamado por "composto vegetal", quando aos óleos vegetais se adicioneoleína em proporção inferior a 25% (vinte e cinco por cento).

§4º. Será chamado por "composto para confeitaria", quando se misturar gorduras eóleos comestíveis, hidrogenados ou não, com ponto de fusão máximo de 47°C (quarenta e sete graus Centígrados).

§5º. Nos compostos, é obrigatório o emprego de reveladores, como óleo de gergelimna proporção de 5% (cinco por cento) ou outros aprovados pela inspeção.

SUBSEÇÃO 2.2

DOS PRODUTOS NÃO COMESTÍVEIS

Art. 34 - São classificados como produtos não comestíveis ou subprodutos, aquelesobtidos de matérias primas impróprias para a alimentação humana, mas com características adequadas ao seu posterior aproveitamento na alimentação de animais ou ainda em outros tipos de indústrias.

Art. 35 - Entende-se por "farinha de carne" o subproduto obtido pelo cozimento derestos de carnes, de recortes e aparas diversas, bem como de carcaças, partes de carcaças e órgãos rejeitados pela inspeção, a seguir desengordurados e triturados. Esse subproduto deverá ter no mínimo 65% (sessenta e cinco por cento) de proteínas.

Art. 36 - Entende-se por "farinha de sangue", o subproduto industrial obtido pelocozimento a seco do sangue e posteriormente triturado. Esse subproduto deverá ter no mínimo 80% (oitenta por cento) de proteínas.

Art. 37 - Entende-se por "farinha de ossos crus" o subgrupo seco e triturado,resultado do cozimento na água, em tanques abertos, de ossos inteiros, após a remoção de gorduras e do excesso de outros tecidos. Esse subgrupo deverá ter no mínimo 20% (vinte por cento) de proteínas e 40% (quarenta por cento) de fosfatos.

Art. 38 - Entende-se por "farinha de ossos autoclavados" o subgrupo obtido pelocozimento de ossos em vapor sob pressão, secado e triturado. Esse subproduto deverá ter no máximo 25% (vinte e cinco por cento) de proteínas e no mínimo 55% (cinquenta e cinco por cento) de cinzas.

Art. 39 - Entende-se por "farinha de ossos degelatinizados" o subgrupo seco etriturado, obtido pelo cozimento de ossos, após a remoção de gordura e outros tecidos, em vapor sob pressão, resultante do processamento para obtenção de cola e/ou gelatina. Esse subgrupo deverá ter no máximo 10% (dez por cento) de proteínas e 5% (cinco por cento) de gordura e no mínimo 65% (sessenta e cinco por cento) de fosfato de cálcio.

Art. 40 - Entende-se por "farinha de ossos calcinados" o subgrupo resultante daqueima de osso em recipiente aberto ou fechado, devidamente triturado, devendo conter no mínimo 15% (quinze por cento) de fosfato.

Art. 41 - Entende-se por "farinha de carne e ossos" o subproduto seco e triturado,obtido pelo cozimento a seco de recortes em geral, aparas, resíduos e limpeza decorrentes das operações nas diversas seções: ligamentos, mucosas, fetos e placentas, orelhas e órgão não comestíveis ou órgãos e carnes rejeitadas pela inspeção municipal além de ossos diversos. Esse subproduto deverá ter no mínimo 40% (quarenta por cento) de proteínas.

Art. 42 - Entende-se por "adubo" todo e qualquer subproduto que se preste comofertilizante depois de cozido, seco e triturado.

Parágrafo Único. Estes subprodutos devem ser sempre submetidos a umatemperatura mínima de 115ºC a 125°C (cento e quinze a cento e vinte cinco graus Centígrados), pelo menos por uma hora, quando elaborados por aquecimento a vapor e a uma temperatura mínima de 105°C (cento e cinco graus Centígrados), pelo menos por quatro horas, quando pelo tratamento a seco.

Art. 43 - Entende-se por "tancage” o resíduo decozimento de matérias primas emautoclaves sob pressão, seco e triturado.

Art. 44 - Entende-se por "crackling" o resíduo das matérias primas trabalhadas emdigestores, a seco, antes de sua passagem pelo moinho.

Art. 45 - Entende-se por "bile concentrada" o subproduto resultante de evaporaçãoparcial da bile fresca. Este subproduto deverá ter no máximo 25% (vinte e cinco por cento) de umidade e no mínimo 40% (quarenta por cento) de ácidos biliares totais.

Parágrafo Único - Permite-se a adição de conservadores à bile, depois de filtrada,quando o estabelecimento não tenha interesse em concentrá-la.

Art. 46 - Entende-se por "óleo de mocotó" o subproduto extraído das extremidadesósseas dos membros de bovinos, depois de retirados os cascos, após cozimento em tanques abertos ou em autoclaves sob pressão, separado por decantação e posteriormente filtrado ou centrifugado em condições adequadas.

Art. 47 - Entende-se por "chifres" a camada córnea dos chifres dos bovinos.

Art. 48 - Entende-se por "sabugo de chifre" a base de inserção da camada córnea.

Art. 49 - Entende-se por "casco" a camada córnea que recobre a extremidade dos membros.

Art. 50 - Os chifres e cascos, depois de dessecados pelo calor e triturados,constituem a "farinha de chifres" ou "a de cascos" ou ainda a "farinha de cascos e chifres", quando misturados.

Art. 51 - As cerdas, crinas e pêlos serão lavados em água corrente, submetidos atratamento em água quente e a seguir devidamente secados.

Art. 52 - Entende-se por produtos gordurosos não comestíveis, todos aquelesobtidos pela fusão de partes e tecidos não empregados na alimentação humana, bem como de carcaças, partes de carcaças, órgãos e vísceras, que forem rejeitados pela inspeção.

Parágrafo Único –São também considerados produtos gordurosos nãocomestíveis, os obtidos em estabelecimentos que não dispõem de instalações e equipamento para elaboração de gorduras comestíveis.

Art. 53 - Os produtos gordurosos não comestíveis são genericamente denominados"Sebo", seguindo-se à especificação da espécie animal de que procedem. Quando procedentes de suíno serão designados "Graxa Branca".

Art. 54 - Os produtos gordurosos não comestíveis serão desnaturados peloemprego de fluoresceína, brucina e óleos minerais, de acordo com instruções da inspeção.

Art. 55 - É obrigatório o aproveitamento de carcaças, partes de carcaças e órgãosde animais condenados, varreduras em geral, restos e recortes de todas as seções do estabelecimento, para o preparo de subprodutos não comestíveis.

SUBSEÇÃO 2.3

DA TRIPARIA

Art. 56 - A triparia é o departamento destinado à manipulação, limpeza e preparopara melhor apresentação ou subsequente tratamento dos órgãos e vísceras retirados dos animais abatidos.

§1º. A Inspeção Municipal providenciará para que a abertura dos órgãos abdominaisse faça tão distante quanto possível do local das demais manipulações preferentemente em compartimentos separados.

§2º. É proibida qualquer manipulação de couros e peles na triparia.

Art. 57 - São considerados produtos de triparia as cabeças, línguas, mocotós,esôfagos e todas as vísceras e órgãos, torácicos e abdominais, não rejeitados pela inspeção municipal.

Art. 58 - Os intestinos não podem ser empregados na composição de produtosalimentícios; os de bovinos, suínos, ovinos e caprinos podem ser utilizados como envoltório para embutidos.

§1º. Para seu aproveitamento é necessário que sejam convenientemente raspadose lavados, considerando-se como processos usuais de conservação a dessecação, a salga ou outros aprovados pela inspeção.

Art. 59 - As tripas destinadas a embutidos serão cuidadosamente inspecionadas,principalmente quanto à sua integridade e limpeza.

Art. 60 - Os estômagos de bovinos destinados à alimentação humana devem serrigorosamente lavados imediatamente após o esvaziamento, permitindo-se quando do escaldamento, o emprego da solução de soda no máximo até 2% (dois por cento) ou de outras substâncias aprovadas pela inspeção que facilitem a remoção da mucosa.

Art. 61 - Os miúdos (coração, pulmão, fígado, rins, timos, mocotós, língua) sãosubmetidos à manipulação e limpeza adequadas, antes de serem entregues ao consumo ou de entrarem para as câmaras frias.

Art. 62 - É proibido o emprego de testículos no preparo de produtos comestíveis.

SUBEÇÃO 2.4

DA GRAXARIA

Art. 63 - Graxaria é a seção destinada ao aproveitamento de matérias primasgordurosas e de subprodutos não comestíveis.

Parágrafo único. A graxaria compreende:

I - Seção de produtos gordurosos comestíveis;

II - Seção de produtos gordurosos não comestíveis;

III - Seção de subprodutos não comestíveis;

Art. 64 - As dependências e equipamentos destinados a produtos gordurososcomestíveis são privativos para esses produtos, sendo proibida sua utilização para manipulação de produtos e subprodutos não comestíveis.

SUBSEÇÃO 2.5

DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Art. 65 - Depois de efetuados os trabalhos de inspeção ou de reinspeção, osprodutos, subprodutos e demais derivados, segundo os critérios de julgamento, poderão ter os seguintes destinos:

I - liberados - os que não apresentarem nenhuma nocividade ao consumo humano,característicos de fraude ou alteração de composição;

II - aproveitamento condicional - os que necessitarem de alguma forma de tratamento térmico ou beneficiamento, para serem destinados ao consumo humano;

III - condenados – aos que forem impróprios ao consumo humano, em todo ou em parte.

Parágrafo Único. Para estabelecimentos que não possuam instalações adequadas ao aproveitamento condicional ou não haja possibilidade de absorção em outro estabelecimento com inspeção oficial para ser beneficiado, fica a critério da Inspeção, condenar total ou parcialmente.

Art. 66 - Os produtos ou matérias primas de carnes e derivados, destinados aoaproveitamento condicional poderão ser submetidos aos seguintes tipos de tratamento ou beneficiamento:

I - tratamento pelo frio - submetido à temperatura e tempo adequados, conformenecessidade de cada caso;

II - salga - submetido a tratamento pelo sal (cloreto de sódio), de forma seca ouúmida, por tempo e temperatura adequada, conforme necessidade de cada caso;

III - salsicharia - serão destinados para esse fim, carcaças, meias-carcaças, quartos, cortes e recortes impróprios à comercialização pela sua aparência ou outros casos passíveis deste tipo de aproveitamento, porém, aptas ao consumo humano,

IV - esterilização - submetido a tempo e temperatura adequada a cada produto, deforma a eliminar todo e qualquer micro-organismo porventura existente.

Art. 67 - Os produtos ou matérias primas condenados poderão ser destinados àalimentação animal ou elaboração de subprodutos não comestíveis, após desnaturação ou esterilização pelo calor.

SUBSEÇÃO 2.6

DA INSPEÇÃO "ANTE MORTEM"

Art. 68 - Todos os animais destinados ao abate deverão ser examinados quando daentrada no estabelecimento, ocasião em que serão verificados os documentos de procedência e as condições de saúde do lote.

Art. 69 - Os animais a serem abatidos deverão sofrer um período de descanso,jejum e dieta hídrica, nos currais do estabelecimento, por um período nunca inferior a 6 (seis) horas para bovinos, suínos e equinos e 2 (duas) horas para aves e pequenos animais.

Parágrafo Único - Antes de atingir a sala de matança, os bovinos, suínos e equinosdevem passar por uma lavagem em chuveiro, superior e lateral com água sob pressão.

Art. 70 - Durante todo o período em que os animais permanecerem noestabelecimento, deverão ser tomadas medidas adequadas que evitem maus tratos, desde o momento do desembarque, sendo proibida a utilização de instrumentos pontiagudos ou quaisquer outros, capazes de causar danos, conforme as normas de abate humanitário.

Art. 71 - Deverão ser abatidos em separados os animais que a inspeção "antemortem" demonstrarem:

I - caquexia;

II - menos de 30 (trinta) dias de vida extrauterina;

III - serem suspeitos ou portadores de doenças infectocontagiosas.

§1º. Esses animais não poderão ser destinados ao consumo humano.

§2º. Após o abate dos animais previstos no inciso III deste artigo, as instalações eequipamentos do estabelecimento deverão ser convenientemente desinfetados, com métodos e substâncias apropriadas, conforme instruções da inspeção.

Art. 72 - Todo estabelecimento de abate deverá ter instalações próprias pararetenção de animais que necessitem de tempo para comprovação de diagnósticos ou liberação para o abate.

Parágrafo Único. Enquadram-se neste caso:

I - fêmeas de parto recente, período inferior a 10 (dez) dias;

II - animais em hiper ou hipotermia;

III - suspeitos de doenças infectocontagiosas;

IV - animais de castração recente.

Art. 73 - Os animais que chegarem mortos ou que forem encontrados mortos noscurrais serão considerados impróprios para o consumo humano. Estes animais, a juízo da Inspeção Municipal poderão ser necropsiados em instalações adequadas.

Art. 74 - Sempre que necessário, será ordenado o abate imediato de animaisagonizantes, com fraturas, contusões generalizadas, hemorragia, decúbito forçado, sintomas nervosos e outros estados, a juízo da inspeção, denominado como abate de emergência.

Parágrafo Único. Este abate deverá ser feito sempre na presença da inspeção quese baseará no exame "ante" e "post-mortem" para destinação das carnes.

Art. 75 - Animais que tenham morte acidental nas dependências doestabelecimento, desde que imediatamente sangrados e eviscerados, poderão ser aproveitados, a juízo da inspeção. Deve ser realizada a coleta do tronco-encefálico conforme a Circular DIPOA n° 124/2010.

SUBSEÇÃO 2.7

DA INSPEÇÃO "POST-MORTEM"

Art. 76 - O sacrifício de animais de açougue deverá ser feito por sangria, efetuadaatravés de incisão dos grandes vasos do pescoço, permitindo-se, nos casos dos suínos, a punção direta no coração, não permitida a utilização de processo que não provoque a efusão de sangue.

Parágrafo Único - Antes da sangria deverá ser feita a insensibilização dos animais,através de métodos mecânico (concussão cerebral), elétrico ou outros aprovados pela inspeção e pelas normas recomendadas para o abate humanitário.

Art. 77 - A sangria deverá ser feita, sempre, com o animal pendurado pelos membros traseiros.

Art. 78 - As eviscerações torácica e abdominal deverão ser feitas o mais rápidopossível na presença da inspeção, mantendo perfeita identificação das vísceras com a carcaça, até a liberação de todas as peças.

.**§1º**. Antes da evisceração, deverão ser retirados: a pele, os pelos ou as penas dosanimais abatidos, através de fluxos e métodos aprovados pela inspeção.

§2º. A cabeça, quando destacada do corpo, deve ser marcada para permitir fácilidentificação, com as respectivas carcaças e vísceras.

Art. 79 - Na inspeção "post-mortem" serão examinados e observados todos osórgãos e tecidos, com palpação e apreciação de seus caracteres externos, incisão dos nodos linfáticos correspondentes e, sempre que necessário, incisão dos parênquimas dos órgãos.

Parágrafo Único. Deve ser feita na seguinte frequência:

I - observação das características de sangria;

II - exame da cabeça, língua, glândulas salivares e nodos linfáticos correspondentes;

III- exame da cavidade abdominal, órgãos e nodos linfáticos correspondentes;

IV - exame da cavidade torácica, órgãos e nodos linfáticos correspondentes;

V - exame geral da carcaça, serosas e nodos linfáticos acessíveis.

Art. 80 - Toda carcaça, partes de carcaça e órgãos com lesão ou anormalidadesque possam torná-los impróprios para consumo, devem ser convenientemente assinalados pela Inspeção Municipal e diretamente conduzidos ao "Departamento de Inspeção Final".

Parágrafo Único - O inspetor Médico Veterinário responsável realiza exame técnicominucioso e determinará o destino das peças. Estas poderão ainda ser recolhidas a um "Departamento de Sequestro", sob custódia da inspeção, a fim de aguardar exame e destinação.

Art. 81 - As carcaças julgadas em condições de consumo são assinaladas com oscarimbos previstos neste Regulamento, por auxiliares de inspeção.

Art. 82 - Em hipótese alguma é permitida a remoção, raspagem ou qualquer práticaque possa mascarar as lesões antes do exame da Inspeção Sanitária.

Art. 83 - Abscessos e lesões supuradas - Carcaças, parte de carcaças ou órgãosatingidos de abscessos ou lesões supuradas, devem ser julgados pelos seguintes critérios:

I - quando a lesão é externa, múltipla ou disseminada de modo a atingir grande parteda carcaça, será condenada;

II - carcaças ou parte de carcaças, que se contaminarem acidentalmente com pusserão também condenadas;

III - abscessos ou lesões supuradas, localizados, serão removidos e condenados apenas os órgãos e partes atingidas;

IV - serão ainda condenadas carcaças com alterações gerais (emagrecimento,anemia e icterícia), decorrentes de processo purulento.

Art. 84 - Actinomicose e Actinobacilose - Serão condenadas as carcaças queapresentem lesões generalizadas de actinomicose ou actinobacilose.

Parágrafo Único - Faz-se rejeição parcial nos seguintes casos:

I - quando as lesões são localizadas, sem complicações secundárias e o animal seencontra em boas condições de nutrição. Neste caso a carcaça deve ser aproveitada depois de removidas e condenadas as partes atingidas;

II - são condenadas as cabeças com lesões de actinomicose, exceto quando a lesão maxilar é discreta, estritamente localizada sem supuração ou trajetos fistulosos;

III – quando a actinobacilose é discreta e limitada à língua, afetando ou não os nodos linfáticos correspondentes, a cabeça pode ser aproveitada, após a remoção e condenação da língua e seus nodos.

Art. 85 - Adenite ou Linfadenite - As adenites localizadas implicam em rejeição daregião que drena a linfa para os nodos atingidos.

Art. 86 - Animais novos - Serão condenadas as carcaças de animais novos, nos seguintes casos:

I - quando a carne tiver aparência aquosa, flácida, dilacerando-se com facilidade,podendo ser perfurada sem dificuldade;

II - quando o desenvolvimento muscular, considerando-se em conjunto, é incompleto e as massas musculares apresentarem ligeira infiltração serosa ou pequenas áreas edematosas.

1. - quando a gordura peri-renal estiver edematosa, de cor amarelo sujo ou de um vermelho acinzentado, mostrando apenas algumas ilhotas de gorduras;

Art. 87 - Asfixia - Todos os suínos que morrerem asfixiados, seja qual for a causa,bem como os que caírem vivos no tanque de escaldagem, serão condenados.

Art. 88 - Aspirações - Serão condenados os pulmões que apresentem aspirações desangue, água ou alimentos.

Art. 89 - Broncopneumonia verminótica - serão condenados os pulmões queapresentem localizações parasitárias, sem reflexo sobre a musculatura.

Art. 90 - Brucelose - Serão condenadas as carcaças com lesões extensas de brucelose.

Parágrafo Único - Nos casos de lesões localizadas, encaminham-se as carcaças àesterilização pelo calor, depois de removidas e condenadas as partes atingidas.

Art. 91 - Bursite–Devem ser condenadas as carcaças com lesões de bursite, nasuspeita de possível brucelose.

Art. 92 - Caquexia - São condenadas as carcaças em estado de caquexia.

Art. 93. Carbúnculo hemático–animais que sejam diagnosticados como portadoresde carbúnculo hemático, deverão ter condenação total com destruição inclusive de pêlos, chifres, cascos, peles, vísceras, não podendo ser sangrados ou eviscerados.

Parágrafo Único - Quando o reconhecimento ocorrer depois da evisceração, amatança será interrompida imediatamente, promovendo-se a limpeza e a desinfecção de todos os locais e equipamentos que possam ter tido contato com resíduos dos animais. Após a aplicação dos desinfetantes deverá ser feita lavagem com água corrente e emprego de vapor. O pessoal que manipulou o material infectado, também deverá lavar braços e mãos com uma solução desinfetante e procurar o serviço médico imediatamente.

Art. 94 - Carnes fermentadas (carnes febris) - Serão condenadas as carcaças deanimais que apresentem alterações musculares acentuadas e difusas, bem como quando exista degenerescência do miocárdio, fígado, rins ou reação do sistema linfático, acompanhada de alterações musculares.

§1º. Também serão condenadas as carcaças em início de processo putrefativo,ainda que, em área muito limitada.

§2º. A rejeição será total quando o processo coexista com lesões inflamatórias deorigem gástrica ou intestinal e, principalmente, quando se tratar de vitelos, suínos e equídeos.

§3º. Faz-se rejeição parcial quando a alteração é limitada a um grupo muscular e asmodificações musculares são pouco acentuadas, com negatividade do exame microscópico direto, destinando-se a carcaça à esterilização pelo calor, após remoção e condenação das partes atingidas.

Art.95 - Carnes hidroêmicas - Serão condenadas as carcaças de animais queapresentem infiltrações edematosas dos parênquimas ou do tecido conjuntivo.

Art.96 - Carnes magras - Animais magros, livres de qualquer processo patológico,podem ser destinados ao aproveitamento condicional (conserva ou salsicharia).

Art.97 - Carnes repugnantes - São assim consideradas e condenadas as carcaçasque apresentem mau aspecto, coloração anormal ou que exalem odores medicamentosos, excrementiciais, sexuais e outros considerados anormais.

Art.98 - Carnes sanguinolentas - Serão condenadas as carcaças, desde que aalteração seja consequência de doenças do aparelho digestivo.

Parágrafo Único - Quando as lesões hemorrágicas ou congestivas decorrem decontusões, traumatismos ou fratura, a rejeição deve ser limitada às regiões atingidas.

Art. 99 - Cenuroses - São condenados unicamente os órgãos atingidos (cérebro ou medula espinhal).

Art.100 - Cirrose hepática - Os fígados com cirrose atrófica ou hipertrófica serãocondenados, exigindo-se neste caso, rigoroso exame do animal no intuito de se eliminar a hipótese de doenças infectocontagiosas.

Parágrafo Único - São também condenados os fígados com cirrose, decorrente delocalização parasitária.

Art. 101 - Cisticercoses - Serão condenadas as carcaças com infestações intensasde Cysticercus bovis, Cysticercus celulosae, Cysticercus ovis, ou quando a carne é aquosa ou descorada.

§1º. Entende-se por infestação intensa, a comprovação de um ou mais cistos, emincisões praticadas em várias partes da musculatura, ou mais de um cisto numa área correspondente a aproximadamente a palma da mão (10 cm).

§2º. Sendo diagnosticada cisticercose nas linhas rotineiras de inspeção, serãoexaminados, através de incisões nas partes musculares, a cabeça, a língua, o coração, o diafragma e seus pilares, o esôfago, o pescoço e a paleta. O achado de um ou mais cistos neste exame, ocasionará a condenação dos órgãos lesionados e a destinação da carcaça a tratamento pelo frio artificial por 15 (quinze) dias à temperatura de – l0ºC (menos dez graus Centígrados).

§3º. As carcaças e vísceras, citadas no parágrafo anterior, poderão ser destinadas asalga úmida, pelo mínimo de 21 (vinte e um) dias, em condições que permitam, a qualquer momento, sua identificação e reconhecimento, ou destinadas à esterilização pelo calor.

§4º. É permitido o aproveitamento de tecidos adiposos, procedentes de carcaçascom infestações intensas por Cysticercus cellulosae para o fabrico de banha, rejeitando-se as demais partes do animal.

Art. 102 - Coloração anormal - Serão condenadas as carcaças ou órgão queapresentarem coloração anormal, exceto em casos de adipoxantose.

Parágrafo Único - Entende-se por adipoxantose, pigmentação amarela dos tecidos,principalmente adiposo e fígado, decorrente da ingestão de vegetais ricos em carotenóides.

Art. 103 - Congestão - Serão condenados os órgãos que se apresentaremcongestos ou hemorrágicos.

Art. 104. Contaminação - As carcaças, partes de carcaças e órgãos que secontaminarem durante a evisceração ou em qualquer outra fase dos trabalhos, devem ser condenados.

§1º. Serão condenadas as carcaças, partes de carcaças, órgãos ou qualquer outroproduto comestível que se contamine por contato com o piso ou de qualquer outra forma, desde que não seja possível limpeza completa.

§2º. Nos casos do parágrafo anterior, o material contaminado pode ser destinado àesterilização pelo calor, a juízo da inspeção, tendo-se em vista a limpeza praticada.

Art. 105. Contusão - As carcaças de animais que apresentarem contusãogeneralizada devem ser condenadas.

Parágrafo Único. Nos casos de contusão localizada, o aproveitamento serácondicional (salga, salsicharia ou conserva), a juízo da inspeção, depois de removidas e condenadas as partes atingidas.

Art. 106. Degeneração gordurosa (Esteatose) - Determina a rejeição do órgãoquando não possam ser retiradas as partes lesadas, desde que não ligadas a processo patológico geral.

Art. 107. Dermatoses - Desde que a musculatura se apresente normal, poderão seraproveitadas para o consumo, as carcaças e órgãos, depois de removidas e condenadas as partes afetadas.

Art. 109. Distomatose - As carcaças de animais portadores de distomatose hepáticaserão condenadas quando houver caquexia.

Art. 110. Edema - Serão condenadas as carcaças que, no exame "post mortem",demonstrem edema generalizado (Anasarca).

Parágrafo Único. Nos casos discretos e localizados, basta que se removam e secondenem as partes atingidas.

Art. 111. Enfermidades Transmitidas por Alimentos - Todas as carcaças de animaisdoentes, cujo consumo possa causar transmissão de enfermidades por alimentos, serão condenadas, considerando-se como tais as que procedem de animais que apresentarem:

I - inflamação aguda dos pulmões, pleura, peritônio, pericárdio e meninges;

II - gangrena, gastrite e enterite hemorrágica;

III - septicemia ou pioemia de origem puerperal traumática ou sem causa evidenciada;

IV –metrite ou mamite aguda difusa;

V –poliartrite;

VI –flebite umbilical;

VII –pericardite traumática ou purulenta;

VIII –qualquer inflamação aguda, abscesso ou lesão supurada associada à nefriteaguda, degenerescência gordurosa do fígado, hipertrofia do baço, hiperemia pulmonar, hipertrofia generalizada dos nodos linfáticos e rubefação difusa do couro.

Parágrafo Único - A juízo da inspeção dependendo das característicasapresentadas, a carcaça poderá ser destinada à esterilização pelo calor.

Art. 112 - Enfisema cutâneo - Será condenada a carcaça, sempre que o enfisemacutâneo resulte de doenças orgânicas ou infecciosas.

Parágrafo Único - Nos casos limitados, condenam-se as regiões atingidas, inclusivea musculatura adjacente.

Art. 113 - Enfisema pulmonar - Serão condenados os pulmões que apresentemenfisemas, sem reflexo sobre a musculatura.

Art.114 - Esofagostomose - As carcaças de animais portadores de esofagostomose,sempre que haja caquexia, serão condenadas.

Parágrafo Único - Os intestinos ou partes de intestinos podem ser aproveitados, desde que os parasitos e/ou lesões causadas por eles, sejam em pequeno número e/ou possam ser extirpados.

Art. 115 - Estefanurose - As lesões de gordura perirrenal provocadas pelo*Stephanurus dentatus* implicam na eliminação das partes alteradas, devendo-se, entretanto, todas as vezes que for possível conservar os rins aderentes à carcaça.

Art. 116 - Euritrematose - São condenados os "pâncreas" infestados pelo*Euritrema coelomaticum.*

Art. 117 - Gestação - As carcaças de animais em gestação adiantada ou que apresentem sinais de parto recente serão destinadas à esterilização, desde que não haja evidências de infecção.

§1º. Os fetos serão condenados.

§2º. Para atender hábitos regionais, a inspeção pode autorizar a venda de fetosbovinos desde que demonstrem desenvolvimento superior a 7 (sete) meses e procedam de vacas que apresentem bom estado sanitário.

§3º. É proibida a estocagem de fetos, bem como o emprego de sua carne naelaboração de embutidos e enlatados.

§4º. Quando houver aproveitamento de peles de fetos, sua retirada será feita na graxaria.

Art. 118 - Glossites - Condenam-se todas as línguas portadoras de glossite.

§1º. Nos casos de lesões já completamente cicatrizadas, as línguas podem serdestinadas à salsicharia, para aproveitamento, após cozimento e retirada do epitélio.

§2º. É proibido o enlatamento dessas línguas, mesmo quando apresentem lesões cicatrizadas.

Art. 119 - Hepatites - Serão condenados os fígados com hepatites.

Parágrafo Único - Em caso de a lesão coexistir com outras alterações, a carcaçatambém será condenada.

Art. 120 - Hidatidose - Podem ser liberadas as carcaças de portadores dehidatidose, desde que, concomitantemente, não haja caquexia.

§1º. Os órgãos e partes atingidos serão sempre condenados.

§2º. Fígados portadores de uma ou outra lesão de hidatidose periférica, calcificada ebem circunscrita, podem ter aproveitamento parcial a juízo da inspeção, após remoção e condenação das partes atingidas.

Art. 121 - Icterícia - Serão condenadas as carcaças que apresentem coloraçãocaracterística de icterícia (amarelo intenso ou amarelo esverdeado na gordura, tecido conjuntivo, ossos e túnica interna dos vasos).

§1º. Quando tais carcaças não revelarem caracteres de infecção ou intoxicação evenham a perder a cor anormal após a refrigeração, podem ser destinadas ao consumo.

§2º. Quando, no caso do parágrafo anterior, as carcaças conservarem a sua coloração após resfriadas, podem ser destinadas ao aproveitamento condicional a juízo da inspeção.

§3º. Nos casos de coloração amarela somente na gordura de cobertura, quando amusculatura e vísceras são normais e o animal se encontra em bom estado de engorda, com gordura muscular brilhante, firme e de odor agradável, a carcaça pode ser destinada ao consumo.

§4º. O julgamento de carcaças com tonalidade amarela ou amarela esverdeada serásempre realizado com luz natural.

§5º. Sempre que houver necessidade, a inspeção lançará mão de provas delaboratório, tais como a "Reação de Diazzo", para a gordura e sangue, e a "Reação de Grimbert", para a urina.

Art. 122 - Infarto - A presença da lesão de infarto implica em estabelecer se está ounão ligada a doenças infectocontagiosas.

Parágrafo Único - Em todos os casos, os órgãos lesados serão condenados.

Art. 123 - Ingestão de produtos tóxicos - As carcaças provenientes de animaissacrificados após a ingestão de produtos tóxicos, acidentalmente ou em virtude de tratamento terapêutico, incidem em rejeição total.

Art. 124 - Lesões cardíacas - Serão condenados os corações com lesões depericárdio, miocárdio e endocárdio.

Parágrafo Único - Os corações com linfangiectasia podem ter aproveitamentocondicional na salsicharia.

Art. 125 - Lesões renais - A presença de lesões renais implica em estabelecer seestão ou não ligadas a doenças infectocontagiosas.

Parágrafo Único - Em todos os casos, os rins lesados serão condenados.

Art. 126 - Linfadenite caseosa - Nos casos de linfadenite serão obedecidos os seguintes critérios:

I - condenam-se as carcaças de animais magros, mostrando lesões extensas em qualquer região;

II - são condenadas também as carcaças de animais gordos, quando as lesões são numerosas e extensas;

III - podem ser aproveitadas para o consumo, as carcaças de animais magros com lesões discretas das glândulas e das vísceras, após remoção e condenação das partes atingidas;

IV - podem igualmente ser aproveitadas, para consumo, as carcaças de animaisgordos, revelando lesões pronunciadas das vísceras, desde que só existam lesões discretas em outras partes, como também aquelas com lesões pronunciadas confinadas aos nodos linfáticos, associadas a lesões discretas de outra localização;

V - carcaças de animais magros, mostrando lesões bem pronunciadas das vísceras,acompanhadas de lesões discretas de outras partes, como também as amostras de lesões discretas, podem ser esterilizadas pelo calor após remoção e condenação das partes atingidas;

VI - carcaças de animais gordos com lesões pronunciadas das vísceras e dos nodoslinfáticos são também esterilizadas pelo calor, após remoção e condenação das partes atingidas.

Art. 127 - Miíases - São condenadas as regiões ou órgãos invadidos por larvas.

Parágrafo Único. Quando a infestação já determinou alterações musculares commau cheiro nas regiões atingidas, a carcaça será julgada de acordo com a extensão da alteração, removendo-se e condenando-se, em todos os casos, as partes atingidas.

Art. 128 - Neoplasias - São condenadas as carcaças, partes de carcaças, ou órgãosque apresentem tumores malignos, com ou sem metástase.

Parágrafo Único - Quando o tumor de um órgão interno tenha repercussão, porqualquer modo, sobre o estado geral do animal a carcaça será condenada, mesmo que não se tenha verificado metástase.

Art. 129 - Parasitas - Aspectos de endoparasitoses, sem reflexos na musculatura,determinam condenação apenas das partes ou órgãos atingidos, desde que seja possível retirá-los.

Art. 130 - Peste Suína - Serão condenadas as carcaças de suínos atingidos de peste suína.

§1º. Quando rins e nodos linfáticos revelem lesões duvidosas, mas se comprovelesão característica da peste em qualquer outro órgão ou tecido, a condenação também será total.

§2º. Lesões discretas, mas acompanhadas de caquexia ou de qualquer foco desupuração, implicará igualmente em condenação total.

§3º. Quando as lesões forem, de modo geral, discretas e circunscritas a um órgãoou tecido, inclusive aos rins e nodos linfáticos, a carcaça será destinada à esterilização pelo calor, depois de removidas e condenadas as partes atingidas. No estabelecimento onde não for possível esta providência, as carcaças serão condenadas.

Art. 131 - Putrefação - Na reinspeção de carne em natureza ou conservada pelo frio,será condenada a que apresentar qualquer alteração que faça suspeitar de processo de putrefação.

§1º. Sempre que necessário, a inspeção verificará o pH sobre o extrato aquoso da carne.

§2º. Sem prejuízo da apreciação dos caracteres sensoriais e de outras provas, ainspeção adotará o pH entre 6,0 e 6,4 (seis e seis e quatro décimos) para considerar a carne ainda em condições de consumo.

Art. 132 - Sarcosporidiose - É condenada toda carcaça com infecção intensa deSarcosporídios ou quando existirem alterações aparentes da carne, em virtude de degenerescência caseosa ou calcária.

Art. 133 - Sarnas - A carcaças de animais portadores de sarnas em estadoavançado, acompanhadas de caquexia ou de reflexo na musculatura, serão condenadas.

Parágrafo Único - Quando a sarna é discreta e ainda limitada, a carcaça pode serdestinada ao consumo, após a remoção e condenação das partes afetadas.

Art. 134 - Teleangiectasia maculosa do fígado (angiomatose) - Nos casos destaafecção, obedecendo-se às seguintes normas:

I - condenação total quando a lesão atingir metade ou mais do órgão;

II - liberação nos casos de lesões discretas, após remoção e condenação das partes atingidas.

Art. 135 - Triquinose–A inspeção fará retirar fragmentos dos seguintes músculos: pilar do diafragma, base da língua e laríngeos para pesquisa microscópica da *Trichinella spirallis*.

§1º. A inspeção pode também lançar mão de processo biológico para essa verificação.

§2º. Será condenada a carcaça que acuse a presença de triquina, cabendo àinspeção tomar as medidas cabíveis.

Art. 136 - Tuberculose–Deverão sofrer condenação total (carcaças e vísceras), osanimais portadores de tuberculose nos seguintes casos:

I –qualquer forma de tuberculose, quando acompanhada de caquexia, anemia ou febre;

II – tuberculose miliar aguda, caracterizada pela existência de múltiplas granulações cinza ou diversas tuberculoses miliares aproximadamente do mesmo desenvolvimento;

III – lesões tuberculosas, indicando colapso das defesas orgânicas, tais como; tuberculose generalizada nos pulmões; tuberculose caseosa extensa em um órgão; tuberculose aguda exudativa da pleura, peritônio, pericárdio ou meninges; tuberculose linfática hipertrofiante semicaseosa.

§1º. Serão liberadas as carcaças em qualquer outro caso de tuberculose, devendoser retiradas e destruídas as partes lesionadas.

§2º. No caso de tuberculose óssea, exige-se a completa desossa e destruição doesqueleto, liberando-se, porém as porções musculares.

§3º. No caso de lesões discretas, a juízo da inspeção e após a retirada das parteslesionadas, a carcaça pode ser destinada à esterilização pelo calor.

II- ESTABELECIMENTOS DE LEITE E DERIVADOS:

a) Propriedades Rurais: aquelas situadas geralmente em zona rural, destinadas àprodução de leite, obedecendo às normas específicas para cada tipo.

b) Entrepostos de Leite e Derivados: aqueles destinados ao recebimento,resfriamento, transvase, concentração, acidificação, desnate ou coagulação do leite, do creme e outras matérias-primas para depósito por curto prazo para posterior transporte para a indústria.

c) Estabelecimentos Industriais: são os estabelecimentos destinados aorecebimento de leite e matérias-primas para beneficiamento, manipulação, conservação, fabricação, maturação, embalagem, acondicionamento, rotulagem e expedição, incluindo as usinas de beneficiamento ou fábricas de laticínios.

SEÇÃO 3 - DA CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS LEITE E DERIVADOS

SUBSEÇÃO 3.1 - DOS PRODUTOS

Art. 137 - Entende-se por "leite", sem outras especificações, o produto normalfresco, integral, oriundo de ordenha completa e ininterrupta, em condições de higiene, de vacas sadias, bem alimentadas e descansadas.

Parágrafo Único - Deverá constar a identificação da espécie, quando o leite não for de origem bovina.

Art. 138 - Denomina-se "gado leiteiro" todo rebanho explorado com a finalidade de produzir leite.

Art. 139 - É obrigatória a produção de leite em condições higiênicas desde a fontede origem seja qual for a quantidade produzida e seu aproveitamento.

Parágrafo Único. Esta obrigatoriedade se estende ao trato do gado leiteiro, à ordenha, ao vasilhame e ao transporte.

Art. 140 - Considera-se leite normal in natura, o produto que apresente:

I - caracteres sensoriais normais;

II - teor de gordura mínimo de 3,0% (três por cento);

III - acidez, em graus Dornic entre l5 e 20 (quinze e vinte);

IV - densidade a 15ºC (quinze graus centígrados), entre 1,028 (um e vinte e oitomilésimos) e 1,033 (um e trinta e três milésimos);

V - lactose - mínima de 4,3% (quatro e três décimos por cento);

VI - extrato seco desengordurado - mínimo de 8,5% (oito e cinco décimos por cento);

VII - extrato seco total - mínimo de 11,5% (onze e cinco por cento);

VIII - índice crioscópico - mínimo -0,55ºC (menos cinquenta e cinco centésimos de graus Centígrados)

IX - índice refratométrico no soro cúprico a 20ºC (vinte graus Centígrados) nãoinferior a 37º (trinta e sete graus) Zeiss;

X - teor de proteína total - mínimo de 3% (três por cento).

Parágrafo Único - A composição média do leite das espécies caprinas, ovinas eoutras, bem como as condições de sua obtenção, serão determinadas pelo Município, quando houver produção intensiva desse produto.

Art. 141 - Entende-se por "leite de retenção" o produto de ordenha, a partir do 30º(trigésimo) dia antes da parição.

Art. 142 - Entende-se por "colostro" o produto da ordenha obtido após o parto eenquanto estiverem presentes os elementos que os caracterizem.

Parágrafo Único - É proibido o aproveitamento para fins de alimentação humana,do leite de retenção e do colostro.

Art. 143 - Entende-se por "leite resfriado" aquele que foi submetido a frio industrial,tendo a sua temperatura reduzida a 5°C (cinco graus Centígrados), tolerando-se l0°C (dez graus Centígrados) ao leite destinado às indústrias.

Art. 144 - Entende-se por "leite integral" aquele que não sofreu alteração no seu teor natural de gordura.

Art. 145 - Entende-se por "leite padronizado" aquele que foi submetido à retiradaparcial do seu teor natural de gordura.

Parágrafo Único - Constará da rotulagem o teor de gordura a que o leite foi padronizado.

Art. 146 -. Entende-se por "leite desnatado" aquele que foi submetido à retirada totaldo seu teor natural de gordura.

Art. 147 - Fica proibida a venda de leite cru, para consumo direto da população, emtodo território municipal.

Art. 148 - Entende-se por "leite pasteurizado" aquele submetido à ação do calor,com o fim de destruir totalmente a flora bacteriana patogênica, sem alteração sensível da constituição física e do equilíbrio químico do leite, sem prejuízo dos seus elementos bioquímicos, assim como de suas propriedades sensoriais normais.

§1º. São permitidos os seguintes processos de pasteurização:

I - pasteurização lenta, que consiste no aquecimento do leite à temperatura entre62°C e 65°C (sessenta e dois e sessenta e cinco graus Centígrados) por 30 (trinta) minutos, mantendo-se o leite em grande volume sobre agitação mecânica, lenta, em aparelhagem própria;

II - pasteurização rápida ou de curta duração, que consiste no aquecimento do leite em camada laminar a temperatura entre 72° e 75°C (setenta e dois e setenta e cinco graus Centígrados) por 15 a 20 (quinze a vinte) segundos, em aparelhagem própria.

§2º. Imediatamente após a pasteurização, o leite será refrigerado entre 2°C e 5°C(dois e cinco graus Centígrados).

§3º. Só se permite a utilização de aparelhagem convenientemente instalada e emperfeito funcionamento, provida de dispositivos de controle automático, de termo regulador, de registradores de temperatura e outros que venham a ser considerados necessários para o controle técnico sanitário da operação.

§4º. É proibida a repasteurização do leite.

§5º. Será considerado pasteurizado o leite que em laboratório acusar a ausência daenzima fosfatase e a presença da enzima peroxidase.

§6º. O leite pasteurizado, para ser entregue ao consumo, deve atender:

I - densidade a 15°C (quinze graus centígrados) entre 1,028 (um e vinte e oitomilésimos) e 1,033 (um e trinta e três milésimos) g/ml podendo chegar a 1,035 (um e trinta e cinco milésimos) g/ml nos leites padronizados;

II - extrato seco desengordurado com um mínimo de 8,5% (oito e cinco décimos por cento) para o leite integral e 8,7% (oito e sete décimos por cento) para o padronizado;

III - acidez entre 15 (quinze) e 18°D (dezoito graus Dornic);

IV - índice crioscópico mínimo entre -0,53°C (menos cinquenta e três centésimos degraus Centígrados) e –0,55ºC (menos cinquenta e cinco centésimos de graus Centígrados);

V - teor de proteína total - mínimo de 3% (três por cento);

§ 7º. Considera-se fraude a presença de qualquer componente estranho à composição normal do leite.

Art. 149 - Entende-se por "leite esterilizado" aquele submetido a tratamento térmicopara eliminação total de sua flora microbiana, em equipamento hermético, sob pressão.

Art. 150 - Entende-se por "leite reconstituído" o produto resultante da dissolução emágua, do leite em pó, adicionado ou não de gordura láctea, seguido de homogeneização e pasteurização.

Art. 151 - Entende-se por "leite concentrado" o produto resultante da desidrataçãoparcial em vácuo, do leite fluído, seguido de refrigeração.

Parágrafo Único - É permitida a adição de estabilizador de caseína de, no máximo0,l g% (um décimo de grama por cento).

Art. 152 - Entende-se por "leite evaporado" ou "leite condensado sem açúcar" oproduto resultante da desidratação parcial em vácuo, de leite próprio para consumo, seguido de homogeneização, enlatamento e esterilização.

Art. 153 - Entende-se por "leite condensado" o produto resultante da desidrataçãoparcial de leite próprio para consumo, adicionado de açúcar.

Parágrafo Único - O teor de açúcar não deve ultrapassar 45% (quarenta e cinco porcento) no produto, excluída a lactose.

Art. 154 - Entende-se por "doce de leite" o produto resultante do cozimento damistura de leite e açúcar (sacarose ou glicose), adicionado ou não de aromatizante, até concentração conveniente e caramelização parcial.

§1º. O doce de leite deve apresentar:

I - teor de proteína mínimo de 6% (seis por cento);

1) **-** teor de açúcar máximo de 55% (cinquenta e cinco por cento), excluída a lactose;

III - resíduo mineral fixo de no máximo 2% (dois por cento).

§2º. É permitida a adição de cacau, amendoim, castanhas, nozes ou outrassubstâncias, previamente aprovadas pela inspeção.

§3º. São permitidas a adição de estabilizador de caseína de, no máximo, 0,05%(cinco centésimos por cento) sobre o volume de leite e a redução de acidez com bicarbonato de sódio.

Art. 155 - Entende-se por "leite em pó" o produto resultante da retirada, emcondições apropriadas, da quase totalidade da água de constituição do leite em natureza, com teor de gordura ajustado para o respectivo tipo.

Parágrafo Único - O leite em pó, para consumo direto, deve atender às seguintes especificações:

I - solubilidade mínima de 98% (noventa e oito por cento);

1) - umidade máxima de 4% (quatro por cento);

III - ausência de conservadores e de oxidantes.

Art. 156 - Entende-se por "creme de leite" o produto rico em gordura, resultante dadesnatação do leite.

Parágrafo Único - O creme de leite, para o consumo humano, deve atender àsseguintes especificações:

I - deve ser pasteurizado;

II - deve constar na rotulagem o teor de gordura;

III - não pode ter a sua acidez reduzida por produtos químicos.

Art. 157 - Entende-se por "manteiga" o produto resultante da batedura do creme deleite fresco ou fermentado pela adição de fermento láctico selecionado, ao qual se incorpore ou não sal (cloreto de sódio).

§1º. Será considerada "manteiga extra" aquela que:

I - for obtida de creme pasteurizado;

II - for obtida de creme adicionado de fermento lático e maturado;

1) - não contiver mais de 1,0 % (um por cento) de insolúveis, excluído o cloreto de sódio.

§2º. Será considerada "manteiga de 1ª qualidade" aquela que:

I - for obtida de creme pasteurizado;

II - for obtida de creme adicionado de fermento lático e maturado;

1) - não contiver mais de 1,5% (um e cinco décimos por cento) de insolúveis, excluído o cloreto de sódio.

§3º. Será considerada "manteiga comum ou de 2ª qualidade" aquela que:

I – for necessariamente, obtida de creme pasteurizado.

II - não sofrer adição de fermento lático;

III - não contiver mais de 2% (dois por cento) de insolúveis, excluído o cloreto de sódio.

§4º. Independente da classificação, a manteiga deverá ter no mínimo 80% (oitentapor cento) de gordura.

Art. 158 - Entende-se por "queijo" o produto fresco ou maturado que se obtém porseparação parcial do soro do leite reconstituído (integral, parcial ou totalmente desnatado) ou de soros lácteos, coagulados pela ação física do coalho, enzimas específicas de bactérias específicas, de ácidos orgânicos, isolados ou combinados, todos de qualidade apta para uso alimentar, com ou sem agregação de substâncias alimentícias e/ou condimentos, aditivos especificamente indicados, substâncias aromatizantes e matérias corantes.

§ **1º -** Entende-se por queijo fresco o que está pronto para o consumo logo após a sua fabricação.

§ **2º** - Entende-se por queijo maturado o que sofreu as trocas bioquímicas e físicasnecessárias e características da variedade do queijo.

§ **3º** - A denominação Queijo está reservada aos produtos em que a base láctea nãocontenha gordura e/ou proteína de origem não láctea.

§ **4º** - Deverá ser atendido o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidadeespecífico, oficialmente adotado.

§5º. Na rotulagem deverá constar o teor de gordura e o tratamento térmico do leiteusado no fabrico do queijo.

Art. 159 - Entende-se por "requeijão" o produto obtido pela fusão de misturas decreme com massa de coalhada, dessorada e lavada.

Art. 160 - Entende-se por "queijo fundido" o produto obtido de fusão, em condiçõesapropriadas, da massa de queijos maturados, adicionados ou não de condimentos.

Art. 161 - Entende-se por "leite fermentado" o produto resultante da fermentação doleite pasteurizado ou esterilizado, por fermentos lácticos próprios. Compreende vários tipos: o “quefir”, o “iogurte”, o “leite acidófilo” e a “coalhada”, os quais podem ser obtidos de matéria-prima procedentes de qualquer espécie leiteira.

§1º. Denomina-se "quefir" o produto resultante da fermentação do leite pelosfermentos contidos nos grãos de quefir ou por adição de levedura de cerveja ou fermentos láticos. Seu teor em ácido lático deverá ficar entre 0,5 e 1,5% (meio a um e meio por cento) e deverá ter o seu teor de gordura especificado em rotulagem.

§2º. Denomina-se "iogurte" o produto resultante da ação do*Lactobacillus bulgaricus*e do *Streptococcus lactis*. Seu teor em ácido lático ficará entre 0,5 e 1,5% (meio a um e meio por cento) e deverá ter o seu teor de gordura especificado em rotulagem.

§3º. Denomina-se "leite acidófilo" o produto resultante da ação do*Lactobacillusacidophilus* sobre o leite. O seu teor em ácido lático ficará entre 0,5 e 1,5% (meio a um e meio por cento) e seu teor de gordura deverá ser especificado em rotulagem.

§4º. Denomina-se "coalhada" o produto resultante da ação de fermentos láticosselecionados sobre o leite. Seu teor em ácido lático ficará entre 0,5 e 1,5% (meio a um e meio por cento) e seu teor de gordura deverá ser especificado em rotulagem.

Art. 162 - Entende-se por "leite aromatizado" a mistura preparada com leite, açúcar,aromatizantes (cacau, sucos ou essências de frutas), submetido à pasteurização ou à esterilização.

Art. 163 - Entende-se por "leite gelificado" o produto resultante da formação de gelestável, elaborado a partir de leite pasteurizado ou esterilizado, na proporção mínima de 40% (quarenta por cento) com adição de ingredientes e aditivos apropriados. O teor de extrato seco lácteo total deverá ser de 6,3% (seis e três décimos por cento), no mínimo.

Art. 164 - Entende-se por "soro de leite" o produto resultante da coagulação do leiteempregado na fabricação de queijos ou caseína.

Parágrafo Único - Entende-se por "soro de leite em pó" o produto obtido com aretirada parcial da água, do soro de leite, em condições apropriadas, devendo o produto final não conter mais do que 8% (oito por cento) de umidade.

Art. 165 - Entende-se por "ricota" o produto resultante da precipitação da albuminado soro de leite com adição de leite em até 20% (vinte por cento).

SUBSEÇÃO 3.2

Dos Critérios de Julgamento

Art. 166 - Efetuados os trabalhos de inspeção e reinspeção, o leite e seusderivados, segundo critérios de julgamento, poderão ter os seguintes destinos:

I - liberados - os que não apresentarem nenhuma nocividade ao consumo humano,características de fraude ou alteração de composição;

II - aproveitamento condicional - os que necessitarem de alguma forma debeneficiamento para serem destinados ao consumo humano;

III - condenados - os que não se prestarem de nenhuma forma ao consumo humano.

Art. 167 - Os produtos ou matérias primas destinadas a aproveitamento condicionalpoderão ser submetidos aos seguintes tipos de beneficiamento:

I - desnate - através de centrifugação, separando a matéria gorda para fabricação demanteiga. A parte líquida obtida através do desnate, não será destinada ao consumo humano direto;

II - fabricação de queijos;

III - cocção ou cozimento - submetido ao calor por tempo e temperatura característicos de cada produto;

IV - secagem - submetido ao calor em condições específicas por tempo etemperatura adequados, com a retirada quase total de sua umidade;

V - fusão - utilização do calor em produtos lácteos, sólidos ou pastosos, por tempo etemperatura adequados a cada produto, de forma a eliminar sua nocividade ao consumo humano.

Art. 168 - Os produtos ou matérias primas condenadas poderão ser destinados àalimentação animal ou a elaboração de subprodutos não comestíveis, após desnaturação ou esterilização pelo calor.

Art. 169 - É obrigatória a análise do leite destinado ao consumo ou à industrialização.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos são obrigados a controlar as condições doleite mediante instruções fornecidas pela inspeção.

Art. 170 - A análise do leite independentemente do fim a que se destina, abrangeráos caracteres sensoriais e as provas de rotina, assim consideradas:

I - caracteres sensoriais (cor, cheiro, sabor e aspecto);

II - temperatura e lacto-filtração;

III - densidade pelo termolactodensímetro a 15°C (quinze graus Centígrados);

IV - acidez pelo método Dornic;

V - gordura pelo método de Gerber;

VI - extrato seco total e desengordurado;

VII - índice crioscópico;

VIII - teor de proteína bruta.

Parágrafo Único - Admite-se, para a seleção do leite em latões na recepção, oemprego da prova de densidade e o uso da prova de álcool ou alizarol em substituição ao método Dornic, retirando-se amostras de cada latão para posterior complementação das análises.

Art. 171 - Sempre que necessário, a inspeção realizará as provas de determinação de:

I - conservadores e inibidores;

II - neutralizantes;

III - reconstituintes de densidade.

Art. 172 - Acidez - O leite pasteurizado que apresentar acidez acima de 18° D(dezoito graus Dornic) será destinado para aproveitamento condicional. Só poderão ser destinados para fabricação de queijos com até 20° D (vinte graus Dornic). Todo leite acima de 20° D (vinte graus Dornic) será destinado ao desnate ou cocção. Todo creme de leite que apresentar mais de 18° D (dezoito graus Dornic) será destinado à fabricação de manteiga. As manteigas terão como máximo de acidez em soluto alcalino normal em l00g (cem gramas) de matéria gorda: 2 ml (dois mililitros) para a extra; 3 ml (três mililitros) para a comum ou de segunda qualidade. As que tiverem acidez maior, serão desclassificadas para o tipo inferior ou destinadas para fusão.

Art. 173 - Aguagem - O leite considerado aguado será destinado ao desnate. Amanteiga com excesso de umidade que não puder ser reduzida será destinada à fusão. O leite em pó com excesso de umidade não poderá ser destinado ao consumo humano direto.

Art. 174 - Características sensoriais - O leite que apresentar caracteres sensoriaisanormais (cor, cheiro, sabor, aspecto), sem prejuízo ao consumo humano, será destinado ao desnate, caso contrário, será condenado. Os derivados serão destinados à fusão ou condenados.

Art. 175 - Colostro - O leite em que for confirmada a presença de colostro será condenado.

Art. 176 - Conservadores - leite e seus derivados que apresentarem conservadoresserão condenados, à exceção daqueles aprovados pela inspeção devido à tecnologia de fabricação já consagrada e deverão constar da rotulagem.

Art. 177 - Contaminação - O leite e seus derivados contaminados serãocondenados. Serão contaminados todos os produtos de laticínios que apresentarem flora microbiana fora dos padrões ou germes patogênicos ao homem bem como contaminantes químicos (agrotóxicos, metais pesados e outros).

Art. 178 - Impurezas - O leite e seus derivados com impurezas, que possam serbeneficiados tecnologicamente, sujeitam-se a aproveitamento condicional. Serão condenados os produtos que contiverem impurezas nocivas à saúde humana.

Art. 179 - Inibidores - O leite in natura, resfriado, pasteurizado ou esterilizado queapresentar inibidores será condenado. Produtos lácteos que necessitem tecnologicamente da presença de inibidores deverão ter prévia aprovação da inspeção e constar da rotulagem.

Art. 180 - Leite coalhado - O leite que se apresentar coagulado será condenado.

Art.181 - Leite fisiologicamente anormal - O leite que for consideradofisiologicamente anormal (na ordenha) será destinado ao aproveitamento condicional.

Art. 182 - Leite viscoso - O leite que se apresentar viscoso (presença de sangue oupus) será condenado.

Art. 183 - Neutralizante - O leite resfriado, pasteurizado, esterilizado e o creme deleite que apresentarem neutralizantes serão condenados. Será permitido o uso de neutralizantes naqueles produtos lácteos que a técnica industrial o exigir, mediante aprovação prévia da inspeção e desde que conste da rotulagem.

Art. 184 - Padrões alterados - Leite e produtos lácteos que se apresentarem compadrões alterados, sem prejuízo da saúde humana, serão desclassificados para um tipo inferior ou destinados a aproveitamento condicional.

Art. 185 - Putrefação - O leite e produtos lácteos que se apresentarem em estado deputrefação serão condenados.

Art. 186 - Ranço - Os produtos que se apresentarem com ranço serão condenados.

Art. 187 - Reconstituinte de densidade - O leite que apresentar sua densidadereconstituída será condenado.

Art. 188 - Substâncias estranhas - O leite e produtos lácteos com substânciasestranhas à sua composição original serão condenados.

Art. 189 - Estufamento - Os queijos e produtos lácteos que se apresentaremestufados serão condenados.

III - ESTABELECIMENTOS DE PEIXES E PRODUTOS DE PESCA:

I. Entrepostos de Peixes e Produtos de Pesca: compreende os estabelecimentos cominstalações e equipamentos adequados ao recebimento, manipulação, frigorificação, distribuição do peixe e de produtos da pesca .

b) Estabelecimentos Industriais: estabelecimentos dotados de dependências e instalações eequipamentos adequados ao recebimento e industrialização do peixe e produtos da pesca.

SEÇÃO 4 – DA CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE PEIXE E PRODUTOS DE PESCA

SUBSEÇÃO 4.1 DOS PRODUTOS COMESTÍVEIS

Art. 190 - A denominação genérica "PESCADO" compreende os peixes, crustáceos,moluscos, anfíbios, quelônios, répteis e mamíferos, de água doce ou salgada, usados na alimentação humana.

Art. 191 - Entende-se por "fresco" o pescado dado ao consumo sem ter sofridoqualquer processo de conservação, a não ser a ação do gelo.

Art. 192 - Entende-se por "resfriado" o pescado devidamente acondicionado emgelo e mantido em temperatura entre -0,5° a -2°C (menos meio a menos dois graus Centígrados).

Art. 193 - Entende-se por "congelamento" o pescado tratado por processosadequados de congelação, em temperatura de - 18 °C (dezoito graus Centígrados negativos) a - 25°C (vinte e cinco graus Centígrados negativos).

§1º. Depois de submetido à congelação o pescado deve ser mantido em câmarafrigorífica a –10°C (menos dez graus Centígrados).

§2º. O pescado uma vez descongelado, não pode ser novamente recolhido acâmaras frigoríficas.

Art. 194 - "Pescado em conserva" é o produto elaborado com pescado íntegro,envasado em recipientes herméticos e esterilizados, compreendendo, além de outros previstos neste Regulamento, os seguintes tipos:

I - ao natural;

II - em azeite ou óleos comestíveis;

III - em escabeche;

IV - em vinho branco;

V - em molho.

§1º. Entende-se por "pescado ao natural" o produto que tenha por líquido de cobertura uma salmoura fraca, adicionada ou não de substâncias aromáticas comestíveis.

§2º. Entende-se por "pescado em azeite ou em óleos comestíveis" o produto quetenha por líquido de cobertura azeite de oliva ou óleo comestível adicionado ou não de substâncias aromáticas, observadas as seguintes condições:

I - o azeite ou o óleo comestível utilizado isoladamente ou em mistura com outrosingredientes, deve ser puro e apresentar no máximo 2% (dois por cento) de acidez em ácido oléico;

II – tolera-se, a juízo da inspeção, o emprego de um único ou a mistura de vários óleos comestíveis na elaboração das conservas de que trata o presente artigo, devendo constar no rótulo a expressão "em óleo ou óleos comestíveis", conforme seja o caso;

III - a designação "em azeite" fica reservada para as conservas que tenham como líquido de cobertura azeite de oliva.

§3º. Entende-se por "pescado em escabeche" o produto que tenha por líquido decobertura principal o vinagre, adicionado ou não de substâncias aromáticas.

§4º. Entende-se por "pescado em vinho branco" o produto que tenha por líquido decobertura principal o vinho branco, adicionado ou não de substâncias aromáticas.

§5º. Entende-se por "pescado ao molho" o produto que tenha por líquido decobertura molho com base em meio aquoso ou gorduroso.

Art. 195 - Entende-se por "pasta de pescado" o produto elaborado com pescadoíntegro que depois de cozido, sem ossos ou espinhas, é reduzido à massa, condimentado e adicionado ou não de farináceos.

§1º. Permite-se adicionar farináceos a essas conservas até 10% (dez por cento) ecloreto de sódio até 18% (dezoito por cento).

§2º. Permitem-se quantidades maiores que fixadas no parágrafo anterior, medianteautorização prévia da inspeção e expressa declaração no rótulo.

Art. 196 - É permitido o preparo de outros tipos de conservas de pescados, desdeque aprovadas pela inspeção.

Art. 197 - As conservas de pescado, submetidas à esterilização só serão liberadaspara consumo, depois de observadas no mínimo por 10 (dez) dias em estufa a 37°C (trinta e sete graus Centígrados), em condições que venham a ser determinadas em instruções especiais da inspeção.

Art. 198 - Entende-se por "pescado curado" o produto elaborado com pescadoíntegro, tratado por processos especiais, compreendendo, além de outros, os seguintes tipos principais:

I - pescado salgado;

II - pescado prensado;

III - pescado defumado;

IV - pescado dessecado.

Art. 199 - Entende-se por "pescado salgado" o produto obtido pelo tratamento dopescado íntegro, pela salga a seco ou por salmoura.

§1º. A juízo da inspeção poderá ser permitido no preparo de pescado salgado otratamento por mistura de sal (cloreto de sódio) ou salmoura, contendo açúcar, nitrito e nitrato de sódio e condimentos.

§2º. O pescado salgado, quando envasado em salmoura, será designado "pescado em salmoura".

Art. 200 - Entende-se por "pescado prensado" o produto obtido pela prensagem dopescado íntegro, convenientemente curado pelo sal (cloreto de sódio).

§1º. O prazo mínimo de cura do pescado é fixado em três semanas.

§2º. Além das propriedades sensoriais próprias, o pescado prensado não deveconter mais de 45% (quarenta e cinco por cento) de umidade e 8% (oito por cento) de gordura.

§3º. Caso ultrapasse os limites fixados no parágrafo anterior, o produto serádefumado ou dessecado.

Art. 201 - Entende-se por "pescado defumado" o produto obtido pela defumação dopescado íntegro, submetido previamente à cura pelo sal (cloreto de sódio).

§1º. Permite-se defumação a quente ou a frio.

§2º. A defumação deve ser feita em estufas apropriadas à finalidade e realizada pelaqueima de madeiras não resinosas, secas e duras.

Art. 202 - Entende-se por "pescado dessecado" o produto obtido pela dessecaçãonatural ou artificial do pescado íntegro.

§1º. Entende-se por "pescado salgado seco" o produto obtido pela dessecação dopescado íntegro, tratado previamente pelo sal (cloreto de sódio), com o máximo de 35% (trinta e cinco por cento) de umidade e nem mais de 25% (vinte e cinco por cento) de resíduo mineral fixo total.

§2º. Entende-se por "pescado seco" o produto obtido pela dessecação apropriadado pescado íntegro, tendo no máximo 12% (doze por cento) de umidade e 5,5% (cinco e meio por cento) de resíduo mineral fixo.

§3º. Entende-se por "pescado desidratado" o produto obtido pela dessecaçãoprofunda em aparelhagem adequada do pescado íntegro, tendo no máximo 5% (cinco por cento) de umidade e 3% (três por cento) de resíduo mineral fixo.

Art. 203 - Entende-se por "embutido de pescado" todo produto elaborado compescado íntegro, curado ou não, cozido ou não, defumado e dessecado ou não, tendo como envoltório tripa, bexiga ou envoltório artificial aprovado pela inspeção.

Parágrafo Único - No preparo de embutidos de pescado serão seguidas, naquiloque lhes for aplicável, as exigências previstas neste Regulamento para os demais embutidos cárneos.

Art. 204 - É obrigatória a limpeza e evisceração do pescado utilizado na elaboraçãode produtos em conserva ou curados, destinados à alimentação humana, qualquer que seja a forma de seu processamento.

SUBSEÇÃO 4.2

DOS PRODUTOS NÃO COMESTÍVEIS

Art. 205 - Entende-se por "farinha de pescado" o subproduto obtido pela cocção dopescado ou de seus resíduos mediante o emprego de vapor, convenientemente prensado, dessecado e triturado.

Parágrafo Único - Para efeito de classificação consideram-se dois tipos de farinhade pescado: de 1ª qualidade ou do tipo comum e de 2ª qualidade:

I - a farinha de pescado de 1ª qualidade (tipo comum) deve conter no mínimo 60%(sessenta por cento) de proteínas, no máximo 10% (dez por cento) de umidade, no máximo 8% (oito por cento) de gordura, no máximo 5% (cinco por cento) de cloretos expressos em NaCl e no máximo 2% (dois por cento) de areia.

II - a farinha de pescado de 2ª qualidade deve conter no mínimo 40% (quarenta por cento) de proteína; no máximo 10% (dez por cento) de umidade, no máximo 10% (dez por cento) de gordura, no máximo 10% (dez por cento) de cloretos expressos em NaCl e no máximo 3% (três por cento) de areia.

Art. 206 - Entende-se por "óleo de pescado" o subproduto líquido obtido pelotratamento de matérias primas pela cocção a vapor, separado por decantação ou centrifugação ou prensagem e filtração ou por qualquer outro processo adequado e que apresente no máximo 3% (três por cento) de acidez em ácido oléico, no máximo 1% (um por cento) de impurezas, no máximo 10% (dez por cento) de umidade, cor amarelo claro ou amarelo âmbar, tolerando-se os que apresentarem uma ligeira turvação, e não conter substâncias estranhas, ou outros óleos animais ou óleos vegetais.

Art. 207 - Entende-se por "adubo de pescado" o subproduto que não atenda àsespecificações fixadas para farinha de pescado.

Art. 208 - Entende-se "por solúvel concentrado de pescado" o produto obtido pelaevaporação e concentração, em aparelhagem adequada, de parte líquida resultante, após separação do óleo.

§1º. Permite-se seu aproveitamento como matéria prima a ser incorporada à farinhade pescado ou para fins industriais.

§2º. Este subproduto deve conter no máximo 30% (trinta por cento) de proteína, nomáximo 3% (três por cento) de gordura e no máximo 10% (dez por cento) de umidade.

SUBSEÇAO 4.3

DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Art. 209 - Efetuados os trabalhos de inspeção ou de reinspeção, o pescado e seusderivados, segundo os critérios de julgamento, poderão ter os seguintes destinos:

I - liberados - os que não apresentarem nenhuma nocividade ao consumo humano,características de fraudes ou alteração de composição;

II - aproveitamento condicional - os que necessitarem de alguma forma de beneficiamento para serem destinados ao consumo humano;

III - condenados - os que não se prestarem, sob nenhuma forma, ao consumo humano.

Art. 210 - Os produtos ou matérias primas destinados a aproveitamento condicionalserão submetidos aos seguintes tipos de beneficiamento:

I - salga - submetido a tratamento pelo sal (cloreto de sódio), de forma seca ouúmida, por tempo e temperatura adequados, conforme a necessidade de cada caso;

II - esterilização - submetido a tempo e temperatura adequados a cada produto, de forma a eliminar todo e qualquer micro-organismo porventura existente.

Art. 211 - Os produtos ou matérias primas condenadas serão destinados àalimentação animal ou elaboração de subprodutos não comestíveis, após desnaturação ou esterilização pelo calor.

Art. 212 - Será liberado o pescado que apresentar as seguintes características:

I - Peixes:

I. superfície do corpo limpa, com relativo brilho metálico;

II. olhos transparentes, brilhantes e salientes, ocupando completamente as órbitas;

I. guelras rosa ou vermelha, úmidas e brilhantes, com odor natural próprio e suave;

II. ventre roliço, firme, não deixando impressão duradoura à pressão dos dedos;

III. escamas brilhantes, bem aderentes à pele e nadadeiras apresentando certa resistência aos movimentos provocados;

IV. carne firme, consistência elástica, de cor própria à espécie;

V. vísceras íntegras, perfeitamente diferenciadas;

VI. ânus fechado;

VII. cheiro específico, lembrando o das plantas marinhas;

II- Crustáceos:

I. aspecto geral brilhante e úmido;

II. corpo em curvatura natural rígida, articulações firmes e resistentes;

III. carapaça bem aderente ao corpo;

IV. coloração própria à espécie, sem qualquer pigmentação estranha;

V. olhos vivos, destacados;

VI. cheiro próprio e suave;

I. - Moluscos:

a) Bivalves (Mariscos):

1 - devem ser expostos à venda vivos, com valvas fechadas e com retenção de água incolor e límpida nas conchas;

2 - cheiro agradável e pronunciado;

3 - carne úmida, bem aderente à concha, de aspecto esponjoso, de cor cinzento clara nas ostras e amarelada nos mexilhões;

b) Cefalópodes (Polvo, Lula):

1 - pele lisa e úmida;

2 - olhos vivos salientes nas órbitas;

3 - carne consistente e elástica;

4 - ausência de qualquer pigmentação estranha à espécie;

5 - cheiro próprio.

Parágrafo Único - As determinações físicas e químicas para caracterização dopescado fresco são:

I - reação negativa de gás sulfídrico e de indol com exceção dos crustáceos, nosquais o limite máximo de indol será de 4 (quatro) gramas por 100g (cem gramas);

I. - pH da carne externa, inferior 6,8 (seis e oito décimos) e da interna, inferior a 6,5(seis e cinco décimos) nos peixes;

I. - bases voláteis total inferiores a 0,030g (trinta centigramas) de nitrogênio (processo de difusão) por 100g (cem gramas) de carne.

IV - bases voláteis terciárias inferiores a 0,004g (quatro miligramas) de nitrogênio eml00g (cem gramas) de carne.

Art. 213 - Será condenado o pescado que apresentar as seguintes características:

I - de aspecto repugnante, mutilado, traumatizado ou deformado;

II - que apresente coloração, cheiro ou sabor anormais;

III - portador de lesões ou doenças microbianas que possam prejudicar a saúde do consumidor;

IV - que apresente infestação muscular maciça por parasitas que possam ou nãoprejudicar a saúde do consumidor;

V - tratado por antissépticos ou conservadores não aprovados pela inspeção;

VI - proveniente de águas contaminadas ou poluídas;

VII - procedentes de pesca realizada em desacordo com a legislação vigente, ourecolhido já morto, salvo quando capturado em operações de pesca;

VIII - em mau estado de conservação;

IX - quando não se enquadrar nos limites físicos e químicos fixados para pescado fresco.

Parágrafo Único - O pescado nas condições deste artigo será condenado etransformado em produtos não comestíveis.

IV - ESTABELECIMENTOS DE OVOS E DERIVADOS:

a) **Granjas Avícolas**: estabelecimentos produtores de ovos;

b) **Estabelecimentos Industriais**: aqueles destinados ao recebimento e à industrialização de ovos.

c) Entrepostos de Ovos: aqueles destinados ao recebimento, limpeza, classificação,acondicionamento, identificação e distribuição de ovos "*in natura*" que produzem ou que são produzidos por terceiros.

SEÇÃO 5

DA CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS OVOS E DERIVADOS

SUBSEÇÃO 5.1

DOS PRODUTOS

Art. 214 - Pela simples designação "ovos" entendem-se os ovos de galinha.

Parágrafo Único - Os demais serão acompanhados de designação da espécie de que procedam.

Art. 215 - Entende-se por "ovo branco" o ovo que apresenta casca de coloraçãobranca ou esbranquiçada.

Art. 216 - Entende-se por "ovo de cor" o ovo que apresenta casca de coloração avermelhada.

Art. 217 - O ovo será classificado, segundo seu peso, em 4 (quatro) tipos:

I - "Tipo 1 (um) ou extra" - com peso mínimo de 60g (sessenta gramas) por unidadeou 720g (setecentos e vinte gramas) por dúzia;

II - "Tipo 2 (dois) ou grande" - com peso mínimo de 55g (cinquenta e cinco gramas) por unidade ou 660g (seiscentos e sessenta gramas) por dúzia;

III - "Tipo 3 (três) ou médio" - com peso mínimo de 50g (cinquenta gramas) por unidade ou 600g (seiscentos gramas) por dúzia;

IV - "Tipo 4 (quatro) ou pequeno" - com peso mínimo de 45g (quarenta e cincogramas) por unidade ou 540g (quinhentos e quarenta gramas) por dúzia;

Parágrafo Único. Para os tipos 1 (um), 2 (dois) e 3 (três) será tolerado, no ato daamostragem a percentagem de até 10% (dez por cento) de ovos do tipo imediatamente inferior.

Art. 218 - O ovo será considerado frigorificado quando for conservado pelo frio, emtemperatura não inferior a menos de 1°C (um grau Centígrado).

SUBSEÇÃO 5.2

DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE FUNCIONAMENTO

Art. 219 - Tratando-se de estabelecimentos de ovos e derivados, devem aindasatisfazer o seguinte:

I - dispor de dependência de recebimento de ovos;

II - dispor de dependência para lavagem de caixas e bandejas;

III - dispor de dependência para limpeza, ovoscopia e classificação comercial;

IV - dispor de dependência para guarda de embalagens;

V - dispor de dependência para estocagem e expedição;

VI - dispor de câmaras frigoríficas quando for o caso.

Art. 220 - As fábricas de conservas de ovos terão dependências apropriadas pararecebimento, manipulação, elaboração, preparo e embalagem.

Art. 221 - Tratando-se de granjas produtoras será permitida a classificação de ovos,desde que existam locais apropriados.

Art. 222 - Os aviários, granjas e outras propriedades onde se façam avicultura, enos quais estejam grassando zoonoses que possam ser veiculadas pelos ovos e sejam prejudiciais a saúde humana, não podem destinar sua produção ao consumo. Permanecerão interditados até que comprovem com documentação fornecida por autoridades de defesa sanitária animal, que estão livres das zoonoses.

SUBSEÇÃO 5.3

DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Art. 223 - A inspeção dos ovos incidirá sobre as seguintes características:

I - verificação das condições de embalagem, tendo em vista sua limpeza,contaminação por ovos quebrados ou por qualquer outra causa;

II - apreciação geral do estado de limpeza e integridade da casca, da partida em conjunto;

III - o exame pela ovoscopia.

Art. 224 -A ovoscopia deve ser realizada em câmara destinada exclusivamente a essa finalidade.

Art. 225 - Todos os recipientes destinados à embalagem de ovos, julgados em mauestado ou impróprios, serão apreendidos e inutilizados.

Art. 226 - São considerados "fabrico" os ovos que não se enquadrem nascaracterísticas fixadas nos artigos anteriores, mas apresentem boas condições e possam ser utilizados em confeitarias, padarias e similares ou em industrialização.

Parágrafo Único - Os ovos que apresentem manchas sanguíneas pequenas epouco numerosas na clara e na gema serão também classificados "fabrico".

Art. 227 - Os ovos partidos ou trincados, mas em boas condições, também serãodestinados a confeitarias, padarias, e estabelecimentos similares, ou transformados em conserva, desde que o estabelecimento disponha de instalações e equipamentos adequados para tanto.

Parágrafo Único - Quando o estabelecimento não se dedicar ao preparo dessasconservas, os ovos partidos ou trincados serão encaminhados a outros estabelecimentos, satisfeitas as exigências previstas para os classificados "fabrico".

Art. 228 - São considerados impróprios para o consumo os ovos que apresentem:

I - alterações da gema e da clara (gema aderente à casca, gema arrebentada commanchas escuras, presença de sangue alcançando também

a clara, presença de embrião com mancha orbitária ou em adiantado estado de desenvolvimento);

II - mumificação (ovo seco);

III - podridão (vermelha, negra ou branca);

IV - presença de fungos (externa ou internamente);

V - cor, odor ou sabor anormais;

VI - ovos sujos externamente por matérias estercorais ou que tiveram contato comsubstâncias capazes de transmitir odores ou sabores estranhos, que possam infectá-los ou infestá-los;

VII - rompimento da casca e da membrana testácea desde que seu conteúdo tenhacontato com o material de embalagens;

VIII - quando contenham substâncias tóxicas;

IX - por outras irregularidades, a juízo da inspeção.

Art. 229 - Os ovos considerados impróprios para o consumo serão condenados, podendo ser aproveitados para uso não comestível desde que a industrialização seja realizada em instalações adequadas, a juízo da inspeção.

Art. 230 - É proibido corar ovos mediante injeção de solução corante na gema.

V - ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS APÍCOLA:

a) Compreende os estabelecimentos habilitados à extração ou ao recebimento, classificação, industrialização, beneficiamento, tratamento, transformação, acondicionamento, identificação, depósito, expedição e produção de produtos apícolas.

Art. 231 - Os estabelecimentos destinados ao mel e cera de abelha serãoclassificados como “apiário”, “casa do mel” e "entreposto de mel e cera de abelha".

§1º. Entende-se por “apiário” o conjunto de: colmeias, materiais e equipamentosdestinados ao manejo das abelhas e à sua produção (mel, cera, própolis, geleia real, etc.).

§2º. Entende-se por “casa do mel” o estabelecimento onde se manipula o mel eseus derivados, através do recebimento, extração, centrifugação, filtração, decantação, envase e estocagem.

§3º. Entende-se por "entreposto de mel e cera de abelhas" o estabelecimentodestinado ao recebimento, classificação e industrialização do mel e da cera de abelha.

SEÇÃO 6

DA CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS APÍCOLAS

SUBSEÇÃO 6.1

DOS COMESTÍVEIS

Art. 232. Entende-se por "mel" o produto açucarado naturalmente, elaborado pelasabelhas com o néctar das flores e por elas acumulado, em favos, extraído por um dos processos constante deste Regulamento.

Art. 233. Segundo sua tonalidade, o mel será:

I -branco d’água;

II - âmbar claro;

III - âmbar escuro;

Art. 234. Segundo o processo empregado na extração, o mel poderá ser:

I –centrifugado, quando extraído por processo mecânico de centrifugação;

II - prensado, quando extraído por processo de prensagem.

Parágrafo Único - Em qualquer caso deverá resultar um produto perfeitamentetranslúcido, cristalizado ou não com o tempo.

Art. 235 - De acordo com sua qualidade, o mel pode ser classificado em:

I - mel de mesa, quando extraído por um dos processos indicados, trabalhado emcondições de perfeita higiene, sem pólen e apresentando as seguintes características:

a) umidade - máxima de 20% (vinte por cento);

b) acidez - máximo de 40 mili-equivalente;

c) açúcar invertido - 72 a 80% (setenta e dois a oitenta por cento);

d) sacarose - máxima de 10% (dez por cento);

e) pH - entre 3,3 e 4,6 (três e três e quatro e seis);

f) resíduo mineral fixo (cinzas) - no máximo 0,6 % (seis décimos por cento);

g) prova de Lund - 0,6 a 3ml (seis décimos a três mililitros);

h) prova de Fiehe - negativa;

i) índice de formol - valor médio 4,5 a 15 ml (quatro e meio a quinze mililitros) por quilograma;

j) atividade diastásica ou amílica (amilase) - mínimo de 8 (oito).

II - mel de cozinha, quando extraído por qualquer dos processos indicados, mas demenor valor nutritivo, com falha na sua obtenção, resultando num produto de composição diferente do mel de mesa.

Art. 236 - Nos estabelecimentos apropriados à finalidade e sob inspeção, épermitida a elaboração de produto contendo mel de abelhas, desde que conste no rótulo a percentagem de mel adicionado.

Parágrafo Único - Em tais produtos não se permitirá a denominação de "mel",admitindo-se, no entanto, nomes de fantasia.

SUBSEÇÃO 6.2

DO NÃO COMESTÍVEL

Art. 237 - Entende-se "cera de abelha" o produto de consistência plástica de coramarelada, muito fusível segregado pelas abelhas para formação dos favos nas colméias.

Art. 238 - A cera de abelhas será classificada em:

I - cera bruta, quando não tiver sofrido qualquer processo de purificação, apresentarcor desde o amarelo até o pardo, untuosa ao tato, mole e plástica ao calor da mão, fratura granulosa, cheiro especial lembrando o do mel, sabor levemente balsâmico e ainda com traços de mel;

II - cera branca, quando tiver sido descolorida pela ação da luz, do ar ou por processos químicos, isenta de resto de mel apresentando-se de cor branca ou creme, frágil, pouco untuosa e de odor acentuado.

Art. 239 - A cera de abelha seja qual for a sua qualidade, deve ser quase insolúvelno álcool frio, parcialmente solúvel no éter frio, solúvel no clorofórmio e no benzol, apresentando os seguintes caracteres físico-químicos:

I - ponto de fusão: 61°C a 65°C (sessenta e um a sessenta e cinco graus centígrados);

II - índice de acidez: 17 a 24 (dezessete a vinte e quatro);

III - índice de ésteres: 72 a 79 (setenta e dois a setenta e nove);

IV - índice de relação ésteres e acidez: 3,3 a 4,2 (três e três décimos a quatro e dois décimos);

V - ponto de saponificação turva: máximo a 65°C (sessenta e cinco graus Centígrados).

SEÇÃO 6.3

DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE FUNCIONAMENTO

Art. 240 - O estabelecimento de mel e derivados deve satisfazer, além de outras jáprevistas, as seguintes condições:

I - Dispor de dependência de recebimento;

II - Dispor de dependência de manipulação, preparo (extração, filtração e decantação), classificação e embalagem do produto;

III - Dispor de dependência de estocagem e expedição;

IV- Dispor de local coberto e dotado de tanque, para o procedimento de higienizaçãodos vasilhames e utensílios;

IV - Dispor de pé direito mínimo de 2,80m (dois metros e oitenta centímetros);

V - Estar afastados das vias públicas preferentemente a uma distância mínima de 10m (dez metros) e afastada da área do terreno onde se situam as colméias;

VI - Dispor de dependências para higienização e sanitização de recipientes.

Art. 241 - O acondicionamento do mel deve ser feito em vasilhame apropriado eaprovado pela inspeção, rigorosamente higienizado e seco.

Art. 242 - É permitido o comércio do mel em favos apresentados em invólucros deembalagens plásticas e devidamente rotulados, sendo o produto denominado "mel de abelha em favos".

SEÇÃO 6.4

DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Art. 243 - Efetuados os trabalhos de inspeção e reinspeção dos produtos, segundoos critérios de julgamento, poderão ter os seguintes destinos:

I - liberados - os que não apresentarem nocividade ao consumo humano,características de fraude ou alterações da composição;

II- aproveitamento condicional - os que necessitarem de alguma forma debeneficiamento para serem destinados ao consumo humano;

III- condenados - os que não se prestarem a nenhuma forma ao consumo humano.

Art. 244 - Os produtos ou matérias primas destinadas ao aproveitamentocondicional poderão ser submetidos aos seguintes processos de beneficiamento: decantação, filtração, pasteurização e desumidificação em equipamentos próprios.

Art. 245 - Os produtos ou matérias-primas condenados poderão ser destinados àalimentação animal ou elaboração de subprodutos não comestíveis, após desnaturação ou esterilização.

Art. 246 - São considerados defeitos para classificação do produto como "mel de mesa":

I - apresentar um ou mais dos seus componentes fora dos limites previstos neste Regulamento;

II - conter pólen, cera ou outras substâncias insolúveis na água;

III - apresentar reação de Fiehe positiva dentro de 24 (vinte e quatro) horas;

IV - conter resíduos de insetos, ovos e outras impurezas estranhas à sua composição normal;

V - ter sido submetido a aquecimento em temperatura superior a 60°C (sessentagraus Centígrados) perdendo total ou parcialmente seu valor diastásico, com alteração do gosto e sabor.

Parágrafo Único - O produto que apresentar tais falhas, dentro de limites queapenas traduzam falta de técnica em sua elaboração ou extração, deve ser classificado como "mel de cozinha".

Art. 247 - O mel é considerado impróprio para o consumo humano quando apresentar:

I - resíduos estranhos que traduzam falta de escrúpulos na extração e embalagem;

II - alteração ou fermentação com formação de espuma superficial;

III - presença de germes patogênicos ou flora microbiana capaz de alterá-lo com o tempo;

IV - acidez elevada, odor ou sabor anormais.

Art. 248 - Será considerado fraudado o mel que revelar a presença de:

I - edulcorantes naturais ou artificiais;

II - substâncias aromatizantes;

III - amido, gelatina ou quaisquer outros espessantes;

IV - conservadores ou corantes de qualquer natureza.

Art. 249 - A identificação dos estabelecimentos de produtos de origem animaldeverá ser efetuada através de uma letra maiúscula, adotando-se a seguinte nomenclatura:

I –letra **"F"**, para matadouros de bovídeos, equídeos, suínos, ovinos, caprinos e animais silvestres;

II – letra **"A",** para matadouros de aves e coelhos;

III – letra **"C",** para fábricas de conservas;

IV - letra **"EI",** para estabelecimentos industriais;

V –letra **"EC",** para entrepostos de carne e seus derivados;

VI –letra **"L",** para os estabelecimentos de leite e derivados;

VII –letra **"M",** para estabelecimentos de Mel e derivados;

VIII –letra **"O",** para os estabelecimentos de ovos e derivados;

IX –letra **"P",** para estabelecimentos de pescados e derivados.

SEÇÃO 7

DO REGISTRO E TRANFERÊNCIA DE ESTABELECIMENTOS

Art. 250 - Nenhum estabelecimento está autorizado a realizar comércio municipalcom produtos de origem animal, sem estar registrado no S.I.M. /Nova Maringá, S.I.S.E/MT ou S.I.F.

Art. 251 - Estão sujeitos ao registro obrigatório os seguintes estabelecimentos:

I – Matadouros-frigoríficos de bovinos, suínos, aves, coelhos, caprinos, ovinos edemais espécies devidamente aprovados para abate, fábricas de conservas, fábricas de produtos gordurosos, entrepostos de carnes e derivados e fábricas de produtos de origem animal não comestíveis.

II - usinas de beneficiamento de leite, fábricas de laticínios, entrepostos de laticínios,postos de refrigeração;

III - entrepostos de pescado e fábrica de conservas de pescado;

IV - entrepostos de ovos e fábricas de conservas de ovos;

V - entrepostos de mel e cera de abelhas;

VI - fábrica de coalhos e coagulantes;

VII- Agroindústrias de pequeno porte.

Art. 252 - O registro será requerido ao S.I.M./Nova Maringá, instruindo-se processo comos seguintes documentos:

I - REQUERIMENTO PARA REGISTRO NO SIM AO SECRETÁRIO DA AGRICULTURA OU AO SIM (SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL) DE NOVA MARINGÁ. ANEXO 01.

II – DADOS DO PROPRIETÁRIO. ANEXO 02.

III - DADOS DO ESTABELECIMENTO. ANEXO 03.

IV - MEMORIAL DESCRITO DA CONSTRUÇÃO. ANEXO 4.

V - CADASTRO DO PRODUTO. ANEXO 05.

VI - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA PARA ACOMPANHAMENTO DO SIM. ANEXO 6.

VII - DECLARAÇÃO DE SOLICITAÇÃO PARA INÍCIO DAS ATIVIDADES. ANEXO 07.

VIII –FLUXOGRAMA DE PRODUÇÃO. ANEXO 08.

IX - COMPOSIÇÃO DO PRODUTO. ANEXO 09.

X - SOLICITAÇÃO DE APROVAÇÃO PRÉVIA DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO. ANEXO 10.

XI - SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO PARA IMPRESSÃO DE RÓTULOS. ANEXO 11.

XII – PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS. ANEXO 12.

XIII – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA. ANEXO 13.

XIV – DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO. ANEXO 14.

XV –PEDIDO DE VISTORIA PRÉVIA. ANEXO 15.

XVI –PEDIDO DE VISTORIA FINAL. ANEXO 16.

XVII - REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DO REGISTRO. ANEXO 17.

XVIII - MEMORIAL ECONÔMICO-SANITÁRIO, de acordo com modelo fornecidopelo S.I.M./Nova Maringá para cada atividade proposta. ANEXO 18 (anexos 18.1-18.7).

IX - Licença prévia da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA ou SecretariaMunicipal de Agricultura;

XX- Laudo de inspeção do local e das instalações realizado por médico veterinário fiscal do SIM/POA;

XXI - Parecer da prefeitura ou alvará de funcionamento;

XXII - Parecer da vigilância sanitária ou licença sanitária;

XXIII - Plantas do estabelecimento compreendendo:

a) Planta baixa de cada pavimento, com detalhes da aparelhagem e instalações, na escala de 1:100 (um para cem); b) Planta de situação, contendo descrição sobre rede de esgoto e abastecimento de água, na escala de 1:500 (um para quinhentos); c) Planta da fachada e cortes longitudinal e transversal, na escala mínima de 1:50 (um para cinquenta);

d) Quando exigidos detalhes de aparelhagem e instalações na escala de 1:10 (um para dez);

e) Na confecção das plantas serão obedecidas as seguintes convenções:

1. Nos estabelecimentos novos, cor preta; 2. Nos estabelecimentos a reconstruir, ampliar ou remodelar:

2.1. Cor preta, para partes a serem conservadas;

2.2. Cor vermelha, para as partes a serem construídas;

2.3. Cor amarela, para as partes a serem demolidas.

XXIV – Relação discriminada do maquinário e fluxograma de produção; **XXV** - Laudos de análises físico-químicas e bacteriológicas da água de abastecimento;

XXVI – Cópia do Contrato social da empresa ou Inscrição do produtor rural na Secretaria de Fazenda Estadual tratando-se de agroindústrias de pequeno porte;

XXVII - Cópia do Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ouCadastro de Pessoa Física (CPF) tratando-se de agroindústrias de pequeno porte;

XXVIII – Cópia do Contrato de trabalho do responsável técnico.

XXIX - Cópia do registro da empresa no Conselho Regional de Medicina Veterinária-CRMV/MT.

Art. 253 - Os projetos de que trata o artigo anterior devem ser apresentados em 2(duas) vias, podendo ser em cópias heliográficas, devidamente assinadas e datadas por profissional habilitado, com as indicações exigidas pela legislação vigente.

Art. 254 - Serão rejeitadas as plantas grosseiramente desenhadas, com rasuras,borrões ou contendo indicações e informações imprecisas ou incompletas.

Art. 255 - A prefeitura municipal de Nova Maringá poderá apoiar tecnicamente asAgroindústrias rurais de pequeno porte do Município.

Art. 256- Os projetos necessários para obtenção do Licenciamento Ambiental e osprojetos das construções dos estabelecimentos poderão ser aprovados por profissionais da Prefeitura Municipal de Nova Maringá.

Art. 257 - Corre por conta dos interessados as despesas com transporte do servidorque, a pedido, for designado para proceder a inspeção prévia de terrenos ou estabelecimentos, para fins de registro.

Art. 258 - As firmas construtoras não darão início à construção de estabelecimentos,sujeitos à inspeção municipal, sem que os projetos tenham sido aprovados pelo S.I.M./Nova Maringá, através da Coordenação do Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 259 - Qualquer ampliação, remodelagem, ou construção nos estabelecimentosregistrados tanto de suas dependências como das instalações, só poderão ser realizadas após aprovação prévia dos projetos pelo S.I.M. /Nova Maringá.

Art. 260 - Os projetos dos estabelecimentos novos, dos já construídos ou daquelesem funcionamento deverão ser submetidos à prévia análise no S. I.M./Nova Maringá, para adequação ou não, antes da concessão do Registro.

Art. 261 - Nos estabelecimentos de produtos de origem animal destinados àalimentação humana, é considerada indispensável, para efeito de registro, a apresentação prévia de boletim oficial de exame da água de abastecimento, fornecido pelo órgão oficial da União, do Estado ou do Município, que deve se enquadrar nos padrões microbiológicos, químicos e físicos seguintes:

I - não demonstrar, na contagem padrão em placas, mais de 500 (quinhentas)Unidades Formadoras de Colônias (UFC);

1) **-** não demonstrar, no teste de determinação do Número Mais Provável (NMP) decoliformes, maior número de germes do que os fixados pelos padrões para 3 (três) tubos positivos na série de 10 ml (dez mililitros) e 3 (três) tubos negativos nas séries de 1 ml (um mililitro) e 0,1 (um décimo de mililitro) da amostra;

1) **-** a água deve ser límpida, incolor, sem cheiro e de sabor próprio, agradável;

IV - não conter mais de 500 (quinhentas) partes por milhão de sólidos totais;

V - conter no máximo 0,005 g (cinco miligramas) por litro, de nitrogênio amoniacal;

VI - ausência de nitrogênio nitroso e sulfídrico;

VII - no máximo 0,002 g (dois miligramas) de nitrogênio nítrico por litro;

VIII - no máximo 0,002 g (dois miligramas) de matéria orgânica por litro;

IX - grau de dureza inferior a 20 (vinte) mg/l;

X - chumbo, menos de 0,1 (um décimo) de parte por milhão;

XI - cobre, menos de 3 (três) partes por milhão;

XII - zinco, menos de 15 (quinze) partes por milhão;

XIII - cloro livre, máximo 1 (uma) parte por milhão, quando se tratar de águascloradas, e cloro residual mínimo de 0,05 (cinco centésimas) partes por milhão;

XIV - arsênico, menos de 0,05 (cinco centésimos) partes por milhão;

XV - fluoretos, máximo de 1 (uma) parte por milhão;

XVI - selênio, máximo de 0,05 (cinco centésimos) partes por milhão;

XVII - magnésio, máximo de 0,03 (três centésimos) partes por milhão;

XVIII - sulfatos, no máximo 0,010 mg (dez miligramas) por litro;

XIX - componentes fenólicos, no máximo 0,001 (uma milionésima) parte por milhão.

§1º. Quando as águas revelarem mais de 500 (quinhentas) UFC por mililitros,impõe-se novo exame antes de condená-la.

§2º. Mesmo que o resultado da análise seja favorável, o S.I.M./Nova Maringá pode exigir,de acordo com as circunstâncias locais, o tratamento da água.

Art. 262 –O Termo de Compromisso de Implantação e Execução deverá seracordado e aprovado entre o proprietário do estabelecimento requerente ou seus representantes e o médico veterinário fiscal do SIM/POA.

Parágrafo único –Para a elaboração do termo de compromisso de implantação eexecução o Médico Veterinário Fiscal do SIM/POA deverá vistoriar o local, as instalações e os equipamentos do estabelecimento aspirante ao registro prévio, lavrando auto de vistoria preliminar.

Art. 263 - Satisfeitas as exigências neste Regulamento, a comissão designada paraVistoria Final, autorizará a expedição do Certificado de Registro, constando do mesmo: número do registro, nome da firma, classificação do estabelecimento, localização (País, Estado, Município, Bairro, etc.) e outros dados necessários.

Art. 264 - A renovação do Certificado de Registro será anual e estará condicionada à ausência de quaisquer inadimplências de acordo com o presente regulamento e condições tecnológicas e higiênico-sanitárias satisfatórias, avaliadas por Auditorias realizadas pelo S.I.M./Nova Maringá.

Parágrafo único –O não atendimento de quaisquer das condições acima citadas,acarretará a suspensão do Registro, perante o S.I.M./Nova Maringá, cujo retorno ocorrerá com a resolução das inadimplências/irregularidades encontradas, confirmada após nova vistoria.

Art. 265 - O estabelecimento que interromper seu funcionamento, por períodosuperior a 12 (doze) meses, terá o seu registro cancelado e só poderá reiniciar suas atividades mediante solicitação de novo registro, com cumprimento de todas as exigências deste Regulamento.

Parágrafo único - Estando cancelado o registro, o material pertencente aomunicípio, inclusive de natureza científica, os arquivos e carimbos oficiais de inspeção municipal serão recolhidos à coordenação do S.I.M./Nova Maringá.

Art. 266 - Em caso de venda ou arrendamento de estabelecimento registrado, seráfeita a competente transferência de responsabilidade do registro à nova firma junto ao S.I.M./Nova Maringá, no prazo máximo de (30) trinta dias.

§1º. No caso do comprador ou arrendatário se negar a promover a transferência, aovendedor ou locador, competirá proceder à imediata comunicação escrita ao S.I.M./Nova Maringá, com os motivos da recusa.

§2º. As firmas responsáveis por estabelecimentos registrados durante as fases doprocessamento da transação comercial devem notificar os interessados na compra ou arrendamento a situação em que se encontram em face das exigências deste Regulamento.

§3º. Enquanto a transferência não se efetuar, continua responsável pelasirregularidades que se verifiquem no estabelecimento, a firma em nome da qual esteja registrado.

§4º. No caso do vendedor ou locador ter feito a comunicação a que se refere o § 1ºe o comprador ou locatário não apresentar, no prazo máximo de trinta dias, os documentos necessários à transferência respectiva, será cassado o registro do estabelecimento, o qual só será restabelecido depois de cumprida a exigência legal.

§5º. Adquirido o estabelecimento, por compra ou por arrendamento dos imóveisrespectivos e realizada a transferência do registro, a nova firma é obrigada a cumprir todas as exigências formuladas ao anterior responsável, sem prejuízo de outras que venham a ser determinadas.

Art. 267 - Tratando-se de estabelecimentos reunidos em grupo e pertencentes àmesma firma, é respeitada, para cada um a classificação que lhe couber, dispensando-se apenas a construção isolada de dependências que possam ser comuns.

CAPÍTULO III

DAS AGROINDÚSTRIAS DE PEQUENO PORTE

Art. 268 - Para efeito deste regulamento, agroindústrias de pequeno porte é todoestabelecimento que:

I - destina-se à transformação de produtos de origem animal, elaborados empequena escala, devidamente identificados e com mão de obra predominantemente familiar;

II - beneficie e/ou transforme produtos provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquícolas, abrangendo desde processos simples, como secagem, classificação, limpeza e embalagem, até processos que incluem operações físicas, químicas ou biológicas, de baixo impacto sobre o meio ambiente;

III - tenha área construída de até 250 m2;

§1º. Os abatedouros não deverão ultrapassar a seguinte capacidade máxima diária de abate:

I - animais de grande porte: até 03 animais/dia;

II - animais de médio porte: até 10 animais/dia;

III - animais de pequeno porte: até 500 animais/dia.

§2º. Os estabelecimentos destinados à elaboração dos produtos cárneos nãodeverão ultrapassar a capacidade máxima de até 150 (cento e cinquenta) kg diários de embutidos, defumados e salgados.

§3º. Para estabelecimentos que processem pescados, a capacidade máxima deprocessamento não poderá ultrapassar 150 (cento e cinquenta) kg de pescado por dia.

§4º. Os estabelecimentos destinados à produção, recepção e acondicionamento deovos não deverão ultrapassar a capacidade máxima de até 200 (duzentas) dúzias diárias;

§5º. Os estabelecimentos destinados à recepção, beneficiamento e embalagem demel e produtos apícolas não deverão ultrapassar a capacidade máxima de até 6.000 (seis mil) kg anuais;

§6º. Os estabelecimentos destinados ao resfriamento e pasteurização do leite e/ou à fabricação de seus derivados, não deverão ultrapassar a capacidade máxima de até 1.500 (mil e quinhentos) litros diários da matéria prima, enquadrados nos seguintes parâmetros:

I - O leite deverá ser pasteurizado, de acordo com as normas higiênico-sanitárias epadrões de identidade e qualidade.

II - Para o leite destinado a produção de queijos, se aceita a pasteurização lenta, que consiste no aquecimento a 62º a 65º C por trinta minutos, mantendo-se o leite em grande volume sob agitação, de modo a permitir seu aquecimento homogêneo;

III - Será admitido o processo de pasteurização lenta do leite somente para produtores rurais cujo leite destinado ao consumo humano direto, seja de produção própria.

IV - Na rotulagem do leite submetido à pasteurização lenta após o envase, além dasoutras informações previstas neste Decreto para embalagem e rotulagem, deverá constar, obrigatoriamente e em destaque, o seguinte: "*Tratamento térmico a 62 a 65°C por trinta minutos - Pasteurização Lenta*"

§7º. No processamento de produtos comestíveis de origem animal, admitir-se-á a utilização de matéria-prima adquirida de terceiros, até o limite de 50%, desde que haja comprovação de inspeção higiênico-sanitária feita pelo S.I.M./Nova Maringá – Serviço de Inspeção Municipal ou S.I.S. E/MT – Serviço de Inspeção Sanitária Estadual ou S.I.F - Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 269 - Para grupo de produtores, reunidos em associações ou cooperativas, aprodução deverá corresponder a um volume que não exceda a 5 (cinco) vezes o limite individual diário estabelecido por categoria de produto.

Parágrafo único - As Agroindústrias de pequeno porte deverão ser enquadradas,para efeito de fiscalização do S.I.M./Nova Maringá, de acordo com o previsto no *caput*deste artigo.

Art. 270 - Os produtos obtidos das agroindústrias de pequeno porte estarão sujeitosa mesma programação de análises laboratoriais que os demais estabelecimentos.

Art. 271 - As agroindústrias de pequeno porte estão obrigadas a efetuarem ocontrole sanitário dos seus animais, observando as exigências estabelecidas pela legislação de defesa e inspeção sanitária animal.

Parágrafo único - Da mesma forma, deverão exigir de terceiros, que forneceremmatéria-prima para a sua produção, a comprovação de controle higiênico-sanitário e tecnológico dos animais.

CAPÍTULO IV

DA INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

SEÇÃO 1

DA ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO

Art. 272 - O Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal–SIM/POA é composto por Médicos Veterinários fiscais da Secretaria Municipal de Agricultura de Nova Maringá, designada por Decreto municipal, para o exercício das funções de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal, sendo composto pelos seguintes setores:

I –Setor De Carnes e Derivados;

II - Setor de Leite e Derivados;

III - Setor de Mel e Derivados;

IV - Setor de Ovos e Derivados;

V - Setor de Pescados e Derivados

§ **1º**- Os cargos do Departamento Responsável pelo Setor do SIM/POA serãoexercidos por Médicos Veterinários da Secretaria Municipal de Agricultura.

§ **2º** - Poderão integrar o SIM/POA, além dos Médicos Veterinários, outrosprofissionais habilitados para exercerem atividades específicas e auxiliares, colocados à disposição do SIM/POA através de parcerias públicas ou privadas.

Art. 273 – Compete ao Departamento Técnico do SIM/POA:

a) Gerenciar as atividades e recursos do SIM/POA; b) Promover as atividades normativas e fiscais e a execução da Inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal;

c) Promover a integração dos órgãos federais e estaduais, públicos ou privados que desenvolvem atividades afins correlacionados à inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal;

d) Conceder e firmar o Certificado de Registro;

e) Manifestar-se sobre a adequação da aplicação das penalidades administrativas previstas nos processos administrativos punitivos.

Art. 274 - Compete ao Coordenador Técnico do SIM/POA:

I - apoiar e orientar os Médicos Veterinários do SIM/POA nos aspectos técnicos enormativos na área de sua especialidade;

II – analisar, e caso for, instruir a adequação dos processos de registro de estabelecimentos encaminhados pelos Médicos Veterinários fiscais do SIM/POA;

III – supervisionar os Médicos Veterinários fiscais do SIM/POA na fiscalização do cumprimento dos Termos de Compromisso de Implantação e Execução firmados pelos estabelecimentos com registro prévio;

IV –analisar e, caso for, promover a regularização dos processos administrativospunitivos gerados por autuações e infrações à legislação do SIM/POA;

V –opinar sobre adequação da aplicação das penalidades administrativas previstasnos processos administrativos punitivos.

Art. 275 –O SIM/POA será assessorado por um Grupo Consultivo, composto por nomínimo três (3) representantes técnicos da área, a saber:

I - um (1) representante do SIM/POA;

1) - um (1) representante da Secretaria Municipal de Saúde.

III – um (1) representante da Secretaria Municipal de Agricultura.

§ 1 - Compete ao representante do SIM/POA a coordenação das atividades do Grupo Consultivo;

§ 2 - O Coordenador do Grupo Consultivo poderá convidar outros representantes deórgãos afins para participar de suas atividades;

§ 3 - O Grupo Consultivo deverá elaborar registro próprio.

Art. 276 –São atribuições do Grupo Consultivo:

I - assessorar, colaborando e analisando, os processos de construção, reforma,implantação e reaparelhamento dos estabelecimentos de produtos de origem animal, quando solicitado pelo Gerente de Divisão do SIM/POA;

II - auxiliar o SIM/POA na elaboração, complementação ou revisão das normas e regulamentos às atividades de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal.

Art. 277 - A Secretaria Municipal de Agriculturapoderá celebrar parcerias com órgãos ou entidades afins dos setores público ou privado, com o fim de viabilizar; desenvolver ou otimizar as atividades de educação e inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.

Parágrafo Único –Para o cumprimento deste artigo a Secretaria Municipal deAgricultura baixará normas complementares.

SEÇÃO 2

DA INSPEÇÃO

Art. 278 –A inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal seráinstalada nos estabelecimentos após o seu registro.

Art. 279 - Todo estabelecimentos de produtos de origem animal com registro prévioou definitivo deverá possuir inspeção industrial e sanitária.

Parágrafo Único - A inspeção industrial e sanitária poderá ser:

I –Permanente, nos estabelecimentos de produtos de origem animal, que abatamanimais de açougue ou animais silvestres, e será realizada nos seguintes termos:

a) através de termo de compromisso firmado com o proprietário ou responsável pelo estabelecimento indicando o dia, hora do início e término das operações e o número de animais a serem abatidos;

b) através de realização de convênios com entidades públicas ou com profissionais Médicos Veterinários associados em cooperativas legalmente habilitadas.

II – periódica, nos demais estabelecimentos de produtos de origem animal, a juízo do SIM/POA.

Art. 280 –A inspeção industrial e sanitária de que trata o presente Regulamento será realizada:

I –nos estabelecimentos industriais especializados localizados em zonas urbanas erurais e nas propriedades rurais com instalações adequadas a matança de animais, seu preparo ou industrialização;

II. – nas usinas ou entrepostos de beneficiamento do leite, nas fábricas de laticínios, nos postos de recebimento, refrigeração e desnatagem do leite ou de recebimento, refrigeração e manipulação dos seus derivados;

III. - nos entrepostos de recebimento e distribuição do pescado e nas fábricas que o industrializam;

IV - nas granjas de postura que comercializam seus produtos diretamente aosconsumidores, nos entrepostos de ovos, e nas fábricas de seus produtos derivados;

V - nos entrepostos que, de modo geral, recebem, manipulam, armazenam,conservam ou acondicionam produtos de origem animal e seus derivados;

VI - nos estabelecimentos de Mel e derivados;

VII –nos estabelecimentos localizados nos centros de consumo que recebem,beneficiam, industrializam e distribuem, no todo ou em parte, matérias-primas e produtos de origem animal procedentes de outros municípios, diretamente de estabelecimentos registrados ou de propriedades rurais.

§ 1º - A Inspeção industrial e sanitária de que trata este Regulamento estender-se-áem caráter supletivo às casas atacadistas e varejistas, sem prejuízo a fiscalização sanitária local.

§ 2º - A inspeção industrial e sanitária, quando efetuada em caráter supletivo,reinspecionará os produtos de origem animal e verificará a existência de produtos não inspecionados na origem ou quando infringirem as normas regulamentares.

Art. 281 - Ficam sujeitos à inspeção e reinspeção previstas neste Regulamento:

I - as carnes de qualquer espécie e origem destinadas ao consumo humano,independentemente de seu corte ou de sua forma de apresentação;

II - os derivados da carne, tais como pastas ou patês, salames, copas, presuntos, apresentados, fiambres e outros embutidos e assemelhados destinados ao consumo humano;

III - leite produzido por qualquer espécie animal, destinado ao consumo humano;

IV - os derivados do leite, tais como queijo, manteiga, requeijão, iogurte, leite em pó,leite condensado, creme de leite, subprodutos e assemelhados;

V- os ovos e seus subprodutos e assemelhados;

VI- o mel e demais produtos apícolas;

VII- os peixes, mariscos, crustáceos, moluscos aquáticos e não aquáticos,seus subprodutos e assemelhados.

Art. 282 –A inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal decompetência do SIM/POA abrange:

a) os exames “ante” e “pós mortem” dos animais de açougue; b) o funcionamento e a higiene geral dos estabelecimentos nos processos e procedimentos de recebimento, manipulação, transformação, elaboração, conservação, acondicionamento, embalagem, rotulagem ou depósito de quaisquer produtos e subprodutos de origem animal, adicionados ou não de vegetais, destinados ou não a alimentação humana;

c) a captação, canalização, depósito, tratamento e distribuição de água de abastecimento e a captação, distribuição e escoamento das águas residuais;

d) a classificação de produtos e subprodutos de origem animal;

e) a embalagem e rotulagem de produtos e subprodutos de origem animal;

f) os exames tecnológicos, microbiológicos, histológicos e físico ou químico das matérias primas e produtos;

g) o trânsito e os meios de transporte de produtos de origem animal;

Parágrafo único –Na inspeção e fiscalização, o SIM/POA deverá observar asdeterminações dos ministérios da Saúde e da Indústria e Comércio relacionadas aos coagulantes, condimentos, corantes, conservantes, antioxidantes, fermentos e outros aditivos utilizados na indústria de produtos de origem animal, bem como os elementos e substâncias contaminantes.

Art. 283 –O proprietário ou responsável pelo estabelecimento ou pelos produtos deorigem animal colocados à venda sem qualquer identificação que permita estabelecer a sua origem está sujeito ás penalidades previstas neste Regulamento.

SEÇÃO 3

DA REINSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DOS PRODUTOS

Art. 284 - Os produtos e matérias primas de origem animal deverão serreinspecionados tantas vezes quantas necessárias, antes de serem expedidos para consumo.

§1º. Os produtos e matérias primas que nessa reinspeção forem julgados imprópriospara o consumo deverão ser destinados ao aproveitamento condicional, a juízo da inspeção técnica, como subprodutos industriais, derivados não comestíveis e alimentação animal depois de retiradas as marcas oficiais e submetidas à desnaturação, se for o caso.

§2º. Quando ainda permitam o aproveitamento condicional ou rebeneficiamento, ainspeção municipal deve autorizar desde que sejam submetidos aos processos apropriados, a liberação dos produtos e/ou matérias primas.

Art. 285 - Nenhum produto de origem animal pode ter entrada em estabelecimentosob inspeção municipal sem que seja claramente identificado como oriundo de estabelecimentos registrados no S.I.M. do próprio município, no Serviço de Inspeção Estadual (S.I.S.E.) ou Serviço de Inspeção Federal (S.I.F.).

Parágrafo Único - É proibido o retorno ao estabelecimento de origem, dos produtosque, na reinspeção, sejam considerados impróprios para o consumo humano, devendo ser promovida sua transformação, aproveitamento condicional ou inutilização.

Art. 286 - Na reinspeção de carne, em natureza ou conservada pelo frio, deve sercondenada a que apresentar alteração indicativa de processo de putrefação, contaminação biológica, química ou indícios de zoonoses.

Parágrafo Único - Sempre que necessário, a inspeção verificará o pH sobre o extrato da carne.

Art. 287 - Nos entrepostos, onde se encontram depositados produtos de origemanimal procedentes de estabelecimentos sob Inspeção Municipal, Estadual ou Federal, bem como nos demais locais, a reinspeção deve especialmente visar:

I - a conferência da origem de fabricação do produto, certificando-se que foi inspecionado pelo S.I.M./Nova Maringá, pelo S.I.S.E./MT (Serviço de Inspeção Estadual) ou S.I.F (Serviço de Inspeção Federal);

II - a identificação dos rótulos com a composição e marcas oficiais do produto, bemcomo a data de fabricação, prazo de validade, número de lote e informação sobre a conservação do produto;

III - a verificação das condições de integridade dos envoltórios, recipientes e sua padronização;

IV - a verificação dos caracteres organolépticos sobre uma ou mais amostras, conforme o caso;

V - a coleta de amostras para o exame físico-químico e microbiológico.

§1º. A amostra deve receber uma fita envoltória aprovada pelo S.I.M./Nova Maringáclaramente preenchida pelo interessado e pelo funcionário que colher a amostra para envio ao laboratório oficial;

§2º. Sempre que o interessado desejar, a amostra pode ser colhida em triplicata,com os mesmos cuidados de identificação assinalados no parágrafo anterior, representando uma delas a contraprova que permanecerá em

poder do interessado, em seguida lavrar-se-á o termo de coleta em duas vias, destinando uma delas ao interessado. As amostras serão colocadas em embalagens apropriadas, fechadas, lacradas e rubricadas pelo interessado e pelo funcionário do S.I.M./Nova Maringá.

§3º. Quando o interessado divergir do resultado do exame poderá recorrer, no prazode 48 horas (quarenta e oito horas), a análise da contraprova.

§4º. O requerimento será dirigido ao Coordenador do S.I.M./Nova Maringá.

§5º. O exame da contraprova poderá ser realizado em outro laboratório oficial com apresença de representante do S.I.M./Nova Maringá.

§6º. Além de escolher o laboratório oficial para o exame da contraprova, ointeressado pode fazer-se representar por um técnico de sua confiança.

§7º. Confirmada a condenação da matéria prima, do produto ou da partida, ainspeção determinará sua destinação.

§8º. As amostras para prova ou contraprova, coletadas pelo S.I.M./Nova Maringá, paraexames de rotinas ou análises periciais, serão cedidas gratuitamente pelos estabelecimentos.

Art. 288 - É permitido, a juízo do Coordenador do S.I.M./Nova Maringá o retorno aoestabelecimento de origem de produtos apreendidos nos mercados de consumo ou em trânsito dentro do Município, desde que ainda apropriado ao consumo humano, para rebeneficiamento.

§1º. No caso do responsável pela fabricação ou pelo despacho do produto recusar adevolução, poderá a mercadoria, depois de inutilizada pela inspeção, ser aproveitada para fins não comestíveis em estabelecimentos dotados de instalações apropriadas.

§2º. A firma proprietária ou arrendatária do estabelecimento de origem seráresponsabilizada e punida no caso de não comunicar a chegada do produto devolvido ao servidor do S.I.M./Nova Maringá.

Art. 289 - No caso de coleta de amostra para exame de produtos de origem animalserá lavrado o competente auto de apreensão da mercadoria, ficando a mesma com o responsável pelo estabelecimento, que funcionará como fiel depositário até o resultado dos exames.

Art. 290 - A mercadoria contaminada ou alterada, não passível de aproveitamento,como estabelece neste Regulamento, será destruída pelo fogo ou outro agente físico ou químico.

Art. 291 - No caso de apreensão por falta de indicação no rótulo do registro noS.I.M./Nova Maringá, ou S.I.S.E./MT (Serviço de Inspeção Estadual) ou S.I.F (Serviço de Inspeção Federal) ou por falta de carimbo, o produto, após o respectivo exame, poderá ser destinado, inócuo, a estabelecimento de caridade, asilo ou entidade beneficente ou, se for o caso, ao zoológico, ficando o respectivo donatário obrigado a fornecer o recibo adequado, desde que seja produto processado e embalado.

SEÇÃO 4

DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 292 - O estabelecimento para obter o registro no SIM/POA deverá satisfazer asseguintes condições:

a) estar situado em local distante de fonte produtora de poluição ou de contaminação de qualquer natureza e capaz de interferir na higiene e sanidade dos produtos de origem animal;

b) dispor de área suficiente para a construção de todas as instalações previstas;

c) dispor de instalações adequadas para a recepção, abate, industrialização, conservação, embalagem e depósito de produtos de origem animal;

d) dispor de luz e ventilação natural ou artificial adequados em todas as dependências.

e) possuir pisos impermeabilizados, de fácil lavagem e desinfecção nas áreas internas de processamento ou manipulação de produtos de origem animal;

f) possuir paredes lisas, de cor clara, de fácil lavagem e desinfecção e impermeabilizadas;

g) possuir cobertura ou forro que impossibilite a contaminação dos produtos de origem animal e que permita sua manutenção a temperatura adequadas, em qualquer fase do seu processamento;

h) dispor de mesas, equipamentos e recipientes que permitam a execução higiênica dos trabalhos;

i) dispor de recipientes identificados pela cor vermelha para colocação de produtos não-comestíveis.

j) dispor de água potável em quantidade suficiente à produção higiênica dos produtos de origem animal, mantendo o sistema de cloração ou tratamento de água;

l) dispor de rede de esgoto e sistema de tratamento de águas servidas, conforme normas estabelecidas pelo órgão competente.

m) dispor de vestiários e instalações sanitárias com áreas proporcionais ao número de funcionários, separados por sexo, e com acesso independente da área industrial;

n) possuir ruas e pátios revestidos de modo a impedir a formação de poeira e lama;

o) possuir janelas e portas e fácil abertura dotadas de tela ou outros dispositivos eficientes para impedir o acesso de insetos;

p) possuir instalações ou equipamentos que conservem a matéria prima e produtos sob temperatura adequada e controlada por instrumentos, com termômetro de máxima e mínima ou de dispositivos de registro de temperatura, para assegurar a uniformidade da temperatura na conservação das matérias primas, produtos e durante os processos industriais;

q) dispor de local e equipamentos para higienizar os veículos transportadores de animais vivos;

r) apresentar boletim oficial do exame da água de abastecimento com resultados que atendam os padrões microbiológicos e físico-químicos;

s) Os locais onde sejam utilizadas facas, ganchos, fuzis e chairas deverão dispor de esterilizadores para a higienização de tais utensílios, nos quais a água deverá ser mantida à temperatura mínima de 85°C (oitenta e cinco graus Centígrados);

t) O sistema de climatização dos estabelecimentos que manipulam produtos de origem animal refrigerados ou resfriados deverão dispor de equipamentos de frio que mantenham o ambiente com temperatura máxima de 16°C (dezesseis graus Centígrados);

Art. 293 - O estabelecimento e suas dependências deverão ser mantidas livres demoscas, mosquitos, baratas, cães, gatos, ratos e quaisquer outros insetos ou animais capazes de expor a risco a higiene e sanidade dos produtos de origem animal;

Art. 294 - O estabelecimento e suas dependências deverão ser mantidas livres deprodutos, objetos ou materiais estranhos à finalidade da dependência;

Art. 295 - O SIM/POA deverá condicionar o registro à indicação peloestabelecimento requerente de um profissional legalmente habilitado como responsável técnico (Médico Veterinário).

Art. 296 –As normas da inspeção sanitária, industrial e tecnológica relacionadas àsinstalações, aos processos e procedimentos dos estabelecimentos de produtos de origem animal, em conformidade à classificação prevista, serão disciplinadas em regulamentos técnicos específicos aprovados por Decreto do prefeito municipal.

Parágrafo único –O SIM/POA divulgará as normas expedidas e delas daráconhecimento as autoridades, estabelecimentos, instituições e órgãos afins ou relacionados.

Art. 297– O SIM/POA periodicamente fiscalizará e inspecionará o reaparelhamentoou a execução de obras nos estabelecimentos em construção ou reformas, verificando sua conformidade ao processo de registro aprovado.

Art. 298 - O estabelecimento que após o registro desrespeitar o presenteRegulamento e Normas Complementares será notificado pelo SIM/POA das irregularidades e das determinações para o seu saneamento.

§ 1º - O médico veterinário do SIM/POA deverá ajustar um cronograma das medidassaneadoras a serem executadas pelo proprietário ou responsável pelo estabelecimento, firmado no Termo de Compromisso.

§ 2º- Vencidos os prazos convencionados sem que as irregularidades tenham sidosanadas, o estabelecimento sujeita-se às penalidades previstas neste Regulamento.

SEÇÃO 5

DO PESSOAL

Art. 299 - Os funcionários dos estabelecimentos de produtos de origem animaldeverão apresentar-se munido de uniforme completo, o que inclui botas, calça, guarda-pó, avental e protetor de cabelos, de cor branca e limpos, que deverão ser trocados diariamente e possuir:

I - atestado de saúde atualizado comprovando não ser portador de moléstia infectocontagiosa;

II - não usar adornos de mãos ou pulsos;

III. - estar livre de sintomas ou afecções de doenças infectocontagiosas, abscessosou supurações cutâneas;

IV - não cuspir, não fumar e não realizar qualquer ato físico que de alguma maneirapossa contaminar o alimento;

V - apresentar-se asseado.

Art. 300 - Os funcionários que trabalham em oficinas, setores de manutenção eoutros devem apresentar-se com uniformes em cores diferenciadas e não terão livre acesso ao interior do estabelecimento onde se processa a matança ou se manipulam produtos comestíveis.

Art. 301 - Os visitantes somente terão acesso ao interior do estabelecimento quandodevidamente uniformizados e autorizados pelo responsável do serviço de inspeção.

Art. 302 –É proibido fazer refeições nos locais onde se processam produtos de origem animal.

SEÇÃO 6

DOS EXAMES DE LABORATÓRIO

Art. 303 - Os produtos de origem animal prontos para o consumo, bem como toda equalquer substância que entre em sua elaboração, estão sujeitos a exames tecnológicos, físico-químicos e microbiológicos.

Art. 304 - Os procedimentos de amostragem, as técnicas de exames e orientaçõesanalíticas serão padronizadas pelo S.I.M./Nova Maringá.

§1º. Na ausência dessa padronização, serão seguidas as normas técnicas usadaspelo órgão específico do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, Ministério da Saúde – ANVISA, Instituto Adolfo Lutz ou outro laboratório oficial designado pelo Coordenador do S.I.M./Nova Maringá. Estando estes padrões bacteriológicos compreendidos no Anexo I deste Regulamento.

§2º. Os exames de caráter tecnológicos visarão a técnica de elaboração dosprodutos de origem animal em qualquer uma de suas fases.

§3º. Sempre que houver necessidade, o laboratório pedirá informações à inspeçãojunto ao estabelecimento produtor.

Art. 305 - Os procedimentos de amostragem serão realizados de forma quecompreendam as seguintes fases:

I –Será coletada 01 (uma) amostra para análise microbiológica e outra para análisefísico-química, bimestralmente, como monitoramento;

II – Em casos de reincidência, as amostras serão coletadas de acordo com a legislação vigente, objetivando providências de natureza administrativa, cível e criminal.

Art. 306 - Os exames físicos e químicos compreendem:

I - os caracteres sensoriais: cor, odor, sabor, consistência e aspecto;

II - princípios básicos ou composição centesimal;

III - índices físicos e químicos;

IV – corantes, conservantes ou outros aditivos;

V – provas especiais de caracterização e verificação de qualidade.

Art. 307 – O exame microbiológico deve verificar:

I – contagem padrão em placa;

II. - pesquisa e/ou determinação de micro-organismos indicadores de contaminação;

III - presença de micro-organismos, quando se tratar de produtos submetidos à esterilização;

IV - pesquisa e/ou determinação de micro-organismos patológicos;

V - presença de produtos do metabolismo microbiano, quando necessário.

Art. 308 - Os Laboratórios, quando necessário, poderão recorrer a outras técnicasde exames, além das adotadas oficialmente, mencionando-as, obrigatoriamente, nos respectivos laudos.

Art. 309 - O S.I.M./Nova Maringá poderá, a seu critério, exigir exames laboratoriaisperiódicos particulares, cujo custo será de responsabilidade do estabelecimento que deu origem à amostra.

Art.310 - Na elaboração de produtos de origem animal, deverão ser atendidos, nosestabelecimentos, os padrões bacteriológicos estipulados pelos laboratórios oficiais.

SEÇÃO 7

DOS COAGULANTES

Art. 311. Entende-se por "coalho" o extrato aquoso, concentrado a baixa-temperatura, dessecado ou não, preparado com o estômago de bezerros. Distinguem-se os coalhos: líquido, em pó, em pastilhas e natural seco.

§1º. O poder coagulante mínimo dos coalhos deverá ser sempre especificado na rotulagem.

§2º. É permitido adicionar aos coalhos líquidos, sal (cloreto de sódio), álcool etílico eglicerina e aos coalhos em pó ou em pastilha, sal (cloreto de sódio) e lactose.

SEÇÃO 8

DOS CONDIMENTOS

Art. 312 - Entende-se por "condimentos" o produto contendo substânciasaromáticas, sápidas, com ou sem valor alimentício, empregado com o fim de temperar alimentos, dando-lhes melhor aroma e sabor.

Art. 313 - É permitido o emprego dos seguintes condimentos:

I - aipo (Apium graveolens e Celeri graveolens);

II - açafrão (Croccus sativus, L)

III - alho (Allium sativum);

IV - aneto (Anethum graveolens);

V - aniz (Pimpinela anizum, L);

VI - baunilha (Vanilia planifolia, Andrews);

VII - canela (Cinnamonum ceylanicum, Breure);

VIII - cardamomo (Elleteria cardamomun)

IX - cebola (Allium cepa);

X - cenoura (Dancus carota);

XI - coentro (Coriandrum sativum, L);

XII - cominho (Cuminum cyminum);

XIII - cravo da índia (Caryophylus aromaticus, L);

XIV - cúrcuma (Curcuma longa, L)

XV - gengibre (Zinziber officinalis, Roscoe);

XVI - louro (Laurus nobilis, L);

XV - macis (envoltório da Myristica fragans, Maute);

XVIII - maiorana (Anethum graveolens);

XIX - manjerona (Origanum majorana,L);

XX - mento (M.viridis, M.rotundifolia e M.piperita, L);

XXI - mostarda:

a) negra (Brassiva nigra Koen);

b) parda (Brassiva juncea, Hocker);

c) branca (Sinapis alba, L) e misturas;

XXII - noz-moscadas (Myristica fragans, Maute) desprovida completamente de envoltório;

XXIII - pimenta:

a) negra (Piper nigrun, L); b) branca (mesmo fruto, porém descorticado);

c) vermelha ou pimenta de Caiena (Capsicum baccatum, L); malagueta (capsicum pendulum, velloso);

XXIV - pimentão (Paprika) (Capsicum anuum, L);

XXV - Pimento ou pimenta da Jamaica ou pimenta inglesa (Pimenta officinalis, Linds);

XXVI - sálvia (Salvia officinalis, L);

XXVII - tomilho (Thymis vulgaris, L);

XXVIII – urucum (Bixa orellana)

Parágrafo Único. Além desses condimentos, permite-se o emprego de outros, desde que aprovados pela inspeção.

SEÇÃO 9

DOS ADITIVOS

Art. 314 - Considera-se "aditivo para alimento" a substância intencionalmenteadicionada ao mesmo, com a finalidade de conservar, intensificar ou modificar suas propriedades, sem prejudicar seu valor nutritivo.

Parágrafo Único - Excluem-se, neste caso, os ingredientes normalmente exigidospara o preparo do alimento.

Art. 315 - Considera-se "aditivo incidental" a substância residual ou migrada que seapresente no alimento, como decorrência das fases de produção, beneficiamento, acondicionamento, estocagem e transporte do próprio alimento ou das matérias primas nele empregadas.

Parágrafo Único - Os aditivos incidentais não devem exercer efeito sobre aspropriedades do alimento.

Art. 316 - Os aditivos a que se refere o presente regulamento compreendem:

I - corante - substância que confere ou intensifica a cor dos alimentos;

II- flavorizante - substância que confere ou intensifica o sabor e o aroma dos alimentos;

III - aromatizantes - substância que confere e intensifica o aroma dos alimentos;

IV - conservador - substância que impede ou retarda a alteração dos alimentosprovocada por micro-organismo ou enzimas;

V - antioxidante - substância que retarda o aparecimento de alteração oxidativa dos alimentos;

VI - estabilizante - substância que favorece e mantém as características dasemulsões e suspensões;

VII - espumífero e antiespumífero - substância que modifica a tensão superficial dos alimentos líquidos;

VIII - espessante - substância capaz de aumentar nos alimentos a viscosidade desoluções, emulsões e suspensões;

IX - edulcorante - substância orgânica artificial não glicídica, capaz de conferir sabordoce aos alimentos;

X - umectante - substância capaz de evitar a perda da umidade dos alimentos;

XI - antiumectante - substância capaz de reduzir as características higroscópicas dos alimentos;

XII - acidulante - substância capaz de comunicar ou intensificar o gosto ácido dos alimentos;

Art. 317 - Entende-se por "sal", para uso na indústria animal, o cloreto de sódioobtido de jazidas, fontes naturais ou de água do mar.

Art. 318 - A inspeção municipal verificará, a espaços regulares, a qualidade do sal(cloreto de sódio), empregado na fabricação dos produtos.

Art. 319 - Os nitratos e nitritos, de sódio e de potássio, usados na elaboração dosprodutos de origem animal, não conterão metais pesados, substâncias tóxicas ou não permitidas neste Regulamento.

Art. 320 - Toda e qualquer substância utilizada na produção de alimentos seráprevia mente aprovada para consumo humano, pelo órgão competente.

SEÇÃO 10

DA EMBALAGEM, ROTULAGEM E CARIMBOS

SUBSEÇÃO 10.1

DA EMBALAGEM

Art. 321 - As indústrias que produzem embalagens que mantenham contato com osprodutos de origem animal destinados ao consumo humano deverão estar registradas ou aprovadas no órgão competente do ministério da saúde.

Art. 322 - As embalagens anteriormente usadas somente poderão ser aproveitadasno acondicionamento de produtos ou matérias primas utilizadas na alimentação humana quando absolutamente integras, perfeitas e rigorosamente higienizadas.

Parágrafo único - É proibido a reutilização de embalagens que tenhamacondicionado produtos ou matérias primas de uso não comestível.

Art. 323 –O estabelecimento de produtos de origem animal, quando doencerramento de suas atividades ou do cancelamento de seu registro no SIM/POA, deverá inutilizar os rótulos e embalagens estocadas, quando contiverem a chancela do SIM/POA.

Parágrafo único –A inutilização ou destruição dos rótulos e embalagens deverá sersupervisionada pelo médico veterinário fiscal do SIM/POA

Art. 324 - O uso de embalagens em desacordo ao presente Regulamento deveráser previamente autorizado pelo SIM/POA.

SUBSEÇÃO 10.2

DA ROTULAGEM

Art. 325- Os produtos de origem animal destinados à alimentação humana, quandodestinados ao comércio, deverão estar identificados por meio de rótulo.

Parágrafo único – Quando fracionados, os produtos de origem animal deverãoconservar a rotulagem ou possibilitar a identificação do estabelecimento produtor.

Art. 326 - O rótulo deverá conter as seguintes informações:

I - Nome ou marca de venda do produto, podendo constar palavras ou frases adicionais apostas próximas a sua denominação, desde que não induzam os consumidores a erro com respeito a natureza e condições físicas do produto;

II- Lista de ingredientes;

III - Forma ou modo de conservação do produto;

IV - Peso líquido, descrevendo a quantidade nominal em unidades do SistemaInternacional (SI), conforme especificado a seguir:

a) para sólidos granulosos, os produtos deverão ser comercializados em unidades de massa; b) para líquidos, os produtos deverão ser comercializados em unidade de volume; c) para os semi-sólidos ou semi-líquidos, os produtos deverão ser comercializados na unidade de massa ou volume; d) para os produtos com uma forma sólida e outra líquida, separáveis por filtração simples, além do peso líquido, deverá constar o peso drenado, assim descrito, com tamanho, destaque e visibilidade igual ao que anuncia o peso líquido.

V - Identificação de origem descrevendo:

a) o nome e endereço do fabricante, produtor, fracionador ou firma responsável, conforme o caso;

b) a localização do estabelecimento, especificando município de origem;

c) a razão social e o número de registro do estabelecimento no SIM/POA;

d) a menção da seguinte expressão: “FABRICADO NO BRASIL”, “INDÚSTRIA BRASILEIRA”.

VI - identificação do lote, informando a data de fabricação, de embalagem ou devalidade mínima, indicando o dia e o mês, nesta ordem;

VII - validade mínima, descrevendo:

a) dia e mês, para produtos com duração mínima não superior a três meses; b) mês e ano, para produtos com duração mínima superior a três meses, podendo ser utilizada a expressão “FIM DE ANO”, caso o mês de vencimento for dezembro.

VIII- instruções sobre o preparo ou uso do produto, quando pertinentes, incluída areconstituição, o descongelamento ou o tratamento necessário ao seu correto consumo;

IX - a letra que oficialmente classifica o estabelecimento produtor;

X - a chancela do SIM/POA;

XI - demais exigências previstas em legislações ordinárias;

§ 1º- As informações nos rótulos deverão ser indicadas em linguagem clara,figurando de forma visível, legível e indelével.

§ 2º- A presença de água no produto de origem animal deverá ser declarada na listade ingredientes, exceto quando faça parte de compostos já anunciadas, tais como salmouras, xaropes, molhos, caldos ou outros similares.

§ 3º - Não é obrigatória a declaração do conteúdo liquido para produtos pesados avista do consumidor, desde que no rótulo conste a expressão: “VENDA POR PESO” ou “DEVE SER PESADO À VISTA DO CONSUMIDOR”;

§ 4º - A data de validade mínima deverá ser anunciada pelo uso de uma dasseguintes expressões: “CONSUMIR ANTES DE”; “VALIDO ATÉ”, “VALIDADE”, “VENCE EM” OU “VENCIMENTO”, seguida da data ou da indicação do local onde consta esta informação;

§ 5º - Nos rótulos da carne de equídeos ou dos produtos com ela elaborados parcialou totalmente, exige-se a declaração no rótulo “CARNE DE EQUÍDEO” ou “PREPARADO COM CARNE DE EQUÍDEO” ou “CONTÉM CARNE DE EQUÍDEO”.

Art. 327 –O uso de rótulos, estampas, ou carimbos, quando em desacordo aopresente Regulamento, deverá ser previamente autorizado pelo SIM/POA.

Art. 328 - Os produtos que não forem destinados à alimentação humana ou animaldeverão conter em seu rótulo a indicação ‘NÃO COMESTÍVEL’.

Art. 329 - Os produtos modificados, enriquecidos, dietéticos, para regimes especiaisou de uso medicinal deverão ser rotulados de acordo com as determinações legais especiais, aplicando-se o presente Regulamento no que for pertinente.

Art. 330 – Um mesmo rótulo poderá ser usado para produtos idênticos, fabricadosem vários estabelecimentos da mesma empresa, desde que sejam da mesma quantidade, denominação e marca, bem como provenientes de estabelecimentos registrados no SIM/POA.

Parágrafo único –Nos rótulos utilizados nestas circunstâncias deverão constar osendereços dos estabelecimentos produtores.

Art. 331 - Os produtos de origem animal embalados e que apresentarem superfíciedo painel destinado à rotulagem com área inferior a 10 cm2 poderão ficar isentos dos requisitos estabelecidos no Art. 60, à exceção da indicação da denominação da marca do produto e número de registro no Serviço de Inspeção.

Art. 332 - Os produtos condenados pelo SIM/POA deverão ser identificados com apalavra “CONDENADO”, estampada com tinta indelével através de carimbo com a forma e dimensões em centímetros conforme Art. 335, modelo IV.

SUBSEÇÃO 10.3

DOS CARIMBOS

Art. 333 - O número de registro do estabelecimento, as iniciais S.I.M. e, conforme ocaso, as palavras "Inspecionado" ou "Reinspecionado", tendo na parte superior a palavra "Nova Maringá/MT", representam os elementos básicos do carimbo oficial da inspeção municipal cujos formatos, dimensões e emprego são definidos neste regulamento.

§1º. As iniciais "S.I.M." traduzem "Serviço de Inspeção Municipal".

§2º. O carimbo de inspeção municipal representa a marca oficial usado unicamenteem estabelecimentos sujeitos à fiscalização do S.I.M./Nova Maringá e constitui o sinal de garantia de que o produto foi inspecionado pela autoridade competente.

Art. 334 - Os carimbos da inspeção municipal devem obedecer à descrição e osmodelos constantes do ANEXO I, deste Regulamento, respeitadas as dimensões, formas, dizeres, tipo e corpo de letra, devem ser colocados em destaque nas testeiras das caixas e outros continentes, nos rótulos ou produtos, numa cor única, preferencialmente preto, quando impressos, gravados ou litografados.

Art. 335 - Os diferentes modelos de carimbos de inspeção municipal a seremusados nos estabelecimentos fiscalizados pelo S.I.M./Nova Maringá obedecerão às seguintes especificações:

I - Modelo I:

a) Forma: Elíptica, no sentido horizontal; b) Dizeres: Número de registro do estabelecimento isolado e encimado da palavra "INSPECIONADO", colocada horizontalmente, e "NOVA MARINGÁ-MT" que acompanha a curva superior da elipse; logo abaixo do número, as iniciais S.I.M., acompanhando a curva inferior.

c) Dimensões e uso:

I – 7 cm x 5 cm (sete por cinco centímetros): Para uso em carcaças ou quartos de grandes animais em condições de consumo em natureza e em carnes destinadas à industrialização posterior, aplicado externamente sobre as massas musculares.

2 – 5 cm x 3 cm (cinco por três centímetros): Para uso em carcaça de pequenos e médios animais e em cortes de carnes frescas ou frigorificadas de qualquer espécie de açougue.

II - Modelo II:

a) Forma: Circular; b) Dizeres: Número de registro do estabelecimento isolado e encimado da palavra "INSPECIONADO" colocada horizontalmente, e "NOVA MARINGÁ-MT", que acompanha a curva superior do círculo; logo abaixo do número, as iniciais "S.I.M." acompanhando a curva inferior do círculo.

c) Dimensões e uso: O diâmetro varia de 2 cm (dois centímetros) a 30 cm (trinta centímetros). Esse modelo, cujas dimensões são escolhidas considerando-se a proporcionalidade com o tamanho da embalagem, compõe o rótulo registrado de produtos comestíveis de origem animal manipulados e/ou industrializados, inclusive caixas ou engradados contendo ovos, pescado, mel e cera de abelhas, podendo ser aplicado, conforme o caso, sob a forma de selo adesivo.

III - Modelo III:

a) Forma: Triângulo equilátero com a base voltada para cima; b) Dizeres: Número do registro do estabelecimento isolado e encimado da palavra “INSPECIONADO” e da palavra “NOVA MARINGÁ-MT” colocados no sentido horizontal e logo abaixo a palavra “S.I.M.”;

c) Dimensões e Uso: 7 cm (sete centímetros) de cada lado. Este modelo compõe o rótulo registrado de produto não comestível, destinados à alimentação de animais.

IV - Modelo IV:

a) Forma: Retangular no sentido horizontal;

b) Dizeres: Número do registro do estabelecimento isolado e encimado das iniciais "S.I.M." e da palavra "NOVA MARINGÁ-MT" colocados no sentido horizontal e logo abaixo a palavra "CONDENADO";

c) Dimensões e uso: 7 cm x 5 cm (sete por cinco centímetros) e 4 cm x 2,5 cm (quatro por dois e meio centímetros), para uso em carcaças, cortes e produtos diversos quando condenados pela inspeção.

V - Modelo V:

a) Forma: Circular

b) Dizeres: Número de registro do estabelecimento isolado e encimado das iniciais "S.I.M." colocadas horizontalmente, e da palavra "NOVA MARINGÁ-MT" acompanhando a curva superior do círculo; logo abaixo do número a palavra "REINSPECIONADO", acompanhando a curva inferior do círculo.

c) Dimensões e uso: o diâmetro varia de 2 cm (dois centímetros) a 3 cm (três centímetros). Para uso em produtos de origem animal comestíveis após reinspeção e usando-se as dimensões proporcionais ao volume do produto a ser carimbado.

Art. 336 - Carcaças, partes de carcaças ou cortes, terão o carimbo aplicadodiretamente na porção muscular, utilizando tintas com substâncias inócuas com fórmulas aprovadas pelo S.I.M./Nova Maringá.

Art. 337 - A autorização para utilização do (s) carimbo (s) será entregue sob recibo epermanecerá sob a responsabilidade do médico veterinário incumbido pela inspeção do estabelecimento.

Art.338 - Quando do encerramento das atividades ou do cancelamento do registrono SIM/POA, o responsável pela Inspeção deverá entregar ao médico veterinário fiscal, mediante recibo, o (s) carimbo (s) e matriz (es) que contenham a chancela do SIM/POA.

SEÇÃO 11

DO TRÂNSITO

Art.339 - Os produtos de origem animal oriundos de estabelecimentos com inspeçãofederal ou estadual, atendidas as exigências deste regulamento e normas complementares, tem livre trânsito no território do município de Nova Maringá.

Parágrafo único – Os produtos de origem animal depositados ou em trânsito estão sujeitos à fiscalização pelo SIM/POA nos limites de sua competência.

Art. 340 - Todos os produtos de origem animal em transito pelas rodovias domunicípio de Nova Maringá deverão estar embalados, acondicionados e rotulados em conformidades ao previsto neste Regulamento, podendo ser reinspecionados pelos Médicos Veterinários fiscais do SIM/POA nos postos fiscais fixos ou volantes.

Art. 341 - Os produtos de origem animal oriundos de estabelecimento com inspeçãopermanente, quando em trânsito, deverão estar acompanhados pelo carimbo do Certificado Sanitário no verso da nota fiscal do produto assinado pelo médico veterinário responsável pela inspeção do SIM/POA.

Art. 342 - Os produtos de origem animal oriundos de estabelecimentos cominspeção periódica, quando em trânsito, ficam isentos do Certificado Sanitário do Médico Veterinário do SIM/POA.

Art. 343 - O transito de produtos de origem animal deverá ser feito em veículos emconformidade às normas específicas relacionadas à espécie e a conservação do produto transportado.

§ **1º -** É proibido o trânsito de produtos de origem animal destinados ao consumohumano com produtos ou mercadorias de outra natureza.

§ **2º -** Os produtos de origem animal em trânsito deverão estar higienicamenteacondicionados em recipiente adequado, independentemente de estarem embalados.

§ **3º** - Os veículos transportadores de produtos de origem animal ou congeladosdeverão dispor de meios que permitam verificar a temperatura, mantendo-a nos níveis adequados à conservação dos produtos transportados.

SEÇÃO 12

DAS OBRIGAÇÕES

Art.344 - O proprietário ou representante legal dos estabelecimentos que trata este Regulamento estão obrigados a:

I - Manter o estabelecimento em conformidade às determinações desteRegulamento e normas complementares relacionadas;

II - cumprir e fazer cumprir as determinações deste Regulamento e normas complementares;

III - cumprir e fazer cumprir os regulamentos técnicos relacionados às condições higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação de alimentos aprovados pelos órgãos oficiais dos Ministérios da Agricultura e da Saúde;

IV - fornecer material adequado e suficiente para a execução dos trabalhos de inspeção;

V - dispor à inspeção, pessoal auxiliar habilitado e suficiente à execução dos serviços;

VI - fornecer transporte aos agentes da inspeção até o local dos trabalhos, quandoestes se realizarem em local afastado do perímetro urbano;

VII - fornecer gratuitamente alimentação ao Médico Veterinário fiscal e aos agentesde inspeção, quando os horários para refeição não permitirem que os servidores as façam em suas residências;

VIII - obedecer às determinações do Médico Veterinário fiscal e dos agentes dainspeção quanto ao destino dos animais e dos produtos de origem animal condenados;

IX - recolher as taxas de inspeção sanitárias instituídas;

X - encaminhar até o 5º dia do mês subsequente ao Médico Veterinário fiscal doSIM/POA lotado na Secretaria de Agricultura de Nova Maringá os relatórios de produção, mapas de abate e outros documentos que venham a serem determinados pela inspeção sanitária e industrial;

XI - comunicar ao Médico Veterinário fiscal de inspeção, com o mínimo de dosehoras de antecedência, a realização de quaisquer atividades industriais não previstas e que requeiram sua presença, mencionando natureza das atividades e horários de seu início e sua conclusão.

XII - comunicar oficialmente ao SIM/POA, no prazo máximo de 30 dias de seuevento, a suspensão, paralisação ou enceramento das atividades dos estabelecimentos;

XIII - apresentar ao fiscal e agentes da inspeção, quando solicitado ou a lei exigir, adocumentação sanitária dos animais;

XIV - utilizar matérias primas inspecionadas e ingredientes de qualidade aprovadospelos Ministérios da Agricultura e Saúde, especificando a procedência;

XV - fornecer material próprio, utensílio e substâncias adequadas para os trabalhosde coleta e transporte de amostras para laboratório, bem como para limpeza, desinfecção e esterilização de instrumentos, aparelhos ou instalações;

XVI - manter funcionário previamente orientado na recepção de animais destinadosao abate, o qual deverá exigir o documento sanitário (Guia de Trânsito Animal – GTA), permitindo o desembarque somente após a apresentação do mesmo;

XVII - apresentar à inspeção a documentação sanitária (GTA) que possibilitou otrânsito dos animais desde a origem até o local do abate;

XVIII - fornecer uniformes aos funcionários, inclusive para os componentes daequipe de inspeção, em quantidade suficiente, conforme descrito a seguir:

§1º. O funcionário que manipular produtos de origem animal, em qualquer fase deseu processamento, deverá trajar uniforme completo, limpo e de cor branca.

§2º. Os demais funcionários deverão trajar vestimenta de cor diferenciada e nãoterão livre acesso às dependências do estabelecimento onde se processam os produtos de origem animal, salvo em condições excepcionais:

1 – azul – para manutenção;

2 – vermelho – para limpeza e higienização da área interna da indústria;

3 – verde – currais e graxaria;

4 - marrom - serviços gerais.

§3º. Os funcionários efetuarão trocas de uniformes sempre que necessário emintervalos prolongados e nas demais situações que a inspeção julgar necessário.

§4º. Os visitantes somente terão acesso às dependências onde se processam osprodutos de origem animal quando devidamente autorizados e uniformizados, sendo a circulação dos mesmos, na área industrial, de responsabilidade da empresa.

XIV- manter à disposição do Médico Veterinário fiscal e dos agentes de inspeção osresultados das análises laboratoriais;

§ **1º** - O pessoal colocado à disposição do SIM/POA subordina-se ao MédicoVeterinário fiscal responsável pela inspeção.

§ **2º** - Os materiais disponibilizados pelos estabelecimentos para execução dosserviços de inspeção não se transferem patrimonialmente aos agentes de inspeção, que sobre eles são responsáveis.

XX - Tratando-se de matérias primas ou produtos procedentes de outros

estabelecimentos sob inspeção, deve a empresa anotar nos livros e mapas indicados, a data de entrada, número da guia de embarque ou do certificado sanitário, a quantidade, qualidade e número de registro do estabelecimento remetente.

XXI - Os estabelecimentos de leite e derivados deverão fornecer, a juízo daInspeção, uma relação atualizada de fornecedores, nome da propriedade rural e atestados sanitários dos rebanhos.

XXII - Nos estabelecimentos de produtos de origem animal registrados noS.I.M./Nova Maringá só será permitido a utilização de leite, carne e seus derivados cuja origem seja de animais negativos para brucelose e tuberculose.

§1º - Torna-se obrigatória a realização dos exames de brucelose e tuberculosesemestralmente em bovinos e bubalinos.

§2º - Fica obrigatória a apresentação dos atestados dos exames para brucelose etuberculose ao S.I.M./Nova Maringá, dos animais citados no parágrafo anterior para a recepção, manipulação, processamento e expedição dos produtos de origem animal.

CAPÍTULO V

DA FISCALIZAÇÃO E DE SUA ORGANIZAÇÃO

Art. 345 –A Secretaria Municipal de Agriculturaatravés do SIM/POA, estabelecerá os procedimentos, as práticas, proibições e imposições, bem como as fiscalizações necessárias à promoção e manutenção da qualidade e higiene sanitária dos produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis.

Art. 346 –O SIM/POA deverá atuar nos programas de proteção à saúde humana eao meio ambiente e sanidade animal desenvolvidos pela Secretaria Municipal da Agricultura, especialmente quando relacionados à profilaxia, controle ou erradicação de zoonoses e outras doenças de interesse sanitário ao município de Nova Maringá, participando e contribuindo na criação e implantação de medidas de vigilância sanitária animal.

Art. 347 –São sujeitos à fiscalização industrial e sanitária os estabelecimentos e produtos relacionados no artigo 280 e 281 deste regulamento.

Parágrafo único –A fiscalização de que trata este regulamento estendese emcaráter supletivo aos estabelecimentos atacadistas e varejistas, sem prejuízo a fiscalização sanitária local.

Art. 348 –Estão sujeitos ao cumprimento deste Regulamento e à fiscalização osprodutos de origem animal depositados ou em trânsito.

Art. 349 –Quando em trânsito, a fiscalização de que se trata este regulamentopoderá ser efetuada em:

I –postos ou barreiras de fiscalização no município;

II – barreiras móveis de fiscalização.

Art. 350 –Os Médicos Veterinários fiscais do SIM/POA em barreiras de fiscalizaçãofixas ou móveis deverão condicionar a liberação dos produtos de origem animal em trânsito flagrados irregulares ou suspeitos de o serem à notificação das exigências saneadoras pertinentes ao proprietário, transportador ou responsável, sem prejuízo das medidas sanitárias determinadas pelos órgãos de saúde pública competentes.

§ **1º** - Em havendo risco, mediato ou imediato, à saúde pública ou o nãocomprometimento do responsável pelos produtos de origem animal irregulares em promover as medidas saneadoras determinadas, o médico veterinário fiscal do SIM/POA deverá apreende-los e, caso for, condena-los, observados a conveniência, os meios, procedimentos e instrumentos previstos neste Regulamento.

Art. 351 –Os servidores da Secretaria Municipal de Agricultura ou os funcionários de suas empresas vinculadas lotados em postos ou barreiras de fiscalização municipal ou a serviço em barreiras móveis de fiscalização deverão cientificar a Secretaria Municipal de Agricultura, a origem e o destino dos produtos de origem animal irregulares ou suspeitos de o serem, bem como todas as informações relacionadas ao fato ou às circunstâncias irregulares ou suspeitas.

Art. 352 –Considera-se médico veterinário fiscal competente, para efeito desteRegulamento, o médico veterinário fiscal lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Divisão/Coordenação do Serviço de Inspeção Municipal de Nova Maringá - Produtos de Origem Animal – SIM/POA, e designado

por Decreto expedido pelo prefeito do município para desempenhar as atividades de inspeção e de fiscalização de produtos de origem animal.

Parágrafo único –o médico veterinário fiscal terá carteira de identidade funcional,na qual constará a denominação do órgão emitente, o número de ordem do documento, a data de sua expedição e prazo de validade, além de fotografia, formação profissional e respectivo número de registro no órgão de classe, cargo e área de atuação do portador e assinaturas do Secretário Municipal da Agricultura.

Art. 353 - O médico veterinário fiscal competente, mediante apresentação dacarteira funcional e no desempenho de suas funções, terá livre acesso aos estabelecimentos e suas dependências, às propriedades rurais, aos depósitos, armazéns ou qualquer outro local ou instalação onde se abatam animais, processem, transformem, transportem, beneficiem, acondicionem, armazenem, depositem ou comercializem produtos e subprodutos de origem animal, matérias primas e afins.

Parágrafo único –Os Médicos Veterinários fiscais que na fiscalização acessaremdependências ou equipamentos utilizados no processamento de produtos de origem animal deverão estar asseados e trajados de modo a impedir a contaminação da matéria prima e produtos.

Art. 354 - Havendo circunstâncias que envolvam risco de contaminação da saúdepública ou ambiental, a autoridade da Secretaria Municipal de Agricultura notificará a Secretaria Municipal de Saúde, através da vigilância sanitária local, bem como, o Ministério Público, devendo para este efeito serem estabelecidas normas de atuação em conjunto.

Art. 355 - O profissional da inspeção industrial e sanitária de produtos de origemanimal imediatamente deverá oficiar às autoridades da Defesa Sanitária Animal, da Secretaria de Estado da Saúde ou outros órgãos competentes a ocorrência de enfermidades animal ou zoonoses de notificação obrigatória de que tiver conhecimento.

Art. 356 - Cumpre a Secretaria Municipal da Agricultura, prover recursos e ascondições necessárias às atividades de fiscalização desenvolvidas pelo SIM/POA, sem prejuízo de firmar parcerias, nos termos do art. 272 deste Regulamento.

CAPÍTULO VI

DO PROCESSO, DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

SEÇÃO 1

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

Art. 357 - As normas e instruções referidas nesta Seção disciplinam o processo dasautuações, das defesas e dos recursos, estabelecendo prazos, procedimentos e competências.

Art. 358 –O Auto de Infração é documento gerador do processo administrativopunitivo e deverá ser lavrado em três (03) vias pelo médico veterinário fiscal do SIM/POA, com clareza, sem entrelinhas, rasuras, emendas ou borrões, nos termos e modelos expedidos, devendo conter:

a) nome do autuado, endereço, bem como os demais elementos necessários à sua qualificação e identificação civil; b) data, local e hora na qual a irregularidade foi verificada; c) descrição da infração e dos dispositivos legais ou regulamentares infringidos; d) assinatura do autuado, ou na sua recusa, a identificação e firma de duas testemunhas, dando-lhe ciência de que responderá pelo fato em processo administrativo;

e) local, data e hora da autuação;

f) penalidades às quais o autuado está sujeito;

g) prazo e local para interposição e apresentação de defesa;

h) identificação e assinatura do médico veterinário fiscal autuante.

§ **1º** - As incorreções ou omissões do Auto de Infrações não acarretarão suanulidade, quando nele constarem elementos suficientes para determinar com segurança a infração e possibilitar a defesa do autuado.

§ **2º** - havendo circunstâncias ou fatos impeditivos à lavratura do Auto de Infração nolugar onde as irregularidades foram verificadas, este documento poderá ser lavrado em qualquer local, neste caso encaminhando-o ao autuado por via postal.

Art. 359 –O autuado deverá ser notificado do Auto de Infração dos demais atos defiscalização ou de inspeção:

a) por via postal, desde que exista distribuição domiciliaria na localidade de residência ou sede do notificado;

b) pessoalmente, se esta forma de notificação não prejudicar a celeridade do procedimento ou se for inviável a notificação por via postal;

c) por fac-símile ou meio eletrônico, se a urgência do caso recomendar o uso de tais meios;

d) por edital, caso o notificado esteja em lugar incerto e não sabido.

§ **1º** - No caso do autuado ou das testemunhas recusarem-se a firmar a notificaçãoou o Auto de Infração, o fato deverá ser mencionado pela autoridade no documento lavrado, remetendo-se ao interessado uma de suas vias pelo correio, com aviso de recebimento (AR).

§ **2º** - O edital referido no inciso “d” deste artigo será publicado na Imprensa Oficialuma única vez, considerando-se efetivada a notificação cinco (05) dias após a publicação.

§ **3º** - Sempre que a notificação for feita por fac-símile, a mesma deverá serconfirmada nos termos dos incisos I ou II até o terceiro dia útil imediato, para todos os efeitos sendo considerada na data da primeira comunicação.

Art. 360 - Quando ao autuado, não obstante a autuação, subsistir obrigação acumprir, o médico veterinário fiscal do SIM/POA dela regulamente o cientificará, alertando-o das sanções a que está sujeito caso não as cumpra.

Parágrafo único –O prazo para o cumprimento da obrigação subsistente, em casosexcepcionais, poderá ser reduzido ou aumentado, definido pelo Coordenador do SIM/POA, os critérios e fatores determinantes, estes dados a conhecer ao autuado.

Art. 361 - Os Médicos Veterinários fiscais são responsáveis pelas declarações quefizerem nos documentos ficais de sua lavra, sujeitos às penalidades, por falta grave, em caso de falsidade ou omissão dolosa, em conduta apurada na forma regulamentar prevista.

Art. 362 - Lavrado o Auto de Infração, o médico veterinário fiscal deverá:

I –Fornecer cópia da autuação ao proprietário do estabelecimento ou a quem orepresenta, informando-o o prazo concedido para contestar os motivos que o fundamentam e as penalidades a que está sujeito;

II - vencido o prazo, apresentado ou não a defesa à autuação, remeter os autosacompanhados de relatório de ocorrência à Procuradoria Jurídica da Prefeitura de Nova Maringá.

Art. 363 - O autuado terá o prazo de quinze (15) dias do recebimento do Auto deInfração para apresentar sua defesa.

§ **1º** - A contestação ou as razões de defesa do autuado deverão ser apresentadaspor escritos dirigidas e entregues ao médico veterinário fiscal do SIM/POA na Secretaria Municipal de Agricultura a cujo quadro esteja vinculado.

§ **2º** - todos os prazos mencionados neste Regulamento são contados nos termosda legislação processual civil pátria.

Art. 364 - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento e Turismoapós promover a regularização formal dos autos do processo administrativo, deverá, registra-lo e remete-lo ao Departamento Técnico do SIM/POA acompanhado de uma Certidão registrando o histórico do autuado quanto à observância das normas sanitárias do Município de Nova Maringá-MT.

Art. 365 - O Departamento Técnico do SIM/POA encaminhará os autos aoresponsável, que deverá analisa-lo nos aspectos técnicos correlatos à autuação as medidas que concluir pertinentes, encaminhando-os a seguir à Procuradoria Jurídica da Prefeitura de Nova Maringá.

Art. 366 - A Procuradoria Jurídica da Prefeitura de Nova Maringá apreciará os aspectos eprocedimentos jurídicos relativos à fiscalização, sobre eles e sobre a defesa, caso houver, manifestando-se em parecer, devolvendo os autos ao Departamento Técnico do SIM/POA, a quem caberá, após efetivar eventuais medidas saneadoras.

Art. 367 –Compete à Procuradoria Jurídica da Prefeitura de Nova Maringá proferir adecisão sobre os fatos relacionados à autuação, lavrando sentença absoluta ou condenatória em primeira instância, nela discriminando os motivos determinantes de sua decisão.

Parágrafo único –Cabe à Procuradoria Jurídica da Prefeitura de Nova Maringá promovera publicação no diário Oficial do município e da sentença proferida pelo chefe da Procuradoria, bem como encaminhá-la na integra ao autuado, acompanhados dos demais documentos pertinentes, alertando-o do prazo legal para apresentação de impugnação.

Art. 368 - Da sentença de primeira instância cabe recurso ao Secretário daAgricultura de Nova Maringá, interposto no prazo de dez (10) dias a contar da notificação da sentença condenatória.

Art. 369 - Os valores não pagos pelo infrator no prazo de trinta (30) dias contadosda data do trânsito em julgado da sentença nesta via Administrativa, correspondente à multa ou ao ressarcimento ao erário dos materiais e equipamentos porventura empregados e exames e serviços especializados realizados quando da execução compulsória das atividades de fiscalização a que se refere este Regulamento e normas complementares, serão inscritos em dívida ativa, para cobrança judicial.

Art. 370 - Os valores referentes ao erário, as multas e as taxas instituídas porserviços prestados na aplicação do disposto neste Regulamento serão emitidos as devidas taxas de recolhimentos junto ao Departamento de Tributação Municipal devendo reverter em benefício de Programas de Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal e de educação sanitária no município de Nova Maringá.

SEÇÃO 2

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 371 –Constitui infração, para efeitos deste Regulamento e normascomplementares, toda ação ou omissão que importe na inobservância dos preceitos estabelecidos ou ás determinações complementares de caráter normativo dos órgãos ou autoridades administrativas competentes.

§ **1º**- Responderão pela infração as pessoas físicas ou jurídicas, seus prepostos ouquaisquer pessoas que a cometerem, incentivarem ou auxiliarem na sua prática ou dela se beneficiarem.

§ **2º** - Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual a infração não teria ocorrido.

Art. 372 –Além das infrações previstas nesta Seção, incluem-se como tais os atosque impeça, dificultem ou embaracem a ação dos Médicos Veterinários fiscais do SIM/POA ou dos profissionais por ela legitimados as atividades previstas na legislação do SIM/POA.

Art. 373 –As infrações à Lei, a este Regulamento e às demais Normas-Complementares serão punidas administrativamente, não eximindo o infrator da responsabilidade civil e criminal.

Parágrafo único - Havendo indícios da infração constituir crime ou contravenção, oSIM/POA deverá comunicar ao órgão policial ou à autoridade competente.

Art. 374 –Para imposição da pena e sua gradação, a autoridade administrativacompetente deverá considerar:

I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;

II- a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências à saúde ou a economia pública;

III- a clandestinidade da atividade e as condições higiênicas, sanitárias etecnológicas dos produtos;

IV- os antecedentes e a conduta do infrator quanto á observância das normas sanitárias.

Art. 375 –São circunstâncias atenuantes:

I - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;

II - a equivocada compreensão da norma sanitária, admitida como escusável porpatente a incapacidade do agente entender o caráter ilícito do fato;

III- o infrator, por espontânea vontade, imediatamente ter procurado reparar ouminorar as consequências do ato lesivo à saúde ou à economia pública;

IV- ter o infrator sofrido coação a que podia resistir para a prática do ato;

V- ser o infrator primário e a falta cometida de natureza leve ou moderada.

Art. 376 –São circunstâncias agravantes:

I - ser o infrator reincidente;

II - ter o infrator cometido a infração para obter qualquer vantagem decorrente doconsumo humano do material ou produto contrário à legislação sanitária;

III- ter o infrator coagido outrem à execução material da infração

IV- ter a infração consequência calamitosa à saúde ou à economia pública;

V- se, tendo comprovado conhecimento da irregularidade ou do ato lesivo à saúdeou a economia pública, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada e tendentes a evitá-lo ou minorá-lo;

VI- ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual fraude ou má-fé ou utilizado deartifício, simulação ou fraude na consecução da conduta infringente;

VII- ter o infrator dificultado, embaraçado, burlado ou impedido a ação fiscalizatóriaou de inspeção dos Médicos Veterinários fiscais do SIM/POA, ou dos profissionais por ela legitimados à execução destas atividades.

Art. 377 –Havendo concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, aaplicação da pena considerará aquelas preponderantes.

Art. 378 –Aos infratores a este Regulamento e demais normas complementaressujeitam-se ás seguintes sanções administrativas:

I- advertência; **II-** multa;

III- apreensão dos produtos;

IV- condenação ou destruição dos produtos;

V- suspensão das atividades do estabelecimento;

VI- interdição parcial do estabelecimento;

VII- interdição total do estabelecimento;

VIII- cancelamento do registro.

§ **1º** - As sanções administrativas poderão ser aplicadas isoladas oucumulativamente, em conformidade à gravidade das irregularidades apuradas, ao risco a incolumidade pública e à urgência dos atos de polícia administrativa para inibi-lo, minora-lo ou afasta-lo.

§ **2º** - A apreensão, a condenação ou destruição dos produtos, a suspensão dasatividades e a interdição total do estabelecimento, enquanto atos de polícia administrativa emergencial de natureza cautelar objetivando resguardar a saúde pública, nas condições e termos estabelecidos no presente Regulamento, competem concorrentemente aos Médicos Veterinários fiscais lotados no SIM/POA ou ao seu serviço.

Art. 379 –A pena de advertência será aplicada por escrito ao infrator primário,quando incurso em ação ou omissão gravosa desprovido de má fé ou dolo.

Art. 380 –As multas serão aplicadas nos casos de reincidência de condutainfringente ou quando houver manifesto dolo ou má fé.

§ **1º** - Considera-se reincidência, a nova infração da legislação do SIM/POA,cometida pela mesma pessoa natural ou jurídica ou pelos sucessores dentro de cinco anos, contados da data em que transitar em julgado administrativamente a decisão condenatória referente à infração anterior.

§ **2º** - O montante da multa será estabelecido pela soma dos valores individualmentecorrespondentes às infrações cometidas e classificadas pela sua gravidade, em conformidade aos preceitos de gradação estabelecidos neste decreto.

Art. 381 –Para o cálculo das multas será adotada a UPF (Unidade Padrão Fiscal deNova Maringá), ou outro índice que vier a substituí-la.

Parágrafo único –Nenhuma multa poderá ser inferior ao equivalente a 10 ousuperior a 300 UPF/NM.

Art. 382 –A pena de multa será aplicada as pessoas físicas ou jurídicas, nos seguintes casos:

I - de 10 UPF, nas faltas consideradas leves, quando:

a) operarem produtos de origem animal sem a utilização de equipamentos adequados;

b) operarem em instalações inadequadas à elaboração higiênica dos produtos de origem animal;

c) utilizarem equipamentos, materiais ou utensílios de uso proibido no manejo de animais destinados ao abate;

d) não dispuserem de dispositivo de registro das temperaturas máxima e mínima nos ambientes refrigerados;

e) não conservarem as instalações ou promoverem a limpeza dos equipamentos e utensílios em conformidade ás recomendações técnicas e preceitos de higiene do SIM/POA;

f) não promoverem permanentemente a limpeza das vias de acesso e pátios que integram a área industrial;

g) não mantiverem os vestiários, sanitários, banheiros e lavatórios permanentemente limpos e providos de materiais necessários á adequada higiene de seus usuários;

h) não dispuserem aos funcionários uniformes limpos ou completos;

i) permitirem a deposição de roupas ou objetos pessoais nas áreas de manipulação de alimentos;

j) permitirem o acesso às instalações onde se processam produtos de origem animal, de pessoas, que sob o aspecto higiênico, encontram-se inadequadamente trajadas;

l) permitirem o acesso às instalações onde se processam produtos de origem animal de pessoas portadoras de moléstias infecto contagiosas ou que apresentam ferimentos;

m) permitirem o livre acesso e transito às instalações nas quais se processam produtos de origem animal de pessoas estranhas ás atividades;

n) não promoverem controle capaz de garantir a higiene pessoal dos trabalhadores que lidam com a matéria prima ou com produtos de origem animal processados nas suas instalações;

o) emitirem nas áreas onde se processam os alimentos, qualquer ato potencialmente capaz de contamina-los, tais como comer, fumar, cuspir ou outras práticas anti-higiênicas;

p) não promoverem continuamente nas instalações e áreas circundantes o combate a insetos, pragas e roedores transmissores de doenças;

q) não promoverem a remoção dos resíduos das atividades desenvolvidas das áreas de manipulação de alimentos e das demais áreas de trabalho;

r) utilizarem nas áreas de manipulação dos alimentos de procedimentos ou substância odorantes ou desodorizantes, em qualquer de suas formas;

s) não identificarem, através de rótulo, no qual conste conteúdo, finalidade e toxicidade, ou não armazenarem em dependências apartadas ou em armários trancados, praguicidas, solventes ou outros produtos ou substâncias tóxicas capazes de contaminar a matéria prima, alimentos processados e utensílios ou equipamentos utilizados;

t) utilizarem água não potável no interior das instalações;

u) não promoverem a utilização dos dados ou documentos relacionados ao seu registro no SIM/POA.

II – de 30 UPF, nas faltas consideradas moderadas, quando:

a) não apresentarem a documentação sanitária dos animais de abate; b) não respeitarem o período mínimo de descanso, jejum e dieta hídrica antecedendo a matança dos animais; c) não apresentarem a documentação atualizada relacionada à comprovação da saúde de seus funcionários; d) não promoverem regularmente exames médicos nos trabalhadores que diretamente exerçam atividades capazes de contaminar os alimentos de origem animal manipulados ou processados; e) não afastarem imediatamente das atividades e instalações os trabalhadores que apresentam lesões ou sintomas de doenças ou infecções, ainda que somente suspeitas, capazes de contaminar os alimentos ou materiais utilizados; f) recepcionarem ou mantiverem em suas instalações matéria prima ou ingrediente contendo parasitas, microorganismos patogênicos ou substâncias tóxicas, decompostas ou estranhas e que não possam ser reduzidas a níveis aceitáveis pelos procedimentos normais de classificação, preparação ou elaboração; g) utilizarem matérias primas no processamento dos produtos de origem animal em desacordo ás normas e procedimentos técnicos sanitários; h) não promoverem a limpeza e desinfecção dos equipamentos, utensílios e instalações que mantiveram contato com matéria prima ou material contaminado;

i) não adotarem medidas eficazes para evitar a contaminação do material alimentício por contato direto ou indireto com pessoas estranhas, suspeitas ou portadoras de moléstias ou feridas, ou de material ou equipamento impróprios ou contaminados, em qualquer fase do processamento;

j) não armazenarem adequadamente nas instalações as matérias primas, os ingredientes ou os produtos de origem animal acabados, de modo a evitar sua deterioração;

k) embalarem indevida, imprópria ou inadequadamente produtos de origem animal;

l) realizarem operações de carga ou descarga dos veículos de transporte suficientemente próximos aos locais de elaboração dos alimentos, assim expondo-os, bem como ao ar, ao risco de contaminação cruzada;

m) transportarem matérias primas ou produtos de origem animal em condições inadequadas de higiene ou conservação, assim potencialmente capazes de contamina-los ou deteriora-los;

n) transportarem matérias primas ou produtos de origem animal em veículos desprovidos de instrumentos ou meios que permitam a verificação da adequação da temperatura;

o) transportarem produtos de origem animal em veículos não apropriados ao seu tipo, à sua higiene e conservação;

p) transportarem produtos de origem animal, excepcionado o leite a granel, provenientes de estabelecimentos com inspeção permanentes desacompanhados de Certificado Sanitário visado pelo médico veterinário pela sua inspeção;

q) transportarem produtos de origem animal embalados, acondicionados e rotulados em desacordo à legislação do SIM/POA;

r) não cumprirem os prazos fixados pelos Médicos Veterinários fiscais e servidores públicos dos órgãos competentes à inspeção ou fiscalização dos produtos de origem animal e relacionados à adoção ou implantação de medidas ou procedimentos para o saneamento das irregularidades apuradas;

s) utilizarem as instalações, equipamentos ou utensílio para outros fins, que não aqueles previamente estabelecidos ou acordados com o SIM/POA;

t) permitirem que funcionários sem uniformes ou com uniforme sujo ou incompleto trabalhem com produtos de origem animal;

u) permitirem o acesso de animais domésticos aos locais onde se encontram matérias primas, materiais de envase, alimentos terminados ou a qualquer dependência na qual se processa alimentos ou produtos de origem animal;

v) permitirem o livre acesso de pragas, insetos e roedores às instalações onde se processam produtos de origem animal;

w) manipularem ou permitirem a manipulação de resíduos de forma potencialmente capaz de contaminar os alimentos e produtos de origem animal beneficiados ou não;

x) não realizarem o tratamento das águas servidas nos termos aprovados pelo órgão competente.

III - de 60 UPF, nas faltas consideradas graves, quando:

a) reutilizarem ou reaproveitarem ou promoverem segundo uso de embalagens para acondicionar produtos de origem animal; b) não mantiverem à disposição da inspeção ou fiscalização, por um período superior ao da duração mínima do alimento, os resultados de análises físico-químicas ou bacteriológicas ou qualquer outros registros relacionados à elaboração, produção, armazenamento ou manutenção e distribuição adequada e higiênica da matéria-prima dos ingredientes e dos produtos de origem animal; c) não dispuserem instrumentos, equipamentos ou meios necessários à realização dos exames que assegurem a qualidade dos produtos de origem animal ou que não promoverem a realização dos exames preconizados pelo SIM/POA para este fim; e) utilizarem matérias-primas não inspecionadas ou qualquer outro produto ou ingrediente inadequado à fabricação de produtos de origem animal; f) realizarem comércio intermunicipal de produtos de origem animal registrados no SIM/POA; g) comercializarem produtos de origem animal providos de rótulos inadequados ou nos quais não constam todas informações exigidas na legislação do SIM/POA; h) empregarem processos de matança não autorizados pelo SIM/POA; i) não encaminharem no prazo determinados relatórios, mapas ou outro documento solicitado pelo SIM/POA e relacionado à sanidade ou a preservação da saúde pública; j) promoverem medidas de erradicação de pragas, roedoras ou insetos nas dependências industriais através do uso não autorizado ou não supervisionado de produtos ou agentes químicos ou biológicos; k) impedirem, dificultarem ou embaraçarem, por qualquer meio ou forma, as ações de inspeção e fiscalização dos Médicos Veterinários fiscais, servidores públicos integrantes de órgãos competentes ou profissionais legitimados pela Secretaria Municipal da Agricultura ao desempenho das atividades de que trata este Regulamento e normas complementares.

IV - de 90 UPF, nas faltas consideradas muito graves, quando:

a) promoverem, sem prévia autorização do SIM/POA, a ampliação, reforma ou construção nas instalações ou na área industrial capazes de interferir na higiene ou qualidade da matéria prima utilizada na fabricação dos produtos de origem animal ou dos produtos acabados;

b) abaterem animais na ausência de médico veterinário responsável pela inspeção ou sem a sua autorização;

c) comercializarem produtos de origem animal desprovidos de rótulos;

d) não notificarem imediatamente ao SIM/POA da existência, ainda que suspeita, de interesse à preservação da saúde pública ou à defesa sanitária nos animais destinados ao abate ou à produção de matérias primas;

e) não sacrificarem animais condenados na inspeção ante mortem ou não promoverem a devida destinação das carcaças ou de suas partes condenadas;

f) não darem a devida destinação aos produtores condenados;

g) fizerem uso desautorizado de embalagens, carimbos ou rótulos de estabelecimentos registrados no SIM/POA.

V - de 120 UPF, nas faltas consideradas gravíssimas, quando:

a) adulterarem, fraudarem ou falsificarem matéria prima, produtos de origem animal ou materiais e ingredientes a eles acrescidos, bem como rótulos, embalados ou carimbos;

b) transportarem ou comercializarem carcaças desprovidas do carimbo oficial da inspeção;

c) cederem rótulo, embalagens ou carimbo de estabelecimento registrado a terceiros sem autorização pelo SIM/POA;

d) desenvolverem sem autorização do SIM/POA atividades nas quais estão suspensos ou interditados;

e) utilizarem sem autorização do SIM/POA máquinas, equipamentos ou utensílios interditados;

f) utilizarem ou derem destinação diversa da determinada pelo SIM/POA aos produtos de origem animal, matéria prima ou qualquer outro componente interditado, apreendido ou condenado utilizado na fabricação ou beneficiado;

g) desenvolverem atividades diversas de sua classificação de registro no SIM/POA;

h) envolverem comprovadas condutas tipificadas no Código Penal como desacato, resistência ou corrupção.

§ **1º** - Quando a mesma conduta infringente for passível de multa em mais de umdispositivo deste Regulamento, prevalecerá o enquadramento no item mais específico em relação ao mais genérico.

§ **2º** - O SIM/POA poderá enquadrar nos diferentes grupos de infrações, observadaa natureza e gravidade, condutas ou procedimentos considerados infringentes as disposições de sua legislação e que não foram relacionadas neste artigo.

Art. 383 –O infrator condenado à pena de multa deverá recolhe-la no prazo de trinta(30) dias a contar do trânsito em julgado na esfera administrativa da sentença condenatória.

Parágrafo único –O infrator que deixar de recolher a multa devida será inscrito na Dívida Ativa do Município, para consequente execução na forma da lei.

Art. 384 –A pena de apreensão dos produtos de origem animal, nas ações deinspeção e fiscalização de que trata este Regulamento será aplicada quando:

I- forem clandestinos ou comprovadamente impróprios para o consumo;

II- forem suspeitos de serem impróprios ao consumo, por se apresentarem:

a) danificados por umidade ou fermentação;

b) infestados por parasitas ou com indícios de ação de insetos ou roedores; c) rançosos, mofados ou bolorentos;

d) com características físicas ou organolépticas anormais;

e) contendo sujidades internas, externas ou qualquer evidência de descuido e falta de higiene na manipulação, elaboração, preparo, conservação ou acondicionamento.

III – apresentarem-se adulterados, fraudados ou falsificados;

IV –contiverem indícios ou suspeitas de substâncias nocivas à saúde ou de uso ilegal;

V - estiverem sendo transportados fora das condições exigidas; **VI** –apresentarem-se com a data de sua validade vencida.

§ **1º** - Em sendo a apreensão de produtos de origem animal determinada emsentença pelo Gerente do SIM/POA ou efetivada em caráter cautelar visando a preservação da incolumidade pública, o médico veterinário fiscal competente deverá lavrar o Auto de Apreensão em três (03) vias, nele consignado:

I –a identificação do proprietário ou responsável pelos produtos de origem animal apreendidos;

II – a data, horário e local da apreensão;

III– a descrição detalhada dos produtos de origem animal apreendidos, especificando:

a) sua quantidade, peso ou volume; b) sua espécie, variedade ou tipo;

IV –o motivo e, caso for, a urgência sanitária da apreensão

V– os dispositivos legais ou regulamentares que motivam a apreensão;

VI–a assinatura do proprietário ou responsável ou, na sua recusa, a identificação efirma de duas testemunhas;

VII –a identificação e assinatura do emitente do Auto de Apreensão.

§ **2º** - O médico veterinário fiscal após proceder a apreensão deverá:

I –nomear fiel depositário, caso os produtos de origem animal não sejam de altorisco e o proprietário ou responsável indicar local ao seu adequado armazenamento e conservação;

II–promover a condenação e destruição dos produtos de origem animal, observadoo disposto no art. 387, quando:

a) sua precariedade higiênico-sanitária contraindicar ou impossibilitar a adequada manutenção ou expuser a risco direto ou indireto a incolumidade pública;

b) os produtos de origem animal forem de alto risco e o proprietário ou responsável não providenciar um local ao seu adequado armazenamento e conservação;

c) o proprietário ou responsável recusar a indicação e não indicar fiel depositário para a guarda dos produtos de origem animais apreendidos até a conclusiva apuração de seu estado higiênico-sanitário ou termo do processo administrativo.

§ **3º –** O SIM/POA poderá nomear fiel depositário para a guarda dos produtos deorigem animal apreendidos, avaliadas as circunstâncias e condições a sua manutenção até a conclusiva apuração de seu estado higiênico-sanitário ou termo do processo administrativo.

Art. 385 –Nos casos de apreensão, independentemente da cominação de outraspenalidades, quanto á destinação dos produtos de origem animal apreendidos o médico veterinário fiscal do SIM/POA, após reinspeção, poderá:

I –autorizar o aproveitamento condicional para alimentação humana ou animal, casopossível o rebeneficiamento dos produtos, matérias primas ou afins;

II – autorizar o seu aproveitamento para fins não comestíveis, caso não implique na exposição da incolumidade pública a risco;

III –nos demais casos, determinar sua condenação e destruição.

Parágrafo único –O rebeneficiamento ou o aproveitamento para outros fins nãocomestíveis dos produtos de origem animal apreendidos deverá ser efetuado sob assistência do SIM/POA.

Art. 386 –O proprietário ou responsável pelos produtos de origem animalapreendidos, às suas expensas e no prazo máximo de vinte e quatro (24) horas da apreensão, poderá solicitar ao SIM/POA a realização de exames ou reinspeção para comprovar que sua utilização ou consumo não expõe a risco a saúde pública.

§ **1 º** - Comprovada a não exposição a risco da saúde pública, os produtos deorigem animal apreendidos deverão ser liberados ao proprietário ou responsável, lavrando o médico veterinário fiscal do SIM/POA documento fiscal, nele fazendo constar, havendo, as condições da liberação.

§ **2 º** - A liberação dos produtos de origem animal não exime seu proprietário ouresponsável da autuação ou aplicação de outras penalidades.

Art. 387 –As despesas ou ônus advindos da retenção, apreensão, inutilização,destruição, condenação ou rebeneficiamento dos produtos de origem animal irregulares cabem aos seus proprietários ou responsáveis, a eles não assistindo direito a qualquer indenização, mantendo-se sujeitos ás penalidades previstas neste Regulamento.

Art. 388 –São consideradas adulterações, atos, procedimentos ou processos que:

I –utilizarem matéria prima alterada ou impura na fabricação de produtos de origem animal;

II – adicionarem sem prévia autorização do órgão competente substâncias de qualquer qualidade, tipo ou espécie na composição normal do produto e não indiquem esta condição nos rótulos, embalagens ou recipientes.

Art. 389 – São consideradas fraudes, atos, procedimentos ou processos, que artificiosamente:

I – modifiquem, desfigurem ou deformem, ocultando, disfarçando ou dissimulando ascaracterísticas da matéria prima ou dos produtos de origem animal, com o fim de adequá-los às especificações e de saúde vigentes ou pelos agentes de inspeção e Médicos Veterinários fiscais;

II - façam uso não autorizado da chancela oficial;

III - substituam um ou mais elementos por outros, com o fim de elevar o volume ou peso dos produtos de origem animal, em detrimento de sua composição normal ou de seu valor nutritivo;

IV - alterem, no todo ou em parte, as especificações apostas nos rótulos,embalagens ou recipientes, tornando-as indevidas ou não coincidentes com o produto ou matéria-prima;

V - objetivem a conservação do produto, matéria-prima ou elementos constituintespelo uso de substâncias proibidas;

VI - consistam de operações de manipulação e elaboração visando estabelecer falsaimpressão à matéria-prima ou ao produto de origem animal.

Art. 390 - São consideradas falsificações, atos, procedimentos ou processos que:

I - constituam processos especiais, com forma, caracteres ou rotulagem de privilégioou de exclusividade de outrem, utilizados sem autorização dos seus legítimos proprietários na elaboração, preparação ou exposição ao consumo de produtos de origem animal.

II - utilizem denominações diferentes das previstas neste Regulamento ou em fórmulas aprovadas.

Art. 391 –A pena de condenação ou destruição dos produtos de origem animal,além dos casos previstos neste Regulamento, será aplicada quando:

I - forem comprovadamente impróprios ao consumo humano ou animal, nãopassíveis de qualquer aproveitamento ou rebeneficiamento;

II - não forem tempestivamente efetivadas as medidas de inspeção ou de fiscalização determinadas pela autoridade administrativa competente objetivando remover o risco á incolumidade pública implicada no seu consumo ou não destruição.

§ **1º** - Em sendo a condenação ou destruição de produtos de origem animaldeterminado em sentença pelo coordenador SIM/POA ou efetivada em caráter cautelar visando a preservação da incolumidade pública, o médico

veterinário fiscal deverá lavrar o Auto de Condenação ou Destruição em três (03) vias, nele consignando:

I) identificação do proprietário ou responsável pelos produtos de origem animal condenados;

II) a data, horário e local da condenação ou destruição;

III) a descrição detalhada dos produtos de origem animal condenados ou destruídos, especificando:

a) sua quantidade, peso ou volume;

b) sua espécie, variedade ou tipo;

IV) o motivo e, caso for, a urgência sanitária da condenação ou destruição;

V) os dispositivos legais ou regulamentares que motivam a condenação ou destruição;

VI) o método, meio ou agentes a serem empregados na destruição;

VII) a assinatura do proprietário ou responsável ou, na sua recusa, a identificação e firma de duas testemunhas;

VIII) a identificação e assinatura do emitente do Auto de Condenação ou Destruição.

§ **2º** - A destruição dos produtos de origem animal deverá ser efetuada na presençade duas testemunhas, devendo o médico veterinário fiscal identifica-las no próprio Auto de Condenação ou Destruição.

Art. 392 –A suspensão das atividades poderá ser aplicada quando a irregularidadeocorrer em procedimento ou processo no qual o proprietário ou responsável pelo estabelecimento foi orientado por agente de órgão competente, relacionado à produção, preparação, transformação, manipulação, beneficiamento, acondicionamento, rotulagem ou armazenamento de produtos de origem animal ou matérias primas e que envolva risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária.

§ **1º** - Para a aplicação da medida é necessária a comprovação da antecedenteorientação por agente competente ao proprietário ou responsável pelo estabelecimento e relacionada a irregularidade não sanada.

§ **2º** - Em sendo a suspensão das atividades determinada em sentença peloDepartamento Técnico responsável do SIM/POA ou efetivada em caráter cautelar visando a preservação da incolumidade pública, o médico veterinário fiscal competente deverá lavrar o Auto de Suspensão das Atividades em três (03) vias, nele consignado:

I –a identificação do proprietário ou responsável;

II – a data, horário e local da suspensão das atividades;

III – os motivos e, caso for, a urgência sanitária da suspensão;

IV –os dispositivos legais ou regulamentares que motivam a suspensão;

V - a descrição detalhada da atividade suspensa;

VI –a descrição dos respectivos equipamentos, utensílios ou materiais a elasrelacionados, especificando:

a) quantidade;

b) espécie, variedade ou tipo;

c) marca, fabricante, potência, entre outras informações que os individuam;

d) função ou finalidade;

VII – o método e identificação do meio empregado na suspensão;

VIII –os prazos e as medidas a serem promovidas pelo proprietário ou responsávelpara a revogação da suspensão;

IX – a advertência das penalidades previstas, caso desobedeça a suspensão;

X - a assinatura do proprietário ou responsável ou, na sua recusa, a identificação efirma de duas testemunhas;

XI –a identificação e assinatura do emitente do Auto de Suspensão das Atividades.

§ **3º** - A revogação da suspensão será efetivada pelo médico veterinário fiscal doSIM/POA através de Termo de Visita circunstanciado e está condicionada ao comprovado saneamento das irregularidades que ensejaram a medida administrativa.

§ **4 º** - A revogação da suspensão das atividades não exime seu proprietário ouresponsável da autuação ou aplicação de outras penalidades.

Art. 393 - A suspensão das atividades deverá ser aplicada, independente de préviaorientação, quando a irregularidade consistir em atos ou processos relacionados à adulteração, fraude ou falsificação do produto ou matéria-prima ou afins.

Art. 394 –A pena de interdição parcial do estabelecimento será aplicada quando ainfração decorrer de reincidência em conduta que importe em iminente ou presente risco à saúde pública ou ameaça de natureza higiênico-sanitária.

§ **1º** - A interdição deve restringir-se às atividades ou procedimentos e respectivosequipamentos, materiais ou utensílios, cuja operação ou uso exponha a risco a saúde pública.

§ **2º -** A pena de interdição parcial do estabelecimento será efetivada pelo médicoveterinário fiscal competente, que deverá lavrar o Auto de Interdição Parcial do Estabelecimento em três (03) vias, nele consignado:

I. a identificação do proprietário ou responsável; II. a data, horário e local da interdição parcial do estabelecimento; III. os motivos expostos na sentença que determinaram a interdição parcial; IV. os dispositivos legais ou regulamentares que motivam a interdição parcial; V. a descrição detalhada das atividades parcialmente interditadas; VI. a descrição dos respectivos equipamentos, utensílios ou materiais a elas relacionados, especificando: **a)** quantidade;

b) espécie, variedade ou tipo;

c) marca do fabricante, potência, entre outras informações que os individuam;

d) função ou finalidade.

VII. o método e identificação do meio empregado para a interdição parcial; VIII. os prazos e as providências saneadoras determinadas pelo SIM/POA a serem promovidas pelo proprietário ou responsável para a revogação da medida administrativa; IX. a advertência das penalidades previstas, caso desobedeça a interdição parcial; X. a assinatura do proprietário ou responsável ou, na sua recusa, a identificação e firma de duas testemunhas; XI. a identificação e assinatura do emitente do Auto de Interdição Parcial do Estabelecimento.

§ 3º - A desinterdição do estabelecimento não exime, seu proprietário ou responsável, da autuação de outras penalidades.

Art. 395- A desinterdição das atividades e equipamentos, materiais ou utensílios aelas correlatas será efetivada após o atendimento das seguintes condições cumulativas:

a) requerimento do interessado dirigido ao Coordenador do SIM/POA, no qual se obrigue a ajustar-se às exigências e sanear as irregularidades que motivaram a interdição b) aprovação prévia pelo médico veterinário fiscal do SIM/POA firmada em Termo de Visita circunstanciado certificando a correção das irregularidades.

Art. 396 –A pena de interdição total do estabelecimento será aplicada quando airregularidade relacionar-se às atividades ou processos que importem em presente risco à saúde pública ou ameaça de natureza higiênico-sanitária, acrescida de pelo menos uma das seguintes circunstâncias:

I –estabelecimento não registrado no órgão de inspeção e saúde competentes;

II – comprovado descumprimento das determinações de inspeção ou fiscalização do SIM/POA ou agentes a seu serviço relacionadas ao saneamento ou afastamento do risco ou da ameaça à saúde pública;

III - desenvolvimento desautorizado de atividade ou processo ou operação de equipamento, material ou utensílio suspenso ou parcialmente interditado pelo SIM/POA.

§ **1º** - Em sendo a pena de interdição total do estabelecimento determinada emsentença pelo Coordenador Técnico do SIM/POA ou efetivada em caráter cautelar visando a preservação da incolumidade pública, o médico veterinário fiscal competente deverá lavrar Auto de Interdição Total do Estabelecimento em três (03) vias, nele consignando:

I – a identificação do proprietário ou responsável;

II – a data, horário e local da interdição total do estabelecimento;

III –os motivos que fundamentam a interdição total;

IV –os dispositivos regulamentares que motivam a interdição total;

V –o método e identificação do meio empregado para a interdição total;

VI –os prazos e as providências saneadoras determinadas pelo SIM/POA a serem promovidas pelo proprietário ou responsável para a revogação da interdição total;

VII –a advertência das penalidades previstas, caso desobedeça a interdição total;

VIII –a assinatura do proprietário ou responsável ou, na sua recusa, a identificação e firma de duas testemunhas;

IX –a identificação e assinatura do emitente do Auto de Interdição Total do Estabelecimento.

§ **2º** - A desinterdição do estabelecimento não exime, seu proprietário ou responsável,da autuação ou aplicação de outras penalidades.

Art. 397 –A desinterdição total ou parcial do estabelecimento será efetivada após oatendimento das seguintes condições cumulativas;

I –requerimento do interessado dirigido ao Coordenador do SIM/POA, no qual seobrigue a ajustar-se as exigências e sanear as irregularidades que motivaram a interdição;

II – aprovação prévia pelo médico veterinário fiscal do SIM/POA, firmada em Termo de Visita circunstanciado certificando a correção das irregularidades.

Art. 398 – A pena de cancelamento do registro do estabelecimento no SIM/POAserá aplicada na ocorrência de uma das seguintes circunstâncias:

I –resulte apurada e comprovada, em regular processo administrativo que garanta ampla defesa, e específicainspeção realizada por autoridade competente, a impossibilidade do estabelecimento permanecer em funcionamento sem expor a risco a incolumidade pública;

II – funcionamento desautorizado do estabelecimento regularmente interditado pelo SIM/POA;

III – estabelecimento com registro prévio no SIM/POA e que, salvo causa decorrente de fato jurídico natural extraordinário, não cumpra o descrito no Termo de Compromisso de Implantação ou Execução.

CAPÌTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 399 –A demais Secretarias do Município, sem prejuízo de suas atividades específicas e sempre que solicitadas, prestarão sua colaboração à consecução dos objetivos da legislação do SIM/POA.

Parágrafo único –Os Médicos Veterinários fiscais do SIM/POA, sempre quejulgarem necessário, poderão requisitar força policial para exercer suas atribuições.

Art. 400 –Até que complete a implantação da inspeção, os estabelecimentos que aela ainda não estiverem sujeitos deverão preparar-se tecnologicamente e diligenciar para que as suas condições higiênico-sanitárias sejam compatíveis com as exigências legais e regulamentares.

Parágrafo único –Os Médicos Veterinários fiscais do SIM/POA ou a seu serviçodeverão orientar os estabelecimentos visando a consecução do disposto no presente artigo.

Art. 401 –Compete ao SIM/POA promover a cooperação e integração dos trabalhosde inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal com os demais órgãos e instituições, públicas ou privadas, em todos os níveis da federação, com o fim de aprimorar os processos e procedimentos neles envolvidos.

Art. 402 –O SIM/POA promoverá o aprimoramento técnico de seus agentes,dispondo-lhes cursos, estágios ou treinamentos específicos em laboratórios, estabelecimentos ou outras instituições.

Art. 403 –As autoridades da Saúde Pública, na vigilância sanitária de alimentos noscentros de consumo, deverão informar ao SIM/POA os resultados das análises de rotina e fiscais, quando delas resultarem a apreensão ou condenação de produtos de origem animal.

Art. 404 –Os casos omissos ou de dúvidas que se suscitarem na execução dopresente Regulamento serão deliberados pela Secretaria Municipal de Agricultura.

§1º. Aplica-se subsidiariamente à Lei Federal nº 1.283 de 18 de Dezembro de 1950 eDecreto nº 2.244 de 04 de Junho de 1997, ou aquelas que vierem a acrescentá-lo ou substituí-lo.

Art. 405 - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Nova Maringá/MT, 03 de outubro de 2018.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARIMBOS DO S.I.M./NOVA MARINGÁ

ANEXO II

PADRÕES OFICIAIS MICROBIOLÓGICOS

PRODUTO: ÁGUA

Amparo Legal: RIISPOA

- Contagem Total de Microorganismos – 500 UFC/ml

Amparo Legal: Portaria 36 de 19/01/90 – ANVISA/MS

- Coliformes Termotolerantes – ausente/100ml

- Coliformes Totais - ausente/100ml

Amparo Legal: Portaria 2914 de 12/12/11 – ANVISA/MS

- Coliformes Termotolerantes – ausente/100ml

- Coliformes Totais - ausente/100ml

PRODUTOS CÁRNEOS

1) Produto: AVES TEMPERADAS

Amparo Legal: RDC nº 12 de 02/01/01

- Coliformes Fecais – 1 X 104 UFC/g

2) Produto: AVES IN NATURA

Amparo Legal: RDC nº 12 de 02/01/01

- Coliformes Fecais – 1 X 104 UFC/g

3) Produto: CARNE MOÍDA DE BOVINO Amparo Legal: RDC nº 12 de 02/01/01

- Pesquisa de *Salmonella sp* – ausência/25g

4) Produto: *PRODUTOS GORDUROSOS DE ORIGEM ANIMAL* (toucinho, banha, peles, bacon) Amparo Legal: RDC Nº 12 DE 02/01/01

- Estafilococos Coagulase Positiva - 3 X 103 UFC/g

- Pesquisa de Salmonella sp - ausência/25g

5) Produto: PRODUTOS CÁRNEOS SALGADOS (lombo/pés/carne seca/orelhas)

Amparo Legal: RDC Nº 12 DE 02/01/01

- Estafilococos Coagulase Positiva - 1 X 103 UFC/g

- Pesquisa de Salmonella sp – ausência/25g

6) Produto: PRODUTOS CÁRNEOS MATURADOS (linguiças dessecadas/salames/copas/presunto crus/charque/jerked beef) Amparo Legal: RDC Nº 12 DE 02/01/01

- Coliformes Fecais – 1 X 103 UFC/g

- Estafilococos Coagulase Positiva - 5 X 103 UFC/g

- Pesquisa de Salmonella sp – ausência/25g

7) Produto: CMS

Amparo Legal: IN 04/2000

- Pesquisa de Salmonella – ausência/25g

- Staphylococcus aureus – 5 x 102 – 5 x 103

- Clostridium perfringes- 1 x 102 – 1 x 103

8) Produto: PRODUTOS CÁRNEOS COZIDOS OU NÃO, EMBUTIDOS OU NÃO (mortadela/salsicha/morcela/presunto/fiambre)

Amparo Legal: RDC Nº 12 DE 02/01/01

- Coliformes Fecais – 1 X 103 UFC/g

- Estafilococos Coagulase Positiva - 3 X 103 UFC/g

- Clostridium Sulfito Redutor a 46 °C - 5 X 102 UFC/g

- Pesquisa de Salmonella sp – ausência/25g

9) Produto: LINGUIÇAS CRUAS

Amparo Legal: RDC Nº 12 DE 02/01/01

- Clostridium Sulfito Redutor a 46 °C - 3 X 103 UFC/g

- Coliformes Fecais – 5 X 103 UFC/g

- Estafilococos Coagulase Positiva - 5 X 103 UFC/g

- Pesquisa de Salmonella sp – ausência/25g

PRODUTOS LÁCTEOS

1) Produto: *LEITE PASTEURIZADO*

Amparo Legal: RDC Nº 12 DE 02/01/01

- Coliformes a 45°/mL- n= 5 c= 2 m= 2 M= 4

- Salmonella sp/25mL- n= 5 c= 0 m= ausência

Amparo Legal: IN 62/2011

Requisitos	Integral	Padronizado	Semi desnatado	Desnatado
Contagem Padrão de Placas (UFC/ml)	n = 5; c = 2; m = 5,0x102 M = 1,0x103			
Coliformes NMP/ mL(45ºC)	n = 5; c = 0; m = ausência			
Coliformes NMP/ml (30/ 35ºC)	n = 5; c = 0; m<1			
Salmonella spp/25ml	n = 5; c = 0; m= ausência			

2) Produto: *QUEIJOS*

Amparo Legal: Portaria 146/1996

	Baixa umidade: até 36%	Média umidade: entre 36 e 46%	Alta umidade: entre 46 e 55%	Minas frescal
Coliformes/g 30°C	n=5 c=2 m=200 M=1000	n=5 c=2 m=1000 M=5000	n=5 c=2 m=5000 M=10.000	n=5 c=2 m=10.000 M=100.000
Coliformes Fecais/g 45°C	n=5 c=2 m=100 M=500	n=5 c=2 m=100 M=500	n=5 c=2 m=1000 M=5.000	n=5 c=2 m=1000 M=5000
Estafilococos coagulase Positiva/g	n=5 c=2 m=100 M=100	n=5 c=2 m=100 M=1000	n=5 c=2 m=100 M=1000	n=5 c=2 m=100 M=1000
Pesquisa de Salmonella/25g	n=5 c=0 m=0	n=5 c=0 m=0	n=5 c=0 m=0	n=5 c=0 m=0
Listeria monocytogenes/25g		n=5 c=0 m=0	n=5 c=0 m=0	n=5 c=0 m=0

3) Produto: QUEIJO RALADO

Amparo Legal: Portaria 146/1996

- Contagem de Coliformes (/g) – 2 X 102

- Contagem de Coliformes Fecais (/g) – 1 X 102

- Estafilococos Coagulase Positiva (/g) - 1 X 102

- Pesquisa de Salmonella (/25g) – ausência

- Fungos e Leveduras (/g) – 5 x 102

4) Produto: *MANTEIGA*

Amparo Legal: Portaria 146/1996

- NMP Coliformes – 1 X 101 UFC/g

- NMP Coliformes Fecais – ausente

- Estafilococos Coagulase Positiva – 1 X 101

- Pesquisa de Salmonella – ausência

5) Produto: CREME DE LEITE

Amparo Legal: Portaria 146/1996

- NMP Coliformes – 1 X 101 UFC/g

- NMP Coliformes Fecais – ausente

- Estafilococos Coagulase Positiva – 1 X 101 UFC/g

- Contagem Total de Micro organismos – 1 X 104 UFC/g

6) Produto: LEITE FERMENTADO

Amparo Legal: IN nº 46/2007

- Fungos e Leveduras - 2 X 102 UFC/g

- NMP Coliformes Fecais – 1 x 101 UFC/g

- NMP Coliformes Totais – 1 x 102 UFC/g

PRODUTOS DE PEIXES

1) Produto: PEIXE RESFRIADOS OU CONGELADOS

Amparo Legal: RDC Nº 12 DE 02/01/01

- Estafilococos Coagulase Positiva - 1 X 103 UFC/g

- Pesquisa de Salmonella sp – ausência/25g

2) Produto: PEIXE SECOS OU SALGADOS Amparo Legal: RDC Nº 12 DE 02/01/01 - Coliformes Fecais – 1 X 102 UFC/g

- Estafilococos Coagulase Positiva - 5 X 102 UFC/g

- Pesquisa de Salmonella sp – ausência/25g

3) Produto: PEIXE DEFUMADOS

Amparo Legal: RDC Nº 12 DE 02/01/01

- Coliformes Fecais – 1 X 102 UFC/g

- Estafilococos Coagulase Positiva - 5 X 102 UFC/g

- Pesquisa de Salmonella sp – ausência/25g

PRODUTOS DE OVOS

1) Produto: *OVO INTEGRAL*

Amparo Legal: Portaria 1/1990

Requisitos	Ovo integral líquido	Ovo integral desidratado
Contagem Padrão (máx.)	5 x 104	5 x 104
Coliformes Fecais	Ausência/1g	Ausência/1g
Salmonella	Ausência/25g	Ausência/25g
Staplhylococcus aureus	Ausência/1g	Ausência/1g

PRODUTOS DE MEL

1) Produto: *MEL*

- Não tem padrão

ANEXO III

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA REGISTRO JUNTO AO S.I.M.

ANEXO 01

REQUERIMENTO PARA REGISTRO NO SIM

Eu, _____, RG _____, CPF _____, residente no endereço _____, no Município de Nova Maringá, proprietário da empresa _____, com registro no CNPJ nº _____, situado na Rua _____, Bairro _____, no município de Nova Maringá, classificada como _____, que irá trabalhar com _____, para comercialização no Município de Nova Maringá, venho requerer a V.Sa., o registro do meu estabelecimento no Serviço de Inspeção Municipal.

Nova Maringá, _____ de _____ de 20___.

_____

Assinatura/Carimbo

ANEXO 02

DADOS DO PROPRIETÁRIO DO ESTABELECIMENTO

Nome: _____

Endereço residencial: _____ nº _____

Complemento: _____ Bairro: _____

Cidade: Nova Maringá UF: Mato Grosso CEP: _____

Fone: _____ Fax: _____ e-mail: _____

Documentos:

RG: _____ Órgão Expedidor: _____ CPF: _____

Nova Maringá, _____ de _____ de 20___.

_____

Assinatura

ANEXO 03

DADOS DO ESTABELECIMENTO

Lista de equipamentos utilizados no estabelecimento para o processamento dos produtos:

Nº	NOME DOS EQUIPAMENTOS
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Nova Maringá, _____ de _____ de 20___.

_____

Assinatura

ANEXO 04

MEMORIAL DESCRITIVO DA CONSTRUÇÃO

1. Nome da firma, do proprietário ou arrendatário (Razão Social):

2. Localização do estabelecimento (endereço completo):

3. Área do terreno:

4. Área construída:

5. Pé direito:

6. Destino dados às águas servidas, esgotos, meios empregados para depuração das águas servidas antes de lançadas nos esgotos, rios, riachos, etc.:

7. Ventilação e iluminação (natural ou artificial) nas diversas dependências:

8. Separação entre dependências de elaboração dos produtos comestíveis dos não comestíveis:

9. Esquadrias e portas (dimensões e material):

10. Telas à prova de insetos nas janelas e molas vaivém nas portas das dependências de elaboração e dos depósitos de produtos comestíveis; cortinas de ar nas portas e em outras aberturas:

11. Natureza do piso e material de impermeabilização nas paredes:

12. Teto das salas de elaboração dos produtos comestíveis:

13. Dependências da Inspeção (sede e laboratórios):

14. Natureza e revestimento das mesas; construção e revestimento interno dos tanques para salga:

15. Dependência para elaboração de subprodutos não comestíveis; localização, instalação e equipamentos:

16. Vestiários e refeitórios para operários:

17. Informação sobre banheiros e instalação sanitária:

18. Currais e anexos: pavimentação, declive, bebedouros, plataforma de inspeção, sala de necropsia e forno crematório:

Nova Maringá-MT, _____ de _____ de _____.

_____

Responsável pelo projeto

_____

Assinatura do proprietário

ANEXO 05

CADASTRAMENTO DO PRODUTO

1. Identificação da Empresa

Razão Social: _____

CNPJ: _____ Atividade: _____

Endereço: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____

Representante Legal: _____ Telefone: (__) _____

RG: _____ Órgão Expedidor: _____ CPF: _____

E-mail: _____

2. Registro do Produto

Nome Completo: _____

Marca em Destaque: _____ Apresentação do Produto: _____

Tipo de Produto: _____

Capacidade de produção/dia: _____ Validade: _____

Cuidados de Conservação: _____

Ingredientes: _____

Aditivos: _____

Embalagem: _____ Registro: _____

Nome do Fabricante da embalagem: _____

Nova Maringá, _____ de _____ de 20___.

_____

Assinatura

ANEXO 06

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA PARA ACOMPANHAMENTO DO SIM

Declaro que estou ciente:

Que a empresa não poderá iniciar as atividades sem comunicado por escrito e autorização da Secretaria Municipal de Agricultura, para o devido acompanhamento dos profissionais do Serviço de Inspeção Municipal.

Que para confecção de rótulos dos produtos da empresa, deverá ser encaminhado ao Núcleo de Inspeção uma solicitação (modelo próprio), a quem caberá parecer e autorização para confecção dos mesmos.

Nova Maringá, _____ de _____ de 200_____.

_____

Assinatura

ANEXO 07

DECLARAÇÃO DE SOLICITAÇÃO PARA INÍCIO DAS ATIVIDADES

Solicito à Coordenação do Núcleo de Inspeção autorização para a Empresa _____, com registro no CNPJ n° _____, situado no endereço _____, Bairro _____, dar início às atividades de produção a partir do dia _____ de _____ de 20_____.

Nova Maringá, _____ de _____ de 20_____.

_____

Assinatura

ANEXO 08

FLUXOGRAMA DE PRODUÇAO

Produto:

Nova Maringá _____ de _____ de 20_____.

_____

Assinatura

ANEXO 09

COMPOSIÇÃO DO PRODUTO

Empresa: _____

S.I.M: _____ REG: _____

Produto: _____

MATÉRIA PRIMA	INGREDIENTES SECOS	INGREDIENTES LÍQUIDOS
OUTROS INGREDIENTES	AROMATIZANTES	CONSERVADORES
CORANTE	MATERIAL DE EMBALAGEM	

Nova Maringá, _____de _____de 20_____.

_____

Assinatura

ANEXO 10

SOLICITAÇÃO DE APROVAÇÃO PRÉVIA DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO

Ilmo. Sr.

Coordenador do SIM/Nova Maringá-MT

Eu, _____, representando o estabelecimento denominado _____, que se localizará no endereço _____, vem mui respeitosamente requerer de V. Sa. aprovação das plantas e memoriais descritivos de construção e econômico-sanitário em anexo, visando o registro do mesmo nesse órgão. Para tanto, anexo plantas e demais documentos necessários.

Nestes termos

Pede deferimento

Nova Maringá, _____ de _____ de 2018.

_____

Assinatura do requerente

ANEXO 11

SOLICITAÇÃO / AUTORIZAÇÃO PARA IMPRESSÃO DE RÓTULOS

Ilmo. Senhor

Coordenador do SIM/Nova Maringá-MT

Eu, _____, representando o estabelecimento _____, SIM nº_____, localizado no endereço _____, vem mui respeitosamente requerer autorização para a impressão de _____ rótulos do produto registrado sob nº ____ / _____. Para tanto, anexo croqui do rótulo a ser impresso.

Nestes termos

Pede deferimento

Nova Maringá-MT, _____ de _____ de 20__.

_____

Assinatura do Requerente

Reservado ao Serviço de Inspeção Municipal – SIM

Depois de analisado o pedido de impressão de rótulos, julgada a disponibilidade existente na referida empresa, ( ) **DEFERE-SE** ( ) **INDEFERE-SE** o referido pedido.

Nova Maringá, _____ de _____ de 2018.

_____

Coordenador do SIM

ANEXO 12

PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Caso seja solicitado o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), deverá ser conforme Termo de Referência (TR), emitido pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) e/ou pela Secretaria Municipal de Agricultura.

_____

Responsável pelo projeto

_____

Assinatura do proprietário

ANEXO 13

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Declaro para os devidos fins, junto a Secretaria Municipal de Agricultura de Nova Maringá, que _____ é o (a) responsável técnico do estabelecimento _____, situado no endereço _____ de propriedade de _____.

Por ser verdade, as duas partes assinam e dão fé.

_____

Assinatura / Estabelecimento

_____

Assinatura e Carimbo / Responsável Técnico

ANEXO 14

DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome:

_____

Formação:

_____

DOCUMENTOS PESSOAIS:

RG: _____, Órgão Exp: _____, Data: ____/____/_____

CPF: _____, Reg. Profissional: _____

Diplomado pela: _____

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

Rua: _____ nº _____

Complemento:_____ Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____

Fone: _____ Fax: _____

E-mail: _____

_____

Assinatura / Estabelecimento

_____

Assinatura e Carimbo / Responsável Técnico

ANEXO 15

PEDIDO DE VISTORIA PRÉVIA

Ilmo. Sr. Coordenador do S.I.M./Nova Maringá.

A Empresa _____, localizada no endereço

_____,

Município de Nova Maringá-MT, CEP. _____, telefone _____, CNPJ nº _____, Inscrição Estadual nº _____, vem através de seu proprietário (a) _____, solicitar vistoria prévia no seu estabelecimento que realiza a atividade de _____ _____ (dizer qual a atividade que deve servistoriada).

Sem mais para o momento, agradecemos desde já a atenção.

Cordialmente.

Nova Maringá, _____, de _____ de 20_____.

_____

Assinatura

ANEXO 16

PEDIDO DE VISTORIA FINAL

Ilmo. Sr. Coordenador do S.I.M./Nova Maringá:

A Empresa _____, localizada no endereço _____, Município de Nova Maringá-MT, CEP. _____, telefone _____, CNPJ nº _____ Inscrição Estadual nº _____, vem através de seu proprietário (a), _____, solicitar vistoria final no seu estabelecimento que realiza a atividade de _____ _____ (dizer qual a atividade que deve ser vistoriada).

Sem mais para o momento, agradecemos desde já a atenção.

Cordialmente.

Nova Maringá, _____, de _____ de 20_____.

_____

Assinatura

ANEXO 17

REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DO REGISTRO

Eu, _____ _____,

RG _____, CPF_____, proprietário da empresa _____ _____, com registro no CNPJ N° _____, situado no endereço _____, no Município de Nova Maringá-MT, classificada como _____, que trabalha com _____ para a comercialização no Município de Nova Maringá - MT, venho requerer a renovação do registro de meu estabelecimento no Serviço de Inspeção Municipal.

Nova Maringá, _____ de _____ de 20_____.

_____

Assinatura

ANEXO 18

MEMORIAL ECONÔMICO-SANITÁRIO DO ESTABELECIMENTO (GERAL)

1. Nome da firma, do proprietário ou arrendatário:

_____ _____

2. Denominação dada ao estabelecimento (identificação):

_____ _____

3. Localização do estabelecimento:

_____ _____

4. Características e tipo do estabelecimento:

_____ _____

5. Produtos que pretende trabalhar:

_____ _____

6. Capacidade máxima diária de industrialização ou manipulação dos produtos:

_____ _____

7. Procedência da matéria prima por município:

_____ _____

8. Mercado de consumo que pretende abastecer:

_____ _____

9. Número de funcionários do estabelecimento:

_____ _____

10. Meio de transporte do produto final:

_____ _____

11. Água de abastecimento, procedência, captação, tratamento, vazão, capacidade dos depósitos, distribuição:

_____ _____

12. Destino das águas servidas:

_____ _____

13. Detalhar a ventilação e iluminação nas diversas dependências:

_____ _____

14. Detalhar a separação entre as dependências de produtos comestíveis:

_____ _____

15. Indicar o sistema de proteção usado para moscas e outros insetos:

_____ _____

16. Detalhar a natureza dos pisos, paredes, portas, teto e sala de elaboração de produtos comestíveis:

_____ _____

17. Detalhar o revestimento das mesas, tanques:

_____ _____

18. Detalhar a dimensão, localização, capacidade do vestuário, banheiro e refeitório:

_____ _____

19. Detalhar as instalações frigoríficas, sistemas de frio, fábrica de gelo, caixas de conservação, freezer, geladeira, etc.:

_____ _____

20. Informar se existe nas proximidades outros estabelecimentos ou indústrias que produzem mau cheiro:

_____ _____

Nova Maringá, ____de_____ de 20_____.

_____

Assinatura

ANEXO 18.1

MEMORIAL ECONÔMICO SANITÁRIO DO ESTABELECIMENTO DE LEITE E DERIVADOS

1) Nome da firma:

2) Nome do proprietário ou do arrendatário:

3) CPF/CNPJ:

4) Denominação do estabelecimento (nome fantasia, se existir):

5) Endereço e telefone para contato do estabelecimento:

6) Classificação do estabelecimento:

7) Capacidade máxima de recepção diária:

8) Produtos que pretende fabricar e comercializar:

9) Matéria-prima:

a) Procedência:

b) Tipos (in natura, resfriado, congelado, etc.): 10) Mercado de consumo (locais onde pretende comercializar a produção):

11) Descrever o fluxograma do processamento e/ou de industrialização de cada produto (colocar em anexo):

12) Número de empregados:

13) Água de abastecimento:

a) Procedência: b) Processo de captação:

c) Sistema de tratamento:

d) Depósitos e sua capacidade:

14) Meios de transporte a serem utilizados (Informar o tipo de veículo e de sua carroceria, tanto para a coleta de leite como para a entrega de produtos fabricados):

15) Destino dado às águas servidas, esgotos, meios empregados para a depuração das águas servidas antes de serem lançadas nos esgotos, rios, riachos, etc.:

16) Ventilação e iluminação (natural ou artificial) nas diversas dependências:

17) Informar a natureza do material das portas e janelas, e o sistema de proteção contra insetos:

18) Natureza do piso e material de revestimento:

19) Teto (Informar a existência ou não de forro e a natureza do material):

20) Paredes (Informar a natureza do material e o tipo de revestimento ou de impermeabilização):

21) Laboratório de análises (Informar sobre sua existência e relacionar as análises que serão realizadas):

22) Natureza e/ou revestimento das mesas e equipamentos:

23) Tanques de salga para queijos (Natureza do material e de seu revestimento interno):

24) Informar o destino dado ao soro:

25) Instalações frigoríficas:

a) Número de câmaras existentes: b) Capacidade das câmaras: 26) Vestiário, sanitários e refeitório para funcionários e suas respectivas localizações:

27) Sala para inspeção e localização:

28) Indicação de existência nas proximidades de outros estabelecimentos ou indústrias que produzem mau cheiro:

29) Caldeira (Informar se existe ou não, sua capacidade e tipo de combustível utilizado):

Nova Maringá, _____ de _____ de _____.

_____

Proprietário / Responsável pelo estabelecimento

_____

Médico Veterinário

CRMV:

ANEXO 18.2

MEMORIAL ECONÔMICO SANITÁRIO DO ESTABELECIMENTO ENTREPOSTO DE CARNES

1) Nome da Firma, Nome do (s) Proprietário (s) ou Arrendatário (s):

2) Classificação do Estabelecimento perante o SIM:

3) Endereço completo e telefone para contato do estabelecimento:

4) Produtos que pretende fabricar, incluindo fluxograma de cada um (colocar em anexo):

5) Tipo de embalagem a ser usada e forma de acondicionar o produto para expedição (Descrever se haverá utilização de embalagens secundárias para transporte: caixas de papelão ou caixas plásticas):

6) Capacidade diária de produção (por produto):

7) Procedência da matéria prima:

8) Número de empregados:

9) Relação de máquinas e equipamentos existentes ou a serem instalados (por sala):

10) Água potável para o abastecimento:

a) procedência:

b) volume, vazão e processo de captação e distribuição:

c) sistema de tratamento e localização:

d) depósito e sua capacidade:

e) sistema de aquecimento de água para limpeza e esterilizadores:

Destino dado às águas servidas (esgoto sanitário, caixa de gordura, caixa de retenção de resíduos, meios de depuração):

11) Sistema de coleta de resíduos (frequência da coleta e qual o destino final dos resíduos), dados da empresa coletora:

12) Local para higienização de equipamentos e utensílios – descrever:

13) Local destinado ao departamento de material de limpeza e almoxarifado: 14) Ventilação e iluminação nas diversas dependências (natural e artificial):

15) Aberturas (portas, janelas e óculos), natureza do material e sistema de proteção contra entrada de insetos:

16) Natureza do piso e material de revestimento:

17) Teto (tipo de cobertura, tipo de forro e tipo de pintura):

18) Paredes (natureza do material, tipo de revestimento e de impermeabilização):

19) Natureza do material de revestimento das mesas e das bancadas:

20) Banheiros e vestiários (localização e separação por sexo):

21) Gabinete sanitário (pedilúvio, lavador de botas, pia para higienização de mãos e antebraços) - descrever:

22) Indicação da existência nas proximidades de fontes produtoras de poeira, mau cheiro, rios, esgotos (que possam ser ambientes propícios para a proliferação de pragas, roedores ou poluição):

23) Instalações frigoríficas (número, capacidade, finalidade, temperatura, largura e altura das portas e do pé direito – trilhagem aérea):

24) Climatização da área de manipulação (temperatura e equipamentos utilizados):

25) Tipo de veículo utilizado para o transporte da produção (indicar a temperatura utilizada):

26) Material de revestimento do pátio e cercas ao redor do estabelecimento:

27) Detalhar o controle de pragas, se houver empresa especializada, citar os dados da mesma:

Nova Maringá, _____ de _____ de _____.

_____

Proprietário/responsável pelo estabelecimento

_____

Médico Veterinário

CRMV:

ANEXO 18.3

MEMORIAL ECONÔMICO SANITÁRIO PARA ESTABELECIMENTO DE OVOS E DERIVADOS

1) Nome do proprietário, endereço completo, telefone, e-mail:

2) Nome da Firma ou Granja:

3) Localização/endereço da Firma ou Granja:

4) Tipo de estabelecimento (indústria de conservas, entreposto ou granja):

5) Tipo de ovos que pretende manipular (ovos de galinha, de codorna, etc.) e qual o processo de manipulação utilizado (descrever detalhadamente o fluxo de manipulação dos ovos, desde a sua recepção até a expedição do produto final) (colocar em anexo):

6) Tipo de produto que pretende comercializar (ovos frescos, conserva de ovos, conserva de ovos com legumes, ovos desidratados, etc.):

7) Capacidade diária de recepção, manipulação ou industrialização de ovos no estabelecimento:

8) Procedência da matéria prima (ovos), dando a relação completa com o nome do proprietário, endereço, telefone, etc. das granjas fornecedoras (colocar em anexo):

9) Mercado de consumo que pretende abastecer (colocar em anexo):

10) Número de funcionários no estabelecimento por sexo:

11) Detalhar o maquinário, aparelhagem e equipamentos instalados ou a instalar no estabelecimento:

12) Tipo de veículo que será utilizado para o transporte do produto final:

13) Água de abastecimento (citar a procedência, qual o volume, tipo de captação, tratamento, capacidade e número de caixas de água):

14) Destino que será dado para as águas servidas (sujas):

15) Detalhar o sistema de ventilação e iluminação nas diferentes dependências do estabelecimento:

16) Descrever o sistema utilizado para evitar a entrada de moscas e outros insetos (tela, cortina de ar):

17) Descrever como é ou como será o piso, mesas, portas, janelas, paredes, forro, cobertura do estabelecimento e pavimento do pátio:

18) Descrever como será feita a coleta e qual o destino a ser dado aos ovos desclassificados ou condenados:

19) Detalhar a localização e se há separação por sexo e número de vestiários e sanitários:

20) Detalhar (caso existam) as instalações de frio, como: geladeira industrial, câmaras, freezers, etc.:

21) Informar se há nas proximidades algum estabelecimento ou indústria que produza mau cheiro ou poeiras:

Nova Maringá, _____ de _____ de _____.

_____

Proprietário/responsável pelo estabelecimento

_____

Médico Veterinário

CRMV:

ANEXO 18.4

MEMORIAL ECONÔMICO SANITÁRIO DO ESTABELECIMENTO DE MEL E DERIVADOS

1) Nome da firma, proprietário(s) ou arrendatário(s):

2) Denominação do estabelecimento:

3) Endereço completo do estabelecimento, telefone para contato, e-mail:

4) Procedência da matéria-prima:

5) Capacidade diária de recepção e industrialização:

6) Produtos que pretende fabricar ou envasar:

7) Mercado de consumo que pretende abastecer:

8) Número de empregados no estabelecimento:

9) Equipamentos e utensílios que serão usados e instalados no estabelecimento:

10) Água de abastecimento (procedência, vazão, capacidade das caixas de água, sistema de tratamento, etc.):

11) Destino dado às águas servidas (esgoto, fossa séptica, etc.):

12) Descrever a ventilação e iluminação dentro do estabelecimento:

13) Descrever portas, janelas, óculos e demais aberturas e a presença ou não de tela para evitar a entrada de insetos:

14) Descrever o material de mesas, tanques, depósitos, piso, paredes, forro, teto e cobertura:

15) Descrever localização e número de vestiários e banheiros com sanitários e se são separados por sexo:

16) Descrever a pavimentação do pátio do estabelecimento:

17) Indicar se existem outros estabelecimentos nos arredores que produzem poeiras ou mau cheiro:

Nova Maringá, _____ de _____ de _____.

_____

Proprietário/responsável pelo estabelecimento

_____

Médico Veterinário

CRMV:

ANEXO 18.5

MEMORIAL ECONÔMICO SANITÁRIO DO ESTABELECIMENTO DE FÁBRICA DE CONSERVAS

1) Nome da firma, nome do (s) proprietário (s) ou arrendatário (s):

2) Denominação do Estabelecimento (nome comercial ou nome fantasia):

3) Classificação do Estabelecimento:

4) Endereço completo incluindo: CEP, telefone e E-mail:

5) Detalhar os produtos que pretende fabricar, incluindo o fluxograma de cada produto (colocar em anexo):

6) Capacidade diária de produção por produto:

7) Procedência da matéria prima (nome do fornecedor, número de registro do fornecedor no Serviço de Inspeção competente, tipo da matéria prima: carcaça, cortes, carne mecanicamente separada, carne aves, etc.):

8) Embalagens (descrever se haverá utilização de embalagens secundárias para transporte: caixas de papelão ou caixas plásticas):

9) Número aproximado de empregados:

10) Relacionar detalhadamente as máquinas e equipamentos existentes e/ou a serem instalados (quantidade, localização dentro do estabelecimento e devem constar todos no layout da planta baixa do projeto do estabelecimento):

11) Água potável para o abastecimento:

a) Procedência e volume de vazão: b) Processo de captação:

c) Sistema de tratamento utilizado e onde está ou será localizado:

d) Depósito e sua capacidade:

e) Sistema aquecimento d'água para limpeza e esterilizadores:

f) Local e como será a produção de gelo, se houver:

12) Destino dado às águas servidas (esgotos, caixa de gordura, caixa de retenção,meios de depuração, etc.): 13) Detalhar o sistema de coleta, a frequência da coleta e o destino final dos resíduos e dados da empresa coletora:

14) Detalhar o controle de pragas, se houver empresa especializada, citar os dados da mesma:

15) Local para higienização de equipamentos e utensílios - descrever:

16) Local para depósito de material de limpeza e almoxarifado:

17) Ventilação e iluminação (natural e artificial):

18) Aberturas (informar a natureza do material, o sistema de proteção contra insetos (observar que nas janelas e óculos as telas devem ter armação metálica e serem removíveis)):

19) Natureza do piso e o material de revestimento:

20) Teto (informar o tipo de cobertura, existência ou não de forro e a natureza do material e pintura):

21) Paredes (informar a natureza do material e o tipo de revestimento ou impermeabilização):

22) Natureza do material e revestimento das mesas e bancada:

23) Vestiários e banheiros (informar sobre a sua existência, a localização e separação por sexo):

24) Gabinete sanitário (pedilúvio, lavador de botas, pia para higienização de mãos e antebraços):

25) Informar se há nas proximidades algum estabelecimento ou indústria que produza poeira ou mau cheiro:

26) Material de revestimento do pátio e cercas ao redor do estabelecimento:

27) Instalações frigoríficas: número, capacidade, finalidade das câmaras frias, largura das portas, altura do pé direito e altura da trilhagem aérea das câmaras frias, quantidade e finalidade de geladeira industrial ou freezers (Indicar as temperaturas de cada um):

28) Informar o tipo de veículo utilizado para o transporte da produção, indicando a temperatura utilizada para os produtos (congelados, resfriados):

Nova Maringá, _____ de _____ de _____.

_____

Proprietário/responsável pelo estabelecimento

_____

Médico Veterinário

CRMV:

ANEXO 18.6

MEMORIAL ECONÔMICO SANITÁRIO PARA MATADOURO DE AVES E COELHOS

1) Nome da Firma, Proprietário ou Arrendatário:

2) Denominação do Estabelecimento (Nome Comercial ou Nome Fantasia):

3) Classificação do Estabelecimento:

4) Endereço do estabelecimento, incluindo: CEP, telefone e E-mail:

5) Espécie (s) de animal (s) que pretende abater e descrever o processo de matança (recepção das aves, insensibilização e sangria, escaldagem, depenagem, retirada das cutículas, evisceração, resfriamento, gotejamento, cortes e embalagem), nória automática ou manual, túnel de congelamento, etc. (colocar em anexo):

6) Velocidade da matança e capacidade máxima diária de abate:

7) Detalhar os produtos que pretende comercializar (carcaça, meia carcaça, cortes primários, miúdos congelados, etc.), incluindo o fluxograma de cada produto (colocar fluxograma em anexo):

8) Embalagens: descrever se haverá utilização de embalagens secundárias para transporte - caixas de papelão ou caixas plásticas:

9) Número aproximado de empregados:

10) Relacionar detalhadamente as máquinas e equipamentos existentes e/ou a serem instalados no estabelecimento (quantidade, localização dentro do estabelecimento e que constem todos no layout da planta baixa do projeto) - (colocar em anexo):

11) Água potável para o abastecimento

a) Procedência e volume de vazão: b) Processo de captação e sistema de distribuição:

c) Sistema de tratamento utilizado e onde está ou será instalado este sistema:

d) Depósito e sua capacidade (deve ser condizente com a capacidade de abate):

e) Sistema de aquecimento d'água:

f) Procedência do gelo para o chiller:

12) Destino dado às águas servidas: esgotos, caixa de gordura, caixa de retenção, lagoas de tratamento, meios empregados para depuração das águas servidas, etc. (tudo deve constar da planta de situação do projeto):

13) Detalhar o sistema de coleta, a frequência da coleta e o destino final dos resíduos da evisceração e das penas, se houver empresa coletora, citar os dados da mesma:

14) Detalhar o sistema para controle de pragas, se houver empresa especializada, citar os dados da mesma:

15) Local para higienização e depósito de equipamentos, utensílios, inclusive de gaiolas:

16) Local destinado a Departamento Material de Limpeza e almoxarifado:

17) Ventilação e iluminação (natural e artificial) nas diversas dependências:

18) Aberturas: informar a natureza do material e o sistema de proteção contra insetos, observar que nas janelas e óculos as telas devem ter armação metálica e serem removíveis:

19) Natureza do piso e material de revestimento do piso:

20) Teto, informar o tipo de cobertura, existência ou não de forro, a natureza do material e pintura:

21) Paredes: informar a natureza do material e o tipo de revestimento ou da impermeabilização:

22) Natureza do material e revestimentos das mesas e bancadas:

23) Vestiários e banheiros: informação detalhada sobre suas dependências e sua localização:

24) Refeitório: informar se existe e qual é sua localização:

25) Indicação da existência nas proximidades de curtume ou outros estabelecimentos, que por sua natureza produzam mau cheiro ou poeiras:

26) Tipo de revestimento do pátio e material usado para cercas ao redor do estabelecimento:

27) Instalações frigoríficas: a) Número, capacidade e finalidade das câmaras frias, geladeiras industriais ou freezers: b) Sistema de refrigeração utilizado nas câmaras frias:

c) Temperatura de armazenamento:

d) Altura do pé direito das câmaras frias:

e) Largura das portas das câmaras frias:

28) Local da Inspeção Municipal, informar se existe dependência destinada para uso da Inspeção:

29) Gabinete sanitário (pedilúvio, lavador de botas, pia para higienização de mãos e antebraços) - detalhar:

30) Informar o tipo de veículo utilizado para transporte dos produtos e temperatura utilizada:

Nova Maringá, _____ de _____ de _____.

_____

Proprietário/responsável pelo estabelecimento

_____

Médico Veterinário

CRMV:

ANEXO 18.7

MEMORIAL ECONÔMICO SANITÁRIO DE MATADOURO DE BOVINOS, SUINOS, CAPRINOS E OVINOS

1) Nome da Firma, Proprietário ou Arrendatário:

2) Denominação do Estabelecimento (Nome Comercial ou Nome Fantasia):

3) Classificação do Estabelecimento:

4) Endereço do estabelecimento e sua localização e endereço completo, incluindo: CEP, telefone e e-mail:

5) Espécie (s) de animal (s) que pretende abater e descrever o processo de matança da recepção à expedição (colocar em anexo):

6) Velocidade da matança e capacidade máxima diária de abate:

7) Detalhar os produtos que pretende comercializar (carcaça, meia carcaça, cortes primários, carne desossada, incluindo o fluxograma) - (colocar em anexo):

8) Embalagens: descrever se haverá utilização de embalagens secundárias para transporte (caixas de papelão ou caixas plásticas):

9) Número aproximado de empregados:

10) Relacionar detalhadamente as máquinas e equipamentos existentes e/ou a serem instalados no estabelecimento (quantidade, localização dentro do estabelecimento e que constem todos no layout da planta baixa do projeto) - (colocar em anexo):

11) Água potável para o abastecimento

a) Procedência e volume de vazão: b) Processo de captação e sistema de distribuição:

c) Sistema de tratamento utilizado e onde está ou será instalado este sistema:

d) Depósito e sua capacidade (deve ser condizente com a capacidade de abate):

e) Sistema de aquecimento d'água:

12) Destino dado às águas servidas: esgotos, caixa de gordura, caixa de retenção, lagoas de tratamento, meios empregados para depuração das águas servidas, etc. (tudo deve constar da planta de situação do projeto):

13) Detalhar o sistema de coleta, a frequência da coleta e o destino final dos resíduos de abate, se houver empresa coletora citar os dados da mesma:

14) Detalhar o controle de pragas, se houver empresa especializada, citar os dados da mesma:

15) Local para higienização e depósito de equipamentos e utensílios:

16) Local destinado a Departamento Material de Limpeza e almoxarifado:

17) Ventilação e iluminação (natural e artificial) nas diversas dependências:

18) Aberturas: informar a natureza do material e o sistema de proteção contra insetos, observar que nas janelas e óculos as telas devem ter armação metálica e serem removíveis:

19) Natureza do piso e material de revestimento do piso:

20) Teto: informar o tipo de cobertura, existência ou não de forro, a natureza do material e pintura:

21) Paredes: informar a natureza do material e o tipo de revestimento ou da impermeabilização:

22) Natureza do material e revestimentos das mesas e bancadas:

23) Vestiários e banheiro: informar sobre sua existência, localização:

24) Gabinete sanitário (pedilúvio, lavador de botas, pia para higienização de mãos e antebraços):

25) Refeitório: informar se existe e qual é sua localização:

26) Indicação da existência nas proximidades de curtume ou outros estabelecimentos, que por sua natureza produzam mau cheiro ou poeira:

27) Tipo de revestimento do pátio e material usado para cercas ao redor do estabelecimento:

28) Instalações frigoríficas

a) Número, capacidade e finalidade das câmaras frias, geladeiras industriais ou freezers: b) Sistema de refrigeração utilizado nas câmaras frias: c) Temperatura de armazenamento:

d) Altura do pé direito das câmaras frias e altura da trilhagem:

e) Largura das portas das câmaras frias:

29) Informar o tipo de veículo utilizado para transporte da produção (observar que os veículos devem ter condições de manter os produtos em temperatura adequada para cada tipo – constar tais temperaturas):

30) Local da Inspeção Municipal, informar se existe dependência destinada para uso da Inspeção:

Nova Maringá, _____ de _____ de _____.

_____

Proprietário/responsável pelo estabelecimento

_____

Médico Veterinário

CRMV:

PROCURADORIA JURIDÍCA
PORTARIA N° 009/2018 - SMS

Súmula: *"Nomeia os servidores públicos que receberão a Verba Indenizatória prevista pela Lei Complementar Municipal nº 013/2018 no mês de Outubro de 2018 e dá outras providências".*

NORMA FIRMIANO RODRIGUES, Secretária municipal de Saúde de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 49, §2º, inciso II, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto pelo art. 1º, §1º da Lei Complementar Municipal nº 13 de 21 de fevereiro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os Servidores Públicos, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, que receberão a Verba Indenizatória de que trata a Lei Complementar Municipal nº 013/2018:

I – Enfermeiros lotados na Sede do Município de Nova Maringá – MT:

a) Sandra Mara Ronosto;

b) Paula Nayara Vieira Fernandes;

c) Maryhelen Birkhahn e Silva Nascimento;

d) Vanessa Alves de Lima de Lima;

e) Glaucia Pereira do Nascimento;

II – Enfermeiros lotados no Distrito de Brianorte:

a) Sineila Figueiredo da Silva;

III – Técnicos de Enfermagem lotados na Sede do Município de Nova Maringá – MT;

a) Valdenice Aparecida da Costa;

b) Selma Regina Correia da Silva;

c) Claudete de Fátima Gava Martins;

d) Dircilene de Souza Silva;

e) Adriana do Nascimento;

IV – Técnicos de Enfermagem lotados no Distrito de Brianorte;

a) Francisca Batista Costa;

b) Jeysica Dias Marques Moraes;

V – Motoristas da Central de Vagas da Secretaria de Saúde:

a) Benedito Tobias de Brito;

b) Valdiney José Mateus;

c) Waldecir da Mata;

VI – Motoristas do Pronto Atendimento:

a) João Paz Siqueira;

b) Paulo Alves

c) Marcos Antonio Curti;

d) Darci Aparecido de Oliveira

Art. 2º - Os servidores indicados no artigo anterior receberão a Verba Indenizatória de acordo com os valores constantes do quadro do artigo 1º da Lei Complementar Municipal nº 013/2018;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2018, revogando as demais disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 03 de outubro de 2018.

NORMA FIRMIANO RODRIGUES

Secretaria Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
ERRATA 020-2018

NA PORTARIA 247/2018, Matéria publicada no JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO no dia 21/08/18. Edição 3.047.

ONDE SE LÊ:

RESOLVE:

Art. 1º - DAR POSSE /NOMEAR, a partir de 20 de Agosto de 2018, em Cargo Efetivo, o Servidor:

NOME	RG	CPF	CARGO
LUIZ FERNANDO COSTA SCHWARTZ	2421234-2 SSP/MT	047.204. 751.59	AUXILIAR DE SERVIÇO GERAIS 44 HORAS

LEIA – SE:

RESOLVE:

Art. 1º - DAR POSSE /NOMEAR, a partir de 20 de Agosto de 2018, em Cargo Efetivo, o Servidor:

NOME	RG	CPF	CARGO
LUIZ FERNANDO COSTA SCHWARTZ	2421234-2 SSP/MT	047.204. 751.59	AUXILIAR DE SERVIÇO GERAIS 40 HORAS

Nova Maringá – MT, 03 de Outubro de 2018.

Fatima Fernandes Goliczeski

Chefe do Depto de Recursos Humanos

Portaria 218/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2017 EDITAL DE CONVOCAÇÃO 052/2018

O Sr. **EDILSON CEZAR DOS SANTOS**, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo Público 001/2017, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s)à comparecer(em) na Sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, situada na Avenida Amos Bernardino Zanchet, 50-E, no prazo de 30 (TRINTA) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

CARGO:112 – **AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE(MICRO ÁREA 08) – NOVA MARINGA/MT**

Classif.	NOME
EXCEDENTE	FATIMA APARECIDA MACHADO

Nova Maringá - MT, 03 de Outubro de 2018.

EDILSON CEZAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
RETIFIÇÃO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2018

No TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2018, Matéria publicada no JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO no dia 03/10/18. Edição 3.077, **ONDE SE LÊ:** JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal, **LEIA – SE:** EDILSON CEZAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal. Nova Maringá – MT, 03 de Outubro de 2018. Luciana Garcia Harala Presidente da CPL.

LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°002/2018

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria 330/2017, torna público o resultado da Inexigibilidade de Licitação n°02/2018 tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE ACERVO PEDAGOGICOS E SOCIOEDUCATIVOS PARA O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ, a empresa IAGO HENRIQUE PERES CAMPARONI EIRELI ME, CNPJ: 19.480.903/0001-45, com o Valo Global de 18.750,00 (dezoito mil setecentos e cinquenta reais) nos termos do artigo 25, incido I, da Lei Federal n°8.666 com suas alterações posteriores.

O processo referente a licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações na referida Prefeitura, localizada na Avenida Amos Bernardino Zanchet, N°50E, Centro neste Município de Nova Maringá-MT, de Segunda a Sexta-feira no Horário de atendimento ao público.

Nova Maringá-MT, 03 de Outubro de 2018

Luciana Garcia Harala

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
PORTARIA Nº. 278/2018

"Dispõe sobre a Exoneração do cargo Seletivo de Zeladora a ***Srª. Jocileia Neves Moreira."***

EDÍLSON CEZAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, do Cargo Seletivo, a Sra. **JOCILEIA NEVES MOREIRA**, portadora do RG nº 00174620 SSP/MS, inscrito no CPF sob o n.º 038.423.661.83, do Cargo/função **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, de Nova Maringá-MT, a partir desta data, 03 de Outubro de 2018, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 03 de Outubro de 2018.

EDÍLSON CEZAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2018

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2018

PROCESSO Nº. 4886/2018

OBJETO: *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 MESES.*

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeado através do Decreto nº. 042/2017 de 17 de Janeiro de 2017, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 41/2018 sagrou-se vencedora do Certame Licitatório realizado no dia 02 de Outubro de 2018, ás 08:00 horas á seguinte:

EMPRESA
Ø **CARLOS ALVES DE OLIVEIRA OFICINA ODONTOLÓGICA – ME, CNPJ: 07.911.568/0001-03**, para um Valor Total de R$ 57.650,00 (Cinquenta e sete mil e seiscentos e cinquenta reais); para um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Nova Monte Verde-MT, 03 de Outubro de 2018.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro

Decreto 042/2017

Publique-se.

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 35 - SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 35

PREGÃO PRESENCIAL N° 41/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 4886/2018

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº 51, Centro, nesta cidade, doravante denominada PREFEITURA, neste ato devidamente representada pela Prefeita Municipal, Sra. **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, brasileira, casada, portadora da C.I. RG n.º 3.365.940 SSP/PR e CPF/MF nº. 788.664.809-91, residente e domiciliada á Rua José Joaquim Vieira Nº. 88 nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **CARLOS ALVES DE OLIVEIRA OFICINA ODONTOLÓGICA – ME, CNPJ: 07.911.568/0001-03**, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 41/2018 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº. 14/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 MESES*****,*** conforme especificações e condições constantes no edital de Pregão Presencial nº. 41/2018.

1.1.1. Este instrumento **NÃO OBRIGA** a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para tal objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência da execução, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Saúde participante desse processo licitatório, através do Departamento de Compras/Licitações, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: CARLOS ALVES DE OLIVEIRA OFICINA ODONTOLÓGICA – ME

CNPJ: 07.911.568/0001-03

ENDEREÇO: Avenida José Bastos, Nº 507, Jardim Europa, Colider – MT.

Seq.	Cod.	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	43364	SERVICO DE MANUTENCAO DE APARELHO DE ALMAGAMADOR	UND	15	R$ 70,00	R$ 1.050,00
2	43354	SERVICO DE MANUTENCAO DE CANETA DE ALTA ROTACAO	UND	20	R$ 190,00	R$ 3.800,00
3	43353	SERVICO DE MANUTENCAO DE CANETA DE BAIXA ROTACAO	UND	20	R$ 190,00	R$ 3.800,00
4	43366	SERVICO DE MANUTENCAO DE CUBA ULTRASSONICA	UND	10	R$ 70,00	R$ 700,00
5	43359	SERVICO DE MANUTENCAO DE CUSPIDEIRA	UND	20	R$ 70,00	R$ 1.400,00
6	43360	SERVICO DE MANUTENCAO DE EQUIPO ODONTOLOGICO	UND	20	R$ 70,00	R$ 1.400,00
7	43361	SERVICO DE MANUTENCAO DE ESTOFAMENTO	UND	10	R$ 290,00	R$ 2.900,00
8	45879	SERVICO DE MANUTENCAO DE FOTOPOLIMERIZADOR	UNIDADE	15	R$ 100,00	R$ 1.500,00
9	45880	SERVICO DE MANUTENCAO DE JATO DE BICARBONATO	UNIDADE	10	R$ 70,00	R$ 700,00
10	43365	SERVICO DE MANUTENCAO DE MOCHO ODONTOLOGICO	UND	10	R$ 70,00	R$ 700,00
11	45878	SERVICO DE MANUTENCAO DE RAIO-X	UNIDADE	30	R$ 280,00	R$ 8.400,00
12	43358	SERVICO DE MANUTENCAO DE REFLETOR	UND	15	R$ 70,00	R$ 1.050,00
13	43356	SERVICO DE MANUTENCAO DE SELADORA ODONTOLOGICA	UND	15	R$ 70,00	R$ 1.050,00
14	43357	SERVICO DE MANUTENCAO DE SUGADOR	UND	20	R$ 70,00	R$ 1.400,00
15	45877	SERVICO DE MANUTENCAO DE ULTRASSOM ODONTOLOGICO	UNIDADE	15	R$ 280,00	R$ 4.200,00
16	43352	SERVICO DE MANUTENCAO EM AUTOCLAVE	UND	20	R$ 300,00	R$ 6.000,00
17	43350	SERVICO DE MANUTENCAO EM CADEIRA ODONTOLOGICA	UND	50	R$ 70,00	R$ 3.500,00
18	43351	SERVICO DE MANUTENCAO EM COMPRESSOR	UND	30	R$ 280,00	R$ 8.400,00
19	45876	SERVICO DE MONTAGEM DE CADEIRA ODONTOLOGICA	UNIDADE	4	R$ 300,00	R$ 1.200,00
20	45881	SERVICO DE TROCA DE MANGUEIRA DA PARTE HIDRAULICA DA CADEIRA ODONTOLOGICA	METROS	500	R$ 9,00	R$ 4.500,00
					TOTAL	**R$ 57.650,00**

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as normas e especificações do edital, obedecendo sempre a legislação específica vigente para cada tipo de serviço a ser executado, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os serviços licitados deverão ser entregues na sede ou distritos do município de Nova Monte Verde-MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço, não havendo valores ou número de itens mínimos para os pedidos, sendo que os mesmos serão solicitados de acordo com as necessidades do município.**

5.3. Os Serviços deverão atender normas de garantia e referência de qualidade mínima ao serviço a ser prestado, devendo estes ser executados por profissionais capacitados.

5.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.6. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.7. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.8. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.9. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.10. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.11. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.13. Fornecer os produtos ou serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais e/ou trabalhistas previstas na legislação vigente, comprometendo-se a saldá-las em tempo oportuno, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT;

5.15. Assumir todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, cíveis ou penais, relacionadas à prestação dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

5.16. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão.

5.17. Arcar com custo de deslocamento de veículos a serem concertados quando a CONTRATADA não for da sede do município da CONTRATANTE.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a prestação dos serviços;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento devido será efetuado conforme emissão da nota fiscal devidamente atestada pela secretaria responsável atestando o recebimento dos produtos ou serviços.

7.2 A Nota Fiscal será paga somente após o atesto do setor competente, assegurando que os produtos ou serviços entregues estão de acordo com as exigências contidas neste edital.

7.3 A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório.

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº. 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.4. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir à presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

PAB – BLOCO I

07 – Secretaria Municipal de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

0032 – Bloco I – Atenção Básica

2 029 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica

299 - 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 41/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Monte Verde - MT, 03 de Outubro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE - MT

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

PREFEITA MUNICIPAL

CARLOS ALVES DE OLIVEIRA OFICINA ODONTOLÓGICA – ME

CNPJ: 07.911.568/0001-03

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018

REGISTRO DE PREÇOS

'' EXCLUSIVO E REGIONALIZADO PARA ME – EPP "

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.688/2017

A Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, através de sua Pregoeira Oficial, torna público o Registro de preços para futura e eventual aquisição de **diversos materiais esportivos e recreativos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desporto e Laser, conforme especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **18/10/2018 às 08h00min** (**Horário Brasília**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Nova Nazaré/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3467.1019, no horário das 07h00min às 13h00min, através do e-mail **licitacaonovanazare@hotmail.com** ou no endereço eletrônico **www.novanazare.mt.gov.br.**

Nova Nazaré-MT, 03 de Outubro de 2018.

NUBIA MATILDES DE CARVALHO

Pregoeira Oficial Substituta

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 028/2018

PREGÃO PRESENCIAL nº. 036/2018

PROCESSO Nº. 069/2018

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **CASA DE AMPARO A FAMILIA, IDOSO, CRIANÇA E ADOLESCENTE - CAFICA**, CNPJ nº 07.770.350/0001-86, com sede em Cuiabá-MT, À Rua Miranda Reis nº 498, Bairro Poção, representada pelo Sr. **ANDREY REVELES KIST**, portador do CPF nº 009.844.041-12 e Rg nº 2098993-8 SSP/MT**,** nas quantidades estimadas no **Item 1** desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de **Pregão Presencial nº. 036/2018** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa **para *serviços de leitos de casa de apoio para atendimento de pacientes de todas as idades, usuários do SUS - Sistema Único de Saúde* em Cuiabá/MT,** oferecendo dependências masculinas e femininas providas de dormitórios e banheiros, fornecendo ainda no mínimo, três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar) **e ainda deverá fornecer transporte para locomoção Casa de Apoio/Unidade de Saúde/Casa de Apoio, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Nazaré-MT,** conforme especificações do edital e proposta de preços.

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 036/2018, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. JOÃO TEODORO FILHO, disposta no **Processo nº 069/2018**.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DAS CONDIÇÕES

DE FORNECIMENTO

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.1.1 - Descrição, Quantidade e itens Registrados:

ITEM	Quant.	Unid.	Descrição	R$ UNIT	R$ TOTAL
1	480	UNID	*serviços de leitos de casa de apoio para atendimento de pacientes de todas as idades, usuários do SUS - Sistema Único de Saúde* em Cuiabá/MT, oferecendo dependências masculinas e femininas providas de dormitórios e banheiros, fornecendo ainda no mínimo, três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar) e ainda deverá fornecer transporte para locomoção Casa de Apoio/Unidade de Saúde/Casa de Apoio, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Nazaré-MT	50,00	24.000,00

3..2 - Antes da Assinatura do contrato administrativo, o Município de Nova Nazaré/MT, indicará um servidor, para inspecionar e vistoriar as instalações da empresa vencedora, com a finalidade de verificar se a futura CONTRATADA atende às especificações solicitadas neste Edital.

3.3 - Este servidor será provido de poderes para que, no caso do surgimento de alguma necessidade para a adequação do estabelecimento contratado, estipular prazo máximo para a tomada das devidas providências para enquadramento exigido para o bom funcionamento do estabelecimento a ser firmado o contrato administrativo.

3.4 - Inspecionada e devidamente atestado pelo servidor, que por sua vez emitirá o **Termo de Qualificação dos Serviços de Hospedagem**, que comprova que a empresa vencedora do certame, está apta a servir aos pacientes, e com isso firmar o Pacto Administrativo com o Município de Nova Nazaré/MT.

3.5 - Ocorrendo à decretação de empresa inapta, para os atendimentos aos nossos pacientes, não será firmado nenhum pacto entre as partes, alem de responder e ser enquadrada nas sanções e penalidades impostas por este instrumento.

3.6 – Constitui objeto da presente licitação os seguintes serviços:

3.6.1 – Hospedagem: o estabelecimento deverá ter estrutura predial em bom estado de conservação, dormitórios com energia elétrica e água tratada, devendo estar em perfeito estado de higiene e conservação, disponibilizar no mínimo ventiladores, bem como banheiros compatíveis com o quantitativo de pacientes, sendo banheiro masculino e feminino separados.

3.6.2 - Fornecimento de Refeições: Café da Manhã (básico), almoço e jantar, devendo a alimentação ofertada ser de boa qualidade e conter fontes de proteína animal e vegetal, carboidratos, gorduras, vitaminas e minerais, de modo a atender as necessidades alimentares básicas de uma pessoa.

3.6.3 - Transporte (na cidade de Cuiabá-MT): Veículo para translado (ida/volta) dos pacientes hospedados na Casa de Apoio até os locais de consultas, laboratório e tratamento médico, inclusive para buscar e levar até a rodoviária ou aeroporto.

3.6.4 - Disponibilizar funcionário para atendimento 24 horas por dia para eventuais necessidades/urgência de busca ou envio de pacientes fora do horário de atendimento normal da CONTRATADA.

3.6.5 - Disponibilizar de um quantitativo mínimo de roupas de cama e higiene pessoal, para uso de pacientes ou acompanhantes que por uma eventualidade ou urgência não estejam portando tais objetos.

3.6.6 – A empresa deverá:

a) *Cumprir rigorosamente os horários determinados pela secretaria municipal de Saúde, ou seja, tenho horário de saída e retorno previsto conforme os atendimentos das consultas;*

b) *Responsabilizar-se pelo translado dentro da capital, com hospedagem e alimentação dos pacientes encaminhados;*

c) *Arcar com todas as despesas de combustíveis e pelas despesas com motorista, bem como quaisquer outros custos que venham a existir, pois nenhum custo será pago por esta administração;*

d) *Que o veículo objeto desta licitação, deverá estar disponível e em perfeito estado de conservação, principalmente no que tange a acomodação, segurança, motor e mecânica;*

e) *Substituir no máximo* ***em 01 (uma) hora o veículo que der problemas/defeitos****, pois os serviços não poderão ser interrompidos e nem tampouco paralisados, já que os pacientes têm dia e hora para realizarem o tratamento médico nas referidas capitais.*

3.6.7 – Não sera permitida a sub-contratação dos serviços constantes neste edital.

CLAUSULA QUARTA – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é a **Secretaria Municipal de Saúde**.

4.2 – A presente ATA atenderá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 8.250/2014 de 23/05/2014, e, diante disso está sujeito à autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado e diante disso, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro** de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura **(03/10/2018 à 03/10/2019)** não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação dos serviços e/ou fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato que passam a ser parte integrante desta ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Nova Nazaré-MT, 03 de Outubro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

CASA DE AMPARO A FAMILIA, IDOSO, CRIANÇA E

ADOLESCENTE – CAFICA

ANDREY REVELES KIST

CPF nº 009.844.041-12

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018

REGISTRO DE PREÇOS

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, torna público que a vencedora na sessão realizada em **03/10/2018** na modalidade de **Pregão Presencial nº 036/2018**, menor preço por ítem foi **CASA DE AMPARO A FAMILIA, IDOSO, CRIANÇA E ADOLESCENTE - CAFICA, conforme ata.**

Nova Nazaré-MT, 03 de Outubro de 2018.

NUBIA MATILDES DE CARVALHO

Pregoeira Substituta

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE REPETIÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2018

REGISTRO DE PREÇOS

A Pregoeira Oficial Substituta do município de Nova Nazaré-MT, torna público que por ausência de interessados na sessão pública que se realizou em **03/10/2018 às 08:00 (Brasília)**, foi declarado **DESERTO** o **Pregão Presencial nº 035/2018** que tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual **contratação de empresa para transporte de diversos materiais de consumo (merenda, materiais de construção, etc)** com caminhão de capacidade mínima de 4,5 ton. – **com todas as despesas (óleo diesel, lubrificantes, filtros, pneus, etc) e motorista por conta do contratado,** de forma fracionada de acordo com as necessidadesdas secretarias municipaisde Nova Nazaré-MT, conforme especificações do edital. A Pregoeira comunica aos interessados que o certame será **REPETIDO**, em sessão pública a ser realizada **às 08:00 hrs do dia 17/10/2018** (**Horário de Brasília**) na sala de licitações. Esta licitação será regida pela Lei Federal nº. 8.666/93 e 10.520/2002, suas alterações e demais disposições aplicáveis.O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré, no horário das 07:00 às 13:00 horas, pelo endereço eletrônico **licitacaonovanazare@hotmail.com** ou no site **www.novanazaré.mt.gov.br**.

Nova Nazaré-MT, 03 de Outubro de 2018.

NUBIA MATILDES DE CARVALHO

Pregoeira Oficial Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 221 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR."

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder **LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR,** a servidora pública deste município, Senhora **CRISTIANE APARCIDA DUARTE FREIRE DOS REIS,** ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSORA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e lazer.

Art. 2º - O afastamento de que trata o artigo primeiro desta portaria, será pelo período de 24 (vinte e quatro) meses sem remuneração tendo início em **03/10/2018** e término em **01/10/2020** nos termos do artigo 100 da Lei Municipal nº 775/2008, Subseção VI.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 03 de Outubro de 2018.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 018/2018/SANTA-HELENA/PREVI

A EXMA. DIRETORA EXECUTIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SRA. BRUNA MARIA PROCÓPIO MARTINS PARRON, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear MARIA APARECIDA BEZERRA, para compor o Conselho FISCAL do Santa Helena-Previ, em substituição a Senhora Aline Souza Silva, ficando o conselho composto pelos membros abaixo:

MARIA APARECIDA BEZERRA;

JULIANE OSCAR DE SOUZA MOURA;

EUNICE CABRAL RUBIO CAMPOS;

GILBERTO DE SOUZA DA PAIXÃO;

VIVIANE BEATRIZ MORAES.

Artigo 2º - As nomeações que trata o artigo anterior não serão remuneradas, conforme parágrafo 3º do artigo 71 da Lei nº 491/2012.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 14 de Setembro de 2018.

Bruna Maria Procópio Martins Parron

Diretora

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 14/09/2018 à 14/10/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 222/2018

"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA 213/2018 QUE NOMEIA A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar a Portaria nº 213/2018, que Nomeia a Comissão de Fiscalização do Concurso Público Municipal 001/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 03 de outubro de 2018.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 03/10/2018 à 03/11/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 218/2018

EXMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Senhor **LUIZ HENRIQUE GONÇALVES,** brasileiro, maior, portador do RG nº 112734993 SSP/MT e CPF nº 041.168.519-81, para exercer o cargo de **Secretário Municipal de Finanças**, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, 03 de outubro de 2018.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

-Prefeita Municipal-

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 03/10/2018 à 03/11/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 219/2018

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SRA. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o senhor **Luiz Henrique Gonçalves**, portador do RG nº 112734993 SSP/MT e do CPF nº 041.168.519-81, para exercendo a função de Secretária de Finanças, conferindo-lhes poderes para movimentar as Contas Correntes em nome da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, com CNPJ sob nº. 04.214.704/0001-18, pelo autoatendimento setor público, juntamente comigo **Terezinha Guedes Carrara**, Prefeita Municipal, portador do RG nº 0549098-7 SSP/MT e do CPF nº 395.335. 061-72, e na ausência de uma das assinaturas o senhor **Marco Antonio Zaneti**, portador do RG nº 23.772.797-3 SSP/SP e do CPF nº 097.627. 578-31, exercendo a função de Secretário de Municipal de Administração, conferindo-lhes poderes para movimentar público, nos seguintes serviços abaixo discriminados:

Emitir cheques	Abrir contas de depósito	Autorizar cobrança
Utilizar o crédito aberto na forma e condições	Receber, passar recibo e dar quitação.	Solicitar saldos e extratos
Requisitar talonários de cheques	Autorizar débito em conta relativo a operações	Retirar cheques devolvidos
Endossar cheque	Sustar/contra-ordenar cheques	Cancelar cheques
Baixar cheques	Efetuar resgates/aplicações financeiras	Cadastrar, alterar e desbloquear senhas
Efetuar pagamentos por meio eletrônico	Efetuar transferências por meio eletrônico	Consultar Contas/aplic. Programas Repasse Recursos Federal - RPG
Liberar arquivos de pagamentos no ger. Financeiro/AASP	Solicitar saldos/extratos de investimentos	Solicitar saldos/extratos de operações de credito
Emitir comprovantes	Efetuar transferência p/ mesma titularidade-meio eletrônico	Encerrar contas de deposito
Solicitar saldos/extratos de operações de credito		

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 03 de outubro de 2018.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal –

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 03/10/2018 à 03/11/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 220/2018

Dispõe sobre a Concessão de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família ao profissional que menciona.

A Exma. Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Terezinha Guedes Carrara, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no *artigo 97 e seus §, da Lei 061 de 25 de fevereiro de 2.002.*

Considerando o atestado médico emitido por profissional, concedendo atestado a servidora pública para acompanhamento de Pessoa Enferma na Família.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** a servidora **JANAINA MATHEUS DE NADAI**, portadora da cédula de identidade de nº 1.581.971-0 SSP/MT e do CPF de nº 006.593.311.79, lotada no cargo de Agente Administrativo II, matrícula 322, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças, Licença por Motivo de Doença a Pessoa da Família, para acompanhar seu Cônjuge o Srº **NILTON DE NADAI**, a ser gozada no período de 01/10/2018 até 10/01/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 03 de outubro de 2018.

Terezinha Guedes Carrara

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 03/10/2018 à 03/11/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

NOTIFICAÇÃO Nº 04/2018 - CONTRATO 50/2017

Considerando a visita técnica na obra Pavimentação Asfáltica no Município de Nova Xavantina, MT, objeto do Convênio 828160/2016/SUDAM, em 02/10/2018, notificamos à empresa Braga Construção e Serviços Ltda. ME à reiniciar a obra, imediatamente, para no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir de 04/10/2018, faça as adequações abaixo:

Corrigir a terraplanagem da base nos pontos detectados como bacias; Executar a imprimação com CM30 e Tratamento Superficial Duplo – TSD na Rua 07 e parte da Avenida Santana; Apresentar ART dos ensaios; Apresentar o Diário de Obras; Cumprir os prazos do Cronograma Físico Financeiro contratado, no tocante à Pavimentação, Obras Complementares e Sinalização Viária, sob pena de rescisão unilateral do contrato.

Nova Xavantina, MT, 03/10/2018

EDBERT MOREIRA JUNIOR

Engenheiro Civil

CONFEA RN 260.136.459-9

Nova Xavantina, MT, 03/10/2018

DECLARAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

ADMINISTRAÇÃO 2017/2020

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 04/2018

DECLARAÇÃO

A Comissão Interna do Processo Seletivo Simplificado 04/2018, após verificada a regularidade, declara que não houve recursos contra o Edital de Abertura do certame.

Nada mais havendo a declarar, assino o presente.

Nova Xavantina, 04 de outubro de 2018.

Patrícia Fernandes Lima de Oliveira

Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA 86/2018

CONSELHO CURADOR DO FUMPS

Aos dois dias de outubro de dois mil e dezoito estiveram reunidos no prédio da Câmara Municipal , para a eleição do novo conselho curador do fumps. Na oportunidade foi explicado o regime Próprio da Previdência Social e sua organização funcional, aonde se fez a eleição do novo conselho curador, sendo eles os membros Clarice Rezer como Presidente , Aureligia dos Prazeres Mesquita como Secretaria, Iuri Valério Leite, Ana Paula Conceição Aires, Karine Alencar Paduam, Juarez Cirino de Souza como demais membros do Conselho Curador do Fumps,eleitos pela maioria de votos dos presentes. Eu Melissa lavrei apresente ata e declaro ser verdade na presença dos membros infra-assinados:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISTRATO Nº. 006/2018 DO CONTRATO Nº 017/2018

Pelo presente instrumento particular de Distrato, a Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo **Sr. SILVANO PEREIRA NEVES**, Exmo. Prefeito Municipal, e do outro lado o Sr. **PAULO NASCIMENTO DE OLIVEIRA,** brasileiro, maior, portador do RG. 2046415-0 SSP/MT, e do CPF n º: 023.199.291-26, Contratado na função de **OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS,** residente e domiciliado no Município de Novo Horizonte do Norte/MT.

Resolve: de acordo com a Cláusula Oitava do Contrato de prestação de Serviço nº. 017/2018, datado de 16/05/2018, com termino previsto para 30/12/2018, torna-se rescindido a partir desta data**: 01/10/2018.**

Assim, dão as partes recíprocas e geral quitação, não restando motivo algum para que se exijam quaisquer vantagens decorrentes do contrato que se rescinde.

E, para firmeza do presente instrumento de Distrato, foi este redigido em duas vias, de igual teor e forma, as quais vão devidamente assinadas.

Novo Horizonte do Norte/MT, 28 de setembro de 2018.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

Paulo Nascimento de Oliveira

Contratado

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMITE GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA PRO FAMILIA – MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Novo Horizonte do Norte/MT, Portaria n°: 185 de 04 de julho de 2017.

RESOLUÇÃO Nº. 02/2018 - CGMPR.

"Dispõe da Criação do Pacto Pró Família no Município de Novo Horizonte do Norte/MT.

O **Comitê Gestor Municipal do Programa Pró - Família** de Novo Horizonte do Norte, em reunião ordinária no dia 02 de outubro de 2018, registrada em Ata nº 02/2018, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº.185 de 04 de julho de 2018.

RESOLVE:

Parágrafo único

Aprovar o Pacto Pro Família, criado para subsidiar as famílias, através de ações de promoção da cidadania, bem como inclusão social de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social com a finalidade de subsidiar os destinatários na superação e redução de tais fatores.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Novo Horizonte do Norte, 02 de outubro de 2018.

_____

Maria Dolores Marinotti Moreira

Membro do Comitê Pro Família

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

LICITIÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2018

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira e sua equipe de apoio, torna público que realizou Licitação na Modalidade **"Pregão Presencial nº 030/2018"** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 08h00min do dia **01 de Outubro de 2018**, objetivando a **Aquisição Futura de Material de Expediente, Papelaria, Tecidos, Tonners e Cartuchos para Atendimento as Secretarias Municipais do Município de Novo Mundo - MT**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagrou-se vencedora do citado certame as seguintes licitantes: : **No lote 01 seguintes vencedores**: **QUERIS MULTI COISAS LTDA** com o valor de R$: **11.955,10 (**Onze Mil, Novecentos e Cinquenta e Cinco Reais e Dez Centavos), **JUDITE TEREZINHA UMANN RIBEIRO EPP** com o valor de R$: **138.163,85 (**Cento e Trinta e Oito Mil, Cento e Sessenta e Três e Oitenta Reais e Cinco Centavos), **REZER FRUTUOSO & CIA LTDA** com o valor de R$: **35.728,45 (**Trinta e Cinco Mil, setecentos e Vinte e Oito Reais e Quarenta e Cinco Centavos, **SCHMIDT & FONTOURA LTDA** com o valor de R$:**161.124,05** (Cento e Sessenta e Um Mil, Cento e Vinte e Quatro Reais e Cinco Centavos), **OVANDIR BATISTA JUNIOR ME** com o valor de R$: **4.824,50** (Quatro Mil, Oitocentos e Vinte e Quatro Reais e Cinquenta Centavos), **CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI EPP** com o valor de R$: **14.489,85** (Quatorze Mil, Quatrocentos e Oitenta e Nove Reais e Oitenta e Cinco Centavos, **MOTTIVA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME** com o valor de **19.919,35 (**Dezenove Mil, Novecentos e Dezenove Reais e Trinta e Cinco Centavos), e **no Lote 02 os seguintes vencedores**: **JUDITE TEREZINHA UMANN RIBEIRO EPP** com o valor de R$: **76.067,00** (Setecentos e Seis Mil e Sessenta e Sete Reais), **OVANDIR BATISTA JUNIOR ME** com o valor de R$: 49.446,75 (Quarenta e Nove Mil, Quatrocentos e Quarenta e Seis Reais e Setenta e Cinco Centavos), **MOTTIVA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME** com o valor de R$: **38.165,00** (Trinta e Oito Mil, Cento e Sessenta e Cinco Reais .por ter apresentado propostas com preço compatível ao praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foram declaradas vencedoras.

Novo Mundo MT, 03 de Outubro de 2018.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 019/2018, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018. CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE SERVIDOR

Assunto: Processo Inquérito Administrativo Disciplinar

Pelo presente fica **INTIMADO** o servidor publico municipal senhor JOSÉ ADALBERTO RIBEIRO SANTOS, inscrito no CPF nº 241.017.371-34 e portadora da Cédula de identidade RG nº 0279719-4 SSP/MT, matriculado sob nº 2215, ocupante do cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO – MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR, á ser ouvido nas dependências do Presídio Dr. Osvaldo Florentino Leite Ferreira – Ferrugem em Sinop/MT, no dia 09 de Outubro de 2018, às 14h00min, para que seja devidamente ouvido pela Comissão de Sindicância e Inquérito Administrativo.

Novo Mundo – MT, 03 de Outubro de 2018.

_____

_____

CASSIANO MARTINS REIS

PRESIDENTE DA COMISSÃO

RECEBIDO EM ____/10/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2018

Acha-se aberta Licitação abaixo descrita:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2018

PROCESSO Nº 063/2018

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, através de sua Pregoeira torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo "**MENOR PREÇO**". O critério de julgamento **Menor Preço por item**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR O CARDÁPIO DA MERENDA ESCOLAR, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT.** em conformidade com as Leis 10.520/2002 e Lei 8.666/93. O Credenciamento será realizado das 08h: 30mim até às 09h: 00 min do dia **17 de Outubro de 2018**. Na Avenida 29 de setembro, nº 244 - Centro no Paço Municipal. "A Sessão terá início às 09h: 00 min, (horário de Brasília) na mesma data e local". O Edital completo está à disposição dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, no horário das 08:00 as 11:00 e das 13:00 as 18:00 horas e também disponibilizado pelo site ***www.novosantoantonio.mt.gov.br*** ou através do e-mail ***licitacao@novosantoantonio.mt.gov.br***, demais esclarecimentos pelo telefone (66)3548-1140.

Novo Santo Antonio – MT, 04 de Outubro de 2018.

Eva Rodrigues Brito

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 76/2018

Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria nº 126 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 76/2018**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: O Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Regentes, Material de Consumo e Material Permanente para o Laboratório Municipal,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Data de abertura **17/10/2018**, Quarta-feira **às 09:00h (horário Brasília**). O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** - **www.bll.org.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen, em 03 de Outubro de 2018.

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRAZO/VALOR Nº 04 AO CONTRATO Nº 26/2016

Aditivo nº 04 ao Contrato 26/2016 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado: **RIVANILDO CASADO DE OLIVEIRA – ME - CNPJ 14.987.011/0001-11.** Objeto: A **Locação de Caminhões e Máquinas Pesadas** para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Infraestrutura na construção, prevenção e manutenção das rodovias, estradas vicinais e vias públicas do Município de Paranatinga. Justifica-se o presente aditivo, tendo em vista que é de suma importância dar andamento nos trabalhos de manutenção e conservação de estradas vicinais do nosso município, já que muitos de nossos caminhões estão com problemas de desgaste com o tempo. **Prazo: 28/30/2018 A 28/01/2019; Valor Aditivado: R$ 32.000,00**. Departamento de Licitações e Contratos, em 28 de setembro de 2018.

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRAZO/VALOR Nº 01 AO CONTRATO Nº 72/2017

Aditivo nº 01 ao Contrato 72/2017 – Locatária: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Locador: **NYLVAN JOSÉ DA SILVA – CPF: 030.868.171-19.** Objeto: A Locação de Imóvel localizado na Avenida Bandeirantes, nº 2. 663, região Central, Medindo em Média 138m² (Cento e trinta e oito metros quadrados) de área, para o Funcionamento da Biblioteca Municipal Machado de Assis, atendendo a pedido da Secretaria de Educação e Cultura. **Prazo: 28/09/2018 A 27/09/2019. Valor Mensal R$: 2.140,00. Valor Global R$: 25.680,00**. Departamento de Licitações e Contratos, em 28 de setembro de 2018.

OUVIDORIA MUNICIPAL
D E C R E T O Nº 1539/2018. FL. 01/08.

D E C R E T O Nº 1539/2018. FL. 01/08.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Josimar Marques Barbosa, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 1665/2018, de 28 de setembro de 2018, de conformidade com o Art. 167, Inciso V, da Constituição Federal e o artigo nº 41º da Lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º. – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Suplementar por anulação e transposição parcial de dotação no valor de R$ 2.190.280,00 (Dois Milhões, Cento e Noventa Mil e Duzentos e Oitenta Reais) no Orçamento da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT. **conforme segue abaixo.:**

Parágrafo I – Credito Adicional Suplementar.:

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

09.002.15.452.0001.2019.3390.39.00.00.....R$ 89.000,00

09.002.15.451.0003.1028.3390.30.00.00.....R$ 40.000,00

08.003.08.244.0016.2093.3390.39.00.00.....R$ 44.500,00

08.003.08.241.0015.2086.3390.30.00.00.....R$ 12.500,00

06.006.13.122.0006.2054.3390.36.00.00.....R$ 7.500,00

13.002.26.782.0001.2023.3390.39.00.00.....R$ 80.480,00

03.001.04.123.0001.2013.3390.92.00.00.....R$ 58.000,00

03.001.04.123.0001.2013.3390.39.00.00.....R$ 106.000,00

02.001.04.122.0001.2004.3390.39.00.00.....R$ 14.300,00

02.001.04.122.0001.2004.3390.14.00.00.....R$ 7.500,00

02.001.04.122.0001.2003.3390.36.00.00.....R$ 3.000,00

02.001.04.122.0001.2004.3190.04.00.00.....R$ 12.000,00

02.002.04.122.0001.2006.3390.14.00.00.....R$ 1.500,00

04.001.04.122.0001.2010.3390.39.00.00.....R$ 20.000,00

04.001.04.122.0001.2010.3190.04.00.00.....R$ 4.000,00

02.001.04.122.0001.1010.3350.41.00.00.....R$ 27.000,00

09.002.15.452.0001.2019.3190.13.00.00.....R$ 2.000,00

08.001.08.122.0001.2015.3190.13.00.00.....R$ 2.000,00

13.002.26.782.0001.2023.3190.13.00.00.....R$ 4.000,00

13.001.26.122.0001.2022.3190.11.00.00.....R$ 60.000,00

02.001.04.122.0001.2004.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

Fonte.: 0.1.01.000000 – Rec. de Imp. e de Transf. de Impostos - Educação.

06.002.12.361.0005.2041.3390.30.00.00.....R$ 30.000,00

06.002.12.361.0005.2039.3390.39.00.00.....R$ 218.200,00

06.001.12.122.0001.2017.3390.92.00.00.....R$ 1.000,00

06.002.12.306.0005.2033.3390.30.00.00.....R$ 22.500,00

06.002.12.306.0005.2037.3390.30.00.00.....R$ 3.000,00

06.002.12.361.0005.2041.3390.39.00.00.....R$ 8.000,00

Fonte.: 0.1.02.000000 – Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos – Saúde.

05.001.10.302.0012.2069.3390.39.00.00.....R$ 221.000,00

05.001.10.302.0012.2071.3390.39.00.00.....R$ 240.000,00

Fonte.: 0.1.14.000000 – Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde – União.

05.001.10.302.0012.2069.3390.39.00.00.....R$ 110.700,00

05.001.10.301.0011.2064.3190.11.00.00.....R$ 116.000,00

05.001.10.302.0012.2078.3190.11.00.00.....R$ 30.000,00

Fonte.: 0.1.15.000000 – Transf. de Rec. Fundo Nac. do Des. da Educação-FNDE.

06.002.12.361.0005.2040.3390.39.00.00.....R$ 10.000,00

Fonte.: 0.1.16.000000 – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE.

09.002.15.451.0003.1030.4490.39.00.00.....R$ 18.000,00

Fonte.: 0.1.18.000000 – Transferências do FUNDEB 60%.

06.005.12.365.0005.2045.3190.04.00.00.....R$ 59.000,00

06.005.12.365.0005.2045.3190.13.00.00.....R$ 11.000,00

06.005.12.361.0005.2046.3190.04.00.00.....R$ 122.000,00

Fonte.: 0.1.19.000000 – Transferências do FUNDEB 40%.

06.005.12.361.0005.2050.3190.11.00.00.....R$ 203.000,00

06.005.12.367.0005.2051.3190.11.00.00.....R$ 8.000,00

06.005.12.367.0005.2051.3190.04.00.00.....R$ 8.000,00

Fonte.: 0.1.29.000000 – Transf. de Rec. do Fundo Nac. de Assist. Social - FNAS.

08.003.08.244.0016.2091.3190.04.00.00.....R$ 9.000,00

08.003.08.244.0016.2091.3190.13.00.00.....R$ 2.000,00

08.003.08.244.0015.1071.4490.52.00.00.....R$ 1.600,00

Fonte.: 0.1.30.000000 – Rec. do Fundo de Transp. e Hab. - FETHAB.

09.002.15.451.0003.1028.3390.39.00.00.....R$ 40.000,00

09.002.15.451.0003.1028.3390.39.00.00.....R$ 1.000,00

13.002.26.782.0004.2031.3390.39.00.00.....R$ 71.000,00

Fonte.: 0.1.42.000000 – Transf. de Rec. do Sistema Único de Saúde – SUS - Estado.

05.001.10.303.0013.2080.3390.32.00.00.....R$ 20.000,00

Fonte.: 0.1.43.000000 – Transf. de Rec. p/ Assistência Social.

08.003.08.244.0015.2087.4490.52.00.00.....R$ 10.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R$ 2.190.280,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

Parágrafo II – Anulação de :

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

08.003.08.241.0015.2086.3390.36.00.00.....R$ 3.000,00

10.002.20.608.0009.1124.3390.30.00.00.....R$ 7.000,00

13.002.26.782.0004.2029.4490.51.00.00.....R$ 10.680,00

13.002.26.782.0004.2027.3390.30.00.00.....R$ 2.800,00

08.003.08.244.0016.2093.3390.32.00.00.....R$ 4.000,00

08.003.08.244.0016.2094.3390.30.00.00.....R$ 5.000,00

08.003.08.244.0016.2094.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

08.003.08.244.0016.2094.3390.39.00.00.....R$ 2.000,00

08.001.08.122.0001.1020.4490.52.00.00.....R$ 1.000,00

08.004.08.243.0015.2088.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

09.002.15.451.0003.1039.3390.30.00.00.....R$ 1.000,00

09.002.15.451.0003.1039.3390.39.00.00.....R$ 2.500,00

09.002.15.451.0003.1041.4490.52.00.00.....R$ 2.000,00

09.002.15.452.0001.2019.3390.33.00.00.....R$ 1.000,00

09.002.15.452.0003.2025.3390.39.00.00.....R$ 5.000,00

10.002.20.608.0009.1125.3390.30.00.00.....R$ 2.000,00

10.002.20.608.0009.1125.3390.32.00.00.....R$ 2.000,00

09.002.15.452.0003.2025.3390.30.00.00.....R$ 6.000,00

10.002.20.608.0009.1125.3390.39.00.00.....R$ 1.000,00

10.002.20.608.0009.1129.3390.30.00.00.....R$ 2.000,00

10.003.23.691.0008.1115.3390.30.00.00.....R$ 1.000,00

10.003.23.691.0008.1115.3390.32.00.00.....R$ 1.000,00

10.003.23.691.0008.1115.3390.39.00.00.....R$ 1.000,00

10.003.23.691.0008.1116.3390.30.00.00.....R$ 1.000,00

10.003.23.691.0008.1116.3390.32.00.00.....R$ 1.000,00

08.001.08.122.0001.2015.3390.33.00.00.....R$ 4.000,00

08.001.08.122.0001.2015.3190.94.00.00.....R$ 2.000,00

08.003.08.244.0015.2085.3190.04.00.00.....R$ 2.500,00

06.006.13.128.0006.1104.3390.39.00.00.....R$ 1.000,00

06.006.13.122.0006.2054.3390.30.00.00.....R$ 5.000,00

06.006.13.122.0006.2054.3390.31.00.00.....R$ 5.000,00

06.006.13.122.0006.2054.3390.33.00.00.....R$ 1.500,00

06.006.13.128.0006.1104.3390.33.00.00.....R$ 1.000,00

06.006.13.128.0006.1104.3390.14.00.00.....R$ 2.000,00

06.006.13.128.0006.1104.3390.30.00.00.....R$ 1.000,00

09.001.15.122.0001.2018.3390.14.00.00.....R$ 2.000,00

11.002.23.695.0017.2095.3390.30.00.00.....R$ 1.000,00

11.002.23.695.0017.2095.3390.39.00.00.....R$ 1.000,00

11.002.18.543.0017.1166.4490.51.00.00.....R$ 1.000,00

11.002.18.541.0017.1164.3390.32.00.00.....R$ 2.000,00

11.002.18.541.0017.1164.3390.36.00.00.....R$ 3.000,00

13.002.26.782.0004.2027.3390.36.00.00.....R$ 5.000,00

13.002.26.782.0004.2028.3390.30.00.00.....R$ 3.000,00

13.002.26.782.0004.2028.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

13.002.26.782.0004.2028.3390.39.00.00.....R$ 1.000,00

13.002.26.782.0004.1046.4490.52.00.00.....R$ 1.000,00

13.002.26.782.0004.1045.4490.51.00.00.....R$ 1.000,00

11.002.18.541.0017.1164.3390.39.00.00.....R$ 5.000,00

11.002.18.541.0017.1163.3390.39.00.00.....R$ 5.000,00

11.002.18.541.0017.1057.3390.39.00.00.....R$ 5.000,00

02.001.04.122.0001.2004.3350.42.00.00.....R$ 5.300,00

02.002.04.122.0001.2006.3390.30.00.00.....R$ 1.000,00

02.002.04.122.0001.2006.3390.35.00.00.....R$ 1.000,00

02.005.04.122.0001.2008.3190.04.00.00.....R$ 1.000,00

02.005.04.122.0001.2008.3390.33.00.00.....R$ 1.000,00

02.005.04.122.0001.2008.3390.36.00.00.....R$ 900,00

02.007.04.124.0001.2007.3390.36.00.00.....R$ 500,00

02.007.04.124.0001.2007.3390.39.00.00.....R$ 1.000,00

03.001.04.123.0001.2013.3390.32.00.00.....R$ 1.000,00

03.001.04.123.0001.2013.3390.33.00.00.....R$ 3.000,00

03.001.04.123.0001.2013.3390.35.00.00.....R$ 1.000,00

03.001.04.123.0001.2013.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

03.001.04.123.0001.2013.3390.47.00.00.....R$ 1.000,00

03.002.04.125.0001.2012.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

03.002.04.125.0001.2012.3390.39.00.00.....R$ 1.000,00

04.007.04.122.0001.2009.3390.33.00.00.....R$ 1.000,00

04.007.04.122.0001.2009.3390.36.00.00.....R$ 2.000,00

04.007.04.122.0001.2009.3190.94.00.00.....R$ 3.000,00

02.001.04.122.0001.1010.3370.41.00.00.....R$ 1.000,00

03.002.28.843.0001.1019.4690.71.00.00.....R$ 30.300,00

10.003.23.691.0008.1121.3390.30.00.00.....R$ 1.000,00

10.003.23.691.0008.1121.3390.32.00.00.....R$ 2.000,00

10.003.23.691.0008.1121.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

10.001.04.122.0001.2021.3390.14.00.00.....R$ 1.000,00

11.001.04.122.0001.2020.3390.33.00.00.....R$ 2.000,00

11.001.04.122.0001.2020.3390.36.00.00.....R$ 3.000,00

13.001.26.122.0001.2022.3390.14.00.00.....R$ 2.500,00

13.001.26.122.0001.2022.3390.33.00.00.....R$ 2.000,00

13.002.26.782.0004.1044.4490.52.00.00.....R$ 4.600,00

13.002.26.782.0004.2027.3390.39.00.00.....R$ 500,00

11.002.18.541.0017.2096.3371.70.00.00.....R$ 4.500,00

11.001.04.122.0001.1024.4490.52.00.00.....R$ 10.000,00

10.003.23.691.0008.1116.3390.39.00.00.....R$ 1.000,00

09.001.15.122.0001.2018.3390.33.00.00.....R$ 1.000,00

09.001.15.122.0001.2018.3390.30.00.00.....R$ 2.000,00

09.001.15.122.0001.2018.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

02.001.04.122.0001.2003.3390.30.00.00.....R$ 1.000,00

13.001.26.122.0001.1026.4490.52.00.00.....R$ 3.000,00

08.003.08.244.0015.2087.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

09.001.15.122.0001.1023.4490.52.00.00.....R$ 2.000,00

08.001.08.122.0001.2015.3390.30.00.00.....R$ 2.000,00

11.001.04.122.0001.2020.3190.04.00.00.....R$ 4.000,00

11.001.04.122.0001.2020.3390.14.00.00.....R$ 1.000,00

Fonte.: 0.1.01.000000 – Rec. de Imp. e de Transf. de Impostos - Educação.

06.005.12.361.0005.2050.3191.13.00.00.....R$ 30.000,00

06.002.12.122.0005.2053.3390.14.00.00.....R$ 4.000,00

06.002.12.122.0005.2053.3390.36.00.00.....R$ 2.000,00

06.002.12.361.0005.2041.3390.32.00.00.....R$ 1.000,00

06.002.12.361.0005.2041.3390.33.00.00.....R$ 3.000,00

06.002.12.361.0005.2041.3390.36.00.00.....R$ 7.000,00

06.002.12.364.0005.1096.3390.39.00.00.....R$ 3.200,00

06.005.12.361.0005.2050.3190.11.00.00.....R$ 150.000,00

06.005.12.365.0005.2049.3190.04.00.00.....R$ 29.000,00

06.005.12.365.0005.2049.3190.13.00.00.....R$ 10.000,00

06.005.12.365.0005.2049.3191.13.00.00.....R$ 19.000,00

06.001.12.122.0001.2017.3390.30.00.00.....R$ 8.000,00

Fonte.: 0.1.02.000000 – Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos – Saúde.

05.001.10.302.0012.2074.3390.39.00.00.....R$ 257.600,00

05.001.10.302.0012.2074.3390.30.00.00.....R$ 7.000,00

05.001.10.302.0012.2073.3390.39.00.00.....R$ 7.000,00

05.001.10.302.0012.2073.3390.36.00.00.....R$ 2.000,00

05.001.10.302.0012.2073.3390.30.00.00.....R$ 10.000,00

05.001.10.302.0012.2072.3390.30.00.00.....R$ 25.000,00

05.001.10.302.0012.2076.3390.39.00.00.....R$ 3.000,00

05.001.10.302.0012.2076.3390.91.00.00.....R$ 13.300,00

05.001.10.302.0012.2077.3370.41.00.00.....R$ 29.600,00

05.001.10.302.0012.2078.3390.30.00.00.....R$ 23.000,00

05.001.10.302.0012.2078.3390.32.00.00.....R$ 2.000,00

05.001.10.302.0012.2078.3390.33.00.00.....R$ 1.000,00

05.001.10.302.0012.2078.3390.36.00.00.....R$ 4.500,00

05.001.10.302.0012.2079.3390.36.00.00.....R$ 5.000,00

05.001.10.302.0012.2079.3390.39.00.00.....R$ 15.000,00

05.001.10.304.0014.1066.3390.30.00.00.....R$ 4.000,00

05.001.10.304.0014.1066.3390.32.00.00.....R$ 2.000,00

05.001.10.304.0014.1066.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

05.001.10.304.0014.1066.3390.39.00.00.....R$ 3.000,00

05.001.10.304.0014.1067.3390.30.00.00.....R$ 6.000,00

05.001.10.304.0014.1067.3390.32.00.00.....R$ 4.000,00

05.001.10.304.0014.1067.3390.36.00.00.....R$ 4.000,00

05.001.10.304.0014.1067.3390.39.00.00.....R$ 6.000,00

05.001.10.304.0014.2081.3390.30.00.00.....R$ 5.000,00

05.001.10.305.0014.1064.3390.30.00.00.....R$ 3.000,00

05.001.10.305.0014.1064.3390.32.00.00.....R$ 2.000,00

05.001.10.305.0014.1064.3390.36.00.00.....R$ 2.000,00

05.001.10.305.0014.1064.3390.39.00.00.....R$ 3.000,00

05.001.10.305.0014.1065.3390.30.00.00.....R$ 3.000,00

05.001.10.305.0014.1068.3390.30.00.00.....R$ 8.000,00

Fonte.: 0.1.14.000000 – Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde – União.

05.001.10.302.0012.2078.3390.30.00.00.....R$ 2.500,00

05.001.10.305.0014.1065.3390.30.00.00.....R$ 1.000,00

05.001.10.305.0014.1068.3390.30.00.00.....R$ 2.000,00

05.001.10.301.0011.1147.3390.30.00.00.....R$ 2.000,00

05.001.10.305.0014.1068.3390.32.00.00.....R$ 1.000,00

05.001.10.305.0014.1068.3390.39.00.00.....R$ 1.000,00

05.001.10.305.0014.1065.3390.32.00.00.....R$ 500,00

05.001.10.302.0012.2078.3390.39.00.00.....R$ 2.200,00

05.001.10.302.0012.2078.3191.13.00.00.....R$ 12.000,00

05.001.10.302.0012.2078.3190.04.00.00.....R$ 2.000,00

05.001.10.301.0011.2067.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

05.001.10.301.0011.2064.3390.30.00.00.....R$ 2.000,00

05.001.10.301.0011.2060.3390.33.00.00.....R$ 500,00

05.001.10.301.0011.2060.3390.14.00.00.....R$ 500,00

05.001.10.301.0011.2060.3190.04.00.00.....R$ 500,00

Fonte.: 0.1.15.000000 – Transf. de Rec. Fundo Nac. do Des. da Educação-FNDE.

06.002.12.361.0005.2040.3390.36.00.00.....R$ 10.000,00

Fonte.: 0.1.16.000000 – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE.

13.002.26.782.0004.2029.4490.51.00.00.....R$ 10.000,00

09.002.15.451.0003.1030.4490.30.00.00.....R$ 5.000,00

13.002.26.782.0004.2027.3390.30.00.00.....R$ 63.000,00

Fonte.: 0.1.17.000000 – Cont. p/ o Custeio dos Serv. Iluminação Pública - COSIP.

09.002.15.452.0003.2025.4490.51.00.00.....R$ 391.500,00

Fonte.: 0.1.18.000000 – Transferências do FUNDEB 60%.

06.005.12.366.0005.2048.3190.04.00.00.....R$ 10.000,00

06.005.12.366.0005.2048.3190.11.00.00.....R$ 10.000,00

06.005.12.366.0005.2048.3190.13.00.00.....R$ 10.000,00

06.005.12.366.0005.2048.3190.94.00.00.....R$ 2.000,00

06.005.12.366.0005.2048.3191.13.00.00.....R$ 10.000,00

06.005.12.361.0005.2046.3190.94.00.00.....R$ 10.000,00

06.005.12.367.0005.2047.3191.13.00.00.....R$ 5.000,00

06.005.12.367.0005.2047.3190.94.00.00.....R$ 2.000,00

06.005.12.367.0005.2047.3190.11.00.00.....R$ 6.000,00

06.005.12.361.0005.2046.3190.11.00.00.....R$ 122.000,00

06.005.12.365.0005.2045.3190.94.00.00.....R$ 5.000,00

Fonte.: 0.1.19.000000 – Transferências do FUNDEB 40%.

06.005.12.365.0005.2049.3190.11.00.00.....R$ 203.000,00

06.005.12.366.0005.2052.3190.04.00.00.....R$ 5.000,00

06.005.12.366.0005.2052.3190.13.00.00.....R$ 3.000,00

06.005.12.365.0005.2049.3190.94.00.00.....R$ 5.000,00

06.005.12.366.0005.2052.3390.30.00.00.....R$ 1.000,00

06.005.12.366.0005.2052.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

06.005.12.366.0005.2052.3390.39.00.00.....R$ 1.000,00

Fonte.: 0.1.24.000000 – Transf. de Convênios – Outros.

09.002.15.451.0003.1171.4490.51.00.00.....R$ 155.200,00

Fonte.: 0.1.29.000000 – Transf. de Rec. do Fundo Nac. de Assist. Social - FNAS.

08.003.08.244.0016.2091.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

08.003.08.244.0016.2090.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

08.003.08.244.0016.2089.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

08.003.08.244.0016.2085.3390.30.00.00.....R$ 7.000,00

08.003.08.244.0015.2085.3390.39.00.00.....R$ 3.600,00

Fonte.: 0.1.30.000000 – Rec. do Fundo de Transp. e Hab. - FETHAB.

13.002.26.782.0004.2029.4490.51.00.00.....R$ 72.000,00

13.002.26.782.0004.2099.4490.30.00.00.....R$ 40.000,00

Fonte.: 0.1.42.000000 – Transf. de Rec. do Sistema Único de Saúde – SUS - Estado.

05.001.10.301.0011.2062.3190.11.00.00.....R$ 20.000,00

Fonte.: 0.1.43.000000 – Transf. de Rec. p/ Assistência Social.

08.003.08.241.0015.2086.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R$ 2.190.280,00

ARTIGO 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com feitos retroativos à 01 de agosto de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 28 de setembro de 2018.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO EM

28 / 09 / 2018.

_____

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 13 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

PORTARIA Nº 13 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova o Regulamento da I Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga e dá outras providências.

A Secretária da Secretaria de Educação e Cultura Srª **ARLINDA BARBOSA DE ARRUDA VIAN** do município de Paranatinga-MT, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Decreto nº 1538, de 28 de setembro de 2018, que convoca a I Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga e o Regulamento da IV Conferência de Cultura do Estado de Mato Grosso.

RESOLVE

Art. 1º A I Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga será realizada em 05 de outubro de 2018.

Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Educação responsável pelas providências operacionais para a realização da I Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga.

Art. 3º Os casos omissos e conflitantes do Regulamento da I Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga serão decididos pela Secretária Municipal de Educação Arlinda Barbosa de Arruda Vian.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARLINDA **B**ARBOSA DE **A**RRUDA **V**IAN **MAXILEI PERES DOS SANTOS**

***S**ECRETÁRIA **M**UNICIPAL DE **E**DUCAÇÃO **C**OORDENADOR **E**XECUTIVO*

***P**ORTARIA 429/2017 **C**ONFERÊNCIA **M**UNICIPAL DE **C**ULTURA DE **P**ARANATINGA*

REGULAMENTO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE PARANATINGA

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º A I Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga, convocada através do Decreto nº. Nº 1538, de 28 de setembro de 2018, é parte integrante da IV Conferência de Cultura do Estado de Mato Grosso, e tem por objetivos:

I - Discutir a cultura do município nas suas dimensões simbólica, cidadã e econômica;

II - Propor estratégias para o fortalecimento da cultura como centro dinâmico do desenvolvimento econômico e social;

III - Promover o debate entre artistas, produtores, conselheiros, gestores, estudiosos e pesquisadores, investidores e demais protagonistas da cultura, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;

IV - Propor estratégias para democratizar o acesso dos habitantes de Paranatinga à produção e à fruição dos bens e serviços culturais;

V - Propor estratégias para a consolidação dos sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura;

VI - Aprimorar e propor mecanismos de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil;

VII - Fortalecer e facilitar a formação e funcionamento de fóruns e redes de artistas, agentes, gestores, estudiosos e pesquisadores, investidores e ativistas culturais;

VIII - Propor estratégias para a implantação dos Sistemas Estadual e Municipais de Cultura e dos Sistemas de Informações e Indicadores Culturais, bem como do Plano Estadual de Cultura; IX - Eleger os delegados municipais para a etapa estadual da IV Conferência de Cultura de Mato Grosso a ser realizada em data e local definidos pela Secretaria de Estado da Cultura.

CAPÍTULO II DO TEMÁRIO

Art. 2º A I Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga realizará seus trabalhos a partir do tema geral da IV Conferência de Cultura do Estado de Mato Grosso: “CULTURA COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL”

§ 1º O diálogo sobre o tema deverá ser desenvolvido de modo a articular as políticas de cultura e suas diretrizes nos níveis municipais e estaduais de maneira transversal.

§ 2º O temário será subsidiado por textos-base elaborados pela Secretaria de Estado da Cultura ou pelo Município, a partir de eixos e subeixos temáticos.

Art. 3º Constituirão eixos e subeixos temáticos da I Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga: **EIXO 1 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO -** GT 1 – Gestão e Implantação do CPF – Conselho, Plano e Fundo / GT2 – Financiamentos para a Cultura / GT3 - Economia Criativa e Inovação. **EIXO 2 – POLÍTICA CULTURAL E CIDADANIA -** GT1 – Democracia, Cidadania e Diversidade / GT2 – Patrimônio, Memória e Biblioteca.

CAPÍTULO III DA REALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 4° A I Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga será realizada no dia 05 de outubro de 2018, e terá caráter mobilizador, propositivo e eletivo.

Art. 5º A I Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga será presidida pelo Prefeito Municipal e, na sua ausência ou impedimento, pelo Secretário Municipal de Educação.

Art. 6º Para a organização e desenvolvimento de suas atividades, a I Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga contará com a Comissão Organizadora Municipal que será composta por 06 membros, entre representantes do poder público municipal e entidades não governamentais, assim definidos: I – Representantes da Área Governamental a) Prefeitura – 04 representantes, II – Representantes de Instituições Convidadas (Sociedade Civil): a) Produtores – 01 representante b) Artistas – 01 representante, Parágrafo único. A Coordenação Geral da Comissão Organizadora Municipal será exercida pelo titular da Secretaria Municipal de Educação

Art. 7º Compete à Comissão Organizadora Municipal, respeitadas as definições deste Regulamento e do Regulamento da IV Conferência de Cultura do Estado de Mato Grosso:

I – Propor critérios de participação da sociedade civil,

II – Definir o local, a pauta e a programação da Conferência; e

III- estabelecer as regras adicionais, realizar as articulações necessárias e programar as condições de organização da Conferência Municipal.

§ 1° A Comissão Organizadora Municipal enviará ao Comitê Executivo Estadual as informações relacionadas aos incisos I e II deste artigo, até o dia 10/10/18 (10 (DEZ) DIAS CORRIDOS APÓS A DATA DA PUBLICAÇÃO DA CONVOCAÇÃO).

§ 2° Os Eixos Temáticos da Conferência Municipal irão contemplar o temário estadual, sem prejuízo das questões locais.

§ 3º A Comissão Organizadora Municipal enviará à Comissão Organizadora Estadual IV Conferência de Cultura do Estado de Mato Grosso, o Relatório Final, bem como a relação dos delegados que serão inscritos para etapa Estadual, em formulário definido pela Secretaria de Cultura, até o dia 10/102018.

Art. 8º As despesas para realização da I Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga, bem como as despesas de transporte para a participação dos delegados municipais na IV Conferência de Cultura do Estado de Mato Grosso serão custeadas pela prefeitura municipal ou por colaborações provenientes de pessoas, instituições e órgãos parceiros.

CAPÍTULO IV DOS PARTICIPANTES

Art. 9º A I Conferência Municipal de Cultura de Paranatinga será integrada por artistas, agentes e produtores, grupos e entidades culturais, pontos de cultura, professores e estudantes, representações de movimentos relacionados à promoção da cultura, da paz, da juventude, do meio ambiente, do turismo, do desenvolvimento social, comunidades indígenas, bem como pessoas interessadas em contribuir com o processo de formulação e implementação de políticas culturais.

Art. 10. A escolha de delegados municipais para a IV Conferência de Cultura do Estado de Mato Grosso levará em consideração a proporção de 2/3 da sociedade civil e 1/3 do poder público.

Art. 11. O número de delegados a serem eleitos e o quórum mínimo da conferência estará em consonância com o que foi previamente estabelecido pela IV Conferência estadual de Cultura de Mato Grosso:

Municípios/População	Nº Delegados	Quórum
Municípios com mais de 100 mil habitantes	Máximo de 30 Mínimo de 15	Mínimo de 65 participantes
Municípios com população entre 40 mil e 100 mil habitantes	Máximo de 18 Mínimo de 09	Mínimo de 45 participantes
Municípios com população entre 20 mil e 40 mil habitantes	Máximo de 09 Mínimo de 06	Mínimo de 35 participantes
Municípios com população até 20 mil habitantes	03 delegados	Mínimo de 25 participantes

§ 1º Para cada delegado titular selecionado deverá ser indicado um suplente correspondente, que será credenciado perante comprovada ausência do titular.

§ 2º A eleição de representações da sociedade civil deverá recair preferencialmente dentre pessoas com efetiva participação e contribuição para a cultura no município, no território ou no estado, devendo pertencer a segmentos diversos.

§ 3º As indicações de representação dos poderes públicos deverão recair, preferencialmente, em pessoas que atuem em órgãos ou comissões municipais relacionadas à cultura.

§ 4º Art. 12. Este Regulamento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições regimentais anteriores.

Gabinete do Secretário Municipal de Educação de Paranatinga-MT,

01 de outubro de 2018.

ARLINDA **B**ARBOSA DE **A**RRUDA **V**IAN

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA 429/201

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

PORTARIA ESPECIAL Nº. 179/2018

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SENHORA LUCIVAINE ALVES MARTINS DO CARGO DE DIRETORA DE TESOURARIA DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE PLANALTO DA SERRA, ROSIMAR ALVES PEREIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Leis,

R E S O L V E:

Art. 1º -EXONERAR a Senhora **LUCIVAINE ALVES MARTINS,** brasileira, portadora do RG 1658316-7 SSP/MT e CPF 027.043.571-96, docargo de Diretora de Tesouraria do Município de Planalto da Serra-MT, a partir do dia 30 de setembro de 2018.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrários.

Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, em 30 de setembro de 2018.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 291/2018

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER "Licença Maternidade" a funcionária abaixo relacionada com sua vigência conforme especificado.

* Matrícula 1001 – MARIZETH DE AMORIM CAMPOS – portadora do CPF sob nº 875.370.011-20 e do RG sob nº 1211064-7 SSP/MT lotada na Secretaria de Educação no cargo de PROFESSORA durante o período de 23/08/2018 até 18/02/2019, 180 dias, conforme a Lei 1.662 de 02.05.2012 no seu Art. 95.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data retroativa de 23 de agosto de 2018 e revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé MT , 11 de setembro de 2018

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 296/2018

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER RETORNO da previdência socialde **"Licença Auxilio doença"** conforme a Lei 1.662 de 02/05/2012 no seu Art. 76 ao Art. 78, os funcionários abaixo relacionados conforme especificado na data de retorno.

Matrícula – 0399 – ERNESTO HILÁRIO DA SILVA – CPF Nº 522.423.231-72, lotado na Secretaria de Saúde no cargo de APO – VIGIA PATRIMONIAL. RETORNO: 07/09/2018

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor com data especificada no retorno,e revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 20 de setembro de 2018.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Pocone

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 294/2018

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAL

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER acompanhando concessão de decisão da previdência social de "Licença Auxilio doença" conforme a Lei 1.662 de 02/05/2012 no seu Art. 76 ao Art. 78, os funcionários abaixo relacionados conforme especificado na data de retorno.

Matrícula – 0016 – EVANIEL ROSARIA ALVES DE ALMEIDA LOBO – CPF Nº 362.369.341-34, lotado na Secretaria de Administração no cargo de AUX. DE ADMINISTRAÇÃO PROFISSIONALIZADO. PRORROGOU: 18/09/2018 até 03/10/2018 (data da perícia) Matrícula – 0423 – FRANCISCA BORGES DE OLIVEIRA – CPF Nº 482.288.691-34, lotada na Secretaria de Educação no cargo de PROFESSORA. CONCESSÃO : 21/09/2018 até 29/10/2018 (data da perícia) Matrícula – 1095 – PAULA ISABEL DE ARRUDA – CPF Nº 958.741.001-72, lotada na Secretaria de Saúde no de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. CONCESSÃO: 21/09/2018 até 29/10/2018 (data da perícia) Matrícula – 1108 – VIVIANE APARECIDA BASTOS – CPF Nº 933.799.271-04, lotada na Secretaria de Saúde no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. PRORROGOU: 18/09/2018 até 31/10/2018 Matrícula - 1062 – GERTRUDES FRANCISCA GUIA – CPF Nº 815.152.861-34, lotada na Secretaria de Saúde no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. PRORROGOU: 31/08/2018 até 31/12/2018

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor com a data especificada no período do afastamento e revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRATA, CUMPRA-SE

Poconé-MT, 20 de setembro de 2018.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 048/2018

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 042/2018, de 06/02/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica **PRORROGADO para o dia 16/10/2018 as 08h00min**, em decorrência do não comparecimento de nenhuma empresa interessada no objeto do certame.

A reunião de recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação n° 048/2018, na Modalidade Pregão Presencial deverão ser entregues no endereço Praça da Matriz, s/n° - Centro, Poconé/MT. Informamos aos interessados que o Edital encontra-se ou no site www.pmpocone.com.br.

Objeto da Licitação:

PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA MANUTENÇÃO E REPAROS DE PONTES, AFIM DE ATENDER A NESCESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

DIA DA ABERTURA: 16/10/2018 ÀS 08:00 HORAS.

Poconé, 03 de Outubro de 2018.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 289/2018

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER "Férias" aos funcionários abaixo relacionados com seus períodos aquisitivos, período de férias e lotações.

MAT.	NOME	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO FÉRIAS	SECRETARIA
0976	ADILEY MARCELINA DA SILVA RONDON – CPF: 204.448.501-04	02/04/2017 A 02/04/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SEAD
1037	AGRICI IZALTINA DA CONCEIÇÃO	02/04/2017 A 02/04/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
1152	ALESSANDRO DUARTE ARRUDA – CPF: 020.189.381-93	17/05/2015 A 17/05/2016	01/09/2018 A	SEAD

			30/09/2018	
1487	ANA GISELE PINTO – CPF: 998.686.601-49	06/07/2015 A 06/07/2016	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
1121	ANTÔNIO FAUSTINO DE SOUZA – CPF: 012.348.371-96	17/05/2016 A 17/05/2017	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC
1517	BENEDITO EDMAR DE OLIVEIRA SALES – CPF: 960.466.001-20.	01/09/2016 A 01/09/2017	01/09/2018 A 30/09/2018	PODER EXECUTIVO
1042	BERENICE MACIEL DE CAMPOS – CPF: 895.195.151-00	02/04/2016 A 02/04/2017	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
1496	CLEBER ALVES DE ARRUDA – CPF: 977.225.881-15	04/08/2017 A 04/08/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
0553	CLEZINETH DUARTE DOURADO – CPF: 911.737.281-04	16/03/2015 A 16/03/2016	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC
1829	CRISTIANE DA SILVA MARTINS – CPF: 963.330.221-87	17/04/2016 A 17/04/2017	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
0100	DIANA AUGUSTA DA SILVA MARQUES CPF: 595.155.891-34	02/01/2016 A 02/01/2017	01/09/2018 A 30/09/2018	SEFIN
1051	DULCE MARIA DE ARRUDA – CPF: 415.635.301-04	02/04/2017 A 02/04/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
1120	EDEVALDO FERREIRA VIEIRA – CPF: 014.684.951-51	17/05/2011 A 17/05/2012	01/09/2018 A 30/09/2018	SEFIN
1020	EDSON APARECIDO OLIVEIRA SALES CPF: 006.678.771-85	02/04/2016 A 02/04/2017	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
0741	ELISANGELA LEMES DO NASCIMENTO CPF: 003.027.881-31	18/08/2017 A 18/08/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC
0785	ELVIS REGIS DE OLIVEIRA CPF:825.496.801-20	11/03/2015 A 11/03/2016	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC
1128	ERIK FERNANDO SILVA NUNES – CPF 014.566.431-77	17/06/2016 A 17/06/2017	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC
1059	EZIMAR APARECIDA SILVA PRADO – CPF: 001.820.091-57	02/04/2017 A 02/04/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
0224	FLORENTINO MARIO DA SILVA – CPF: 362.908.151-72	21/07/2017 A 21/07/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SINFRA
1756	FRANCIONEY DE ARRUDA FERNANDES CPF: 953.709.271-20	17/05/2017 A 17/05/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC
1064	IDALINA DA SILVA RONDON – CPF: 559.193.591-53	02/04/2017 A 02/04/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
1557	ILZA GOMES DA CUNHA – CPF: 007.494.551-36	01/09/2017 A 01/09/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
1536	ILZA HELENA DE SOUZA – CPF: 108.591.951-04	01/09/2017 A 01/09/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
0465	IZAMIL CONCEIÇÃO GONÇALVES NETO – CPF: 786.850.011-53	03/02/2017 A 03/02/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
1834	JAILSON BENEDITO DOS SANTOS – CPF: 015.360.651-70	14/05/2016 A 14/05/2017	01/09/2018 A 30/09/2018	SINFRA
1154	JAIRO EDER DE ARRUDA SALES – CPF: 851.092.741-34	17/05/2016 A 17/05/2017	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC
1510	JANETE MARTINS DA SILVA ARAUJO – CPF: 415.131.501-20	28/07/2017 A 28/07/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
1776	JOÃO BENTO DE ARRUDA – CPF: 204.420.411-87	01/02/2016 A 01/02/2017	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
0513	JOÃO BOSCO DE OLIVEIRA E SILVA – CPF: 384.098.011-91	04/01/2017 A 04/01/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SEAD
0737	JOÃO CARLOS DOS SANTOS – CPF: 889.884.061-68	11/06/2015 A 11/06/2016	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC
1117	JOÃO LUCAS DA SILVA – CPF: 019.247.071-01	17/05/2017 A 17/05/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
2976	JOELMA GOMES DA SILVA – CPF 900.906.321-68	02/01/2017 A 02/07/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SEASER
1068	JOILSON JOSE DUARTE RONDON – CPF: 980.817.801-49	02/04/2017 A 02/04/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
0350	JOVANIL GONÇALO DE CAMPOS – CPF: 405.489.021-00	01/03/2015 A 01/03/2016	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDRAU
1513	JUAREZ SANTANA DE OLIVEIRA – CPF: 869.332.131-53	01/09/2016 A 01/09/2017	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
1739	JULIANA APARECIDA CARVALHO – CPF: 016.225.511-09	03/08/2017 A 03/08/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
3166	JUSELAINE GONÇALVES NETO – CPF: 011.605.781-50	01/09/2017 A 01/09/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SEAD
1023	LAURO HILTON DA SILVA – CPF: 006.596.291-51	02/04/2017 A 02/04/2018/	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDRAU
1008	MANOEL DE SOUZA MIRANDA – CPF: 383.591.461-87	02/04/2017 A 02/04/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SINFRA
2979	MANOEL SALVADOR PEREIRA LEITE – CPF: 384.102.731-87	02/01/2017 A 02/01/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SETUC
1774	MANUEL DANILO PIZOTO E SILVA – CPF: 002.394.221-55	01/02/2015 A 01/02/2016	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
1757	MARIA DAS DORES CORREA REIS – CPF: 052.597.286-29	01/09/2016 A 01/09/2017	01/09/2018 A 30/09/2018	SINFRA
1007	MARIA LOURDES DO NASCIMENTO – CPF: 988.455.941-49	02/04/2016 A 02/04/2017	01/09/2018 A 30/09/2018	SINFRA
0427	MORGANA CARLA DE OLIVEIRA – CPF: 875.384.581-15	01/03/2017 A 01/03/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SEASER
0710	NAIR GONÇALVES DE ARRUDA MENDES – CPF: 918.965.501-00	01/09/2017 A 01/09/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC
1308	NEIZE AUXILIADORA GOMES – CPF: 569.185.181-00	04/04/2017 A 047/07/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC
1114	NILSON GONÇALVES DUARTE JUNIOR CPF: 027.918.071-36	17/05/2014 A 17/05/2015	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC
0941	ODENILSON ALVES MARTINS – CPF: 006.138.101-20	16/03/2017 A 16/03/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC
0978	ODINEY SEBASTIÃO FELIX ROMEIRO CPF: 966.969.661-53	02/04/2015 A 02/04/2016	01/09/2018 A 30/09/2018	SINFRA
0716	OLIVIA ROSA DE FIGUEIREDO – CPF: 961.174.511-72	01/09/2017 A 01/09/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC

1032	RENATO LEITE – CPF: 000.228.871-05	02/04/2017 A 02/04/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
1452	ROSELMA MARIA DE OLIVEIRA DENIZ CPF: 943.269.321-04	01/06/2017 A 01/06/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SEAD
1743	ROSINETE DE FIGUEIREDO CORREA – CPF: 008.825.511-59	01/09/2017 A 01/09/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SINFRA
1729	ROSIANE VENTURA CAMPOS CURADO CPF: 029.030.931-05	03/08/2017 A 03/08/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
1556	TANIA RONDON DA SILVA – CPF: 545.181.721-91	01/09/2017 A 01/09/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
0954	TEREZA CRISTINA GUIMARAES DE BARROS – CPF: 014.486.481-90	02/04/2017 A 02/04/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC
1503	UEBSON APARECIDO ARCISO – CPF: 955.294.541-00	01/09/2013 A 01/09/2014	01/09/2018 A 30/09/2018	SEFIN
1118	WILSON GALDINO DA SILVA JUNIOR – CPF: 362.474.481-04	17/05/2015 A 17/05/2016	01/09/2018 A 30/09/2018	SEAD

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, de acordo com a vigência especificada no período das férias, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 11 de setembro de 2018

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé.

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 290/2018

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER “Licença Prêmio” aos funcionários abaixo relacionados com sua vigência conforme especificado.

MAT.	NOME	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO LICENÇA	SECRETARIA
1009	ANDRÉ GONÇALVES DA SILVA – CPF: 352.589.341-87	02/04/2007 A 02/04/2012	01/09/2018 A 30/09/2018	SINFRA
0413	ANTÔNIO JOÃO DE MORAES – CPF: 441.843.791-68	28/03/2009 A 28/03/2014	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
1839	ARLINDO DE PAULA SILVA FILHO – CPF: 892.756.161-91	14/05/2012 A 14/05/2017	01/09/2018 A 30/09/2018	SINFRA
0428	BENEDITA CALBENE DOS SANTOS – CPF: 780.752.031-00	28/03/2009 A 28/03/2014	01/09/2018 A 29/11/2018	SEDUC
1184	BENEDITO POLICARPO DA SILVA – CPF: 352.569.151-34	12/07/2012 A 12/07/2017	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
0722	DULCELENE DA COSTA GONÇALVES NETO – CPF: 987.939.341-49	01/09/2007 A 01/09/2012	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC
0179	EDNA MARIANA DOS SANTOS COSTA	01/03/2013 A 01/03/2018	01/09/2018 A 29/11/2018	SEDUC
1138	EDER DANILO DE OLIVEIRA – CPF: 000.252.651-48	17/05/2007 A 17/05/2012	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC
0554	EMILIA OLANDA MARTINS – CPF: 809.554.521-04	16/03/2012 A 16/03/2017	01/09/2018 A 29/11/2018	SEDUC
0366	ERICA EMILIANA DA COSTA – CPF: 780.802.661-15	28/03/2009 A 28/03/2014	10/09/2018 A 08/12/2018	SEDUC
1560	IRUENA LUZIA COSTA E SILVA – CPF: 024.115.771-41	01/09/2010 A 01/09/2015	10/09/2018 A 19/10/2018	SESA
1838	KELMAN HARUMI ARRUDA ITTO – CPF: 910.141.401-10	14/05/2012 A 14/05/2017	01/09/2018 A 30/09/2018	SINFRA
1854	JOICY CRISTINA DE ALMEIDA COSTA – CPF: 006.786.911-42	03/12/2012 A 03/12/2017	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
0181	JUCILENE TEREZINHA DIAS DE CAMPOS CPF: 667.776.401-00	02/01/2012 A 02/01/2017	01/09/2018 A 30/09/2018	SEASER
0056	MARIA OLINDA ALVES DA SILVA – CPF: 382.765.346-00	31/12/2006 A 31/12/2011	01/09/2018 A 29/11/2018	SEDUC
0101	MEYRINALVA FURTADO DOS SANTOS – CPF: 362.397.981-34	01/03/2008 A 01/03/2013	01/09/2018 A 30/10/2018	SEDUC
0175	MILENA FRANÇA SANTOS – CPF: 631.923.651-53	01/03/2013 A 01/03/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC
0157	NILDA CARVALHO DE OLIVEIRA – CPF: 362.918.381-68	03/01/2002 A 03/01/2007	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA
0146	NILMA DE CAMPOS SILVA – CPF: 362.411.211-20	11/06/2007 A 11/06/2012	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC
0794	NIRVA JOANA FERREIRA DE CARVALHO CPF: 836.101.381-49	02/04/2007 A 02/04/2012	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC
0199	ONEIDE FRANCISCA DE SOUZA SANTOS CPF: 405.901.431-15	02/01/2012 A 02/01/2017	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC
0448	ROSÁRIA GONÇALINA DE CAMPOS SILVA – CPF: 667.703.861-00	28/03/2009 A 28/03/2014	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC
0200	ROZENI GONÇALINA DA SILVA FERREIRA – CPF: 595.145.311-91	02/01/2012 A 02/01/2017	01/09/2018 A 29/11/2018	SEDUC
1005	SAMERA RENATA SILVA DE OLIVEIRA CPF: 010.936.711-14	02/04/2012 A 02/04/2017	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC
0422	SEBASTIÃO PORFIRIO DA SILVA – CPF: 955.259.471-53	01/03/1999 A 01/03/2004	01/09/2018 A 30/09/2018	SEASER
0808	SILMARA REGINA RONDON CANAVARROS FREIRE SILVA – CPF: 860.718.231-53	11/06/2012 A 11/06/2017	01/09/2018 A 30/09/2018	SEDUC
0017	SILVIA APARECIDA MASCHIO – CPF: 790.265.321-72	31/12/2010 A 31/12/2015	01/09/2018 A 29/11/2018	SEDUC
0408	TITO SOARES – CPF: 667.705.481-00	01/06/2013 A 01/06/2018	01/09/2018 A 30/09/2018	SINFRA
0790	TONICA APARECIDA RONDON DA SILVA – CPF: 545.179.231-34	05/10/2005 A 05/10/2010	01/09/2018 A 30/09/2018	SESA

ARTIGO 2º **-** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos de acordo com a vigência especificado no período da licença, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 11 de setembro de 2018

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 292/2018

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER "Elevação de classe ou nível" aos funcionários abaixo relacionados de acordo com a Lei 1.688 de 15 de outubro de 2012 , Lei 1.779 de 22 de dezembro de 2014 .

MAT	FUNCIONARIO	CARGO/CLASSE/ ANTIGA	CARGO/CLASSE/ ATUAL
0460	ALENIR GONÇALINA FERREIRA	180 – E 08	180 – E 09
1152	ALESSANDRO DUARTE ARRUDA	182 – E 02	182 – E 03
0413	ANTÔNIO JOÃO DE MORAES	182 – D 08	182 – E 08
1451	BENEDITO CARLOS FERNANDES	320 – E 02	320 – E 03
1773	EDSON BARBOSA DE LOURDES	285 – D 02	285 – D 03
1829	CRISTIANE DA SILVA MARTINS	37 - D 01	37 - E 02
1782	JOSENIL DE OLIVEIRA RONDON	284 – B 02	284 – E 02
0726	JOSSIELMA ALVES DA SILVA	168 – D 06	168 – D 07
1513	JUARES SANTANA DE OLIVEIRA	180 – E 02	180 – E 03
1512	MARINA DE FÁTIMA FERREIRA	180 – E 02	180 – E 03
1535	ROSE INES DE ALMEIDA LOBO	163 – D 02	163 – D 03

ARTIGO 2º -Esta Portaria entrará em vigor na data retroativa de 01/08/2018 e revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE

Poconé MT, 11 de setembro de 2018

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 293/2018

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - CONCEDER "Elevação de Classe ou Nível" aos funcionários da Secretaria de Educação abaixo relacionado de acordo com a Lei nº 1.653 de 19 de Dezembro de 2011 e a lei nº 1.852/2017

MAT	FUNCIONARIO	CARGO/CLASSE/ANTIGA	CARGO/CLASSE/ ATUAL
0945	GONÇALINA MAZARELA DE BARROS	130 – B 03	130 – C 04
0198	MARILEIDE ARRUDA LEITE	130 – B 08	130 – B 09
0974	VEGENIL DE PAULA SANTOS RODRIGUES	311 – B 03	311 – C 04

ARTIGO 2º -Esta Portaria entrará em vigor na data retroativa de 01/09/2018 e revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE

Poconé MT, 11 de setembro de 2018

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 045/2018

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 42/2018, de 06/02/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que as vencedoras da presente licitação destinada para ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA DE TONER E CARTUCHOS.***

Foi a empresa:

WASHINGTON DIEGO DO CARMO - ME CNPJ: 12.766.165/0001-58 **TECTONER DO BRASIL LTDA** CNPJ: 03.209.573/0001-18 **MARCOS SACARDI BIUDES** CNPJ: 08.257.279/0001-03

Poconé-MT, 03 de Outubro de 2018.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DECRETO MUNICIPAL Nº 38, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

Regulamenta a solicitação e utilização das Patrulhas Agrícolas Municipais pelo proprietários rurais do Município de Ponte Branca – MT.

O Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando a regulamentação trazida pela Lei Municipal nº. 497/2013, que cria o Programa Municipal de Incentivo e Apoio aos Produtores Rurais do Município de Ponte Branca – MT.

Considerando a ata de reunião nº. 003/2018 do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Município de Ponte Branca – MT,

DECRETA:

Art. 1º. Os produtores rurais do Município de Ponte Branca – MT que interessarem em utilizar os tratores ou equipamentos agrícolas pertencentes ao Município de Ponte Branca deverão se inscrever previamente na Secretaria Municipal de Agricultura.

Parágrafo único. O proprietário rural que deixar de requer o maquinário do Município, somente será atendido após as solicitações anteriores e no momento em que os maquinários estiverem na região da propriedade rural.

Art. 2º. Fica definido a rota das patrulhas agrícolas para atendimento no Município de Ponte Branca – MT, sendo: Região dos Bentos, Região das Sete Voltas, Região da Cabeceira do São João, Região do Córrego do Arame e Região da Antinha.

Parágrafo único. Após a realização dos trabalhos em todas as regiões, volta-se a realizar os trabalhos na primeira completando o ciclo, caso haja necessidade.

Art. 3º. As despesas inerentes ao produtor rural solicitante fica definida da seguinte forma:

I – R$ 10,00 (dez reais) por hora trabalhada para pagamento dos serviços de operador;

II – 10 (dez) litros de diesel para cada hora trabalhada, sendo a média gasta pelos tratores;

Parágrafo único. Cada produtor terá direito ao máximo de 30 (trinta) horas de serviços em sua propriedade, sendo que após atender todos os demais produtores rurais poderá solicitar novamente os serviços.

Art. 4º. As despesas referidas no artigo anterior deverão ser pagas mediante DAM – Documento de Arrecadação Municipal emitido pelo Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT.

Art. 5º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ponte Branca - MT, 03 de Outubro de 2018.

Humberto Luiz Nogueira de Menezes

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2018-SRP.

O Município de Porto Alegre do Norte/MT, torna público para conhecimento dos interessados resultado do **Pregão Presencial nº45/2018**, Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de 02 VEICULO TIPO PICK-UP conforme Contrato de Repasse nº 809313/2014 / MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO/CAIXA PROCESSO Nº 2628.1020519-15/2014 Publica, para atender a secretaria municipal de Agricultura e secretaria de obras - Iluminação Publica. Empresa vencedora: Tatiana Capitanio-Veiculos inscrito no CNPJ: 09.103.941/0001-25 valor Total R$ 112.958,00 Visto que atendeu a todos os requisitos do edital supracitado.

Monica Pereira da Silva

Pregoeiro (a)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29 2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 29/2018 Processo Licitatório nº 94/2018, Pregão Presencial nº 52/2018 Adesão Ata de Registro de Preço nº 237/2017, resultado Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 06/2017 Fundação Nacional dos Índios inscrito no CNPJ:00.593.311/0007-11.

CONTRATADA: **HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 54.305.743/0011-70.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEICULO DO TIPO PICK-UP PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE COM AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (EQUIPE SAUDE DA FAMILIA DO SETOR AEROPORTO V, POSTO DE SAUDE DE NOVA FLORESTA, UNIDADE SAUDE DA FAMILIA DO BURITI, UNIDADE SAUDE DA FAMILIA I PAN), RECURSO DE EMENDA PARLAMENTAR, DOS OBJETOS: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE: 38050005.

Valor Global R$ 129.400,00 (Cento e vinte nove mil e quatrocentos reais).

DATA: 01/10/2018

VIGÊNCIA: 31/12/2018

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 03, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018

GOVERNO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

COORDENADORIA DE CULTURA

PORTARIA Nº 03, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018

Torna público o rol de delegados e suplentes eleitos na I Conferência Municipal de Cultura de Poxoréu/MT, na forma que menciona.

O SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Decreto n.º 035, de 22 de setembro de 2018, alterado pelo Decreto n.º 042, de 24 de setembro de 2018, bem como a Portaria n.º 01/2018, alterada pela Portaria n.º 02/2018, ambas da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, bem como a realização da I Conferência Municipal de Cultura de Poxoréu em 27 de setembro de 2018.

CONSIDERANDO que a I Conferência Municipal de Cultura de Poxoréu/MT, realizada em 27/09/2018, restou frutífera;

RESOLVE:

Art. 1.º Ficam nomeados, consoante rol abaixo elencado, os delegados e respectivos suplentes, que, por intermédio deste ato ficam aptos a participarem da IV Conferência Estadual de Cultura de Mato Grosso representando o município de Poxoréu/MT:

I – Pelo Governo municipal:

a) Gabriel Cândido da Silva Amorim – coordenador municipal de cultura de Poxoréu/MT – **titular**;

b) Maria Luíza Pio dos Reis – servidora pública municipal de Poxoréu/MT – suplente.

II – Pela Sociedade Civil Organizada:

a) Rogério Rizzo Neves – conselheiro de cultura – **titular**;

b) Éden Costa Barbosa – músico/produtor cultural – suplente;

c) Marcelo Marques Barbosa de Souza – servidor público municipal de Poxoréu/MT – **titular**;

d) Daniel Costa Barboza – estudante – suplente.

Art. 2.º Fica reconhecido, neste ato, que todos os representantes acima elencados, titulares e suplentes, dispõem dos requisitos necessários à participação na Conferência Estadual de Cultura, sendo notório o engajamento cultural dos mesmos frente à sociedade poxorense.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

_____

JOÃO SAN MARTIN PAIXÃO

Secretário de Cultura e Turismo

_____

GABRIEL CÂNDIDO DA SILVA AMORIM

Coordenador Municipal de Cultura

Ciente:

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 055/2018

REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2018

O Município de Poxoréu torna público, para conhecimento, que a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 055/2018 REGISTRO DE PREÇOS 051/2018,** visando a **AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) CAMIONETA ZERO**

KM CABINE SIMPLES ANO-MODELO 2018/2018, realizada em 03 de outubro de 2018, às 07h:30, foi considerada DESERTA, por não comparecerem interessados ao certame

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 03 de outubro de 2018.

CLAUDINEY BARREIRA ARAÚJO

PRESIDENTE CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 108/2018 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT.

TARCÍSIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Conceder licença prêmio a servidores desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

APARECIDA DE SALES TEIXEIRA - Período 01/09/2018 a 29/11/2018.

Período Aquisitivo 14/08/2012 a 13/08/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 03 de Outubro de 2018.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCISIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

CONCURSO PÚBLICO N. 001/2018 - EDITAL COMPLEMENTAR N. 11/2018

CONCURSO PÚBLICO N. 001/2018

EDITAL COMPLEMENTAR N. 11/2018

A Prefeitura Municipal de Rio Branco e a Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público n. 001/2018, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o fim do período de interposição de recursos ao Gabarito Preliminar de acordo com o Item 4, "M" do Cronograma do Edital de Abertura n. 001/2018 do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Rio Branco,

RESOLVEM

1º - Em atendimento ao Cronograma do Edital de Abertura do Concurso Público n. 001/2018, **Item 4**, "**N**", da Prefeitura Municipal de Rio Branco - MT, **DIVULGAR** o **Julgamento dos Recursos** enviados tempestivamente e o **Gabarito Definitivo** conforme segue:

a) ANEXO I – JULGAMENTO DOS RECURSOS

b) ANEXO II – GABARITO DEFINITIVO

2º - Este Edital Complementar encontra-se a disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Rio Branco-MT, e no endereço eletrônico: **www.riobranco.mt.gov.br,** a partir desta data.

Rio Branco – MT, 03 de Outubro de 2018.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO LUCIMAR JUSTINO DOS REIS LOPES PINHEIRO

Prefeito Municipal Presidente da Comissão

MARILIA PEREIRA VANDERLEIA R ALVES

Secretário Membro

ANEXO I

JULGAMENTO DOS RECURSOS

CANDIDATO	CARGO	PROVA	QUESTÃO	PARECER	EFEITO
Alessandro Santos Carneiro	Procurador Municipal	Português	08	A banca deixou bem claro que a questão foi elaborada conforme entendimento do VOLP – através do qual a ABL (Academia Brasileira de Letras - autoridade máxima no assunto) se manifestou a respeito devido a insistentes divergências entre os gramáticos com relação ao assunto abordado, ficando acordado o grau superlativo sintético para magra: macérrima e magérrima. Havendo uma questão em que aparecem as duas opções (magérrima e macérrima) obviamente as que apresentam somente um termo, macérrima, magérrima ou magríssima, definem como suposta resposta esta única palavra. O uso de "somente" ou "apenas" seria até mesmo redundante. Recurso Indeferido.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Alessandro Santos Carneiro	Procurador Municipal	Conhecimentos Gerais	16	Recurso Procedente.	Muda-se o Gabarito para Letra "D"
Alessandro Santos Carneiro	Procurador Municipal	Conhecimentos Específicos	28	A questão em apreço tem como alternativa apontada como certa no gabarito oficial a letra "d". Razão assiste à recorrente, pois apesar da proposição ser a assinalação da alternativa correta, as alternativas "c" e "d" são igualmente corretas. Como o gabarito indicado como o correto foi apenas a letra "d", tal duplicidade pode ter gerado dú-	Questão Anulada.

				vida na marcação cartão de resposta, levando o candidato a marcar, por exemplo, a alternativa “c”, para não deixar em branco. Assim sendo, a leitura óptica dos cartões pode ter considerado a alterativa “c” como incorreta, prejudicando candidatos que tenham optado por essa marcação. Recurso Deferido.	
Alessandro Santos Carneiro	Procurador Municipal	Conhecimentos Específicos	35	Na questão em referência o gabarito apontado como correto foi a letra “d”. A questão em apreço versa preponderantemente sobre a dívida ativa, sua inscrição e a emissão válida da certidão de dívida ativa, assuntos esses regulados pelo Código Tributário Nacional em seus artigos 202 a 204. Portanto, compatível com o conteúdo programático delimitado, vez que dentro deste verifica-se: *“Direito Tributário:* ***Código Tributário Nacional*** *– Disposição Preliminar, Sistema Tributário Nacional,* ***Normas Gerais de Direito Tributário****, Disposições Finais e Transitórias. Princípios Constitucionais Gerais e Tributários. Tributos: Conceitos, espécies, classificação, função.”* De modo mais específico o tema está tratado no art. 203 do CTN. Portanto, o tratamento da dívida ativa está inserido no Título IV, do Livro Segundo do CTN – **Normas Gerais de Direito Tributário**. A questão, desse modo, foi formulada em estrita obediência aos limites do conteúdo programático. Recurso Indeferido.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Alessandro Santos Carneiro	Procurador Municipal	Conhecimentos Específicos	36	O gabarito apontado como correto nesse caso foi a letra “a” O recorrente alega que alternativa “c” também estaria correta, de modo que restaria duas alternativas corretas. Razão há que se dar ao recorrente. De fato, alternativa “c”, além dá alterantiva “a”, também se apresenta correta. Recurso Procedente	Questão Anulada.
Carlos Erinaldo Batista Camacho	Dentista	Conhecimentos Gerais	16	Recurso Procedente.	Muda-se o Gabarito para Letra “D”
Carlos Erinaldo Batista Camacho	Dentista	Conhecimentos Gerais	18	Recurso Procedente.	Questão Anulada.
Carlos Erinaldo Batista Camacho	Dentista	Conhecimentos em Informática	21	Os sistemas operacionais trabalham de forma independente, sem interação do usuário para que se mantenham funcionando e executando alguma tarefa. No de recuperação de dados é necessário um aplicativo além do sistema operacional, desta forma esta não é uma função do sistema operacional no contexto apresentado. Recurso Indeferido.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Carlos Erinaldo Batista Camacho	Dentista	Conhecimentos em Informática	24	A nomenclatura/jargão de tabela filha, faz parte da base de informação de construção de qualquer ferramenta de gerenciamento de dados, que o caso do Access. Pose encontrar estes termos em qualquer exercício aplicado a banco de dados da Microsoft (Documentação do Access). Recursos Indeferido.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Carlos Erinaldo Batista Camacho	Dentista	Conhecimentos em Informática	25	Recurso Procedente.	Questão Anulada.
Carlos Erinaldo Batista Camacho	Dentista	Conhecimentos Específico	35	Segundo o Código de Ética Odontológica, constitui infração ética: Capitulo VII – Dos honorários profissionais: Art. 12,§4° Receber ou cobrar honorários complementares de paciente atendido em instituições públicas. Recurso Indeferido.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Carlos Erinaldo Batista Camacho	Dentista	Conhecimentos Específico	36	Recurso Procedente.	Muda-se o Gabarito para Letra “B”
Douglas Ferreira Melo	Contador	Português	4	A palavra heroico, era grafada com acento agudo até o acordo ortográfico de 2009. A partir de então as palavras com ditongo aberto (oi, ei) perderam o acento. Seguem outros exemplos antes do acordo de 2009 : jóia, idéia, estréia após o referido acordo: joia, ideia estreia e portanto heroico. Com relação a necessidade de haver a solicitação por escrito, **Encontre a alternativa correta ou incorreta**, também é improcedente, pois uma vez detentor dos conhecimentos exigidos para responder a prova, o candidato logo identificaria que apenas uma questão está correta, demonstrando assim sua capacidade de compreensão, interpretação e raciocínio, necessários para o uso proficiente da língua portuguesa. Recurso Indeferido.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Douglas Ferreira Melo	Contador	Português	6	Como o candidato bem explicou verbos irregulares, diferentemente dos regulares, ao serem conjugados sofrem alterações em suas desinências, sendo assim o verbo **rir** também é irregular como se verifica ao conjugá-lo no tempo presente do modo indicativo: eu rio...vós rides. Recurso Indeferido.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Douglas Ferreira Melo	Contador	Português	8	A banca deixou bem claro que a questão foi elaborada conforme entendimento do VOLP – através do qual a ABL (Academia Brasileira de Letras - autoridade máxima no assunto) se manifestou a respeito devido a insistentes divergências entre os gramáticos com relação ao assunto abordado, ficando acordado o grau superlativo sintético para magra: macérrima e magérrima. Havendo uma questão em que aparecem as duas opções (magérrima e macérrima) obviamente as que apresentam somente um termo, macérrima, magérrima ou magríssima, definem como suposta resposta esta única palavra. O uso de “somente” ou “apenas” seria até mesmo redundante. Recurso Indeferido.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Douglas Ferreira Melo	Contador	Português	10	Existem diversas regras que regem o uso de crase, a questão pede somente que o candidato analise se o uso da crase também está correto em alguma das alternativas, **não** pede se as regras são as mesmas. Recurso Indeferido.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Douglas Ferreira Melo	Contador	Conhecimentos Gerais	16	Recurso Procedente.	Muda-se o Gabarito para Letra “D”
Douglas Ferreira Melo	Contador	Conhecimentos Gerais	19	A questão informa o Nome do Estudo “Um Olhar sobre a Educação”, o qual tem nome único, e tem em seu conteúdo o período de estudo. Recurso Improcedente.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Douglas Ferreira Melo	Contador	Conhecimentos Específicos	34	O enunciado da questão é destacado do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público(MCASP), e não do Plano de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (PCASP), que é simplesmente um plano de contas padrão. Desta forma o Conta-	Mantenha-se o Ga-

				dor deve seguir os conceitos e regras estipuladas no Manual que deriva da Legislação vigente, mediante isso a única impossibilidade de medir a provisão seria da alternativa "D". Recurso Improcedente.	barito Preliminar.
Douglas Ferreira Melo	Contador	Conhecimentos Específicos	37	O Candidato está confundindo ato de fazer com Ato Administrativo, deve-se julgar a alternativa como um todo, para entender o contexto da palavra. Recurso Improcedente.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Douglas Ferreira Melo	Contador	Conhecimentos Específicos	40	Aponta o Recorrente que a questão fez suscitar dúvida entre as alternativas "a" e "c". O gabarito oficial aponta como alternativa correta a letra "a". O recurso em questão não deve prosperar. O enunciado de fato não faz menção à emenda constitucional. Não teria obrigação de fazê-lo, pois, quando se pede a averiguação da harmonia com a CRFB/88, claro que se está exigindo uma contextualização com o texto constitucional inovado e vigente no momento da aplicação da prova. Logo, a única assertiva que não se harmoniza é a letra "a". Recurso Indeferido.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Geralda Laet	Contador	Conhecimentos Gerais	16	Recurso Procedente.	Muda-se o Gabarito para Letra "D"
Guilherme Henrique Moraes	Procurador Municipal	Conhecimentos Gerais	16	Recurso Procedente.	Muda-se o Gabarito para Letra "D"
Isabela Caroline Ferreira Machado	Procurador Municipal	Português	5	Embora haja incoerência na justificativa da candidata, fazem-se aqui os esclarecimentos solicitados: 1- A opção correta diz que, a estrutura do texto é composta em grande parte por orações subordinadas adjetivas restritivas, não nega a presença de outras orações. Cita somente seu uso em escala maior que as demais e de fato o há: que se veste, que veste os outros, que faz sexo escondido... 2- O uso das vírgulas em orações subordinadas explicativas se dá da seguinte forma: " O homem, que se vê acuado, agiu impulsivamente." Estrutura essa que não se encontra de maneira majoritária no texto. Sendo assim as vírgulas presente no texto não exercem a função citada pela candidata. Por fim a alternativa sugerida pela candidata, B, infere que o texto é construído por orações coordenadas, afirmativa absoluta, negando implicitamente a existência de qualquer outro tipo de oração no texto, o que não procede o que não procede conforme consta nos itens 1 e 2. Recurso Indeferido.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Isabela Caroline Ferreira Machado	Procurador Municipal	Conhecimentos Específicos	34	A questão em referência tem como alternativa apontada como certa no gabarito oficial a letra "d". Razão não assiste à recorrente neste caso. Alega que a alternativa "a" não se harmoniza com as normas processuais, pois estaria incompleta e generalizada, vez que só não caberia liminar de posse contra pessoa jurídica de direito público quando não houver prévia audiência dos representantes judiciais. O que se vê e que a Recorrente exatamente afirma a coerência da alternativa "a" com as normas processuais, inclusive com a inteligência do art. 562, par. un. do NCPC. Vejamos: "a. Não cabe o deferimento liminar de manutenção ou reintegração de posse *inaudita altera pars* contra as pessoas jurídicas de direito público." Como se vê, a proposição afirma que não cabe o deferimento liminar antes de ouvir o representante judicial da pessoa jurídica, isto é, sem antes ouvir a parte contrária. Portanto, diferentemente do que argumenta a Recorrente, a proposição não está incompleta e se harmonia perfeitamente com as disposições do citado dispositivo do CPC. Reparem: "Art. 562. Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração, caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada. Parágrafo único. Contra as pessoas jurídicas de direito público **não será deferida** a manutenção ou a reintegração liminar **sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais**." Destacamos. Recurso Indeferido.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Isabela Caroline Ferreira Machado	Procurador Municipal	Conhecimentos Específicos	28	A questão em apreço tem como alternativa apontada como certa no gabarito oficial a letra "d". Razão assiste à recorrente, pois apesar da proposição ser a assinalação da alternativa correta, as alternativas "c" e "d" são igualmente corretas. Como o gabarito indicado como o correto foi apenas a letra "d", tal duplicidade pode ter gerado dúvida na marcação cartão de resposta, levando o candidato a marcar, por exemplo, a alternativa "c", para não deixar em branco. Assim sendo, a leitura óptica dos cartões pode ter considerado a alterativa "c" como incorreta, prejudicando candidatos que tenham optado por essa marcação. Recurso Deferido.	Questão Anulada.
Isabela Caroline Ferreira Machado	Procurador Municipal	Conhecimentos Gerais	16	Recurso Procedente.	Muda-se o Gabarito para Letra "D"
Isabela Caroline Ferreira Machado	Procurador Municipal	Conhecimentos Gerais	18	Recurso Procedente.	Questão Anulada.
João Batista Vieira	Sem Identificação	Sem Identificação	Indefinido	Sem Identificação	Não foi possível julgar o recurso
Marcos Fernandes Pereira	Professor de Pedagogia	Conhecimentos Gerais	20	Recursos sem materialidade, a questão está dentro do conteúdo programático, e faz parte do dia a dia das pessoas, que é o objetivo do teste de conhecimento gerais. Recurso Indeferido.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Marcos Fernandes Pereira	Professor de Pedagogia	Conhecimentos Específicos	26	O Candidato não seu corretamente as questões, e não observou a sutil diferença entre as respostas. Recursos Indeferido.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Marcos Fernandes Pereira	Professor de Pedagogia	Conhecimentos Específicos	27	Recurso sem materialidade, a informação apresentada não interfere em nada na resolução correta da questão. Recursos Indeferido.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.

Maria das Dores Martins Ferrari	Professor de Pedagogia	Conhecimentos Gerais	16	Recurso Procedente.	Muda-se o Gabarito para Letra "D"
Renata Gomes da Silva	Professor de Pedagogia	Matemática	14	**De acordo com os dados apresentados na tabela temos:** **Aluno** A B C D E F G H I J **Nota** 7 6 5,5 4 7 7,5 7,5 9 7 6,5 Primeiro passo é fazer o rol dos dados: Rol = organização dos dados em ordem crescente ou decrescente. Então ficaria assim: Nota = 4; 5,5; 6; 6,5; 7; 7; 7; 7,5; 7,5; 9 Portanto a média vale respectivamente . Já a moda são os valores que aparecem com maior frequência no conjunto de valores observados. Indicamos a moda por Mo. De acordo com os dados apresentados na tabela a moda vale respectivamente: No cálculo da mediana de um grupo de valores previamente ordenados, de modo crescente ou decrescente, é o valor que divide esse grupo em duas partes com o mesmo número de termos. Indicamos a mediana por . Como temos um número par de dados, precisamos calcular a média aritmética dos dois termos centrais. Sendo assim temos que: Logo a alternativa **"A" está correta.** Recurso Indeferido.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Renata Gomes da Silva	Professor de Pedagogia	Conhecimentos em Informática	25	Recurso Deferido.	Questão Anulada.
Renata Gomes da Silva	Professor de Pedagogia	Conhecimentos Gerais	16	Recurso Procedente.	Muda-se o Gabarito para Letra "D"
Sára Alves Espíndola	Médico Clinico Geral	Conhecimentos Específicos	27	Está claro que a paciente é portadora de hipotireoidismo, com diagnostico RECENTE conforme relatada o enunciado da questão, está com sintomas e deve ser tratada. Porém possui uma observação muito importante, na qual a paciente é coronariopata, desta forma a dose inicial deve ser mais baixa do que em outros adultos, de 12,5 a 25 mcg/dia. Iniciar o tratamento em doses maiores pode ser pior para os sintomas coronarianos, como na questão apresentada, em que a dose inicial está 75 mcg/dia. Portanto a melhor conduta para esta paciente que foi diagnosticada RECENTE é a diminuição da dose de levotiroxina para compensar a doença coronariana, posteriormente sim, devemos incrementar gradualmente até que se atinja o valor de TSH ideal.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Sára Alves Espíndola	Médico Clinico Geral	Conhecimentos Específicos	33	Recurso Deferido.	Muda-se o Gabarito para Letra "B"
Sára Alves Espíndola	Médico Clinico Geral	Conhecimentos Gerais	16	Recurso Procedente.	Muda-se o Gabarito para Letra "D"
Taynara Caroline de M. F. Andrade	Agente Administrativo	Conhecimentos Gerais	16	Recurso Procedente.	Muda-se o Gabarito para Letra "D"
Taynara Caroline de M. F. Andrade	Agente Administrativo	Conhecimentos Gerais	25	Recurso Procedente.	Questão Anulada.
Uiliam Alves Stopa	Procurador Municipal	Conhecimentos Gerais	25	Recurso Procedente.	Questão Anulada.
Uiliam Alves Stopa	Procurador Municipal	Conhecimentos Gerais	17	A questão formulada está correta, a alternativa correta que informa que Mato Grosso é o maior produtor de pescado, e nela consta a fonte e o ano em que esta informação pertence. Recursos Indeferido.	Mantenha-se o Gabarito Preliminar.
Uiliam Alves Stopa	Procurador Municipal	Conhecimentos Gerais	18	Recurso Procedente.	Questão Anulada.

Rio Branco – MT, 03 de Outubro de 2018.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO LUCIMAR JUSTINO DOS REIS LOPES PINHEIRO

Prefeito Municipal Presidente da Comissão

MARILIA PEREIRA VANDERLEIA ALVES

Secretário Membro

ANEXO II

GABARITO DEFINITIVO

Cargo: Contador		**Cargo: Agente Administrativo**		**Cargo: Fiscal de Tributos**	
Questão	Resultado	Questão	Resultado	Questão	Resultado
1	B	1	C	1	C
2	A	2	D	2	D
3	B	3	C	3	C
4	B	4	A	4	A
5	C	5	A	5	A
6	D	6	A	6	A
7	A	7	A	7	A
8	B	8	B	8	B
9	C	9	D	9	D
10	C	10	C	10	C

11	C	11	A	11	A
12	D	12	C	12	C
13	B	13	B	13	B
14	A	14	D	14	D
15	C	15	A	15	A
16	D	16	D	16	D
17	A	17	A	17	A
18	C - Anulada	18	C - Anulada	18	C - Anulada
19	B	19	B	19	B
20	C	20	C	20	C
21	D	21	D	21	D
22	C	22	C	22	C
23	A	23	A	23	A
24	B	24	B	24	B
25	D -Anulada	25	D -Anulada	25	D -Anulada
26	B	26	D	26	B
27	C	27	C	27	C
28	A	28	B	28	A
29	D	29	A	29	A
30	B	30	D	30	D
31	A	31	A	31	B
32	C	32	C	32	A
33	A	33	B	33	D
34	D	34	D	34	C
35	C	35	C	35	D
36	D	36	A	36	B
37	B	37	A	37	D
38	C	38	B	38	A
39	B	39	C	39	C
40	A	40	A	40	C

LEGENDA:	MODIFICADA VIA RECURSO DE CANDIDATO	ANULADA VIA RECURSO

Cargo: Controle Interno		**Cargo: Dentista**		**Cargo: Médico Clinico Geral**	
Questão	Resultado	Questão	Resultado	Questão	Resultado
1	B	1	B	1	B
2	A	2	A	2	A
3	B	3	B	3	B
4	B	4	B	4	B
5	C	5	C	5	C
6	D	6	D	6	D
7	A	7	A	7	A
8	B	8	B	8	B
9	C	9	C	9	C
10	C	10	C	10	C
11	C	11	C	11	C
12	D	12	D	12	D
13	B	13	B	13	B
14	A	14	A	14	A
15	C	15	C	15	C
16	D	16	D	16	D
17	A	17	A	17	A
18	C - Anulada	18	C - Anulada	18	C - Anulada
19	B	19	B	19	B
20	C	20	C	20	C
21	D	21	D	21	D
22	C	22	C	22	C
23	A	23	A	23	A
24	B	24	B	24	B
25	D -Anulada	25	D -Anulada	25	D -Anulada
26	B	26	B	26	A
27	C	27	C	27	D
28	A	28	A	28	C
29	D	29	A	29	B
30	B	30	B	30	A
31	C	31	A	31	D
32	A	32	D	32	C
33	D	33	D	33	B
34	D	34	C	34	A
35	B	35	A	35	A
36	A	36	B	36	C
37	D	37	C	37	B
38	B	38	A	38	D
39	B	39	D	39	C
40	A	40	A	40	C

LEGENDA:	MODIFICADA VIA RECURSO DE CANDIDATO	ANULADA VIA RECURSO

Cargo: Nutricionista		Cargo: Procurador Municipal		Cargo: Professor de Educação Física	
Questão	Resultado	Questão	Resultado	Questão	Resultado
1	B	1	B	1	B
2	A	2	A	2	A
3	B	3	B	3	B
4	B	4	B	4	B
5	C	5	C	5	C
6	D	6	D	6	D
7	A	7	A	7	A
8	B	8	B	8	B
9	C	9	C	9	C
10	C	10	C	10	C
11	C	11	C	11	C
12	D	12	D	12	D
13	B	13	B	13	B
14	A	14	A	14	A
15	C	15	C	15	C
16	D	16	D	16	D
17	A	17	A	17	A
18	C - Anulada	18	C -Anulada	18	C - Anulada
19	B	19	B	19	B
20	C	20	C	20	C
21	D	21	D	21	D
22	C	22	C	22	C
23	A	23	A	23	A
24	B	24	B	24	B
25	D -Anulada	25	D -Anulada	25	D -Anulada
26	B	26	D	26	C
27	D	27	A	27	D
28	C	28	D - Anulada	28	A
29	B	29	B	29	D
30	C	30	C	30	B
31	D	31	B	31	A
32	D	32	A	32	C
33	C	33	C	33	C
34	A	34	D	34	C
35	A	35	D	35	D
36	C	36	A - Anulada	36	B
37	C	37	B	37	A
38	C	38	C	38	D
39	A	39	B	39	B
40	D	40	A	40	C

LEGENDA:	MODIFICADA VIA RECURSO DE CANDIDATO	ANULADA VIA RECURSO

Cargo: Professor de Pedagogia	
Questão	Resultado
1	B
2	A
3	B
4	B
5	C
6	D
7	A
8	B
9	C
10	C
11	C
12	D
13	B
14	A
15	C
16	D
17	A
18	C - Anulada
19	B
20	C
21	D
22	C
23	A
24	B
25	D -Anulada
26	D
27	D
28	C
29	A
30	C

31	D
32	A
33	B
34	C
35	C
36	D
37	B
38	D
39	A
40	B

LEGENDA:	MODIFICADA VIA RECURSO DE CANDIDATO	ANULADA VIA RECURSO

Rio Branco – MT, 03 de Outubro de 2018.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO LUCIMAR JUSTINO DOS REIS LOPES PINHEIRO

Prefeito Municipal Presidente da Comissão

MARILIA PEREIRA VANDERLEIA ALVES

Secretário Membro

RELATÓRIO CONCLUSIVO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 001/2018

EXCELENTISSIMO SENHOR

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO

PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT

REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 001/2018

INVESTIGADO – PEDRO ANTONIO BOASCIVIS

A comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 183 de 28 de fevereiro de 2018, em observância do que dispõe o art. 237 e seguintes da Lei Complementar nº 668/2015, após apurar os fatos relatados no Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2018, instaurado em face do Servidor Pedro Antônio Boascivis, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, vem apresentar o respectivo;

RELATÓRIO CONCLUSIVO

O processo foi devidamente instruído, havendo sido analisado os seguintes documentos: notificação e relatório encaminhado pela controladoria do Município, certificando acerca de transferência de valores da conta salário do município para as contas dos envolvidos Pedro Antônio Boascivis e Adelgicio Almeida Pinheiro; procedimento de sindicância trazendo relatório final opinando pela abertura do presente procedimento administrativo disciplinar em face do servidor Pedro Antônio Boascivis, interrogatório dos envolvidos e oitivas das testemunhas Antônio Xavier de Araújo – Prefeito Municipal e Daniel Gomes Barbosa, atual secretário de Administração do Município; concluindo ao final a comissão, pela requisição junto ao departamento de recursos humanos do município, cópia dos holerites do investigado referente ao exercício de 2017.

Concluída a produção de provas e tendo sido concedido prazo para defesa escrita do investigado, vindo a mesmo ser apresentada tempestivamente, trazendo, de forma resumida, a seguinte fundamentação:

Que o investigado não pode ser considerado culpado da transgressão que lhe está sendo imputada, por não ter agido com dolo, talvez culpa, pois em momento algum houve por parte do acusado qualquer atitude que possa configurara ilícito, pugnando pela improcedência da denuncia bem como pela proposta de restituição dos valores desviados, parceladamente.

Finalizadas as fazes acima, reúne a comissão nesta oportunidade para análise e deliberação quanto ao fato, e o faz na seguinte forma:

Primeiramente Sr. Prefeito, sem antes entrar no mérito de ocorreu ou não autorização e ou concordância por parte do chefe do poder executivo municipal quantos aos atos de transferências realizadas pelos servidores envolvidos dos valores levantados pela Comissão de Sindicância, conclui os membros desta Comissão, que tais recebimentos foram realizados de forma ilegais, tendo em vista não se tratar de salários e/ou qualquer outra contraprestação devida pela municipalidade aos autores do fato, em que pese justificarem eles se tratar de “pagamento por compensação pelos serviços realizados extra horário regular de trabalho”, o que necessitaria, em caso de suas legalidades, de formalização de atos por parte da administração municipal.

Em segundo plano, uma vez convencidos de que o ato praticado pelo investigado não se encontra revestido de legalidade, o que por si só leva a entender da necessidade de punição do infrator, passa a Comissão a analisar para efeito de deliberar sugerindo ao chefe do executivo municipal a media a ser aplicada, se agiu ou não o investigado com intuito criminoso, uma vez que tanto ele como o outro acusado Adelgicio alegaram que somente começaram a retirar dos cofres públicos uma determinada quantia mensalmente, após realizar uma reunião dom o Sr. Prefeito, na qual trataram da possibilidade dos mesmos estarem recebendo uma possível... (gratificação/compensação), a título de compensação pelos serviços extraordinários prestados a municipalidade, extra jornada esta confirmada pelo próprio prefeito bem como pelo atual secretario de administração Daniel Gomes Barbosa que assim expressaram:

Depoimento do Antônio Xavier de Araújo – que foi procurado pelo investigado Pedro Antônio e pelo então secretário de finanças os quais reclamaram que estavam trabalhando fora do horário e que merecia uma gratificação pelos serviços extras quando então respondeu que procurasse uma forma legal para o pagamento da pretendida gratificação e apresentasse o documento autorizativo dentro da legalidade, porém passado todo esse tempo não foi procurado pelos mesmos.

Depoimento testemunha Daniel Gomes Barbosa – que se conversa com o prefeito este comentou que os funcionários que trabalhavam além do horário de expediente poderiam receber uma gratificação e que teria que encontrar uma forma de pagar a gratificação, mas que não sabia que os funcionários Pedro Antônio e Adelgicio estavam recebendo.

Como se vê, além de restar comprovado ter o investigado procurado o Sr. Prefeito pleiteando a solicitada gratificação, observa que este, juntamente com o outro acusado, realizou as respectivas transferências de forma natural, ou seja, transferindo da conta da prefeitura diretamente para suas contas, sem se preocupar em esconder... seus atos, forma esta que por certo não adotaria de intencionado a lesar os cofres públicos municipal.

Por outro lado, não pode deixar de levar em conta os membros desta comissão Processante, o fato do investigado Pedro Antônio, competente, experiente e profundo conhecedor do setor de contabilidade da municipalidade, não ter procurado, antes de realizar qualquer transferência para sua

conta, se informando da legalidade com como providenciado a formalização do ato público exigido na administração pública.

Por todo o exposto, entendem por unanimidade os membros desta comissão processante, que o servidor Pedro Antônio Boascivis, ao realizar transferência de numerário da conta corrente da municipalidade para a sua conta bancaria, praticou irregularidade no âmbito de seu trabalho junto ao município, devendo por isso ser responsabilizado mediante umas das penalidades previstas no art. 182 da Lei Complementar nº 668/2015.

Art. 201 da Lei nº 668/2015 – o processo administrativo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação mediata com atribuições do seu cargo.

Art. 182 da Lei nº 668/2015 – São penalidades disciplinares:

I – Advertência

II – Suspensão

III – demissão

IV – cassação de disponibilidade ou de aposentadoria

V – destituição do cargo em comissão.

Sendo assim, e considerando, que em que pese ter cometido falta grave, desviando recursos financeiros dos cofres da municipalidade, o que ensejaria, por si só a pena de exoneração, não pode esta Comissão, sob pena de cometimento de grave injustiça, em ponderar e sugerir a aplicação de uma pena menos gravosa, tendo em vista as circunstancias em que os fatos ocorreram, levando em conta a relevante reunião ocorrida entre o acusado e o Sr. Prefeito, na qual fora ventilada a possibilidade de se remunerar os serviços extraordinários executados pelo investigado (possibilidade de ter sido levado ao erro).

Ademais disso, é importante ainda considerar, que se trata o investigado Pedro Antônio, de servidor exemplar, com mais de trinta anos (segundo o holerite do investigado data de admissão 01/07/1987) de exercício na municipalidade, sem ante nunca ter praticado qualquer ato desabonador de sua conduta, se tratando portanto de investigado primário de bons antecedentes, e ainda, se dispôs a devolver aos cofres públicos os prejuízos a ele acusado.

Em razão de tudo, opina esta Comissão pela aplicação da pena de suspensão do investigado Pedro Antônio Boascivis, pelo período de 90 (noventa) dias, convertida esta em multa de 50% (cinquenta por cento), por dia de vencimento, ficando assim o servidor obrigado a permanecer em serviço. (art. 185, **§ 1º e 2º, da Lei nº 668/2015**).

Opina ainda a Comissão, pelo deferimento do requerido pelo investigado Pedro Antônio Boascivis no que diz respeito ao desejo de restituir aos cofres da municipalidade, de forma parcelada, porém corrigido monetariamente, da somatório dos valores transferidos ilegalmente para sua conta corrente.

É o nosso parecer.

Rio Branco – MT, em 20 de junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 118/2016

Segundo TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 118/2016

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, conforme Projeto Básico e Especificações Técnicas constantes da Tomada de Preços nº 001/2016.

*Empresa **LIMA MURÇA & MURÇA LTDA**, inscrita no C.N.P.J o n.º 16. 885.249/0001-61,*

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

ROSÁRIO OESTE 03 de Outubro de 2018.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO N. 46/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço n. 46/2018, cujo objeto: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE CONSUMO, ÁGUA E MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT**, cuja abertura de Documentos de Habilitação e Proposta de Preço se deu às 11h30min do dia 28/09/2018, após julgamento sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:

1 – Carlos Dalmolin e Cia LTDA-ME – R$ 55.193,72 (cinquenta e cinco mil, cento e noventa e três reais e setenta e dois centavos);

2 – Supermercados Fortes Bambil – R$ 147.361,75 (cento e quarenta e sete mil, trezentos e sessenta e um reais e setenta e cinco centavos);

Rosário Oeste/MT, 02 de outubro de 2018.

RENAN ATILA FERREIRA GIRALDO

Pregoeiro

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 121/2016

Segundo TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 121/2016

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA PARA CONSTRUÇÃO DO TEATRO ARENA NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, conforme Projeto Básico e Especificações Técnicas constantes da Tomada de Preços nº 003/2016.

Empresa LIMA MURÇA & MURÇA LTDA, inscrita no C.N.P.J o n.º 16.885. 249/0001-61,

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

ROSÁRIO OESTE 03 de Outubro de 2018.

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 34/2018 VINCULADA AO PREGÃO PRESENCIAL N. 26/2018- PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA/MT.

Com base nas informações constantes do Processo em referência, através do Pregão Presencial nº. 26/2018, realizado pelo Município de Marcelândia/MT, e com base no Parecer emitido pela Assessoria Jurídica, bem como em cumprimento aos termos do art. 43, VI, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, **HOMOLOGO** a adesão a Ata de Registro de Preços n. 34/2018, vinculada ao Pregão Presencial nº. 26/2018, para **AQUISIÇÃO DE UM MICRO-ÔNIBUS 0KM ADAPTADO PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM DEFICIÊNCIA, TIPO CADEIRANTE E DIFICULDADES DE LOCOMOÇÃO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO CONTRAN 316/09, COM CAPACIDADE DE 20 A 24 PASSAGEIROS**, no valor global de R$ 299.306,66(duzentos e noventa e nove mil, trezentos e seis reais e sessenta e seis centavos), com fulcro na Lei 8.666/93. Em consequência, fica convocado, o proponente, para a assinatura do instrumento contratual, nos termos do art. 64, caput, do citado diploma legal, sob as penalidades da lei.

Rosário Oeste/MT, 28 de setembro de 2018.

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2018 – "Contratação de Serviços de Professor Pedagogo para ministrar aulas na Escola Municipal Simão Bororó"; com jornada de 25 (vinte e cinco) horas/aulas semanais em substituição à professora Lusmar Rosa de Paula que se encontra de atestado médico por tempo indeterminado. A contratação se fará pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, podendo o respectivo contrato ser rescindido amigavelmente a qualquer momento, após a realização e homologação do TESTE SELETIVO E/OU CONCURSO PÚBLICO/ 2018. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do PRAZO DE CONTRATO, este estabelecido nos Itens 4.1 e 4.2 da cláusula quarta do contrato original. **CONTRATADA: JUÍDES FERREIRA RODRIGUES FERNANDES CPF: 799.753.301-00.** Fica prorrogado por mais 96 (noventa e seis) dias.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2018

OBJETO: "Contratação de Empresa e/ou Pessoa Física Especializada Para Prestação de Serviços de Médico (Clinico Geral) para atender na Unidade de Saúde (PSF II E HOSPITAL) no Município de Salto do Céu – MT", por um período de 12 meses.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT, através de sua Pregoeira Oficial torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que participou do certame licitatório supramencionado a Pessoa Física: **HYURE FERREIRA MIRANDA CRM: 10180/MT RG: 2215497-3 SSP/MT CPF: 043.392.941-36,** vencedora deste Certame com permanência de valor apresentado inicial que é de R$ 103.434,00 (cento e três mil, quatrocentos e trinta e quatro reais), valor total.

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 03 de Outubro de 2018.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2018 – "Contratação de Serviços de Professor licenciado em Letras para ministrar aulas de Língua Portuguesa e Artes na Escola Municipal Simão Bororó"; com jornada de 25 (vinte e cinco) horas/aulas semanais, em atendimento aos alunos do 6º ao 9º Ano. A contratação se fará pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, podendo o respectivo contrato ser rescindido amigavelmente a qualquer momento, após a realização e homologação do CONCURSO PÚBLICO/2018. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do PRAZO DE CONTRATO, este estabelecido nos Itens 4.1 e 4.2 da cláusula quarta do contrato original. **CONTRATADA: ZILDA RAMOS PINTO CPF: 496.175.161-87**.Fica prorrogado por mais 92 (noventa e dois) dias.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

a) - Espécie: Dispensa de Licitação; b) Objeto: Aquisição de 03 (três) ROTEADORES para distribuição de internet sem fio para ser utilizado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer de Salto do Céu-MT; c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso II; d) **Processo: Nº 057/2018**; e) Cobertura Orçamentária: 06.002.12.365.0041. 2043.33.90.30.424; f) Valor: R$ 3.000,00 (três mil reais); g) Contratada: REGINEY MELO DE ANDRADE-ME CNPJ: 17.610.342/0001-26; h) Autorização: em 28/09/2018, por WEMERSON ADÃO PRATA; i) Ratificação: em 03/10/2018, por WEMERSON ADÃO PRATA.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

a) - Espécie: Dispensa de Licitação; b) Objeto: Contratação de Serviço de Acesso e Utilização – LINK MPL, multiprocol label switching, para ser utilizado no DAE de Salto do Céu-MT; c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/ 1993, art. 24, inciso II; d) **Processo: Nº 056/2018**; e) Cobertura Orçamentária: 04.004.17.512.0080.2064.33.90.39.236; f) Valor: R$ 2.265,00 (dois mil, duzentos e sessenta e cinco reais); g) Contratada: REGINEY MELO DE ANDRADE-ME CNPJ: 17.610.342/0001-26; h) Autorização: em 28/09/ 2018, por WEMERSON ADÃO PRATA; i) Ratificação: em 03/10/2018, por WEMERSON ADÃO PRATA.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE REQUERIMENTO

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Requerimento

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, CNPJ nº 04.178.518/ 0001-70, torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente a Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Aguas Pluviais em diversas Ruas do Município de Santa Cruz do Xingu-MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 11/2016

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 11/2016 REFERENTE LOCAÇÃO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT E A EMPRESA ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA.

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob nº 04.205.596/0001-17, com sede na Av. Flávio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **EGON HOEPERS**, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empre-

sa **ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regulamente inscrita no CNPJ sob nº 26.804.377/0003-59, situada na Avenida Natalino João Brescansin, nº 499, Centro, CEP: 78.890-000, no Município de Sorriso – Mato Grosso, neste ato representado por sua representante legal, Sra. **EUNICE URIAS**, brasileira, divorciada, gerente de negócios, inscrita no CPF sob nº 405.421.301-49, residente e domiciliada na Av. Madre Leônia Milito, 1.170, Gleba Palhano, na cidade de Londrina – PR, denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo ao Contrato 011/2016, que será regido pela Lei nº 8.666/93, e suas respectivas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência, bem como aditar o valor, previstos nas Cláusulas Quarta e Quinta, respectivamente, do Contrato nº 011/2016, que passam a ter as seguintes redações:

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1 – O prazo de vigência do presente Termo Aditivo terá início na data de sua assinatura e seu término previsto para **30 de junho de 2019.**

4.2 - A execução dos serviços será de 09 (nove) meses, sendo de Outubro de 218 a Maio de 2019.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

5.1. O valor da parcela mensal para execução dos serviços constantes no Contrato passa de R$ 1.987,00 (um mil novecentos e oitenta e sete reais) para **R$ 2.148,14 (dois mil cento e quarenta e oito reais e quatorze centavos)**, tendo em vista o reajuste de 8,11% referente ao índice do IGPM/FGV acumulado nos últimos 11 (onze) meses.

5.2 – O valor do termo aditivo é de **R$ 19.333,26 (dezenove mil trezentos e trinta e três reais e vinte e seis centavos),** que será pago em 09 (três) parcelas mensais, iguais e sucessivas, no valor de **R$ 2.148,14 (dois mil cento e quarenta e oito reais e quatorze centavos).**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

2.1. As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária abaixo especificada e consignada na peça orçamentária do exercício de 2018.

Secretaria de Finanças

(066) 04.001.04.123.0022.2006 – 33.90.39.00.00.00 – Fonte 100

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelos artigos 57, inciso IV, da Lei n° 8.666/93, bem como no disposto na Cláusula Quarta, Item 4.4, do Contrato originário.

4.0 CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial, celebrado entre as partes na data de 15/03/2016.

E, por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor, e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Santa Rita do Trivelato – MT, 28 de Setembro de 2018.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA

EUNICE URIAS

Contratada

Testemunhas:

1._____ 2. _____

Nome: NOME:

CPF nº: CPF nº:

LEI MUNICIPAL Nº 595/2018 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PPA - PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2018-2021 DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, INSTITUIDO PELA LEI Nº 568/2017 DE 04 DE SETEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O SENHOR EGON HOEPERS, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º- Fica aprovada a Revisão referente ao Exercício de 2019 constante no Plano Plurianual do Quadriênio de 2018 – 2021 do Município de Santa Rita do Trivelato – MT, previsto na Lei 568/2017 de 04 de setembro de 2017.

Parágrafo Único - A revisão do exercício financeiro de 2019, decorre do aprimoramento do processo de elaboração, avaliação e implementação dos Programas de Governo e da adequação às situações não previstas no Plano Plurianual, sendo que as demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 03 DE OUTUBRO DE 2018.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se na data supra

LEI MUNICIPAL Nº 596/2018 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR EGON HOEPERS, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Iniciais

Art. 1º - São estabelecidas em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º da Constituição Federal combinado com a Lei Orgânica do Município, e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as Diretrizes para a Elaboração e Execução do Orçamento do Município para o Exercício de 2019.

CAPÍTULO II

Das Metas e Prioridades da Administração Pública

Art. 2º - As metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2019, serão especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, Anexo I, que integra esta lei, a serem observadas na elaboração da execução da Lei Orçamen-

tária e de seus créditos adicionais, definidas em perfeita compatibilidade com o Plano Plurianual relativo ao período de 2018 a 2021, e devem observar as seguintes estratégias:

I – promover o desenvolvimento econômico sustentável voltado para a geração de empregos e oportunidades de renda;

II – valorização dos direitos e da cidadania do cidadão de Santa Rita do Trivelato.

III – promover a satisfação plena dos munícipes através dos serviços públicos.

IV – implementar o governo participativo, através da descentralização das ações e gestão pública voltada para resultados.

V – As obras em execução e despesas com manutenção do patrimônio público terão prioridade sobre novos projetos;

VI – As despesas com pagamento de dívida pública e de pessoal e Encargos Sociais terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

§ 1º - As metas e as prioridades do anexo a que se refere o caput integrarão o Projeto de Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2019.

§ 2º - A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estarão condicionadas ao equilíbrio entre receitas e despesas, conforme Anexo de Metas Fiscais, **Anexo II**, e Anexo de Riscos Fiscais, **Anexo III**, que integram a presente lei.

§ 3º - Na elaboração do projeto, na aprovação e na execução da lei orçamentária não poderão ser estabelecidas prioridades diferentes das definidas no Anexo a que se refere o caput deste artigo.

CAPÍTULO III

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 3º - A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I – Orçamento Fiscal;

II – Orçamento da Seguridade Social.

Art. 4º - Os orçamentos fiscais e da seguridade social discriminarão a despesa obedecendo à classificação funcional programática por categoria de programação, ou seja, projeto/atividade, indicando-se, pelo menos para cada uma, no seu menor nível:

I – O orçamento a que pertence, e,

II – A natureza da despesa classificada conforme a Lei nº. 4.320/64 e atualizações posteriores.

Art. 5º - A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria nº. 42, de 14/04/1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, Portaria interministerial 163 de 04 de maio de 2001, PORTARIA INTERMINISTERIAL STN/SOF Nº 005, DE 25 DE AGOSTO DE 2015, e alterações posteriores.

§ 1º - A Reserva de Contingência será identificada pelo dígito 9 (nove), no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

Art. 6º - A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, nos termos da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um sistema de planejamento permanente e à participação comunitária, e compreenderá:

I – O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, seus fundos e entidades das Administrações diretas e indiretas, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público Municipal.

II – O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde e assistência social, obedecerá ao disposto na Constituição Federal e contará, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

Art. 7º - O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

I – Mensagem;

II – Texto da Lei;

III – Demonstrativo da Evolução da Receita e Despesa referente aos três últimos exercícios, de acordo com a classificação constante do Anexo III da lei nº. 4.320/64, e suas alterações.

§ 1º - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei orçamentária anual conterá:

I – Situação Econômico-Financeira do Município;

II – Demonstrativo da Divida Fundada e Flutuante, Saldos de Créditos Especiais, Restos a Pagar e Outros Compromissos Exigíveis;

III – Exposição da Receita e da Despesa;

§ 2º - Integrarão a Lei Orçamentária Anual, incluindo os complementos referenciados no art. 22, III, da Lei Federal nº. 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

I - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo I, da Lei 4.320/64;

II – Quadros Demonstrativos da receita e Despesa, segundo as categorias Econômicas, na forma do Anexo 2, da Lei nº. 4.320/64;

III – Quadro Demonstrativo por programa de Trabalho, das dotações por órgão do governo e da administração, Anexo 6 da Lei 4.320/64;

IV – Quadro demonstrativo de Função, Sub-função e Programa, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, Anexo 7, da Lei nº. 4.320/64;

V – Quadro demonstrativo de Função, Sub-função e Programa, conforme vinculo com os recursos, Anexo 8, da Lei nº. 4.320/64;

VI – Quadro Demonstrativo por Órgão e Função, Anexo IX, da Lei nº. 4. 320/64;

VII – Quadro Demonstrativo da realização de Obras e Prestação de Serviços;

VIII – Tabela explicativa da Evolução da Receita e Despesa, Art. 22, III, da Lei nº. 4.320/64;

IX – Quadro Demonstrativo da Receita por Fontes e Respectiva Legislação;

X – Sumario Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo;

XI – Quadro Detalhamento de Despesas.

§ 3º - Acompanharão o projeto de lei orçamentária, além dos definidos no parágrafo 1º deste artigo, os demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I – programação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a evidenciar o cumprimento ao disposto no Artigo 212 da Constituição Federal, da Emenda Constitucional nº. 14, de 12 de setembro de 1996, e da Lei 11.494, de 20 de Junho de 2007 do FUNDEB;

II – programação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 198, § 2º da Constituição Federal na forma da Emenda Constitucional nº. 29, de 13 de setembro de 2000.

CAPÍTULO IV

Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município e suas Alterações

Art. 8º - No projeto de lei orçamentária para o exercício de 2019 as receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação no último exercício e a tendência para o exercício em curso, conforme determina o Art. 12 da Lei complementar nº. 101/2000. As despesas fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatíveis com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º - O Poder Executivo poderá propor a inclusão na lei orçamentária, de dispositivo que estabeleça critérios e forma para atualização dos valores orçados.

§ 2º - Fica a Chefe do Poder Executivo autorizado a consignar na proposta orçamentária a receita e despesa decorrente de convênios a serem celebrados pelo município no âmbito do Governo Federal ou Estadual, desde que protocolados os referidos convênios até 31 de agosto de 2018, considerando-se ainda os projetos protocolados em 2017, e que até o envio da proposta orçamentária para o exercício de 2018 não tenham sido liberados, bem como os saldos de convênios de exercícios anteriores ainda não liberados integralmente.

Art. 9º - As receitas e despesas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação dos últimos exercícios e a tendência para o exercício em curso, utilizando-se como parâmetro o período de até 31 de julho de 2018.

§ 1º - Na estimativa da receita serão consideradas as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I – atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - atualização da planta genérica de valores;

III – a expansão do número de contribuintes;

§ 2º - As taxas de fiscalização pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos no cronograma de desembolso.

Art. 10º – A lei orçamentária dispensará na estimativa da receita e na fixação da despesa atenção aos seguintes princípios:

I – prioridade de investimentos para as áreas sociais;

II – modernização da ação governamental;

III – equilíbrio na gestão dos recursos públicos.

IV – Austeridade na gestão dos recursos públicos.

Art. 11 – A proposta orçamentária para 2019 a ser apresentada ao Poder Legislativo obedecerá as seguintes diretrizes especiais:

I - as obras em execução terão prioridade sobre novos projetos;

II – As despesas com o pagamento da dívida pública, com pessoal e seus reflexos, bem como com a contrapartida de financiamento, terão prioridade sobre as despesas decorrentes de ações de expansão de serviços públicos.

III – a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesas será acompanhada de:

1 – estimativa de impacto orçamentário-financeiro no ano em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes;

2 – declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a LDO.

IV – o Poder Executivo poderá conceder ou ampliar incentivo ou benefício de Natureza Tributária da qual decorra renúncia de receita, desde que atendido os requisitos do Artigo 4º da Lei Complementar Federal 101/00.

V – a abrir créditos adicionais suplementares, a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de uma categoria para outra ou de um órgão para outro, com limite de até 30% da proposta orçamentária para 2018, em obediência aos incisos V e VI do artigo 167, da Constituição Federal;

VI – Fica o Poder executivo autorizado a proceder à abertura de crédito adicional à conta de recursos provenientes de convênios, mediante assinatura do competente instrumento.

VII - Fica o Poder executivo autorizado a proceder à abertura de crédito adicional Especial à conta de recursos provenientes superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior nos termos do art. 41, inciso II da Lei 4.320/64.

Art. 12 – A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao Poder Executivo até o dia 10 de outubro, na forma da Emenda Constitucional nº. 58, de 10 de setembro de 2009, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 13 – Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art. 14 - É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e seus créditos adicionais, a titulo de “auxílios” para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos.

Parágrafo Único – No caso de Entidades sem Fins lucrativos, deverá ser cumprido o disposto no Artigo 26, da Lei Complementar 101/00 e as exigências contidas na Instrução normativa nº. 001/97 – STN e alterações posteriores.

Art. 15 – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência do Estado de Mato Grosso, nos termos do Art. 62, da Lei Complementar 101/2000, bem como a realizar transferências voluntárias aquele ente, nos casos de relevante interesse municipal, devendo o favorecido atender ao disposto no Art. 25, da Lei Complementar nº. 101/2000 e Lei 13.019/2014 no que couber.

Art. 16 - O município aplicará no mínimo, os percentuais constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos dos artigos 198, § 2º e 212º, da Constituição Federal.

Art. 17 – Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de modo a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 18 - O controle dos custos das ações desenvolvidas pelo Poder Publico Municipal de que trata o artigo anterior, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custos dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento das unidades de saúde, ou de outros itens de controle, conforme determina o Art. 4º, I, “e” da Lei Complementar 101/2000.

§ 1º - Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, de modo a atender o disposto, no art. 4º. I “e” da Lei Complementar 101/2000.

§ 2º - O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de gastos, com objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 19 – Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2018, serão objetos de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento de seus objetivos, corrigirem desvios, avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabe-

lecidas, em cumprimento ao citado art. 4º, I, "e" da lei Complementar 101/00.

Art. 20 – A lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor correspondente de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos.

Art. 21 – O Poder Judiciário encaminhará a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, e aos referidos órgãos e entidades devedoras, na parte que lhes couberem, a relação de débitos constantes de precatórios judiciários, a serem incluídos na proposta orçamentária para 2018, conforme determina o Art. 100, § 1º da Constituição Federal, e a Constituição Estadual, discriminando:

A) Órgão Devedor;

B) Numero de processos;

C) Numero do Precatório

D) Data de Expedição do Precatório;

E) Nome do Beneficiário;

F) Valor do Precatório a ser pago.

CAPÍTULO V

Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 22 – Os Poderes Legislativo e Executivo observarão, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar Federal nº. 101/2000.

Art. 23 - Na criação de quaisquer despesas obrigatórias de caráter continuado, bem como em situações excepcionais para contratação de hora extra, deverá ser observado os critérios e limites dispostos na Lei Complementar 101/00.

§ 1º - Na execução orçamentária de 2018, caso a despesa de pessoal extrapolar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, fica vedada a contratação de horas extras, excetuadas aquelas no âmbito dos setores da educação e saúde, ou quando destinadas ao atendimento de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a coletividade.

Art. 24 – Na fixação das despesas com pessoal serão alocadas dotações especificas para atender a despesas decorrentes da criação de cargos, em atendimento ao disposto na Lei Orgânica, desde que compatíveis com o equilíbrio das contas públicas.

Parágrafo Único – Para atender o disposto no artigo acima, fica o Poder Executivo autorizado a promover a alteração na Estrutura Organizacional e de Cargos e Carreiras da Prefeitura Municipal, através de Lei Específica nos termos da Lei Orgânica, podendo para isso, extinguir ou transformar cargos, criar novos cargos, e também realizar Concurso Público de provas e títulos, Teste Seletivo Público Completo e ou Simplificado, visando ao preenchimento dos cargos e funções.

Art. 25 – No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2018, fica autorizada a fixação de um índice de aumento de vencimento dos servidores públicos, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a receita corrente líquida, observado os limites estabelecidos no Art. 71 da Lei Complementar Federal nº. 101/00.

Parágrafo único – Fica autorizado para o Poder Legislativo, o aumento salarial para implantação (adequação) do Plano de Cargos e Carreiras – PCCS, bem como reajuste salarial respeitado os limites da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e também realizar Concurso Público de provas e títulos, Teste Seletivo Completo e ou Simplificado, visando ao preenchimento dos cargos e funções.

Art. 26 – As despesas decorrentes de aperfeiçoamento da ação governamental classificam-se em relevantes e irrelevantes.

Parágrafo Único – Entende-se por despesas relevantes aquelas que ultrapassarem o valor máximo da dispensa da licitação, na forma estabelecida pela Lei Federal nº. 8.666, de 27 de junho de 1993, e como irrelevantes aquelas que não ultrapassarem o valor Maximo da dispensa de licitação da citada lei.

CAPÍTULO VI

Das Disposições sobre Alterações Na Legislação Tributária

Art. 27 – O Município poderá rever e atualizar sua Legislação Tributária anualmente.

Art. 28 – Ocorrendo alterações na legislação tributária, bem como nos índices inflacionários da política monetária nacional, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários na mesma proporção.

Parágrafo único – Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do município, mediante abertura de créditos adicionais, no decorrer do exercício, observada a legislação vigente.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 29 – O Prefeito Municipal encaminhará até o dia 30/10/2018 o Projeto de Lei do Orçamento Anual de 2018, à Câmara Municipal para apreciação e conclusão da votação nos termos da Lei Orgânica do Município de Santa Rita do Trivelato.

Art. 30 – O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem ao poder Legislativo para propor modificações ao presente projeto, bem como ao Projeto do Plano Plurianual e do Orçamento Anual, em conformidade com o parágrafo 5º do Art. 166 da Constituição Federal.

Art. 31 – Para os casos de renuncia de receita e condições para concessão de benefícios fiscais, será elaborado estimativa de impacto orçamentário-financeiro, independentemente de seu valor, deverá ainda, ser incluso recursos para instituição de normas de controle de custos e avaliação de resultados dos programas, bem como dependerão de lei especifica, em cumprimento ao artigo 14, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 32 – Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2018, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação ás despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

§ 1º - O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, o Relatório Resumido da Execução orçamentária, na forma do Art. 52, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000.

§ 2º - O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada Quadrimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º - Até o final dos meses de maio e setembro de 2019, e de fevereiro de 2020, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública.

Art. 33 – O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2019, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da lei orçamentária.

§ 1º - Caso seja necessária à limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no Anexo de que trata o § 2º do Artigo 2º, desta Lei, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendi-

mento de “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos” e “Inversões Financeiras” de cada Poder.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no parágrafo anterior, o Poder Executivo comunicará o fato ao Poder Legislativo do montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º - O Chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada unidade do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 34 – Na hipótese de, até 31 de dezembro de 2018, o autógrafo da Lei orçamentária para o exercício de 2019, não ser devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I – no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 35 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 03 DE OUTUBRO DE 2018.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N°062/2018

AVISO PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°062/2018

A Pregoeira oficial e equipe de apoio, da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT, torna público, com referência ao Pregão Presencial 062/2018, com abertura prevista para o dia 04 de Outubro de 2018, as 09h00-min, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE PROPAGANDA COM CARRO DE SOM PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**, prorroga-se o prazo de abertura do edital, para o dia 10 de outubro de 2018 às 09h00min, por motivos administrativos. Santa Rita do Trivelato/MT, 03/10/2018-

Maria Cilene Pereira

Pregoeira Portaria 236/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DA LEI Nº. 444/2018

A Prefeitura Municipal de Santo Afonso retifica a matéria publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso, Edição 3.077 do dia 03/10/2018, pagina 452, que onde se lê: **Artigo 2º**- Para Custear a filiação junto a AMM o Município contribuirá financeiramente com a entidade representativa em valores mensais a serem estabelecidos em Assembleia Geral da mesma e no seguinte endereçamento orçamentário: 3.3.90-41 contribuições:

3. Despesas Correntes

3. Outras Despesas Correntes

90. Aplicações Direta

41- Contribuições

Leia-se:b

Artigo 2º- Para Custear a filiação junto a AMM o Município contribuirá financeiramente com a entidade representativa em valores mensais a serem estabelecidos em Assembleia Geral da mesma e no seguinte endereçamento orçamentário: 3.3.90-41 contribuições:

3. Despesas Correntes

3. Outras Despesas Correntes

90. Aplicações Direta

41- Contribuições

Parágrafo Único: “os valores mensais que refere-se a caput deste artigo, fica limitado a no máximo ao valor correspondente a 1% (um por cento), do índice de Participação dos Municípios – IPM, no ICMS, que o Município de Santo Afonso tem direito”.

Santo Afonso-MT, 03 de Outubro de 2018-10-03

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N.º443 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT, PARA O EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e atendendo ao disposto no artigo 42 e 43 da lei Federal 4320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Santo Afonso aprovou, ele sanciona a seguinte Lei:

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Anual do Município de Santo Afonso, relativo ao Exercício Financeiro de 2019, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus fundos.

Artigo 2º - O Projeto de Lei Orçamentária deve obedecer aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e probidade administrativa, devendo primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das Contas Públicas e estar voltado para:

§ 1º - Através de ação planejada e transparente, cumprir as metas de resultados entre receitas e despesas;

§ 2º - Mediante prevenção de riscos e correção de desvios, obedecer a limites e condições no que tange a renúncia de receita, a geração de despesas com pessoal, a dívida consolidada, às operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, a concessão de garantias e à inscrição em restos a pagar.

Artigo 3º - A Proposta Orçamentária Anual será elaborada em consonância com as diretrizes fixadas nesta Lei, no Artigo 165 da Constituição Federal, na Lei Federal Nº. 4.320, de 17/03/64, na Lei Complementar N.º 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Orgânica Municipal, tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita:

I - Fornecida pelos órgãos competentes quanto às transferências legais da União e do Estado para o exercício e comparadas com a arrecadação verificada no primeiro semestre de 2018;

II - Projetada, no concernente à tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas considerando-se o comportamento da arrecadação no primeiro semestre

de 2018, os efeitos das alterações na legislação tributária até 31 de dezembro de 2018, da variação de índices inflacionários correntes e previstos no segundo semestre de 2018, do crescimento econômico e das ações fiscais oriundas do poder público municipal, ou quaisquer outros fatores que possam influenciar de maneira relevante no comportamento da arrecadação.

§ 1º - As Operações de Crédito previstas não poderão ser superiores ao valor das Despesas de Capital constantes da Proposta Orçamentária.

CAPITULO - II

DAS DISPOSIÇÕES ORÇAMENTARIAS

Artigo 4º - O montante das despesas fixadas, acrescido da Reserva de Contingência, não será superior ao das receitas estimadas.

Artigo 5º - A Reserva de Contingência não será superior de 2,00 % (dois por cento) do total da Receita Corrente Líquida (RCL) prevista e se destinará ao atendimento de riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como de suporte orçamentário às dotações que se fizerem insuficientes.

Artigo 6º - A manutenção de atividades incluídas dentro da competência do Município, já existente no seu território, bem como a conservação e recuperação de equipamentos e obras já existentes, terão prioridade sobre as ações de expansão e realização de novas obras.

Artigo 7º - A conclusão de projetos em fase de execução pelo Município terá preferência sobre novos projetos.

Artigo 8º - A Lei Orçamentária não consignará:

a) Dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro, que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do Artigo 167 da Constituição Federal;

b) Crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada;

c) A Lei de Orçamento não consignará ajuda financeira, a qualquer título, a empresa de fins lucrativos, salvo quando se tratar de subvenções cuja concessão tenha sido expressamente autorizada em lei especial;

d) A instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização Legislativa.

Artigo 9º - Os orçamentos dos Fundos Municipais serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo, na forma do Artigo 107 da Lei Federal N. º 4.320, de 17/03/64.

Artigo 10 - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária do exercício de 2019, o Executivo estabelecerá, por Decreto, o Cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º - O cronograma que trata este Artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

§ 2º - No caso de órgãos da administração indireta, os cronogramas serão definidos individualmente, respeitando-se sempre a programação das transferências intragovernamentais eventualmente previstas na lei orçamentária.

Artigo 11 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vista a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classe menos favorecida, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objetos de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art.14 da LRF).

Parágrafo Único – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante decreto do executivo, não se constituindo como renuncia de receita. (art. 14, § 2º, da LRF).

Artigo 12 - O Poder Executivo fica incumbido de instituir e utilizar todos os mecanismos legais a ele atribuídos para arrecadar todos os tributos e contribuições de sua competência.

Parágrafo Único - O Poder Executivo envidará ações no sentido de diminuir o volume da dívida tributária e não tributária do Município.

Artigo 13 - O Poder Executivo promoverá a modernização da máquina fazendária no sentido de aumentar a produtividade e diminuir os seus custos.

Artigo 14 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, bem como a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, somente poderá ser apreciado caso se revista de elevado alcance social e de interesse público justificado, devendo estar acompanhada de:

I - Estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes;

II - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - Medidas de compensação da renúncia por meio do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuição.

§ 1º - As despesas de aperfeiçoamento de ação governamental ficam classificadas em 02 (dois) grupos:

I - O Grupo das Despesas Relevantes; e

II - O Grupo das Despesas Irrelevantes.

§ 2º - As despesas relevantes são aquelas que ultrapassam o valor máximo da dispensa de licitação.

§ 3º - As despesas irrelevantes são aquelas que não ultrapassam o limite máximo da dispensa de licitação.

§ 4º - Ocorrendo a criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa relevante, será necessário apresentar o contido nos incisos I e II do presente Artigo.

Artigo 15 - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Artigo 16 - Na fixação da despesa deverão constar os recursos seguintes e observando os seguintes limites, mínimos e máximos:

I - As despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita estimada resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos consoante o disposto no Artigo 212 da Constituição Federa e alterações efetuadas pela Emenda Constitucional 53 de 19 de dezembro 2006.

II - Recursos destinados à manutenção do FUNDEB (Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação);

II-1 - Dos recursos referidos acima, serão destinados, obrigatoriamente, no mínimo 60% (sessenta por cento) para a remuneração dos profissionais da Educação Básica, em efetivo exercício.

III - As despesas com saúde serão fixadas de acordo com a legislação vigente, principalmente as constantes na emenda constitucional nº 29/2000

IV - As despesas com pessoal do Município, incluindo a remuneração dos servidores ativos, pensionistas, dos agentes políticos, bem como os encargos patronais, não poderão exceder a 60% (sessenta por cento), da receita corrente líquida, conforme Artigo 19, inciso III e 20, inciso III, da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/2000;

V - Das despesas de que trata o item acima referido, não poderão exceder ao limite de 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo e de 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Poder Executivo;

VI - Prever recursos destinados ao pagamento da dívida municipal e seus encargos;

VII - As despesas com contribuição ao PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), não poderão ser inferiores a 1% das receitas correntes, mais (+) as transferências de capital, menos (-) a redução para o FUNDEB, conforme estabelece o Artigo 7º, combinado com o inciso III do Artigo 2º da Lei Federal N.º 9.715, de 25/11/98;

VII - Recursos destinados aos Fundos Municipais regularmente instituídos;

VIII - O Orçamento do Poder Legislativo Municipal não será superior a 7% (sete por cento) dos valores relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas nos Artigos 153, 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme estabelece o Artigo 2º da Emenda Constitucional N.º 25, de 14/02/2000;

Artigo 17 - Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente serão programados para a realização de despesas de capital depois de atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional.

Artigo 18 - Constituem receitas do Município as provenientes de:

I - Tributos de sua competência;

II - Atividades econômicas que por conveniência vier a executar;

III - Transferências por força de mandamento constitucional ou voluntárias;

IV - Empréstimos e financiamentos, inclusive com vencimentos fora do exercício, vinculados à obras e serviços públicos, bem como aquisição de bens móveis e imóveis observadas as respectivas ordenações legais regulamentares da matéria.

Artigo 19. - O Orçamento Municipal compreenderá as receitas e despesas da administração, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, obedecidos, na sua elaboração, os princípios da anualidade, unidade, equilíbrio e exclusividade.

Artigo 20. - A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 1º - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual ou de abertura de créditos adicionais suplementares, obedecerão ao princípio da iniciativa constante do Artigo 165 da Constituição Federal e somente poderão ser aprovados quando:

I - Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual vigente;

II - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de dotações, excluídos os que incidam sobre:

a) O pagamento de pessoal e seus encargos;

b) Amortização e serviço da dívida; e

c) A destinação ao atendimento de precatórios judiciais.

§ 2º A Lei Orçamentária Anual – LOA/2019 estabelecerá os limites e parâmetros para abertura de créditos adicionais suplementares por decreto do executivo.

Artigo 21 – A abertura de créditos adicionais extraordinários para atender despesas imprevisíveis e urgentes, independem de indicação de fonte de recursos, e serão abertos através de decreto do executivo, com remessa imediata para apreciação ao Legislativo.

Artigo 22 - As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesas.

Artigo 23 – O poder executivo poderá suplementar, através de decreto, os créditos adicionais especiais, reforçando os créditos especiais abertos no exercício, utilizando-se dos limites de suplementação autorizados na LOA/2019 e suas alterações.

Artigo 24 - Até 31 de agosto de 2018, o Poder Executivo, por meio de sua Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças competente, deverá fornecer a todos os Órgãos da Municipalidade (Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas e demais entidades da administração direta e indireta), inclusive a Câmara Municipal, as instruções técnicas, com a apresentação de formulários padronizados e parâmetros orçamentários, estabelecidos com base no potencial de arrecadação previsto para o Exercício de 2019.

§ 1º - Todos os Órgãos citados no caput, deverão formalizar os seus respectivos programas de trabalho de acordo com as normas contidas na Lei Federal N.º 4.320, de 17/03/64, na Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00 e adstritos aos parâmetros orçamentários fornecidos pelo Poder Executivo, através de sua Secretaria de Finanças, Administração e Planejamento competente, e entregues à mesma até o dia 20 de setembro de 2018 para análise, compatibilizarão e consolidação do Orçamento Programa.

§ 2º - A Câmara Municipal encaminhará a sua Proposta Orçamentária para 2019 observadas as limitações contidas nesta Lei e as limitações da Emenda Constitucional N.º 25, de 14/02/00.

Artigo 25 - Além da observância das metas e prioridades autorizadas nesta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se estiverem adequadamente contemplados nos projetos em andamento, salvo se existentes recursos especificamente assegurados para a execução daqueles.

Artigo 26 - Atendidas as metas priorizadas para o exercício de 2019, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por créditos especiais, desde que façam parte ou passem a integrar o Plano Plurianual Correspondente ao período de 2019 a 2021.

§ 1º - As despesas com ações de expansão corresponderão às prioridades especificadas e à disponibilidade de recursos.

§ 2º - A existência de metas ou prioridades não implica na obrigatoriedade de sua inclusão na programação da proposta orçamentária anual.

Artigo 27- Na Lei Orçamentária, a discriminação das despesas será efetuada por órgão e unidade orçamentária, de acordo com a classificação funcional programática (função e sub-função), desdobrada por categorias econômicas e elementos de despesa, observado o seguinte agrupamento:

DESPESAS CORRENTES

Despesa de Custeio

Transferências Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Transferências de Capital

§ 1º - A Lei Orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:

I - Da Receita, que obedecerá o disposto no Artigo 2º, § 1º da Lei Federal N.º 4.320, de 17/03/64;

II - Da Natureza da Despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;

III - Do Programa de Trabalho por Órgãos e Unidades Orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática (função e sub-função);

IV - Outros Anexos previstos em Lei, relativos à consolidação dos já mencionados anteriormente.

Artigo 28 - As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alterações à Proposta Orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo,

bem como dos Projetos de Lei relativos à Créditos Adicionais a que se refere o Artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecidos para a elaboração da Lei Orçamentária.

Artigo 29 - São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária que:

I - Não sejam compatíveis com esta Lei;

II - Não indiquem os recursos necessários, em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas àquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida.

Artigo 30 - É vedada a inclusão no Orçamento Programa, bem como em suas alterações, de dotação à título de auxílio ou subvenção social a:

I - Clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;

II - Entidades públicas federais e estaduais, salvo se decorrentes de convênios ou termos de ajuste de interesse comum de tais esferas de governo e o Município;

III - Entidades privadas, excetuadas as associações comunitárias no concernente à obras e serviços de interesse da comunidade e aquelas entidades a que se refere o Artigo 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, desde que registradas no Conselho Nacional de Serviço Social.

Artigo 31 - Se o Autógrafo da Lei Orçamentária para o exercício de 2019, não for votado, aprovado pelo Legislativo e sancionado pelo Executivo até o dia 31 de dezembro de 2017, fica este autorizado a executar a programação constante do projeto de lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I - No montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II - 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas;

III - Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada na forma do que dispõem o "caput" e o § 1º e 2º deste artigo.

Artigo 32 - Se no final de cada bimestre for verificada a ocorrência de desequilíbrio entre as receitas e as despesas que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo Único - Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Artigo 33 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I - A obrigações Constitucionais e legais do Município;

II - Ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamento de débitos;

III - A despesas fixas com pessoal e encargos sociais, enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal, constante do Artigo 20 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00;

IV - Despesas vinculadas a uma determinada fonte de recursos, cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso esteja sendo normalmente executado.

Artigo 34 - Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicado ao Município para as despesas com pessoal, serão aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações do § único, inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/2000.

Artigo 35 - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas, para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados na seguinte ordem:

I - Novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - Investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específicas, cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - Despesas de manutenção de atividades não essenciais, desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - Outras despesas, a critério do Executivo Municipal, até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Artigo 36 - Até o final dos meses de maio, setembro e janeiro, conforme datas a serem estabelecidas através de Decreto pelo Chefe do Poder Executivo, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Artigo 37 - No decorrer do exercício o Executivo Municipal fará publicar no mural da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Associações e Órgãos de Imprensa local ou de circulação regional e "*home page"*, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada Bimestre, o Relatório a que se refere o § 3º do Artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes do previsto no Artigo 52 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/2000, respeitando os padrões estabelecidos no § 4º do Artigo 55 da mesma Lei e da Instrução Normativa N.º 002/2000 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Artigo 38- O Relatório de Gestão Fiscal, obedecendo os preceitos do Artigo 54 e do Artigo 55 e da alínea b, inciso II do Artigo 63, todos da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/2000, serão divulgados até trinta dias após o encerramento do quadrimestre.

Artigo 39– O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2019, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso publico ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar 101/00 (LRF). (art.169, § 1º, II da Constituição Federal).

§ 1º - Fica o Executivo e o Legislativo Municipal, por ato próprio, autorizados a conceder o dissídio coletivo no exercício de 2019, sendo que o índice a ser utilizado como base será o INPC, acumulado dos últimos 12 (doze) meses, apurado na data da concessão.

§ 2º - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2019.

Artigo 40 - Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, passam a integrar a dívida consolidada do Município.

Artigo 41– O Município manterá o pagamento de horas extras aos servidores, de acordo com as normas especificadas do Estatuto do Servidor Público.

Parágrafo único - Na hipótese de ser atingindo o limite prudencial de que trata o Artigo 22 da Lei Complementar nº. 101, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergências de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do Chefe do Executivo.

Artigo 42 - As desapropriações de imóveis urbanos, somente poderão ser feitas com prévia e justa indenização em dinheiro ou prévio depósito judicial do valor da indenização, ou será considerado nulo de pleno direito.

Artigo 43 - Os instrumentos de Transparência da Gestão Fiscal são os seguintes: Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual, as Prestações de Contas com seus Pareceres Prévios, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.

Artigo 44 - A Transparência na Gestão Fiscal será assegurada também mediante incentivo à participação popular e à realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

Artigo 45 - As contas apresentadas pelo Prefeito ficarão disponíveis, durante todo o exercício, na Câmara de Vereadores e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Artigo 46 - Os instrumentos de Transparência na Gestão Fiscal deverão receber ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acessos públicos.

Artigo 47 - O Município fica autorizado a buscar, junto à União e ao Estado, assistência técnica e cooperação financeira para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

Artigo 48- A assistência técnica consistirá no treinamento e desenvolvimento de recursos humanos e na transferência de tecnologia, bem como no apoio à divulgação, em meio eletrônico de amplo acesso público, dos instrumentos de Transparência na Gestão Fiscal.

Artigo 49- A cooperação financeira compreenderá a doação de bens e valores, o financiamento por intermédio das Instituições Financeiras Federais e o repasse de recursos oriundos de operações externas.

Artigo 50 – Para fins do disposto da alínea "e", inciso I do Artigo 4º da Lei Complementar n.º 101, o Executivo efetuará o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento municipal.

§ 1º - O Executivo levantará os custos e avaliará os resultados valendo-se dos seguintes critérios:

I – O levantamento de custos será feito por consulta de preços praticados no mercado mesmo quando se referirem a execução de obras, serviços ou aquisições que excedam aos valores de dispensa de licitação conforme previsto no Artigo 43, IV da Lei Federal 8.666/93.

II – Quando os valores das obras, serviços ou aquisições ultrapassarem os valores de dispensa de licitação, estas se realizarão mediante formalização de processos licitatórios regidos pela Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

III – Os resultados serão avaliados levando-se em conta o cumprimento das metas pretendidas, da satisfação social e da comunidade beneficiada, a execução dentro do prazo previsto e a estrita observância dos princípios da economicidade, eficácia e transparência.

IV – Que a execução das obras, serviços ou aquisições venham atender solicitações comunitárias ou necessidades sociais.

§ 2º - O acompanhamento e controle que trata este Artigo serão efetivados através da Secretaria Municipal de Finanças, Administração e Planejamento.

§ 3º - Os relatórios e demonstrativos produzidos serão objetos de ampla divulgação, para conhecimento da população em geral e instituições organizadas da sociedade.

Art. 51 – A transferência de recursos para entidades públicas e organizações não governamentais será autorizada mediante cumprimento dos seguintes critérios, concomitantemente:

I – Às entidades públicas, ou ONG's de interesse público, que prestam atendimento direto a população de forma gratuita com atividades de natureza continuada nas áreas de Assistência Social, Saúde, Educação e / ou Cultura, Esportes e Lazer;

II - Apresentação de projeto informando: objetivo a ser alcançado, atividades previstas, público alvo, nº de beneficiários previstos, tempo de duração, forma de avaliação dos objetivos, que contemple objetivos e metas previstos no PPA, LDO e LOA municipal.

Art. 52 – A transferência de recursos a entidades públicas ou não governamentais de interesse público correrá a conta de subvenções sociais.

Parágrafo Único – As entidades beneficiadas submeter-se-ão à fiscalização do poder público com a finalidade de comprovar o cumprimento das metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com suspensão imediata de novos repasses e pena de devolução dos anteriores em caso de não atendimento dos termos do projeto aprovado.

Artigo 53 – Na realização de programa de competência do Município, adotar-se-á a estratégia de transferir recursos a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos desde que autorizado em Lei Municipal e sejam firmados convênios, ajustes e outros congêneres, pelos quais fiquem claramente definidos os deveres de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

§ 1º - No caso de transferência a pessoas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei especifica que tenha por finalidade a regulamentação de programa pelo qual essa transferência será efetuada, ainda que por meio de concessão de crédito.

§ 2º - A regra de que trata o *caput* deste Artigo aplica-se às transferências a instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou outro município.

§ 3º - As transferências intragovernamentais entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais, que compõe a lei orçamentária, ficam condicionados às normas constantes das respectivas leis instituidoras ou leis específicas.

Artigo 54- As despesas de publicidade da Administração Municipal deverão ser objeto de dotação orçamentária específica com denominação publicidade oficial, entendida como tal as ações relativas à divulgação dos trabalhos do Órgão.

§ 1º - As despesas referentes à publicação de Leis, Decretos, Portarias, Licitações, Contratos, Atos, Convênios, Prestações de Contas e Congêneres, classificar-se-ão na atividade de funcionamento normal da administração.

Art. 55 - As Metas e prioridades do Município, para o exercício de 2019, estão contemplados no anexo I, e os demais anexos estabelecidos pelo art. 4º da Lei Complementar 101, que integram a presente lei.

Artigo 56 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 02 de Outubro de 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 054/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 054/2016.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: Município de Santo Antônio do Leste-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro,

casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n.º 326.034. 369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT;

CONTRATADA: ANTONIA RODRIGUES DOS SANTOS – ME, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o Nº 01.288.557/0001-32, estabelecida à Av. Florianópolis, S/N, Centro – Santo Antonio do Leste – MT - CEP: 78.628-000.

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 054/2016 de 01 de julho de 2016 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de serviços a serem trabalhadas do Contrato original de nº 054/2016, à CLÁUSULA QUINTA, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA QUINTA – Do prazo – **fica prorrogado o prazo até 30 de agosto de 2019.**

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade dos serviços constantes no objeto e decorre de autorização do Exmo. Sr. Prefeito Municipal. Este aditivo encontra amparo legal no artigo 57, II da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e na cláusula quinta do contrato nº 054/2016 de 01/07/2016.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 23 de agosto de 2.018.

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PELO CONTRATADO:

ANTONIA RODRIGUES DOS SANTOS – ME

CONTRATADA

T E S T E M U N H A S

1ª _____ **2ª** _____

Nome: Nome:

R.G.: R.G.:

C.P.F. C.P.F.

ATA DE JULGAMENTO 02 - PREGAO PRESENCIAL 022/2018

ATA nº. 02 PREGÃO PRESENCIAL N° 022/2018.

Registro de Preços

Às 08:00 horas do dia 10 de setembro de 2018, estiveram reunidos na sede da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, O Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio respectivamente, Sr. Weverton Ancelmo Pereira de Sousa - Pregoeiro, Eriks Matos da Silva – equipe de apoio, nomeado pela Portaria n° 142/2018, de 05 de Fevereiro de 2018. Após decorrido o prazo estipulado a empresa: **ELIANE PEREIRA LEITE - ME– CNPJ: 23.104.257/0001-99, de cinco dias prorrogados por mais cinco dias de acordo com o item 4.1.1 do edital de pregão presencial nº. 022/2018, e a mesma não ter apresentado as certidões de débitos da Conjunta Federal e Estadual, regulares, esta comissão de licitação entendeu/decidiu pela inabilitação da empresa supracitada. Considerando que a empresa D B BRITES AUTO ELÉTRICA - ME– CNPJ: 22.856.474/0001-72, foi considerada habilitada conforme consta em ata de julgamento do pregão presencial nº. 022/2018 de 30 de agosto de 2018, devidamente assinada pelos membros da comissão de licitação e licitantes presentes, temos que esta empresa (D B BRITES AUTO ELÉTRICA - ME– CNPJ: 22.856.474/0001-72) é vencedora do certame e por conseguinte, antes do procedimento de adjudicação e homologação e demais atos formais/legais, deve ser formalizado para a empresa vencedora manifeste formalmente o interesse em fornecer os itens constantes do Edital de Licitação e ofertados a menor preço pela empresa ELIANE PEREIRA LEITE - ME– CNPJ: 23.104.257/0001-99, considerada inabilitada, no máximo pelo mesmo preço ofertado por esta e nas mesmas condições constantes do Edital, conforme segue relação anexo:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	V.MÉDIO	V.TOTAL
1	Prestação de serviço de parte elétrica em geral em veículos	SERV/ HORA	1860	R$ 143,47	R$ 266.854,20
2	Prestação de serviços de parte elétrica em geral em maquinários	SERV/ HORA	1100	R$ 125,05	R$ 137.555,00
				TOTAL	R$ 404.409,20

Nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro declarou encerrado os trabalhos, lavrando a presente ata, imprimindo a em duas vias de igual teor e forma, para que fosse assinada e posteriormente **após a formal manifestação da empresa habilitada, encaminha-se e proceda-se os demais atos formais e legais – adjudicação, homologação e demais atos.**

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

Pregoeiro Oficial

ERIKS MATOS DA SILVA

Membro da Equipe de Apoio

ATA Nº. 02 PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2018.

ATA nº. 02 PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2018.

Registro de Preços

Às 08:00 horas do dia 02 de outubro de 2018, estiveram reunidos na sede da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, O Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio respectivamente, Sr. Weverton Ancelmo Pereira de Sousa - Pregoeiro, Eriks Matos da Silva – equipe de apoio, nomeado pela Portaria n° 142/2018, de 05 de Fevereiro de 2018. Após decorrido o prazo estipulado a empresa: **NELSO FAVARETTO & CIA LTDA-ME– CNPJ: 17. 553.753/0001-27, de cinco dias prorrogados por mais cinco dias de acordo com o item 4.1.1 do edital de pregão presencial nº. 021/2018, e a mesma não ter apresentado as certidões de débitos Municipal e Estadual, regulares, esta comissão de licitação entendeu/decidiu pela inabilitação da empresa supracitada. Considerando que a empresa MOREIRA COM. DE PROD. ALIMENTICIOS EIRELI– CNPJ: 08.436.811/0001-41, foi considerada habilitada conforme consta em ata de julgamento do pregão presencial nº. 021/2018 de 10 de setembro de 2018, devidamente assinada pelos membros da comissão de licitação e licitantes presentes, temos que esta empresa (MOREIRA COM. DE PROD. ALIMENTICIOS EIRELI– CNPJ: 08.436.811/0001-41) é vencedora do certame e por conseguinte, antes do procedimento de adjudicação e homologação e demais atos formais/legais, deve ser formalizado para a empresa vencedora manifeste formalmente o interesse em fornecer os itens constantes do Edital de Licitação e ofertados a menor preço pela empresa NELSO FAVARETTO & CIA LTDA-ME– CNPJ: 17.553.753/0001-27, considerada inabilitada, no máximo pelo mesmo preço ofertado por esta e nas mesmas condições constantes do Edital, conforme segue relação anexo:**

NELSO FAVARETTO E CIA LTDA					
Item	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	REFRIGERANTE BEBIBA GASEIFICADA, SABOR LARANJA, EMBALAGEM PET DE 2 LITROS	UNID	500	R$ 4,75	R$ 2. 375,00
2	REFRIGERANTE BEBIBA GASEIFICADA, SABOR LIMÃO, EMBALAGEM PET DE 2 LITROS	UNID	500	R$ 4,75	R$ 2. 375,00
3	REFRIGERANTE BEBIBA GASEIFICADA, SABOR COLA, EMBALAGEM PET DE 2 LITROS	UNID	1500	R$ 4,75	R$ 7. 125,00
4	REFRIGERANTE BEBIBA GASEIFICADA, SABOR GUARANÁ, EMBALAGEM PET DE 2 LITROS	UNID	1000	R$ 4,42	R$ 4. 420,00
6	SARDINHA LATA 250 GR, (SEM PELE E SEM ESPINHA DORSAL) E MOLHO DE TOMATE TEMPERADO (POLPA DE TOMATE TEMPERADO) O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA OU MINISTERIO DA SAUDE.	UNID	300	R$ 7,65	R$ 2. 295,00
7	SAL IODADO 1KG 1º LINHA, PRODUTO REFINADO, IODADO, COM GRANULAÇÃO UNIFORME, COM NO MÍNIMO DE 98% DE CLORETO DE SÓDIO E COM DOSAGEM DE SAIS DE IODO DE NO MÍNIMO 10 MG E MÁXIMO 15MG DE IODO POR QUILO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL. EMBALAGEM EM POLIETILENO DE 1KG.	UNID	620	R$ 1,45	R$ 899,00
11	TRIGO PARA KIBE O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E MINISTERIO DA SAUDE, EMBALAGEM DE 500 GR.	UNID	200	R$ 4,37	R$ 874,00
12	VINAGRE BRANCO, 1º LINHA, PRODUTO NATURAL FERMENTADO ACÉTICO SIMPLES, ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS, ÁCIDOS ORGÂNICOS E MINERAIS ESTRANHOS, LIVRE DE SUJIDADES, MATERIAL TERROSO E DETRITOS DE ANIMAIS E VEGETAIS. EMBALAGEM EM PVC (POLICLORETO DE VINILA) DE 750 ML.	UNID	440	R$ 2,80	R$ 1. 232,00
14	CARNE BOVINA DE 1º SEM OSSO, SEM CARTILAGEM, NERVOS, TENDÕES E APONEVROSES, DE COR VERMELHO-CEREJA, ELÁSTICA, FIRME E COM ODOR CARACTERÍSTICO. DEVE TER CERTIFICADO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL. PACOTES DE 1,0KG, DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM RÓTULOS IMPRESSOS OU ETIQUETAS ADESIVAS, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. A MESMA DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME SOLICITAÇÕES EM CUBOS	KG	1385	R$ 19,90	R$ 27. 561,50
15	CARNE DE PRIMEIRA PARA BIFE	KG	400	R$ 19,90	R$ 7. 960,00
16	CARNE DE PRIMEIRA MOIDA	KG	1940	R$ 17,78	R$ 34. 493,20
17	CARNE DE 2º EM PEDAÇOS, ACÉM, PALETA GROSSA E FINA, MÚSCULO. CARNE BOVINA SEM OSSO, SEM CARTILAGEM, NERVOS, TENDÕES E APONEVROSES, DE COR VERMELHO-CEREJA, ELÁSTICA, FIRME E COM ODOR CARACTERÍSTICO. DEVE TER CERTIFICADO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL. PACOTES DE 1,0KG, DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM RÓTULOS IMPRESSOS OU ETIQUETAS ADESIVAS, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. A MESMA DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME SOLICITAÇÕES EM CUBOS	KG	1940	R$ 15,90	R$ 30. 846,00
18	CARNE BOVINA DE 2º MOIDA, ACÉM, PALETA GROSSA E FINA, MÚSCULO. CARNE BOVINA SEM OSSO, SEM CARTILAGEM, NERVOS, TENDÕES E APONEVROSES, DE COR VERMELHO-CEREJA, ELÁSTICA, FIRME E COM ODOR CARACTERÍSTICO. DEVE TER CERTIFICADO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL. PACOTES DE 1,0KG, DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM RÓTULOS IMPRESSOS OU ETIQUETAS ADESIVAS, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. A MESMA DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME SOLICITAÇÕES MOÍDA	KG	3380	R$ 12,79	R$ 43. 230,20
19	FRANGO INTEIRO, RESFRIADO, SEM TEMPERO, EM EMBALAGENS PLÁSTICAS LACRADAS CONTENDO 1KG CADA	KG	9000	R$ 4,65	R$ 41. 850,00
20	LINGUIÇA TIPO TOSCANA INDUSTRIALIZADA, CONGELADA E EMBALADA.	KG	900	R$ 9,90	R$ 8. 910,00
21	LINGUIÇA TIPO CALABRESA, DEFUMADA, RESFRIADA	KG	600	R$ 12,75	R$ 7. 650,00
22	AÇAFRÃO 1X90G CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO INDUSTRIAL, MATÉRIA-PRIMA AÇAFRÃO, ASPECTO FÍSICO PÓ, TIPO INDUSTRIAL, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL.	UNID	150	R$ 3,67	R$ 550,50
24	AÇUCAR 2KG 1º LINHA SACAROSE OBTIDA A PARTIR DO CALDO DE CANA-DE-AÇÚCAR. CRISTAL, BRANCO, GRANULOSO FINO A MÉDIO, ISENTA DE MATÉRIA TERROSA, LIVRE DE UMIDADES E FRAGMENTOS ESTRANHOS. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 2KG ORIGINAL DO FABRICANTE, MATERIAL	UNID	5140	R$ 4,05	R$ 20. 817,00
25	AMIDO DE MILHO 1KG AMIDO, MATERIAL MILHO, APLICAÇÃO EXCIPIENTE DE MEDICAMENTOS, TIPO TRADICIONAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PÓ BRANCO, FINO, INODORO, INSÍPIDO.	UNID	200	R$ 6,75	R$ 1. 350,00
26	ARROZ 5KG SUBGRUPO POLIDO, CLASSE LONGO FINO, AGULHA, TIPO 1, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS, FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE, COM GRÃOS INTEIROS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO, TRANSPARENTE, ORIGINAL DE FÁBRICA. DE 5 KG.	UNID	1180	R$ 11,25	R$ 13. 275,00
27	AZEITONA 500 GR AZEITONA, TIPO VERDE, TAMANHO GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CAROÇO E COM TEMPERO, EMBALAGEM 500G	UNID	50	R$ 8,99	R$ 449,50
33	CAFÉ EM PÓ PARA CAFÉ TORRADO E TRITURADO, EM EMBALAGEM ALUMINIZADA. 250G	UNID	300	R$ 3,95	R$ 1. 185,00
36	CANELA EM PÓ EMBALAGEM DE 10 GR, EMBALAGEM ORIGINAL BEM FECHADAE INTACTA COM TODAS INFORMAÇOES DE EMPACOTAMENTO E VALIDADE	UNID	150	R$ 1,95	R$ 292,50
38	COCO RALADO 100G PRODUTO OBTIDO DO FRUTO DO COQUEIRO (COCOS NUCIFERA), POR PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO E SEPARADO PARCIALMENTE DA EMULSÃO ÓLEO/ÁGUA (LEITE DE COCO) POR PROCESSOS MECÂNICOS.	PC	400	R$ 2,50	R$ 1. 000,00

39	CORANTE PARA FINS ALIMENTICIOS EM PÓ, VERMELHO MORANGO	UNID	810	R$ 3,43	R$ 2. 778,30
40	COLORAU 40G, CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO INDUSTRIAL, MATÉRIA-PRIMA COLORAU, ASPECTO FÍSICO PÓ, TIPO INDUSTRIAL, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL.	UNID	150	R$ 2,30	R$ 345,00
41	CRAVO DA ÍNDIA O ODOR, A COLORAÇÃO, O FORMATO E O SABOR DEVERÃO SER PRÓPRIOS DO PRODUTO. O PRODUTO NÃO DEVERÁ APRESENTAR IMPUREZAS DE QUALQUER TIPO. O RÓTULO DEVERÁ SEGUIR A LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGENS DE 8G.	UNID	50	R$ 2,45	R$ 122,50
42	CREME DE LEITE, EMBALAGEM TETRAPARK 200G	UNID	300	R$ 2,15	R$ 645,00
44	DOCE DE LEITE 500G	UNID	100	R$ 6,45	R$ 645,00
46	EXTRATO DE TOMATE 850 G 1º LINHA PRODUTO RESULTANTE DA CONCENTRAÇÃO DA POLPA DE TOMATE POR PROCESSO TECNOLÓGICO, PREPARADO COM FRUTOS MADUROS SELECIONADOS, SEM PELE, SEM SEMENTES E CORANTES ARTIFICIAIS, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, FUNGOS OU PARASITAS E LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS ESTRANHOS. EMBALAGEM EM LATA RECRAVADA E ESTERILIZADA.	UNID	1510	R$ 5,50	R$ 8. 305,00
48	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL 1KG, APRESENTAÇÃO PÓ, PRAZO VALIDADE MÍNIMO DE 150, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FERRO E ÁCIDO FÓLICO TIPO.	UNID	1770	R$ 2,95	R$ 5. 221,50
49	FEIJÃO 1KG TIPO 1, CARIOQUINHA, NOVO, GRÃOS INTEIROS, ASPECTO BRILHOSO, LISO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS OU CORPOS ESTRANHOS, FUNGOS OU PARASITAS E LIVRE DE UMIDADE. EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM 1KG.	UNID	1360	R$ 2,95	R$ 4. 012,00
50	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ 100G, VARIEDADES REGULAR, APLICAÇÃO ELABORAÇÃO PRODUTOS PANIFICAÇÃO/MASSAS, APRESENTAÇÃO PÓ.	UNID	500	R$ 2,45	R$ 1. 225,00
53	LEITE INTEGRAL DE VACA E APTO PARA A ALIMENTAÇÃO HUMANA, MEDIANTE PROCESSOS TECNOLÓGICOS ADEQUADOS. DEVE TER BOA SOLUBILIDADE. EMBALAGEM EM LATA HERMETICAMENTE FECHADA OU EM POLIETILENO ATÓXICO OU EMBALAGEM ALUMINIZADA DE 1LITRO.	UNID	910	R$ 3,30	R$ 3. 003,00
55	LEITE CONDENSADO, INGREDIENTES LEITE INTEGRAL/AÇÚCAR/LEITE EM PÓ INTEGRAL E LACTOSE. PRAZO DE VALIDADE1 ANO. EMBALAGEM TETRAPARK.	UNID	600	R$ 3,05	R$ 1. 830,00
57	LIGA NEUTRA	UNID	100	R$ 4,25	R$ 425,00
58	MACARRÃO PARAFUSO 500G PRODUTO NÃO FERMENTADO OBTIDO PELO AMASSAMENTO MECÂNICO DE FARINHA DE TRIGO COMUM E/OU SÊMOLA/SEMOLINA. FABRICADOS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS E ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E LARVAS. AS MASSAS AO SEREM POSTAS NA ÁGUA NÃO DEVERÃO TURVÁ-LAS ANTES DA COCÇÃO, NÃO PODENDO ESTAR FERMENTADAS OU RANÇOSAS (1ª LINHA). COM RENDIMENTO MÍNIMO APÓS O COZIMENTO DE 2 VEZES A MAIS DO PESO ANTES DA COCÇÃO. EMBALAGEM DE POLIETILENO DE 500G	UNID	3355	R$ 2,35	R$ 7. 884,25
59	MAIONESE TRADICIONAL, EMBALAGEM DE 500G	UNID	100	R$ 4,97	R$ 497,00
61	MARGARINA 500G PRODUTO INDUSTRIALIZADO PREPARADO PELA HIDRATAÇÃO DE ÓLEOS VEGETAIS, LEITE PASTEURIZADO E OUTROS PRODUTOS, BATIDA ATÉ FICAR HOMOGÊNEA. ENRIQUECIDOS DE VITAMINAS, ADICIONADA DE SAL. APRESENTAÇÃO: ASPECTO, CHEIRO, SABOR E COR PECULIARES, DEVENDO ESTAR ISENTOS DE RANÇOS E BOLORES. EMBALAGEM PRIMÁRIA COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, MARCA DO FABRICANTE E INFORMAÇÕES DO MESMO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO. CONTENDO NO MÍNINO 65 A 80% DE LIPÍDEOS.	UNID	980	R$ 4,95	R$ 4. 851,00
62	PEITO DE FRANGO SEM TEMPERO, CONGELADO 1º QUALIDADE	KG	600	R$ 8,50	R$ 5. 100,00
63	SALSICHA TIPO HOT DOG, RESFRIGERADA, DEVIDAMENTE EMBALADA. APRESENTANDO-SE ÍNTEGRA.	KG	1850	R$ 7,85	R$ 14. 522,50
64	ABACAXI MADURO, PÉROLA, COR AMARELO OURO, CONSISTÊNCIA FIRME E ÍNTEGRA.	UNID	100	R$ 5,99	R$ 599,00
65	ABÓBORA TIPO CABOTIÃ, PAULISTA.	KG	830	R$ 2,90	R$ 2. 407,00
66	ALHO BRANCO OU ROXO, SEM RÉSTIA, BULBO INTEIRIÇO, DE 1 QUALIDADE	KG	580	R$ 19,90	R$ 11. 542,00
67	ALFACE FRESCA TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME, INTACTA	KG	850	R$ 3,13	R$ 2. 660,50
68	BANANA NANICA	KG	5486	R$ 4,29	R$ 23. 534,94
69	BANANA DA TERRA	KG	1800	R$ 5,50	R$ 9. 900,00
70	BATATA INGLESA	KG	2700	R$ 2,90	R$ 7. 830,00
71	BETERRABA MADURA, COR VINHO INTENSO, CONSISTÊNCIA FIRME E ÍNTEGRA	KG	1750	R$ 3,79	R$ 6. 632,50
72	CEBOLA BRANCA OU ROXA DE 1 QUALIDADE	KG	2350	R$ 3,75	R$ 8. 812,50
73	CENOURA COR LARANJADA INTENSA, CONSISTÊNCIA FIRME E ÍNTEGRA	KG	2340	R$ 3,79	R$ 8. 868,60
74	CHUCHU DE COR VERDE INTENSA, CONSISTÊNCIA FIRME E ÍNTEGRA	KG	100	R$ 4,54	R$ 454,00
75	LARANJA PERA, DE COR LARANJADA INTENSA, CONSISTÊNCIA FIRME E ÍNTEGRA	KG	2673	R$ 2,74	R$ 7. 324,02
76	LIMÃO TIPO TAITI	KG	30	R$ 5,85	R$ 175,50
77	MAÇA NACIONAL MADURA, VERMELHO INTENSO, CONSISTÊNCIA FIRME E ÍNTEGRA	KG	4250	R$ 5,95	R$ 25. 287,50
78	MANDIOCA IN NATURA, LIMPA E SEM CASCA DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	2695	R$ 3,81	R$ 10. 267,95
79	MAMÃO FORMOSA OU PAPAYA	KG	300	R$ 5,25	R$ 1. 575,00
80	MELANCIA IN NATURA, MADURA, COR INTENSA, CONSISTÊNCIA FIRME E ÍNTEGRA	KG	3000	R$ 2,49	R$ 7. 470,00
81	PIMENTÃO VERDE CONSISTÊNCIA FIRME E INTEGRA, AUSÊNCIA DE PARTES AMOLECIDAS,	KG	300	R$ 7,16	R$ 2. 148,00
82	REPOLHO VERDE, TAMANHO MÉDIO, PRIMEIRA QUALIDADE, CABEÇAS FECHADAS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, TENROS, SEM MANCHAS E COM COLORAÇÃO UNIFORME. LIVRES DE TERRA NAS FOLHAS EXTERNAS, APRESENTANDO GRAU QUE PERMITE SUPORTAR MANIPULAÇÃO, O	KG	2181	R$ 3,29	R$ 7. 175,49

	TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.				
83	TOMATE PARA SALADA EXTRA A, OU CAQUÍ, COR VERMELHO INTENSO, CONSISTÊNCIA FIRME E ÍNTEGRA	KG	4915	R$ 5,35	R$ 26.295,25
85	OVO DE GRANJA CARTELA OVOS VERMELHOS DE GALINHA, TAMANHO GRANDE DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCOS, ISENTO DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) INSPECIONADAS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, ACOMODADOS EM CARTELAS DE 12 OVOS	UNID	480	R$ 6,63	R$ 3.182,40
86	MILHO VERDE 2KG EMBALAGEM INTACTA, NÃO DEVENDO APRESENTAR AMASSADOS OU QUAISQUER ALTERAÇÕES NA EMBALAGEM.	UNID	660	R$ 12,90	R$ 8.514,00
87	MILHO VERDE 220G EMBALAGEM INTACTA, NÃO DEVENDO APRESENTAR AMASSADOS OU QUAISQUER ALTERAÇÕES NA EMBALAGEM.	UNID	820	R$ 1,30	R$ 1.066,00
89	MILHO PARA PIPOCA TIPO 1, GRÃO DURO, CLASSE AMARELA	PC	650	R$ 2,10	R$ 1.365,00
92	ÓLEO DE SOJA 900ML PRODUTO OBTIDO DO GRÃO DE SOJA QUE SOFREU PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO COMO DEGOMAGEM, NEUTRALIZAÇÃO, CLARIFICAÇÃO, FRIGORIFICAÇÃO OU NÃO DE DESODORIZAÇÃO. LÍQUIDO VISCOSO REFINADO, FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS SÃS E LIMPAS. EMBALAGEM EM POLIETILENO TEREFTALATO (PET) OU EM LATA DE 900ML	UNID	3270	R$ 2,98	R$ 9.744,60
93	ORÉGANO 10G CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO INDUSTRIAL, MATÉRIA-PRIMA COLORAU, ASPECTO FÍSICO PÓ, TIPO INDUSTRIAL, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL.	UNID	600	R$ 1,55	R$ 930,00
94	OVO DE GRANJA CARTELA OVOS VERMELHOS DE GALINHA, TAMANHO GRANDE DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCOS, ISENTO DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) INSPECIONADAS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, ACOMODADOS EM CARTELAS.	UNID	480	R$ 6,63	R$ 3.182,40
96	PÓ PARA GELATINA SABOR ABACAXI CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, DEXTROSE, GLICOSE E SACAROSE	UNID	100	R$ 0,90	R$ 90,00
97	PÓ PARA GELATINA SABOR LIMÃO 85G CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, DEXTROSE, GLICOSE E SACAROSE	UNID	100	R$ 0,90	R$ 90,00
98	PÓ PARA GELATINA SABOR PESSEGO 85G CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, DEXTROSE, GLICOSE E SACAROSE	UNID	100	R$ 1,38	R$ 138,00
99	PÓ PARA GELATINA SABOR CEREJA 85G CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, DEXTROSE, GLICOSE E SACAROSE	UNID	100	R$ 0,90	R$ 90,00
100	PÓ PARA GELATINA SABOR UVA 85G CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, DEXTROSE, GLICOSE E SACAROSE	UNID	100	R$ 0,90	R$ 90,00
103	PRESSUNTO 1KG, MASSA SEMI-COZIDA TRADICIONAL EM EMBALAGEM A VÁCUO	KG	600	R$ 16,50	R$ 9.900,00
104	QUEIJO TIPO MUSSARELA 1KG, MASSA SEMI-COZIDA TRADICIONAL EM EMBALAGEM A VÁCUO	KG	300	R$ 26,90	R$ 8.070,00
105	REQUEIJÃO TIPO CREMOSO 250G	UNID	150	R$ 7,32	R$ 1.098,00
106	BATATA DOCE	KG	300	R$ 3,99	R$ 1.197,00
107	INHAME CONSISTÊNCIA FIRME E ÍNTEGRA	KG	200	R$ 4,90	R$ 980,00
108	VAGEM VERDE CONSISTENCIA FIRME E INTEGRA	KG	90	R$ 9,95	R$ 895,50
110	EXTRATO DE TOMATE 850G, 1º LINHA, PRODUTO RESULTANTE DA CONCENTRAÇÃO DA POLPA DE TOMATE POR PROCESSO TECNOLÓGICO, PREPARADO COM FRUTOS MADUROS SELECIONADOS, SEM PELE, SEM SEMENTES E CORANTES ARTIFICIAIS, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, FUNGOS OU PARASITAS E LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS ESTRANHOS. EMBALAGEM EM LATA RECRAVADA E ESTERILIZADA	UNID	864	R$ 5,50	R$ 4.752,00
112	FEIJÃO 1X1KG, TIPO 1, CARIOQUINHA, NOVO, GRÃOS INTEIROS, ASPECTO BRILHOSO, LISO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS OU CORPOS ESTRANHOS, FUNGOS OU PARASITAS E LIVRE DE UMIDADE. EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM 1KG.	UNID	830	R$ 2,95	R$ 2.448,50
113	LEITE INTEGRAL 1º LINHA DE 1 LITRO, LEITE INTEGRAL DE VACA E APTO PARA A ALIMENTAÇÃO HUMANA, MEDIANTE PROCESSOS TECNOLÓGICOS ADEQUADOS. DEVE TER BOA SOLUBILIDADE. EMBALAGEM EM LATA HERMETICAMENTE FECHADA OU EM POLIETILENO ATÓXICO OU EMBALAGEM ALUMINIZADA DE 1LITRO.	UNID	4900	R$ 2,95	R$ 14.455,00
114	MILHO VERDE 2000KG, EMBALAGEM INTACTA, NÃO DEVENDO APRESENTAR AMASSADOS OU QUAISQUER ALTERAÇÕES NA EMBALAGEM.	UNID	335	R$ 12,90	R$ 4.321,50
115	PÓ PARA GELATINA SABOR PESSEGO 85 GR, GELATINA ALIMENTÍCIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, DEXTROSE, GLICOSE E SACAROSE, EMBALAGEM, SABOR PESSEGO	UNID	100	R$ 1,35	R$ 135,00
116	SARDINHA LATA 250GR, SARDINHA LATA 250 GR, (SEM PELE E SEM ESPINHA DORSAL) E MOLHO DE TOMATE TEMPERADO (POLPA DE TOMATE TEMPERADO) O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA OU MINISTÉRIO DA SAUDE.	UNID	100	R$ 7,60	R$ 760,00
117	VINAGRE 750ML - 1º LINHA, BRANCO, PRODUTO NATURAL FERMENTADO ACÉTICO SIMPLES, ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS, ÁCIDOS ORGÂNICOS E MINERAIS ESTRANHOS, LIVRE DE SUJIDADES, MATERIAL TERROSO E DETRITOS DE ANIMAIS E VEGETAIS. EMBALAGEM EM PVC (POLICLORETO DE VINILA) DE 750 ML.	UNID	220	R$ 2,80	R$ 616,00
118	CARNE BOVINA DE 2ª DE PEDAÇO, ACÉM, PALETA GROSSA E FINA, MÚSCULO. CARNE BOVINA SEM OSSO, SEM CARTILAGEM, NERVOS, TENDÕES E APONEVROSES, DE COR VERMELHO-CEREJA, ELÁSTICA, FIRME E COM ODOR CARACTERÍSTICO. DEVE TER CERTIFICADO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL. PACOTES DE 1,0KG, DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM RÓTULOS IMPRESSOS OU ETIQUETAS ADESIVAS, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. A MESMA DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME SOLICITAÇÕES EM CUBOS	KG	1670	R$ 16,49	R$ 27.538,30
119	CARNE BOVINA DE 2ª MOIDA, ACÉM, PALETA GROSSA E FINA, MÚSCULO. CARNE BOVINA SEM OSSO, SEM CARTILAGEM, NERVOS, TENDÕES E APONEVROSES, DE COR VERMELHO-CEREJA, ELÁSTICA, FIRME E COM ODOR CARACTERÍSTICO. DEVE TER CERTIFICADO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL. PACOTES DE 1,0KG, DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM RÓTULOS IMPRESSOS OU ETIQUETAS ADESIVAS, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. A MESMA DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME SOLICITAÇÕES MOÍDA	KG	1680	R$ 13,16	R$ 22.108,80
120	ABACAXI MADURO, PEROLA, COR AMARELO OURO, CONSISTENCIA FIRME E INTEGRA.	UNID	160	R$ 5,99	R$ 958,40
121	ABOBORA CABOTIÃ, PAULISTA.	KG	506	R$ 2,90	R$ 1.467,40
122	ABOBORA VERDE, VERDE DE CONSISTENCIA FIRME	KG	400	R$ 2,90	R$ 1.160,00

123	ALHO BRANCO OU ROXO, SEM RÉSTIA, BULBO INTEIRIÇO, DE 1 QUALIDADE	KG	400	R$ 19,90	R$ 7. 960,00
					R$ 634. 691,00

Nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro declarou encerrado os trabalhos, lavrando a presente ata, imprimindo a em duas vias de igual teor e forma, para que fosse assinada e posteriormente **após a formal manifestação da empresa habilitada, encaminha-se e proceda-se os demais atos formais e legais – adjudicação, homologação e demais atos.**

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

Pregoeiro Oficial

ERIKS MATOS DA SILVA

Membro da Equipe de Apoio

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 472 /2018. DE: 03 DE OUTUBRO DE 2018.

EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO ANTONINO COSTA DE CASTRO**, DO CARGO DE COORDENADOR DE PRATICAS DESPORTIVAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal em Exercício, de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - EXONERAR, do Cargo de COORDENADOR DE PRATICAS DESPORTIVAS, desta Prefeitura Municipal, o servidor público ANTONINO COSTA DE CASTRO.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 03 DE OUTUBRO DE 2018.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 473 /2018. DE: 03 DE OUTUBRO DE 2018.

EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO ALEX RESPLANDE DE OLIVEIRA**, DO CARGO DE COORDENADOR DE DESPORTO E LAZER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal em Exercício, de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - EXONERAR, do Cargo de COORDENADOR DE DESPORTO E LAZER, desta Prefeitura Municipal, o servidor público ALEX RESPLANDE DE OLIVEIRA.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 03 DE OUTUBRO DE 2018.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 474/2018. DE: 03 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal em Exercicio, de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art.1º - CONCEDER Licença sem vencimentos, a pedido, do servidor público efetivo **MARCELO PEREIRA DE OLIVEIRA**, em 03/10/2018, por um período de 03 (três) anos do Cargo de PROFESSOR CLASSE C, conforme Lei Municipal nº 380/2011.

Art.2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 03 DE OUTUBRO DE 2018.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO CONVITE Nº 001/2018
PROCESSO Nº 066/2018

AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO

Convite Nº 001/2018 Processo nº 066/2018

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT torna público aos interessados o resultado da Licitação realizada na modalidade de Convite n° 001/2018, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECONSTRUÇÃO E REFORMA DE 04 PONTES DE MADEIRA, NO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitários e Minuta de Contrato em anexo, Aberto em 01 de outubro de 2018, às 09h00min, tendo como vencedor a Empresa: **CONSTRUTORA M.R.D. LTDA – Me, inscrita no CNPJ sob o** 24.383.848/0001-05. com o valor Global dos 04 Itens: totalizando R$ 314.674,33 (trezentos e quatroze mil e seiscentos e setenta e quatro reais e trinta e três centavos);

São Félix do Araguaia - MT, 01 de outubro de 2018.

Eslaine Rodrigues Aguiar

Presidente da CPL

PORTARIA Nº 061/2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº 084/2018

OBJETO: Contrato nº 084/2018 para. CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECONSTRUÇÃO E REFORMA DE 04 PONTES DE MADEIRA, NO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, **conforme** Projeto Básico, Memorial Descritivo, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitários.

FAVORECIDA: **CONSTRUTORA M.R.D.LTDA – Me, inscrita no CNPJ sob o** 24.383.848/0001-05 com o valor Global dos 04 Itens: totalizando R$ **314.674,33** (trezentos e quatroze mil e seiscentos e setenta e quatro reais e trinta e três centavos);

FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 8.666/1993

São Félix do Araguaia - MT, 04 de outubro de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 38/2018.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Informa a V. Sª. Que o processo licitatório em epigrafe foi **PRORROGADO**, pelo(s) motivo(s) abaixo **ESPECIFICADO(S).**

MOTIVO: **FALTA DE PARTICIPANTE**

MODALIDADE: **PREGÃO N.º 38/2018**

NOVA DATA DE ABERTURA

Data da abertura dos envelopes: 17/10/2018 Horário: **13h30min HS**

Data limite entrega dos envelopes: 17/10/2018 Horário: **13h30min HS**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (MÃO DE OBRA) EM LAVAGEM DE VEICULOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DO MUNICIPIO PRETECENTE AS SECRETARIA DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO POVO-MT, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I. DESTE EDITAL.**

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 03 de Outubro de 2018.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO

MARIA IRANDI DUARTE

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA SECAD Nº 68/2018, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 060/2018.

ERCÍLIA TEREZINHA TIMM SOCOLOSKI, Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores LUCIANE DE OLIVEIRA SANTOS e ROSILENE BATISTA MEIRE SANTOS, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução do **Contrato nº 060/2018**, que tem como objeto o FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Coordenaçao Geral, São José do Rio Claro/MT, 3 de setembro de 2018.

Ercília Terezinha Timm Socoloski

Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA SECAD Nº 67/2018, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 059/2018.

ERCÍLIA TEREZINHA TIMM SOCOLOSKI, Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores GILBERTO MARCOS ZIELINSKI e ALBERTINO APARECIEDO DA SILVA, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução do **Contrato nº 059/2018**, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÕES DE VEÍCULO COM GARANTIA LOTADO NA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Coordenaçao Geral, São José do Rio Claro/MT, 31 de agosto de 2018.

Ercília Terezinha Timm Socoloski

Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA SECAD Nº 69/2018, DE 4 DE SETEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 061/2018.

ERCÍLIA TEREZINHA TIMM SOCOLOSKI, Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores ALBERTINO APARECIEDO DA SILVA e EDER FÁBIO MAGRI, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução do **Contrato nº 061/2018**, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PODAS DE ÁRVORES E LIMPEZA DO LOCAL.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Coordenaçao Geral, São José do Rio Claro/MT, 4 de setembro de 2018.

Ercília Terezinha Timm Socoloski

Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA SECAD Nº 70/2018, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 062/2018.

ERCÍLIA TEREZINHA TIMM SOCOLOSKI, Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores RICARDO FERNANDO DE SOUZA e GILBERTO MARCOS ZIELINSKI, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução do **Contrato nº 062/2018**, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE PÓ DE PEDRA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Coordenaçao Geral, São José do Rio Claro/MT, 21 de setembro de 2018.

Ercília Terezinha Timm Socoloski

Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral

PREVIMUNI
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2018

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de São Jose do Rio Claro-PREVIMUNI, através da Diretora Executiva Sra. Cleide de Lima Silva, torna público que em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada no processo de contratação para funcionamento da Sede do PREVIMUNI, localizada na Avenida Argentina, nº 785, Centro, São José do Rio Claro-MT, proprietária Sra. Eulidinalva Machado Alcântara sob o CPF nº 888.418.471-15, com valor de R$ 1.000,00 mensal no período de 6 (seis) meses, conforme disposições em contrato (a ser celebrado), onde formulou-se expediente de dispensa de licitação preceituada no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 e Lei Municipal nº 1.116/2017, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal.

São José do Rio Claro-MT, 28 de setembro de 2018.

Cleide de Lima Silva

Diretora Executiva

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CMAS -
RESOLUÇÃO N° 05/CMAS/2018

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTENCIA SOCIAL ANO 2018 E OUTRAS PROVIDENCIAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, em Reunião extraordinária realizada no dia 30 de agosto de 2018, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação vigente; e

Considerando a Reunião extraordinária realizada no dia 30 de agosto de 2018, conforme Ata 011/2018/CMAS,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Projeto de autodepilação “Pele de Seda” para as beneficiárias do Programa Bolsa Familia”.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua emissão.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São José do Rio Claro-MT, 30 de agosto de 2018.

IRENE SOUZA POLIDORO

Presidente CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CMAS -
RESOLUÇÃO N° 06/CMAS/2018

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS DESPESAS PARA REALIZAÇÃO DA FESTA DO DIA DAS CRIANÇAS DO CRAS E OUTRAS PROVIDENCIAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, em Reunião extraordinária realizada no dia 25 de setembro de 2018, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação vigente; e

Considerando a Reunião extraordinária realizada no dia 25 de setembro de 2018, conforme Ata 013/2018/CMAS,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar as despesas no valor de R$ 2.367,00 (dois mil, trezentos e sessenta e sete reais) evento do “Grupo Teatral VH Heróis da animação”,para a realização da Festa do Dia das Crianças das Oficinas do CRAS, no dia 11 de outubro de 2018, as 16 horas no espaço do Projeto Conviver.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua emissão.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São José do Rio Claro-MT, 25 de setembro de 2018.

IRENE SOUZA POLIDORO

Presidente CMAS

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 024/2018 RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O **Município de São José do Rio Claro – MT**, através do Prefeito Municipal Sr. **Valdomiro Lachovicz**, torna público que, em virtude de haver concordado com o processo de dispensa de licitação apresentada pelas Secretarias Municipais de Saúde e Saneamento e Educação e Cultura, para Contratação da empresa **MARCELINO MEOTTI-ME,** inscrita no CNPJ: 05.939.663/0001-90, **para Prestação de Serviço de Dedetização nas Secretarias Municipais do Município de São José do Rio Claro-MT**, estima-se para essa contratação o valor de **R$ 10.600,00 (Dez mil e seiscentos reais)** pagos com recurso próprio do Município, após a verifica-

ção e autorização da Secretaria Municipal de Saúde e Educação, conforme disposições em contrato próprio (a ser celebrado), onde formulou-se expediente de Dispensa de licitação, fulcrada no *caput* do art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 e Lei Municipal 1.116/2017 , **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal.São Jose do Rio Claro – MT, 03 de Outubro de 2018. **VALDOMIRO LACHOVICZ** - Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA - LOA / 2019

O Município de São José do Rio Claro – MT, por seu Prefeito Municipal, **VALDOMIRO LACHOVICZ,** no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao artigo 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, CONVIDA a população à participar da realização da Audiência Pública de Elaboração da "Lei Orçamentária Anual – LOA" para o Exercício Financeiro de 2019.

A audiência será realizada no dia 11/10/2018, a partir das 15h30m, na sede do Plenário da Câmara Municipal, sito a Avenida Mato Grosso, nº. 38, Centro, São José do Rio Claro – MT.

São José do Rio Claro - MT, 03 de outubro de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 025/2018 RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O **Município de São Jose do Rio Claro – MT**, através do Prefeito Municipal Sr. **VALDOMIRO LACHOVICZ**, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no processo para Contratação da empresa da **NOBERTO MANUTENÇÃO DE APARELHO ELETROTERAPEUTICO LTDA ME**, inscrita no CNPJ: 12.358.287/0001-05, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos do Município de São José do Rio Claro – MT., estima-se para a contratação o valor de **R$ 10.890,00 – (Dez mil e oitocentos e noventa reais),** pagos conforme apresenta da Nota fiscal atestada pela Secretaria responsável, as despesas referente a está contratação será paga com recurso próprio do Município, após a verificação e autorização da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, conforme disposições em contrato próprio (a ser celebrado), onde formulou-se expediente de Dispensa de licitação, fulcrada no caput do art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 e lei Municipal 1.116/2017, **RATIFICA** as justificativas apresentadas e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal. São Jose do Rio Claro – MT, 03 de outubro de 2018. **VALDOMIRO LACHOVICZ -** Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo do Contrato **Nº 107/2017**; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa **ADEVANIR GRACIANO MARTINS EPP; Objeto:** Serviços de Publicidade e Propaganda; **Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 31/07/2019.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 4º Termo Aditivo do Contrato **Nº 109/2017**; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa **V. L. MORETTO & CIA LTDA; Objeto:** Pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais; **Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 03/10/2019.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo do Contrato **Nº 106/2017**; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa **CALDAS INDUSTRIA QUIMICA LTDA; Objeto:** Fornecimento de Produtos Químicos; **Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 04/09/2019.

DEPARTAMENTO CONTABIL
EDITAL DE PUBLICAÇÃO N° 006/2018

O SR. RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSITIVO NO CAPÍTULO IX DA LEI COMPLEMENTAR N º 101/2000 E LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO, TORNA PÚBLICO O **RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO,** REFERENTE AO **QUARTO BIMESTRE/2018,** ONDE OS INTERESSADOS PODERÃO ACESSÁ-LOS NOS SEGUINTES ENDEREÇOS ELETRÔNICOS: www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br

SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS-MT, AOS 28 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREVIQUAM
PORTARIA N.º074/2018 - PREVIQUAM

PORTARIA N.º074/2018 - Dispõe sobre designação de servidor e da Outras providencias.

JAIRO DE LIMA SOUZA - Diretor Executivo do PREVIQUAM, Fundo Municipal de Previdência Social de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferida no artigo 75, parágrafo 2º da Lei nº 006 de 01 de junho de 2005, combinando com a Lei nº 11 de 01 de outubro de 2007, artigo 2º e § 1º desta Lei.

R E S O L V E,

Artigo 1º - **DESIGNAR** a Servidora **MIGUEL SOUZA DE ANDRADE JUNIOR**, portador do **RG: 10432434 SSP-MT** e **CPF:793.762.581-34** concursado e efetiva nesta municipalidade a disposição deste Fundo Municipal de Previdência Social, para exercer o cargo de Encarregado do Setor de administração do Previquam, fazendo jus a Gratificação prevista em Lei e também **movimentar as contas bancárias** de titularidade do Previquam juntamente com o Diretor do Previquam.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, Seus Efeitos retroage a 03/10/2018.

R. P. e Cumpre-se.

São José dos Quatro Marcos - MT, 03/10/2018.

Jairo de Lima Souza

Diretor /Previquam

Port. 001/2016

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 103, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre convocação para a II Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, **Sr. RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**,de acordo com as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica convocada a II Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada no dia 17 de outubro de 2018, tendo como tema central: **Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências**.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, ocorrerão por conta de dotação própria no orçamento do gestor municipal da Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, aos 03 dias do mês de outubro de 2018.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo do Contrato **Nº 116/2017**; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa **DANILO BATISTA DA SILVA; Objeto:** Prestação de serviço de Análise Química-Física-Biológica de Água; **Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 01/10/2019.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 102, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

Divulga a antecipação do ponto facultativo em comemoração ao Dia do Servidor Público em 2018 nas repartições públicas do município de São José dos Quatro Marcos-MT.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, **Sr. RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**,de acordo com as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica divulgada a antecipação em comemoração alusiva ao Dia do Servidor Público – dia 28 de outubro (domingo), cujo ponto facultativo será datado no dia 26 de outubro de 2018 (sexta-feira) para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais.

Art. 2º Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, aos 03 dias do mês de outubro de 2018.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

DECRETO Nº. 3.678/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - Tendo em vista a aprovação em Concurso Público Municipal nº 001/2018, homologado em 14 de Março de 2018, através do Decreto nº. 3.605/2018, **NOMEIO, na data de 04/10/2018,** a Senhora **LORAINE CAROLINA BARBOSA**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 8.660.268-7 SESP/PR, no cargo de **PROFESSORA DE PEDAGOGIA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Tabaporã, de acordo com as Leis Municipais nº 218/99, 1.080/2017, e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 04 de Outubro de 2018.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA SMS Nº 002/2018, DE 13/08/2018

NOMEIA SERVIDOR PARA RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS NA ÁREA DE SAÚDE

A Senhora **CÉLIA NIEHUES SOFFA**, Secretária Municipal de Saúde de **Tabaporã-MT**, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR Servidora para Recebimento e Conferência de Materiais e Medicamentos da Secretaria Municipal de Saúde:

I – Ana Lucia Braga, servidora efetiva, matricula RH nº 1126, com formação em Técnico de Enfermagem.

Artigo 2º - Fica aprovado por esta Portaria, o Anexo Único, que trata do Check List de Recebimento e Conferência de Materiais e Medicamentos.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,

PUBLICA-SE,

CUMPRA-SE.

Secretaria Municipal de Saúde, **Tabaporã**, Estado de Mato Grosso, aos 13/08/2018.

CÉLIA NIEHUES SOFFA

Secretária Municipal de Saúde

Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT

DE ACORDO:

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

CHECK LIST DE RECEBIMENTO		
PREENCHA OS ITENS DE ACORDO COM A CONFERÊNCIA		
Data de recebimento:		
Fornecedor:		
Nº da NF:		
1º Passo:	**Verificar a documentação da carga**	**Conforme/ Sim**
1.1 Nota Fiscal.		
1.2 AF		
1.3 Documentação		
2º Passo: Verificar o prazo e horário de entrega		
2.1 Entregue conforme agendamento		
2.2 Entregue dentro do horário comercial (8:30 às 17:00 horas)		

2.3 Se houve atraso, foi de 1 a 15 dias depois do prazo de entrega?		
2.4 Se houve atraso, foi de 16 a 30 dias depois do prazo de entrega?		
3º Passo: Verificar se as condições de transporte, acondicionamento e conservação da carga são satisfatórias		
Tipo de Veículo		
Limpeza do veículo		
Compatibilidade de cargas		
Empilhamento e amarração		
Temperatura		
Não termolábeis (15 a 30 °C)		
Termolábeis (2 a 8 °C) ou conforme especificação do fabricante		
Embalagens (tipo, integridade, limpeza, lacre, etc)		
Não Termolábeis		
Termolábeis		
4º Passo: Local de descarregamento		
Entrega no local adequado para descarregamento da carga		
5º Passo: Verificar o quantitativo de volumes entregues		
Quantidade de volumes		
6º Passo: Quantidade de itens recebidos		
Quantidade por item da NF é equivalente à AF?		
Quantidade por item da NF é equivalente ao quantitativo recebido (carga)?		
7º Passo: Qualidade de itens recebidos		
Especificação da NF correspondem à AF?		
Os itens estão de acordo com os padrões de qualidade?		
Há avarias impeditivas de recebimento?		
A data de recebimento se encontra dentro de 70% do prazo da validade?		
Observações:		

LICITACAO
EXTRATO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 041/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2018

O Município de Tabaporã/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/000-40, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, Centro, CEP – 78.563-000 fone (66) 3557-1248, por meio de seu Pregoeiro, instituído pela portaria 028/2018 de 17/01/2018, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL - *EXCLUSIVO PARA ME – EPP – CONFORME A LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14,*** do tipo **Menor Preço por item,** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT**.

Modalidade de licitação:---------- PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06, LC 147/14 E A LEI MUNICIPAL N° 1.117/2018.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO

Data:---------- **17/10/2018**

Horário:---------- Das 07h00minh ÀS 18h00minh (Horário Local/MT)

Local:---------- Prédio da Prefeitura Municipal (Endereço acima citado).

DO JULGAMENTO

Data:---------- **17/10/2018**

Horário:---------- 08h00min Horas (horário local/MT)

Local:---------- Prédio da Prefeitura Municipal (Endereço acima citado).

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, no endereço acima citado, pelo telefone 66 3557 1248, pelo site http://www.tabaporatransparente.com.br/ ou pelo e-mail licitação@tabapora.mt.gov.br* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Tabaporã/MT, 03 de Outubro de 2018.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro Nomeado

Portaria n° 028/2018

PORTARIA SMS Nº 001/2018, DE 13/08/2018

NOMEIA COMISSÃO TÉCNICA ESPECIAL PARA ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS A SEREM REALIZADOS EM 2018

A Senhora **CÉLIA NIEHUES SOFFA**, Secretária Municipal de Saúde de **Tabaporã**, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR Comissão Técnica Especial para Acompanhamento dos Processos Licitatórios que serão realizados no Exercício de 2018 na área de aquisição de medicamentos neste município.

Parágrafo único: A Comissão referida no caput deste artigo será constituída pelos servidores relacionados a seguir:

I - Presidente: **Mariluz Garcete Pereira Costa (Farmacêutica Bioquímica e Industrial)**

II - Membros:

Vânia Cássia Magayevski (**Enfermeira)**

Antonio Maro Pena (**Médico Clínico-geral)**

Carla Regiane Pereira (**Dentista)**

Franciele de Souza Dantas (Enfermeira)

Art. 2º A comissão ora instituída destina-se ao acompanhamento, análise e supervisão técnica dos procedimentos, produtos e materiais a serem disponibilizados às unidades de saúde por meio da realização dos processos licitatório realizados no Exercício de 2018, para eventual aquisição de **MEDICAMENTOS, MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAL**, para manutenção das **Unidades de Saúde, sendo elas: Farmácia Central, Farmácia Básica, Hospital Municipal, Laboratório Municipal e UBS PSF I, PSF III, PSF IV e Unidade de Saúde de Americana do Norte.**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,

PUBLICA-SE,

CUMPRA-SE.

Secretaria Municipal de Saúde, Tabaporã, Estado de Mato Grosso, aos 13/08/2018.

CÉLIA NIEHUES SOFFA

Secretária Municipal de Saúde

Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT

DE ACORDO:

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N° 1.140 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A REFORMULAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TABAPORÃ ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, **Sr. Sirineu Moleta** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Artigo 1º. Esta Lei reformula o Conselho Municipal de Saúde - CMS, criado na Secretaria Municipal de Saúde, como Órgão Colegiado em caráter permanente, consultivo, deliberativo e de decisão superior do sistema Único de Saúde – SUS do Município de Tabaporã/MT, em Conformidade com a Lei Federal nº 8.142/1990.

CAPÍTULO II

Da Estrutura e da Competência

Artigo 2º. O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Tabaporã/MT é o Órgão máximo Deliberativo que se reunirá mensalmente em caráter ordinário e extraordinariamente quando se fizer necessário. Suas decisões serão válidas mediante aprovação de quórum mínimo (metade mais um) de seus integrantes.

Artigo 3º. O Conselho Municipal de Saúde possuirá a seguinte estrutura básica de funcionamento:

I- Plenário do Conselho; II- Ouvidoria do Conselho; III- Secretaria Geral; IV- Comissões.

Artigo 4º. O Plenário do CMS constituído paritariamente de acordo com o Art. 10 desta Lei elegerá um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário Executivo e um Ouvidor dentre seus membros por meio de processo democrático normatizado através do regimento Interno.

I- O Secretário Executivo deverá ser funcionário de nível médio ou superior ligado à saúde. O cargo será instituído por meio de portaria. II- É vedado ao Ouvidor exercer cargos nas instituições públicas municipais, estaduais e federais.

Parágrafo Único- As competências dos cargos referidos neste Artigo 4º estão elencadas no regimento interno do CMS.

Artigo 5º. As comissões serão constituídas por membros do plenário na forma fixada no Regimento Interno e tem por finalidade estudar, analisar e propor moções ou deliberações por meio de pareceres concernentes as matérias que previamente forem discutidas nas reuniões.

Parágrafo Único- Quando tratar-se de assunto especializado ou mesmo de envolvimento jurídico, técnico e social, as comissões poderão solicitar a colaboração de profissionais de outros órgãos municipais.

Artigo 6º. As decisões de deliberações adotadas pelo plenário deverão ser assinadas pelo presidente do conselho e homologadas pelo chefe do Poder Executivo e publicadas por meio de resolução, afixado em local público à população do município e no site oficial da prefeitura.

Artigo 7º. O Governo Municipal garantirá autonomia para o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Saúde com dotação orçamentária.

Parágrafo Único- Os recursos financeiros do CMS serão administrados pela Secretaria Geral, que deverá prestar contas ao pleno a cada quadrimestre devidamente assinado pelo presidente.

Artigo 8º. Em conformidade com a Lei Federal n° 8.142/90 o CMS de Tabaporã será composto paritariamente de 50% (cinquenta por cento) de entidades e movimentos representativos de usuários, e 25% (vinte e cinco por cento) de representantes dos profissionais de saúde e 25% (vinte e cinco por cento) de representantes do Governo Municipal e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos, sendo distribuídas da seguinte forma:

§1º- 07 (sete) Representantes de entidades e movimentos representativos de usuários:

I- 01 (um) Representante das Igrejas Evangélicas; II- 01 (um) Representante da Associação do Desenvolvimento Artístico e Social; III- 01 (um) Representante da Associação do Pai Herói; IV- 01 (um) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tabaporã; V- 01 (um) Representante do Sindicato Rural de Tabaporã; VI- 01 (um) Representante da Igreja Católica; VII- 01 (um) Representante da Associação das Mulheres Empreendedoras de Tabaporã - AMET.

§2º- 03 (três) Representantes dos profissionais de saúde do Município:

I- 01 (um) Representante dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS; II- 01 (um) Representante dos Servidores da Saúde do Município- Nível Superior; III- 01 (um) Representante dos Servidores da Saúde do Município- Nível Médio e/ou Técnico.

§3º- 04 (quatro) Representantes do Governo Municipal e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos:

I- Secretaria Municipal de Saúde; II- Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer; III- Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento; IV- Prestador de Serviço da Saúde Credenciados no SUS do Município de Tabaporã.

§4º- Cada membro titular terá 01 (um) suplente indicado por escrito por seu segmento. O mandato será de 02 (dois) anos podendo ser reconduzidos a critérios de suas respectivas entidades representativas.

Artigo 9º. É vetada a participação do Legislativo e Judiciário no CMS em face da independência entre poderes.

Artigo 10º. Sem prejuízo das funções do poder executivo, são competências do CMS de Tabaporã:

I- Definir as prioridades de saúde no município e deliberar sobre a política de saúde em consonância com os princípios e diretrizes da Política Estadual e Nacional do SUS; II- Convocar a Conferência Municipal de Saúde, compor sua comissão organizadora e acompanhar sua execução pela secretaria municipal de saúde, em conformidade com a resolução expedida pelo Conselho Nacional de Saúde; III- Deliberar sobre questões de coordenação, gestão, normatização e acompanhamento das ações de saúde; IV- Apreciar e deliberar as propostas de convênio, acordos e contratos com entidades públicas e privadas, assim como a prestação de serviço de terceiros necessários ao SUS e assegurar o cumprimento destes; V- Deliberar sobre critérios que definem o padrão de qualidade, parâmetros, assistência e melhor resolutividade das ações de serviços da saúde, verificando os avanços; VI- Atuar na formulação e controle de execução da política de saúde, incluindo seus aspectos econômicos, financeiros e de gerência técnico - administrativa, apreciando e propondo estratégias para a aplicação de recursos para setores público e privado, consideradas as condições do Município em face dos requisitos previstos na legislação; VII- Estabelecer estratégias e mecanismos de coordenação e gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados em nível Nacional, Estadual e Municipal; VIII- Traçar Diretrizes para a elaboração do Plano Municipal de Saúde, e sobre ele, deliberar considerando as diversas situações adequando às realidades epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços; IX- Elaborar o Regimento Interno do CMS disciplinando sua estrutura, orga-

nização interna e procedimentos administrativos de suas deliberações; X- Receber, apreciar e deliberar os relatórios de movimentação de recursos repassados a Secretaria Municipal de Saúde, ou aos respectivos Fundos de Saúde, já analisados pelos setores de planejamento, orçamento e gestão. XI- Propor medidas para o aperfeiçoamento da organização e do funcionamento do SUS; XII- Examinar propostas, denúncias e reclamações do setor público e privado de saúde, respondendo consultas sobre assuntos pertinentes a ações e serviços de saúde, bem como encaminhar recursos a respeito; XIII- Receber, apreciar e deliberar sobre fatos, atos ou omissões que representam riscos ou provoquem danos à saúde individual ou coletiva, impetrado por qualquer pessoa, para apuração, correção e informação ao denunciante; XIV- Analisar, discutir e aprovar relatórios da Gestão Municipal de Saúde com a devida prestação de contas e informações financeiras.

CAPITULO III

Do Funcionamento e das Disposições Finais

Artigo 11. O funcionamento e os procedimentos do CMS serão definidos no Regimento Interno elaborado pelo próprio CMS, de acordo com legislação vigente.

Artigo 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 13. Revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 536. De 19 de Dezembro de 2005, Lei Municipal nº 988, de 17 de Junho de 2015.

Tabaporã/MT em, 02 de Outubro de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORÃ

DECRETO Nº. 3.677/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - Tendo em vista a aprovação em Concurso Público Municipal nº 001/2018, homologado em 14 de Março de 2018, através do Decreto nº. 3.605/2018, **NOMEIO, na data de 04/10/2018,** a Senhora **ITANIA PATRICIA DOS SANTOS CRUZ**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 5.871.479 SDS/PE, no cargo de **PROFESSORA DE PEDAGOGIA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Tabaporã, de acordo com as Leis Municipais nº 218/99, 1.080/2017, e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 04 de Outubro de 2018.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 47/2018

PREGÃO PRESENCIAL N°. 29/2018

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, Centro, CEP 78. 563-000, fone (66) 3557-1248, CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº. 028/2018 de 17/01/2018, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **Menor Preço por item,** com **PARTICIPAÇÃO *EXCLUSIVA PARA MICROS EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI), MICRO-EMPRESAS (ME) e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP),*** amparado pela Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar n° 147/14 que Institui o Estatuto Nacional da ME e EPP (e suas alterações posteriores), Lei Municipal Nº 1.117/2018 que Regulamenta no Município de Tabaporã-MT o tratamento diferenciado, simplificado, regionalizado e favorecido às **microempresas e empresas de pequeno porte**, cujo objeto consiste na **CONTRATAÇÃO DE MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE MECÂNICO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA, REPAROS E CONCERTO EM VEÍCULOS LEVES E PESADOS DA FROTA MUNICIPAL DE TABAPORÃ – MT**.

Modalidade de licitação:---------- PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, LEI COMPLEMENTAR N° 147/14, LEI MUNICIPAL Nº 1.117/2018 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO

Data:---------- **17/10/2018**

Horário:---------- Das 13h00minh às 14h00minh (Horário Local)

Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

DO JULGAMENTO

Data:---------- **17/10/2018**

Horário:---------- 14h00min Horas (horário local)

Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, no endereço eletrônico www.tabapora.mt.gov.br e (ou) via e-mail licitacao@tabapora.mt.gov.br acima citado, ou pelo telefone 66 3557 1248,* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min horas e das 13:00min as 17:00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Tabaporã/MT, 03 de Outubro de 2018.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro Nomeado Portaria nº 028/2018

DECRETO Nº. 3.679/2018

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Tendo em vista a aprovação no Concurso Público Municipal nº 001/2018, homologado em 14 de Março de 2018, através do Decreto nº. 3.605/2018, **NOMEIO, na data de 04/10/2018,** a Senhora **ELAINE SOUZA DOS SANTOS**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 000011101263 SESDC/RO, no cargo de **TÉCNICA DE NÍVEL SUPERIOR II - CONTADOR,** lotada na Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal de Tabaporã, de acordo com as Leis Municipais nº 218/99, 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 04 de Outubro de 2018.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTEAMENTO PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR 124/2018 PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017 - SMS

EDITAL COMPLEMENTAR 0124/2018

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor Prof. **FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no **Processo Seletivo nº 003/2017,** destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Administração.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Saúde, situada a Avenida Brasil, nº 2351-N Jardim Europa, conforme abaixo relacionados:

Cargo.:		**382 -RECEPCIONISTA - PSF**				
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Acertos**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
24	4356	KETULA KAIANARA SANTOS CARVALHO	05/05/1997	24	82	Classificado
25	714	LIGIA REGINA NOWICKI	25/11/1973	24	81	Classificado
26	3247	MARI ADRIANI PINTO DE OLIVEIRA	11/08/1979	24	81	Classificado

Cargo.:		**707 -MEDICO INTERVENCIONISTA - SAMU**				
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Acertos**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
12	1243	ANDYARA LIMA DOS SANTOS VERCIANO	07/10/1990	19	60	Classificado
13	5595	PAULO RICARDO ROTEIAS DE SOUZA	17/11/1987	17	58	Classificado
14	4538	JOENY DE CAMPOS	07/09/1959	17	54	Classificado

2.Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2351-N no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra - MT, nos dias 04/10/2018 das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, 05/10/2018 das 08:00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** os documentos abaixo relacionados:

2.1 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) possuir curso de transporte de passageiros (Movimento Operações de Produtor Especiais – MOPE) e Transporte Escolar;

h.4) não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses.

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

s) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2017/Ano - Calendário 2016 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 03 de Outubro de 2018.

Prof. Fábio Martins Junqueira Maria das Graças Souto

Prefeito Municipal Secretária Municipal de Administração

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

DEPARTEAMENTO PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR 038/2018 PROCESSO SELETIVO N.º 002/2018 - SAMAE

EDITAL COMPLEMENTAR 038/2018

PROCESSO SELETIVO N.º 002/2018

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos classificados e/ou aprovados no Processo Seletivo nº 002/2018**, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

1.1 Para que compareçam no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE **no Setor de Recursos Humanos, situado na Avenida Brasil nº 2350-E – Anexo, no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados:**

1072 – ENGENHEIRO SANITARISTA								
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	**Acertos**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
2	551	JOÃO MANOEL MUNDEL DE SOUZA	29/11/1996	30032782	1577980-7 SSP/MT	22	55	Classificado

2. Para entrega de documentos: Dia 05/09/2018 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00 e no dia 08/09/2018 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00.

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE no Setor de Recursos Humanos situado à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** dos documentos abaixo relacionados:

2.2 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) possuir curso de transporte de passageiros (Movimento Operações de Produtor Especiais – MOPE) e Transporte Escolar;

h.4) não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses.

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

s) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2017/Ano - Calendário 2016 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

3. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 04 de Setembro de 2018

Prof. Fabio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Wesley Lopes Torres

Diretor Geral - SAMAE

DEPARTEAMENTO PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR 037/2018 PROCESSO SELETIVO N.º 002/2018 - SMS

EDITAL COMPLEMENTAR 037/2018

PROCESSO SELETIVO N.º 002/2018

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos classificados e/ou aprovados no Processo Seletivo nº 002/2018**, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

1.1 Para que compareçam na Secretaria Municipal de Saúde, situada a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados:

381 -AJ. SERV. GERAIS - PSF								
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	**Acertos**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
47	2534	MARIA EVA APARECIDAHOEPERS	20/04/1985	10735142		24	60	Classificado
48	2851	JAQUELINE APARECIDA DE FREITAS	31/12/1992	10735670	23498706 SSP	24	60	Classificado
49	1252	CRISTIANE DE CAMPOS MAGALHÃES	05/01/1995	30033482	24784516 SSP/MT	24	60	Classificado
50	3185	LUIZ CARLOS SCHULTZ	14/03/1962	10736507	2184895-5 SSPMT	23	57,5	Classificado
51	3000	CLAUDETE BARBOSA LEITE	24/10/1965	10735953	789471	23	57,5	Classificado
52	2772	MARIA JULIETA DA SILVA	18/07/1975	10735391	1052491-6 SSPMT	23	57,5	Classificado
53	3088	ANA VERGILIA CABRAL DE MELO	10/02/1977	10736214	10960619 SSJ/MT	23	57,5	Classificado

380 -TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF								
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	**Acertos**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
16	1028	ROSELI RODRIGUES DE SOUZA	09/12/1965	30033258	31658342 SSP/MT	23	57,5	Classificado
17	3554	ODAISA FERNANDES DA ROCHA	04/04/1987	10737635	17438233 SSPMT	22	55	Classificado
18	2988	ALEALDO SAMPAIO BARRETO	12/07/1980	10735941	14088045 SSP MT	21	52,5	Classificado
19	3307	FRANCIELLEN ALVES TERENA	05/10/1989	10736914	2223109-9 SSP/MT	21	52,5	Classificado

797 -MEDICO CLINICO GERAL LEI 4334								
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	**Acertos**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
5	3290	BRYAM FRANCOIS CONTRERAS MENDOZA	14/06/1984	10736887	G170769-I DPF	29	72,5	Classificado

733 -TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS								
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	**Acertos**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
13	3645	JANE KELLY DO CARMO BRUNO	17/09/1986	10737831	16142055 SSP/MT	26	65	Classificado
14	2523	MARA ALINE ZORZI DE MELO	05/06/1989	10735131	20109016 SSP/MT	26	65	Classificado
15	2884	CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA DA COSTA	30/12/1972	10735710	10764135 SSP/MT	25	62,5	Classificado
16	3634	ANA CLAUDIA STANGHERLIN	14/06/1974	10737785	10459235 SSP/MT	25	62,5	Classificado

699 -TÉCNICO DE RAIO - X - LEI 3340/2010								
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	**Acertos**	**Prova Objetiva**	**Resultado**
1	3393	ELIANE DE FATIMA SCHWAAB	09/02/1976	10737184	63917311 SSP PR	31	77,5	Classificado

2. Para entrega de documentos: Dia 04/10/2018 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00 e no dia 05/10/2018 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00.

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** dos documentos abaixo relacionados:

2.2 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) possuir curso de transporte de passageiros (Movimento Operações de Produtor Especiais – MOPE) e Transporte Escolar;

h.4) não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses.

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

s) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2017/Ano - Calendário 2016 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

3. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 03 de Outubro de 2018

Prof. Fabio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ABERT. PP 075

PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2018. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através dos(a) Pregoeiros(a), nomeados(a) pelas Portarias nº 730/GP/2016 de 29.12.2016 e 421/GP/2018 de 15.03.2018, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **19 DE OUTUBRO DE 2018, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, do Tipo Menor Preço por Item. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA INSTALAÇÃO DE TELAS MOSQUETEIRA EM ALUMÍNIO NAS PORTAS E JANELAS DAS COZINHAS E REFEITÓRIOS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE ENSINO, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA,** conforme especificações constantes dos Anexos II e III, Parte integrante do Edital.O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **04 de Outubro de 2018**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 03 de Outubro de 2018. Aguinaldo Vicente Segura - Chefe Departamento de Licitação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO 003/2018 - EDITAL COMPLEMENTAR 016/2018

EDITAL COMPLEMENTAR 016/2018 - PROCESSO SELETIVO N.º 003/2018

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos classificados e/ou aprovados no Processo Seletivo nº 003/2018**, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva para o exercício funcional temporário no âmbito das Secretarias Municipais de Tangará da Serra e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

1. Para que compareçam no Auditório da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, situada a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados para **atribuição de local de trabalho**:

1.1 Dia 04/10/2018 às 13h00min para atribuição de local de trabalho os candidatos relacionados abaixo:

Cargo.:1113-AJUDANTE DE SER. GERAIS - DISTRITO DE PROGRESSO						
Nº	**Insc.**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Notas**	**Classificação**
3	962	SEJAINE APARECIDA DOS SANTOS	04/05/1979	11617160 SSPMT	100	CLASSIFICADO
Cargo.:1114-AJUDANTE DE SERV. GERAIS - ZONA RURAL LINHA 12						
Nº	**Insc.**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Notas**	**Classificação**
5	471	MARCOS ANTONIO PINTO	16/09/1979	11678330 SSPMT	95	CLASSIFICADO
6	1158	KELLI CRISTINE OTOWICZ DA SILVA	16/08/1983	000763274 OUTROS	95	CLASSIFICADO
Cargo.: 1151-AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS						
Nº	**Insc.**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Notas**	**Classificação**
181	1190	MAELI SOARES DE MOURA	29/10/1994	26996090 SSP/MT	100	CLASSIFICADO
182	310	NAYARA SYNTILA PEREIRA BARROS	01/11/1994	21613222 SSPMT	100	CLASSIFICADO
183	1152	ANDRESSA ROSA DA SILVA	29/11/1994	24117307 SSP	100	CLASSIFICADO
184	659	SHEIELLEN OLIVEIRA BARBOSA	17/12/1994	2435838-0 SSP	100	CLASSIFICADO
185	340	CLAUDIANE NUNES CAMPOS	25/01/1995	2494855-1 SSP-MT	100	CLASSIFICADO
186	12	JONATHAN DA SILVA SANTOS	25/01/1995	422643282 SSPMT	100	CLASSIFICADO
187	161	ANDREIA CARVALHO BARBOZA	12/03/1995	2553713-0 SSP MT	100	CLASSIFICADO
188	364	EVERTON RAMOS DE MELO	17/06/1995	2501985-6 SSPMT	100	CLASSIFICADO
189	1314	AGNIELI DA SILVA VALADARES	29/07/1995	25643509 SSP	100	CLASSIFICADO
190	611	TAMIRES SILVA DO SANTOS	20/09/1995	3659177-7 SSP/AL	100	CLASSIFICADO
191	595	THAMIRIS DE JESUS PEREIRA	07/10/1995	24868604 SSPMT	100	CLASSIFICADO
192	504	ANGELICA MARTINS SILVA	25/10/1995	19557469 SSP	100	CLASSIFICADO
193	671	TATIANE LEONARDO DOS SANTOS	30/12/1995	2706658-4 SSPMT	100	CLASSIFICADO
194	1366	THAIANE CRISTIANE MILHOMEM DE OLIVEIRA	04/02/1996	24944335 SSP/MT	100	CLASSIFICADO
195	1150	ROSTAN TENORIO DA SILVA	26/04/1996	29560012 SSP/MT	100	CLASSIFICADO
196	1238	WELLER GONÇALVES SANDIS	16/05/1996	22923993 SSP-MT	100	CLASSIFICADO
197	1041	LUCAS SOUZA DE CINTRA	11/06/1996	29265851 MT	100	CLASSIFICADO
198	1283	WESLEY AUGUSTO PACHECO DELIQUI	28/07/1996	24591157 SSP/MT	100	CLASSIFICADO
199	967	BRUNA RIBEIRO AZAMBUJA	15/09/1996	27782611	100	CLASSIFICADO
200	356	ÁQUILA BARBOSA BARRO	02/02/1997	1425944 SSDC	100	CLASSIFICADO
201	1100	RAFAEL MATIAS LEANDRO DE SA	24/02/1997	27990079 SSPMT	100	CLASSIFICADO
202	1060	JANE MAYARA DA SILVA LUZ	14/03/1997	3421444 SSPDF	100	CLASSIFICADO
203	1269	CARLA NEPOMUCENO DE SOUZA	16/03/1997	24869015 SSPMT	100	CLASSIFICADO
204	957	EMANOELLY CAZZUNI	15/05/1997	2538407-4 SEJSP MT	100	CLASSIFICADO
205	805	MAYARA PEREIRA RICCI	12/06/1997	2666863-7	100	CLASSIFICADO
206	330	ANY KETTILEN MORAIS DA SILVA	14/08/1997	25439405 SEJSP	100	CLASSIFICADO
207	884	ROBSON PACHECO DELUQUI	27/02/1998	24591165 SSP/ MT	100	CLASSIFICADO
208	771	NATIELLY CARDOSO DOS SANTOS	14/05/1998	27044696 MT	100	CLASSIFICADO
209	1239	ITALO GONCALVES SANDIS	17/05/1998	24069779 SSP-MT	100	CLASSIFICADO
210	90	ANGELA MARIA DIAS SALES DOS PASSOS	22/02/1999	29191769	100	CLASSIFICADO
Cargo.: 570 -AJUDANTE DE SERV. GERAIS-INDIGENA						
Nº	**Insc.**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Notas**	**Classificação**
1	395	VILMA ALVES BATISTA	07/02/1975	1488589-1 SSP/MT	100	APROVADO
2	1017	ROSELI KANEZAKENAZOKERO	19/06/1988	2342034-0 SSP/MT	95	APROVADO
3	60	ELISANDRA EZANAZOKERO	15/08/1996	2309887-2 SSP/MT	95	CLASSIFICADO
4	1015	NEUZINHA ZAKENAZOKERO	12/03/1989	2817354-6 SSP/MT	80	CLASSIFICADO

2. Para entrega de documentos: Dia 05/10/2018 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00 e no dia 08/10/2018 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00.
2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** dos documentos abaixo relacionados: **2.2** No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

b) Atestado admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;

b.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

e) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

f) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

g) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

h) Comprovante de residência;

i) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

j) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

k) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

l) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

m) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

n) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

o) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

p) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangarada-serra.mt.gov.br**;

q) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2018/Ano - Calendário 2017 ou mais recente);

r) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

s) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

t) Cartão de vacina.

3. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 03 de Outubro de 2018.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto Wesley Lopes Torres

Secretária Municipal de Administração Diretor Geral - SAMAE

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL 030/2018/SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2018/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO GLOBAL ,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LIMPEZA DO ECOPONTO DE CARROCEIROS QUE ESTA LOCALIZADO NA ETE - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA – MT.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 19 de Outubro de 2018**.O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 03 de Outubro de 2018.

EDINEIA GONÇALVES DE SOUZA VIEIRA

Membro de Apoio/Licitação/SAMAE

DEPARTAMENTO PESSOAL
RETIFICA O TERMO ADITIVO DE PESSOAL Nº 181/2018

Onde lê-se:

TERMO ADITIVO 181/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **492/2017**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: THAYNARA ANDREIA ANDRADE

Objeto: Prorrogar o vencimento do contrato acima referido de **14/09/2018 à 13/09/2019.** O presente

aditamento e a alteração justicam-se pelo término do prazo do contrato de trabalho e o que estabelece a

legislação acima citada.

Cargo: BIOMÉDICO

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2310 Manutenção do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial 3.1.90.04.00.00

0102000000 – Contratação por tempo determinado.

Data da Assinatura: 14/09/2018

Vigência: 14/09/2018 à 13/09/2019.

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; THAYNARA ANDREIA ANDRADE

Leia-se:

TERMO ADITIVO 181/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **492/2017**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: THAYNARA ANDREIA ANDRADE

Objeto: Prorrogar o vencimento do contrato acima referido de **14/09/2018 à 13/09/2019.** O presente aditamento e a alteração justificam-se pelo término do prazo do contrato de trabalho e o que estabelece a legislação acima citada.

Cargo: ARTESÃO – PROG. CAPS

Carga Horária: 20 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2310 Manutenção do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial 3.1.90.04.00.00 0102000000 – Contratação por tempo determinado.

Data da Assinatura: 14/09/2018

Vigência: 14/09/2018 à 13/09/2019.

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; THAYNARA ANDREIA ANDRADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 09/2018

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 09/2018

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE, TORNA PUBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO, SOB A MODALIDADE SUPRAMENCIONADA, COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA SERVIÇOS DE CRIAÇÃO, VEICULAÇÃO, PLANEJAMENTO, PESQUISAS E PRODUÇÃO DE MATERIAL PUBLICITÁRIO PARA A PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE/MT **.**

DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: DIA 22/10/2018 HORAS: 8:00

LOCAL: AVENIDA CLOVES FELÍCIO FETTORATO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE – MT;

EDITAL E ESCLARECIMENTOS: ENDEREÇO ACIMA, NO HORÁRIO DAS 7:00 ÀS 11:00 E DAS 13:00 ÀS 17:00; FONE (66) 3434 – 2500, O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR

TERRA NOVA DO NORTE – MT, 03 DE OUTUBRO DE 2018.

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 71/2018

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 71/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA, TORNA PUBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°. 71/2018, TENDO COMO OBJETO: FABRICAÇÃO, FORNECIMENTO E MONTAGEM DE 01 DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO COMPACTA PRÉ-FABRICADA EM AÇO CARBONO DO TIPO MBBR+DS, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO – 10 L/S –, CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL, COM REALIZAÇÃO PREVISTA PARA O DIA 17 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 08H00MIN (OITO HORAS), HORÁRIO DE MATO GROSSO. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 03 DE OUTUBRO DE 2018.

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 250/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 250/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: **A.S. VIEIRA DE MIRANDA -ME**

OBJETO **: EXECUÇÃO DE REMANESCENTE DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE COBERTA DE QUADRA , CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAC2 10553/2014**

VALOR: 182.922,90

VIGÊNCIA: 02/10/2018 Á 02/10/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 231

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

EDITAL DE RESULTADO DE TOMADA DE PREÇO 08/2018

EDITAL DE RESULTADO DE TOMADA DE PREÇO 08/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, ATRAVÉS DE SUA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES – CPL, EM CUMPRIMENTO AOS TERMOS DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, TORNA PUBLICO RESULTADO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **TOMADA DE PREÇO Nº 08/2018**, CUJO OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA CAPELA MORTUÁRIA CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS APROVADAS CONTIDAS NO ÂMBITO DO CONVENIO N° 181/2018, FORMALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO E A SECID, CONFORME DISCRIMINAÇÃO DETALHADA NO PLANO DE TRABALHO, SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA: **A.S. VIEIRA DE MIRANDA - ME.**

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 02 DE OUTUBRO DE 2018.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2018

O Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Convocar os senhores abaixo elencados para participarem de sorteio que irá compor a Subcomissão Técnica de Licitação, no dia 15 de outubro de 2018, prevista no Edital de Tomada de Preço nº 009/2018, que será realizado em Sessão Pública no dia 22 de OUTUBRO de 2018, às 08h, na sede da prefeitura, situada na Avenida das Clovis elicio Vettorato, 101, Centro – Terra Nova do Norte/MT.

Milton Domingues Gonsalves

Adriano Francisco Maciel

Edilson José da Silva

João Edivaldo de Latres

Valter Oliveira

Vanderlei Reis

Maria Elizete Pinheiro

Jediel Lemes

José Carlos dos Santos Alves

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, Em, 03 de OUTUBRO de 2018 .

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 067/2018

DATA: 03 DE SETEMBRO DE 2018

SÚMULA:"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, EM CUMPRIMENTO A LEI MUNICIPAL Nº 1398/2018".

O SENHOR VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, PROMULGA O SEGUINTE DECRETO:

ARTIGO PRIMEIRO: - Fica aberto o crédito adicional especial, nos termos da legislação vigente no orçamento geral do Município para o exercício do ano de dois mil e dezoito, em cumprimento ao Artigo 43 da Lei Nº 4.320/64, o valor de R$ 15.440,00 (quinze mil quatrocentos e quarenta reais), destinado exclusivamente a realização de despesas descritas abaixo:

CÂMARA MUNICIPAL

CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTADO:

01.001.01.031.0001.2.001.3.390.40 R$ 15.440,00

TOTAL SUPLEMENTAÇÃO R$ 15.440,00

ARTIGO SEGUNDO: Para atender a suplementação citada no artigo anterior, será utilizado recursos através da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária.

CÂMARA MUNICIPAL

REDUÇÃO DA DOTAÇÃO:

01.001.01.031.0001.2.001.3.390.39 R$ 15.440,00

TOTAL REDUÇÃO R$ 15.440,00

ARTIGO TERCEIRO: Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.403/2018

Súmula: *Regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, e dá outras providências.*

O SENHOR VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a regulamentação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).

Parágrafo Único. Esta Lei aplica-se, no âmbito público, aos órgãos e entidades municipais da Administração Direta, Indireta e Fundacional e, fora dele, à população e entes representativos da sociedade civil organizada e às entidades de atendimento arroladas pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 2º. A proteção integral à criança e ao adolescente prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente será assegurada através de uma rede de proteção caracterizada pelas ações de todos os órgãos da Administração Pública do Município de Terra Nova do Norte/MT, e de órgãos não governamentais, por meio de programas, projetos e atividades regulares e especiais, mobilização da comunidade, da sociedade civil organizada, das entidades filantrópicas, dos governos Estadual e Federal e de qualquer cidadão.

Art. 3º. O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Terra Nova do Norte/Mato Grosso, será precedido da elaboração de programas específicos, com a respectiva previsão dos recursos necessários.

Capítulo II DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 4º. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA é parte integrante da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito do Município de Terra Nova do Norte/Mato Grosso, que é efetivada através dos seguintes órgãos e providências:

I- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II- Conselho Tutelar;

III- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA;

IV- Da integração de todas as dotações destinadas ao atendimento à criança e ao adolescente em funções, programas, projetos e atividades, claramente indicados no orçamento municipal.

Seção II

DO APOIO FINANCEIRO À VIABILIZAÇÃO

DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 5º. Os recursos destinados às políticas relacionadas aos direitos da criança e do adolescente serão claramente identificados nas dotações dos órgãos e entidades municipais integrantes do Orçamento Anual do Município de Terra Nova do Norte/Mato Grosso.

Capítulo III

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

Seção I

DA NATUREZA

Art. 6º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Terra Nova do Norte/Mato Grosso – CMDCA, é por fixar critérios de utilização e planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º. É vedado o uso de recurso do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Terra Nova do Norte/Mato Grosso, – FMDCA para qualquer dos fins previstos neste artigo, exceto para a formação e qualificação funcional dos Conselheiros Tutelares (Res. 139/2010/Conanda, art. 4º, § 6º).

§ 2º. O Conselho Tutelar encaminhará, até o dia 30 do mês de novembro de cada ano, ao CMDCA, o Plano de Trabalho, contendo a previsão das despesas necessárias para sua execução e para o pleno funcionamento do Conselho Tutelar durante o ano seguinte, incumbindo ao Conselho de Direitos adotar as providências necessárias junto à Secretaria Municipal de Assistência Social para que tais despesas sejam previstas no orçamento global do Município.

Capítulo IV

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MATO GROSSO - FMDCA

Seção I

DOS OBJETIVOS

Art. 7º. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Terra Nova do Norte/Mato Grosso, FMDCA, criado pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 14 (quatorze) de Dezembro de 1990, passa a ser disciplinado de acordo com as regras previstas na Lei nº8069, de 1990, pelas disposições da Resolução nº 137/2010/CONANDA, nesta Lei e em Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Parágrafo único. O FMDCA, do Município de Terra Nova do Norte/Mato Grosso, vincula-se ao Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que é o órgão formulador, deliberativo e controlador das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente, responsável por gerir os recursos a ele carreados, fixar critérios para sua utilização e estabelecer o plano de aplicação desses recursos, conforme o disposto no artigo 260, §2º, da Lei 8069/90.

Art. 8º. O FMDCA tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e as aplicações dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente, segundo as deliberações do CMDCA, ao qual está vinculado.

§1º. As ações de que trata o *caput* deste artigo referem-se prioritariamente aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente, expostos à situação de risco pessoal e social, bem como aos objetivos estabelecidos no art. 260, §2º, do ECA.

§2º. Os recursos deste Fundo poderão se destinar a pesquisa e estudos relacionados à situação da Infância e da Adolescência no Município, bem como à capacitação dos membros do Conselho Tutelar e Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

§3º. Os recursos do FMDCA serão administrados segundo o programa definido pelo CMDCA, que integrará o orçamento do Município e será aprovado pelo Legislativo Municipal.

§4º. O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA deve constituir unidade orçamentária própria e ser parte integrante do orçamento público.

§5º. No Município deve haver um único e respectivo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme estabelece o art. 88, IV, da Lei n.º 8.069, de 1990.

Seção II

DA OPERACIONALIZAÇÃO DO FMDCA

Art. 9º. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Terra Nova do Norte/Mato Grosso, FMDCA, fica operacionalmente vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo, o Secretário respectivo, o responsável em nomear servidor público como gestor e/ou ordenador de despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, autoridade de cujos atos resultará emissão de empenhos, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos do Fundo.

Parágrafo único. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA deve possuir personalidade jurídica própria (IN nº 1005/2010-Receita Federal do Brasil art.11), devendo ser cadastrado junto a Secretaria de Direitos Humanos/Presidência da República.

Art. 10. São atribuições do Conselho Municipal – CMDCA em relação ao Fundo – FMDCA – de que trata este Capítulo:

I - elaborar e deliberar sobre a política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente no seu âmbito de ação;

II - promover a realização periódica de diagnósticos relativos à situação da infância e da adolescência bem como do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito de sua competência;

III - elaborar planos de ação anuais ou plurianuais, contendo os programas a serem implementados no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e as respectivas metas, considerando os resultados dos diagnósticos realizados e observando os prazos legais do ciclo orçamentário;

IV - elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação;

V - elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

VI – dar publicidade aos projetos selecionados com base nos editais a serem financiados pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, por intermédio de balancetes trimestrais, relatório financeiro e o balanço anual do fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicização dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica;

VIII - monitorar e fiscalizar os programas, projetos e ações financiadas com os recursos do Fundo, segundo critérios e meios definidos pelos próprios Conselhos, bem como solicitar aos responsáveis, a qualquer tempo, as informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação das atividades apoiadas pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - desenvolver atividades relacionadas à ampliação da captação de recursos para o Fundo; e

X - mobilizar a sociedade para participar no processo de elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como na fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Para o desempenho de suas atribuições, o Poder Executivo deverá garantir ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente o suficiente e necessário suporte organizacional, estrutura física, recursos humanos e financeiros.

Art. 11. Compete ao Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - coordenar a execução do Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, elaborado e aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - executar e acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - emitir empenhos, cheques e ordens de pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - fornecer o comprovante de doação/destinação ao contribuinte, contendo a identificação do órgão do Poder Executivo, endereço e número de ins-

crição no CNPJ no cabeçalho e, no corpo, o número de ordem, nome completo do doador/destinador, CPF/CNPJ, endereço, identidade, valor efetivamente recebido, local e data, devidamente firmado em conjunto com o Presidente do Conselho, para dar a quitação da operação;

V - encaminhar à Secretaria da Receita Federal a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), por intermédio da Internet, até o último dia útil do mês de março, em relação ao ano calendário anterior;

VI - comunicar obrigatoriamente aos contribuintes, até o último dia útil do mês de março a efetiva apresentação da Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), da qual conste, obrigatoriamente o nome ou razão social, CPF do contribuinte ou CNPJ, data e valor destinado;

VII - apresentar, trimestralmente ou quando solicitada pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, a análise e avaliação da situação econômico-financeira do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de balancetes e relatórios de gestão;

VIII - manter arquivados, pelo prazo previsto em lei, os documentos comprobatórios da movimentação das receitas e despesas do Fundo, para fins de acompanhamento e fiscalização; e

IX - observar, quando do desempenho de suas atribuições, o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4o, caput e parágrafo único, alínea b, da Lei n° 8.069 de 1990 e art. 227, caput, da Constituição Federal;

X - fornecer ao Ministério Público, quando solicitada, demonstração de aplicação dos recursos do Fundo.

Parágrafo único. Deverá ser emitido um comprovante para cada doador, mediante a apresentação de documento que comprove o depósito bancário em favor do Fundo, ou de documentação de propriedade, hábil e idônea, em se tratando de doação de bens.

Seção III

DAS RECEITAS E DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 12. São receitas do Fundo Municipal – FMDCA:

I - recursos públicos que lhes forem destinados, consignados no Orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive mediante transferências do tipo “fundo a fundo” entre essas esferas de governo, desde que previsto na legislação específica;

II - doações de pessoas físicas e jurídicas, sejam elas de bens materiais, imóveis ou recursos financeiros;

III - destinações de receitas dedutíveis do Imposto de Renda, com incentivos fiscais, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislação pertinente;

IV - contribuições de governos estrangeiros e de organismos internacionais multilaterais;

V - o resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente; e

VI - recursos provenientes de multas, concursos de prognósticos, dentre outros que lhe forem destinados.

Art. 13. Os recursos consignados no orçamento do Município de Terra Nova do Norte/Mato Grosso, devem compor o orçamento dos respectivos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, de forma a garantir a execução dos planos de ação elaborados pelos Conselhos dos Direitos.

Art. 14. A definição quanto à utilização dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, compete única e exclusivamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

§1º. Dentre as prioridades do plano de ação aprovado pelo Conselho de Direitos, deve ser facultado ao doador/destinador indicar, aquela ou aquelas de sua preferência para a aplicação dos recursos doados/destinados.

§2º. As indicações previstas acima poderão ser objeto de termo de compromisso elaborado pelo Conselho dos Direitos para formalização entre o destinador e o Conselho de Direitos.

Art. 15. É facultado ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA chancelar projetos mediante edital específico.

§1º. Chancela deve ser entendida como a autorização para captação de recursos ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA destinados a projetos aprovados pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, segundo o disposto nesta lei.

§2º. A captação de recursos ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, referida no parágrafo anterior, deverá ser realizada pela instituição proponente para o financiamento do respectivo projeto.

§3º. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente fixará percentual de retenção dos recursos captados, em cada chancela, de no mínimo 20% ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§4º. O tempo de duração entre a aprovação do projeto e a captação dos recursos não deverá ser superior a 2 (dois) anos.

§5º. Decorrido o tempo estabelecido no parágrafo anterior, havendo interesse da instituição proponente, o projeto poderá ser submetido a um novo processo de chancela.

§6º. A chancela do projeto não deve obrigar seu financiamento pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, caso não tenha sido captado valor suficiente.

Art. 16. O nome do doador ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente só poderá ser divulgado mediante sua autorização expressa, respeitado o que dispõe o Código Tributário Nacional.

Seção IV

DAS CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 17. A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas a:

I – desenvolvimento, por tempo determinado, não superior a 3 (três) anos, de programas e serviços complementares ou inovadores da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei n° 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III - programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e

VI - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 18. É vedada a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamida-

de pública previstas em lei, mediante deliberação por maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal de Direitos – CMDCA.

Parágrafo único. Além das condições estabelecidas no *caput*, é vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA:

I sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II – para pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III – para manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

IV – para o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente; e

V – para investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

Art. 19. O financiamento de projetos pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA condiciona-se à previsão orçamentária e à disponibilidade financeira dos recursos.

Art. 20. O saldo financeiro positivo apurado no balanço do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ser transferido para o exercício subsequente, a crédito do mesmo fundo, conforme determina o art. 73 da Lei n° 4.320 de 1964.

Art. 21. Nos processos de seleção de projetos nos quais as entidades e os órgãos públicos ou privados representados nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA figurem como beneficiários de recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, os seus representantes junto ao CMDCA estarão impedidos de atuar em comissão de avaliação e de proferir qualquer decisão que se refira direta ou indiretamente à escolha de tais entidades.

Art. 22. Os recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA utilizados para o financiamento, total ou parcial, de projetos desenvolvidos por entidades governamentais ou não governamentais, devem estar sujeitos à prestação de contas de gestão aos órgãos de controle interno do Poder Executivo e aos Conselhos de Direitos, bem como ao controle externo por parte do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Art. 23. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deve utilizar todos os meios ao seu alcance para divulgar amplamente:

I - as ações prioritárias das políticas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - os prazos e os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos do Fundo Municipal - FMDCA;

III - a relação dos projetos aprovados em cada edital, o valor dos recursos previstos e a execução orçamentária efetivada para implementação;

IV - o total das receitas previstas no orçamento do Fundo para cada exercício;

V - os mecanismos de monitoramento, de avaliação e de fiscalização dos resultados dos projetos beneficiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 24. Nos materiais de divulgação das ações, projetos e programas que tenham recebido financiamento do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA deve ser obrigatória a referência ao Conselho e ao Fundo como fonte pública de financiamento.

Parágrafo único. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, diante de indícios de irregularidades, ilegalidades ou improbidades em relação ao Fundo ou suas dotações nas leis orçamentárias, dos quais tenha ciência, deve imediatamente apresentar representação junto ao Ministério Público para as medidas cabíveis.

Art. 25. A celebração de convênios com os recursos do Fundo para a execução de projetos ou a realização de eventos deve se sujeitar às exigências da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação que regulamenta a formalização de convênios no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 26. Constituem ativos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Terra Nova do Norte/Mato Grosso - FMDCA:

I - Disponibilidade monetária em bancos, oriunda das receitas específicas previstas no artigo anterior.

II - Os direitos que vier a constituir.

III - Bens móveis e imóveis destinados à execução dos programas e projetos do Plano de Aplicação.

Art. 27. No prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da promulgação da Lei Orçamentária do Município, o Secretário Municipal responsável pela administração do Fundo apresentará ao Conselho Municipal, para análise e acompanhamento, o quadro de aplicação dos recursos do Fundo, para apoiar os programas e projetos contemplados no Plano de Aplicação.

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28. Aplicam-se, nas omissões desta Lei, as regras da Lei que e*stabelece regras para composição e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Conselho Tutelar* de Terra Nova do Norte/Mato Grosso, no que for pertinente, e, nas omissões deste, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA), com suas atualizações.

Art. 29. Revogam-se todas as disposições anteriores editadas com o fim de regular o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, especialmente a Lei Municipal nº 1.346/2017.

Art. 30. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 72/2018

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 72/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, ATRAVÉS DE SEU PREFEITO, TORNA PUBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°. 72/2018, TENDO COMO OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 VEÍCULOS DE ACORDO COM AS CARACTERÍSTICAS DISCRIMINADAS NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I ANEXO AO EDITAL, **COM REALIZAÇÃO PREVISTA PARA O DIA 16 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 08H00MIN (OITO HORAS), HORÁRIO DE MATO GROSSO. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT.**

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 03 DE OUTUBRO DE 2018.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2018

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2018. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2018. OBJETO: Contratação de empresa para realização de transporte escolar da zona rural do Município, com o valor total de R$ 16.185,60, amparados pelo inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/93. Tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído. A Prefeita Municipal resolve **RATIFICAR** o processo licitatório em epígrafe.

Publique

Gabinete da Prefeita do Município de Torixoréu – MT, 03 de outubro de 2018.

INÊS MORAES MESQUITA COELHO

Prefeita do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

LEI Nº 693, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

APROVA O PROTOCOLO DE PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS E SOLICITAÇÃO DE EXAMES POR ENFERMEIRO NA ATENÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

"Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei":

Art. 1º. Fica criado o Protocolo de Prescrição de Medicamentos e Solicitação de Exames por Enfermeiro na Atenção Básica no Município de União do Sul, Estado de Mato Grosso, nos termos do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º. O Poder Executivo fica autorizado a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis, patrimoniais e fiscais para o fiel cumprimento da presente lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 03 de outubro de 2018.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA N°. 156/2018/GAB/SMECEL/VG

"Dispõe sobre a nomeação de fiscal do Contrato n°. 074/2018"

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o artigo 67 da Lei Federal n°. 8.666/93, prevê a designação de representante da Administração para acompanhar e fiscalizar o contrato;

Considerando o artigo 58, III, da Lei Federal n°. 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1° - DESIGNAR o servidor **CLAUDENIR TOMAS JUNIOR** como fiscal do contrato nº. 074/2018 em conformidade com a cláusula décima sexta - da fiscalização.

Art. 2° - A designação do fiscal terá efeito a partir desta data.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se

Várzea Grande, 02 de outubro de 2018.

Profº Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 62/2018

Processo nº 541766/2018. Objeto:Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa capacitada para Veiculação de Publicação Oficial do Município de Várzea Grande/MT, em Jornal de Grande Circulação. Foi **ADJUDICADO E HOMOLOGADO** em **02/10/2018**, sangrando vencedora a seguinte empresa: **GEANDRE FRANK LATORRACA - ME** CNPJ sob n° 06.147.693/0001-26 vencedora do Item 01, com valor total de R$ 151.200,00 (Cento e Cinquenta e Um Mil e Duzentos Reais). Várzea Grande 02 de Outubro de 2018. **Pablo Gustavo Morais Pereira –** Secretário Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 071/CG/2018

APLICA a sanção disciplinar de **ADVERTÊNCIA** ao servidor do Quadro de pessoal de provimento efetivo da Secretaria Municipal de Defesa Social e da Guarda Municipal, da prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, e dá outras providências.

O corregedor Geral da Guarda Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 4.108/2015;

CONSIDERANDO os Autos da Sindicância nº 010/2018, instaurada para a apurar a conduta da servidora MARIANNY GOMES **PORTELLA** por força da Portaria nº 045/CG/2018, ainda Portaria nº 059/CG/2018;

CONSIDERANDO o Relatório Final da Comissão permanente de Procedimento Administrativo Disciplinar e;

CONSIDERANDO o Julgamento Final desta Autoridade Instauradora

RESOLVE:

Art. 1º. – **APLICAR** a sanção de **ADVERTÊNCIA** a servidora MARIANNY GOMES **PORTELLA,** Guarda Municipal, Matricula nº 100613, do Quadro de Pessoal de provimento efetivo da Secretaria Municipal de Defesa Social e da Guarda Municipal, baseado no Art. 77, inc. I da LC nº 2.163/2000 c/c Art. 22, inc. I, da LC nº 4.108/15 c/c Art. 18, inc. II, e Art. 21, ambos do Decreto 22/2000;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor produzindo seus efeitos a partir da data de sua publicação;

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 03 de Setembro de 2018

Jackson Nunes Cunha

Corregedor Geral – GMVG

AVISO DE PRORROGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº64/2018 - REGISTRO DE PREÇO/ MENOR PREÇO POR ITEM PROCESSO Nº 541815/2018

Objeto:Futura e eventual aquisição de materiais de limpeza e descartáveis para atender as necessidades da rede da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande/MT A realização do certame que estava previsto para o **dia 04 de outubro de 2018**, **às 10hs00min** – horário de Brasília. Fica prorrogado para dia 18 de outubro de 2018 às 10hs00min-horário de Brasília, conforme solicitado na CI nº293/2018. O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande Superintendência de Licitação, mediante a taxa de recolhimento de R$ 0,13 (treze centavos) por impressão - não restituível. E gratuitamente no sitio: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 02

de setembro de 2018. **Diógenes Marcondes. Secretario Municipal de Saúde**

PORTARIA Nº 070/CORREG. GERAL/ 2018.

O Corregedor Geral da Guarda Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 4.108/2015, de 12 de novembro de 2015, Lei Complementar nº. 4.180/2016, de 30 de dezembro de 2016, e tendo em vista o disposto no Art. 6º, III, b, Art.9º e Art. 23 a 29 todos do Decreto nº. 80 de 17 de dezembro de 2015 e, Portaria GAB/PREF/PMVG nº 023/2018 de 28 de junho de 2018;

Considerando o recebimento nesta Corregedoria da "Parte" nº Protoc. 1818 encaminhado pela CI. Nº 219/GMVG/2018 tendo como Denunciado o GM O.J.P*;*

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR que a Comissão de Procedimentos Administrativos Disciplinares, composta pelos servidores **Maurício** Rodrigues da Silva, matricula nº 35.127, **Sidney** de Oliveira do Carmo, Matricula nº 43.248 e Roseir **Brandão** Dionisio, matricula nº 41.212, nomeada pela Portaria 023/2018 de 28 de junho de 2018, sediada na Rua Gonçalo Gomes nº 412, Bairro da Manga, para, sob a Presidência do Sr. **Sidney** de Oliveira do Carmo, instaure **SINDICÂNCIA** que apure no prazo de 30 (trinta) dias, possíveis enquadramentos às Leis e Decretos que regem a Guarda Municipal de Várzea Grande, e subsidiariamente o Estatuto do Servidor Publico de Várzea Grande, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos constantes na "Parte", em tese, com indícios de transgressão/infração administrativa/disciplinar atribuída a servidor, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos

Art. 2º. Esta Portaria entra em Vigor na data de sua Publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 03 de outubro de 2018.

Jackson Nunes Cunha

Corregedor Geral – GMVG

PORTARIA Nº 150/2018/GS/SMECEL/VG/MT

Dispõe sobre o processo de seleção e atribuição de aulas e da jornada de trabalho aos Profissionais da Educação Básica que irão compor o Quadro de Pessoal para atuar no Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA no ano letivo de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando a necessidade do atendimento de forma diferenciada através dos conteúdos integradores propostos no Programa Escola em Tempo Ampliado – E.T.A, que visa a flexibilidade na estruturação dos tempos e espaços destinados à aprendizagem dos educandos a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, saberes e agentes; condição fundamental para o enfrentamento das desigualdades educacionais e o Decreto n°30 de 09 de Maio de 2016;

Considerando a relevância da equipe de educadores para implementar de forma integrada o trabalho a ser desenvolvido no Programa Escola em Tempo Ampliado – E.T.A, assegurando aos educandos o desenvolvimento da capacidade de aprender, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, proporcionando-lhes competências para a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes, da cultura e dos valores, visando sua intervenção responsável no meio social;

Considerando que a proposta pedagógica do Programa Escola em Tempo Ampliado – E.T.A tem como fim precípuo a aquisição de conhecimentos e habilidades, na formação de atitudes e valores, no fortalecimento dos vínculos de família, e no respeito recíproco, possibilitando aos educandos o enriquecimento do seu percurso formativo, aquisição de competências para a vida e para o mundo do trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar o processo de seleção, atribuição de turmas e jornada de trabalho do Professor de Educação Básica, Técnico Administrativo Educacional (TAE) e Técnico de Suporte Administrativo Educacional (TSAE) – Perfil: Técnico em Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar e Técnico em Nutrição Escolar para composição do quadro de Profissionais da Educação Básica que atuarão nas Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino do Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA.

Art. 2º Os Profissionais da Educação que exercerem suas atividades laborais no Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA no ano de 2019 deverão ser avaliados semestralmente, por uma Comissão interna de cada Unidade Escolar composta pelos seguintes membros:

I. Equipe Gestora (Diretor, Supervisor Escolar e/ou Coordenador Pedagógico e Secretário Escolar);

II. Presidente do Conselho Consultivo e Deliberativo Escolar – CCDE;

III. 01 (um) técnico da Superintendência Pedagógica da SMECEL/VG, responsável pelo acompanhamento do Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA, da respectiva Unidade Escolar;

Art. 3º O Quadro de pessoal do Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA será composto da seguinte forma:

I. 01 (um) Professor Articulador;

II. Professor de Letramento;

III. Professor de Raciocínio Lógico;

IV. Professor ou Técnico Administrativo Educacional (TAE) que exercerão suas atividades laborais nas oficinas planejadas pela Unidade Escolar;

V. 01 (um) Técnico de Suporte Administrativo Educacional (TSAE) – Perfil: Técnico em Nutrição Escolar;

VI. 01 (um) Técnico de Suporte Administrativo Educacional (TSAE) – Perfil: Técnico em Manutenção da Infraestrutura e Higienização Escolar.

§ 1º Os profissionais da Educação de que trata o caput deste artigo deverão obter pontuação igual ou superior a 75% (setenta e cinco pontos percentuais) no Instrumento de Avaliação de Desempenho Funcional, conforme critérios estabelecidos nesta portaria.

§ 2º Os Profissionais da Educação que exercerem suas atividades laborais no Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA no ano de 2019 deverão assinar Termo de Compromisso aceitando as condições de trabalho das Unidades Escolares e do Sistema Público Municipal de Ensino.

Art. 4º Os Profissionais da Educação para exercer suas atividades laborais no Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA deverão apresentar os seguintes documentos:

I. PROFESSOR A) Ter graduação em Curso Superior de Licenciatura Plena, com diploma fornecido por Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação; **B)** Cursos de aperfeiçoamento; **C)** Documentos pessoais; **D)** Avaliação de desempenho. **II. TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (TAE) E TÉCNICO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (TSAE) A)** Ter formação em Curso de Nível Médio, com certificado fornecido por Instituição reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação; **B)** Cursos de aperfeiçoamento; **C)** Documentos pessoais; **D)** Avaliação de desempenho.

Art. 5º Os Profissionais da Educação para exercer suas atividades laborais no Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA deverão atender os seguintes critérios:

I. Obter pontuação igual ou superior a 75% (setenta e cinco pontos percentuais) Instrumento de Avaliação de Desempenho Funcional, conforme critérios estabelecidos nesta portaria; **II.** Participar do Processo de Atribuição de Classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, conforme disciplina a Portaria 129/2018/GS/SMECEL/VG/MT. **III.** Assinar Termo de Compromisso aceitando as condições de trabalho das Unidades Escolares e do Sistema Público Municipal de Ensino; **IV.** Ser flexível, comprometido criativo e eficiente; **V.** Ter assiduidade e pontualidade; **VI.** Saber administrar conflitos; **VII.** Possuir boa comunicação e bom relacionamento interpessoal; **VIII.** Possuir cursos e/ou experiência na Educação Escolar Básica – Ensino Fundamental; **IX.** Ter afinidade e domínio dos conhecimentos sobre as temáticas propostas pelo Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA; **X.** Estar apto a participar de momentos de estudo, reflexão e elaboração conjunta de propostas e metodologias diferenciadas para o sucesso escolar dos alunos que participam do Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA; **XI.** Ter habilidades para atuar na construção do conhecimento; **XII.** Ter competência pedagógica: compreensão didático-pedagógica sobre o atendimento aos educandos em cumprimento de medidas educativas pertinentes; **XIII.** Ter disposição para o trabalho integrado com as Unidades Escolares; **XIV.** Ter disponibilidade para o trabalho, apoiando os alunos diante de suas necessidades básicas, capacidade para administrar conflitos e dificuldades de relacionamentos interpessoais; **XV.** Apresentar disponibilidade para o trabalho de acordo com o calendário e horários específicos de funcionamento do Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA.

Art. 6º São atribuições do Professor Articulador:

I. Cumprir a jornada de trabalho; **II.** Orientar e acompanhar o Programa Escola em Tempo Ampliado – E.T.A; **III.** Planejar e realizar as reuniões com professores e responsáveis sobre as intervenções pedagógicas necessárias para o êxito do processo ensino-aprendizagem da Unidade Escolar; **IV.** Coordenar o planejamento e a execução das ações pedagógicas referentes ao Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA desenvolvidas pela Unidade Escolar; **V.** Acompanhar os resultados do desempenho obtido pelos educandos, por meio da avaliação do processo ensino aprendizagem; **VI.** Coordenar a formação continuada de seus pares no decorrer de sua atuação no Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA, avaliando e acompanhando o desenvolvimento dos projetos pedagógicos; **VII.** Fortalecer o diálogo e articular o trabalho com as equipes de profissionais dos órgãos governamentais e não governamentais na execução de ações contidas no Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA; **VIII.** Acompanhar os registros de assiduidade dos profissionais inseridos no Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA, bem como os lançamentos na Ficha de Avaliação Descritiva do aluno da Unidade Escolar; **IX.** Propiciar momentos de estudos e reflexão com os familiares dos alunos sobre o Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA; **X.** Cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos para entrega de documentos do Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA; **XI.** Promover a interação entre os alunos que participam do Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA com os demais alunos da Unidade Escolar visando a promoção do processo de construção do conhecimento; **XII.** Sob a Coordenação e Orientação da Superintendência Pedagógica da SMECEL/VG, definir e elaborar em conjunto com a Equipe Gestora da Unidade Escolar o Plano de Trabalho, contendo cronograma de ações a serem desenvolvidas para o Ano Letivo de 2019, no Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA.

Art. 7º OPrograma Escola em Tempo Ampliado – ETA, parte integrante do Projeto Político Pedagógico – PPP da Unidade Escolar tem por objeto atender de forma diferenciada, através dos conteúdos integradores, flexibilidade na estruturação dos tempos e espaços destinados à aprendizagem dos estudantes, assegurando o desenvolvimento da capacidade de aprender, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, proporcionando-lhes competências para a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes, da cultura e dos valores, visando sua intervenção responsável no meio social.

Art. 8º O Diretor, Supervisor Escolar e/ou Coordenador Pedagógico e Professor Articulador das Unidades Escolares do Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA serão responsáveis pelos cursos de formação das áreas de conhecimento, pela efetivação da Avaliação de Desempenho e pelo cumprimento do Calendário Escolar.

Art. 9º Determinar que sejam aplicados os rigores da Lei aos Gestores Públicos que não cumprirem as determinações estabelecidas nesta portaria.

Art. 10 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – SMECEL/VG.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência para o ano letivo de 2019.

Várzea Grande – MT, 02 de Outubro de 2018.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer

Benedita Santana Ponce

Subsecretária Interina Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer

Charles Fabiano Araújo Quadro

Coordenador de Gestão de Pessoas – SMECEL/VG/MT

Deize Benedita Costa Martins

Coordenadora Responsável – ETA

Maria De Fatima Gabriel Vieira

Coordenadora Responsável – ETA

Rosimeire Gonzaga Fialho

Coordenadora Responsável – ETA

ANEXO I – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

I. PROFESSOR ARTICULADOR

UNIDADE ESCOLAR: _____

_____

NOME: _____

_____

HABILITAÇÃO: _____

_____

CARGA HORÁRIA SEMANAL: _____

CPF: _____

RG: _____

_____

ENDEREÇO: _____

_____

BAIRRO _____

Nº _____ **TELEFONES:** _____

_____

CIDADE _____

___ CEP: _____

CRITÉRIO	DESCRITORES DO DESEMPENHO OU DA CONDUTA	PONTUAÇÃO	
		MÁXIMA	OBTIDA
CRITÉRIO I Qualidade do Trabalho: grau de	Acompanha e orienta os planejamentos semanais segundo a Proposta do Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA.	1,00	

exatidão, correção e clareza dos trabalhos executados.	Busca, através de suas ações pedagógicas, o desenvolvimento das inovações didático-curriculares definidas no Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA e no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar articulando coletivamente o desenvolvimento do processo de ensinar e aprender acompanhando sistematicamente a aprendizagem dos educandos sugerindo soluções para os problemas detectados.	0,50	
	Auxilia o Coordenador Pedagógico nas intervenções necessárias junto aos professores regentes a fim de alcançar os objetivos delineados no Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA.	0,50	
SUBTOTAL	----	**2,0**	

CRITÉRIO	**DESCRITORES DO DESEMPENHO OU DA CONDUTA**	**PONTUAÇÃO**	
		MÁXIMA	**OBTIDA**
CRITÉRIO I (Continuação) Qualidade do Trabalho: grau de exatidão, correção e clareza dos trabalhos executados.	Organiza pedagogicamente o tempo e o espaço escolar dos educandos atendidos pelo Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA, no sentido de assegurar e monitorar continuamente conforme Plano de Ação os processos de aprendizagens dos educandos.	0,50	
	Acompanha com o coletivo de professores/monitores os problemas/dificuldades nos processos de aprendizagem dos educandos, destacando-os e compreendendo as suas especificidades em cada tempo do desenvolvimento, nas respectivas idades/ ano, orientando o professor/monitor na elaboração, execução e avaliação de seu plano de Trabalho em consonância com o Professor Regente e o Coordenador Pedagógico.	1,00	
SUBTOTAL	----	**1,50**	
CRITÉRIO II Produtividade no trabalho: volume de trabalho executado em determinado espaço e tempo.	Elabora e preenche o relatório individual dos educandos atendidos pelo ETA, fichas de acompanhamento identificando com clareza pedagógica as dificuldades/ problemas diagnosticados, considerando o estágio de desenvolvimento dos educandos e o conteúdo curricular que está sendo estudado.	0,50	
	Cria estratégias de desenvolvimento educacional complementares, proporcionando vivências formativas cidadãs integradas às atividades desenvolvidas pelo Professor Regente, mas que sejam diferenciadas, possibilitando uma aprendizagem significativa e prazerosa, visando o resgate da autoestima, a identidade cultural, a integração no ambiente escolar e a construção dos conhecimentos.	0,50	
	Elabora no coletivo de professores/monitores o plano de atendimento para os alunos em processo de superação das dificuldades (conteúdos atitudinais, procedimentais e conceituais), com acompanhamento e orientação periódica buscando a interdisciplinaridade dos conteúdos desenvolvidos.	0,50	
SUBTOTAL	**----**	**1,50**	

CRITÉRIO	**DESCRITORES DO DESEMPENHO OU DA CONDUTA**	**PONTUAÇÃO**	
		MÁXIMA	**OBTIDA**
CRITÉRIO III Iniciativa e presteza: comportamento proativo no âmbito de atuação, buscando garantir eficiência e eficácia na execução dos trabalhos.	Monitora a frequência do educando participantes do projeto ETA, tomando as providencias cabíveis em relação as faltas, buscando junto a família e escola informações relacionadas as ausências.	0,25	
	Organiza o almoço/ descanso dos educandos e realiza reflexões diárias voltadas para o desenvolvimento de atitudes positivas por parte dos alunos. Responde prontamente às necessidades e demandas surgidas no cotidiano do trabalho.	0,25	
	Participa sempre e ativamente das atividades educacionais, reuniões de trabalho, estudo e planejamento.	0,25	
	Demonstra interesse, disponibilidade e agilidade no exercício de suas atribuições.	0,25	
SUBTOTAL	**----**	**1,00**	
CRITÉRIO IV Disciplina	**Assiduidade/ Pontualidade –** Comparece regularmente, cumpre carga horária definida para o cargo que ocupa e permanece no local de trabalho, executando as atribuições que lhe são devidas.	0,50	
	Uso adequado dos equipamentos e instalações: Demonstra cuidado e zelo na utilização e conservação de equipamentos e instalações, no exercício das atividades.	0,50	
	Ética profissional: Demonstra autocontrole no exercício da função, exercendo-a com autoridade, agindo de forma preventiva nas questões de indisciplina e acompanhando as aulas planejadas e desenvolvidas pelos professores e monitores, buscando o diálogo diante de situações conflituosas envolvendo Equipe Gestora, colegas, pais e alunos?	1,00	
SUBTOTAL	**---**	**2,00**	

CRITÉRIO	**DESCRITORES DO DESEMPENHO OU DA CONDUTA**	**PONTUAÇÃO**	
		MÁXIMA	**OBTIDA**
CRITÉRIO V Capacidade do trabalho em equipe: capacidade de desenvolver as atividades e tarefas em equipe, valorizando o trabalho em conjunto na busca de resultados comuns.	Desenvolve de forma regular atividades e tarefas em equipe de trabalho.	0,50	
	Sabe ouvir e discordar de forma respeitosa das ideias dos demais membros da equipe, acatando a decisão da maioria.	0,50	
	Participa das atividades e ações coletivas ou colegiadas desenvolvidas pela unidade administrativa.	0,50	
	Mantém um bom relacionamento e interação com os colegas, contribuindo para o estabelecimento de um clima agradável de trabalho.	0,50	
SUBTOTAL	**----**	**2,00**	
TOTAL GERAL	**----**	**10,00**	

TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS: _____

PROFESSOR ARTICULADOR: _____

COMISSÃO:

_____

_____

Várzea Grande – MT, _____de _____de _____.

II. PROFESSOR DE LETRAMENTO

UNIDADE DE ESCOLAR: _____

_____

NOME:

_____

_____

Habilitação:_____

_____

CARGA HORÁRIA SEMANAL: _____

CPF:_____**RG:**_____

_____

ENDEREÇO:

_____

_____

BAIRRO_____

Nº_____

TELEFONES:_____

_____

CIDADE_____ **CEP:** _____

CRITÉRIO	DESCRITORES DO DESEMPENHO OU DA CONDUTA	PONTUAÇÃO	
		MÁXIMA	OBTIDA
CRITÉRIO I Qualidade do Trabalho: grau de exatidão, correção e clareza dos trabalhos executados.	Elaborou e executou planejamento coletivo semanal segundo a Proposta do Programa Escola em Tempo Ampliado.	1,00	
	Entrega dentro do prazo determinado conforme orientações da Equipe Gestora/ Professor Articulador da Unidade de Ensino os documentos necessários ao registro do Histórico Escolar do aluno (planejamento diário, relatórios descritivos, quando solicitado, que contemplam as informações quanto aos avanços e necessidades de aprendizagem do mesmo).	1,00	
	Informa e busca soluções junto ao Professor Articulador quanto às constantes faltas, indisciplina, violência, sonolência e outras situações que comprometam o rendimento dos alunos, bem como a evasão do Projeto Escola em Tempo Ampliado.	0,50	
	1. Seguiu as orientações feitas pelo Professor Articulador referentes: **a)** Ao planejamento com objetivos claros; **b)** Às práticas em sala de aula; **c)** À organização e elaboração de materiais de apoio para superação das dificuldades de aprendizagem de acordo com as necessidades dos alunos;	1,00	
SUBTOTAL	---	**3,50**	

CRITÉRIO	DESCRITORES DO DESEMPENHO OU DA CONDUTA	PONTUAÇÃO	
		MÁXIMA	OBTIDA
CRITÉRIO II Produtividade no trabalho: volume de trabalho executado em determinado espaço e tempo.	Executou em suas rotinas semanais.	0,50	
	Diagnósticos de produção textual a fim de verificar a compreensão da estrutura textual pelos alunos, bem como a apropriação das regularidades e irregularidades ortográficas.		
	Atividades diferenciadas de superação de acordo com as hipóteses dos alunos, caso a turma apresente alunos que ainda não estejam alfabetizados.	0,50	
	Atividades interdisciplinares que contemplem os direitos referentes às Áreas do Conhecimento.	0,50	
SUBTOTAL	**----**	**1,50**	
CRITÉRIO III Iniciativa e presteza: comportamento proativo no âmbito de atuação, buscando garantir a eficiência e eficácia na execução dos trabalhos.	Monitora a frequência do educando participantes do Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA, tomando as providencias cabíveis em relação as faltas, buscando junto a família e escola informações relacionadas as ausências.	0,25	
	Informa e busca soluções junto ao Professor Articulador quanto às constantes faltas, indisciplina, violência, sonolência e outras situações que comprometam o rendimento dos alunos, bem como a evasão do Programa Escola em Tempo Ampliado.	0,25	
	Participa sempre e ativamente das atividades educacionais, reuniões de trabalho, estudo e planejamento.	0,25	
	Demonstra interesse, disponibilidade e agilidade no exercício de suas atribuições.	0,25	
SUBTOTAL	**---**	**1,00**	

CRITÉRIO	DESCRITORES DO DESEMPENHO OU DA CONDUTA	PONTUAÇÃO	
		MÁXIMA	OBTIDA
CRITÉRIO IV Disciplina	**Assiduidade/ Pontualidade –** Comparece regularmente, cumpre carga horária definida para o cargo que ocupa e permanece no local de trabalho, executando as atribuições que lhe são devidas.	0,50	
	Uso adequado dos equipamentos e instalações: Demonstra cuidado e zelo na utilização e conservação de equipamentos e instalações, no exercício das atividades.	0,50	
	Ética profissional: Demonstra autocontrole no exercício da função, exercendo-a com autoridade, agindo de forma preventiva nas questões de indisciplina e acompanhando as aulas planejadas e desenvolvidas pelos professores e monitores, buscando o diálogo diante de situações conflituosas envolvendo Equipe Gestora, colegas, pais e alunos?	1,00	
SUBTOTAL	**---**	**2,00**	
CRITÉRIO V Capacidade do trabalho em equipe: capacidade de desenvolver as atividades e tarefas em equipe, valorizando o trabalho em conjunto na busca de resultados comuns.	Desenvolve de forma regular atividades e tarefas em equipe de trabalho.	0,50	
	Sabe ouvir e discordar de forma respeitosa das ideias dos demais membros da equipe, acatando a decisão da maioria.	0,50	
	Participa das atividades e ações coletivas ou colegiadas desenvolvidas pela unidade administrativa.	0,50	
	Mantém um bom relacionamento e interação com os colegas, contribuindo para o estabelecimento de um clima agradável de trabalho.	0,50	
SUBTOTAL	**----**	**2,00**	
TOTAL	**----**	**10,00**	

TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS: _____

PROFESSOR DE LETRAMENTO: _____

COMISSÃO:

_____

_____

Várzea Grande – MT, _____de _____de _____.

III. PROFESSOR DE RACIOCÍNIO LÓGICO

UNIDADE DE ESCOLAR: _____

___

NOME:

_____

_____

HABILITA-

ÇÃO:_____

_____

CARGA HORÁRIA SEMANAL: _____

CPF:_____

RG:_____

ENDEREÇO:

_____

_____

BAIRRO_____

Nº_____ **TELEFO-**

NES:_____

CIDADE_____ **CEP:** _____

CRITÉRIO	DESCRITORES DO DESEMPENHO OU DA CONDUTA	PONTUAÇÃO	
		MÁXIMA	OBTIDA
CRITÉRIO I Qualidade do Trabalho: grau de exatidão, correção e clareza dos trabalhos executados.	Elaborou e executou planejamento coletivo semanal segundo a Proposta do Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA.	1,00	
	Entrega dentro do prazo determinado conforme orientações da Equipe Gestora/ Professor Articulador da Unidade de Ensino os documentos necessários ao registro do Histórico Escolar do aluno (planejamento, diário, relatórios descritivos, quando solicitado, que contemplam as informações quanto aos avanços e necessidades de aprendizagem do mesmo).	0,50	
	Informa e busca soluções junto ao Professor Articulador quanto às constantes faltas, indisciplina, violência, sonolência e outras situações que comprometam o rendimento dos alunos, bem como a evasão do Programa Escola em Tempo Ampliado.	0,50	
	Seguiu as orientações feitas pelo Professor Articulador referentes: **a)** Ao planejamento com objetivos claros; **b)** Às práticas em sala de aula; **c)** À organização e elaboração de materiais de apoio para superação das dificulda-	0,50	

	des de aprendizagem de acordo com as necessidades dos alunos;		
SUBTOTAL	---	**2,50**	
CRITÉRIO II Produtividade no trabalho: volume de trabalho executado em determinado espaço e tempo.	Executou em suas rotinas semanais: **a)** Jogos Matemáticos	0,50	
	b) Atividades interdisciplinares que contemplem os direitos referentes às Áreas do Conhecimento.	0,50	
SUBTOTAL	**----**	**1,00**	

CRITÉRIO	**DESCRITORES DO DESEMPENHO OU DA CONDUTA**	**PONTUAÇÃO**	
		MÁXIMA	**OBTIDA**
CRITÉRIO III Iniciativa e presteza: comportamento proativo no âmbito de atuação, buscando garantir eficiência e eficácia na execução dos trabalhos.	Monitora a frequência do educando participantes do Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA, tomando as providencias cabíveis em relação as faltas, buscando junto a família e escola informações relacionadas as ausências.	0,25	
	Informa e busca soluções junto ao Professor Articulador quanto às constantes faltas, indisciplina, violência, sonolência e outras situações que comprometam o rendimento dos alunos, bem como a evasão do Projeto Escola em Tempo Ampliado.	0,25	
	Participa sempre e ativamente das atividades educacionais, reuniões de trabalho, estudo e planejamento.	0,25	
	Demonstra interesse, disponibilidade e agilidade no exercício de suas atribuições.	0,25	
	Acompanha o horário de descanso dos alunos auxiliando o Professor Articulador na organização e disciplina dos alunos?	0,50	
	Colaborou e compareceu à eventos e atividades socioculturais realizadas pela Unidade Escolar: a) **a)** Compareceu ou colaborou em todos: 1,0 b) **b)** Compareceu ou colaborou em mais de 50%:0,5 **c)** Compareceu em menos de 50%: zero	1,00	
SUBTOTAL	**---**	**2,50**	
Critério IV Disciplina	**Assiduidade/ Pontualidade –** Comparece regularmente, cumpre carga horária definida para o cargo que ocupa e permanece no local de trabalho, executando as atribuições que lhe são devidas.	0,50	
	Uso adequado dos equipamentos e instalações: Demonstra cuidado e zelo na utilização e conservação de equipamentos e instalações, no exercício das atividades.	0,50	
	Ética profissional: Demonstra autocontrole no exercício da função, exercendo-a com autoridade, agindo de forma preventiva nas questões de indisciplina e acompanhando as aulas planejadas e desenvolvidas pelos professores e monitores, buscando o diálogo diante de situações conflituosas envolvendo Equipe Gestora, colegas, pais e alunos?	1,00	
SUBTOTAL	**---**	**2,00**	

CRITÉRIO	**DESCRITORES DO DESEMPENHO OU DA CONDUTA**	**PONTUAÇÃO**	
		MÁXIMA	**OBTIDA**
CRITÉRIO V Capacidade do trabalho em equipe: capacidade de desenvolver as atividades e tarefas em equipe, valorizando o trabalho em conjunto na busca de resultados comuns.	Desenvolve de forma regular atividades e tarefas em equipe de trabalho.	0,50	
	Sabe ouvir e discordar de forma respeitosa das ideias dos demais membros da equipe, acatando a decisão da maioria.	0,50	
	Participa das atividades e ações coletivas ou colegiadas desenvolvidas pela unidade administrativa.	0,50	
	Mantém um bom relacionamento e interação com os colegas, contribuindo para o estabelecimento de um clima agradável de trabalho.	0,50	
SUBTOTAL	**----**	**2,00**	
TOTAL	**----**	**10,00**	

TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS: _____

PROFESSOR DE RACIOCÍNIO LÓGICO: _____

COMISSÃO: _____

Várzea Grande – MT, _____de _____de _____.

IV. TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (TAE) QUE DESEMPENHA SUAS FUNÇÕES NO PROJETO ESCOLA EM TEMPO AMPLIADO (INFORMÁTICA, DANÇA, MÚSICA, MANUSEIO DA TERRA, ESPORTE, ARTESANATO, TEATRO)

UNIDADE DE ESCOLAR: _____

NOME: _____

HABILITAÇÃO: _____

CARGA HORÁRIA SEMANAL: _____

CPF:_____

RG_____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO_____

Nº_____ **TELEFONES:**_____

CIDADE_____ **CEP:** _____

CRITÉRIO	**DESCRITORES DO DESEMPENHO OU DA CONDUTA**	**PONTUAÇÃO**	
		MÁXIMA	**OBTIDA**
CRITÉRIO I Qualidade do Trabalho: grau de exatidão, correção e clareza dos trabalhos executados.	Elaborou e executou planejamento coletivo semanal segundo a Proposta do Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA.	1,00	
	Entrega dentro do prazo determinado conforme orientações da Equipe Gestora/ Professor Articulador da Unidade de Ensino os documentos necessários ao registro do Histórico Escolar do aluno (planejamento, diário, relatórios descritivos, quando solicitado, que contemplam as informações quanto aos avanços e necessidades de aprendizagem do mesmo).	0,50	
	Informa e busca soluções junto ao Professor Articulador quanto às constantes faltas, indisciplina, violência, sonolência e outras situações que comprometam o rendimento dos alunos, bem como a evasão do Programa Escola em Tempo Ampliado.	0,50	
	Seguiu as orientações feitas pelo Professor Articulador referentes: **A)** Ao planejamento com objetivos claros; **B)** Às práticas em sala de aula; **C)** À organização e elaboração de materiais de apoio para superação das dificuldades de aprendizagem de acordo com as necessidades dos alunos;	1,00	
SUBTOTAL	---	**3,0**	

CRITÉRIO	**DESCRITORES DO DESEMPENHO OU DA CONDUTA**	**PONTUAÇÃO**	
		MÁXIMA	**OBTIDA**
CRITÉRIO II	Executou em suas rotinas semanais:	0,50	

Produtividade no trabalho: volume de trabalho executado em determinado espaço e tempo.	Atividades interdisciplinares que contemplem os direitos referentes às Áreas do Conhecimento.		
	Colaborou e compareceu à eventos e atividades socioculturais realizadas pela Unidade Escolar: **A)** Compareceu ou colaborou em todos: 1,0 **B)** Compareceu ou colaborou em mais de 50%: 0,5 **C)** Compareceu em menos de 50%: zero	1,0	
SUBTOTAL	**----**	**1,50**	
CRITÉRIO III Iniciativa e presteza: comportamento proativo no âmbito de atuação, buscando garantir eficiência e eficácia na execução dos trabalhos.	Monitora a frequência do educando participantes do Programa Escola em Tempo Ampliado – ETA, tomando as providencias cabíveis em relação as faltas, buscando junto a família e escola informações relacionadas as ausências.	0,25	
	Informa e busca soluções junto ao Professor Articulador quanto às constantes faltas, indisciplina, violência, sonolência e outras situações que comprometam o rendimento dos alunos, bem como a evasão do Programa Escola em Tempo Ampliado.	0,25	
	Participa sempre e ativamente das atividades educacionais, reuniões de trabalho, estudo e planejamento.	0,25	
	Demonstra interesse, disponibilidade e agilidade no exercício de suas atribuições.	0,25	
SUBTOTAL	**---**	**1,00**	
CRITÉRIO IV Disciplina	**Assiduidade/ Pontualidade –** Comparece regularmente, cumpre carga horária definida para o cargo que ocupa e permanece no local de trabalho, executando as atribuições que lhe são devidas.	0,50	
	Uso adequado dos equipamentos e instalações: Demonstra cuidado e zelo na utilização e conservação de equipamentos e instalações, no exercício das atividades.	0,50	
	Ética profissional: Demonstra autocontrole no exercício da função, exercendo-a com autoridade, agindo de forma preventiva nas questões de indisciplina, buscando o diálogo diante de situações conflituosas envolvendo Equipe Gestora, colegas, pais e alunos?	1,00	
SUBTOTAL	**---**	**2,00**	

CRITÉRIO	**DESCRITORES DO DESEMPENHO OU DA CONDUTA**	**PONTUAÇÃO**	
		MÁXIMA	**OBTIDA**
CRITÉRIO V Capacidade do trabalho em equipe: capacidade de desenvolver as atividades e tarefas em equipe, valorizando o trabalho em conjunto na busca de resultados comuns.	Desenvolve de forma regular atividades e tarefas em equipe de trabalho.	0,75	
	Sabe ouvir e discordar de forma respeitosa das ideias dos demais membros da equipe, acatando a decisão da maioria.	0,75	
	Participa das atividades e ações coletivas ou colegiadas desenvolvidas pela unidade administrativa.	0,50	
	Mantém um bom relacionamento e interação com os colegas, contribuindo para o estabelecimento de um clima agradável de trabalho.	0,50	
SUBTOTAL	**----**	**2,50**	
TOTAL	**----**	**10,00**	

TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS_____

MONITOR_____

_____**COMISSÃO:**

_____

Várzea Grande – MT, _____de _____de _____.

V. MONITOR (TAE OU TSAE) que desempenha suas funções no Projeto ETA (Informática, Dança, Música, Manuseio da Terra, Esporte, Artesanato, Teatro)

UNIDADE DE ESCOLAR:

_____

NOME:

_____

_____

HABILITAÇÃO:

_____

_____

CARGA HORÁRIA SEMANAL:

_____

CPF:_____

RG_____

ENDEREÇO:

_____

_____

BAIRRO_____

Nº_____ **TELEFONES:**_____

CIDADE_____ **CEP:**

_____

CRITÉRIO	**DESCRITORES DO DESEMPENHO OU DA CONDUTA**	**PONTUAÇÃO**	
		MÁXIMA	**OBTIDA**
Critério I Qualidade do Trabalho: grau de exatidão, correção e clareza dos trabalhos executados.	Elaborou e executou planejamento coletivo semanal segundo a Proposta do Projeto Escola em Tempo Ampliado.	1,00	
	Entrega dentro do prazo determinado conforme orientações da Equipe Gestora/ Professor Articulador da Unidade de Ensino os documentos necessários ao registro do Histórico Escolar do aluno (planejamento ,diário, relatórios descritivos, quando solicitado, que contemplam as informações quanto aos avanços e necessidades de aprendizagem do mesmo).	0,50	
	Informa e busca soluções junto ao Professor Articulador quanto às constantes faltas, indisciplina, violência, sonolência e outras situações que comprometam o rendimento dos alunos, bem como a evasão do Projeto Escola em Tempo Ampliado.	1,00	
	Seguiu as orientações feitas pelo Professor Articulador referentes: **A)** Ao planejamento com objetivos claros; **B)** Às práticas em sala de aula; **C)** À organização e elaboração de materiais de apoio para superação das dificuldades de aprendizagem de acordo com as necessidades dos alunos;	1,00	
SUBTOTAL	---	**3,50**	

CRITÉRIO	**DESCRITORES DO DESEMPENHO OU DA CONDUTA**	**PONTUAÇÃO**	
		MÁXIMA	**OBTIDA**
Critério II Produtividade no trabalho: volume de trabalho executado em determinado espaço e tempo.	- Executou em suas rotinas semanais: Atividades interdisciplinares que contemplem os direitos referentes às Áreas do Conhecimento;	0,50	
	Colaborou e compareceu à eventos e atividades socioculturais realizadas pela UE? **a)** Compareceu ou colaborou em todos: 1,0 **b)** Compareceu ou colaborou em mais de 50%:0,5 **c)** Compareceu em menos de 50%: zero	1,00	
SUBTOTAL	**----**	**1,50**	
Critério III Iniciativa e presteza: comportamento proativo no âmbito de atuação, buscando garantir eficiência e eficá-	Monitora a frequência do educando participantes do projeto E.T.A, tomando as providencias cabíveis em relação as faltas, buscando junto a família e escola informações relacionadas as ausências;	0,25	

cia na execução dos trabalhos.	Informa e busca soluções junto ao Professor Articulador quanto às constantes faltas, indisciplina, violência, sonolência e outras situações que comprometam o rendimento dos alunos, bem como a evasão do Projeto Escola em Tempo Ampliado.	0,25	
	Participa sempre e ativamente das atividades educacionais, reuniões de trabalho, estudo e planejamento.	0,25	
	Demonstra interesse, disponibilidade e agilidade no exercício de suas atribuições.	0,25	
SUBTOTAL	**---**	**1,00**	
Critério IV Disciplina	**Assiduidade/ Pontualidade –** Comparece regularmente, cumpre carga horária definida para o cargo que ocupa e permanece no local de trabalho, executando as atribuições que lhe são devidas.	0,50	
	Uso adequado dos equipamentos e instalações: Demonstra cuidado e zelo na utilização e conservação de equipamentos e instalações, no exercício das atividades.	0,50	
	Ética profissional: Demonstra autocontrole no exercício da função, exercendo-a com autoridade, agindo de forma preventiva nas questões de indisciplina, buscando o diálogo diante de situações conflituosas envolvendo Equipe Gestora, colegas, pais e alunos?	1,00	
SUBTOTAL	**---**	**2,0**	

CRITÉRIO	**DESCRITORES DO DESEMPENHO OU DA CONDUTA**	**PONTUAÇÃO**	
		MÁXIMA	**OBTIDA**
Critério V Capacidade do trabalho em equipe: capacidade de desenvolver as atividades e tarefas em equipe, valorizando o trabalho em conjunto na busca de resultados comuns.	Desenvolve de forma regular atividades e tarefas em equipe de trabalho.	0,50	
	Sabe ouvir e discordar de forma respeitosa das ideias dos demais membros da equipe, acatando a decisão da maioria.	0,50	
	Participa das atividades e ações coletivas ou colegiadas desenvolvidas pela unidade administrativa.	0,50	
	Mantém um bom relacionamento e interação com os colegas, contribuindo para o estabelecimento de um clima agradável de trabalho.	0,50	
SUBTOTAL	**----**	**2,00**	
TOTAL	**----**	**10,00**	

TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS_____

MONITOR_____

_____**COMISSÃO:**

_____

_____

Várzea Grande – MT, _____de _____de _____.

PORTARIA Nº 159/2018/GS/SMECEL/VG/MT

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e atendendo o disposto na Lei da Gestão Democrática N° 2.380/2001.

RESOLVE:

Art. 1°. DESIGNAR o profissional do magistério público, **Sandra Regina Rodrigues de Souza Tudeia**, para exercer em Comissão, a função de **Coordenador Pedagógico** do Centro Municipal de Educação Infantil Isabel Pinto de Campos, a partir de **27 de Setembro de 2018.**

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de Setembro de 2018.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande – MT, 03 de Setembro de 2018.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

.

PORTARIA 174/2018

Dispõe sobre a concessão de férias a servidora **FABIOLA JOSSELY DA SILVA ASSUNÇÃO ALMEIDA** e dá outras providências.

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG, no uso de sua atribuição legal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 10 (dez) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2016/2017, a servidora **FABIOLA JOSSELY DA SILVA ASSUNÇÃO ALMEIDA**, cargo de Coordenadora do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – **PREVIVAG**, a partir de **01/10/2018**.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande/MT, 03 de outubro de 2018.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2018

PARTES: Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG e a Empresa. TELEMAR NORTE LESTE S/A (OI)

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 021/2018.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em telecomunicações, que possuam outorga da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, para prestação de serviços de **Telefonia Móvel Pessoal (SMP - Serviço Móvel Pessoal)**,na modalidade **Local, Serviço Telefônico Comutado de Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional – LDI, originados de terminais móveis e conexão remota**, com fornecimento de aparelhos digitais e mini modems portáteis em regime de comodato, para atender o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/MT,

VALOR: o valor global do contrato é de R$ 66.999,81 (sessenta e seis mil, novecentos e noventa nove reais e oitenta e um centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

FORO: Várzea Grande-MT.

ASSINATURA: 27/09/2018

Várzea Grande, 03 de outubro de 2018.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE DO DAE-VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 073/2018

PORTARIA Nº 073/2018

Ricardo Azevedo Araújo – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e;

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

ADESÃO/CARONA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE - MATO GROSSO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 089/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE – MT

CONTRATO Nº 032/2017 – OI/S.A

TELEFONIA MÓVEL

Objeto: Contratação de empresa especializada em telecomunicação para prestação de serviços de comunicação de dados (Acesso a Internet Dedicado), incluindo instalações, configuração, manutenção e serviços técnicos de suporte durante a vigência do contrato, conforme especificações técnicas constante neste contrato para atender as necessidades do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande – MT.

Fiscal: Evanilze Valeide da Silva

RG N.º 11696583 SJ/MT CPF N.º 700.357.411-04

END.º: Rua Amapá Quadra 32 Casa 22 Bairro: Cidade Verde Cidade: Cuiabá/MT

Matricula N.º 2.067

Suplente de Fiscal: Ivanir Silva Bezerra

RG N.º 16511808 SSP/MT CPF N.º 010.989.161-90

END.º: Av. Escolastica Pinto Quadra 159 n.º 12 Bairro: Costa Verde Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 1.915

Art. 1°. A fiscalização da correta execução do objeto e das clausulas presente no contrato extingue-se com o término da vigência do mesmo.

Art. 2°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 03 de outubro de 2018.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

AVISO DE ANULAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2018- REGISTRO DE PREÇO/MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO Nº 526970/2018. Objeto:Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa capacitada em prestação de serviços em confecção de quadros com moldura e impressão de fotos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. Por decisão proferida nos autos do Pregão Eletrônico n.50/2018 com o seguinte teor: Decide **ANULAR** por vicio de legalidade, os atos constituintes do certame, RECONHECENDO a impossibilidade de reaproveitar o mesmo processo de licitação (com o mesmo número), para a realização de novo certame, uma vez que aquela já se encontra extinto pelo seu fracasso, DECRETANDO a INVALIDAÇÃO do ato que repetiu a licitação, publicado em 21/09/2018 e aqueles deles derivados, aproveitando-se os atos anteriores praticados regularmente, conforme art. 49 da Lei nº 8.666/1993, e conforme autoriza jurisprudência do Tribunal de Contas da União constantes do acórdão TCU ns. 1904/2008, 972/2012, todos Plenario. Várzea Grande/MT, 03 de Outubro de 2018. **Pablo Gustavo Moraes Pereira** - Secretario Municipal de Administração.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO TERMO DE RESCISÃO/DISTRATO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2013

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE – DAE/VG, autarquia municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 02. 555.079/0001-42, com sede na Av. Júlio Campos, nº 2.599, Bairro Jardim dos Estados – Várzea Grande/MT, neste ato representado por seu Diretor Presidente Sr. Ricardo Azevedo Araújo, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado a empresa **CLARO S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 40.432.544/0001-47, com Sede na Rua Florida, nº 1970, Cidade Monções São Paulo, neste Ato Representado pela Procuradora Sra. Suzana Araújo Lira Moura, brasileira, casada, portadora do RG n.º 1748057 SSP/DF e CPF n.º 704.039.451-00, doravante denominada CONTRATADA, tem justo e acertado entre si, o que se segue relativamente o presente Termo de Distrato do Contrato de Prestação de Serviços de Telefonia, para fins de atendimento do interesse público.

Considerando que o Contrato foi prorrogado em comum acordo, pelo prazo de 5 anos, porém por imposição da Lei nº 8.666/1993, que determina que a duração dos contratos dessa natureza (serviços contínuos) não pode superar o limite de 60 (sessenta) meses, o Contrato em epígrafe não poderá mais ser renovado, pois a prorrogação acarretaria a extrapolação desse limite;

Considerando ainda que o DAE/VG terá que contratar uma nova empresa para a prestação dos serviços diante a necessidade de utilização dos serviços de telefonia móvel;

Considerando que a rescisão amigável do contrato administrativo é um instituto previsto no artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, que dispõe que, o contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes, reduzida a termo a rescisão no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

Considerando ainda a conveniência da presente rescisão, para que a empresa a ser contratada inicie o processo de portabilidade e realize o pedido dos aparelhos a fim de que não haja interrupção dos serviços de telefonia móvel.

As partes acordam em celebrar a presente Rescisão Consensual, nos termos e condições previstas nas Cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

As partes acima qualificadas resolvem de comum acordo e, na forma do Processo Administrativo nº 014/2013 que culminou na contratação da empresa **CLARO S/A**, RESCINDIR AMIGAVELMENTE o Contrato, a partir de 27 de setembro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes dão entre si quitações mútuas relativamente à contratação havida, declarando inexistirem descumprimentos das cláusulas do contrato original, bem como quaisquer pendências e obrigações, com exceção ao direito de recebimento do valor correspondente aos serviços prestados ao CONTRATANTE até a data da rescisão, de acordo com as condições estabelecidas no Contrato.

Sendo assim exoneram-se de qualquer reclamação futura decorrente da presente rescisão contratual, nas esferas cíveis, administrativas e criminais.

E, por estarem ajustados, assinam o presente Termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas presenças de duas testemunhas.

Várzea Grande/MT, 20 de Setembro de 2018.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

Diretor Presidente – DAE

CLARO S/A

Suzana Araújo Lira Moura

EXTRATO CONTRATO N. 121/2018

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA, inscrita no CNPJ n°. 03.076.083/0001-90 e Inscrição Estadual nº. 13.187.541-8. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado aos termos e condições da TOMADA DE PREÇOS nº 04/2018 que passa a fazer parte integrante do presente Contrato, juntamente com a proposta da CONTRATADA, vinculado à Lei n. 8.666/93, e alterações, regulando suas cláusulas, bem assim nos casos omissos, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e as estabelecidas neste instrumento, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 533082/2018. OBJETO: Tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução das obras de pavimentação e drenagem das Avenidas A, Rua A, Travessa A, Rua Livramento, Rua E, Rua Jacaranda, Rua Europa, Rua das Hortências, Rua Independência, No Bairro ASA BRANCA – SANTA ISABEL e as Ruas Noronha dos Santos, Calógeras, Rio Amazonas, Rio Xingu, Rio Negro e Cancioneiro, No Bairro NOVA ERA, conforme projeto e planilhas anexo a este Projeto Básico . VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global estimado de R$ 2.495.301,34 (Dois milhões quatrocentos e noventa e cinco mil trezentos e um reais e trinta e quatro centavos). UO: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS DO: 37.02.15.451.0022. P/A: 1.559. ND: 4. 4.90.51.00.00.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES. FONTE: 0190/0100. VIGÊNCIA: Terá vigência de 360 (trezentos e sessenta) dias, a partir da data de sua assinatura . FISCAL DO CONTRATO: Fica designado para este ato, o Servidor CLOVIS PEREIRA MENDES FILHO, portador da Cédula de Identidade RG n. 0261.023 SSP/MT e inscrito no CPF n. 175.814. 601-00.

DATA DE ASSINATURA: 02.10.2018

LUIZ CELSO MORAIS E OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação, Obras e Urbanismo –

CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA

Contratada

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO N. 086/2013

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a EMPRESA MATERIAL FORTES INCORPORADORA LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 10.505.889/0001-12 e Inscrição Estadual nº. 13.364.491-0. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL encontra fundamentação legal no inciso XII, do Artigo 78 e inciso II, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93, e na Cláusula Décima Quarta – Da Rescisão Contratual do Termo de Contrato n.º 086/2013 originalmente celebrado, bem como aos documentos acostados ao Processo GESPRO Nº. 528351/2018. OBJETO: Considerando que o MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, juntamente com a EMPRESA MATERIAL FORTES INCORPORADORA LTDA, não tem interesse na continuidade do Contrato nº. 086/2013 celebrado entre os partícipes, resolvem celebrar este TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO cujo objeto é a execução de obras de construção de Unidades Habitacionais nas Regiões do Bairro São João (Ipanema e Planalto Beira Rio) e Ikaraí (Nova Era) no Município de Várzea Grande, por ausência de interesse de ambos em seu prosseguimento. RESCISÃO: Por força da presente RESCISÃO AMIGÁVEL, as partes dão por terminado o Termo de Contrato n.º 086/2013 de que trata a Cláusula Décima Quarta – Do Objeto, nada mais tendo que reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindidas, dando por encerrados os termos da avença a partir desta data. VIGÊNCIA: Este TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL surtirá os efeitos legais a partir do dia 14 de Setembro de 2018, data da assinatura do presente Termo.

DATA DE ASSINATURA: 14.09.2018.

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Viação e Obras– PMVG/MT

MATERIAL FORTES INCORPORADORA LTDA

CONTRATADA

PORTARIA Nº 072/CORREG. GERAL/ 2018.

O Corregedor Geral da Guarda Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 4.108/2015, de 12 de novembro de 2015, Lei Complementar nº. 4.180/2016, de 30 de dezembro de 2016, e tendo em vista o disposto no Art. 6º, III, b, Art.9º e Art. 23 a 29 todos do Decreto nº. 80 de 17 de dezembro de 2015 e, Portaria GAB/PREF/PMVG nº 023/2018 de 28 de junho de 2018;

Considerando o recebimento nesta Corregedoria da denúncia apresentada pelo Sr. Jucimar Silva Correa em 27 de junho de 2018 tendo como Denunciado o GM A.K e Guarnição*;*

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR que a Comissão de Procedimentos Administrativos Disciplinares, composta pelos servidores **Maurício** Rodrigues da Silva, matricula nº 35.127, **Sidney** de Oliveira do Carmo, Matricula nº 43.248 e Roseir **Brandão** Dionisio, matricula nº 41.212, nomeada pela Portaria 023/2018 de 28 de junho de 2018, sediada na Rua Gonçalo Gomes nº 412, Bairro da Manga, para, sob a Presidência do Sr. **Maurício** Rodrigues da Silva instaure **SINDICÂNCIA** que apure no prazo de 30 (trinta) dias, possíveis enquadramentos às Leis e Decretos que regem a Guarda Municipal de Várzea Grande, e subsidiariamente o Estatuto do Servidor Publico de Várzea Grande, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos constantes nos documentos encaminhados com a denúncia, em tese, com indícios de transgressão/infração administrativa/disciplinar atribuída a servidor, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos

Art. 2º. Esta Portaria entra em Vigor na data de sua Publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 03 de outubro de 2018.

Jackson Nunes Cunha

Corregedor Geral – GMVG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PERÍODO DETERMINADO Nº. 116/2018

Que entre em si fazem, de um lado, o **MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE**, Estado de Mato Grosso, pessoa Jurídica de direito Publico interno, doravante simplesmente denominando **CONTRATANTE**, com Administração sita à Rua Dr. Mário Corrêa, s/nº, devidamente inscrito no CNPJ-MF sob o n° 03. 214.160/0001-21, neste ato representando por seu Prefeito Municipal Sr. **Wagner Vicente da Silveira,** brasileiro, casado, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 1204679890,

portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, e de outro lado, Sr(a). **LUIZA FRAZÃO DE ALMEIDA** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade, sob o RG 0728998-7 SSP/MT e do CPF 536.105.631-68, residente e domiciliado neste município, aqui denominada simplesmente **CONTRATADA**, regulando pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - A **CONTRATADA**, pelo instrumento particular, se compromete a prestar serviços para o **CONTRATANTE** como **Professora de Pedagogia** perfazendoa carga horária de **20 horas semanais**, desempenhando suas funções junto a Secretaria Municipal de Educação deste Município, por um período de no Maximo 100 horas mensais, observada a compensação de horário á critério da chefia imediata.

§ 1º - Este contrato faz lei entre as partes, as quais concordam expressamente com seu inteiro teor, desistindo desde já de quaisquer outros direitos nele não contidos, importando ainda em declaração da **CONTRATADA** de não acúmulo remunerado de cargos públicos, para os fins previstos na legislação em vigor.

§ 2° - Para efeito deste contrato, não auferirá a **CONTRATADA** as vantagens previstas na **Lei Municipal n°424**, de 28 de abril de 1992, a que fazem jus os servidores do Quadro de Pessoal Permanente do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - **DO VALOR -** Em retribuição aos serviços prestados, o **CONTRATANTE** pagara à **CONTRATADA,** mensalmente, até o décimo dia útil do mês ao vencido. O valor de **R$ 1.532,52** (hum mil, quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos), que será reajustado, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar os vencimentos dos servidores municipais, sobre os quais incidirão os descontos sociais devidos, tais como INSS, IRPF e etc.

CLÁUSULA TERCEIRA – **DAS RESPONSABILIDADES FUNCIONAIS** - A **CONTRATADA** perderá a remuneração dos dias que faltar ao serviço, calculado proporcionalmente ao valor previsto na cláusula anterior, cujo montante obtido será descontado quando do pagamento mensal que lhe fizer o **CONTRATANTE**, salvo compensação do período não trabalhando ou motivo justificado, devidamente apreciado e homologado pela Administração Municipal, ouvida, se necessária, a chefia imediata.

CLÁUSULA QUARTA – **DA REGÊNCIA E RECURSOS** - Este Contrato é regido pelas disposições da **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**, combinadas, no que couber, com a **Lei Municipal n° 523**, de 01 de abril de 1997, com a **Lei Municipal nº 695/2005** de 09 de novembro de 2005, com a **Lei Municipal n° 558**, de 05 de maio de 1999, e no que couber com a **Lei complementar 066/2016** de 01 de março de 2016,com a **Lei Municipal nº.1.361/2018** de 23 de janeiro de 2018, correndo as despesas de sua execução por conta de recursos próprio da Administração Municipal consignados na seguinte dotação da atual Lei Orçamentária Anual:

05 – Secretaria Municipal de Educação

04 –FUNDEB

2.016- Manutenção da folha do Professor ensino Fundamental – FUNDEB 60%

3.1.90.04.00.103 – Contratação por tempo determinado.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - Competirá à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda fiscalizar e acompanhar o cumprimento da execução deste contrato, o que não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA.**

CLÁUSULA SEXTA - **DAS PENALIDADES** - A inobservância, pela **CONTRATADA**, de cláusula e de obrigação constante deste contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, implicará na sua rescisão automática de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, ficando estipulado uma multa de 2% (dois por cento) sobre o seu valor global, para a parte que infringir por qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA SÉTIMA – **DO PRAZO DE VALIDADE** - O presente Contrato, terá duração de 03 (três) meses 01 (um) dia, com início em 20 de setembro de 2018 e término em 21 de dezembro de 2018, podendo ser rescindido a qualquer tempo por comum acordo das partes, e ou unilateralmente por qualquer delas, mediante prévia e expressa notificação com antecedência mínima de trinta dias.

CLÁUSULA OITAVA – **DA RELAÇÃO DE TRABALHO** – O Presente Contrato, não cria vinculo empregatício, entre as partes ficando ambas desobrigadas entre si, findo presente instrumento, ficando ciente que por conta disso, não terá a **CONTRATADA,** direito ao recebimento de ferias e 13º salário. Podendo contudo, serem pagas a critério de autorizações superiores.

CLÁUSULA NONA – **DO FORO** – Para dirimir quaisquer duvidas oriundas dos termos do presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em três (03) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela Santíssima Trindade –MT, 20 de setembro de 2018.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

LUIZA FRAZÃO DE ALMEIDA

Contratada

TESTEMUNHAS

_____

NOME: SUELY PEREIRA DA SILVA

CPF: 420.527.341-04

RG: 07290276 SSP/MT

_____

NOME: REGINA LEONORA DE SOUZA

CPF: 581.807.531-15

RG: 719.520 SSP/MT

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PERÍODO DETERMINADO Nº. 115/2018

Que entre em si fazem, de um lado, o **MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE**, Estado de Mato Grosso, pessoa Jurídica de direito Publico interno, doravante simplesmente denominando **CONTRATANTE**, com Administração sita à Rua Dr. Mário Corrêa, s/nº, devidamente inscrito no CNPJ-MF sob o n° 03. 214.160/0001-21, neste ato representando por seu Prefeito Municipal Sr. **Wagner Vicente da Silveira,** brasileiro, casado, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 1204679890, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, e de outro lado, Sr(a). **HOSANA FERNANDES LEITE** brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade, sob o RG 0732166-0 SSP/MT e do CPF 993.429.521-00, residente e domiciliado neste município, aqui denominada simplesmente **CONTRATADA**, regulando pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - A **CONTRATADA**, pelo instrumento particular, se compromete a prestar serviços para o **CONTRATANTE** como **Professora de Pedagogia** perfazendoa carga horária de **20 horas semanais**, desempenhando suas funções junto a Secretaria Municipal de Educação deste Município, por um período de no Maximo 100 horas

mensais, observada a compensação de horário á critério da chefia imediata.

§ 1º - Este contrato faz lei entre as partes, as quais concordam expressamente com seu inteiro teor, desistindo desde já de quaisquer outros direitos nele não contidos, importando ainda em declaração da **CONTRATADA** de não acúmulo remunerado de cargos públicos, para os fins previstos na legislação em vigor.

§ 2° - Para efeito deste contrato, não auferirá a **CONTRATADA** as vantagens previstas na **Lei Municipal n°424**, de 28 de abril de 1992, a que fazem jus os servidores do Quadro de Pessoal Permanente do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - **DO VALOR -** Em retribuição aos serviços prestados, o **CONTRATANTE** pagara à **CONTRATADA,** mensalmente, até o décimo dia útil do mês ao vencido. O valor de **R$ 1.532,52** (hum mil, quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos), que será reajustado, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar os vencimentos dos servidores municipais, sobre os quais incidirão os descontos sociais devidos, tais como INSS, IRPF e etc.

CLÁUSULA TERCEIRA – **DAS RESPONSABILIDADES FUNCIONAIS** - A **CONTRATADA** perderá a remuneração dos dias que faltar ao serviço, calculado proporcionalmente ao valor previsto na cláusula anterior, cujo montante obtido será descontado quando do pagamento mensal que lhe fizer o **CONTRATANTE**, salvo compensação do período não trabalhando ou motivo justificado, devidamente apreciado e homologado pela Administração Municipal, ouvida, se necessária, a chefia imediata.

CLÁUSULA QUARTA – **DA REGÊNCIA E RECURSOS** - Este Contrato é regido pelas disposições da **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**, combinadas, no que couber, com a **Lei Municipal n° 523**, de 01 de abril de 1997, com a **Lei Municipal nº 695/2005** de 09 de novembro de 2005, com a **Lei Municipal n° 558**, de 05 de maio de 1999, e no que couber com a **Lei complementar 066/2016** de 01 de março de 2016,com a **Lei Municipal nº.1.361/2018** de 23 de janeiro de 2018, correndo as despesas de sua execução por conta de recursos próprio da Administração Municipal consignados na seguinte dotação da atual Lei Orçamentária Anual:

05 – Secretaria Municipal de Educação

04 –FUNDEB

2.016- Manutenção da folha do Professor ensino Fundamental – FUNDEB 60%

3.1.90.04.00.103 – Contratação por tempo determinado.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - Competirá à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda fiscalizar e acompanhar o cumprimento da execução deste contrato, o que não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA.**

CLÁUSULA SEXTA - **DAS PENALIDADES** - A inobservância, pela **CONTRATADA**, de cláusula e de obrigação constante deste contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, implicará na sua rescisão automática de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, ficando estipulado uma multa de 2% (dois por cento) sobre o seu valor global, para a parte que infringir por qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA SÉTIMA – **DO PRAZO DE VALIDADE** - O presente Contrato, terá duração de 03 (três) meses 01 (um) dia, com início em 20 de setembro de 2018 e término em 21 de dezembro de 2018, podendo ser rescindido a qualquer tempo por comum acordo das partes, e ou unilateralmente por qualquer delas, mediante prévia e expressa notificação com antecedência mínima de trinta dias.

CLÁUSULA OITAVA – **DA RELAÇÃO DE TRABALHO** – O Presente Contrato, não cria vinculo empregatício, entre as partes ficando ambas desobrigadas entre si, findo presente instrumento, ficando ciente que por conta disso, não terá a **CONTRATADA,** direito ao recebimento de ferias e 13º salário. Podendo contudo, serem pagas a critério de autorizações superiores.

CLÁUSULA NONA – **DO FORO** – Para dirimir quaisquer duvidas oriundas dos termos do presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em três (03) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela Santíssima Trindade –MT, 20 de setembro de 2018.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

HOSANA FERNANDES LEITE

Contratada

TESTEMUNHAS

_____

NOME: SUELY PEREIRA DA SILVA

CPF: 420.527.341-04

RG: 07290276 SSP/MT

_____

NOME: REGINA LEONORA DE SOUZA

CPF: 581.807.531-15

RG: 719.520 SSP/MT

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PERÍODO DETERMINADO Nº. 114/2018

Que entre em si fazem, de um lado, o **MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE**, Estado de Mato Grosso, pessoa Jurídica de direito Publico interno, doravante simplesmente denominando **CONTRATANTE**, com Administração sita à Rua Dr. Mário Corrêa, s/nº, devidamente inscrito no CNPJ-MF sob o n° 03. 214.160/0001-21, neste ato representando por seu Prefeito Municipal Sr. **Wagner Vicente da Silveira,** brasileiro, casado, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 1204679890, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, e de outro lado, Sr(a). **MARIA BERNADETE FERREIRA DE SOUZA** brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade, sob o RG 164797-0 SSP/MT e do CPF 208.368.991-72, residente e domiciliado neste município, aqui denominada simplesmente **CONTRATADA**, regulando pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - A **CONTRATADA**, pelo instrumento particular, se compromete a prestar serviços para o **CONTRATANTE** como **Professora de Pedagogia** perfazendoa carga horária de **20 horas semanais**, desempenhando suas funções junto a Secretaria Municipal de Educação deste Município, por um período de no Maximo 100 horas mensais, observada a compensação de horário á critério da chefia imediata.

§ 1º - Este contrato faz lei entre as partes, as quais concordam expressamente com seu inteiro teor, desistindo desde já de quaisquer outros direitos nele não contidos, importando ainda em declaração da **CONTRATADA** de não acúmulo remunerado de cargos públicos, para os fins previstos na legislação em vigor.

§ 2° - Para efeito deste contrato, não auferirá a **CONTRATADA** as vantagens previstas na **Lei Municipal n°424**, de 28 de abril de 1992, a que fazem jus os servidores do Quadro de Pessoal Permanente do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - **DO VALOR -** Em retribuição aos serviços prestados, o **CONTRATANTE** pagara à **CONTRATADA,** mensalmente, até o décimo dia útil do mês ao vencido. O valor de **R$ 1.532,52** (hum mil, quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos), que será reajustado, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar os vencimentos dos servidores municipais, sobre os quais incidirão os descontos sociais devidos, tais como INSS, IRPF e etc.

CLÁUSULA TERCEIRA – **DAS RESPONSABILIDADES FUNCIONAIS** - A **CONTRATADA** perderá a remuneração dos dias que faltar ao serviço, calculado proporcionalmente ao valor previsto na cláusula anterior, cujo montante obtido será descontado quando do pagamento mensal que lhe fizer o **CONTRATANTE**, salvo compensação do período não trabalhando ou motivo justificado, devidamente apreciado e homologado pela Administração Municipal, ouvida, se necessária, a chefia imediata.

CLÁUSULA QUARTA – **DA REGÊNCIA E RECURSOS** - Este Contrato é regido pelas disposições da **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**, combinadas, no que couber, com a **Lei Municipal n° 523**, de 01 de abril de 1997, com a **Lei Municipal nº 695/2005** de 09 de novembro de 2005, com a **Lei Municipal n° 558**, de 05 de maio de 1999, e no que couber com a **Lei complementar 066/2016** de 01 de março de 2016,com a **Lei Municipal nº.1.361/2018** de 23 de janeiro de 2018, correndo as despesas de sua execução por conta de recursos próprio da Administração Municipal consignados na seguinte dotação da atual Lei Orçamentária Anual:

05 – Secretaria Municipal de Educação

04 –FUNDEB

2.016- Manutenção da folha do Professor ensino Fundamental – FUNDEB 60%

3.1.90.04.00.103 – Contratação por tempo determinado.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - Competirá à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda fiscalizar e acompanhar o cumprimento da execução deste contrato, o que não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA.**

CLÁUSULA SEXTA - **DAS PENALIDADES** - A inobservância, pela **CONTRATADA**, de cláusula e de obrigação constante deste contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, implicará na sua rescisão automática de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, ficando estipulado uma multa de 2% (dois por cento) sobre o seu valor global, para a parte que infringir por qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA SÉTIMA – **DO PRAZO DE VALIDADE** - O presente Contrato, terá duração de 03 (três) meses 10 (dez) dias, com início em 11 de setembro de 2018 e término em 21 de dezembro de 2018, podendo ser rescindido a qualquer tempo por comum acordo das partes, e ou unilateralmente por qualquer delas, mediante prévia e expressa notificação com antecedência mínima de trinta dias.

CLÁUSULA OITAVA – **DA RELAÇÃO DE TRABALHO** – O Presente Contrato, não cria vinculo empregatício, entre as partes ficando ambas desobrigadas entre si, findo presente instrumento, ficando ciente que por conta disso, não terá a **CONTRATADA,** direito ao recebimento de ferias e 13º salário. Podendo contudo, serem pagas a critério de autorizações superiores.

CLÁUSULA NONA – **DO FORO** – Para dirimir quaisquer duvidas oriundas dos termos do presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em três (03) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela Santíssima Trindade –MT, 11 de setembro de 2018.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

MARIA BERNADETE FERREIRA DE SOUZA

Contratada

TESTEMUNHAS

_____

NOME: SUELY PEREIRA DA SILVA

CPF: 420.527.341-04

RG: 07290276 SSP/MT

_____

NOME: REGINA LEONORA DE SOUZA

CPF: 581.807.531-15

RG: 719.520 SSP/MT

CONVITE AUDIÊNCIA PUBLICA

A Secretaria Municipal de Saúde de Vila Bela Ss. Trindade–MT, em cumprimento aos termos do art. 36§ 5º, da lei Complementar nº141/2012, vem mui respeitosamente convida-los para a Audiência Publica que realizar-se a no dia 05/10/2018 as 16h00min na Secretaria Municipal de Saúde de Vila Bela Ss. Trindade, onde apresentaremos o Relatório do 2º Quadrimestre de Gestão de 2018.

Cordialmente,

Daiana Fernanda Marin Macedo - Secretária Municipal de Saúde

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PERÍODO DETERMINADO Nº. 117/2018

Que entre em si fazem, de um lado, o **MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE**, Estado de Mato Grosso, pessoa Jurídica de direito Publico interno, doravante simplesmente denominando **CONTRATANTE**, com Administração sita à Rua Dr. Mário Corrêa, s/nº, devidamente inscrito no CNPJ-MF sob o n° 03. 214.160/0001-21, neste ato representando por seu Prefeito Municipal Sr. **Wagner Vicente da Silveira,** brasileiro, casado, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 1204679890, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, e de outro lado, Sr(a). **VALDIRENE RIBEIRO DOS SANTOS LIMA** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade, sob o RG 1167205-6 SSP/MT e do CPF 868.610.261-15, residente e domiciliado neste município, aqui denominada simplesmente **CONTRATADA**, regulando pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - A **CONTRATADA**, pelo instrumento particular, se compromete a prestar serviços para o **CONTRATANTE** como **Professora de Pedagogia (Aulas Excedentes)** perfazendoa carga horária de **20 horas semanais**, desempenhando suas funções junto a Secretaria Municipal de Educação deste Município, por um período de no Maximo 100 horas mensais, observada a compensação de horário á critério da chefia imediata.

§ 1º - Este contrato faz lei entre as partes, as quais concordam expressamente com seu inteiro teor, desistindo desde já de quaisquer outros direitos nele não contidos, importando ainda em declaração da **CONTRATADA** de não acúmulo remunerado de cargos públicos, para os fins previstos na legislação em vigor.

§ 2° - Para efeito deste contrato, não auferirá a **CONTRATADA** as vantagens previstas na **Lei Municipal n°424**, de 28 de abril de 1992, a que fazem jus os servidores do Quadro de Pessoal Permanente do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - **DO VALOR -** Em retribuição aos serviços prestados, o **CONTRATANTE** pagara à **CONTRATADA,** mensalmente, até o décimo dia útil do mês ao vencido. O valor de **R$ 1.532,52** (hum mil, quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos), que será reajustado, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar os vencimentos dos servidores municipais, sobre os quais incidirão os descontos sociais devidos, tais como INSS, IRPF e etc.

CLÁUSULA TERCEIRA – **DAS RESPONSABILIDADES FUNCIONAIS** - A **CONTRATADA** perderá a remuneração dos dias que faltar ao serviço, calculado proporcionalmente ao valor previsto na cláusula anterior, cujo montante obtido será descontado quando do pagamento mensal que lhe fizer o **CONTRATANTE**, salvo compensação do período não trabalhando ou motivo justificado, devidamente apreciado e homologado pela Administração Municipal, ouvida, se necessária, a chefia imediata.

CLÁUSULA QUARTA – **DA REGÊNCIA E RECURSOS** - Este Contrato é regido pelas disposições da **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**, combinadas, no que couber, com a **Lei Municipal n° 523**, de 01 de abril de 1997, com a **Lei Municipal nº 695/2005** de 09 de novembro de 2005, com a **Lei Municipal n° 558**, de 05 de maio de 1999, e no que couber com a **Lei complementar 066/2016** de 01 de março de 2016,com a **Lei Municipal nº.1.361/2018** de 23 de janeiro de 2018, correndo as despesas de sua execução por conta de recursos próprio da Administração Municipal consignados na seguinte dotação da atual Lei Orçamentária Anual:

05 – Secretaria Municipal de Educação

04 –FUNDEB

2.016- Manutenção da folha do Professor ensino Fundamental – FUNDEB 60%

3.1.90.04.00.103 – Contratação por tempo determinado.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - Competirá à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda fiscalizar e acompanhar o cumprimento da execução deste contrato, o que não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA.**

CLÁUSULA SEXTA - **DAS PENALIDADES** - A inobservância, pela **CONTRATADA**, de cláusula e de obrigação constante deste contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, implicará na sua rescisão automática de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, ficando estipulado uma multa de 2% (dois por cento) sobre o seu valor global, para a parte que infringir por qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA SÉTIMA – **DO PRAZO DE VALIDADE** - O presente Contrato, terá duração de 03 (três) meses 01 (um) dia, com início em 20 de setembro de 2018 e término em 21 de dezembro de 2018, podendo ser rescindido a qualquer tempo por comum acordo das partes, e ou unilateralmente por qualquer delas, mediante prévia e expressa notificação com antecedência mínima de trinta dias.

CLÁUSULA OITAVA – **DA RELAÇÃO DE TRABALHO** – O Presente Contrato, não cria vinculo empregatício, entre as partes ficando ambas desobrigadas entre si, findo presente instrumento, ficando ciente que por conta disso, não terá a **CONTRATADA,** direito ao recebimento de ferias e 13º salário. Podendo contudo, serem pagas a critério de autorizações superiores.

CLÁUSULA NONA – **DO FORO** – Para dirimir quaisquer duvidas oriundas dos termos do presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em três (03) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela Santíssima Trindade –MT, 20 de setembro de 2018.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

VALDIRENE RIBEIRO DOS SANTOS LIMA

Contratada

TESTEMUNHAS

_____

NOME: SUELY PEREIRA DA SILVA

CPF: 420.527.341-04

RG: 07290276 SSP/MT

_____

NOME: REGINA LEONORA DE SOUZA

CPF: 581.807.531-15

RG: 719.520 SSP/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI MUNICIPAL N° 1.585/2018 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO VALOR DE R$ 400.000,00 (QUATROCENTOS MIL REAIS), PARA A INCLUSÃO DE ELEMENTO DE DESPESAS NO ORÇAMENTO VIGENTE POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ABMAEL BORGES DAS SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, incluir o elemento de despesa no anexo da Lei Orçamentária Anual nº 1494/2017, no valor de R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), com redução de dotação orçamentária do Orçamento vigente.

Parágrafo único. Acrescente-se ao Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento, o seguinte elemento de despesa, conforme abaixo discriminado:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas

Unidade: 07.02 – Manutenção e Encargos com a Secretaria

Função: 15 – Urbanismo

Sub-Função: 15.452 – Serviços Urbanos

Programa: 15.452.0061 – Planejamento Urbano

Projeto/Atividade: 2.072 – Sinalização das Vias Públicas

Fonte: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Categoria Econômica: 3 Despesas Correntes

Grupo de Despesa: 3 Outras Despesas Correntes

Modalidade de Aplicação: 90 Aplicações Diretas

Elemento de Despesa: 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Valor: R$ 400.000,00

Artigo 2º - Para dar cobertura à abertura de crédito autorizado no artigo 1º serão anuladas das seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Viação e Obras Publicas	*Valor*
Unidade: 07-01 – Gabinete do Secretário	
P.A: 1.060 – Equipamento e Material Permanente	
(502) 4.4.90.52.00.00.00.00.0001 – Equipamentos e Materiais Permanentes	2.800,00
Unidade: 07-02 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
P.A: 1.061 – Aquisição de Veículos, Máquinas e Caminhões	

(548) 4.4.90.51.00.00.00.00.0001 – Obras e Instalações	133. 000,00

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração	*Valor*
Unidade: 03-01 – Gabinete do Secretário	
P.A: 1.016 – Reforma e Ampliação do Prédio do Paço Municipal	
(67) 4.4.90.51.00.00.00.00.0001 – Obras e Instalações	11.000,00
Unidade: 03-01 – Gabinete do Secretário	
P.A: 1.017– Construção do Estacionamento do Paço Municipal	
(68) 4.4.90.51.00.00.00.00.0001 – Obras e Instalações	195. 000,00

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Assistência Social	*Valor*
Unidade: 09-02 – Fundo Municipal de Assistência Social	
P.A: 1.087 – Reforma e Ampliação do Multiplouso	
(633) 4.4.90.51.00.00.00.00.0001 – Obras e Instalações	28. 200,00
P.A: 1.090 – Reforma e Ampliação do Centro de Referencia de Assistência Social	
(634) 4.4.90.51.00.00.00.00.0001 – Obras e Instalações	30. 000,00

VALOR TOTAL R$	**400.000,00**

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Vila Rica-MT, 03 de outubro de 2018.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.583/2018 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

"Dá nova redação ao Artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.569/2018, de 17 de Julho de 2018, autorizando ainda o Remanejamento e Transposição total de Recursos e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vila Rica aprova, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - O Artigo 1º da Lei Municipal nº 1.569/2018, de 17 de Julho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município – LOA nº 1.494/2017 - Exercício 2018, no valor de **R$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais)"**, na forma abaixo especificada:

Órgão: 05– Secretaria Municipal de Educação	**VALOR**
Unidade: 05.03 – Creche e Pre Escola	
P. A: 1.025 – Construção, Reforma e Ampliação de Escola Infantil	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.1000 – Indenizações e Restituições – Rec. Ord. (Livres)	R$ 20. 000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	***R$ 20. 000,00***

Art. 2º - Servirá de recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo 1º, na forma do artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964, os valores resultantes do Remanejamento e Transposição Total da dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 05– Secretaria Municipal de Educação	**VALOR**
Unidade: 05.03 – Creche e Pre Escola	
P. A: 1.025 – Construção, Reforma e Ampliação de Escola Infantil	
(910) 4.4.90.61.00.00.00.00.00.1000 – Aquisição de Imóveis – Rec. Ord. (Livres)	R$ 20. 000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	***R$ 20. 000,00***

Art. 3º - As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 03 de outubro de 2018.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2017/2020

LEI MUNICIPAL Nº 1.584/2018 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

.

"Autoriza o Poder Executivo Abrir Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado proceder à abertura de Créditos Adicionais Suplementares no valor de R$ 3.933.604,13 (Três milhões, novecentos e trinta e três mil, seiscentos e quatro reais e treze centavos), adicionando recursos no Orçamento do Município exercício de 2018, provenientes do Excesso de Arrecadação, destinados ao reforço de dotações orçamentárias do orçamento vigente.

Art. 2º - Os Créditos Adicionais Suplementares, nos termos do artigo 1º desta Lei, serão cobertos pelos recursos provenientes do excesso de arrecadação das receitas de custeio, nos termos do § 1º, inciso II do artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, conforme demonstrado no calculo de tendência de excesso de arrecadação - Fontes: **00.01.0000**- Recursos Ordinários, **00.01.0002** - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos- Saúde, **00.01.0015** – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, e **00.01.0016 –** Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE, **00.01.0022 -** Transferência de Convênios – Educação, **0018/0019** – Receitas FUNDEB, em anexo.

Art. 3º - Os Créditos Adicionais Suplementares referido no artigo 1º, serão desdobrados ao nível de elemento de despesa segundo a modalidade de aplicação e recurso, através de Decreto Municipal.

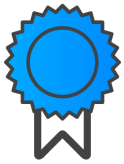
Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de outubro de 2018.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Oct 03 22:31:07 UTC 2018
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)